

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ANA MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA

**ABORDAGENS DAS NECESSIDADES HUMANAS E DAS
CAPACITAÇÕES: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o
estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e
2010**

Uberlândia-MG

2015

ANA MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA

**ABORDAGENS DAS NECESSIDADES HUMANAS E DAS
CAPACITAÇÕES: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o
estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e
2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder

Uberlândia-MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586a
2015
Silva, Ana Márcia Rodrigues da, 1984
Abordagens das necessidades humanas e das capacitações : uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010 / Ana Márcia Rodrigues da Silva. - 2015.
318 f. : il.

Orientador: Henrique Dantas Neder.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Pobreza - Jequitinhonha, Vale (MG) - Teses. 3. Políticas públicas - Minas Gerais - Teses. 4. Pobreza - Minas Gerais - Teses. 5. Pobreza - Pesquisa - Teses. 6. Pobreza - Áreas subdesenvolvidas - Teses. I. Neder, Henrique Dantas. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

ANA MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA

**ABORDAGENS DAS NECESSIDADES HUMANAS E DAS
CAPACITAÇÕES: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o
estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e
2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Uberlândia, 27 de Abril de 2015.

Banca Examinadora

Orientador – Prof. Dr. Henrique Dantas Neder
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof^a. Dr^a. Rosana Aparecida Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof^a. Dr^a. Luciene Rodrigues
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Prof^a. Dr^a. Izete Pengo Bagolin
Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS)

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido força e coragem para concluir a tese de doutorado. Sou grata ao meu marido Sérgio, a minha filha Alice e aos meus pais Onofre e Antônia, que são minha fonte de inspiração, por terem suportado as ausências, além terem contribuído com incentivo, amor e carinho.

Agradeço aos professores do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, pelo aprendizado. Em especial, sou grata ao Prof. Henrique, pela orientação presencial e à distância, pela prontidão e dedicação na elaboração deste trabalho.

Agradeço aos amigos e companheiros de estudo: à colega Michelle pelo apoio na realização desta tese e pela amizade; aos colegas Cristiane, Sidinéia, Karine, Débora e Daniel, pelas horas de laboratório e pelo companheirismo.

Agradeço ainda, aos colegas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, pelo apoio e pela concessão de afastamento total para o doutorado. Isso foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo auxílio financeiro durante o primeiro ano de doutorado; e ainda, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a concretização desta tese.

O bicho

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

RESUMO

Conforme a literatura convencional, a pobreza pode ser estudada com base em uma única dimensão, comumente representada por alguma variável monetária. Contudo, as abordagens das necessidades humanas e das capacitações fornecem um referencial teórico mais amplo para o seu estudo. Segundo estas abordagens, a pobreza é multidimensional e estes aspectos precisam ser considerados pelos estudos empíricos sobre o tema. Assim sendo, nesta tese, objetiva-se discutir os aspectos multidimensionais da pobreza por meio das abordagens teóricas das necessidades humanas e das capacitações e levantar os desafios metodológicos em torno de sua mensuração, no intuito de estimar e decompor a pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010. Com a utilização de dados dos Censos demográficos dos referidos anos, é empregada uma metodologia de construção de índices de pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster (2007). Os questionamentos centrais deste trabalho são: Quais as dimensões podem ser incorporadas à análise empírica da pobreza? Em quais as regiões do estado de Minas Gerais a pobreza multidimensional é mais elevada? Quais as dimensões privam em maior medida as famílias mineiras? Ao longo do estudo verificou-se que as dimensões da pobreza são escolhidas, principalmente conforme as vertentes teóricas, que não fornecem uma lista fixa de dimensões essenciais, o que abre espaço para que sejam adequadas às realidades estudadas. Neste trabalho, as dimensões utilizadas na análise foram: Vulnerabilidade econômica, Condições ocupacionais, Características educacionais, Condições de moradia, Condições sanitárias, Ausência de bens e Saúde. Estas dimensões são fundamentais porque, se não forem atendidas, limitam a capacidade de desenvolvimento dos seres humanos na sociedade. Entende-se que estas dimensões não são suficientes para a compreensão da pobreza multidimensional, mas já fornecem resultados mais condizentes que a visão unidimensional. A análise da pobreza multidimensional em Minas Gerais permitiu evidenciar que houve redução da pobreza no estado nos anos analisados. Na comparação com indicadores unidimensionais, os indicadores multidimensionais foram ligeiramente divergentes em termos de *ranking*, mas geralmente, muito superiores. A pobreza multidimensional apresentou-se mais elevada nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri; e nas microrregiões de Grão Mogol, Januária, Salinas, Araçuaí e Peçanha. Com a decomposição da pobreza por subgrupos, identificou-se que algumas localidades em que a pobreza multidimensional é menos grave contribuem muito para a pobreza total, como a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Por fim, a decomposição da pobreza por dimensões, demonstrou que a dimensão Ausência de bens, em geral, foi a que mais contribuiu para a pobreza no estado, seguida da dimensão de Características educacionais. As Condições sanitárias contribuíram mais para a pobreza das localidades mais pobres que das menos pobres. Enquanto isso, a dimensão de Saúde obteve maior participação na pobreza das localidades menos pobres que das mais pobres. Concluiu-se que as heterogeneidades sociais em Minas Gerais permanecem e são amplas com o estudo da pobreza multidimensional, uma vez que o estado abriga altos e baixos índices de pobreza e que os perfis de pobreza são distintos. Todos estes resultados são relevantes para a elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Necessidades Humanas; Capacitações; Pobreza Multidimensional; Metodologia de Alkire e Foster; Minas Gerais.

ABSTRACT

According to the conventional literature, poverty can be studied based on a single dimension, usually represented by a monetary variable. However, the approaches of human needs and the capabilities provide a broader theoretical framework for their study. According to these approaches, poverty is multidimensional and these aspects need to be considered by empirical studies on the subject. Therefore, this thesis aims to discuss the multidimensional aspects of poverty by means of the theoretical approaches of human needs and the capabilities and raise the methodological challenges around your measurement, in order to estimate and decompose the multidimensional poverty in Minas Gerais in the years 2000 and 2010. Using data from the demographic Censuses of those years, it employed a methodology to build multidimensional poverty indices proposed by Alkire and Foster (2007). The central questions of this work are: What are the dimensions that may be incorporated into the empirical analysis of poverty? In which regions of the State of Minas Gerais is the multidimensional poverty higher? What are the dimensions that deprive to a greater extent mining families? Throughout the study, it was found that the dimensions of poverty chosen, primarily, are the theoretical aspects that do not provide a fixed list of essential dimensions, which make room for the appropriate to the realities studied. In this paper, the dimensions used in the analysis were economic vulnerability, occupational conditions, educational characteristics, housing conditions, health conditions, absence of goods and health. These dimensions are critical because, if they are not met, they limit the ability of development of human beings in society. It is understood that these dimensions are not sufficient for understanding the multidimensional poverty, but they already provide results more consistent than the unidimensional vision. The analysis of multidimensional poverty in Minas Gerais allowed evidence that there was a reduction of poverty in the State in the years analyzed. In comparison with unidimensional indicators, multidimensional indicators were slightly divergent in terms of *ranking*, but generally far superior. Multidimensional poverty appeared higher in the meso regions of the Jequitinhonha, North of Minas, and Vale do Mucuri; and in the micro regions of Grão Mogol, Januária, Salinas, Araçuaí, and Peçanha. With the decomposition of poverty by subgroups, it was identified that some localities in multidimensional poverty are less severe and contribute a lot to the total poverty, as the meso region Metropolitan of Belo Horizonte. Finally, the decomposition of poverty by dimensions demonstrated that the dimension absence of goods, in general, was the one that contributed to poverty in the State, followed by the dimension of educational characteristics. Sanitary conditions have contributed more to the poverty of the poorest localities than the less poor. Meanwhile, the health dimension obtained greater participation in poverty of localities less poor than the poorest. It is concluded that the social heterogeneities in Minas Gerais remain and are broad with the study of multidimensional poverty, since the State is home to ups and low levels of poverty and that poverty profiles are distinct. All these results are relevant to public policy development.

Keywords: Human Needs; Capabilities; Multidimensional Poverty; Alkire and Foster Methodology; Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios de Minas Gerais quanto à participação no PIB estadual (em %).	141
Gráfico 2 – Municípios mineiros quanto ao IDHM no ano de 2000.	142
Gráfico 3 – Municípios mineiros quanto ao IDHM no ano de 2010.	143
Gráfico 4 – Índices de pobreza multidimensional e suas variações por mesorregião de Minas Gerais (2000 – 2010) para $k = 2$	174
Gráfico 5 – Diagrama de dispersão das mesorregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2000.	179
Gráfico 6 – Diagrama de dispersão das mesorregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2010.	180
Gráfico 7 – Índices de pobreza multidimensional e suas variações por microrregião de Minas Gerais (2000 – 2010) para $k = 2$	182
Gráfico 8 – Diagrama de dispersão das microrregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2000.	190
Gráfico 9 – Diagrama de dispersão das microrregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2010.	191
Gráfico 10 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 em Minas Gerais no ano de 2000 ($k = 2$).	208
Gráfico 11 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 em Minas Gerais no ano de 2010 ($k = 2$).	210
Gráfico 12 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas mesorregiões mineiras em 2000 ($k = 2$).	213
Gráfico 13 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas mesorregiões mineiras em 2010 ($k = 2$).	214
Gráfico 14 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas microrregiões mineiras em 2000 ($k = 2$).	217
Gráfico 15 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas microrregiões mineiras em 2010 ($k = 2$).	219
Gráfico 16 – Contribuição relativa das dimensões para o índice M_0 nos municípios de Minas Gerais selecionados em 2000 ($k = 2$).	222

Gráfico 17 – Contribuição relativa das dimensões para o índice M_0 nos municípios de Minas Gerais selecionados em 2010 ($k = 2$).	224
Gráfico 18 – Diagrama <i>biplot</i> da participação das dimensões na pobreza multidimensional dos municípios de Minas Gerais (2000).	226
Gráfico 19 – Diagrama <i>biplot</i> da participação das dimensões na pobreza multidimensional dos municípios de Minas Gerais (2010).	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões, indicadores, níveis de corte e pesos dos indicadores no cálculo do índice de Alkire e Foster.	153
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Índices de pobreza multidimensional (M_0) para os municípios mineiros no ano de 2000 para $k = 2$	193
Mapa 2 – Índices de pobreza multidimensional (M_0) para os municípios mineiros no ano de 2010 para $k = 2$	195
Mapa 3 – Decomposição de M_0 por mesorregião de Minas Gerais em 2000 para $k = 2$	200
Mapa 4 – Decomposição de M_0 por mesorregião de Minas Gerais em 2010 para $k = 2$	201
Mapa 5 – Decomposição de M_0 por microrregião de Minas Gerais em 2000 para $k = 2$	203
Mapa 6 – Decomposição de M_0 por microrregião de Minas Gerais em 2010 para $k = 2$	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDHM e seus subíndices por unidades da federação da região sudeste do Brasil (2000-2010).	137
Tabela 2 – Distribuição das microrregiões e municípios por mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2010*.	139
Tabela 3 – Número de municípios mineiros conforme a quantidade de habitantes (2000-2010).	140

Tabela 4 – Índice H , índice A , e índice de pobreza multidimensional (M_0) para Minas Gerais, estimados pela metodologia de Alkire e Foster para os diferentes valores de k (2000 – 2010)*.	170
Tabela 5 – Intervalos de confiança dos índices M_0 e <i>ranking</i> das mesorregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$	176
Tabela 6 – Intervalos de confiança do índice M_0 e <i>ranking</i> das microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$	186
Tabela 7 – Índice M_0 , intervalos de confiança e decomposição por situação de domicílio (2000-2010).	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IPC – Índice de Penúria de Capacidades

IPH – Índice de Pobreza Humana

IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

IDG – Índice de Desigualdade de Gênero

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

FJP – Fundação João Pinheiro

OPHI – Oxford Poverty and Human Development Initiative

PAD – Pesquisa por Amostra de Domicílios

RJFP – Regime Jurídico dos Funcionários Públicos

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	21
A abordagem das necessidades humanas	21
1.1 A abordagem predominante no estudo da pobreza e suas limitações.....	22
1.2 A abordagem das necessidades humanas.....	29
1.2.1 <i>Primeiro estágio: necessidades vitais ou de sobrevivência</i>	30
1.2.2 <i>Segundo estágio: abordagem das necessidades básicas</i>	33
1.2.2.1 Algumas críticas à abordagem das necessidades básicas	37
1.2.3 <i>Terceiro estágio: nova teoria das necessidades humanas</i>	40
1.2.3.1 A satisfação das necessidades humanas.....	44
1.3 A abordagem das necessidades humanas e o estudo da pobreza multidimensional	50
CAPÍTULO 2	54
A abordagem das capacitações de Amartya Sen	54
2.1 Bem-estar: a limitação da visão econômica tradicional.....	54
2.2 A abordagem seniana e a perspectiva da liberdade	60
2.3 O estudo das capacitações.....	64
2.3.1 <i>O bem-estar na abordagem das capacitações</i>	70
2.4 Pobreza como privação de capacitações básicas.....	74
2.4.1 <i>Pobreza relativa e absoluta na visão da abordagem das capacitações</i>	78
2.5 O desenvolvimento e a expansão das capacitações.....	80
2.6 Alguns esclarecimentos adicionais sobre abordagem das capacitações	85
2.7 Pontos comuns e divergentes entre as abordagens das necessidades humanas e das capacitações	88
CAPÍTULO 3	95
Da teoria à prática: as ferramentas metodológicas de desenvolvimento humano, a metodologia de Alkire e Foster e a mensuração da pobreza multidimensional	95
3.1 A visão multidimensional do desenvolvimento humano.....	95
3.1.1 <i>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	96
3.1.2 <i>O Indicador de Penúria de Capacidades (IPC) e o Índice de Pobreza Humana (IPH)</i>	97
3.1.3 <i>O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)</i>	98
3.1.4 <i>O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)</i>	99
3.2 A metodologia de Alkire e Foster e a mensuração da pobreza multidimensional	101
3.2.1 <i>Alguns requisitos para a mensuração da pobreza multidimensional</i>	101
3.2.2 <i>O índice de Alkire e Foster</i>	107

3.2.2.1 O método de identificação	108
3.2.2.2 Medida de pobreza multidimensional.....	109
3.2.2.3 Propriedades	111
3.2.3 <i>O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)</i>	114
3.3 Alguns estudos acadêmicos que utilizaram a metodologia de Alkire e Foster	116
3.4 A metodologia de Alkire e Foster aplicada aos países e regiões da América Latina...	119
CAPÍTULO 4	127
O estudo da pobreza no Brasil e em Minas Gerais: os Censos demográficos e escolha das dimensões	127
4.1 Breve revisão sobre a pobreza no Brasil.....	128
4.1.1 <i>Evidências empíricas baseadas na metodologia de Alkire e Foster</i>	134
4.2 Pobreza multidimensional em Minas Gerais: considerações iniciais.....	136
4.2.1 <i>Caracterização do estado de Minas Gerais</i>	138
4.2.2 <i>Aplicações da metodologia de Alkire e Foster em Minas Gerais</i>	144
4.3 Os Censos demográficos, a escolha das variáveis e as dimensões da pobreza	147
4.3.1 <i>Os Censos demográficos e a escolha da base de dados</i>	148
4.3.2 <i>A escolha das variáveis, níveis de corte e construção das dimensões da pobreza</i>	151
CAPÍTULO 5	166
Estimativas e decomposições da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010	166
5.1 Índices de pobreza multidimensional em Minas Gerais para os diferentes níveis de cortes dimensionais	167
5.2 Índices de pobreza multidimensional nas mesorregiões mineiras.....	174
5.3 Índices de pobreza multidimensional nas microrregiões de Minas Gerais.....	181
5.4 Índices de pobreza multidimensional municipais	192
5.5 Decomposições de M_0 por subgrupos populacionais	199
5.6 Decomposições de M_0 por dimensões da pobreza.....	207
5.6.1 <i>Decomposição do índice M_0 por dimensão nas mesorregiões mineiras</i>	212
5.6.2 <i>Decomposição do índice M_0 por dimensão nas microrregiões mineiras</i>	216
5.6.3 <i>Decomposição do índice M_0 por dimensão nos municípios mineiros</i>	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS.....	239
APÊNDICES	250

INTRODUÇÃO

A pobreza é frequentemente estudada com base em uma única dimensão relacionada à insuficiência de renda (ou recursos monetários). Nesta visão unidimensional, seu enfrentamento pode estar fortemente vinculado ao desempenho da economia. O grande problema é que o bom desempenho dos indicadores econômicos não fornece garantias de diminuição da pobreza, nem mesmo daquela baseada em uma única dimensão.

Há evidências que o bem-estar humano envolve múltiplas dimensões além da econômica. Assim sendo, as estimativas unidimensionais tornam-se imprecisas para a mensuração da pobreza. Estas estimativas podem comprometer o combate à pobreza, uma vez que existem outras dimensões importantes, que são desconsideradas nos estudos unidimensionais.

Contrariamente a essa visão, as abordagens das necessidades humanas e das capacitações fornecem um aparato teórico consistente para a concepção da pobreza com base em múltiplas dimensões. Por meio destas abordagens, a pobreza pode ser compreendida como necessidades humanas insatisfeitas e como privação de capacitações básicas.

A abordagem das necessidades humanas possui um caráter multidisciplinar, envolve diferentes ramos do pensamento e possui uma variedade de interpretações. Suas discussões tomaram parte do debate acadêmico e de organismos internacionais, motivadas pelo insucesso do crescimento econômico na redução da pobreza. Nesta abordagem, o objetivo do desenvolvimento está mais voltado para a promoção de melhorias nas condições de vida da população. Por meio desta vertente, fica claro que os indivíduos não necessitam somente de renda, mas de outros bens e serviços básicos que podem não ser atendidos diretamente pela renda, como, saúde, segurança, saneamento, etc.

É possível traçar um quadro evolutivo dentro da abordagem das necessidades humanas. Ela varia desde a ênfase no atendimento às necessidades de subsistência até a constatação de necessidades universais comuns a todos os seres humanos em todos os tempos. Portanto, permeia desde o atendimento às necessidades mais urgentes das pessoas pobres, até a incorporação de necessidades mais abrangentes, como, liberdade e autonomia, que também precisam ser atendidas.

Quanto à abordagem das capacitações, ela ganhou mais espaço no ambiente acadêmico e nas agendas de políticas que a abordagem das necessidades humanas. Esta corrente teórica possui forte teor filosófico e parte da crítica sobre a equivalência entre

utilidade e bem-estar. Nessa vertente, o bem-estar deve ser compreendido em sentido amplo e contempla a inclusão de considerações éticas, pelas quais, um indivíduo pode maximizar outros objetivos que não interfiram diretamente no seu próprio bem-estar. O bem-estar extrapola o espaço da aquisição de mercadorias, e engloba a liberdade das pessoas para realizem suas escolhas em todas as esferas.

Na abordagem das capacitações, o desenvolvimento circunda a remoção das privações à liberdade dos seres humanos. Assim, o desenvolvimento está voltado para a melhoria de vida e das liberdades desfrutadas pelas pessoas. A ideia de pobreza fundamentada por esta abordagem, diz respeito à falta de oportunidades para os indivíduos.

Segundo Sen (1997), a pobreza não consiste somente em privações materiais. Abrange a carência de oportunidades reais para o alcance de uma vida desejada. Isto significa que, o indivíduo estará sujeito à morte prematura, privação de conhecimento e comunicação, ausência de dignidade, confiança e autorrespeito, etc.

Nesse sentido, com a abordagem das necessidades humanas e com a abordagem das capacitações é possível analisar a pobreza de acordo com um conjunto de dimensões, além da econômica, que interferem no cotidiano dos indivíduos e das famílias. Estas abordagens foram reunidas neste trabalho para o fornecimento de uma discussão mais completa sobre pobreza multidimensional. O uso da abordagem das capacitações tem o objetivo de preencher as lacunas abertas por estágios da abordagem das necessidades humanas, e de demonstrar em que medida essas abordagens conversam entre si no estabelecimento de um conceito de pobreza multidimensional. Assim, a reunião das abordagens se justifica pelo enriquecimento do debate teórico sobre o tema.

Essas abordagens abrem espaço para proposição de políticas públicas voltadas para o fornecimento de bens e serviços públicos, em detrimento da promoção apenas de renda privada. As duas vertentes reconhecem que a pobreza é multidimensional, e este reconhecimento precisa ser adicionado aos estudos empíricos para que seja possível mensurá-la corretamente, uma vez que, essas estimativas são relevantes para as políticas públicas.

Existem metodologias que são frequentemente empregadas na mensuração da pobreza multidimensional. Entre elas, pode-se destacar a metodologia de Alkire e Foster (2007) que tem sido utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)¹. Esta metodologia ganhou espaço

¹ O IPM é um indicador de pobreza multidimensional criado pelo PNUD que se fundamenta nas dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Estes fatores serão discutidos no Capítulo 3.

entre os estudos empíricos sobre o tema e passou a fazer parte da agenda de políticas de combate à pobreza de países e regiões.

No Brasil, vale ressaltar a experiência do estado de Minas Gerais, que adotou a metodologia sugerida pelo PNUD para a estimação e combate à pobreza multidimensional. Foi elaborado um IPM para o estado embasado nas mesmas dimensões utilizadas originalmente no IPM global. Apesar disto, o índice está sujeito a alterações e a incorporação de outros indicadores básicos para caracterizarem a realidade regional, visto que as dimensões do IPM global foram criadas para a comparação internacional e, neste caso, precisam ser adaptadas. Isto justifica exercícios empíricos que testem outras dimensões que possam caracterizar a situação de pobreza multidimensional no estado.

Há que se destacar que Minas Gerais enfrenta vasta heterogeneidade socioeconômica. O estado é composto um grande número de municípios (853) e, entre estes, é possível encontrar municípios com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) convivendo com municípios com IDHs muito baixos². Em virtude destas disparidades de realizações entre as famílias mineiras, medidas pelo IDH, as privações (situação contrária às realizações) no estado também podem ser muito preocupantes. Essa preocupação fornece um argumento razoável para o estudo da pobreza multidimensional neste estado.

Desta forma, nesta tese, objetiva-se discutir os aspectos multidimensionais da pobreza por meio das abordagens teóricas das necessidades humanas e das capacitações e levantar os desafios metodológicos em torno de sua mensuração, no intuito de estimar e decompor a pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010. Objetiva-se especificamente: destacar os pontos comuns e divergentes entre as abordagens teóricas das necessidades humanas e das capacitações; apresentar e discutir a metodologia de Alkire e Foster para a mensuração da pobreza multidimensional; estimar e decompor a pobreza multidimensional por mesorregião, microrregião e municípios de Minas Gerais; e decompor a pobreza multidimensional por dimensão nos diferentes recortes geográficos.

Para tanto, são utilizados dados dos Censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 2000 e 2010, e é empregada a metodologia proposta por Alkire e Foster (2007). Isto pode ser útil para demonstrar as localidades em que a pobreza é mais elevada e para o esclarecimento de quais dimensões de pobreza privam em maior medida as famílias mineiras.

² O IDH também é um indicador multidimensional de realizações criado pelo PNUD que se baseia nas dimensões: saúde, educação e renda. Estes fatores serão discutidos com maiores detalhes no decorrer deste trabalho.

Dada a complexidade na definição de pobreza, o problema desta pesquisa envolve a mensuração da pobreza multidimensional. Assim, as indagações que motivam a realização desta tese são: Quais as dimensões podem ser incorporadas à análise empírica da pobreza? Em quais as regiões do estado de Minas Gerais a pobreza multidimensional é mais elevada? Quais as dimensões privam em maior medida as famílias mineiras?

Parte-se da hipótese que as dimensões mais convenientes às análises devem ser mais amplas que a insuficiência de renda, de modo a caracterizar situações de privações adequadas à realidade estudada. Ademais, supõe-se que as localidades em que a pobreza multidimensional é mais elevada no estado de Minas Gerais podem ser as mesmas em que a pobreza unidimensional é preocupante, contudo, espera-se que os índices multidimensionais sejam mais altos. Por fim, acredita-se que as dimensões que mais privam as famílias mineiras podem ser, por exemplo, Saúde, Condições sanitárias, Características educacionais e, não necessariamente a renda, que é constantemente empregada nos estudos unidimensionais.

Para o alcance do objetivo proposto, esta tese está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Ao longo destes capítulos, pretende-se aceitar ou rejeitar as hipóteses salientadas.

No Capítulo 1, inicia-se com a apresentação das limitações da visão de pobreza unidimensional. Com isso, compreende-se que a dimensão econômica é importante, mas existem outras dimensões que não podem ser negligenciadas nas análises. No restante do capítulo, agrega-se a discussão teórica das necessidades humanas nos seus diferentes estágios. No primeiro estágio, a ideia de necessidades ficou restrita às necessidades de subsistência. No segundo estágio, introduz-se um conceito mais amplo de necessidades. Contudo, seu nível de abrangência foi limitado pelo exercício empírico. No terceiro estágio, há o reconhecimento de necessidades humanas objetivas e universais na forma de saúde física e autonomia, e também de necessidades intermediárias universais (somando-se necessidades específicas), oportunas para a satisfação das necessidades básicas. No final, apresenta-se a relação entre a abordagem das necessidades humanas e o estudo da pobreza multidimensional.

No Capítulo 2, é discutida a abordagem das capacitações. Inicialmente salientam-se as críticas à visão utilitarista de bem-estar, que trata os seres humanos como meros consumidores. Em alternativa, Amartya Sen, fornece uma interpretação complexa do bem-estar, destacando o papel da liberdade para que as pessoas possam fazer as escolhas sobre o seu modo de vida. Após ressaltar a importância da liberdade, centra-se na apresentação dos conceitos de capacitações e funcionamentos. Estes conceitos estão relacionados com o bem-estar realizado pelo indivíduo e com a liberdade para realizar o bem-estar, que é

multidimensional, no sentido de estar bem. Em seguida, revela-se como a abordagem pode ser aproveitada no estudo da pobreza. Neste caso, a pobreza pode ser entendida como privação de capacitações básicas. Relacionado a isto, está o entendimento sobre o conceito de desenvolvimento, que na abordagem, é uma questão de desenvolvimento humano. No final do capítulo, abordam-se as similaridades e divergências entre as vertentes das necessidades humanas e das capacitações, utilizadas para o estudo da pobreza multidimensional.

No Capítulo 3, expõe-se a perspectiva do desenvolvimento humano e suas ferramentas metodológicas, como o IDH, que estão relacionadas com as vertentes teóricas discutidas. Na sequência, ressaltam-se os requisitos que envolvem a mensuração da pobreza multidimensional, como a escolha das dimensões, e a metodologia mais adequada. Realizada esta discussão, apresenta-se a metodologia de Alkire e Foster (2007). Assim, é relatado o método de identificação dos pobres e a constituição da medida agregada de pobreza. Prossegue-se ressaltando brevemente estudos que utilizaram a metodologia e enfatizando as dimensões em que se concentraram. Por fim, agrega-se uma discussão sobre as dimensões mais relevantes para o estudo da pobreza em diferentes regiões. Nesta tarefa, destacam-se as experiências de mensuração da pobreza multidimensional adotadas nessas localidades.

No Capítulo 4, inicia-se com um breve histórico sobre pobreza no Brasil para situar o estado de Minas Gerais, objeto de análise. Logo em seguida, são apresentadas características econômicas e sociais do estado de Minas Gerais, que são importantes para justificar o estudo da pobreza. A estas características, acrescentam-se as experiências de estimativas de pobreza multidimensional no estado com base na metodologia de Alkire e Foster, realçando-se os aspectos do IPM oficialmente calculado. Após apresentar a justificativa que fundamenta este estudo, no restante do capítulo dedica-se à exposição das dimensões que podem ser utilizadas na análise empírica, bem como, os níveis de corte e a constituição dos indicadores básicos de pobreza extraídos dos Censos demográficos.

Finalmente, no Capítulo 5, alcança-se de fato o objetivo estabelecido nesta tese. Neste capítulo é realizada a estimação da pobreza multidimensional em Minas Gerais com o instrumental metodológico proposto por Alkire e Foster, utilizando-se os microdados da amostra dos Censos de 2000 e 2010. Primeiramente, são realizadas estimativas de pobreza para o estado como um todo de acordo com vários níveis de corte dimensionais. Em seguida, são estimados indicadores de pobreza para as mesorregiões, microrregiões e municípios. Os resultados dos indicadores de pobreza multidimensional são ainda comparados aos obtidos por meio de indicadores unidimensionais. Por fim, são realizadas decomposições da pobreza multidimensional por subgrupos da população e por dimensão.

Os resultados apontam para as localidades multidimensionalmente mais pobres e menos pobres no estado, bem como, para as dimensões que mais privam os domicílios mineiros. Tudo isto é importante para a elaboração de políticas públicas e para o enriquecimento do debate acadêmico acerca do tema.

CAPÍTULO 1

A abordagem das necessidades humanas

O pensamento predominante sobre pobreza a classifica como insuficiência de rendimentos abaixo de um nível mínimo aceitável. Nesta visão, a renda é a variável chave utilizada na sua mensuração. Todavia, este enfoque tem sido questionado por uma literatura mais recente. A renda é importante, porém, existem outras dimensões não menos relevantes que têm sido negligenciadas nas análises sobre pobreza.

A renda é uma variável crucial na análise da pobreza que possibilita adquirir cestas de consumo, e com isso, permite que secundariamente outras dimensões da pobreza sejam atendidas, como por exemplo, ter escolaridade e a posse de bens básicos. No entanto, certas dimensões correm o risco de nunca serem completamente satisfeitas, como possuir uma boa oferta de água potável, rede de esgoto e coleta de lixo.

Por isso, é preciso reunir um conjunto de dimensões, o que significa tratar a pobreza no seu aspecto multidimensional. Isto implica que a pobreza deve ser estudada com base em múltiplas dimensões, além da renda. Evidentemente, este fato denota que a visão baseada em uma única dimensão, isto é, unidimensional, pode gerar medidas incorretas de pobreza. Logo, podem-se produzir resultados inconsistentes, e assim comprometer a formulação de políticas públicas de combate à pobreza.

Contrariamente à visão predominante, esta tese visa corroborar o pensamento multidimensional sobre pobreza a fim de fortalecê-lo por meio das discussões teóricas sobre o tema e por meio das discussões e aplicações metodológicas acerca de sua mensuração. Para tanto, serão discutidas as abordagens teóricas que sustentam o estabelecimento de um conceito multidimensional de pobreza. A partir disto, nos próximos capítulos serão introduzidos os aspectos empíricos em torno desta questão, fundamentais para o alcance do objetivo pretendido, que é o de mensurar a pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais utilizando a metodologia sugerida por Alkire e Foster (2007).

Desta forma, neste capítulo será apresentada a abordagem das necessidades humanas que tem sido apresentada recorrentemente na literatura sobre pobreza multidimensional a fim de constatar o conceito amplo de pobreza que dela emerge. Antes, porém, é necessário apresentar algumas limitações de se estudar a pobreza unidimensional.

1.1 A abordagem predominante no estudo da pobreza e suas limitações

A grande questão em torno do estudo da pobreza está na sua definição, pois, definições distintas norteiam preocupações distintas. Baseando-se na conceituação é que os indicadores serão formulados para capturarem o espaço de privação. Os indicadores podem ser bastante diferentes conforme o critério adotado. De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), é necessário compreender se o estudo da pobreza precisa abranger apenas dimensões materiais ou incluir aspectos políticos, sociais e culturais.

O enfoque material foi introduzido e conduzido pelos estudos de Seebohm Booth e Charles Rowntree, no final século XIX e início do século XX. Estes autores iniciaram o padrão monetário para o estudo da pobreza e se destacaram por elaborarem os primeiros estudos científicos sobre o tema.

Esta visão monetária³ possui suas raízes no pensamento utilitarista clássico. De acordo com Say (1983, p. 83), é o uso que as pessoas fazem das coisas que assegura o valor que elas as atribuem. Algumas coisas são importantes para os indivíduos, em razão de satisfazerem gostos e suas necessidades intrínsecas. O que não lhes servem, não possui preço algum.

A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades, permitam-me chamá-la de utilidade. Direi que criar objetos dotados de uma utilidade qualquer é criar riquezas, visto que a utilidade desses objetos constitui o primeiro fundamento de seu valor e seu valor é riqueza (SAY, 1983, p. 83).

Inicialmente a ideia de utilidade esteve vinculada à geração de felicidade. O princípio da utilidade de Bentham (1974) define a constituição do edifício da felicidade por meio da razão e da lei⁴. O princípio diz respeito a aprovar ou desaprovar uma ação em conformidade com a tendência que ela possui de aumentar ou diminuir a felicidade ou prazer das pessoas.

Também com base na geração de felicidade, o princípio da utilidade defendido por Mill (1996) denota que as ações dos indivíduos estão corretas se elas geram felicidade, entendida como prazer e ausência da dor, e incorretas, caso contrário⁵. O prazer e a ausência de dor são vistos como únicas coisas desejáveis como fins, mas, para o autor, a qualidade do prazer é tão importante quanto a sua quantidade.

Nas formas mais modernas, a ideia de felicidade foi substituída por simplesmente preferências. Por isso, a utilidade passou a representar apenas a escolha numérica dos

³ Este termo é empregado para designar a visão economicista da pobreza. Com base nesta visão, a pobreza se restringe aos aspectos voltados para a insuficiência de renda e se refere às privações materiais em relação a itens disponibilizados pelo mercado.

⁴ Ver Bentham (1974).

⁵ Ver Mill (1996).

indivíduos em termos de suas preferências, aspirações ou desejos. Em meio a isso, é relevante destacar o critério de avaliação social utilitarista vinculado à chamada economia do bem-estar, compreendida como avaliação normativa dos estados sociais e das políticas econômicas. Neste critério, a utilidade é vista como a única forma de valor e o bem-estar social é tomado como função de utilidades individuais (SEN, 2000). Para atender às aspirações do critério utilitarista é frequente a prática de se medir o bem-estar com base em variáveis monetárias, como a renda.

Segundo Dini e Lippit (2009, p. 5), a abordagem monetária da pobreza está situada dentro da teoria utilitarista. A utilidade é entendida como uma medida de bem-estar individual que se resume na satisfação gerada pelo consumo de bens e serviços. “Desde que seja difícil identificar a função de utilidade e a utilidade com base na função de demanda, a renda é usada geralmente como uma representante para a utilidade” (tradução nossa)⁶. Assim, quem tem mais dinheiro tem mais bem-estar e, portanto, não pode ser chamado de pobre.

Estes argumentos utilitaristas serão aprofundados no Capítulo 2, no qual será discutida a ótica de Amartya Sen. Este autor se destaca pelas suas contribuições a uma visão mais ampla do bem-estar. Com isso, será possível realizar um tratamento teórico mais aprofundado do utilitarismo. Por ora, as proposições acima foram ressaltadas para certificar que a visão tradicional da pobreza baseada em uma dimensão única e monetária teve sua origem no pensamento econômico utilitarista.

Conforme Laderchi, Saith e Stewart (2003), três práticas dos autores pioneiros na análise da pobreza ainda compõem a opinião da maioria dos economistas nos estudos atuais: a construção de uma medida objetiva de pobreza; a avaliação é feita pelo pesquisador e não pela pessoa que se encontra na situação de pobreza; e a pobreza é definida de maneira individualista e não como um fenômeno social. Esta é a visão dominante na definição de pobreza que fundamenta os estudos unidimensionais.

Outra questão importante é a diferenciação entre pobres e não pobres. Por conta da predominância da visão monetária, Sen (1997) afirma que se tornou comum o estabelecimento de uma linha de pobreza baseada na renda ou no consumo⁷. Do ponto de vista microeconômico, a renda ou consumo são as variáveis chaves para a maximização do

⁶ “*Since it is hard to identify the utility function and utility based demand function, income is usually used as a proxy for utility*”.

⁷ As análises baseadas no consumo foram introduzidas a partir do questionamento sobre a pertinência da renda. A renda está sujeita a flutuações de curto prazo. Além disso, não capta a influência de serviços públicos e doações, por exemplo. Por isso, o consumo pode ser mais fidedigno que a renda por caracterizar melhor a situação de pobreza. De uma maneira ou de outra, a abordagem não deixa de ser caracterizada como monetária.

comportamento utilitário, o que é condizente com as proposições discutidas acima sobre a influência do pensamento utilitarista.

Destarte, tradicionalmente as variáveis que compõem o estudo da pobreza são a renda e o consumo. De acordo com Sen (2000; 2001), esta vertente se baseia em uma linha divisória que se define como um nível de renda ou consumo abaixo do qual os indivíduos são classificados como pobres.

Há muita discussão por trás da determinação de linhas de pobreza. Um ponto importante é determinar se serão usadas uma ou diversas linhas de corte. Além disso, o critério para o cômputo da linha de pobreza também pode variar.

Este critério depende de que forma a pobreza é classificada. A classificação é importante, não somente para que se possam tomar as medidas cabíveis para erradicá-la, mas porque esta questão é componente básica da estratégia de identificação dos pobres. A pobreza é geralmente classificada nas categorias: absoluta, relativa e subjetiva.

A noção de pobreza absoluta diz respeito à identificação da situação de pobreza independentemente do padrão de vida dos demais membros da sociedade. Isso não significa um descaso com a desigualdade⁸, mas que em localidades onde a sobrevivência não está garantida, não faz sentido comparar o mínimo do mínimo. Enquanto isso, a ideia de pobreza relativa parte da comparação entre indivíduos. Neste caso, se relaciona ao fato de uma pessoa ou família ser capaz de obter menos recursos que outras na sociedade. Por sua vez, a visão subjetiva parte do entendimento do indivíduo sobre a sua própria condição.

Por mais absoluto que um índice possa ser, pode conter algum elemento relativo. Normalmente o padrão relativo é adotado em países onde se entende que todas as pessoas já possuem acesso aos meios de sobrevivência. Naqueles países onde a sobrevivência mínima ainda não está garantida, adota-se a noção absoluta de pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Na verdade, ambos os padrões fazem sentido e eles não precisam ser tomados necessariamente como excludentes.

Dentro do padrão absoluto, a principal preocupação das linhas de pobreza monetárias é geralmente apresentada na forma nutricional. Um método comum é determinar o nível de corte com base na energia alimentar. Outra forma é o custo das necessidades básicas, que reúne componentes alimentares e adicionam-se componentes não alimentares (SAITH; LADERCHI; STEWART, 2003). Contudo, em um país de dimensões continentais, como por exemplo, o Brasil, muitas combinações de cestas nutricionais podem ser adequadas, pois, a

⁸ Em termos da renda, a desigualdade pode ser definida pela forma como a renda é distribuída entre os indivíduos de uma sociedade. Se há grande concentração de rendimentos, a desigualdade é elevada.

cultura e a tradição das pessoas são muito diferentes. Além disso, a necessidade varia em concordância com o próprio metabolismo do indivíduo, de maneira que, este se torna um critério não muito fiel às necessidades nutricionais da coletividade.

Normalmente adota-se uma linha de pobreza e uma linha de extrema pobreza, também chamada de indigência. A linha de extrema pobreza compreende a renda ou consumo necessários para a cobertura de necessidades estritamente nutricionais. Isto já é questionável, visto que as necessidades de sobrevivência não se restringem somente à alimentação. Por sua vez, a linha de pobreza⁹ reúne as necessidades nutricionais adicionando-se demais necessidades, como, transporte, vestuário, lazer, habitação, entre outras (JANNUZZI, 2001).

Segundo Jannuzzi (2001), pode-se ainda adotar medidas relativas na definição de linha de pobreza, considerando como pobres, por exemplo, os indivíduos situados nos primeiros decis da distribuição de renda. Há também a proposição de medidas subjetivas com base na autodeclaração ou resposta sobre se os recursos monetários são satisfatórios para o suprimento de alimentos e outros itens que podem ser agregados às análises¹⁰.

É muito comum que ocorra a contagem do número de pessoas que se encontram abaixo de uma linha específica. Um índice de pobreza é normalmente calculado como proporção da população como um todo que se encontra abaixo desta linha divisória, o que fornece a incidência (*head count*) da pobreza.

Para a mensuração da pobreza tendo como foco a insuficiência de renda, é usual, em primeiro lugar que haja a identificação dos pobres e em seguida, que se construa uma medida agregada, isto é, um índice global. A identificação é realizada por meio da renda (ou consumo) em relação à linha de pobreza pré-estabelecida. Por sua vez, a agregação é realizada por meio da contagem dos pobres abaixo da linha de pobreza. Sobre isso, Sen (1983b; 2001) afirma que a simples incidência da pobreza negligencia o fato de existirem indivíduos pouco abaixo da linha de pobreza (ou muito abaixo).

Em virtude disso, pode-se calcular o hiato de renda (*income gap*). Ele mensura a renda adicional adequada para que todos os pobres alcancem o limite da linha de pobreza. Ainda assim, é necessária uma terceira medida que leve em conta distribuição de renda entre os pobres. Isto porque, se houvesse uma transferência de renda de um indivíduo pobre para um

⁹ Neste padrão absoluto, o valor atribuído à linha de pobreza é múltiplo da linha de indigência e o multiplicador pode ser definido de várias formas. Segundo Rocha (2000), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) define o multiplicador de 2 que é aplicado à cesta alimentar para o estabelecimento da linha de pobreza para o Brasil.

¹⁰ Como exemplo, pode ser citado o trabalho de Maia e Buainain (2011). Os autores realizaram um estudo sobre pobreza subjetiva no Brasil com um tratamento dos microdados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) em que são incluídas algumas perguntas relativas à sensação subjetiva de pobreza dos entrevistados.

indivíduo menos pobre, isto não alteraria a incidência ou o hiato da pobreza (SEN, 2001). A partir destas medidas é possível gerar uma derivação axiomática para a constituição de uma medida agregada de pobreza. Esta abordagem axiomática foi apresentada por Sen (1976) e será retomada brevemente nos próximos capítulos.

A concentração da análise da pobreza em termos de renda é justificada pela própria disponibilidade de dados que limita os estudos sobre o tema. Como a medida mais comumente calculada é a incidência da pobreza é preciso cautela para que não ocorra distorção das políticas públicas¹¹ uma vez que esta medida tende a omitir a “miséria maior dos mais pobres entre os pobres” (SEN, 2001, p. 168). Logo é preciso tornar a medida de pobreza sensível aos aspectos discutidos anteriormente, isto é, à distribuição.

Por tudo isso, Sen (1983b) afirma que a conceituação de pobreza está muito além da simples definição de um nível de corte. Os estudos recentes concedem maior atenção para a sensibilidade da distribuição entre os pobres. Apesar disso, com base nesta perspectiva, os indivíduos abaixo da linha de pobreza são geralmente homogeneizados, quando na verdade seus *déficits* podem ser bastante diversos.

É notório que o enfrentamento da pobreza nesta abordagem vincula-se principalmente ao desempenho da economia. O pensamento que motiva este fato diz respeito à concepção da pobreza monetária. Sendo estritamente econômica, o bom desempenho da economia pode solucioná-lo. Entretanto, a condição de crescimento econômico não fornece nenhuma garantia de alívio da pobreza. O mecanismo de livre mercado pode levar a uma situação contrária, e o resultado final pode ser o acirramento da pobreza e da desigualdade. Esta visão pode ser melhor qualificada como o pensamento ortodoxo da pobreza.

A influência neoliberal¹² tende a corroborar este pensamento. Por meio dela, a solução para a pobreza envolve a correção de preços, privatização, liberalização e desregulamentação, no intuito de melhorar a eficiência econômica e gerar crescimento econômico. “Pagar subsídios em dinheiro em vez de controlar os preços e políticas de bem-estar é um aspecto

¹¹ Segundo Souza (2007), não existe uma definição única e mais apropriada para conceituar política pública. Ela pode ser definida como o somatório de atividades dos governos que são capazes de influenciar a vida das pessoas. Logo, elas dizem respeito às decisões de escolha do governo sobre o que fazer ou não fazer. Essas ações influenciam, alteram, regulam o comportamento individual e coletivo. A política pública pode assumir quatro formas: distributivas, que geram efeitos mais individuais que universais por abrangerem grupos específicos; regulatórias, que envolve grupos de interesse e políticos; redistributivas, que abrangem um maior número de pessoas, gerando perdas iniciais para certos grupos sociais e ganhos futuros para outros, como a política social universal; e constitutivas, que envolvem procedimentos.

¹² “A década de 1980 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal. [...] Neste período as políticas econômicas dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, à privatização de certas empresas, ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais” (SANTOS, 1999, p. 119).

complementar desta abordagem” (DINI; LIPPIT, 2009, p. 16) (tradução nossa)¹³. Assim, o alívio da pobreza está relacionado com a promoção de crescimento econômico. As políticas públicas de combate à pobreza se basearão especialmente no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, quando podem ser necessárias inúmeras políticas de bem-estar.

Ao contrário desta visão, admite-se que a dimensão monetária seja um importante componente da pobreza. No entanto, entende-se que ela fornece apenas uma imagem parcial. Privações de boa saúde, longevidade, educação e participação no processo de tomada de decisões na comunidade, por exemplo, não podem ser captadas somente pelo nível de renda. A pobreza humana abrange a carência de oportunidades e possui um caráter multidimensional relacionado a um conjunto de critérios além do econômico que podem ser empregados nas análises (SEN, 1997).

Os indicadores monetários não são críveis devido às diferenças que os indivíduos enfrentam para transformá-los em resultados finais. Essas diferenças se relacionam: às heterogeneidades pessoais (as pessoas possuem características físicas diferentes); diversidades ambientais (fatores diferenciados que influenciam os ambientes, como mudanças climáticas, doenças infecciosas, poluição); variações no clima social (condições sociais distintas, que incluem serviços públicos de educação, violência, epidemiologia e poluição), diferenças de perspectivas relacionais (padrões de comportamento que variam de sociedade para sociedade, porque dependem de costumes e convenções); distribuição na família (a forma como cada família utiliza a renda para promover seus interesses e objetivos) (SEN, 2000; SEN, 2005; SEN, 2011).

Assim sendo, as pessoas são diferentes em termos da sua taxa metabólica, da sua capacidade física, da região em que vivem, das famílias em que estão inseridas. Por este motivo, algumas pessoas podem precisar de mais recursos que outras para obterem os mesmos resultados. É claro que isso afeta a confiabilidade dos indicadores monetários.

Segundo Sen (2010), a qualidade de vida não depende apenas da renda individual, mas também das condições sociais e físicas do ambiente no qual o indivíduo está inserido. Isso não quer dizer que o uso das variáveis econômicas deva ser abandonado. Pelo contrário, esta questão evidencia a necessidade de complementaridade, uma vez que a renda individual é um importante elemento da qualidade de vida. Sen (2010, p. 96) afirma que “desde que um aumento na renda desde níveis muito baixos ajude uma pessoa a ser mais bem nutrida, e não

¹³ “*Paying cash subsidies instead of controlling the prices and welfare policies is a complimentary aspect of this approach*”.

esfomeada e excluída (possivelmente morta), uma renda mais alta seria instrumentalmente válida”.

Para Sen (2010), a renda e os bens de consumo são apenas instrumentos. Então, o autor defende o deslocamento da análise para aquelas coisas que possuem valor intrínseco para o indivíduo. As crianças sujeitas à morte prematura refletem não apenas uma situação de insuficiência de renda, mas também saúde pública e condição nutricional inadequada, deficiência de seguridade social, carência de responsabilidade social e de cuidados de governança. Na prática, os indicadores monetários refletem apenas recursos privados, o que pode acarretar um favorecimento de políticas voltadas para a geração de renda privada em detrimento de serviços públicos.

Streeten (1981) ressalta que o suprimento efetivo de algumas necessidades dos seres humanos depende do fornecimento de serviços públicos. Os seres humanos tratados simplesmente como consumidores, sejam ricos ou pobres, não são tão efetivos no suprimento das necessidades nutricionais e da saúde. A maneira como a renda adicional é obtida pode gerar efeitos nutricionais adversos. Nesse sentido, a orientação monetária torna-se incompleta.

Isso ocorre porque, segundo Streeten (1979), as pessoas podem utilizar a renda adicional para consumir produtos com baixo valor nutricional. Além disso, a maneira como a renda é auferida pode afetar negativamente a nutrição. Um exemplo apresentado pelo autor é o caso das mulheres lactantes que, ao trabalharem podem reduzir a amamentação de seus bebês. Portanto, pode ser verificado um aumento na renda da mãe, porém o estado nutricional da criança pode ser deteriorado sob este aspecto.

Além disso, um grande número de destituídos pode possuir problemas de saúde, e deficiências particulares. Por isso, suas necessidades devem ser satisfeitas por serviços públicos. O objetivo de suprimento das necessidades requeridas pelas pessoas pode não ser plenamente alcançado por redistribuição de renda e pelas respostas proporcionadas pelo mercado. Ademais, a abordagem monetária negligencia importantes necessidades não materiais, como a participação social.

Assim, acredita-se que uma maneira mais adequada de se estudar a pobreza é por meio da agregação de um conjunto de dimensões além da monetária. Mais que fornecer um aparato teórico heterodoxo consistente para as análises, esta forma de pensamento visa fornecer subsídios para o seu diagnóstico e para que o seu enfrentamento seja realizado. Desta maneira, a pobreza pode ser classificada como multidimensional, dado que é permeada por um conjunto de dimensões monetárias e não monetárias que a compõe.

Para sustentar este argumento, neste capítulo, será apresentada a abordagem das necessidades humanas, – e no próximo capítulo será agregada a abordagem das capacitações – segundo a qual, a renda é apenas uma entre muitas dimensões requeridas para uma vida plena e para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos.

1.2 A abordagem das necessidades humanas

De acordo com Streeten (1981), a abordagem das necessidades humanas é marcada por uma variedade de interpretações. Uma primeira interpretação associa a ideia de necessidades a uma quantidade mínima específica de alimentos, roupas, abrigo, água e saneamento que são necessários para prevenir problemas de saúde e subnutrição.

A abordagem também é frequentemente interpretada de maneira subjetiva como a satisfação dos consumidores. Essa interpretação é comum entre os economistas neoclássicos, que entendem seu atendimento como o suprimento de renda necessário para compra de bens e serviços básicos¹⁴.

A grande limitação do entendimento de necessidades vistas como desejos, se dá em virtude das diversas formas de culturas, assim como, da variedade de pessoas moldadas pela cultura. Como os seres humanos são diferentes entre si, essas necessidades precisam ser atualizadas e especificadas de maneira distinta coerente com as diferentes situações e de acordo com necessidades particulares. Entretanto, segundo Gasper (1996) ainda que esta corrente possua suas limitações, ela se constitui em um avanço e fornece um contra peso à ideologia do homem econômico baseada no livre mercado.

De acordo com Gasper (1996), na análise normativa das necessidades é preciso ter em mente que preferências não são a mesma coisa que necessidades. O discurso em torno das necessidades normativas surge da rejeição do mercado como agente principal, para destacar prioridade em relação a itens como saúde, alfabetização e habitação para todos, explorando seu aspecto universal estendido a todos os indivíduos, independente da renda auferida.

Ao rejeitar o pressuposto de racionalidade dos consumidores, é possível obter uma interpretação mais intervencionista denominada paternalista. Neste caso, as autoridades públicas devem, não apenas tomar decisões em torno da oferta de serviços públicos como

¹⁴ Essa proposição é a mesma apresentada na seção anterior.

oferta de água, saneamento e educação, mas, “também orientar o consumo privado, à luz de considerações públicas” (tradução nossa)¹⁵ (STREETEN, 1981, p. 26).

Gaspar (1996) aponta ainda para o reconhecimento das necessidades baseando-se em uma discussão instrumental. Assim sendo, geralmente identificam-se os pré-requisitos para vários tipos e níveis de capacidades, como por exemplo, os pré-requisitos para a saúde mental e física. As necessidades são tomadas como requisitos para se atingir determinados fins. Com isso, é possível assinalar os determinantes do bem-estar, o que é útil para os interesses práticos ao especificar requisitos prioritários justificados.

Além disso, as necessidades podem ser compreendidas com base em aspectos normativos e éticos dentre os quais os pré-requisitos para as necessidades devem estar associados ao *status* de prioridade. Baseando-se neles, são estabelecidas alegações que a comunidade política deve assegurar aos indivíduos para o atendimento de suas necessidades. Isso é importante, porquanto, permite variações consideráveis na definição de necessidades prioritárias de acordo com diferentes contextos materiais e culturais, mas dentro de um quadro comum e sistemático.

Streeten (1981) acrescenta uma interpretação próxima a essa vinculada à definição sociopolítica que associa a satisfação das necessidades aos direitos humanos. Para tanto, enfatiza os aspectos não materiais envolvidos no processo, como autonomia e liberdades. Nesta interpretação, as necessidades não materiais são tomadas como fins. Tais necessidades são distintas dos meios materiais para a sua satisfação, ou seja, das necessidades materiais.

São evidentes as diversas formas de interpretação da abordagem. Na mesma linha de raciocínio, Bagolin e Ávila (2006) a classificam em três estágios distintos, em que se destacam: no primeiro, as necessidades vitais ou de sobrevivência; no segundo, a abordagem das necessidades básicas; e no terceiro, a nova teoria das necessidades humanas. Estes estágios serão apresentados nas próximas subseções.

1.2.1 Primeiro estágio: necessidades vitais ou de sobrevivência

De acordo com Bagolin e Ávila (2006), no primeiro estágio, as necessidades são classificadas como requisitos espontâneos e naturais. As necessidades são vistas como requerimentos para a sobrevivência, e sua satisfação concede potencialidades aos seres humanos.

¹⁵ “Also guide private consumption in the light of public considerations (for example through counterpressures to advertisers or food subsidies)”.

Dentro deste estágio pode-se destacar a visão de David Wiggins¹⁶. Conforme Wiggins (1998) existem semelhanças entre os conceitos de necessidades e desejos. Entretanto, eles não são a mesma coisa em si. É possível desejar algo sem necessitar, assim como é possível necessitar de alguma coisa sem desejar. As necessidades de uma pessoa não dependem somente do funcionamento da sua mente, mas da forma como as coisas realmente são.

Segundo Alkire (2006), Wiggins argumenta que necessidades vitais devem ser priorizadas em relação a outros desejos e necessidades não vitais. Por isso, primeiramente o autor define necessidades que ele qualifica como absolutas. As necessidades absolutas são aquelas que se não forem atendidas prioritariamente podem causar graves danos, comprometendo a própria sobrevivência do indivíduo.

Quando o autor prioriza as necessidades vitais, na verdade, ele está propondo uma hierarquização das necessidades. O pensamento que daí resulta é o de observar o grau de importância das necessidades para que aquelas mais urgentes possam ser atendidas.

Para o entendimento do conceito de necessidades absolutas, Wiggins e Dermen (1987) supõem uma necessidade x que pode ser entendida como saneamento, habitação, ou vestuário, por exemplo. Com base no conceito de necessidade absoluta, uma pessoa necessita absolutamente de x , se e somente se, necessita instrumentalmente ter x para evitar danos a sua sobrevivência. Nesta linha de raciocínio, um indivíduo necessita instrumentalmente ter x para evitar danos, se e somente se, “é necessário, sendo o que realmente são as coisas, que se estou¹⁷ para evitar o mal, então eu tenho x ” (WIGGINS, 1998, p. 10) (tradução nossa)¹⁸.

Assim sendo, uma pessoa necessita absolutamente de x , se e somente se, ainda que haja uma variação socialmente e moralmente aceitável prevista em um período de tempo relevante, ela ficar prejudicada se ficar sem x . As necessidades absolutas são pré-requisitos para que as pessoas vivam uma vida ílesa.

Wiggins (1998) cita um exemplo em que uma pessoa precisa de 200 libras para adquirir um terno e não dispõe deste dinheiro. A solução deste problema perpassa pela caracterização da necessidade. Isso envolve primeiramente, verificar se esta pessoa não conseguiria adquirir o terno mais barato ou não obteria o dinheiro emprestado. Em segundo

¹⁶ Bagolin e Ávila (2006) destacam ainda autores como Marcuse (1938), Maslow (1943;1954), Taylor (1943;1959), Fromm (1932), Fitzgerald (1977) e Springborg (1981). Dentre estes, Segundo Pereira (2006, p. 57), “uma das classificações mais conhecidas é a de Maslow, que hierarquiza as necessidades tendo como base os carecimentos psicológicos dos indivíduos. A partir da satisfação desses carecimentos, outros, de natureza distinta, vão sendo escalonados, como segurança, amor, pertencimento, estima, conhecimento, realização pessoal, etc.”.

¹⁷ Neste caso, o indivíduo.

¹⁸ “*It is necessary, things being what they actually are, that if I am to avoid harm then I have x* ”.

lugar, é necessário avaliar se esta pessoa seria prejudicada se não adquirisse o terno no momento requerido.

O discernimento sobre o quanto a satisfação da necessidade é importante, pode ser feita pela avaliação do dano ou sofrimento causado, caso a pessoa fique sem aquilo que ela necessita. Por meio desta caracterização, é possível classificar as necessidades em absolutas¹⁹ ou não.

As necessidades básicas também assumem a forma relativa em relação a alguma conta do bem-estar; em relação à cultura e a compreensão individual; e em relação às possibilidades viáveis no momento²⁰. Segundo Alkire (2006), este relativismo implica que a abordagem das necessidades básicas de Wiggins só possa ser especificada muito localmente e em relação a algum tempo particular. Por isso, elas não são factíveis de serem vinculadas a um conjunto de metas globais.

Desta maneira, ainda que reconheça que a insatisfação das necessidades causa danos, o autor define necessidades relativamente aos objetos de necessidade. As necessidades são descritas como estado de dependência em relação a ser ou não ser prejudicado. Para Alkire (2006), esta especificação é pouco satisfatória.

Ao tratar de necessidades vitais ou de sobrevivência, segundo Pereira (2006) isto ignora a importância das necessidades. Assim sendo, necessidades que são relevantes para o bem-estar humano são desconsideradas, por não se enquadrarem na categoria de provocar graves danos, caso não sejam atendidas. A ideia de provocar sérios prejuízos ou graves danos deixa margem para a ênfase no conceito de necessidades fisiológicas. Vistas como necessidades naturais, é possível traçar um paralelo estreito entre a ideia de necessidades e a dimensão biológica por trás dela.

A visão de necessidades naturais ou de sobrevivência reduz a exigência sobre as necessidades básicas, pois, deste modo, as necessidades não se diferem muito das necessidades animais e sua satisfação pode ser realizada com o mínimo possível. Obviamente, não somente as necessidades de sobrevivência são importantes.

Neste estágio a interpretação de pobreza, ficou restrita à insatisfação das necessidades naturais e de sobrevivência. Logo, não se abre espaço para o acréscimo de dimensões mais abrangentes da vida humana. Streeten (1981) reconhece que essa interpretação é limitada.

¹⁹ Outro termo utilizado pelo autor para qualificar as necessidades absolutas é necessidades *entrencheds*, como os alimentos. Envolve as leis da natureza e os fatos ambientais invariáveis.

²⁰ Ver Wiggins (1998).

Apesar disso, segundo o autor, abre espaço para importantes questões, como a forma de prover recursos para que estas necessidades sejam satisfeitas.

1.2.2 Segundo estágio: abordagem das necessidades básicas

A abordagem das necessidades básicas marca o segundo estágio da abordagem das necessidades humanas nos termos utilizados por Bagolin e Ávila (2006). Neste estágio, cabe ressaltar as contribuições de Paul Streeten e Frances Stewart²¹. Segundo Bagolin e Ávila (2006), o segundo estágio representou uma operacionalização amplificada do primeiro estágio.

Segundo Streeten (1981), a discussão sobre necessidades básicas iniciou-se na década de 1950. Neste período, o crescimento econômico era enfatizado como forma de erradicar a pobreza, cujo pensamento estava embasado na curva de Kuznets. De acordo com essa ideia, na fase inicial do desenvolvimento as rendas *per capita* seriam incrementadas, a desigualdade cresceria sob penalidade do aumento da pobreza de alguns indivíduos. Para atender a curva em forma de U invertido, logo depois, o crescimento da renda seria acompanhado de aumento da igualdade com uma conseqüente redução da pobreza. No entanto, não foi isso que se verificou.

Nas décadas de 1950 e 1960 os países em desenvolvimento adotaram estratégias de crescimento e industrialização. Embora em alguns termos isso tenha sido bem sucedido (como o crescimento da industrialização e a melhora de alguns indicadores sociais), gerou setores privilegiados e economicamente modernos convivendo com o restante da economia em situação de baixa renda e baixo investimento. Segundo Stewart (2006), em geral, a incidência da pobreza absoluta permaneceu elevada²².

Streeten e Burki (1978) destacam que as altas taxas de crescimento não surtiram efeito na redução da pobreza nos países em desenvolvimento. O crescimento econômico contribuiu muito pouco para o alívio da pobreza que atingia as massas populacionais. Os problemas relacionados ao desemprego e à pobreza é que levaram a novas abordagens em prol do desenvolvimento.

A partir do insucesso do crescimento econômico, a definição de necessidades passou a ser utilizada como estratégia de desenvolvimento e redução da pobreza, recomendada por

²¹ Bagolin e Ávila (2006) ressaltam também Mouly e Kuznin (1978) e Ul Haq (1980).

²² Como exemplo, pode-se citar o caso do Brasil. A pobreza absoluta medida pela renda e a desigualdade social permaneceu elevada nesse período.

organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial. A preocupação central era com a remoção das privações que afligiam as massas populacionais.

Para Stewart (1989), a falha do sistema econômico e social em realizar condições de vida mínimas para as pessoas levou o reconhecimento que era preciso priorizar o acesso a bens e serviços básicos. Assim, em virtude da ineficácia do crescimento econômico em solucionar o problema da pobreza, na década de 1970, iniciou-se o debate da abordagem das necessidades básicas voltado para o desenvolvimento. Essa ideia foi compartilhada por economistas, filósofos e defensores dos direitos humanos²³.

Com base nesta abordagem, o objetivo do desenvolvimento é expandir de maneira sustentável o nível de vida da população pobre. Isto deve ser feito de maneira rápida e eficaz para que os seres humanos possam desenvolver plenamente o seu potencial. Para que isso ocorra, é necessário a satisfação das necessidades básicas das pessoas mais pobres do mundo e o estabelecimento de um quadro sustentado de desenvolvimento.

Embora o debate acadêmico em torno da abordagem tenha persistido a ideia de necessidades básicas dominou as estratégias políticas de desenvolvimento dos países por um breve período de tempo. As mudanças políticas, especialmente pela motivação neoliberal centrada nas preferências (que se baseiam em recursos monetários) levaram o rápido abandono das estratégias, já no início dos anos 1980(STEWART, 2006).

Na visão de Stewart (1989), o pressuposto inicial da abordagem implica que todos os membros da sociedade tenham suas necessidades satisfeitas em um nível mínimo. Nesse sentido, Streeten (1979) acrescenta que o objetivo desta linha de pensamento é proporcionar oportunidades para o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Uma estratégia baseada na abordagem das necessidades básicas visa aumentar e redistribuir a produção de maneira a erradicar as privações oriundas da falta de bens e serviços básicos. Um problema notável que daí surge refere-se à definição das necessidades básicas, pois, os padrões e os objetivos sociais variam muito. O *ranking* de bens e serviços básicos é muito diverso e não há critérios objetivos para a sua definição. As necessidades podem variar consoante com o clima, a região geográfica e o período analisado.

Por isso, Stewart (1995) determina que a questão das necessidades básicas deva se referir aos bens e serviços básicos que se fazem necessários para o alcance de uma vida decente. De maneira geral, a abordagem defende um nível de vida minimamente decente em

²³ Ver Stewart (1989).

termos de, por exemplo, saúde, nutrição e alfabetização. Bens e serviços como alimentos e serviços de saúde, são vistos como meios para a realização de uma vida minimamente decente. Sob este raciocínio, os indivíduos que não possuem estes requerimentos garantidos podem ser classificados como pobres em função de não terem o atendimento de suas necessidades básicas e prioritárias.

Deste modo, necessidades básicas são definidas com base em um padrão de vida mínimo necessário para que os grupos de pessoas, prioritariamente as pessoas pobres, possam se desenvolver na sociedade. Isto inclui requerimentos mínimos de consumo de alimentos; habitação e vestuário; e acesso a serviços essenciais como oferta de água potável, saneamento, saúde, educação e transporte. Ao priorizar o atendimento às necessidades básicas das pessoas, foca-se na distribuição apropriada de bens e serviços entre os seres humanos para que possam usufruir de um nível de vida minimamente decente (STEWART, 2006).

Esta abordagem também engloba necessidades não materiais. As necessidades não materiais são relevantes, porque se relacionam com o atendimento dos direitos humanos. Além disso, elas são úteis para a satisfação das necessidades materiais. As necessidades não materiais incluem a autodeterminação, a autoconfiança, a participação dos trabalhadores e cidadãos na tomada de decisões que afetam sua identidade nacional e cultural. De acordo com Stewart (1989), entre os aspectos não materiais está a liberdade.

Com base nesta visão, argumenta-se que o pobre não necessita apenas de renda, mas de bens e serviços básicos. A renda monetária não é suficiente para assegurar o acesso a todos os bens e serviços essenciais. Elementos importantes como serviços de saúde, educação e boa oferta de água não dependem somente de renda privada, ainda que a renda seja vista como um meio para adquirir necessidades básicas importantes para a realização de uma vida decente.

A utilização da renda ou do PIB *per capita* é controversa, na medida em que ignora que um subconjunto de bens e serviços pode ser classificado como mais básico que outro. Segundo Stewart (1995), a visão das necessidades básicas parte do pressuposto que alguns bens são mais importantes que outros. Tais bens são vistos como substanciais para os seres humanos. Ainda que os bens e serviços necessários para uma vida decente variem entre indivíduos e sociedades, sua hierarquia permanece.

Então, as necessidades podem ser classificadas de forma hierárquica. No nível mais baixo, estão aquelas necessidades que devem ser supridas sob pena de colocar em risco a sobrevivência humana. O nível seguinte circunda as necessidades de sobrevivência, que se baseiam em um mínimo de água potável, comida, habitação e proteção contra doenças fatais. No próximo nível, as necessidades básicas se relacionam com a sobrevivência produtiva

continuada, que inclui a proteção contra doenças debilitantes, mais alimentos e alguma educação. No último nível, as necessidades não materiais são acrescentadas, como a participação no processo de tomada de decisões (STREETEN; BURKI; 1978).

Com base nesta hierarquia, as sociedades podem definir sua própria cesta de bens e serviços básicos. Claramente, as listas variarão de sociedade para sociedade. Os países em desenvolvimento, por exemplo, preferirão concentrar-se nos bens e serviços que afetam a sobrevivência. Outros podem acrescentar aquelas necessidades que afetam a sobrevivência produtiva. Isto posto, é possível se concentrar em vários núcleos de necessidades básicas para fins de planejamento.

A abordagem define três características básicas comuns de serem enfatizadas como saúde, nutrição e algum indicador de realização educacional. Isso ocorre primeiramente porque se pretende atingir um consenso universal de necessidades humanas; porque são vistas como características prioritárias e precondições para uma vida plena; porque são relativamente mais fáceis de serem mensuradas. O indicador de saúde mais utilizado é a expectativa de vida. A realização educacional é mensurada com base na taxa de alfabetização. Por último, é incluída a má nutrição infantil, como uma medida inversa do indicador de nutrição (STEWART, 1995).

Em um quadro evolutivo da abordagem das necessidades básicas, ela visa priorizar, em primeiro lugar, o atendimento às necessidades das pessoas mais pobres e não apenas com o intuito de aumentar a produtividade, mas como um fim em si mesmo. A abordagem volta-se para a correção da privação absoluta que é mais grave nos países onde a pobreza absoluta é maior. Ademais, defende-se que o aumento do rendimento dos pobres não seja neutralizado pelo aumento nos preços dos produtos, bem como, que o aumento da produtividade não seja neutralizado pela diminuição dos rendimentos monetários.

Mais que isso, a abordagem defende não somente o fornecimento de bens e serviços pelo mercado, mas substancialmente o fornecimento de serviços públicos como saneamento, abastecimento de água, educação e saúde. As necessidades podem ser definidas em termos das características dos bens ou serviços (como valor calórico) em vez de serem determinadas em detrimentos das *commodities* e seu preço. Necessidades básicas também podem ser concebidas em termos gerais, e neste ponto, podem ser compostas por necessidades materiais e não materiais.

Como os conceitos são abrangentes, Streeten e Burki (1978) destacam que o problema que circunda as estratégias sobre necessidades básicas não é conceitual e sim operacional. O principal problema diz respeito ao quadro político em que as estratégias são implementadas.

As questões operacionais envolvem: os recursos tanto internos quanto externos úteis para satisfazer as necessidades básicas de um grande número de pessoas nos países em desenvolvimento; a visão de que os serviços públicos podem beneficiar as pessoas pobres; o requerimento de mudanças sociais e instituições que permitam o reconhecimento das necessidades dos pobres e também a manutenção dos serviços que necessitam; o requerimento de incentivos; o constante *trade off* que abrange a satisfação das necessidades básicas e a satisfação de outros objetivos. Tudo isso justifica que na interpretação prática da abordagem, o enfoque primário se dê nos bens e serviços materiais.

Alguns propositores da abordagem concordam que a lista das necessidades não pode ser formulada de maneira arbitrária. Por isso, Stewart (2006) cita algumas maneiras de distinguir as necessidades essenciais. Isto pode ocorrer de maneira participativa, onde as pessoas elegem suas necessidades; de forma consultiva, em que os governos é que elegem as necessidades básicas; e de acordo com a definição de qualidade de vida, determinando os bens e serviços necessários para isto.

Esta última forma de se pensar fundamenta os requerimentos necessários para uma vida plena (*full life*), propostos por Fei, Ranis e Stewart (1985, *apud* Stewart, 2006). Uma vez que as necessidades básicas são requisitos para uma vida plena, pode-se compor um vetor de características de vida plena, incluindo, saúde, educação, participação, emprego, direitos políticos e todos os bens e serviços necessários para a realização de um nível minimamente aceitável das características de vida plena. Vale ressaltar que a definição destas características comporta uma variedade de abordagens que vão desde a maneira participativa até outras maneiras normativas subjacentes.

Ainda que haja uma conotação mais ampla de necessidades neste estágio que no primeiro, as necessidades humanas ficaram restritas ao exercício prático. Por este motivo, a implementação de políticas públicas em decorrência desta ideia esteve mais vinculada à posse de *commodities*.

1.2.2.1 Algumas críticas à abordagem das necessidades básicas

Segundo Bagolin e Ávila (2006), este estágio da abordagem das necessidades humanas é criticado, visto que, seu conceito foi reduzido às questões operacionais. Isso causa um problema no que se refere à formulação de políticas públicas, uma vez que, elas ficam atreladas a melhorias em termos de posse de *commodities*. As críticas mais usuais são: as necessidades são definidas somente em termos de *commodities*; as *commodities* são avaliadas

como se representassem o mesmo valor para todos os indivíduos; o conceito de necessidades básicas parte de requerimentos mínimos; a concentração no espaço das mercadorias desconsidera as desigualdades; as necessidades de *commodities* são interpretadas independentemente de características individuais, assim como das circunstâncias externas que as envolvem.

A abordagem das necessidades básicas é acusada de voltar-se para o fetichismo das *commodities*. Isto ocorre, posto que, enfoca severamente alguns bens e serviços, deixando de lado, outros requisitos importantes para a qualidade de vida. Sen (1990) retrata que a abordagem das necessidades básicas enfrenta incertezas na própria definição de necessidades básicas. As definições originais, normalmente as retratam em termos de necessidades mínimas de *commodities* essenciais como alimento, vestuário e habitação. Esta é a definição mais habitualmente utilizada pela literatura.

Desta forma, Sen (1990) conclui que a abordagem adota o fetichismo das *commodities*. Por conseguinte, o resultado em termos de necessidades básicas está comprometido pela variabilidade da conversão destas *commodities* em potencialidades. Por exemplo, as necessidades em termos de alimentos e nutrientes para proporcionar ao indivíduo a potencialidade de estar bem nutrido, podem variar de pessoa para pessoa. Então, algumas pessoas podem requerer mais nutrientes que outras para obterem os mesmos resultados, haja vista que, isto depende de características particulares como metabolismo, gênero, idade, entre outras.

Vistas sob este aspecto, as necessidades básicas podem ser comparáveis ao conceito de intitamentos²⁴ (*entitlements*) pelo qual Amartya Sen iniciou seus estudos. Os intitamentos incluem um conjunto de *commodities* que as pessoas podem comandar utilizando os direitos e oportunidades que elas têm. Essa discussão será retomada em momento pertinente no próximo capítulo. Aqui cabe entender que, se as necessidades básicas se restringem a requerimentos em termos de *commodities*, na verdade elas permitirão a obtenção apenas de algumas potencialidades como acontece com os intitamentos²⁵.

Em defesa da abordagem das necessidades básicas, Stewart (2006) reconhece que a abordagem tem sido acusada de ser materialista, sob a pena de cair no fetichismo das *commodities*, e paternalista por escolher as necessidades de consumo dos pobres, mas, a autora propõe que a abordagem é mais sofisticada que isso. Segundo a autora a abordagem é

²⁴ Tradução baseada nos livros de Amartya Sen publicados em português.

²⁵ Levando em consideração a crítica a esta corrente, no exercício prático ela pode ser situada no que Gasper (1996) aponta como identificação das necessidades com base uma discussão instrumental.

complexa e engloba necessidades materiais e não materiais, por mais que na prática e na discussão popular ela se atenha a uma lista de requerimentos específicos como educação, serviços de saúde, requerimentos alimentares e às vezes, habitação e vestuário. De uma maneira ou de outra, de acordo com Stewart (1995), a crítica em torno das necessidades básicas é incorreta, pois o objetivo de se atingir uma vida plena envolve importantes meios para a qualidade de vida.

Streeten (1981) chama a atenção para o fato de existirem diversas formas de interpretação da abordagem das necessidades humanas nos seus respectivos estágios. Por isso, é preciso situá-la antes de prosseguir com a crítica de fetichista.

A grande questão que envolve a literatura sobre as necessidades básicas é o aspecto empírico. As necessidades não materiais são mais difíceis de serem mensuradas. Além disso, as bases de dados existentes, na maioria dos países, abrem pouco espaço para isto. Outra questão refere-se à própria hierarquização no interior da abordagem. É natural que, se as necessidades fisiológicas não estão atendidas, elas sejam priorizadas em relação às demais. Além disso, diante de recursos limitados, é comum que as necessidades dos mais pobres sejam posicionadas à frente dos outros indivíduos. O problema é que isto de uma maneira ou de outra, diminui a importância das demais necessidades, incluindo as necessidades não materiais.

Não se pode homogeneizar a população estudada, daí a relevância de empregar níveis hierárquicos das necessidades, ainda que sejam escolhidos de forma intuitiva, nos termos utilizados pela abordagem. Por outro lado, há que se reconhecer que diante de uma limitação de dados, é muito melhor que a análise esteja centrada em necessidades mínimas que simplesmente na renda. Mais precisamente, diante de uma limitação de recursos, é mais plausível que as políticas se voltem para aquelas pessoas em maior situação de precariedade que para ninguém.

Além disso, ao mesmo tempo em que Amartya Sen critica a abordagem, ele demonstra alguma afinidade com ela. Segundo Cocker (1992), essa abordagem é atrativa para Amartya Sen, em primeiro lugar, pela rejeição do crescimento econômico como condição necessária e suficiente para desenvolvimento, uma vez que, na visão das necessidades básicas o desenvolvimento é uma questão de bem-estar humano. O crescimento econômico é um meio indispensável, porém, não se constitui um fim em si mesmo. Quando a abordagem é centrada no crescimento econômico, é inevitável que a prosperidade seja reduzida aos seus aspectos estritamente materiais.

Por conta das limitações enfrentadas, ainda que algumas defesas sejam plausíveis, duas novas abordagens emergiram. A primeira constitui-se no terceiro estágio da abordagem das necessidades humanas que será discutido na sequência. A segunda trata-se da abordagem das capacitações que será apresentada no próximo capítulo.

1.2.3 Terceiro estágio: nova teoria das necessidades humanas

Por tudo que foi discutido, vale recordar que o intuito deste capítulo é demonstrar que a pobreza deve ser estudada com base em múltiplas dimensões e que existe uma literatura da qual é possível extrair este conceito. Neste caso, a abordagem das necessidades humanas permite avançar em relação ao estudo da pobreza e do bem-estar com base em uma única dimensão monetária, à medida que, ela denota que as necessidades dos seres humanos se situam além da renda.

Com relação ao terceiro estágio da abordagem das necessidades humanas, ele é conduzido por autores como Len Doyal e Ian Gough²⁶. Estes autores têm influência marxista²⁷ e partem do contraste entre as necessidades humanas e as necessidades do capital²⁸. Gough (2001) ressalta que as necessidades do capital estão em constante conflito com as necessidades das pessoas.

Se nas sociedades pré-capitalistas as necessidades fisiológicas ou naturais estiveram garantidas, mas com o desenvolvimento do capitalismo elas não foram resolvidas, a situação se acirrou com a prevalência do neoliberalismo. A dominação do capital sobre o Estado e as necessidades humanas foi crescente, particularmente, após a liberalização dos mercados financeiros nos anos 1980 e 1990. Com isso, explica-se a pertinência de se estudar as necessidades humanas e as formas de garantias de seu atendimento. Conforme já se avançou no segundo estágio apresentado, as necessidades humanas não se restringem às naturais.

Para o estudo das necessidades humanas, o terceiro estágio também parte da rejeição do utilitarismo. Normalmente, a ortodoxia econômica do bem-estar trata as necessidades

²⁶ Bagolin e Ávila (2006) destacam ainda a contribuição de outros autores como Max-NeeF (1989; 1991; 1992), Gasper (1996; 2004) e Hamilton (2003). Isto pode ser conferido em Bagolin e Ávila (2006).

²⁷ “Para eles, ‘é inquestionável que Marx acreditava na existência de necessidades humanas objetivas’, principalmente quando se referia a um conjunto de injunções sofridas, coletivamente, pela classe trabalhadora em sua relação de antagonismo com a classe capitalista, a saber: ‘opressão’; ‘degradação da dignidade’; ‘acumulação da miséria’; ‘degeneração física e mental’; ‘desavergonhada exploração’; ‘escravidão moderna’; ‘subjugação’; ‘horrores’; ‘torturas’; ‘brutalidade das esgotantes jornadas de trabalho’; ‘modalidades criminosas de economia no processo produtivo’; ‘devastação e desperdício da mão de obra pelo capital’; ‘severos e incessantes sacrifícios humanos’” (LUKES, 1991, p. 12 *apud* PEREIRA, 2006, p. 34).

²⁸ Mesmo que o capital não seja uma entidade como as pessoas, ele pode ser associado à qualidade realistas.

como sinônimas de preferências. Vistos somente sob a ótica de consumidores, podem satisfazê-las apenas por meio de seus reflexos de consumo.

A abordagem de Doyal e Gough promove uma distinção entre necessidades e preferências, e pode ser classificada como uma abrangente teoria normativa na análise da pobreza multidimensional. Nesta corrente, as necessidades se referem a uma categoria particular de objetivos universalizantes. A diferenciação entre necessidades básicas e preferências ou desejos pode ser traçada com base na proposição de sérios prejuízos à vida material e à atuação dos seres humanos enquanto indivíduos bem informados e críticos.

Estes prejuízos são aspectos negativos que de alguma forma afetam o desenvolvimento físico e social das pessoas na sua capacidade de participação ativa e crítica. Conseqüentemente, as necessidades humanas se relacionam ao fato de evitarem prejuízos sérios e prolongados e sua satisfação constitui-se em requisito para isso (DOYAL; GOUGH, 1991; GOUGH, 2001).

Está clara a evolução da abordagem das necessidades humanas. Todavia, neste ponto, o terceiro estágio, nos termos empregados por Bagolin e Ávila (2006), se aproxima do primeiro ao diferenciar necessidades e preferências baseando-se na noção de sérios prejuízos, ou de causar graves danos. Em contrapartida, neste estágio a ideia de necessidades é mais ampla e contempla claramente necessidades não materiais ao se referir à participação ativa e crítica dos indivíduos.

A nova teoria das necessidades humanas de Doyal e Gough (1991) posiciona-se contrariamente ao princípio de soberania do consumidor. Este princípio é fortemente condizente com a orientação pró-mercado, segundo a qual, as preferências são orientadas pelo mercado. A racionalidade não pode ser vista como suprema para determinar o que é melhor para o indivíduo e para a coletividade. Por conseguinte, as preferências individuais são insuficientes e inconsistentes com os requerimentos de bem-estar social. Logo, não é somente o mercado que dita as regras sobre o bem-estar individual (e também social).

Em oposição à visão fundamentada em preferências, que deixa a cargo do mercado a satisfação do indivíduo enquanto consumidor, a visão baseada em necessidades sociais, ratifica nitidamente que é necessária a formulação de políticas públicas para a satisfação de necessidades que não estão disponíveis no mercado. É por isso, que a visão do bem-estar não pode ser limitada às preferências.

A nova teoria das necessidades humanas baseia-se na ideia ampla de necessidades que são concebidas de modo objetivo e universal. O aspecto objetivo, diz respeito ao fato de independem de preferências, desejos ou aspirações. O aspecto universal implica que as

peçoas, independentemente de posição geográfica e cultural, são dotadas de necessidades básicas comuns que transcendem aspectos culturais e históricos. Por este motivo, a insatisfação das necessidades básicas causa os mesmos prejuízos a indivíduos de distintas culturas ou localidades.

As necessidades universais na visão de Doyal e Gough (1991) não variam, ainda que sua satisfação possa assumir variadas formas. Os autores associam o desenvolvimento de uma vida digna ao atendimento das necessidades humanas comuns a todos os indivíduos em toda parte.

Por tudo isso, este estágio pode ser classificado congênera à definição apresentada por Gasper (1996) na Seção 1.2, inserido na interpretação de necessidades voltadas para os aspectos normativos e éticos, entre os quais os pré-requisitos para as necessidades devem estar associados ao *status* de prioridade. Baseando-se neles, são estabelecidas alegações que a comunidade política deve assegurar aos indivíduos para o atendimento de suas necessidades básicas. Assim, as necessidades prioritárias são definidas de acordo com diferentes contextos materiais e culturais, mas dentro de um quadro comum e sistemático.

Os autores identificam as necessidades humanas básicas universais como saúde física (*physical health*) e autonomia (*autonomy*). A saúde física é essencial para a capacidade de agir e participar. A autonomia refere-se à capacidade de fazer escolhas e à forma como se deve proceder para fazê-las. Estas necessidades básicas são compartilhadas por todas as pessoas.

Conforme Gough (2001), as necessidades básicas são precondições universais para a participação nas diversas formas de vida. Segundo Pereira (2006), estas necessidades básicas não são um fim em si mesmas, mas requisitos para a obtenção da participação social. Desta forma, a saúde física é destacada como necessidade básica por ser um requisito para a vida humana. Na mesma linha, a autonomia pode ser concebida como necessidade básica, uma vez que, permite livrar os seres humanos das diversas formas de opressão.

A saúde física é importante, pois, quanto maior o seu nível, maior a esperança e a qualidade de vida. Além disso, a satisfação desta necessidade básica é útil para propiciar às pessoas a participação social. A participação é vista como item fundamental para libertá-las da opressão e da pobreza. Para o desenvolvimento do potencial dos indivíduos, é preciso que sejam livres para participar e influenciar as formas de vida sem que haja limitações de suas escolhas.

Embora a saúde física seja citada como condição para o desenvolvimento dos indivíduos, de acordo com Pereira (2006), a saúde física se situa como uma necessidade

natural que abrange todos os seres vivos, ou seja, não é específica dos seres humanos. Vista como uma necessidade natural ou biológica, a saúde não diferencia os seres humanos dos animais. Este diferencial só ocorre na maneira de satisfazê-la, o que requer provisões dotadas de conteúdo humano e social.

Por isso, é justificável a introdução de outro componente das necessidades humanas que é a autonomia. Caso contrário, este estágio das necessidades humanas estaria sob ameaça de recair nos mesmos princípios que nortearam o primeiro estágio da abordagem.

A autonomia também se relaciona com a liberdade dos indivíduos, e centra-se na capacidade de escolha e ação. É a autonomia que concede aos seres humanos a capacidade de escolher seus objetivos e crenças, situá-los e usufruí-los. Em meio à autonomia, é necessário acrescentar a importância da democracia, como um recurso que permite ao indivíduo sua liberdade de escolha e de ação, e o permite protegê-lo da miséria e do desamparo.

A satisfação das necessidades básicas é uma condição para a participação em todos e quaisquer grupos sociais. Além de propiciar a participação, a satisfação das necessidades básicas, promove a participação crítica. Esta forma de participação envolve a capacidade dos seres humanos de situarem sua forma de vida, criticá-la, e se for necessário, atuar para mudá-la. Este nível de participação é mais dinâmico e requer maior autonomia crítica (DOYAL; GOUGH, 1991; GOUGH; 2001).

A autonomia crítica origina-se de níveis elevados de autonomia. Por conseguinte, implica não somente na capacidade de criticar, como também na habilidade de alterar as regras culturais dentro das quais o indivíduo se integra. Nesse sentido, a autonomia é indicada como uma necessidade específica dos seres humanos que os diferencia substancialmente dos demais seres vivos. A autonomia crítica fornece às pessoas a autonomia de agência.

Quando as necessidades básicas não são atendidas, causam sérios prejuízos aos indivíduos. Estes prejuízos afetam sua condição de agente. A capacidade de agência permite ao indivíduo o reconhecimento sobre si mesmo e sobre os demais indivíduos. Assim, confere às pessoas sua atuação como atores sociais. Isto se refere à sua capacidade de escolha e decisão enquanto seres críticos, além de propiciar a participação social.

Deste conceito, Doyal de Gough (1991) ressaltam o que intitulam de ótimo de participação. Relacionado à criticidade está o que os autores chamam de ótimo crítico, que permite que os indivíduos questionem e busquem ativamente por alternativas que resultem na melhoria de vida e cultura.

Visivelmente este conceito de otimização se difere do ótimo paretiano que se volta para preferências. O critério de eficiência de Pareto, ou o ótimo paretiano, se relaciona com

preferências utilitárias e determina que o aumento de utilidade de uma pessoa só é possível se for reduzida a utilidade de outra pessoa. Tendo em mente a diferenciação entre preferências e necessidades, fica claro que o ótimo paretiano não se vincula às necessidades. O bem-estar utilitarista não é a única coisa relevante sob essa visão. Então, a visão do bem-estar não pode estar restrita a este ponto de vista.

Sobre a capacidade de agência, Gough (2001, p. 6) ressalta que “isto é prejudicado, vamos dizer, por doença mental grave, habilidades cognitivas pobres e oportunidades bloqueadas para se envolver na participação social” (tradução nossa)²⁹. Assim, uma situação de deficiência na saúde mental implica no comprometimento da racionalidade de ação do indivíduo.

A capacidade de agência do indivíduo também é afetada por sua capacidade cognitiva, que se traduz na destreza para o entendimento e interpretação das regras impostas pela sociedade. Por fim, quando as oportunidades de participação estão bloqueadas, isto limita que os indivíduos ocupem papéis ativos, bem como, o acesso aos meios e objetivos para sua realização.

1.2.3.1 A satisfação das necessidades humanas

O terceiro estágio da abordagem das necessidades humanas enfatiza necessidades básicas comuns a todos os indivíduos, em todos os tempos, em toda parte. Apesar disso, segundo Gough (2001), a satisfação destas necessidades não é uniforme, no sentido de existir diversas formas pelas quais as necessidades podem ser atendidas.

Isso é exemplificado por Doyal e Gough (1991) quando os autores lembram que, todas as pessoas possuem necessidades de alimentação e moradia. No entanto, essas necessidades não são satisfeitas da mesma forma. Existem inúmeras formas de cozinhar, vários tipos de abrigos e todos eles podem ser capazes de atender de alguma forma certos requerimentos específicos.

Ao reconhecer este fato, os autores estão na verdade assumindo que a satisfação das necessidades básicas pode ser relativa e varia proporcionalmente à cultura, à localização geográfica e à sociedade em que se vive. Assim sendo, é possível encontrar um componente absoluto nesta abordagem no que se refere à saúde física e a autonomia, e um componente relativo no que diz respeito à forma de satisfação destas necessidades.

²⁹ “*This is impaired, we go on to say, by severe mental illness, poor cognitive skills, and by blocked opportunities to engage in social participation*”.

Os autores evidenciam muitos satisfadores³⁰ (*satisfiers*), isto é, atividades, bens e serviços, medidas políticas que são utilizadas para atender as necessidades básicas. Estes satisfadores são encontrados em toda parte e são relevantes para a melhoria da saúde física e da autonomia. Por isso, os autores listam o que denominam de satisfadores universais.

Já que esses satisfadores contribuem para a saúde física e a autonomia, também podem ser chamados de necessidades intermediárias. Nesse sentido, as necessidades intermediárias “[...] são essenciais à proteção da saúde física e da autonomia e à capacitação dos seres humanos para participar o máximo possível das suas formas de vida e culturas” (PEREIRA, 2006, p. 75).

Por conta do componente relativo que está presente na satisfação das necessidades, há o reconhecimento que os satisfadores universais podem ser insuficientes para representar todos os contextos. Algumas comunidades podem requerer satisfadores específicos para melhorarem adversidades nas condições de vida das pessoas que as compõem. Ainda assim, os autores listam onze satisfadores de caráter universal: alimentação nutritiva; água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança econômica; educação apropriada; e segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto.

Alguns destes satisfadores universais podem assumir a forma relativa no seu atendimento, em razão de estarem sujeitos a características individuais, circunstâncias climáticas, econômicas e sociais. Contudo, Doyal e Gough (1991) chamam atenção para satisfadores que se não forem atendidos resultarão em prejuízos físicos e mentais às pessoas independentemente do contexto em que vivem. Estes satisfadores foram citados por Pereira (2006, p. 77):

- a) garantia de abrigo suficiente em climas adversos e proteção razoável contra intempéries, riscos de epidemias e vetores patogênicos. Isso inclui casas adequadas, água corrente, sistema sanitário básico e, em regiões sujeitas ao frio, calefação; b) existência de saneamento para evitar a contaminação bacteriana da água e das redes de distribuição, pois a falta de saneamento constitui uma das principais causas de doenças parasitárias que debilitam o ser humano; c) ausência de superlotação residencial, pois, em caso contrário, há prejuízos sensíveis à saúde física e mental dos moradores, com reflexo negativo na sua autonomia individual, devido a ocorrência de doenças respiratórias, atraso no desenvolvimento físico e intelectual das crianças e sensação de fadiga e depressão nos adultos (PEREIRA, 2006, p.77).

³⁰ Tradução baseada em Pereira (2006).

Estas necessidades intermediárias se forem comprometidas, imporão limitações à vida dos indivíduos em qualquer parte. Isto causa impedimentos no atendimento das necessidades básicas, e conseqüentemente, limita a participação ativa dos indivíduos.

Além disso, cabe destacar que dois satisfadores são específicos para o atendimento das necessidades de mulheres e crianças. Estas duas categorias estão em situação de maior vulnerabilidade. Ter suas necessidades básicas atendidas significa articular o desenvolvimento concreto de seu bem-estar. Estes satisfadores são apenas em parte universais, já que não afetam diretamente todos os seres humanos. Para as crianças, a proteção à infância significa conceder uma infância segura no desenvolvimento da sua autonomia e da personalidade. Para as mulheres, a segurança no planejamento familiar, na gravidez e no parto, relaciona-se ao fato de conceder a elas autonomia para dominarem sua vida reprodutiva, além de capacitá-las sobre si mesmas e seu entorno. Isto lhes proporciona formas de participação social.

Em resumo, os autores reconhecem que alguns grupos demandam requerimentos particulares para atingirem o atendimento da saúde física e da autonomia que são absolutas e universais e propiciam a participação nas esferas da vida, bem como, a libertação das diversas formas de opressão, entre elas, a pobreza. Os satisfadores universais ou necessidades intermediárias, então, têm a função de possibilitar o atendimento das necessidades universais e podem ser classificados de maneira universal, assumindo a forma absoluta ou de maneira específica, assumindo a forma relativa de acordo com as particularidades dos indivíduos em questão. De uma forma ou de outra, as necessidades intermediárias também requerem satisfadores específicos para o seu atendimento.

Gough (2001, p. 7) apresenta três precondições processuais ou políticas para a definição da forma ótima das necessidades humanas:

(1) uma forma de identificação das necessidades racionalmente e coletivamente, em parte, tocando as ações mais recentes do conhecimento científico, (2) um meio de usar o conhecimento experiencial das pessoas em suas vidas cotidianas e (3) a resolução informada e democrática de desacordos inevitáveis que resultará dessas duas abordagens (tradução nossa)³¹.

Em nível material ou econômico são adicionadas outras precondições: produzir satisfadores adequados e suficientes; distribuí-los compativelmente com as necessidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades; transformar os satisfadores em necessidades individuais satisfeitas, o que pode acontecer dentro das famílias; garantir a sustentabilidade

³¹ “(1) a way of rationally and collectively identifying needs, in part by tapping the latest stock of scientific knowledge, (2) a means of using the experiential knowledge of people in their everyday lives, and (3) the informed, democratic resolution of the inevitable disagreements which will result from these two approaches”.

deste processo no decorrer do tempo. As sociedades mais factíveis de abordarem estas precondições processuais e materiais têm maiores chances de verem seus membros com suas necessidades atendidas.

Para que ocorra a otimização das necessidades básicas, a sociedade deve produzir recursos suficientes para que as pessoas obtenham níveis básicos de saúde física e autonomia. Além disso, é necessário assegurar a reprodução biológica e socialização das crianças. Outro requisito importante para a otimização é a transmissão cultural de conhecimentos e valores que são cruciais para a reprodução social. Ademais, é preciso que haja algum sistema de autoridade legitimado pela sociedade (PEREIRA, 2006).

Nesse sentido, as necessidades básicas listadas por Doyal e Gough (1991) devem ser atendidas mediante a coletividade através do envolvimento de poderes públicos adicionando-se a participação da sociedade, fato que já foi abordado por autores do segundo estágio. Assim, saúde física e autonomia, enquanto necessidades básicas universais devem se consolidar como direitos de todos indistintamente. Por isso, estas necessidades são vistas como direitos morais que representam também direitos sociais e civis. Logo, são responsáveis por potencializar os indivíduos em termos da sua participação social e libertação das situações adversas.

Esta visão das necessidades básicas fornece uma conotação complexa para o conceito de pobreza, que está relacionada não somente à insuficiência de renda, mas a um conjunto de fatores que limitam a vida dos indivíduos. É notório que a dimensão econômica está presente na abordagem como uma necessidade intermediária, sob a denominação de segurança econômica. Por isso, nesta abordagem, a renda é vista como um meio para se atingir outros fins, neste caso, para o alcance de necessidades básicas que propiciarão a participação social e a libertação dos indivíduos.

A segurança econômica é substancial para garantir o desenvolvimento da autonomia individual, sob a pena de perda do controle externo, promoção da desorientação e instabilidade, além de colocar em risco a capacidade de participação dos indivíduos. A satisfação desta necessidade intermediária é tão importante, que segundo Pereira (2006), a insegurança econômica pode provocar doenças mentais, podendo gerar, até mesmo, a morte do indivíduo.

Dessa forma, a insegurança econômica coloca em risco a capacidade de participação dos seres humanos. Por isto, Doyal e Gough (1991) admitem medidas protetoras baseadas na renda para combater desemprego, enfermidades, incapacidade, e outras situações que afetam a capacidade de participação social dos indivíduos.

Apesar da sua importância, a renda não é apontada sozinha como requisito necessário e suficiente para o bem-estar como faz a abordagem tradicional sobre pobreza. A segurança econômica é somente uma necessidade intermediária associada a várias outras que também são fundamentais.

Ao contrário do que acontece no segundo estágio, no terceiro estágio, a ideia de necessidades não visa privilegiar em primeiro lugar, as pessoas pobres. A larga conotação de saúde física e autonomia é estendida em primeira instância a todos os indivíduos independentemente de condição social.

Os autores, de certa forma, mantêm a hierarquia das necessidades básicas quando apresentam a saúde física como condição mais básica para que possa existir participação. Entretanto, eles contornam o peso da hierarquização quando agregam a autonomia que difere os homens dos animais, e quando assumem que estes dois conjuntos de necessidades são universais e devem ser atendidos para proporcionar aos seres humanos o desenvolvimento de uma vida digna.

Doyal e Gough (1991) listam necessidades básicas e intermediárias universais, mas eles deixam espaço para as devidas adaptações em virtude das divergências pessoais, regionais, culturais e temporais, quando assumem a existência de satisfadores específicos que variam entre as pessoas.

Gough (2001) ressalta que a ideia de necessidades humanas comuns e universais facilita uma medida universal e convincente de bem-estar humano. Além disso, para teoria em questão, os seres humanos têm direitos a uma disposição comum de satisfadores de necessidades básicas e de obterem um nível de vida mínimo.

Assim sendo, esta visão se difere do enfoque tradicional no qual, a pobreza se restringe a um problema moral, individual e de fraqueza pessoal (PEREIRA, 2006). Abre-se espaço para o papel do Estado e da sociedade neste meio.

As necessidades intermediárias, por exemplo, podem ser fornecidas dentro da família ou da coletividade, o que exige um Estado apoiado por poderes coercitivos e por legitimidade territorial. Isso porque nem todas as necessidades intermediárias estão disponíveis no mercado e nem todos os indivíduos conseguem realizá-las facilmente. Então, o Estado é necessário para o fornecimento e seleção de políticas viáveis para o atendimento das necessidades, especialmente daquelas que não podem ser supridas imediatamente no mercado (DOYAL, 2001).

O enfoque nas necessidades humanas está voltado para a concretização de direitos. Esta concretização depende da provisão social. Enquanto satisfador fornecido pelo Estado, a

política social³² é importante para o atendimento das necessidades intermediárias e para a consequente satisfação das necessidades básicas. A política social é um instrumento eficaz em propiciar o desenvolvimento dos seres humanos como cidadãos.

Em contraste, com o padrão básico, no ideário vigente prevalece o padrão mínimo. Em meio a isso, pode-se retornar à posição de Gough (2001) apresentada no início das discussões sobre o terceiro estágio, em que ele denota o conflito entre as necessidades do capital e as necessidades humanas. Gough (2001) ressalta que o neoliberalismo acentuou a submissão das necessidades humanas às necessidades do capital e impôs a ideia de mínimos sociais em que o mínimo disputa lugar com o básico na política social. Na verdade, a ideologia neoliberal nega o papel da política social como instrumento de construção da cidadania.

Por conta desta ideologia, o subjetivismo e o relativismo são usados por muitos autores para designar as necessidades dos seres humanos. Na verdade, esta linha de pensamento implica que o atendimento das necessidades humanas seja submetido e delegado ao mercado. Isto implica mais uma vez em privilegiar as necessidades do capital em relação às necessidades humanas. Segundo Pereira (2006), dentro da noção neoliberal de pobreza, ainda que as necessidades sejam analisadas com base em um conceito absoluto, quando se compreende a existência de necessidades comuns entre as pessoas, o seu atendimento será tratado como mínimo.

Quando a satisfação das necessidades é abandonada a cargo do mercado, algumas pessoas podem ter suas necessidades satisfeitas, mas apenas com relação à aquisição de algumas *commodities*. Certas necessidades podem nunca ser atendidas. É por isso, que a desregulamentação e o livre mercado interferem na satisfação das necessidades humanas, impondo desvantagens ao mesmo tempo em que importantes necessidades básicas precisam ser satisfeitas (GOUGH, 2001b).

Para diminuir a primazia do capital sobre as necessidades, os sistemas de bem-estar³³ (*welfare*) são importantes. Com eles, é possível favorecer as necessidades humanas, as necessidades do capital ou fornecer combinações entre ambas. Estados de bem-estar podem

³² Segundo Titmuss (2001), a política social é vista como benéfica, redistributiva e relacionada a objetivos econômicos e não econômicos. Com rejeição do seu papel residual designado pela ideologia neoliberal, a política social, passa a ser denominada como um instrumento positivo de mudança e como parte essencial do processo político.

³³ Os regimes de bem-estar citados por Gough (2001, p. 24-25) são: liberal (“*Liberal welfare states of the english-speaking world achieve budgetary restraint and employment growth at the cost of low wages and working poverty*”), o conservador (“*The conservative welfare regimes of the EU 'core', on the other hand, achieve greater labour market equality, but at the costs of employment growth in the public and private sectors*”) e o social democrata (“*The social democratic welfare regimes of Scandinavia combine low wage differentials and high participation rates at the cost of high levels of state spending on both transfers and social services*”). Esses regimes têm diferentes impactos nas necessidades humanas e na competitividade capitalista.

melhorar a produtividade e com isso aumentar a competitividade dos capitais nacionais. Assim sendo, ao garantir o atendimento das necessidades humanas, as políticas sociais podem atuar também como garantidoras de lucro.

O Estado de bem-estar no âmbito do Estado capitalista é uma forma de regulação social que ressalta a modificação das relações estabelecidas entre o Estado, a economia e a sociedade em um dado momento do desenvolvimento econômico. Nas análises de Draibe (1989, p. 29):

Tais transformações manifestam-se na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora [...] na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais privados. (DRAIBE, 1989, p.29)

Gough (2001b) sugere que é certo que o Estado capitalista é mais propício à satisfação das necessidades humanas que o capitalismo desregulamentado, ainda que o resultado disto seja indeterminado quando não há maiores informações sobre as políticas de Estado.

Diferentes sistemas de segurança social e regimes de bem-estar mais amplos têm prioridades diferentes. Mas enquanto eles permanecerem contraditórios, há esperança de que as necessidades do capital não vão abafar as necessidades das pessoas. Há mais de um resultado para o compromisso negociado entre as necessidades de capital e as necessidades das pessoas (GOUGH, 2001, p.29) (tradução nossa)³⁴.

O fato é que diferentes regimes de bem-estar podem articular distintamente as formas de se relacionar as necessidades das pessoas às necessidades do capital. Apesar de se constituir em uma união contraditória, não se pode negar que representa um obstáculo para que as necessidades do capital não sufoquem as necessidades das pessoas. De uma maneira ou de outra, o atendimento das necessidades humanas exige que a política social esteja voltada para a concretização de direitos para o conseqüente abandono da condição de pobreza.

1.3 A abordagem das necessidades humanas e o estudo da pobreza multidimensional

Na primeira seção deste capítulo, discutiu-se que a análise fundamentada na renda tende a homogeneizar os seres humanos e, por isso, não é efetiva no combate à pobreza, ao ignorar as diversidades das pessoas. É certo que a pobreza engloba outras dimensões além da renda. Portanto, as análises teóricas e empíricas devem agregar esse conjunto de dimensões.

³⁴ “*Different welfare systems and broader welfare regimes have different priorities. But so long as they remain contradictory, there is hope that capital’s needs will not drown out the needs of people. There is more than one outcome to the negotiated compromise between the needs of capital and the needs of people*”.

Para que as pessoas tenham uma vida ilesa, as necessidades humanas precisam ser solucionadas, especialmente, as mais urgentes que podem provocar prejuízos. Além disso, o alcance de uma vida plena envolve melhorias na vida dos indivíduos, e para tanto, é preciso se atentar para requerimentos de educação, saúde, alimentação, habitação, vestuário entre outros. A satisfação das necessidades não materiais também é importante e diz respeito à liberdade das pessoas.

Qualquer que seja o estágio estudado, a abordagem das necessidades humanas é mais completa e mais eficaz para o estudo da pobreza que a renda. No entanto, o primeiro estágio, apesar de ser mais representante que a visão monetária, pode não conceber com confiabilidade as dimensões da pobreza, uma vez que estas dimensões também não podem ficar restritas aos requisitos naturais. As necessidades dos seres humanos são muito mais amplas que as necessidades dos animais. Logo, o estudo da pobreza deve levar em consideração esta questão. A situação de pobreza não pode ficar limitada apenas àquelas necessidades que se não forem atendidas imediatamente colocam em risco a sobrevivência.

O segundo estágio, ainda que hierarquize as necessidades, é mais plausível. Tendo em vista que empiricamente é muito difícil de mensurar as necessidades não materiais, o segundo estágio, pela razoabilidade das defesas apresentadas pelos autores à crítica de fetichista, já pode ser considerado um progresso na teorização e mensuração da pobreza. O objetivo de se atingir uma vida plena é importante para a qualidade de vida. Ademais, o reconhecimento que o crescimento econômico não é condição suficiente para o bem-estar é um passo muito importante para evidenciar as outras dimensões da pobreza, além da econômica; e para a promoção do processo de desenvolvimento.

Não se pode negar, que a ideia mais ampla de necessidades foi apresentada com o terceiro estágio. A teoria é mais complexa e mais abrangente ao considerar a existência de necessidades humanas comuns a todos os indivíduos em toda parte. Este critério é útil para a análise empírica, especialmente quando o objetivo é a comparação internacional.

Traduzida como o não atendimento às necessidades humanas, a pobreza multidimensional pode ser entendida como empecilho ao desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos. Partindo do pressuposto que a vida do pobre pode e deve ser melhorada, o atendimento otimizado às necessidades básicas torna-se uma proposição essencial.

O pensamento em torno das necessidades humanas constitui-se em um avanço na análise da pobreza por se desvincular da visão que deixa a critério do mercado a resolução do problema da pobreza. Quando as necessidades são tomadas de forma abrangente, isto se torna ainda mais nítido, de maneira que é reconhecido que os seres humanos possuem necessidades

comuns, ainda que algumas requeiram soluções específicas. Essas necessidades não se restringem à dimensão econômica e à medida que avançam para a complexidade, precisam do Estado para o seu atendimento.

No exercício empírico, é preciso reconhecer que as necessidades intermediárias são muito mais fáceis de serem mensuradas. Uma vez que elas permitem a satisfação das necessidades básicas, tornam um bom critério de ser empregado para mensurar a pobreza multidimensional em termos de necessidades humanas insatisfeitas. É relevante acrescentar ainda que, por mais que os autores cite satisfadores ou necessidades intermediárias de escopo universal, eles abrem espaço para que o pesquisador, durante a operacionalização, adicione satisfadores específicos para adequação à realidade pesquisada.

Há que se acrescentar que os autores também não listam níveis de cortes para diferenciar situações de privação daquelas de não privação em todas as necessidades intermediárias. Os autores do terceiro estágio discutem alguns níveis de corte, mas não os retratam fielmente para todas as necessidades. Uma necessidade intermediária para a qual eles sugerem um nível de corte é a alimentação nutritiva. Neste caso, o nível de corte pode ser baseado nos valores energéticos apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que é de três mil calorias ao dia para os homens e duas mil para mulheres. De certo modo, isto deixa outra margem para que sejam aplicados os níveis de cortes que o pesquisador julgar adequado.

Em síntese, os estágios que abrangem a abordagem das necessidades humanas constituem em evolução teórica e podem ser aproveitados para a análise da pobreza multidimensional. Na verdade, estes estágios, ajudam a constituir o aparato teórico para a conceituação da pobreza multidimensional. O segundo e, mais precisamente, o terceiro estágio podem ser empregados para este fim.

O aparato conceitual é relevante para a condução do exercício empírico. Esta tese visa avançar no estudo da pobreza multidimensional ao tentar incorporar, ao mesmo tempo, questões teóricas e empíricas. Neste caso, tudo isso será aproveitado para análise da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais. Entende-se que não basta apenas mensurar a pobreza, se isto não for acompanhado pelas abordagens teóricas que a envolve. Este fato, além de enriquecer o debate acadêmico, contribui para estimular o processo de desenvolvimento destas teorias que estão em evolução.

Além da abordagem das necessidades humanas, outra abordagem que tem sido recorrentemente empregada pelos estudos de pobreza multidimensional é a abordagem das capacitações, cujo precursor é Amartya Sen. Esta última é ainda mais utilizada e disseminada

que os estágios das necessidades humanas, o que pode ser justificado pelo seu forte conteúdo econômico e filosófico. Estes aspectos serão discutidos e aprofundados no Capítulo 2.

CAPÍTULO 2

A abordagem das capacitações de Amartya Sen

Os estudos de Amartya Sen fornecem reflexões, dentre outros fatores, sobre a ética no pensamento econômico; sobre a economia do bem-estar; e sobre uma visão ampla da pobreza, desigualdade, bem como, do processo de desenvolvimento. Amartya Sen é um autor de cunho liberal e sua linha de pensamento se encontra em uma posição intermediária entre o livre mercado e o Estado interventor.

Essa linha de pensamento pode ser entendida como uma ruptura com a corrente econômica convencional visto que se classifica como uma vertente não utilitarista. Além disso, por meio dela, o processo de desenvolvimento pode ser compreendido como uma questão de bem-estar humano. Com isso, a vertente se desvincula da noção de crescimento econômico enquanto condição satisfatória para a superação da pobreza.

A abordagem seniana ganhou corpo nos anos de 1980 e junto com ela foi fornecido o conceito de capacitações que é fundamental na abordagem. As capacitações se referem às liberdades substantivas dos indivíduos para a realização de valiosas coisas ou para o alcance de valiosos estados de existência. Esses conceitos serão aprofundados no decorrer do capítulo.

Neste trabalho, os estudos do autor supracitado serão aproveitados para a análise da pobreza multidimensional em Minas Gerais. Isto é importante, porque a abordagem fornece um corpo teórico consistente para o aproveitamento empírico. À medida que sua abordagem concentra-se na liberdade para que o indivíduo tenha uma vida que valorize, o autor rejeita a renda enquanto indicador único de bem-estar, pois o bem-estar envolve outros critérios que não podem ser suprimidos simplesmente por renda.

Na sequência serão discutidos brevemente os principais pressupostos de seu aporte teórico até chegar à noção defendida de pobreza multidimensional.

2.1 Bem-estar: a limitação da visão econômica tradicional

No Capítulo 1 (Seção 1.1), foi apresentada sucintamente a visão predominante sobre o estudo da pobreza. Cabe retomar essa discussão, para situar a abordagem teórica de Amartya Sen. Sen (1999) ressalta que a ciência econômica está baseada em origens políticas distintas. Uma delas é a tradição ética. Dentro da tradição ética, o autor faz menção a Aristóteles, que

promoveu uma relação entre a realização social e a finalidade de se atingir o bem para o homem, e não somente para um único homem, mas, estendido a uma nação.

Na outra origem, a ética permaneceu esquecida. Em vez de se preocupar com a promoção do “bem para o homem” ou com a forma como se deve viver, esta parte da economia se voltou para questões logísticas. O autor a chama de abordagem da engenharia, e afirma que nela, os seres humanos são caracterizados por um comportamento simplório e irrealista (SEN, 1999).

Entre os autores renomados, Sen (1999) alega que as questões éticas foram reunidas em maior proporção na obra de Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx e Francis Edgeworth, ao passo que, as questões de engenharia e logística dominaram as obras de William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Augustine Cournot e Leon Walras³⁵. É notório que, nenhum dos gêneros é totalmente puro, porém, com a evolução para a economia moderna a abordagem ética foi reduzida de maneira considerável.

A metodologia chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (SEN, 1999, p. 23).

Segundo Kang (2011), o normativismo ficou esquecido durante muito tempo em virtude da hegemonia do positivismo dominado pelo utilitarismo. Por conta deste distanciamento entre a economia e a ética é que houve o empobrecimento da economia moderna, que nas suas simplificações descreve o comportamento racional como o comportamento real, e é obvio que o mundo é mais complexo que isto.

A racionalidade pode ser vista como: consistência interna de escolha, ou como maximização do autointeresse. Conforme Sen (1999), a primeira forma não é razoável, pois, as escolhas dependem de características externas como a natureza das preferências, motivações e valores. Por este motivo, a consistência interna, por si só, não é suficiente para garantir a racionalidade de um indivíduo. Sobre a segunda forma, o autor ressalta que generalizar tudo aquilo que não seja direcionado à maximização de autointeresse como irracional é uma suposição errônea. Pensar nos seres humanos como indivíduos que se guiam somente pelo autointeresse é no mínimo, pensá-los como seres cruéis.

Esta ideia de racionalidade justificada pela maximização do autointeresse é frequentemente atribuída a Adam Smith. Todavia, de acordo com Sen (1999), há indícios que ele não concordava completamente com estas pressuposições.

³⁵ Ver Sen (1999).

[...] existem muitas outras atividades na economia e fora dela nas quais o simples empenho pelo auto-interesse não é o grande redentor, e Smith não atribuiu um papel geralmente superior à busca do auto-interesse em nenhuma de suas obras. A defesa do comportamento auto-interessado aparece em contextos específicos, particularmente relacionados a várias barreiras burocráticas da época e outras restrições a transações econômicas que dificultavam o comércio e atrapalhavam a produção (SEN, 1999, p. 40-41).

O autor prossegue acrescentando que Smith era, de fato, contrário à restrição ao comércio, mas nunca desaprovou o auxílio público destinado aos pobres. Por conseguinte, nada sugere que ele negava a intervenção governamental em prol dos direitos dos pobres.

Smith (1996, p. 170) era defensor das liberdades naturais³⁶. Para ele:

Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres [...]: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, [...]; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter [...].

Por estas razões, é que Sen (1999) enfatiza o estreitamento da ampla visão de Smith pela economia moderna, vista pelo autor como um dos principais entraves da abordagem econômica contemporânea.

Daí origina-se a crítica à economia moderna, onde se insere a economia do bem-estar, classificada por Sen (1999, p. 45) como “precária”, haja vista que nesta visão os seres humanos se guiam estritamente pelo autointeresse e não possuem qualquer consideração ética. A economia do bem-estar se norteia com base no utilitarismo, cujo critério de avaliação, como foi ressaltado na Seção 1.1 do Capítulo, esteve por um longo período baseado na felicidade. Os estados sociais eram julgados pelo somatório da felicidade em cada estado e a avaliação se dava de acordo com a felicidade total.

Sen (2011) afirma que o critério de felicidade ou de realização de um estado mental como sentir prazer, pode ser muito injusto com algumas pessoas que se adaptam a situações adversas e não encontram oportunidades para melhora social. Esta questão adaptativa, afeta negativamente a confiabilidade das comparações interpessoais de utilidade, haja vista que subestimam a situação dos indivíduos que se encontram em situações de privações severas.

Além disso, o utilitarismo restringe as comparações interpessoais para avaliação social somente às realizações. As realizações são identificadas coerentemente com as utilidades realizadas. Neste caso, o valor da liberdade dos indivíduos é apenas indireto como meio para se atingir as realizações (SEN, 2001).

³⁶ Ver Smith (1996).

Quando as comparações interpessoais de utilidade passaram a ser taxadas como normativas ou éticas, nos anos de 1930, alguns autores positivistas como Robbins³⁷ as qualificaram como “sem sentido”, de modo que a comparação entre felicidades de pessoas distintas não possuía base científica. Assim sendo, a utilidade enquanto estado mental foi substituída pela representação da escolha numérica de um indivíduo, e passou a representar somente a preferência de uma pessoa.

No momento em que tais comparações foram evitadas pela economia do bem-estar, foi disseminada a eficiência de Pareto, ressaltada na Subseção 1.2.3 do Capítulo 1. Embora este seja um critério de eficiência econômica, não é um critério justificável para o julgamento social. Sen (1999, p. 43) afirma que “um estado pode estar ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos”.

Nesse sentido, nesta visão do bem-estar as avaliações ficaram restritas somente às utilidades. A utilidade passou a ser determinada como a representação ordenada das preferências de cada pessoa separadamente. “Como uma pessoa não tem realmente a opção de tornar-se outra, as comparações interpessoais de utilidade baseadas na escolha não podem ser ‘lidas’ nas escolhas reais” (SEN, 2000, p. 88). As comparações interpessoais foram abandonadas e incorporou-se o welfarismo por completo, causando prejuízos ainda maiores ao julgamento social.

Quanto ao welfarismo, os requisitos de avaliação social utilitarista a que se apoia a economia do bem-estar podem ser entendidos por três aspectos:

1. “*welfarismo*” [*welfarism*], requerendo que a bondade de um estado de coisas seja função apenas das informações sobre utilidade relativas a esse estado.
2. “*ranking pela soma*” [*sum-ranking*], requerendo que as informações sobre utilidade relativas a qualquer estado sejam avaliadas considerando apenas o somatório de todas as utilidades desse estado.
3. “*consequencialismo*” [*consequentialism*], requerendo que toda escolha – de ações, instituições, motivações, regras, etc. – seja uma última análise determinada pela bondade dos estados de coisas decorrentes (SEN, 1999, p. 55).

Pela ótica do welfarismo, a utilidade é a única fonte de valor. Deste modo, os julgamentos dos estados de coisas se dão em concordância com as utilidades. Com base no consequencialismo, as escolhas devem ser julgadas em detrimento de suas consequências, ou seja, baseando-se nos resultados gerados.

³⁷ Ver Sen (2001).

Quando o welfarismo é combinado ao consequencialismo, temos o requisito de que toda escolha deve ser julgada em conformidade com as respectivas utilidades que ela gera. Por exemplo, qualquer ação é julgada segundo o estado de coisas consequente [...] e o estado de coisas consequente é julgado de acordo com as utilidades desse estado [...] (SEN, 2000, p. 78).

A conclusão a que se chega, é que o bem-estar social na estrutura welfarista é função de utilidades individuais. De acordo com este critério, o êxito é julgado pela soma total de utilidades gerada em cada estado, isto é, o *ranking* pela soma. O *ranking* pela soma implica que as utilidades de diferentes indivíduos sejam somadas para que se chegue a um valor total, porém, não leva em consideração a distribuição do total gerado (SEN, 1999; SEN, 2000; SEN, 2001; SEN, 2011).

O julgamento baseado na utilidade total atesta que o utilitarismo não tem interesse pela distribuição das utilidades e ignora os problemas referentes à desigualdade na distribuição de bem-estar e utilidades entre pessoas distintas. Além disso, o critério utilitarista atribui pesos iguais aos ganhos e perdas de utilidades de todos. Logo, trata os seres humanos de forma igualitária e ignora as diversidades. Nesta abordagem, a injustiça refere-se à perda de utilidade agregada. Esta é a visão que se caracteriza por ser a teoria ética e da justiça mais influente dentro da economia. Pode-se perceber que esta ética sofre de grande limitação (SEN, 1980; SEN, 2000; SEN, 2001; SEN, 2011).

Isto se torna explícito ao analisar que a economia tradicional, também não se atenta para os direitos morais e liberdades. Os direitos tomam uma conotação puramente legal com uso instrumental e não são dotados de qualquer valor intrínseco. Assim sendo, caso a violação de direitos seja vista como uma coisa ruim e a dotação de direitos como uma coisa boa, isto jamais será explicitado, pois, apenas as utilidades devem possuir valor intrínseco³⁸.

Por não reconhecer as diversidades dos seres humanos, o utilitarismo é desastroso e não consegue diferenciar ricos e pobres. Sen (1979) alertou que não se pode dizer que um indivíduo rico é rico, porque possui mais utilidade que outro indivíduo, que neste caso, pode ser chamado de pobre. Na medida em que as comparações interpessoais são abandonadas, a distribuição de utilidades não mais importa para a análise.

O julgamento, ou avaliação social também pode ocorrer por meio da opulência em que são observadas as rendas auferidas ou o consumo alcançado. Isto é condizente com o critério

³⁸ Sen (1999) discute que a visão baseada em direitos não coexiste com o “welfarismo” e com o “*ranking* pela soma”. Apesar disso, pode coexistir com o consequencialismo. Este argumento emerge-se, entre outros motivos, porque as atividades possuem consequências. Segundo Sen (1999), quando o raciocínio consequencial é empregado excluindo-se às restrições impostas pelo welfarismo, pode sugerir uma boa estrutura para o pensamento prescritivo no que tange aos direitos e liberdades. Obviamente este raciocínio é contrário ao welfarismo consequencialista da economia do bem-estar.

de maximização de utilidades, uma vez que esta maximização é delimitada pela restrição orçamentária dos indivíduos, considerando-se que suas rendas são limitadas. Desta forma, o bem-estar social também pode ser visto “[...] diretamente como uma função do vetor de rendas (sem ser intermediado pelas utilidades relacionadas com essas rendas), ou da combinação de características multiatributivas do *status* econômico ou opulência individual” (SEN, 2001, p. 153). Isto mostra que a vantagem de um indivíduo também pode ser avaliada de forma direta quanto a sua renda, riqueza e recursos.

Segundo Alkire (2002), a renda é uma medida que se destaca dentro da abordagem neoclássica, por transmitir utilidade ou valor. Por isto, disseminou-se a ideia de maximizar a renda nacional *per capita*. A renda então foi utilizada por muito tempo como a melhor *proxy* para o bem-estar.

Quanto a isso, Sen (2000) ressalta que ainda que as comparações interpessoais de utilidade fossem equivalentes a comparações de rendas reais, isto seria difícil de concretizar, haja vista que as diversidades dos seres humanos induzem que tenham funções de demanda diferenciadas. De todo modo, a renda e as mercadorias são usadas em prol do bem-estar apenas material.

Pelo fato das pessoas serem desiguais, é razoável que este fato seja levado em consideração. Nas análises de Sen (2001, p. 50-51),

Os seres humanos se diferem uns dos outros de muitos modos distintos. Diferimos quanto a características externas e circunstanciais. Começamos a vida com diferentes dotações de riqueza e responsabilidades herdadas. Vivemos em ambientes naturais diferentes – alguns mais hostis do que outros. As sociedades e comunidades às quais pertencemos oferecem oportunidades bastante diferentes quanto aos que podemos ou não podemos fazer. Os fatores epidemiológicos da região em que vivemos podem afetar profundamente nossa saúde e bem-estar. Mas, além dessas diferenças nos ambientes natural e social e nas características externas, também diferimos em nossas características pessoais (p. ex., idade, sexo, aptidões físicas e mentais) (SEN, 2001, p. 50-51).

Então, mesmo que duas pessoas possuam a mesma renda, elas podem ser desiguais na forma ou no potencial de realizar o que é valioso para elas. Apesar disto, as estratégias de mensuração a partir da renda tratam a renda de todas as pessoas de forma simétrica. Portanto, não se leva em consideração o fato de alguns terem mais dificuldades que outros em converter a renda em bem-estar e liberdade. Além disso, o autor afirma que, “[...] o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente de nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos” (SEN, 2001, p. 60).

O pensamento baseado na renda e na utilidade é dominante e fundamenta o conceito mais utilizado de pobreza, sua mensuração, bem como, a formulação de políticas públicas.

Pelo exposto até aqui é possível concluir que embora possua grande aceitação científica, este corrente teórica é falha. Os modelos econômicos, em sua maioria, têm mais preocupação com a sua representação matemática e aceitação, que com o mundo real. As hipóteses simplificadoras acabam desprezando a complexidade o mundo real e camuflando os problemas que o envolve.

As dificuldades deste tipo de avaliação social com base em variáveis estritamente econômicas podem ser resumidos em: descaso com os direitos e liberdades; trata os indivíduos da mesma forma e ignora as desigualdades; não importa como é a distribuição e todos os indivíduos são homogeneizados; sofre limitações pelas condições adaptativas e mentais a que os seres humanos estão submetidos. Por estes motivos, essas ideias são falhas. Logo, essa linha de pensamento não fornece uma boa representação para a estimação da pobreza e para as formas de combatê-la.

Assim, Sen desenvolve uma vertente particular do bem-estar na qual a liberdade é vista como um elemento central. Esta vertente rejeita o utilitarismo como medida, ignora a pressuposição comportamental de maximização de utilidade, e critica a ética utilitarista.

2.2 A abordagem seniana e a perspectiva da liberdade

Em alternativa à visão predominante do bem-estar, nos anos 1980, Amartya Sen desenvolveu a abordagem das capacitações. A abordagem apresentada enfoca principalmente as liberdades substantivas cultivadas pelos indivíduos, ao contrário da análise econômica tradicional que se concentra na renda e na riqueza (e/ou em cestas de consumo)³⁹.

A origem da abordagem seniana, segundo o próprio Sen (1990), foi influenciada mais intensivamente por Aristóteles, e em menor medida por autores como Adam Smith e Karl Marx. No que tange à raiz aristotélica de sua teoria, Sen ressalta a preocupação de Aristóteles com o bem para o homem e com o interesse na qualidade de vida em termos da capacidade para realizar atividades valorizadas pelos seres humanos. Adam Smith também exerceu

³⁹ A abordagem também se diverge da preocupação libertária com os procedimentos para a liberdade, a obediência às regras de liberdade formal e a conduta correta. Rawls (2000) afirma que na teoria libertariana o Estado é visto como uma instituição qualquer. Este Estado deve ser mínimo, uma vez que, um Estado cujas funções ultrapassem o cumprimento normal dos contratos infringiria os direitos dos indivíduos. De acordo com Sen (2000), os libertários concedem ênfase excessiva à liberdade formal. O termo é empregado para designar direitos individuais e liberdades sociais básicas que o cidadão possui direito, assegurado por lei, de gozar. O autor afirma que privações como fome coletiva e ausência de tratamento médico podem estar presentes ainda que estes direitos libertários sejam respeitados. Um exemplo ilustrativo é a escravidão no Brasil que foi legalizada por um longo período ainda que colocasse o indivíduo em uma posição subumana. Desta forma, a inflexibilidade dos direitos libertários não garante a remoção de privações. O libertarismo desconsidera a importância das liberdades substantivas, assim como acontece na teoria utilitarista e welfarista.

influência em sua teoria, dado que, se preocupou com as liberdades humanas naturais. Do mesmo modo, “[...] uma parte importante do programa de reformulação dos fundamentos de economia política de Marx é claramente relacionada para ver o sucesso da vida humana em termos de cumprir as atividades humanas necessárias⁴⁰ (SEN, 1990, p. 4) (tradução nossa)⁴¹.

Para a formulação da abordagem das capacitações, é de suma importância a ruptura com a visão tradicional da economia. Como marco para esta ruptura, Sen (2001) cita o pensamento rawlsiano sobre os bens primários. Este pensamento foi importante para o reavivamento do normativismo e ajudou a enfatizar a importância da liberdade. Sen (2001, p. 134) afirma que:

Quando se trata de avaliar a teoria da justiça de Rawls como um todo, é claro que é necessário concebê-la dentro de restrições específicas impostas pelo próprio autor, mas a “atitude rawlsiana” numa forma menos restrita teve um profundo impacto sobre um domínio bastante amplo do pensamento político, social e econômico contemporâneos (SEN, 2001, p. 134).

Segundo Sen (2001), a teoria da justiça rawlsiana pressupõe que cada indivíduo tem direitos iguais a um esquema de liberdades básicas iguais, condizente com um esquema de liberdade global. As desigualdades sociais e econômicas precisam estar vinculadas às posições e cargos livres a todos os indivíduos na forma de igualdade equitativa de oportunidades. Dentro do “Princípio da Diferença”⁴², os indivíduos com menor vantagem dentro da sociedade devem ser favorecidos em termos de bens primários. Então, o enfoque rawlsiano defende a igualdade de liberdades básicas, mas a distribuição de bens primários deve beneficiar os menos favorecidos na sociedade.

Rawls (2000) divide os bens primários em cinco categorias: a. direitos e liberdades fundamentais, que também constituem uma lista; b. liberdade de movimento e livre escolha de ocupação num contexto de oportunidades diversificadas; c. poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidades nas instituições políticas e econômicas de estrutura básica; d. renda e riqueza; e. bases sociais do autorrespeito⁴³.

A vertente rawlsiana é um ponto de partida para a inclusão da perspectiva da liberdade. Todavia, conforme Sen (2001), os bens primários são melhores vistos como meios para a liberdade do que como elementos que a constituem. Vistos deste modo, os bens primários podem ser interpretados somente como meios para outras coisas, dentre elas, a liberdade. Por isso, embora ajude a enfatizar a importância da liberdade, esta visão ainda é

⁴⁰ Ver Sen (1990).

⁴¹ “[...] an important part of Marx's programme of reformulation of the foundations of political economy is clearly related to seeing the success of human life in terms of fulfilling the needed human activities”.

⁴² Ver Sen (2001).

⁴³ Ver Rawls (2000).

insuficiente para captar a extensão da liberdade, já que esta é vista somente como um meio para o alcance de realizações⁴⁴.

Ainda assim, segundo Sen (2011), a análise em termos de bens primários como acontece no raciocínio de Rawls é um avanço em relação ao enfoque na utilidade e na renda, mesmo que pessoas distintas tenham oportunidades também distintas na conversão de bens primários em uma vida valorizada por estas pessoas, e que isso dependa do ambiente natural e social em que os indivíduos estão inseridos. Os indivíduos possuem diferentes aptidões na conversão de renda e recursos em boa vida⁴⁵.

Sen (1980) admite a influência rawlsiana em sua abordagem, que pode ser vista como uma extensão da preocupação com bens primários. Sen (1983b, p. 338) acrescenta que “nosso foco na capacitação difere tanto da preocupação utilitária com reações só mentais quanto da preocupação rawlsiana com bens primários como tal, embora a abordagem das capacitações seja muito influenciada pela análise moral de Rawls” (tradução nossa)⁴⁶. A diferença fundamental entre as duas abordagens está na concepção de meios para a liberdade.

Para Sen (2001) é necessário estabelecer uma distinção entre liberdade e os meios para o alcance da liberdade. Estes últimos propiciam que as pessoas obtenham mais liberdade. É o caso dos bens primários ou recursos. Ao estender este raciocínio para o consumo de mercadorias, percebe-se que o conjunto orçamentário (baseado nos recursos da pessoa, como nível de renda e possibilidade de adquirir tais mercadorias dados os preços) é a representação da extensão da liberdade neste espaço, isto é, a liberdade de escolha entre pacotes alternativos de mercadorias.

⁴⁴ Ver Sen (2001).

⁴⁵ As vantagens e desvantagens que os indivíduos podem auferir em detrimento de outros podem ser avaliadas em função de diferentes variáveis como renda, riqueza, utilidade, recursos, liberdades, qualidade de vida, direitos, bens primários, satisfação de necessidades, entre outras. Cada uma destas variáveis fornece uma visão correspondente de igualdade. A escolha entre estes espaços é fundamental na avaliação da igualdade. Os igualitaristas de renda pedem rendas iguais para todos, os igualitaristas de bem-estar querem níveis iguais de bem-estar, os utilitaristas clássicos defendem utilidade com pesos iguais para todos os indivíduos, os libertários puros exigem igualdade de direitos e liberdades. Para o autor, todas estas classes são igualitaristas. Contudo, os seres humanos são diversos e as investigações sobre igualdade que utilizam a suposição que todos são iguais desconsideram o aspecto da diversidade humana. Assim, o autor elabora uma abordagem alternativa a estas que considera as heterogeneidades a que os seres humanos estão submetidos. Ao reconhecer as diversidades, Sen (2001) cita as considerações de Marx ao constatar que a igualdade nas recompensas pelo trabalho desconsiderando a diversidade das necessidades era uma extensão do direito burguês que vê as pessoas como meros produtores. Com isso, percebe-se que os seres humanos não podem ser enquadrados em uma única categoria ou classificados conforme um único aspecto. A própria diversidade na composição e tamanho das famílias contesta a homogeneidade aparente.

⁴⁶ “Our focus on capability differs both from the utilitarian concern with just mental reactions and from the Rawlsian concern with primary goods as such, though the approach of capabilities is much influenced by Rawls’ moral analysis”.

Nesse sentido, quando se trata do consumo de mercadorias os meios para a liberdade são representados pelos recursos que sustentam o conjunto orçamentário e a extensão da liberdade é o conjunto orçamentário em si. Todavia, Sen (2001) ressalta que os recursos que uma pessoa possui não são indicadores fiéis da liberdade que efetivamente desfruta, pela própria diversidade dos seres humanos. Por conseguinte, não podem ser a base para comparar liberdades.

Qualquer que seja o critério de julgamento da realização é necessário distinguir entre a extensão da realização e a liberdade para realizar. O posicionamento do indivíduo em um ordenamento social pode ser julgado por meio da realização alcançada e por meio da liberdade para realizar. “A realização liga-se ao que conseguimos fazer ou alcançar, e a liberdade, à oportunidade real que temos para fazer ou alcançar aquilo que valorizamos” (SEN, 2001, p. 69). A grande questão é que na avaliação do ordenamento social, as vertentes se atêm somente à realização. O papel da liberdade fica restrito a um papel apenas instrumental como um meio para o alcance das realizações.

A perspectiva da liberdade é importante, haja vista que a liberdade concede oportunidade para que o indivíduo alcance seus objetivos. Portanto, trata-se da aptidão para realizar aquilo que é valorizado por ele. Este é o “aspecto da oportunidade” da liberdade. A oportunidade é concedida ao indivíduo, ele está livre para fazer o uso desta oportunidade ou não. Além disso, o processo de escolha também é relevante, uma vez que o indivíduo não é forçado a escolher uma coisa ou outra, isto é, o indivíduo escolhe livremente sem a imposição de restrições por um terceiro.

As escolhas dependem das circunstâncias, das instituições e do contexto que levam o indivíduo a optar por uma coisa ou outra. Este é o “aspecto do processo” da liberdade. O aspecto da oportunidade da liberdade deve ser complementado por processos justos que não envolvam a violação de direitos das pessoas ao utilizá-los (SEN, 2005; SEN, 2011).

A visão da liberdade adotada pelo autor diz respeito “[...] tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas, têm dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais [...]” (SEN, 2000, p. 31). Desta forma, podem ocorrer privações da liberdade caso haja processos ou oportunidades inadequadas.

A perspectiva da liberdade é fundamental na análise seniana, pois, ultrapassa o papel meramente instrumental em que ela aparece apenas como uma intermediária para que se atinjam as realizações, e se relaciona com a oportunidade e o processo que proporcionam aos indivíduos o potencial para o alcance de suas metas e objetivos. Nesse sentido, o bem-estar

humano não é meramente material e envolve a liberdade para que as pessoas possam fazer suas escolhas e seu modo de vida.

2.3 O estudo das capacitações

Os estudos de Amartya Sen sobre as capacitações⁴⁷ (*capabilities*)⁴⁸ iniciaram com uma preocupação com as fomes coletivas e com a forma de eliminá-las ainda houvesse dotação de alimentos adequada. Sen (1981) ressalta a posse de alimentos como um dos direitos de propriedade mais primitivos e necessários para evitar a fome. Neste intuito, Sen trata da ideia de intitamentos que estão relacionados à propriedade de recursos produtivos, à riqueza, à posse de terra.

Os intitamentos, como foi mencionado na Subseção 1.2.2.1 do Capítulo 1, dizem respeito a um conjunto alternativo de *commodities* que uma pessoa pode comandar utilizando a totalidade de seus direitos e oportunidades. Os intitamentos permitem a obtenção de algumas potencialidades, como por exemplo, o fato de estar bem nutrido. Como a maioria das pessoas possui apenas sua força de trabalho como propriedade, os intitamentos normalmente dependem do potencial para conseguir um emprego, da taxa salarial e do preço das *commodities* (SEN, 1981; SEN, 1983; SEN, 2000).

As alterações negativas nos intitamentos podem provocar fomes coletivas, pois podem alterar o potencial para conseguir alimentos, que depende das condições econômicas (SEN, 1983; SEN, 2000). Neste enfoque, a fome pode ocorrer ainda que haja oferta adequada de alimentos, já que se relaciona a um colapso nos intitamentos individuais.

Portanto, a prevenção de fomes coletivas deve se concentrar nas políticas para evitar a deficiência de intitamentos como, por exemplo, um seguro desemprego. Além disso, o autor ressalta a importância da democracia para prevenir fomes coletivas e para o fortalecimento dos intitamentos. A democracia é benéfica, à medida que permite o debate público. Segundo Sen (2000; 2010), as eleições multipartidárias e a imprensa sem censura favorecem o estabelecimento da segurança protetora. Isto porque, a política aberta exerce um poder sobre

⁴⁷ Tradução nossa.

⁴⁸ Outra autora da abordagem das capacitações é a filósofa Martha Nussbaum. Ela se destaca por fornecer uma listagem de capacitações importantes para o desenvolvimento dos seres humanos. Essa lista será apresentada no próximo capítulo. Neste capítulo, optou-se por centrar-se nos estudos de Amartya Sen, porque eles são mais citados pela literatura e para se ater a questões mais econômicas que filosóficas, o que não quer dizer que as questões filosóficas devam ser desprezadas, mas que pretende-se centrar-se na área de concentração desta tese.

os governantes que, com isso, tendem a tomar medidas mais eficazes, uma vez que podem ser responsabilizados por seus erros.

Então, os intitamentos ainda que se restrinjam ao espaço das *commodities* são importantes por permitirem que as pessoas adquiram algumas capacitações. Nesse sentido, os intitamentos podem ser classificados como meios. Mas, o ponto central da abordagem de Sen não são os meios. O ponto central da abordagem das capacitações é a vida humana. De acordo com Sen (2011, p. 267), “a abordagem das capacidades se concentra na vida humana e não apenas em alguns objetos separados de conveniência, como rendas ou mercadorias, principalmente na análise econômica, como o principal critério do sucesso humano”.

O que define o padrão de vida não é somente a posse de bens, suas características ou a utilidade, mas a capacitação em fazer aquilo que é valorizado pelo indivíduo (SEN, 1983b). Nesta abordagem, as vantagens e as desvantagens são avaliadas em função daquilo que o indivíduo tem razão para valorizar (SEN, 2010).

A abordagem das capacitações desloca a atenção para a capacidade das pessoas de fazer coisas que elas realmente valorizam fazer, isto é, os fins. Claro que para isso os instrumentos utilizados também são importantes. Todavia, este não é o enfoque principal. Conforme Sen (2005), este fato denota que a abordagem resiste à concentração excessiva nos meios como acontece com a renda ou os bens primários, que ignora que as pessoas podem ter diferentes oportunidades, ainda que elas possuam os mesmos meios.

Sen (1990b) afirma que o bem-estar e as necessidades individuais vão além do espaço das *commodities* e incluem a liberdade. Tal liberdade se refere ao nível em que as pessoas estão livres para fazer suas escolhas, isto é, escolhas que envolvem a forma como se deve viver (SEN, 2005). O autor afirma que esta liberdade de bem-estar é importante na análise da ética e da política⁴⁹.

O autor destaca duas situações de bem-estar, que são: o bem-estar alcançado pelo indivíduo e a liberdade para realizar o bem-estar. Destas duas situações originam-se respectivamente o conceito de funcionamentos⁵⁰ (*functionings*) e capacitações. Estes dois conceitos são centrais para abordagem das capacitações.

As capacitações são liberdades substantivas para realização do bem-estar. As liberdades substantivas referem-se às potencialidades para, por exemplo, estar livre da fome,

⁴⁹ A liberdade possui grande relevância para a constituição de uma boa estrutura social. Desta maneira, uma boa sociedade também pode ser vista como uma sociedade de liberdade (SEN, 2001).

⁵⁰ Tradução baseada nos livros do autor publicados em português.

da subnutrição, da morte prematura e da morbidez, saber ler e escrever, possuir participação política e alcançar liberdade de expressão (SEN, 2000).

Por sua vez, os funcionamentos dizem respeito ao bem-estar realizado. Conforme Sen (2001, p. 79),

Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. A asserção é de que os funcionamentos são constitutivos do “estado” [*being*] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes.

A abordagem das capacitações se difere das vertentes tradicionais de avaliação social, como bens primários, recursos ou renda, uma vez que, tratam-se apenas de instrumentos para realização do bem-estar ou meios para a liberdade. De acordo com Sen (1990; 2001), a conversão de bens primários e recursos em liberdade de escolha entre as diversas combinações possíveis de funcionamentos, pode variar de indivíduo para indivíduo. Por isso, podem ocorrer desigualdades em suas liberdades.

Ao contrário, os funcionamentos são elementos que constituem o bem-estar e as capacitações refletem a liberdade para o alcance destes elementos, e até mesmo, exercem influência direta no próprio bem-estar (SEN, 1990; SEN, 2001). Na perspectiva das capacitações, as pretensões dos indivíduos são avaliadas em termos das liberdades que desfrutam para escolher entre as vidas alternativas. Com base nestes conceitos, fica evidente a importância da liberdade dentro desta perspectiva, bem como o seu papel que ultrapassa o aspecto instrumental.

Segundo Sen (2011, p. 321) “[...] a capacidade é um aspecto da liberdade e se concentra especialmente nas oportunidades substantivas.” As capacitações são representadas por um conjunto de funcionamentos que a pessoa pode escolher (SEN, 1990). Conforme Sen (2000) as capacitações se constituem em combinações alternativas de funcionamentos que são realizados com de acordo com as capacitações.

Assim sendo, o bem-estar de um indivíduo pode ser analisado em termos da qualidade do estado da pessoa, pois a vida é constituída por um conjunto de funcionamentos interrelacionados que incorporam seus estados e ações. Nesta abordagem, a realização é vista como um vetor de funcionamentos da pessoa (SEN, 1990; 1990b; 1993; 2001).

O vetor de funcionamentos se relaciona à representação numérica do grau ou a quantidade de funcionamentos que uma pessoa tem. Nesse sentido, as capacitações são concebidas como um conjunto de vetores de funcionamentos que um indivíduo pode realizar

(SEN, 1990; 2000; 2001; 2011), ou seja, se constituem na liberdade para a realização do seu bem-estar.

Fazendo analogia ao conjunto orçamentário no espaço das mercadorias, o “conjunto capacitário⁵¹”, no espaço dos funcionamentos reflete a liberdade para o indivíduo escolha um tipo de vida outro. Sen (1990; 2000) classifica o conjunto capacitário como algo que reflete a liberdade real que uma pessoa desfruta para escolher o tipo de vida desejado e denota a liberdade mais abrangente de uma pessoa na procura por seu bem-estar.

É importante notar que o conjunto capacitário é repleto de informações sobre a combinação escolhida dos funcionamentos realizados. Por isto, o conjunto capacitário pode ser avaliado em termos da combinação escolhida de funcionamentos. Isto implica numa avaliação elementar que significa designar valor a um conjunto pelo valor de alguns elementos nele contidos⁵² (SEN, 2001).

Com base nisto, o bem-estar passa a ser dependente dos funcionamentos realizados pelo indivíduo. Por exemplo, se a pessoa está bem nutrida, tem boa saúde, etc. Uma vez que os funcionamentos são constituintes do bem-estar, as capacitações para realizá-los representam a liberdade da pessoa. Além disso, o bem-estar realizado também depende da capacitação para realizar funcionamentos. Certas capacitações interferem diretamente no bem-estar. Elas podem tornar a vida da pessoa repleta de maiores oportunidades de escolha.

Para Sen (2001) mesmo que o interesse de avaliação esteja nas realizações em vez das liberdades, o conjunto capacitário pode ser utilizado para este fim. Evidentemente a análise do bem-estar realizado por meio de todo conjunto capacitário é mais eficaz. Apesar disso, há grandes dificuldades em reunir informações sobre o conjunto capacitário. As informações sobre os funcionamentos observados são muito mais fáceis de serem extraídas, o que torna a operação uma prática frequente⁵³.

Os limites dos cálculos práticos também são definidos pelas restrições de dados, e isso pode ser particularmente problemático para a representação dos conjuntos capacitários, em oposição às realizações observadas de funcionamentos. Quando simplesmente não existem dados para calcular as extensões dos respectivos conjuntos capacitários, não resta alternativa senão aceitar a combinação de funcionamentos escolhida como a base para formar a concepção das oportunidades que foram realmente desfrutadas (SEN, 2001, p. 208).

⁵¹ Termo utilizado nos livros do autor publicados em português.

⁵² Ver Sen (2001).

⁵³ Segundo o autor, ainda que seja necessário utilizar informações relacionadas a funcionamentos, isto é mais completo e confiável que alternativas como utilidades ou posse de mercadorias. A abordagem distingue-se da avaliação utilitarista, porque abre espaço para diversos estados e ações importantes em si e não apenas porque geram utilidade. Logo, a vertente das capacitações produz um reconhecimento mais amplo de como a vida pode ser enriquecida e empobrecida (SEN, 2001).

No que se refere às oportunidades, a vantagem de uma pessoa passa a ser determinada com base nas capacitações. Nesse sentido, a vantagem de um indivíduo é menor que a de outro se ele tem menos capacitação para realizar aquilo que é considerado valioso por ele. Sen (2011) afirma que o conceito de capacitações se relaciona com o “aspecto de oportunidade” da liberdade, uma vez que diz respeito à oportunidade do indivíduo buscar seus objetivos. Com isso, mais uma vez reafirma-se que a abordagem propõe um deslocamento dos meios de vida para as oportunidades reais do indivíduo, isto é, sua aptidão em escolher entre os diferentes modos de vida possíveis, alternativamente ao enfoque apenas nas consequências das escolhas.

Por sua vez, o “aspecto do processo” da liberdade, inclui não apenas o potencial do indivíduo tomar decisões por si mesmo, mas todos os processos que infringem o controle direto e nem por isso, implicam em comprometimento da liberdade (SEN, 2011). Para exemplificar esta situação pode-se citar o caso de um indivíduo hospitalizado que se encontra inconsciente para tomar suas decisões. Estas decisões podem ser tomadas por um médico e não pelo próprio indivíduo e isso não compromete diretamente sua liberdade. Uma situação similar ocorre com o controle de epidemias, como o combate à Dengue no Brasil.

Outro aspecto importante da abordagem das capacitações são as comparações interpessoais que são mais fáceis de serem realizadas por funcionamentos individuais que por utilidades. “A variabilidade na conversão de meios em fins [...] já está refletida nas amplitudes das realizações e liberdades que podem figurar na lista de fins” (SEN, 2000, p. 97). A pluralidade da perspectiva das capacitações permite a ampliação do raciocínio avaliativo da abordagem. Com isso, é nítido que esta perspectiva tem méritos em relação à visão fundamentada na renda tanto na avaliação de políticas públicas, como no julgamento das vantagens individuais e comparações interpessoais, ainda que haja o reconhecimento que algumas capacitações são muito difíceis de serem medidas.

Sen (2011) elucida a importância do enfoque nas capacitações afirmando que um indivíduo que possui renda elevada, mas sofre de alguma deficiência física, não pode ser colocado em vantagem em virtude da sua condição econômica. Essa pessoa encontra dificuldade na conversão dos meios para viver, neste caso, o fato de possuir uma renda alta em viver bem. É pensando nisso, nas oportunidades e processos que influenciam a liberdade de escolha, que a abordagem se destaca em relação às abordagens convencionais.

Sobre a escolha dos funcionamentos importantes, isto está relacionado com os interesses e valores subjacentes. Deste modo, alguns funcionamentos facilmente definíveis podem ser importantes, ao passo que outros podem ser negligenciáveis.

No contexto de alguns tipos de análise do bem-estar, p. ex., lidando com a pobreza extrema em economias em desenvolvimento, podemos conseguir avançar bastante com um número relativamente pequeno de funcionamentos centralmente importantes [...] Em outros contextos, incluindo problemas mais gerais de desenvolvimento econômico, a lista pode ser muito mais longa e muito mais diversificada (SEN, 2001, p. 84).

Segundo Alkire, Qizilbash e Comim (2008), não há uma lista definitiva de funcionamentos, porque diferentes conjuntos podem ser relevantes para diferentes grupos. Os exemplos incluem estar bem nutrido, bem abrigado, ter boa saúde, escapar da morbidade, até os funcionamentos mais complexos, como a participação política.

De acordo com Sen (2005), a aplicação da abordagem das capacitações permite variações diversas. O autor assume a dificuldade em fornecer uma lista específica de capacitações que devem ser obrigatoriamente estudadas, porque o contexto de sua utilização pode variar. Uma lista fixa sem a discussão social pertinente, nega a participação do raciocínio público.

Sen (2005, p. 160) ressalta que algumas capacitações são importantes em qualquer sociedade, mas a lista exata a ser utilizada dependerá do exercício a que se presta. “Insistir em uma lista de capacidades ‘fixa para sempre’, negaria a possibilidade de progresso na compreensão social e também vai contra o papel produtivo da discussão pública, alteração social e debates abertos” (tradução nossa)⁵⁴.

Sen (2005) afirma que não se pode determinar uma lista fixa de capacitações para todas as sociedades e que valha para todos os tempos. Por este motivo, o autor cita algumas capacitações importantes para a avaliação social, como a liberdade para estar bem nutrido, liberdade, liberdade para viver livre de doenças, liberdade para se movimentar, liberdade para ser educado, liberdade para participar da vida pública, dentre outras, mas não impõe que esta lista seja fixa.

É importante notar que o pensamento seniano se enquadra na defesa dos direitos humanos⁵⁵ que são vistos como elementos fundamentais e universais. Os direitos humanos são associados pelo autor à relevância da liberdade para os indivíduos. Sen (2011) defende

⁵⁴ “*To insist on a ‘fixed forever’ list of capabilities would deny the possibility of progress in social understanding, and also go against the productive role of public discussion, social agitation, and open debates*”.

⁵⁵ Os direitos humanos são vistos como requisitos para a liberdade, dignidade e igualdade. São universais, mas podem ser concebidos também em termos regionais. Após a Segunda Guerra Mundial foi elaborada a Carta das Nações Unidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde se discutiu sobre a efetivação dos direitos humanos. Com isso, em 1948 foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabeleceu direitos humanos universais e liberdades fundamentais.

que entre os direitos humanos devem ser considerados os direitos sociais e econômicos, que precisam ser assegurados⁵⁶.

Quanto ao não fornecimento de uma lista fixa de capacitações, o autor faz é plausível, uma vez que seria difícil acreditar que em toda parte do mundo a avaliação social seja feita da mesma forma, uma vez que, as necessidades especialmente as mais urgentes são distintas. Além disso, em certos períodos, como durante uma recessão ou uma guerra, algumas capacitações talvez sejam mais indispensáveis que outras.

Há indefinições também no que se refere ao peso das capacitações⁵⁷. É difícil simplesmente dizer que uma é mais importante que outra e classificá-la como prioritária independentemente da sociedade em que se estuda. É por isso, não há níveis de cortes definitivos ou pesos específicos.

Vale lembrar que os seres humanos são diferentes entre si. Por este motivo, o interesse pela igualdade deve levar em consideração tais diversidades. Estas diversidades dizem respeito ao sexo, idade, habilidades e inabilidades físicas e mentais, vulnerabilidade epidemiológica e aos fundamentos mentais e físicos do bem-estar e da liberdade humana.

Ao contrário do que se imagina o autor não aponta necessariamente para a igualdade de capacitações. Nas palavras do próprio Sen (2011, p. 329):

Se a igualdade é importante, e a capacidade é de fato uma característica central da vida humana [...] não seria correto presumir que devemos exigir a igualdade de capacidades? Tenho de dizer que a resposta é não, e por várias razões distintas. Podemos, naturalmente, atribuir uma significação para a igualdade de capacidades, mas isso não significa que temos de exigir igualdade de capacidades mesmo que seja conflitante com outras considerações importantes.

A justiça e avaliação moral estão além das vantagens obtidas pelas pessoas e envolve constatações processuais que podem não ser obtidas pelo foco exclusivo nas capacitações. Sen (2011) enfatiza esta questão no intuito de demonstrar que a própria igualdade envolve múltiplas dimensões, e por este motivo, não pode ficar restrita apenas a um espaço, ainda que seja o das capacitações.

2.3.1 O bem-estar na abordagem das capacitações

Segundo Alkire (2002), algumas definições de bem-estar se referem apenas às privações materiais, ou aos aspectos que só podem ser providos pelo setor público. Contudo, a

⁵⁶ Ver Sen (2011).

⁵⁷ Os funcionamentos e capacitações produzem “uma ordem parcial de dominância”, ainda que não haja a especificação dos pesos relativos. Isto significa que possuir mais de algum funcionamento ou capacitação produz uma melhora independentemente da especificação dos pesos (SEN, 2001; SEN, 2011).

visão de bem-estar na abordagem das capacitações refere-se a um bem-estar não somente econômico, mas, que envolve aspectos políticos, sociais, espirituais, nas esferas públicas e privadas. Este é posicionamento defendido nesta tese, isto é, o bem-estar deve ser compreendido na sua complexidade.

A concepção de bem-estar em sentido amplo, parte das limitações em se medir o bem-estar como é feito pela teoria econômica convencional. Essas limitações foram ressaltadas na Seção 2.1. Vinculam-se principalmente ao descaso com as heterogeneidades pessoais, ao subjetivismo e condições adaptativas a que o bem-estar utilitarista está sujeito. É por isso que esta visão não fornece uma posição correta de bem-estar.

O grande problema está na interpretação de bem-estar, quando este é concebido em termos de utilidade⁵⁸. Em diversos estudos, Sen (1979; 1980; 1993; 1999) aponta para a divergência entre bem-estar e utilidade. Nesse sentido, Sen (1999, p. 63) afirma que: “1. o bem-estar não é a única coisa valiosa; 2. a utilidade não representa adequadamente o bem-estar”.

Conforme a visão tradicional do bem-estar: o bem-estar de um indivíduo depende somente do seu próprio consumo, sendo, portanto, autocentrado; o objetivo de uma pessoa é maximizar o seu próprio bem-estar⁵⁹; e as ações individuais são motivadas pela conquista de seu próprio objetivo.

Uma das características interessantes que emergem das análises precedentes é que afastamentos das suposições de comportamentos tradicionais da teoria econômica – incorporando todos os três componentes do comportamento autocentrado – podem originar-se de muitas considerações éticas distintas. Podem incluir bonomia e simpatia por outras pessoas. Também podem existir comprometimentos com várias causas (SEN, 1999, p. 104-105).

Assim, podem-se obter comportamentos diversos do autointeressado, quando ocorre a violação dos requisitos de comportamento autocentrado. Isto pode ser feito, por exemplo, com a suposição de considerações éticas, como foi ressaltado na Seção 2.1, que podem proporcionar a uma pessoa a maximização de outro objetivo que não o próprio. Do ponto de vista das capacitações o bem-estar diz respeito ao fato do indivíduo sentir-se bem e é representado pela liberdade individual. Em âmbito da abordagem, destaca-se outra forma de bem-estar que não visa somente o autointeresse.

⁵⁸ “Julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela métrica da felicidade ou satisfação de desejos tem algumas limitações óbvias” (SEN, 1999, p.61). No caso de comparações interpessoais de utilidade (interpretada como felicidade), percebe-se que uma pessoa que teve uma vida difícil pode se adequar mais facilmente a certas privações que outras que tiveram uma vida mais fácil. Isto também se verifica quando a utilidade é vista como satisfação de desejos. “Esse bem-estar, em última análise, é uma questão de valoração e, embora a felicidade e a satisfação de desejos possam ser valiosas para o bem-estar da pessoa, não podem – sozinhas ou até mesmo juntas – refletir adequadamente o valor do bem-estar” (SEN, 1999, p.62).

⁵⁹ O valor esperado deste bem-estar é ponderado segundo as probabilidades.

Esta outra forma de bem-estar pode ser entendida ao acrescentar que um indivíduo pode ser distinguido de duas formas: pelo aspecto da sua condição de agente; ou em termos de seu bem-estar. A primeira forma significa reconhecer e respeitar a capacidade de estabelecer objetivos, comprometer e valores. O aspecto da condição de agente não está voltado somente para o próprio bem-estar e não faz sentido quando a motivação do indivíduo é somente o autointeresse.

O termo agente não se restringe a uma pessoa que meramente está agindo em nome de outra como ocorre tradicionalmente na economia, mas refere-se àquele que age e executa mudanças. Além disso, suas realizações são julgadas de maneira condizente com seus valores e objetivos intrínsecos. A condição de agente designa o papel da pessoa enquanto membro público, participante de ações econômicas, políticas e sociais (SEN, 2000).

A realização de uma pessoa não pode ser julgada apenas em virtude de seu bem-estar, uma vez que um indivíduo pode valorizar certos fatos que não se relacionem diretamente com a melhora de seu próprio bem-estar. Por exemplo, uma pessoa pode se sentir bem por conseguir algo para sua família ou comunidade. Do mesmo modo, esta mesma pessoa pode ter seu bem-estar diminuído caso não consiga obter o que deseja, ainda que isto não esteja diretamente relacionado com o seu próprio bem-estar (SEN, 1999).

Apesar disso, “não existe realmente nenhuma base sólida para requerer que o aspecto da condição de agente e o aspecto do bem-estar de uma pessoa sejam independentes um do outro e, suponho, é possível até mesmo que cada mudança em um dos dois venha a afetar o outro também” (SEN, 1999, p. 59). Destarte, é natural que os dois elementos caminhem juntos, uma vez que a ampliação do bem-estar pode elevar a capacidade de agência do indivíduo, e o aumento do poder de agência pode influenciar o seu próprio bem-estar.

O aspecto do bem-estar e o aspecto da condição de agente podem ser resumidos de maneira que, o primeiro diz respeito às realizações e oportunidades no contexto de vantagens pessoais do indivíduo; o segundo analisa as realizações e oportunidades em termos de outros objetivos e valores ultrapassando a procura pelo bem-estar pessoal e volta-se para o indivíduo como “quem faz”⁶⁰. A condição de agente envolve o alcance de objetivos que não implicam necessariamente no bem-estar próprio. Tal condição contraria a teoria econômica convencional na medida em que, reconhece que o indivíduo não se guia somente pelo autointeresse.

⁶⁰ Dois elementos emergem-se do aspecto da condição de agente. O primeiro trata-se do “êxito acabado da condição de agente” e refere-se à ocorrência daquilo que uma pessoa valoriza e visa realizar (sem a necessidade de participação ativa do indivíduo). O segundo é o “êxito instrumental da condição de agente” e diz respeito à ocorrência daquilo que é produzido pelo próprio esforço da pessoa.

Neste ponto, pode-se retomar a importância do papel da liberdade discutido na Seção 2.2. A vertente da liberdade se estende tanto ao aspecto do bem-estar quanto ao aspecto da condição de agente. Uma vez que os conceitos de capacitações e funcionamentos estão diretamente ligados à liberdade e à realização, os aspectos do bem-estar e da condição de agente originam quatro categorias diferentes ilustradas por Sen (1999; 2000; 2001; 2006; 2011): 1) “‘realização de bem-estar’ [*well-being achievement*]; 2) ‘liberdade de bem-estar’ [*well-being freedom*]; 3) ‘realização da condição de agente’ [*agency achievement*]; 4) ‘liberdade da condição de agente’ [*agency freedom*]”⁶¹.

A liberdade de bem-estar se refere às capacitações das pessoas para realizarem vários vetores de funcionamentos, e assim, desfrutarem do bem-estar realizado. A realização da condição de agente está relacionada com os objetivos e valores que uma pessoa procura e que não implicam diretamente no seu próprio bem-estar. Enquanto a liberdade da condição de agente diz respeito a fazer acontecer estas realizações valorizadas e produzidas pelo indivíduo, a liberdade de bem-estar trata-se da liberdade para realizar aquilo que constitui o bem-estar do próprio indivíduo. Estes aspectos são “distinguíveis e separados, mas complementares e interdependentes⁶²” (SEN, 2001; SEN, 2006).

Segundo Sen (2001), um aumento da liberdade da condição de agente pode ocorrer paralelamente a uma redução na liberdade de bem-estar e na realização do bem-estar⁶³. Por sua vez, quando a liberdade é vista como liberdade de bem-estar, pode conflitar com a realização do bem-estar, uma vez que, a escolha de um indivíduo não é essencialmente motivada pela procura do seu próprio bem-estar. Além disso, uma expansão da liberdade não implica necessariamente numa vantagem para o indivíduo, pois, a expansão de alguns tipos de escolha pode diminuir a capacidade de escolher os diferentes tipos de vida valorizados por ele. Isto se dá pela possibilidade de valoração dentro da avaliação da liberdade.

Por ignorar estes aspectos, de acordo com Sen (1999), a visão utilitarista fornece uma ideia deficiente de bem-estar. Sentir-se feliz é uma relevante realização para o indivíduo. Todavia, não pode ser considerada como a única realização importante para o seu bem-estar. Além disso, a abordagem econômica do bem-estar incorpora todas as categorias destacadas

⁶¹ Sen (2011) ressalta que as capacitações de um indivíduo podem ser analisadas tanto em termos da liberdade para o seu bem-estar, quanto em termos da liberdade de agência.

⁶² Sen (2001) afirma ser incorreto dizer que um destes aspectos (condição de agente ou bem-estar) seja mais importante que o outro, ainda que em algum contexto um deles possa ser mais proeminente que o outro, pois há uma pluralidade de espaços associada a uma pluralidade de propósitos.

⁶³ Como o ser humano não se guia somente pelo autointeresse, os objetivos de agência podem ser contrários realização e liberdade do bem-estar próprio, desde que o indivíduo esteja engajado em melhorar a vida de quem esteja em situação pior do que a sua.

acima em uma única categoria, uma vez que, considera-se a liberdade valiosa somente instrumentalmente e deduz-se que a condição de agente norteia-se apenas para a satisfação de interesses individuais.

Na vertente das capacitações, o bem-estar de um indivíduo pode ser visto em termos de suas realizações. Apesar disto, a vantagem de uma pessoa pode ser melhor entendida por sua liberdade do que pela realização proporcionada por esta liberdade. Esta conclusão leva a um caminho relacionado aos direitos, liberdades e oportunidades reais do indivíduo. De acordo com Sen (1999, p. 64), “se na ponderação ética as vantagens da pessoa forem julgadas – pelo menos parcialmente – com base em considerações ligadas à liberdade, então não meramente o utilitarismo e o “welfarismo”, mas também várias outras abordagens que se concentram exclusivamente na realização, terão de ser rejeitados”.

Portanto, sob o enfoque das capacitações, o bem-estar assume uma característica multidimensional relacionada com a liberdade individual e com a realização do potencial humano. Se o bem-estar individual realizado é representado pelos funcionamentos realizados como ter longevidade, ser bem nutrido, ter boa saúde, etc., o bem-estar social implica na combinação de vetores de funcionamentos dos indivíduos.

2.4 Pobreza como privação de capacitações básicas

A abordagem das capacitações pode ser aproveitada no estudo da ética na economia, nas discussões sobre desenvolvimento, nos estudos sobre meio ambiente, no debate sobre gênero, entre outros campos de estudo. Neste trabalho, esta abordagem foi aproveitada para a análise da pobreza multidimensional. Isto justifica a apresentação da abordagem nas seções anteriores, apontando-se para as divergências da teoria econômica convencional, para a importância da liberdade, para o conceito de capacitações e funcionamentos e para uma visão abrangente de bem-estar. Todos estes aspectos são importantes para a constituição de uma visão sobre pobreza multidimensional.

Quando se utiliza a abordagem das capacitações nos estudos sobre pobreza, o conceito que daí emerge é o de privação de capacitações básicas (*basic capabilities*). Com base nisto, Sen (1993; 1997; 2000; 2001) determina que a pobreza precisa ser estudada como deficiência de capacitações básicas. Laderchi, Saith e Stewart (2003) também ressaltam que na

abordagem das capacitações, a situação de pobreza significa incapacidade de alcançar determinadas capacitações básicas⁶⁴.

Segundo Sen (1980), as capacitações básicas se relacionam à potencialidade para realizar certas coisas básicas como mover-se, satisfazer necessidades nutricionais, meios para estar bem vestido e protegido, participar da vida na comunidade, etc. De acordo com Sen (2000), muitas pessoas em todo o mundo sofrem privação de serviços de saúde, ausência de saneamento básico e água potável, morte prematura, carência de acesso à educação e emprego remunerado, insegurança econômica e social, ausência de direitos civis básicos e políticos. Então, é necessário enfatizar as capacitações que são úteis para o alcance de níveis minimamente aceitáveis de funcionamentos.

A ideia de pobreza originada da abordagem das capacitações está relacionada com falta de oportunidades para os indivíduos. Sen (1997) afirma que a pobreza não envolve apenas privações materiais. Envolve a ausência de oportunidades reais de se viver uma vida desejada. Isto está relacionado à morte prematura, privação de conhecimento e comunicação, ausência de dignidade, confiança e autorrespeito, entre outros fatores. Estes aspectos da pobreza afligem muitas pessoas e não podem ser ignorados. O enfoque está nos funcionamentos que uma pessoa pode não conseguir realizar em virtude das oportunidades que ela possui.

Como justificativa ao conceito de pobreza vista como privação de capacitações, Sen (2001, p. 169) ressalta o seguinte exemplo:

Considerem-se duas pessoas 1 e 2 – 1 tem um nível de renda algo mais baixo que o da 2. Mas 2 tem um problema renal e necessita usar um equipamento de diálise que custa muito caro, e ela também tem uma vida muito mais empobrecida do que a pessoa 1. Qual das duas é mais pobre – a pessoa 1, devido sua renda mais baixa, ou a pessoa 2, por ter seu “conjunto capacitário” mais limitado?

Na visão das capacitações, certamente o indivíduo número dois pode ser considerado como em maior situação de privação que o número um, ainda que este último possua renda mais baixa. Isto denota que a pobreza deve ser concebida em um sentido complexo, levando em conta outros critérios além da renda para caracterizá-la.

Para Sen (2010, p. 97), “esta ‘perspectiva da capacidade’ conduz a um foco empírico muito diferente daquele que resulta de visões mais ortodoxas na bibliografia da economia da pobreza e do bem-estar, já que a baixa renda é apenas um dos fatores que influenciam a privação de capacitações básicas”. No estudo da pobreza, a baixa renda é o critério mais comum de ser empregado. Contudo, é crescente a literatura que questiona este raciocínio. A

⁶⁴ Vale ressaltar que essa expansão no conceito de pobreza coincide também com a proposição de direitos humanos.

renda é importante para a qualidade de vida e para a própria sobrevivência humana, conquanto seja somente uma variável entre diversas outras que afetam a vida humana.

Isto resume a perspectiva defendida por esta tese. A partir do conceito de capacitações básicas, abre-se espaço para que os estudos empíricos coliguem uma ideia mais abrangente sobre a pobreza, situada muito além da insuficiência de renda. Trata-se do reconhecimento que a pobreza é multidimensional, e que isto precisa ser incorporado aos estudos empíricos para que seja possível mensurá-la corretamente, uma vez que, estas estimativas são úteis para as políticas públicas.

A análise da pobreza pode ocorrer de maneira descritiva ou relativa a políticas. A forma descritiva consiste em detectar a pobreza e reconhecê-la como privação (isso também pode derivar alguma política). A visão relativa às políticas parte do princípio que algo necessita ser feito em prol da sociedade para combater a pobreza. Nesta visão, a constatação da pobreza é realizada por meio da recomendação de alguma política (SEN, 2001).

Sen (2001) afirma que, inicialmente deve-se diagnosticar a privação e secundariamente determinar o que pode ser feito em relação a ela, se houver meios disponíveis para isso. Deste modo, após o diagnóstico devem-se escolher as políticas efetivas de acordo com os meios disponíveis. Com isso, é possível concluir que a análise descritiva precede a formulação de políticas de combate à pobreza. Esta análise deve ser feita levando em consideração a sociedade em que a pobreza está sendo analisada, pois, as privações podem variar de sociedade para sociedade.

Isso é importante e justifica o fato de não haver uma lista fixa de capacitações, conforme foi discutido na Seção 2.3. Em algumas sociedades que não possuem sequer acesso a água potável, por exemplo, este item pode ser priorizado em relação a outras sociedades em que a maioria da população possui abastecimento de água adequado.

Sen (2000, p. 109-110) cita três argumentos que justifica o estudo da pobreza como privação de capacitações básicas:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).

O enfoque nas capacitações em detrimento da renda favorece a provisão pública, como, por exemplo, por meio do fornecimento de programas educacionais e gestão da saúde.

Este enfoque é importante, haja vista que, o fornecimento de serviços educacionais e de saúde por parte do Estado não pode ser suprido simplesmente por meio de transferência de renda.

Esta visão da pobreza contrapõe sua concepção em termos de baixa utilidade e insuficiência de renda. Isto implica que a visão a pobreza tomada como baixa renda deve ser acompanhada de considerações adicionais, o que evidencia que os problemas econômicos não são a única fonte de privação, embora estejam estreitamente relacionados com isso.

Se a pobreza fosse conceituada apenas em termos de renda, a melhor forma seria classificá-la como inadequação, em contraste com nível baixo como é normalmente concebida. Sobre isso, o autor escreve: “a insuficiência básica que a pobreza acarreta é relativa a ter capacidades minimamente adequadas, mesmo que a pobreza também seja *inter alia* uma questão de inadequação dos meios econômicos da pessoa (os meios para evitar a insuficiência de capacidade)” (SEN, 2001, p. 174).

Desta forma, se for necessário estudar a pobreza como insuficiência de rendas, as rendas requisitadas precisam estar relacionadas às necessidades de capacitações mínimas. Se for empregada uma linha divisória que não leva em conta as características pessoais dos indivíduos, tal visão não é adequada por não captar a insuficiência de capacitações básicas oriundas dos meios econômicos inadequados (SEN, 2001).

A relação entre capacitação e renda pode ser influenciada pela idade, local de residência, vulnerabilidade a doenças, entre outros fatores. Por isso, os estudos da pobreza podem ficar comprometidos se enfocarem apenas a renda, já que estes aspectos podem reduzir o potencial para o alcance de renda e dificultarem a conversão de renda em capacitações. Isto ocorre pelo fato do ambiente social sofrer influência da deficiência de recursos destinados à saúde, da violência urbana, da proteção social inadequada, etc. Assim, a renda é somente um dos diversos aspectos que podem influenciar a pobreza (SEN, 2001).

A mudança de foco da renda para as capacitações possibilita um entendimento mais completo sobre os desafios envolvidos na pobreza. Além disso, essa reorientação favorece a aplicação de políticas públicas de combate à pobreza, de modo que, fornecem um guia sobre as necessidades da sociedade.

A abordagem das capacitações não nega a importância da renda. Segundo Sarshar (2010), uma melhora nos rendimentos melhora as capacitações e vice-versa. Um baixo nível de renda pode estar relacionado com o analfabetismo, condições inadequadas de saúde, fome e subnutrição. A relação também pode se dar em sentido inverso. A alta taxa de alfabetização e boa saúde podem auxiliar no alcance de níveis altos de renda.

Entretanto, ao sair da concentração exclusiva no espaço da renda rumo ao espaço das capacitações, a pobreza pode ser compreendida e combatida. “Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacitações básicas, e não apenas como baixa renda” (SEN, 2000, p. 35). Vista como privação de capacitações básicas, a pobreza assume seu aspecto multidimensional, relacionando não somente às variáveis econômicas, mas a todos os aspectos que colocam em risco as realizações do indivíduo e de sua família em termos de saúde, educação, segurança, alfabetização, trabalho, dentre outros requerimentos que não dependem apenas de renda. Este é o posicionamento defendido nesta tese.

2.4.1 Pobreza relativa e absoluta na visão da abordagem das capacitações

A superação da condição de pobreza multidimensional, sob o enfoque das capacitações, exige que haja oportunidades sociais para que os indivíduos desenvolvam suas capacitações básicas. Tais capacitações permitirão a realização de funcionamentos importantes para o abandono da situação de pobreza e para a melhoria das condições de vida.

Tendo em mente estes dois conceitos (capacitações e funcionamentos) importantes para a abordagem da pobreza aqui discutida, cabe entender se as privações devem ser estudadas de forma relativa ou absoluta. Estas maneiras de se compreender a pobreza já foram apresentadas na Seção 1 do Capítulo 1, conforme a visão tradicional; e retomadas na Subseção 1.2.3.1, conforme a visão das necessidades humanas. Como foi exposto, a concepção de pobreza relativa e absoluta não precisa ser necessariamente excludente.

Dentro da abordagem das capacitações, a pobreza pode ser entendida como incapacidade absoluta para realizar funcionamentos. Uma vez que as capacitações permitem o alcance dos funcionamentos, a pobreza absoluta pode ser expressa em termos de privação de capacitações básicas.

Quando a pobreza é compreendida numa visão estritamente relativista, um programa de combate pode nunca atingir eficácia. Sempre existirão membros em condições relativamente melhores que outros na sociedade, mas isto depende do critério relativista que é aplicado para a classificação dos pobres. Além disso, diante de uma recessão, por exemplo, pode haver uma intensificação rigorosa da pobreza não captada pelo critério relativo se houver uma piora da situação de todos ao mesmo tempo, isto é, se a distribuição se mantiver inalterada.

Sen (1983b, p. 331) defende que seja utilizado o conceito de pobreza absoluta. “Há, eu diria, um núcleo irreduzível absolutista na idéia de pobreza” (tradução nossa)⁶⁵. De fato, se um indivíduo encontra-se em insegurança alimentar grave, não importa sua situação em termos relativos. O que efetivamente importa nesta questão é a presença da privação. Com uma leitura acurada da abordagem das capacitações é possível concluir que uma privação absoluta de capacitações está relacionada a uma privação relativa de renda e recursos. Mesmo que o núcleo absoluto seja eminente, em um país pobre uma pessoa necessita de menos recursos para participar da vida na sociedade que em um em um país rico, cujo padrão de vida é evidentemente mais elevado.

A relação entre capacitação e renda pode ser usada para explicar a pobreza nos países ricos. Em um país rico, geralmente é preciso mais renda para que se possa usufruir de um determinado padrão de vida “[...] para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social, tal como ‘aparecer em público sem se sentir envergonhado’. O mesmo se aplica à capacidade de ‘tomar parte na vida da comunidade’” (SEN, 2001, p.179).

Os funcionamentos sociais estabelecem a necessidade de mercadorias de acordo com o padrão exigido pela comunidade. Por este motivo, uma pessoa que possui posses elevadas para os padrões mundiais, ainda pode estar privada em um país rico. Assim sendo, uma privação relativa em termos de renda, pode estar relacionada com uma privação absoluta em termos de capacitações.

Essas variedades também podem ocorrer dentro de um mesmo país com grandes diversidades sociais como o Brasil e mesmo dentro de um estado tão heterogêneo como Minas Gerais. O padrão de vida varia muito. É difícil acreditar que os recursos para participar da vida social sejam os mesmos no norte e no sul do país, ou no norte e no sul de Minas Gerais. Apesar disto, é possível encontrar capacitações (e funcionamentos) que precisam ser realizadas em qualquer parte.

Em uma região pode ser necessário muito mais recursos que em outra, ainda que as capacitações necessárias para o bem-estar humano sejam invariáveis. Além disso, há que se considerarem as variações interpessoais na conversão de mercadorias em capacitações. Um indivíduo pode possuir melhores condições para isso que outros. Por exemplo, uma pessoa mais jovem pode ter mais agilidade que uma pessoa com mais idade.

Assim sendo, Sen (1997) afirma que a abordagem das capacitações utilizada para o estudo da pobreza concilia uma noção de pobreza absoluta associada a uma noção de pobreza

⁶⁵ “*There is, I would argue, an irreducible absolutist core in the idea of poverty*”.

relativa. A noção relativa se refere aos bens considerados indispensáveis dentro de uma sociedade. No entanto, trata-se de uma visão incompleta que precisa ser suplementada pela concepção de privação absoluta. Esta última concepção diz respeito às capacitações básicas essenciais.

2.5 O desenvolvimento e a expansão das capacitações

A abordagem das capacitações fornece um espaço de análise que se desvincula de um enfoque essencialmente economicista. Além de fornecer uma conotação complexa e útil para a análise pobreza, esta abordagem sustenta um conceito de desenvolvimento voltado para a melhoria das condições de vida dos indivíduos. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento está vinculado ao conceito de pobreza, uma vez que, para o alcance do desenvolvimento é preciso que haja a superação da pobreza.

Um conceito adequado de desenvolvimento não pode estar meramente associado às variáveis econômicas tais como o crescimento da riqueza e do PIB (SEN, 2000). O desenvolvimento não pode ser entendido como sinônimo de crescimento econômico, embora o crescimento seja um aspecto do processo de desenvolvimento. Por este motivo, deve ser ressaltada a relevância do crescimento econômico, assim como a acumulação de capital físico e humano. Todavia, estas não são as únicas questões relevantes (SEN, 1983). Apesar de existir uma relação próxima entre o aumento da riqueza e a melhora dos indicadores de condições de vida, isto não implica necessariamente em desenvolvimento.

Com base na análise de Sen (1983), o crescimento econômico, é apenas um meio para atingir outro fim e não um fim por si só. Além disso, o crescimento econômico não tem se revelado um meio muito eficiente, uma vez que, a posse de renda está longe de satisfazer todos os requerimentos dos indivíduos.

Sen ressalta as limitações da teoria econômica convencional ao negligenciar o crescimento como um meio para o alcance de outros objetivos; por desconsiderar a visão baseada nos direitos dos indivíduos e nas capacitações; e por não se atentar para a distribuição indevida dos frutos do crescimento. Um bom exemplo para ilustrar esta questão é a existência da fome, citada na Seção 2.3, ainda que com oferta adequada de alimentos, o que aponta para a má distribuição dos recursos. Isto implica que o crescimento não significa necessariamente melhorias das condições de vida da população como um todo (GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2013; SEN, 1983).

A visão baseada no crescimento econômico volta-se para o mercado e para os bens que podem ser transacionados no mercado. Consequentemente, desconsidera outros fatores que afetam a vida dos seres humanos como, por exemplo, as liberdades que não são factíveis de comercialização. Nesse sentido, o desenvolvimento deve ir além do campo econômico, e se atentar para fatores sociais, políticos e para a expansão das capacitações individuais.

De acordo com Sen (2011), é notável a aceitabilidade dos indicadores de qualidade de vida, de bem-estar e refletores das liberdades humanas. Os indicadores que refletem a liberdade humana denotam o aspecto multidimensional do desenvolvimento fornecido pela análise seniana e que deve ser incorporado ao debate sobre o tema.

A visão de desenvolvimento que emerge da abordagem das capacitações centra-se no desenvolvimento humano que, segundo Alkire (2002), é mais amplo que o bem-estar realizado, uma vez que permeia por seus aspectos de agência, o que aponta para um comportamento divergente do individualista. A autora ressalta que, para o desenvolvimento humano, são necessárias ferramentas que possibilitem a melhoria na distribuição de bem-estar e que aumentem a duração ou cuidem da sustentabilidade deste bem-estar. Elementos do processo como liberdade e participação das decisões na comunidade, respeito aos direitos humanos, transparência, capacidade para aprender, seguir tradições, invenção de novas tecnologias, cuidado com o meio ambiente natural, entre outros, também são importantes e devem ser considerados.

O desenvolvimento humano envolve uma ampliação no processo de escolha dos indivíduos e do bem-estar realizado. Isso diz respeito a ter uma vida longa e saudável, ser educado e usufruir de um padrão de vida decente. Além disso, abarca as liberdades políticas e a garantia aos direitos humanos.

Nesta linha de raciocínio, a situação de pobreza é contrária à situação de desenvolvimento, pois, implica na negação das oportunidades das escolhas mais básicas para o desenvolvimento humano. Na perspectiva das privações, o desenvolvimento pode ser julgado pela forma como os pobres estão privados nas comunidades (SEN, 1997).

Para Kliksberg (2010), essa nova visão do desenvolvimento começou a ganhar espaço. Essa visão amplia as dimensões relevantes em uma sociedade, que abrangem não apenas os indicadores econômicos tradicionais, mas paralelamente, o desenvolvimento social e ambiental, a liberdade, a cidadania e o acesso à cultura.

O desenvolvimento possibilita a expansão da liberdade das pessoas. Conforme Sen (2000, p. 52) “[...] a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento”. Como fim primordial, o autor destaca o papel constitutivo da

liberdade no desenvolvimento. Esse papel refere-se à importância da liberdade substantiva para o enriquecimento da vida humana.

Quando se trata do meio do desenvolvimento, há que se mencionar o papel instrumental em que as liberdades, na forma de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para o processo de desenvolvimento, haja vista que expandem a liberdade desfrutada pelos seres humanos. Desta forma, mais liberdade permite que as pessoas possam ter potencial o suficiente para cuidarem de si mesmas e influenciar o mundo. Isto está relacionado com os aspectos de bem-estar e de agência, discutidos na Subseção 2.3.1.

Diante disso, percebe-se que as liberdades instrumentais contribuem para a liberdade global. São elas: liberdades políticas (inclui a liberdade de expressão política e de escolha entre partidos políticos), facilidades econômicas (se refere ao manuseio dos recursos econômicos para a produção, consumo ou troca), oportunidades sociais (tais como disposições nas áreas de educação e saúde), garantia de transparência (envolve a garantia de confiança para lidar uns com os outros, inibindo a corrupção e transações ilícitas) e segurança protetora (diz respeito aos recursos destinados aos desempregados, suplementos de renda aos indigentes, distribuição de alimentos em épocas de fome e criação de empregos públicos para suprir renda). Essas liberdades instrumentais estão interrelacionadas. Logo, se complementam e uma influencia a outra em diversas direções (SEN, 2000).

Como as liberdades são elementos básicos que constituem o desenvolvimento, a expansão das capacitações é de grande relevância para o processo, visto que está evidente o papel central da liberdade no conceito de capacitações. Essa expansão pode se dar também por meio da política pública que, ao mesmo tempo, pode ser influenciada pelo aumento das capacitações (SEN, 2000).

De acordo com Sen (2000), a liberdade individual é um produto social. As disposições sociais influenciam as liberdades individuais aumentando-as, assim como as liberdades individuais podem fazer com que as disposições sociais sejam mais eficazes. Deste modo, a análise e a avaliação de políticas públicas⁶⁶ precisa levar em conta esta relação de mão dupla.

Por meio da abordagem das capacitações, fica evidente que em vez de fornecer somente renda às pessoas, podem-se oferecer serviços gratuitos através do estabelecimento de

⁶⁶ Conforme Sen (2011), a abordagem das capacitações não articula uma fórmula específica de como devem ser norteadas as decisões políticas, embora considere a desigualdade de capacitações como decisiva para a avaliação das desigualdades sociais. Mas, isso não quer dizer que as políticas sociais devem igualar as capacitações de todos, ignorando suas consequências. Ao expandir o quadro individual para o processo global da sociedade, a abordagem leva em consideração a relevância da expansão das capacitações de todos os membros. Todavia, não propõe uma fórmula para superar os conflitos que podem surgir entre considerações agregativas e distributivas. Apesar disso, a abordagem fornece um aparato relevante para a tomada de decisões e orientação de políticas, uma vez que precisam se concentrar no tipo correto de informação.

um Estado de bem-estar social, já referenciado na Subseção 1.2.3.1 do Capítulo 1. Uma alternativa à oferta de renda extra aos indivíduos com saúde debilitada para que custeiem suas despesas médicas pode ser o fornecimento de um serviço nacional de saúde (SEN, 2011).

Sen (2010) ressalta a necessidade de modificações na política pública para que não seja formulada especificamente com base em dados sobre renda e demais variáveis econômicas tradicionais. Para tanto, é preciso voltar-se para a conotação ampla de desenvolvimento, que estudado na sua complexidade abrange múltiplas dimensões.

O desenvolvimento deve estar associado à melhoria de vida e das liberdades desfrutadas pelos indivíduos. Obviamente a liberdade de fuga da morte prematura, por exemplo, depende da renda. Porém, outros fatores são importantes nesta questão, como, a saúde pública e assistência médica (SEN, 2011). Dentro desta perspectiva, o autor menciona o exemplo do Brasil, que é um país com bom desempenho econômico, mas, que possui grande desigualdade social, taxas de desemprego significativas – ainda que venham diminuindo ao longo do tempo⁶⁷ – e certa precariedade nos serviços de saúde⁶⁸.

Em uma análise do crescimento econômico em economias de baixa renda como China e Sri Lanka, e média renda como Romênia e Iugoslávia, Sen (1983) afirma que o planejamento estatal é que impulsionou o crescimento destes países. Além de destacar a importância de um Estado ativo para acelerar o ritmo de crescimento, o autor ressalta sua importância na busca de um desenvolvimento econômico planejado.

Quando a análise se concentra somente no crescimento econômico, incorre-se no risco de haver distorções nas conclusões a que se chega. Sen (1983) exemplifica o caso de países como o Brasil, México, China e Sri Lanka. Os dois últimos com PIB *per capita* menor que os dois primeiros⁶⁹, possuem expectativa de vida similar. Nesse sentido, o autor afirma que:

Se o governo de um país pobre em desenvolvimento está empenhado em elevar o nível de saúde e a expectativa de vida, então seria muito idiota tentar conseguir isso através da elevação da sua renda per capita, ao invés de partir diretamente para estes objetivos por meio de políticas públicas e mudança social [...] (SEN, 1983, p. 153) (tradução nossa)⁷⁰.

⁶⁷ Segundo o IPEADATA, em 2001 a taxa de desocupação no Brasil era de 10,0% da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2011, a taxa de desocupação passou para 7,3% da PEA. Os dados são fornecidos pelo IBGE com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e estão disponíveis em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

⁶⁸ Ver Sen (2011). Apesar disto, o sistema de saúde no Brasil é universal e com total cobertura de atendimento, o que se constituiu em um avanço.

⁶⁹ Ver Sen (1983).

⁷⁰ “If the government of a poor developing country is keen to raise the level of health and the expectation of life, then it would be pretty daft to try to achieve this through raising its income per head, rather than going directly for these objectives through public policy and social change [...]”.

Além disso, regiões com baixa renda *per capita* podem ter alta esperança de vida ao nascer e alta taxa de alfabetização. Sen (2000; 2010) desmistifica o fato de existir relação direta e precisa entre o crescimento do PIB *per capita* e a melhoria da qualidade de vida. Como exemplo ilustrativo desta situação, o autor cita o caso do estado do Kerala, na Índia, que possui baixo crescimento do PIB e alta qualidade de vida⁷¹. A explicação para o sucesso em termos de capacitações básicas, mesmo diante da baixa renda, se dá pela política pública. Por este motivo, a visão monetária da pobreza, por si só, não permite uma compreensão plena do processo de desenvolvimento.

Distinguir privações em termos de renda e de capacitações é de grande relevância para a política pública de combate à pobreza. Isto porque, as realizações em termos de qualidade de vida dependem de políticas públicas de saúde, educação, etc. Esta compreensão é importante para o custeio público. Segundo o autor, a qualidade de vida pode ser melhorada, mesmo na presença de baixa renda, se houver programas eficazes de serviços sociais.

Sen (2000) defende uma abordagem múltipla do desenvolvimento e não apenas uma solução única como a liberalização ou uma meta traçada a ser seguida. Nesta abordagem integrada é ideal que as instituições reforcem-se mutuamente. Embora defenda o mecanismo de mercado em virtude da contribuição ao crescimento econômico e, mais acentuadamente, devido a sua relevância para a liberdade de troca, o autor chama atenção para as possibilidades de perda social oriundas do ganho privado. Deste modo, Sen (2000) afirma a necessidade de equilibrar as instituições sociais, o papel desempenhado pelo governo e o funcionamento dos mercados, o que origina a abordagem múltipla do desenvolvimento.

De acordo com Sen (2011, p. 302), “não há licença para ‘desligar’ a razão pública interativa supondo a prometida virtude de uma escolha institucional definitiva baseada no mercado”. Mas, a economia de mercado não deve operar por si só. Há que se considerarem as políticas públicas em educação, reforma agrária, epidemiologia, proteções legais, entre outras. Estes campos devem ser melhorados pela política pública. Sen (2010, p. 28) afirma que:

O capitalismo global está muito mais preocupado em expandir o domínio das relações de mercado do que, por exemplo, em estabelecer a democracia, expandir a educação elementar, ou incrementar as oportunidades sociais para os pobres do mundo. Como a globalização dos mercados é, em si mesma, uma abordagem muito inadequada à prosperidade mundial, é preciso ir além das prioridades que encontram expressão no foco escolhido do capitalismo global.

O autor defende a mediação entre o livre mercado e a plena intervenção estatal (GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2013). Nesse sentido, o autor ressalta a importância dos bens e serviços públicos e da oferta de bens e serviços públicos por parte do Estado para que

⁷¹ Ver Sen (2000; 2010).

ocorra a expansão das capacitações. Assim sendo, Sen considera o mecanismo de mercado para importante para a expansão das capacitações. Todavia, destaca a relevância do Estado, uma vez que as capacitações humanas não podem ser expandidas unicamente por itens proporcionados pelo mercado. Logo, o Estado mostra-se relevante no combate à pobreza definida em termos de capacitações básicas e, conseqüentemente, na busca pelo desenvolvimento.

2.6 Alguns esclarecimentos adicionais sobre abordagem das capacitações

Em virtude dos fundamentos liberais, alguns economistas heterodoxos também têm dificuldade de aceitar os argumentos da abordagem das capacitações. De fato, a abordagem exalta a importância do mecanismo de mercado e dos benefícios oriundos das trocas. Entretanto, a vertente também entende a importância do papel do Estado para a garantia da melhoria das condições de vida dos seres humanos.

Destarte, há o amplo reconhecimento que para a superação da pobreza há itens básicos que precisam ser supridos que não são fornecidos pelo mercado, logo não podem ser saciados apenas pela renda ou transações aí efetivadas. Com isso, abre-se espaço para o estabelecimento de um Estado social.

É por isso que pode-se dizer que a vertente defendida por Amartya Sen situa-se em um caminho intermediário entre o mercado e o Estado. No caso do combate a pobreza, a atuação do Estado é fundamental para a expansão das liberdades substantivas, logo das capacitações básicas das pessoas. O mesmo é válido para o mercado, que também expande as capacitações na medida em que permite o suprimento das necessidades econômicas individuais por meio da compra e venda de bens e serviços.

No que tange à sua visão do bem-estar, ficou claro que o autor nega a equivalência entre bem-estar e utilidade. Desta maneira, o bem-estar a que se refere à abordagem das capacitações é multidimensional, permite comparações interpessoais e diz respeito à melhoria as condições de vida dos seres humanos.

A abordagem das capacitações vai além do espaço das realizações, uma vez que seu núcleo central não é somente o que o indivíduo realiza, mas o que ele é capaz de realizar, caso deseje aproveitar a oportunidade que lhe é dada. Esta ideia é fonte de críticas à abordagem. Talvez fosse mais adequado se concentrar nas vantagens e desvantagens quanto às realizações do que no potencial para a realização (SEN, 2011).

O potencial para a realização é importante, porque, o enfoque nas capacitações é muito mais amplo que o enfoque nos funcionamentos realizados. Para exemplificar, basta reproduzir uma situação apontada por Sen (2011, p. 270-272). É útil pensar em duas pessoas com os mesmos funcionamentos realizados. Ambas estão desnutridas. Quando há o enfoque apenas na realização, a conclusão plausível é que ambas estão passando fome.

Entretanto, as potencialidades destas pessoas podem permitir apurar este fato de forma mais acurada. Pelo enfoque nas oportunidades para a realização, pode-se concluir que um indivíduo está desnutrido por ser vítima da fome, enquanto o outro, na verdade, está desnutrido porque, por vontade própria, jejua conforme prega sua religião. A capacitação da pessoa que jejua voluntariamente é muito mais ampla que daquela vítima da fome. Desta forma, estas pessoas não podem ser rotuladas sob a mesma situação.

Há certo receio em se tratar de avaliações que permeiam por questões heterogêneas como é o caso dos funcionamentos e capacitações. Isto ocorre dentro da ciência econômica, principalmente pela influência positivista, ressaltada na Seção 2.1. Sen (2011) comenta que a pressuposição de utilidade homogênea – quando na verdade há diversidade dentro da concepção utilitária⁷² – assim como o uso da Renda Nacional Bruta (RNB) (ou PIB) como indicador primordial de condição econômica, produzem sensação de segurança por conta do que o autor chama de comensurabilidade⁷³.

Sen (2004) afirma que a comensurabilidade de dois objetos diferentes se refere ao fato de serem mensuráveis em termos de outros. Ao contrário, a incomensurabilidade ocorre quando as várias dimensões de valor são irredutíveis umas às outras.

As capacitações são incomensuráveis por possuírem diversas dimensões de valor irredutíveis a uma única. “Com efeito, se a contagem de um conjunto de números reais é tudo o que poderíamos fazer para raciocinar sobre o que escolher, então não haveria muitas opções que pudéssemos escolher de forma sensata e inteligente” (SEN, 2011, p. 275).

Além disso, a abordagem também é criticada por centrar-se nas capacidades individuais e não nas coletivas. Por isto, é acusada de incorrer no individualismo metodológico, o que, para Sen (2011) é um grande erro. Ainda que o individualismo metodológico seja definido de formas diferentes, na visão empregada pelo autor, os fenômenos sociais não podem ser desvinculados da forma como o indivíduo “pensa, escolhe e faz”. Nesse sentido, tais críticas decorrem da interpretação equivocada da relação entre as características do indivíduo e as influências sociais sobre ele no enfoque das capacitações.

⁷² Ver Sen (2011, p. 273).

⁷³ Ver Sen (2011).

Levar em conta o papel de “pensar escolher e fazer” por parte dos indivíduos é apenas o começo do reconhecimento do que realmente acontece (é claro que como indivíduos pensamos sobre questões, fazemos escolhas e agimos), mas não podemos acabar por aí, sem uma apreciação da profunda e pervasiva influência da sociedade em nosso “pensar, escolher e fazer”. Quando alguém pensa, escolhe e faz algo, certamente é essa pessoa – e não outra – quem está fazendo tais coisas. Mas seria difícil compreender como e por que ela realiza essas atividades sem alguma compreensão de suas relações sociais (SEN, 2011, p.297).

Sen (2011) expõe algumas razões para o estudo das capacitações individuais, o que não quer dizer que as capacitações grupais devam ser desprezadas, mas, que análise feita desta maneira é mais completa. A grande questão é que na avaliação das capacitações grupais, leva-se em conta a interação das valorações individuais. Isto porque, a relevância das capacitações dos grupos deve ser entendida com base no valor que os indivíduos que os compõem conferem a sua competência. Sen (2011, p. 280) explica esta questão na seguinte frase “na valoração da aptidão de uma pessoa para participar na vida da sociedade, atribui-se implicitamente valor à própria vida da sociedade, e isso é um aspecto bastante importante da perspectiva da capacidade”.

Analisar apenas as capacitações grupais seria o mesmo que atribuir a todos os indivíduos um único aspecto. Deste modo, cada indivíduo seria inserido em um grupo social específico e se perderia a diversidade, uma vez que, uma pessoa pode compor vários grupos distintos. Afinal de contas, um trabalhador que também estuda comporia o grupo dos trabalhadores ou o grupo dos estudantes? Esta questão seria de difícil resolução, caso a análise fosse voltada para as capacitações grupais.

Outro ponto da abordagem que sofre críticas recorrentemente refere-se à visão de igualdade. Sobre isso, Sen (2011) ressalta que não propõe a igualdade de bem-estar e sequer a igualdade de capacitações para a realização do bem-estar. Isto porque, os aspectos processuais são diversos e não se pode concentrar na igualdade somente em termos de capacitações. A abordagem se concentra nos fins e não nos meios. Como os recursos são classificados como meios, a igualdade de recursos (improvável) implicaria na igualdade de capacitações apenas se todos possuísem as mesmas capacitações. Como as pessoas são diferentes entre si, possuem necessidades diversas. Por isso, a dotação de bens primários e recursos não pode ser a mesma para todos os indivíduos.

Segundo Sen (2011), podem emergir diferentes usos da abordagem das capacitações dependendo da natureza das questões enfatizadas, da disponibilidade de dados, bem como, do material informativo empregado. Pode-se tratar, por exemplo, de políticas de combate à pobreza, incapacidade, liberdade cultural, entre outros. Logo, pode ser vista como uma abordagem geral que enfoca as vantagens individuais em virtude das oportunidades.

Neste trabalho, como já foi mencionado, a abordagem das capacitações será utilizada na análise da pobreza. Pelas proposições expostas, fica claro que se trata de uma abordagem mais completa que aquela tradicionalmente utilizada na economia para o seu estudo. Isto ocorre porque por meio dela, a pobreza não fica restrita a um único espaço ou dimensão e pode ser entendida na sua multidimensionalidade.

Enquanto a visão unidimensional usualmente seguida, se concentra na proposição de crescimento econômico para o combate à pobreza, a visão multidimensional fornecida pela vertente das capacitações é importante, já que seu enfoque é no desenvolvimento. Ao contrário da literatura ortodoxa sobre pobreza, a relação entre pobreza e crescimento se dá em sentido inverso, isto é, a promoção de capacitações básicas, de potencialidades, é que promove a melhoria dos indicadores econômicos. Os indicadores econômicos influenciam nas capacitações, porém eles não são os fins primordiais.

A literatura da pobreza que não defende o crescimento econômico em primeiro lugar, mas ainda assim se concentra apenas em uma única dimensão de análise – e talvez neste fato possa haver uma contradição, uma vez que o desenvolvimento é multidimensional em sua própria natureza – também se diverge da abordagem das capacitações no que tange às políticas públicas de combate. Se o diagnóstico se fundamenta em uma única dimensão, logo, o prognóstico também é concentrado somente nesta dimensão.

Por tudo isso, a abordagem defendida por Amartya Sen é um avanço em relação às unidimensionais. Assim como a abordagem das necessidades humanas discutida no Capítulo 1, além de não culpar o indivíduo pela sua própria condição, ela reconhece a pertinência do enfoque nas múltiplas dimensões da pobreza. Não é por acaso, que estas duas abordagens (necessidades humanas e capacitações) possuem pontos em comum, somados a algumas divergências. Estes pontos serão tratados na próxima seção.

2.7 Pontos comuns e divergentes entre as abordagens das necessidades humanas e das capacitações

No início deste trabalho foi revelado que o diagnóstico da pobreza é essencial para que ela possa ser combatida de maneira efetiva. Relacionadas a este diagnóstico, estão às abordagens teóricas em torno da questão. A grande problematização que diz respeito à abordagem tradicional baseada em variáveis monetárias envolve, em primeiro lugar, sua fundamentação utilitarista, e em segundo lugar, mas não menos importante, as políticas de enfrentamento que daí surgem.

Embora possuam algumas divergências, a abordagem das necessidades humanas e a abordagem das capacitações são relevantes, porque elas evidenciam as limitações deste pensamento predominante. Além disso, por serem muito bem fundamentadas, elas se justificam ao conceituar adequadamente a pobreza com base em um conjunto de dimensões além da monetária. Logo, a comparação destes dois aparatos teóricos torna-se justificável para que se possam definir os aspectos teóricos e empíricos sobre a pobreza multidimensional.

Conforme Alkire (2008), a abordagem das capacitações estuda a pobreza multidimensional no espaço das capacitações e é entendida como privação de capacitações básicas. Por sua vez, a abordagem das necessidades humanas, concebe a pobreza no espaço de insuficiências no atendimento às necessidades essenciais.

Os estudos empíricos sobre pobreza multidimensional podem ter suas justificativas baseadas em ambas as abordagens. Estas são as vertentes mais rotineiramente utilizadas para que se possa constituir um corpo teórico e empírico para a pobreza multidimensional.

Estas abordagens têm pontos em comuns e divergem em alguma medida. O grau de divergência depende do estágio das necessidades humanas a que se refere. Dentre os pontos comuns, destaca-se o fato de serem contrárias ao welfarismo. Ambas se constituem em alternativas ao pensamento utilitarista.

Para Alkire (2005), a abordagem das capacitações representa uma ampliação da abordagem das necessidades humanas. Por isso, afirma-se que a abordagem se fundamentou em críticas aos estágios específicos das necessidades humanas (ao segundo estágio, e também ao primeiro).

A abordagem das necessidades humanas antecipou-se à das capacitações, pela própria ordem cronológica, no reconhecimento que a dimensão econômica por si só é limitada para caracterizar a pobreza. As duas abordagens concordam que apenas renda ou consumo, isto é, o espaço unidimensional e essencialmente monetário é insuficiente para caracterizar a vida humana. Destarte, é necessário considerar outras dimensões que afetam o dia a dia dos seres humanos, e que não podem ser supridas apenas por renda.

Além disso, as abordagens compartilham a mesma opinião sobre a prática de caracterizar o desenvolvimento em termos de crescimento do PIB. A abordagem das capacitações é muito mais abarcante neste propósito, mas para ambas, o desenvolvimento não se limita ao desempenho dos indicadores econômicos. Envolve também a melhora dos indicadores sociais, sendo, por conseguinte, uma questão de desenvolvimento humano.

No que tange ao pensamento sobre a pobreza, o estágio das necessidades humanas mais próximo da abordagem de Sen é o terceiro estágio (embora o segundo estágio também

possa ser aproveitado). Na Subseção 1.2.2.1 do Capítulo 1, ficou claro que Sen acusa a abordagem das necessidades básicas de fetichista. Para o autor,

[...] a pobreza é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos da falha em satisfazer as “necessidades básicas” de mercadorias específicas. A literatura sobre “necessidades básicas” e os estudos relacionados sobre a “qualidade de vida” têm sido imensamente úteis para chamar a atenção para as privações de bens e serviços essenciais e seu papel crucial na via humana. [...] Na medida em que o raciocínio subjacente à abordagem das necessidades básicas se relaciona com dar às pessoas os *meios* para realizar certos funcionamentos básicos, o problema das variações interpessoais na “transformação” de mercadorias em funcionamentos [...] também pode ser evitado considerando-se diretamente o espaço de funcionamentos em vez de mercadorias (SEN, 2000, p.172).

Essas críticas são adequadas ao primeiro e ao segundo estágio das necessidades humanas. Contudo, há que se considerar a plausibilidade das defesas apresentadas pelos pensadores do segundo estágio (Subseção 1.2.2.1), quando incorporam as dimensões não materiais nas análises. Ainda assim, o terceiro estágio é mais apropriado, pois, nele as necessidades humanas são classificadas em dois espaços diferenciados: o das necessidades básicas e o das necessidades intermediárias.

De acordo com Gasper (1996), as necessidades básicas propostas por Doyal e Gough, saúde (física e mental) e autonomia, correspondem ao nível de capacitações de Sen, uma vez que a autonomia é requerida para a participação social e para a libertação. As necessidades intermediárias, então, são importantes para a realização de necessidades básicas e capacitações. Em ambas as visões, os recursos ou *commodities* são relevantes para a realização das necessidades intermediárias e variam conforme o contexto analisado.

Então, tanto o atendimento às necessidades humanas quanto às capacitações pode ser entendido como forma de propiciar aos seres humanos a participação e a libertação de todas as formas de opressão, dentre elas a pobreza multidimensional. No que se refere à pobreza as abordagens também concordam com a presença de componentes relativos e absolutos.

Isto foi relatado de maneira clara na abordagem das capacitações quando Sen assume o componente absoluto central da pobreza relacionado à privação de capacitações básicas, mas não nega as diferenças que os indivíduos enfrentam para atingir os mesmos resultados. De forma similar, na abordagem das necessidades humanas, Doyal e Gough reconhecem, por exemplo, necessidades de alimentação e habitação que precisam ser supridas em qualquer parte, porém, agregam a diversidade de formas de cozinhar e tipos de habitação que são capazes de satisfazer diferentes indivíduos.

Ainda que não se utilizem dos mesmos termos e do mesmo grau de intensidade, as duas abordagens retratam a importância da condição de agência que, em âmbito de necessidades humanas, propicia o indivíduo considerar a si mesmo e influenciar o mundo. Em

termos de capacitações, a condição de agência enseja que o indivíduo promova valiosas coisas em prol de outros indivíduos ou da sociedade, e que podem não interferir diretamente no seu próprio bem-estar.

A importância da democracia também é ressaltada pelas duas abordagens. Isto se verifica mais fortemente na abordagem das capacitações, embora Doyal e Gough citem a defesa da democracia como forma de livrar as pessoas da opressão sobre suas liberdades, bem como da situação de miséria.

Enquanto a abordagem das capacitações de Sen fundamenta-se principalmente no liberalismo político, a abordagem das necessidades humanas de Doyal e Gough possui maior influência marxista. Então, o papel do Estado como agente interventor e promotor da redução da pobreza, é enfatizado com maior frequência nesta última abordagem. Não obstante, isso não quer dizer que Sen menospreze o papel do Estado e das políticas sociais para a redução da pobreza, mas que paralelamente a isso, ele reconhece a importância do mecanismo de mercado para a promoção do bem-estar social.

A constituição de uma lista que determine as capacitações e as necessidades essenciais, talvez seja o grande desafio para operacionalização das abordagens aqui discutidas. Uma divergência entre as vertentes se dá em função da listagem de necessidades essenciais. A abordagem das necessidades humanas de Doyal e Gough ressalta necessidades básicas que precisam ser atendidas em qualquer parte (saúde física e autonomia). Além disso, fornece uma lista de necessidades intermediárias que contribuem para a saúde física e a autonomia.

Segundo Doyal (2001), sua abordagem tem muito em comum com a abordagem de Sen. Apesar disso, o autor ressalta que “Considero que Sen precisa de uma teoria da necessidade de reforçar a sua noção de funcionamento” (tradução nossa)⁷⁴. O autor faz este comentário, porque Sen não fornece uma lista específica de funcionamentos (nem de capacitações).

Ao contrário da abordagem das necessidades humanas, segundo Alkire, Qizilbasch e Comim (2008), Sen não apresenta uma lista específica de quais são as capacitações e funcionamentos fundamentais. Os autores justificam a ausência de especificação pelo fato de possibilitar uma margem de escolha entre as sociedades e garantir a relevância da abordagem entre culturas distintas.

⁷⁴ “I consider that Sen needs a theory of need to buttress his notion of functionings”.

Doyal e Gough listaram necessidades humanas básicas objetivas e universais. Todavia, os autores reconhecem que alguns grupos precisam do atendimento às necessidades específicas. Assim, por mais que cite necessidades essenciais, as listas da abordagem das necessidades humanas também podem variar consoante com requerimentos específicos. O argumento para isto é semelhante ao da abordagem das capacitações, isto é, a satisfação destas necessidades varia entre as sociedades (LADERCHI, SAITH e STEWART, 2003).

Em âmbito da abordagem das capacitações, é necessário destacar tentativas de se definirem capacitações básicas, como é o caso da contribuição de Nussbaum. A autora listou capacitações importantes para a vida humana. Algumas delas são: duração normal da vida; boa saúde e nutrição adequada; integridade física; sentidos (imaginação e pensamento concedido pela educação); emoções; reflexão crítica e planejamento de vida; interação social e proteção contra a discriminação; respeito para com outras espécies; e controle sobre o meio ambiente físico e material (LADERCHI, SAITH e STEWART, 2003).

Apesar disto, Nussbaum não estabeleceu níveis de cortes de privação. Outros autores também têm listado os mínimos indispensáveis, porém, chegaram a resultados similares⁷⁵. De maneira ou de outra, é importante frisar que na visão de Nussbaum (1998), nos exercícios empíricos, a omissão de capacitações humanas relevantes como liberdades e direitos políticos, não se dá porque são de importância secundária, mas por envolverem complexidade em sua mensuração.

Conforme Alkire (2008), uma lista fixa de capacitações para todas as sociedades em todos os tempos, nega a possibilidade de progresso e compreensão social. Assim, em alguns contextos, a análise social pode se concentrar em um número pequeno de funcionamentos importantes que precisam ser priorizados. Em outros contextos, esta lista pode ser muito ampla e diversa.

De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), algumas listas de capacitações são muito parecidas com as utilizadas na abordagem das necessidades humanas. Em contraposição, há autores que exploram os pontos de divergência entre as abordagens⁷⁶. No que diz respeito às capacitações, no exercício prático, se mensura funcionamentos em vez de capacitações. Ao utilizar os funcionamentos nas estimativas de pobreza, a abordagem torna-se similar a das necessidades humanas.

Na prática, são as necessidades intermediárias ou satisfadores universais e específicos, nos termos utilizados pelo terceiro estágio, é que serão mensurados. Quando se utiliza

⁷⁵ Ver Laderchi, Saith e Stewart (2003).

⁷⁶ Ver Laderchi, Saith e Stewart (2003).

necessidades materiais e sociais, a proximidade entre as abordagens se torna aparente. Assim, ainda que haja algumas divergências teóricas, empiricamente as abordagens são similares.

A abordagem das capacitações pode parecer mais atrativa que a abordagem das necessidades humanas, especialmente quando se trata do primeiro e do segundo estágio. Descartando-se a utilização do primeiro estágio, segundo Stewart (2006), na sua forma reducionista, seja pela limitação dos dados disponíveis ou tudo mais que envolva as dificuldades presentes na sua mensuração, a abordagem das capacitações é similar a abordagem das necessidades humanas, mesmo no segundo estágio. O objetivo de capacitações das pessoas é parecido com o objetivo de vida plena presente no segundo estágio da abordagem das necessidades humanas.

No trabalho empírico, a abordagem das capacitações utiliza o mesmo critério que a abordagem das necessidades humanas para avaliação do sucesso ou do fracasso. O grande fator que torna a abordagem das capacitações mais atrativa é sua fundamentação filosófica além do seu nível que abrangência que se estende igualmente aos ricos e aos pobres. Com a exclusão da utilização do primeiro estágio, este pressuposto acontece com base no segundo estágio, pois o terceiro estágio também se estende igualmente aos ricos e pobres.

Stewart (2008) reconhece que as abordagens têm proposições similares e que nos trabalhos empíricos os critérios de avaliação são pouco divergentes. Dentre as visões que se concentram nas semelhanças entre as abordagens para o estabelecimento de um conceito amplo de pobreza multidimensional, destaca-se a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “A abordagem de desenvolvimento humano tem muitas virtudes de ambas – o imediatismo e pragmaticismo da abordagem das necessidades básicas e a elegância da abordagem das capacitações” (STEWART, 2006, p. 18) (tradução nossa)⁷⁷. Conforme Stewart (1995), a vertente do desenvolvimento humano com os sucessivos relatórios de desenvolvimento humano publicados combina elementos de ambas as abordagens.

Nesta tese, entende-se que as abordagens possuem mais pontos em comum do que divergentes. Portanto, como o PNUD, compreende-se que ambas podem ser aproveitadas para o exercício empírico. Assim sendo, as abordagens das necessidades humanas e das capacitações são úteis por fornecerem, reunidas, um conceito de pobreza multidimensional mais extenso e adequado ao estudo empírico, como será realizado por meio desta tese que visa mensurar a pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais.

⁷⁷ “*The human development approach has many of the virtues of both – the immediacy and pragmaticism of the BNA and the elegance of the capabilities approach*”.

Com base em ambas as abordagens pode-se elaborar um conceito de pobreza multidimensional, relacionado a características não estritamente econômicas que, se não forem atendidas, limitam a capacidade dos indivíduos e das famílias desenvolverem na sociedade. Desta forma, a pobreza multidimensional pode ser conceituada como uma deficiência de capacitações básicas ou como necessidades básicas insatisfeitas. A pobreza passa a ser entendida como privação de múltiplas características que envolvem o bem-estar humano, tais como, educação, saúde, moradia, saneamento, lazer, participação na sociedade, entre outras. Essas questões serão detalhadas ao longo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

Da teoria à prática: as ferramentas metodológicas de desenvolvimento humano, a metodologia de Alkire e Foster e a mensuração da pobreza multidimensional

Neste trabalho, para a formulação do conceito de pobreza multidimensional, concentrou-se na abordagem das necessidades humanas (Capítulo 1) e na abordagem das capacitações (Capítulo 2). Mais que conceituar a pobreza baseando em um conjunto de dimensões que superam a mera insuficiência de renda, isto é, que extrapolam os estudos unidimensionais, pretende-se aqui mensurá-la.

Na parte operacional, a abordagem das capacitações, e em grande medida também a das necessidades humanas, dadas a sua variedade de interpretações, ainda deixam em aberto muitas questões. Dentre elas, está a definição de quais capacitações ou necessidades devem ser mensuradas, ou seja, quais dimensões são essencialmente importantes na análise da pobreza. Outras indefinições referem-se aos níveis de corte que devem ser adotados e à metodologia mais adequada ao exercício empírico. Apesar disso, alguns estudos já têm ressaltado dimensões efetivas para caracterizar as diversas realidades regionais e defendem o uso de metodologias específicas, conforme será visto.

Neste capítulo serão discutidos os avanços da literatura internacional na mensuração da pobreza multidimensional. Para tanto, inicia-se com a visão do PNUD e as ferramentas metodológicas que surgiram em auxílio a essa visão. Posteriormente, será apresentada a metodologia de Alkire e Foster que também é compartilhada pela opinião do PNUD, com o lançamento do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este índice é utilizado no exercício empírico de estimação da pobreza multidimensional, na tentativa de se chegar a resultados robustos.

3.1 A visão multidimensional do desenvolvimento humano

As definições de pobreza multidimensional discutidas neste trabalho têm influenciado em alguma medida vários organismos internacionais⁷⁸. Por isto, estes organismos têm

⁷⁸ Esta visão de pobreza, que também está relacionada com a ideia de direitos humanos, influenciou agências internacionais como a ONU, por meio da qual o próprio sistema de direitos é redefinido. É importante lembrar que se os direitos humanos forem atendidos, ocorrerá a superação da pobreza multidimensional.

buscado a inclusão destas definições em suas políticas. Isto mostra que este pensamento, mais uma vez, extrapolou o ambiente acadêmico, afetando instituições governamentais.

A visão de desenvolvimento humano do PNUD caracteriza-se por ser o mais notório avanço na mensuração da pobreza multidimensional. Além de ser condizente com as abordagens adotadas neste trabalho, esta visão fornece o ponto de partida para a caracterização ampla da vida humana, por se preocupar com dimensões mais abrangentes, além da renda, que limitam as condições de vida.

Assim sendo, antes de apresentar a metodologia aqui utilizada para a análise da pobreza serão apresentados avanços na ideia de desenvolvimento humano com o surgimento de ferramentas metodológicas. Estas ferramentas são: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Penúria de Capacidades (IPC), o Índice de Pobreza Humana (IPH), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), e mais recentemente, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Estes índices serão explicitados brevemente nas subseções que se seguem.

3.1.1 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

De acordo com Alkire (2007), a visão de desenvolvimento humano emergiu mediante o surgimento de uma ferramenta metodológica denominada Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesta visão, a renda é somente um dos elementos a serem realizados pelos indivíduos.

A ideia de desenvolvimento humano inclui melhorias de saúde, conhecimentos e aptidões dos indivíduos. Além disso, segundo Salama e Destremau (1999), outro aspecto do desenvolvimento humano se refere às potencialidades das pessoas direcionadas à produção, lazer, atividades culturais, sociais, políticas, entre outras.

O IDH foi proposto por meio do primeiro Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano de 1990. Conforme Anand e Sen (1997), o IDH contribuiu substancialmente para a modificação na natureza do debate público e para as discussões sobre o sucesso e falhas no processo de desenvolvimento.

Este índice representa o desenvolvimento de um país em três dimensões: saúde/expectativa de vida; educação; e padrão de vida medido pela renda. O IDH oscila entre 0 e 1, sendo que o valor máximo indica a melhor situação de bem-estar. Originalmente, o indicador reunia as três dimensões básicas por média simples.

Em 2010, o IDH passou por transformações, sendo representado pelas médias geométricas dos três índices das dimensões. Para entendê-las, é preciso ressaltar que a primeira dimensão é representada pela expectativa de vida. A segunda dimensão é representada pela média de anos de escolaridade e pelos anos de escolaridade esperados. Por fim, a terceira dimensão é representada pelo rendimento *per capita*.

Os valores máximos e mínimos são ajustados em cada subíndice de maneira que variem entre 0 e 1. Após a definição dos limites, isto é, dos valores máximos e mínimos, é aplicada a seguinte fórmula aos subíndices:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

No caso da educação, é aplicada esta equação a cada um dos componentes e, em seguida, é aplicada novamente. No caso da renda, segundo o PNUD (2010), como a função de transformação dos rendimentos em capacitações é provavelmente côncava⁷⁹, utiliza-se o logaritmo natural dos valores máximos e mínimos.

A agregação dos subíndices para a construção do IDH é realizada pela média geométrica dos três índices de dimensão:

$$(I_{renda}^{1/3} \cdot I_{longevidade}^{1/3} \cdot I_{educação}^{1/3})$$

Esta equação surgiu para enfrentar uma das mais sérias críticas feitas ao IDH, isto é, a de perfeita substituição entre as dimensões. Assim, conforme o PNUD (2010) ela denota a substituíbilidade imperfeita entre as dimensões.

3.1.2 O Indicador de Penúria de Capacidades (IPC) e o Índice de Pobreza Humana (IPH)

Dando sequência ao processo de avanço dessa visão do desenvolvimento, a partir da criação do IDH em 1990, em 1996, foi elaborado pelo PNUD, um indicador de pobreza humana que, a princípio, foi intitulado Índice de Penúria de Capacidades (IPC). O IPC pretendia avaliar a pobreza por meio do enfoque de deficiências. Assim, refletia o percentual dos indivíduos que não possuíam acesso a um mínimo de potencialidades humanas

⁷⁹ Ver PNUD (2010).

fundamentais, sob três dimensões: taxa de analfabetismo das mulheres; partos em condições salubres; alimentação correta e boa saúde.

O IPC foi substituído em 1997 pelo Índice de Pobreza Humana (IPH). Segundo Anand e Sen (1997), o IPH objetivava complementar o IDH, de modo a mensurar alguns *déficits* nos campos compreendidos pelo IDH⁸⁰.

No ano seguinte, o PNUD elaborou o IPH-2, mais adequado à realidade dos países desenvolvidos. Em meio a isto, o IPH foi renomeado IPH-1, adaptado aos países em desenvolvimento. Este índice abrangia as seguintes variáveis: porcentagem de indivíduos sob ameaça de falecer antes dos quarenta anos; taxa de analfabetismo entre adultos; e média da população sem acesso à saúde, água potável e crianças abaixo do peso.

Vale ressaltar que, o IPH-2 empregava as três dimensões do IPH-1 levando em consideração as condições econômicas e sociais em tais países. Assim, considerava a porcentagem de indivíduos sob ameaça de falecer antes dos sessenta anos e a taxa de analfabetismo funcional⁸¹. Além disso, incluía a exclusão social, medida em termos da porcentagem de desempregados em um período de doze meses ou mais (PNUD, 1995 *apud* SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 95).

Salama e Destremau (1999) ressaltam que estes índices também possuíam suas deficiências por serem impotentes para evidenciar a subjetividade da pobreza multidimensional e sua dimensão política⁸². Ainda assim, não deixaram de serem indicadores mais amplos que a insuficiência de renda sendo, consequentemente, relevantes para a análise multidimensional⁸³.

3.1.3 O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)

De acordo com Alkire e Foster (2010), seriam necessários ajustes no IDH para refletirem a distribuição de realizações entre a população. A desigualdade é ignorada pelo IDH tradicional e há razões para se acreditar que exista maior desigualdade onde o nível de desenvolvimento é mais baixo.

Nesse sentido, o índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) visa capturar o nível de desenvolvimento humano, levando em consideração a

⁸⁰ Anand e Sen (1997).

⁸¹ O analfabetismo funcional pode ser evidenciado quando as pessoas possuem menos de quatro anos de estudo.

⁸² Ver Salama e Destremau (1999).

⁸³ Em 2010 foi criado o IPM para substituir o IPH. Este índice será discutido adiante.

desigualdade. O IDHAD é equivalente ao IDH quando não há desigualdade na distribuição. Entretanto, o índice diminui em relação ao IDH à medida que a desigualdade aumenta.

O índice é composto pelas variáveis: esperança de vida, anos de escolaridade e rendimento disponível ou consumo *per capita*. Segundo o PNUD (2010), a medida de desigualdade utilizada pelo índice faz parte das medidas de desigualdade formalizadas por Atkinson⁸⁴.

Para o cômputo do índice, primeiramente são realizados ajustes nos índices das dimensões. Os índices de dimensão ajustados à desigualdade são obtidos por meio da multiplicação dos índices das dimensões do IDH por 1 e subtração da medida de Atkinson correspondente⁸⁵.

Assim sendo, o *IDHAD* é a média geométrica dos três índices de dimensões ajustados à desigualdade⁸⁶. A principal diferença entre o IDH e o IDHAD é que este último mede os *déficits* de desenvolvimento potencial em virtude da desigualdade. A ideia é que esse índice seja aperfeiçoado no decorrer do tempo⁸⁷.

3.1.4 O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)

Outra ferramenta multidimensional utilizada pelo PNUD é o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG). O IDG visa medir as desvantagens sofridas pelas mulheres e se baseia em três dimensões: saúde, educação e taxa de participação no mercado de trabalho.

⁸⁴ No caso da desigualdade de renda, em uma população formada por n pessoas cujas rendas são representadas por x_i ($i = 1, \dots, n$), “Atkinson (1970) propõe o uso de um índice de desigualdade baseado em uma medida do bem-estar social. Atkinson admite que a utilidade marginal da renda para cada pessoa é inversamente proporcional a x_i^ε , com $\varepsilon > 0$, e que o nível de bem-estar social é uma função aditivamente separável e simétrica das rendas individuais. Existe um diferente índice de Atkinson para cada valor de ε . No caso particular de $\varepsilon = 1$, a função de utilidade é $U(x_i) = \ln x_i$, e o índice de Atkinson é $A(\varepsilon = 1) = 1 - \frac{\mu_g}{\mu}$. É interessante lembrar que nos termos do desenvolvimento feito por Atkinson, a relação $\frac{\mu_g}{\mu} = 1 - A(\varepsilon = 1)$ indica a proporção da renda total que seria suficiente para produzir o mesmo bem-estar social se houvesse uma distribuição igualitária da renda” (HOFFMANN, 1991, p. 146). Neste caso, ε é o parâmetro de aversão da desigualdade e μ_g é a média geométrica das rendas.

⁸⁵ Ver PNUD (2010).

⁸⁶ $IDHAD^* = \sqrt[3]{I_{vida} \cdot I_{educação} \cdot I_{rendimento}^*} =$

$\sqrt[3]{(1 - A_{vida}) \cdot I_{vida} \cdot (1 - A_{educação}) \cdot I_{educação} \cdot (1 - A_{rendimento}) \cdot I_{rendimento}^*}$, onde A é a medida de Atkinson.

⁸⁷ É possível calcular ainda a perda de porcentagem para o IDH em virtude de desigualdades na distribuição:

$Perda = 1 - \frac{IDHAD^*}{IDH^*} = 1 - \sqrt[3]{(1 - A_{vida}) \cdot (1 - A_{educação}) \cdot (1 - A_{rendimento})}$. Para entendê-la, ver PNUD (2010).

No IDG⁸⁸ as variáveis que representam as dimensões são: taxa de mortalidade materna; taxa de fertilidade adolescente; distribuição de ocupações parlamentares por sexo; escolaridade no ensino secundário e superior; e taxa de participação no mercado de trabalho. É realizada agregação entre as dimensões em cada grupo de gênero, a partir de médias geométricas.

Primeiramente, faz-se um tratamento particular para os valores zero e valores extremos⁸⁹. Em seguida, calculam-se os índices para mulheres e jovens do sexo feminino por meio de média geométrica utilizando-se todos os indicadores. Posteriormente, estimam-se os índices para homens e jovens do sexo masculino, incluindo todos os indicadores, exceto a taxa de mortalidade materna e a taxa de fertilidade adolescente, que são específicos para o sexo feminino.

O próximo passo consiste na utilização de média harmônica⁹⁰ para agregar os índices masculinos e femininos, a fim de se obter o índice de gênero distribuído equitativamente. É necessário ainda, calcular a média geométrica da média aritmética para cada indicador, tratando os gêneros masculinos e femininos de maneira igual, e depois agregando os índices das dimensões. Por fim, obtêm-se o IDG distribuído de forma equitativa⁹¹.

A justificativa do PNUD (2010) para a criação desse indicador é que a desigualdade de gênero se constitui em um entrave ao desenvolvimento humano. O IDG foi constituído de maneira experimental, mas representa um avanço significativo para as medidas de desigualdade de gênero.

Todas estas ferramentas metodológicas utilizadas pelo PNUD são importantes, porque representam as abordagens teóricas discutidas nos primeiros capítulos. Essas ferramentas ajudam a compreender as múltiplas dimensões que circundam o bem-estar humano e a desvincular-se dos enfoques estritamente monetários para caracterizar o processo de desenvolvimento.

⁸⁸ O índice foi lançado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995, juntamente com a Medida de Participação segundo o Gênero (MPG). Estas experiências anteriores permitiram o aperfeiçoamento do índice.

⁸⁹ Por exemplo: “A representação parlamentar feminina nos países que indicam 0% é codificada como 0,1% porque a média geométrica não pode ter valores zero e porque estes países têm algum tipo de influência política por parte das mulheres” (PNUD, 2010, p. 229).

⁹⁰ $HARM(G_F, G_M) = \left[\frac{(G_F)^{-1} + (G_M)^{-1}}{2} \right]^{-1}$, onde G_F e G_M indicam os gêneros feminino e masculino.

⁹¹ $IDG = 1 - \frac{HARM(G_F, G_M)}{G_{M,F}}$. Para demais notações matemáticas, ver PNUD (2010) – notas técnicas.

3.2 A metodologia de Alkire e Foster e a mensuração da pobreza multidimensional⁹²

Tendo em vista os avanços obtidos pelo PNUD na operacionalização do desenvolvimento humano baseado em múltiplas dimensões, é preciso registrar também sua criação mais abrangente em termos de pobreza multidimensional, o lançamento do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Antes de discutir este índice, cabe apresentar a metodologia que o fundamenta, e mais que isso, cabe discutir primeiramente alguns pressupostos para a mensuração da pobreza multidimensional. Isto será feito nas subseções que se seguem.

3.2.1 Alguns requisitos para a mensuração da pobreza multidimensional

A mensuração da pobreza é importante, uma vez que, por meio dela é possível identificar quem são os pobres e a partir daí escolher a melhor forma de atendê-los. Conforme Robano e Smith (2014), a análise da pobreza multidimensional define as múltiplas privações que afetam as famílias ou indivíduos. Os indivíduos são qualificados como mais pobres à medida que o número de privações aumenta. Como a pobreza pode ser entendida como inerentemente multidimensional, os programas sociais precisam enfrentar os múltiplos problemas da pobreza. Santos (2013) afirma que é a mensuração que determina o sucesso das políticas públicas para redução da pobreza, no alcance da população verdadeiramente pobre e que sofre um maior número de privações.

A principal motivação para a mensuração da pobreza multidimensional surge da incompatibilidade entre a mensuração da pobreza em um espaço único e as medidas multidimensionais. Uma importante questão que permeia por este fato se dá em relação a quantas e quais dimensões deverão ser consideradas na análise.

Como foi visto na Seção 2.7 do Capítulo 2, a abordagem das capacitações não fornece uma lista específica de quais capacitações ou funcionamentos deverão compor às análises empíricas, ainda que sejam citados requisitos importantes para o bem-estar humano, como, estar bem nutrido, ter boa saúde, participar da vida na comunidade, ter educação, etc.

A abordagem das necessidades humanas, no seu segundo estágio, deixa margem para que possam ser utilizadas as necessidades mais urgentes, especialmente aquelas que afetam os mais pobres. Este estágio aponta para a priorização do atendimento de necessidades como, o consumo de alimentos, habitação, acesso à água potável, saneamento, saúde, educação e

⁹² Nesta tese, a mensuração da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais será realizada no Capítulo 5.

transporte. No terceiro estágio, são listadas necessidades humanas objetivas e universais (saúde física e autonomia), mas também é reconhecido que o seu atendimento pode variar entre os diferentes indivíduos e comunidades.

Independentemente do método utilizado a escolha das dimensões é crucial para o estudo empírico da pobreza multidimensional. Segundo Alkire (2008), a escolha das dimensões deve basear-se em cinco processos: 1) dados existentes; 2) suposições baseadas na teoria; 3) consenso público; 4) processo participativo deliberativo em curso; 5) evidências empíricas sobre aquilo que é valorizado pelas pessoas.

As considerações sobre a disponibilidade de dados fazem parte da determinação das dimensões, mas, não são suficientes para justificar a escolha das capacitações básicas. Os estudos empíricos podem apontar sobre novos comportamentos e situações de bem-estar, mas sozinhos também não são suficientes para a escolha das dimensões. Contudo, quando são combinados com o debate público, podem desempenhar um importante papel. O diálogo público, envolvendo a opinião de pesquisadores e o quadro teórico, pode ser eficiente e construtivo.

O consenso para a discussão pública pode envolver, por exemplo, os direitos humanos⁹³ e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)⁹⁴. A participação deliberativa também pode ajudar especialmente em situações em que não cause distorções. Os dados empíricos sobre consumo, preferências e comportamento são relevantes, mas também não podem ser utilizados isoladamente. Normalmente, os pesquisadores utilizarão dois ou três destes métodos, promovendo uma abordagem interativa.

Segundo Alkire (2002), as dimensões devem ser valiosas. Elas devem ser intrinsecamente valorizadas mais que convenientes instrumentalmente. As dimensões devem combinar escopo e especificidade, e para isso, devem ser claras. Além disso, precisam ser críticas e suficientemente completas de maneira a abranger os valores humanos. Ao analisar as listagens normalmente apresentadas, Alkire (2002) conclui que as dimensões relevantes citadas por diferentes autores sobre o tema são similares⁹⁵.

⁹³ É preciso lembrar que a noção de pobreza multidimensional pode ser entendida como um desdobramento do Sistema de Direitos Humanos.

⁹⁴ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio incluem metas e indicadores articulados pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial, necessário para o progresso das nações. Eles precisam ser monitorados e suas estatísticas são apresentadas anualmente. Envolve: acabar com a miséria e a fome; educação de qualidade; igualdade entre os sexos e valorização da mulher; diminuição da mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater doenças como AIDS e malária; melhorar a qualidade de vida e promover o respeito ao meio ambiente; trabalhar pelo desenvolvimento.

⁹⁵ Ver Alkire (2002).

Alkire (2011) aponta que somente o uso de vários indicadores não representa necessariamente a pobreza multidimensional, pois, tais indicadores podem ser estudados individualmente. Então, uma medida multidimensional agrega valor à medida que ela transmite informações que não são capturadas por medidas unidimensionais.

Apesar disso, segundo Ravallion (2011), um único índice agregado pode não ser suficiente para a avaliação da pobreza multidimensional. Observar as dimensões da pobreza separadamente pode ser útil para escolher as melhores informações sobre cada uma.

Conforme Alkire (2011), as metodologias de mensuração da pobreza multidimensional avançaram consideravelmente. Na verdade, a criação de bases de dados relevantes motivou a renovação pelo interesse na mensuração da pobreza multidimensional. Juntamente com estes avanços, novas oportunidades foram criadas para a sua estimação a nível local, nacional e internacional.

Para a mensuração da pobreza, é necessária a identificação dos pobres e em seguida, a construção de um índice utilizando as informações disponíveis sobre a população pobre. A medida de pobreza precisa ser constituída em duas etapas: identificação e agregação (SEN, 1976).

São diversos os métodos de mensuração da pobreza multidimensional e não há consenso sobre método mais adequado para este propósito. Batana (2008) ressalta que é necessário que a metodologia utilizada satisfaça a um conjunto de propriedades⁹⁶. Apesar disto, algumas metodologias são axiomáticas e extensões das medidas de pobreza unidimensional, ao passo que, outras são não axiomáticas. Sen (1976) sugeriu uma abordagem axiomática para computar indicadores unidimensionais de pobreza.

De acordo com Sen (1976), a formulação de indicadores de pobreza não pode violar dois axiomas básicos: o axioma da monotonicidade, que aplicado à pobreza por renda conforme foi proposto originalmente, implica que a diminuição na renda de uma pessoa que se encontra abaixo da linha de pobreza deve aumentar a medida de pobreza; e o axioma da transferência, segundo o qual, a transferência de renda de uma pessoa abaixo da linha de pobreza para uma pessoa mais rica deve incrementar a medida de pobreza. Esta formulação axiomática também pode e deve ser adicionada às análises multidimensionais.

Para Alkire e Foster (2007), é comum utilizar-se de três abordagens que permitem a identificação dos pobres multidimensionais. A primeira pode ser chamada de abordagem unidimensional.

⁹⁶ Esta é a vantagem da utilização da metodologia sugerida por Alkire e Foster que será adotada neste trabalho.

Um é a “abordagem unidimensional”, através da qual os vários indicadores de bem-estar são combinados em uma única variável global, e uma pessoa é considerada pobre quando a variável cai abaixo de um certo nível de corte. Esse método de identificação leva em conta as privações dimensionais – mas apenas na medida em que elas afetam o indicador agregado (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 1) (tradução nossa)⁹⁷.

Assim, o indivíduo é reconhecido como pobre quando a variável agregada oscila abaixo de um nível mínimo de corte. Neste caso, há pouco espaço para a valorização das privações multidimensionais, porque só leva em conta as privações dimensionais à medida que elas afetam o indicador agregado.

Outra vertente mencionada pelos autores é a abordagem da união. Conforme esta linha de raciocínio, o indivíduo é considerado pobre multidimensional se estiver privado em uma única dimensão. Consequentemente, isto pode superestimar o tamanho da pobreza, pois, uma única dimensão de privação pode não ser suficiente para caracterizar uma situação que afeta o bem-estar dos indivíduos.

Em outro extremo, está a terceira abordagem denominada método de interseção. Esta vertente requer que a pessoa esteja privada em todas as dimensões conjuntamente para ser declarada como pobre. Obviamente, isto pode subestimar a pobreza multidimensional, o que demonstra que este é um critério excessivamente rigoroso para evidenciar a condição de pobreza e pode desconsiderar como pobres, indivíduos com importantes privações.

Com isso, é possível citar brevemente algumas metodologias utilizadas⁹⁸. Uma metodologia rotineiramente empregada para o estudo da pobreza multidimensional é a abordagem dos conjuntos fuzzy. A lógica desta abordagem, não depende da construção de linhas de pobreza, mas está baseada na ideia de *continuum*⁹⁹ de níveis de pobreza. Portanto, o espaço de preocupação da metodologia não se dá na diferenciação entre pobres e não pobres, mas sobre quão pobres são as pessoas.

Segundo Costa (2002), a abordagem dos conjuntos fuzzy pressupõe que a pobreza é constituída por dimensões formadas por um vetor composto por atributos representados por variáveis que indicam situações de privação. Nesta abordagem, seja a população formada por um conjunto de indivíduos, as pessoas pobres são aquelas que compõem este conjunto e

⁹⁷ “One is the ‘unidimensional’ approach, through which the multiple indicators of wellbeing are combined into a single aggregate variable, and a person is identified as poor when the variable falls below a certain cutoff level. This method of identification takes into account dimensional deprivations – but only inasmuch as they affect the aggregate indicator”.

⁹⁸ Para as especificações matemáticas, consultar os autores citados em cada método.

⁹⁹ Se a pobreza é um *continuum* é possível comparar indivíduos com base em informações de diferentes domínios. Assim, informações heterogêneas podem ser utilizadas para classificar as pessoas em situações homogêneas, neste caso, a situação de pobreza.

possuem algum grau de privação nestes atributos. Os indivíduos privados compõem um subconjunto da população.

A determinação de quão pobre são as pessoas baseia-se em uma função dicotômica que varia entre 0 e 1 e responde se o indivíduo é pobre ou não no atributo. As situações encontradas são: indivíduos dotados pelo atributo, indivíduos não dotados pelo atributo, ou indivíduos que possuem algum grau de dotação entre estes extremos. A estrutura da abordagem propicia a constituição de medidas de pobreza multidimensional em cada atributo. É explícito neste método o tratamento da pobreza de forma relativa, pois, se baseia na comparação entre diferentes situações de privação¹⁰⁰.

Outras abordagens muito utilizadas baseiam-se em métodos estatísticos como a análise fatorial. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Asselin (2002). O autor expõe uma técnica de criação de indicadores compostos de pobreza utilizando a análise fatorial de correspondências múltiplas. O método empregado elege o eixo fatorial¹⁰¹ para a representação da pobreza, geralmente aquele que possui inércia¹⁰² mais elevada e discrimina¹⁰³ um maior número de variáveis. Em seguida, utilizam-se os escores extraídos do eixo eleito para a representação do nível de privação.

Este método é empregado para indicadores categóricos e trabalha ainda com uma linha de pobreza multidimensional para diferenciar pobres e não pobres. A linha de pobreza é definida com base nas categorias de referência¹⁰⁴ assumidas pelas variáveis ou indicadores básicos¹⁰⁵. Com isso, torna-se possível gerar uma medida agregada de pobreza.

Mais recentemente, tem sido usados métodos da literatura psicométrica na mensuração da pobreza multidimensional. Dentro desta literatura, pode-se citar o Modelo de Rasch, conforme foi apresentado por Fusco e Dickes (2006). O modelo também é baseado na ideia de *continuum*, mas se fundamenta na Teoria de Resposta aos Itens¹⁰⁶, onde são empregados itens dicotômicos para caracterização da situação de pobreza. Trata-se de um modelo paramétrico

¹⁰⁰ Ver Costa (2002).

¹⁰¹ Esta técnica permite a apresentação dos dados visualmente em um espaço dimensional, que possibilita a interpretação de acordo com eixos fatoriais.

¹⁰² Categorias com distribuições similares são representadas como pontos próximos no espaço dimensional, então, a inércia é entendida como a dispersão total do sistema de pontos-categorias.

¹⁰³ As medidas de discriminação podem ser interpretadas como a variância de uma variável em um determinado fator.

¹⁰⁴ As categorias de referência representam o nível de corte nas variáveis para a identificação das privações.

¹⁰⁵ Ver Asselin (2002).

¹⁰⁶ Segundo Molenaar (1995, p. 4 *apud* Fusco e Dickes, 2006, p. 3), a Teoria de Resposta aos Itens, "[...] is build around the central idea that the probability of a certain answer when a person is confronted with an item, ideally can be described as a simple function of the person's position on the latent trait plus one or more parameters characterizing the particular item."

em que é estimado um parâmetro de habilidade e um parâmetro de dificuldade do item, geralmente por meio de métodos probabilísticos¹⁰⁷.

O modelo não parte da construção de um indicador composto, mas da estimação de dimensões latentes de pobreza. Neste modelo, a pobreza é uma variável latente. Respostas positivas aos itens dicotômicos indicam alto posicionamento com relação ao traço latente¹⁰⁸, enquanto respostas negativas indicam baixa posição em relação ao traço latente¹⁰⁹. Isto significa que respostas positivas identificam a situação de pobreza, ao passo que, respostas negativas certificam ausência de privação.

Alkire (2011) afirma que nem todas as medidas de pobreza multidimensional são capazes de agregar valor. Contudo, se os métodos são explícitos e se a medida está sujeita a testes de robustez, é capaz de acrescentar sugestões importantes para a mensuração da pobreza e para a identificação dos pobres.

O maior problema das metodologias mais utilizadas é que nem todas possuem uma preocupação axiomática. Algumas possuem vantagens em algumas proposições, mas, suas deficiências, logo se tornam aparentes. Por exemplo, as abordagens fuzzy e a psicométrica, em geral, aparecem desvinculadas de proposições axiomáticas. Se por um lado elas são vantajosas por se concentrarem em dimensões relevantes, por outro, elas não empregam um indicador didático e factível de comparação.

A criação de um indicador composto é suprida por um método estatístico como a análise fatorial que tem a vantagem, inclusive, de estabelecer *rankings*. Entretanto, este método deixa a desejar no quesito dimensões relevantes. Como ressaltam Alkire e Foster (2007), neste caso, as privações multidimensionais são pouco valorizadas. Um método ideal seria aquele que possibilitasse o enfoque nas dimensões, na medida agregada, e ao mesmo tempo, utilizasse uma abordagem axiomática.

Como exemplo de metodologia axiomática, pode-se citar o método sugerido por Bourguignon e Chakravarty (2003)¹¹⁰. Segundo os autores, a mensuração da pobreza multidimensional deve seguir a etapa de identificação e a etapa de agregação, como propôs Sen (1976). Além disso, os autores defendem que cada atributo para caracterização do indivíduo possua uma linha de corte. Assim, uma pessoa pode ser considerada privada ou não em cada atributo.

¹⁰⁷ Ver Fusco e Dickes (2006).

¹⁰⁸ Isto relaciona variáveis observáveis (os itens) e traços não observáveis ou habilidades que geram variáveis observáveis. A resposta ao item depende do posicionamento do indivíduo em relação ao traço latente ou aptidão, neste caso, a pobreza.

¹⁰⁹ Neste caso, a pobreza multidimensional.

¹¹⁰ Ver Bourguignon e Chakravarty (2003).

Entretanto, a metodologia recomendada por Bourguignon e Chakravarty (2003), se enquadra na categoria de abordagem da união. Por ser muito rigorosa, esta abordagem só se justifica quando todas as dimensões envolvidas são consideradas essenciais.

3.2.2 O índice de Alkire e Foster

Diante das limitações das abordagens mais utilizadas na mensuração da pobreza multidimensional, Alkire e Foster (2007) apresentam uma alternativa para a identificação dos pobres. Seja M_0 a medida de pobreza multidimensional, para o entendimento das proposições dos autores no estabelecimento desta medida, primeiramente, é necessário ressaltar as seguintes notações:

n é o número de domicílios e pode variar em todos os números positivos e inteiros;

$d \geq 2$ é o número de dimensões consideradas (fixas e determinadas);

$y = [y_{ij}]$ é a matriz de realizações $n \times d$, onde $y_{ij} \geq 0$ traduz-se na realização do domicílio $i = 1, 2, \dots, n$ na dimensão $j = 1, 2, \dots, d$;

z é o vetor de corte dentro da dimensão;

$z_j > 0$ é o nível de corte para o qual um domicílio está privado na dimensão j ;

$Y = \{y \in R^{nd} : n \geq 1\}$ é o domínio da matriz em questão.

Cada vetor linha, $y_i = (y_{i1}, y_{i2}, \dots, y_{id})$, fornece a realização do domicílio i em diferentes dimensões. Da mesma forma, cada vetor coluna, $y_{*j} = (y_{1j}, y_{2j}, \dots, y_{nj})$, representa a distribuição de realizações da dimensão j ao longo de um conjunto de domicílios. Dito isso, Alkire e Foster (2007) dividem a mensuração da pobreza multidimensional em duas etapas fundamentais, como acontece na abordagem axiomática proposta por Sen (1976).

A primeira é a etapa de identificação, que se baseia em dois níveis de corte: 1) linha de pobreza na dimensão, ou indicador básico específico, que identifica se a pessoa está ou não privada dentro da dimensão, ou indicador; 2) número mínimo de privações ao longo das dimensões.

A segunda é a etapa de agregação. A etapa de agregação implica na constituição da medida agregada de pobreza. Estas etapas são discutidas detalhadamente na sequência.

3.2.2.1 O método de identificação

Para compreensão do método de identificação, é preciso ter em mente que a metodologia proposta por Alkire e Foster (2007) é vantajosa, porque é passível de atribuição de pesos às dimensões e aos indicadores básicos que as compõem. Seja, o peso evidenciado pelo vetor w , w_j pode ser entendido como um elemento que representa o peso da dimensão j . Embora $w_j = 1$ seja apropriado quando não há razões para considerar uma dimensão mais importante que a outra, existem argumentos razoáveis para a escolha de pesos relativos, como é feito no caso do IPM que será discutido mais adiante, no qual, cada indicador básico possui um peso relativo.

Segundo Alkire e Santos (2010), em uma medida de pobreza multidimensional, os pesos podem ser aplicados de três formas: entre as dimensões; dentro das dimensões, quando mais de um indicador é utilizado; e entre as pessoas na distribuição, quando, por exemplo, há o intuito de dar maior importância às pessoas que enfrentam maiores privações. A escolha das dimensões, dos pontos de corte e dos pesos está interligada, de tal modo que, as dimensões também podem ser escolhidas para representarem pesos iguais.

Na estrutura de M_0 , é notável que $\sum_{j=1}^d w_j = d$, o que quer dizer que a soma dos pesos resulta no número total de dimensões. Assim sendo, o método de identificação da população pobre parte primeiramente da identificação dos domicílios privados nas dimensões, ou em cada indicador primário.

Levando em consideração os pesos, o elemento típico da matriz de privações $g^0 = [g_{ij}^0]$, g_{ij}^0 , é igual a w_j quando $y_{ij} < z_j$; e igual a zero quando $y_{ij} \geq z_j$. Com isso, pode-se concluir que g^0 é uma matriz $n \times d$, cuja entrada $ij^{\text{ésima}}$ é equivalente ao peso quando o domicílio i está privado na dimensão $j^{\text{ésima}}$, e igual a zero, caso contrário. Esta última matriz, permite construir um vetor c de contagem de privação. Neste caso, a $i^{\text{ésima}}$ entrada $c_i = \sum_{j=1}^d g_{ij}^0$, denota a soma ponderada das privações enfrentadas pelo domicílio i (ALKIRE; SANTOS, 2010).

Sabe-se que os cortes dentro das dimensões, ou dos indicadores básicos, sozinhos, são insuficientes para a identificação dos pobres. Deste modo, para uma especificação completa do método de identificação, é preciso considerar que a identificação dos domicílios multidimensionalmente pobres exige outro nível de corte, denominado k . Então, deve ser selecionado $k > 0$, e este nível deve ser aplicado ao vetor coluna c .

Assim como não há um nível de corte determinado para os indicadores básicos de pobreza, não há um nível de k pré-determinado, de tal forma que, os vários níveis de k podem ser condizentes com a realidade de cada objeto de estudo. Este nível de corte é uma medida arbitrária. Maiores valores de k , indicam maiores possibilidades de privações simultaneamente (ALKIRE, 2011).

Há que se acrescentar a possibilidade de separar o índice por estratos de identidade, o que pode ser útil para a segmentação. Por isso, a determinação dos valores de k é importante para a formulação de políticas públicas, uma vez que os níveis de corte podem ser alterados, aumentando ou diminuindo a quantidade de dimensões em que as pessoas estão privadas.

Dando prosseguimento à identificação dos domicílios pobres, os autores partem da função de identificação, $p: R_+^d \times R_{++}^d \rightarrow \{0,1\}$, sugerida por Bourguignon e Chakravarty (2003). Entendendo p_k como a função de identificação que demonstra o vetor de realizações do domicílio i , $y_i \in R_+^d$ é o vetor de pontos de corte de z em R_{++}^d para um indicador básico. Na verdade, p_k assume o valor 1 se $c_i \geq k$; e $p_k(y_i, z)$ assume o valor zero quando $c_i < k$.

Por conseguinte, um domicílio pode ser identificado como multidimensionalmente pobre, quando sua contagem de privações ponderadas for maior ou igual a k . Isto é obtido por meio do método de duplo corte que identifica privações dentro da dimensão (ou em cada indicador básico) conforme o nível de corte z_j , para determinar se um domicílio está privado ou não naquela dimensão (ou indicador). O modelo de duplo corte agrega ainda o nível de corte k , determinado ao longo das dimensões, para identificar a situação de pobreza multidimensional.

3.2.2.2 Medida de pobreza multidimensional

Para a constituição da medida agregada, é preciso se concentrar nos domicílios pobres. Isto pode ser feito, por meio de um procedimento chamado *censoring* das privações dos domicílios privados, mas que ainda assim podem ser considerados como não pobres, dado o valor de k .

Com este objetivo, é preciso gerar outra matriz $g^0(k)$ a partir de g^0 . Neste exercício, é necessário substituir sua $i^{\text{ésima}}$ linha, g_i^0 , por um vetor de zeros, todas as vezes que p_k for igual a zero. “Esta matriz contém as privações ponderadas de todas as pessoas que foram

identificadas como pobres e exclui privações dos não pobres” (ALKIRE; SANTOS, 2010, p.10) (tradução nossa)¹¹¹.

A partir da matriz *censored*, pode-se construir um vetor *censored* de contagem de privações $c(k)$. Este último é diferente do vetor c definido anteriormente, haja vista que ele não atribui privações para os domicílios que não são reconhecidos como multidimensionalmente pobres.

O índice agregado M_0 é visto como a média da matriz $g^0(k)$. Desta forma, $M_0 = \mu(g^0(k))$ ¹¹². Dito de outro modo, este índice, é a soma ponderada das privações dos pobres dividido pelo número total de pessoas, multiplicado pelas dimensões utilizadas na análise:

$$M_0 = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^d g_{ij}^0 / nd.$$

Como parte de uma família paramétrica de medidas de pobreza (família de índices FGT¹¹³), o índice de Alkire e Foster, pode ser apresentado de maneira mais intuitiva. Pode-se iniciar com a incidência da população considerada pobre, isto é, com o *head count ratio* (H), análogo ao da pobreza por renda, definido como:

$$H = \frac{q}{n}.$$

Onde, q é o número de domicílios pobres extraído do método de duplo corte.

Então, H é simplesmente a proporção de famílias multidimensionalmente pobres. Para que H não permaneça inalterado caso uma pessoa se torne privada em uma dimensão na qual não era, devem-se incluir informações adicionais sobre a intensidade das privações experimentadas pelos domicílios multidimensionalmente pobres.

Em virtude disso, o passo seguinte consiste na determinação da privação média entre os pobres (A). Para melhor compreensão de A , é necessário saber a fração de indicadores

¹¹¹ “This matrix contains the weighted deprivations of all persons who have been identified as poor and excludes deprivations of the non-poor”.

¹¹² μ denota a média.

¹¹³ Índices de Foster, Greer e Thorbecke. Os índices FGT são tradicionalmente obtidos com base nas seguintes expressões: $FGT(0) = q/n$; $FGT(1) = 1/n \sum_{i=1}^q z - y_i/z$; $FGT(2) = 1/n \sum_{i=1}^q (z - y_i/z)^2$. Onde: q é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza); n é o tamanho da população; z é a linha de pobreza; y_i é a renda *per capita* domiciliar da i -ésima pessoa. Pode-se perceber uma correspondência entre os índices de Alkire e Foster e a família de índices FGT aplicada à pobreza unidimensional.

ponderados em que os domicílios estão privados, representada por $c_i(k) / d$. Nesse sentido, conforme Alkire e Santos (2010), a média da fração entre os domicílios que são pobres (q) é necessariamente A , definido como:

$$A = \sum_{i=1}^n c_i(k) / dq.$$

Onde, A indica a intensidade da pobreza multidimensional.

Desta forma, a medida de pobreza multidimensional (M_0) combina informações sobre a prevalência da pobreza e sobre a extensão média das privações dos pobres e é denominada índice de incidência ajustado. Para resumir, nota-se que M_0 é produto de dois índices parciais, H e A :

$$M_0 = H \cdot A.$$

Esta medida não requer a cardinalidade dos indicadores. Então, os indicadores podem ser dicotômicos ou ordinais (SANTOS; ROCHE, 2012). Se os dados são cardinais, devem satisfazer premissas adicionais. Assim sendo, outras medidas também da família FGT devem ser computadas para refletirem o hiato e a severidade da pobreza multidimensional¹¹⁴.

3.2.2.3 Propriedades

O índice de pobreza multidimensional (M_0) deve satisfazer uma série de propriedades¹¹⁵. Estas propriedades podem ser entendidas como restrições conjuntas sobre o método de identificação e sobre a medida agregada.

A primeira propriedade citada por Alkire e Santos (2010), é a monotonicidade dimensional que é atendida em virtude da combinação entre H e A , já que, o índice H sozinho não a satisfaz. Por meio desta propriedade, se um domicílio pobre se torna privado em uma dimensão adicional, M_0 irá aumentar. Semelhantemente, a monotonicidade dimensional específica que a pobreza deve diminuir se uma privação é totalmente removida.

Outra propriedade que o índice satisfaz, é a possibilidade de decomposição por subgrupos. Com base nesta propriedade, a pobreza total é vista como a média ponderada dos níveis dos subgrupos de pobreza, em que os pesos são entendidos como a distribuição

¹¹⁴ Ver Alkire e Foster (2007).

¹¹⁵ Ver Alkire e Foster (2007).

populacional dos subgrupos. Isto pode ser expresso com base em duas matrizes de dados denominadas x e y , sendo (x,y) a matriz obtida da fusão das duas anteriores.

Diante disso, $n(x)$ é o número de famílias em x ; e $n(y)$ é o número de famílias em y . O mesmo é válido para $n(x,y)$. Desta forma, para duas matrizes quaisquer de dados x e y , tem-se que:

$$M_0(x, y; z) = \frac{n(x)}{n(x,y)} M_0(x; z) + \frac{n(y)}{n(x,y)} M_0(y; z).$$

A aplicação repetida desta propriedade assegura que a decomposição é válida para qualquer número de subgrupos. Esta é uma propriedade útil para gerar perfis de pobreza.

O índice M_0 também pode ser decomposto por dimensão. Neste intuito, cabe acrescentar a utilização da estrutura de M_0 para gerar a seguinte fórmula:

$$M_0 = \sum_{j=1}^d \mu(g_{*j}^0(k))/d,$$

em que, $g_{*j}^0(k)$ é a j^{th} coluna da matriz *censored* $g^0(k)$. Então, segundo Alkire e Santos (2010) a contribuição da dimensão j para a pobreza é:

$$Contr_j = (\mu(g_{*j}^0(k))/d)/M_0.$$

A contribuição de cada dimensão produz informações relevantes sobre a configuração das privações de grupos ou regiões particulares. A aplicação destas propriedades comprova que o índice é essencialmente robusto e relevante para a comparação internacional (e também nacional e regional).

De acordo com Alkire e Foster (2007), este índice tem um aparato conceitual que se apoia na abordagem das capacitações de Amartya Sen. Pelas proximidades já apresentadas, ele, logo, se torna condizente com a vertente conceitual das necessidades humanas. Isto facilita que sejam realizadas comparações dos níveis de pobreza quando as variáveis dimensionais são ordinais¹¹⁶.

Santos e Roche (2012) afirmam que esta metodologia comporta qualquer número de dimensões e indicadores em cada uma delas. Além disso, a metodologia permite qualquer nível de corte particular em cada indicador e qualquer conjunto de pesos. Alkire e Foster

¹¹⁶ Ver Alkire e Foster (2007).

(2007) não especificam quais as dimensões devem ser utilizadas, assim como, os indicadores que podem representá-las, os níveis de corte e os pesos.

Isto torna a metodologia passível de adaptação às situações distintas. Segundo Alkire (2011), os componentes da pobreza podem mudar ao longo do tempo, das pessoas e do contexto em que estão envolvidos, por isso, é importante uma metodologia flexível.

Santos (2013) defende o uso da metodologia de Alkire e Foster, porque ela respeita a uma abordagem axiomática, oferece uma síntese estatística, condensa as informações em único número, permite o uso de pesos e compensações de forma explícita e, se for o caso, possibilita hierarquizar os indicadores. Este fator é relevante uma vez que facilita o debate sobre políticas públicas. Além disso, a metodologia proporciona observar se as privações são simultâneas, o que facilita enfocar as privações.

A isso, soma-se que é factível de replicação e comparação entre regiões ao longo do tempo. A metodologia de Alkire e Foster é perfeitamente adequada aos dados ordinais como acontece com a maioria das bases de dados que podem ser utilizadas na análise da pobreza. O índice gerado é robusto às alterações na escala das variáveis ordinais e permite decomposições. O índice também é sensível à intensidade da pobreza. Assim sendo, se um indivíduo pobre se torna privado em um indicador adicional isto se refletirá na medida de pobreza. Ademais, pode ilustrar a proporção de privações ponderadas dos pobres separadamente do total das privações potenciais da sociedade.

Ravallion (2011) estabelece algumas críticas a essa metodologia e a utilização de um único índice agregado de pobreza multidimensional. Para o autor, é difícil acreditar que um único índice possa capturar tudo o que importa e em todas as configurações necessárias. Além disso, o fato de não haver um consenso sobre quais dimensões devem ser incluídas e suas formas de ponderação compromete a criação de um indicador composto.

Conforme Ravallion (2011) é preciso concentrar esforços para a criação de medidas mais precisas das distintas dimensões da pobreza. Estas medidas devem ser relevantes para a constituição de um conjunto de múltiplos índices, em vez de se considerar um único índice de pobreza multidimensional. É necessário estabelecer também se as medidas devem estar relacionadas diretamente ao espaço da realização ou da privação.

Apesar disso, as vantagens ressaltadas que fornecem um contrapeso às críticas apresentadas por Ravallion (2011). Por isso, a referida metodologia será aproveitada para o exercício empírico realizado por meio do presente trabalho. Destarte, cabe acrescentar algumas experiências de utilização desta metodologia na análise da pobreza multidimensional.

3.2.3 O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Baseando-se no método sugerido por Alkire e Foster (2007), foi criado pelo PNUD um índice de pobreza denominado “*Multidimensional Poverty Index*” (MPI) traduzido como Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este índice se baseia na abordagem das capacitações, e também pode representar a abordagem das necessidades humanas.

Alkire e Santos (2010) destacam a criação de um IPM apropriado à realidade dos países em desenvolvimento. Este IPM reflete privações em serviços rudimentares e funcionamentos centrais para os indivíduos. O índice é calculado para 104 países e se baseia em três dimensões básicas semelhantes às do IDH: saúde, educação e padrão de vida. Porém, estas dimensões são medidas por meio de dez indicadores básicos que se referem a situações de privação e não de realizações como acontece no IDH.

A partir desses indicadores pode ser estimado um índice agregado que visa medir o número de pobres, bem como, as privações sofridas pelas famílias pobres. Então, conforme a metodologia de Alkire e Foster (2007), o IPM produz dois números: o *head count ratio* (H) ou proporção de pobres e a intensidade média de privações dos pobres (A). Assim, é estimado o índice M_0 discutido anteriormente, denominado IPM. A medida surgiu em substituição ao IPH na tentativa de corrigir suas falhas¹¹⁷.

As dimensões do IPM são igualmente ponderadas. Como algumas dimensões possuem mais indicadores básicos que outras, as variáveis que compõem o índice possuem pesos relativos distintos, em concordância com a dimensão a que pertencem. Assim, dentro de cada dimensão os indicadores possuem o mesmo peso, justificado pelo número de indicadores que a compõe.

Os indicadores de saúde possuem pesos de 16,7%, cada um e são: possuir pelo menos um membro da família em situação de má nutrição e pelo menos uma criança que tenha falecido. Cada indicador de educação também possui peso de 16,7%. São eles: todos os membros da família possuem menos de cinco anos de estudo concluídos e possuir pelo menos uma criança em idade escolar que não frequente a escola. Por sua vez, todos os indicadores de padrão de vida possuem peso de 5,6%. A dimensão padrão de vida é composta por: ausência de eletricidade; falta de acesso à água potável; situação inadequada de saneamento; utilização de combustível sujo para cozinhar (como estrume, madeira e carvão);

¹¹⁷ Ao captar o número de pessoas que sofrem várias privações ao mesmo tempo, bem como, as privações que as pessoas enfrentam em média.

possuir domicílio com piso de terra; não possuir carro ou veículo motorizado e ter somente um dos bens: bicicleta, motocicleta, rádio, televisão, frigorífico ou telefone (PNUD, 2010)¹¹⁸.

A determinação das famílias multidimensionalmente pobres se baseia na soma ponderada de suas privações (ALKIRE, 2010). Isto significa que ser privado em apenas uma dimensão não implica em pobreza multidimensional. Algumas privações podem ser determinadas até mesmo por imprecisão dos dados. É por isso que a abordagem de duplo corte é vantajosa.

A família é identificada como multidimensionalmente pobre se e somente se, estiver privada em um conjunto de indicadores das dimensões cuja soma ponderada é 30% ou mais (ALKIRE e SANTOS, 2010). As famílias são pontuadas em conformidade com as privações em cada um dos indicadores podendo atingir uma pontuação máxima de 10. A pontuação máxima de cada dimensão é 3,33. O nível de corte utilizado para a identificação dos pobres multidimensionais é 3, o que implica privação em 2/3 dos indicadores. Nesse sentido, se a pontuação da família for igual ou superior a 3, esta é vista como multidimensionalmente pobre. As famílias com nível de privação entre 2 e 3 estão no grupo de vulnerabilidade ou em risco de pobreza multidimensional (PNUD, 2010).

Os indicadores que compõem o IPM, em sua maioria, estão baseados nos ODMs e, portanto, visam apoiar os ODMs¹¹⁹. A população-alvo do IPM é a unidade domiciliar. A justificativa para isto é que o sofrimento de um dos membros do domicílio afeta os demais, assim como as habilidades de um membro podem auxiliar os outros indivíduos. Conforme Alkire e Santos (2010, p. 8),

[...] dentro destes parâmetros, na medida em que dados permitirem, o IPM demonstra as privações simultâneas das famílias. Isso nos permite identificar diferentes tipos de privações – aglomerados de privações que ocorrem regularmente em diferentes países ou grupos. Essa medida, portanto, pode contribuir para uma melhor compreensão da interligação entre privações, pode ajudar a identificar as armadilhas de pobreza [...] (tradução nossa)¹²⁰.

Quanto à escolha das dimensões, Alkire e Santos (2010) ressaltam que as dimensões que uma medida de pobreza pode refletir são amplas e podem incluir saúde, educação,

¹¹⁸ Ravallion (2011) estabelece críticas ao IPM como a forma de escolha das dimensões que ficam atreladas à disponibilidade dos dados. Para o autor, o índice não parece abranger dimensões relevantes que não esteja diretamente relacionadas à situação de insuficiência de renda.

¹¹⁹ A grande diferença entre o IPM e as estatísticas dos ODMs é que o primeiro se concentra em resultados sobre pessoas (ou famílias). Por sua vez, as estatísticas dos ODMs produzem resultados em termos de nações.

¹²⁰ “[...] within these parameters, insofar as data permit, the MPI illuminates the simultaneous deprivations of households. This enables us to identify different ‘types’ of deprivations – clusters of deprivations that occur regularly in different countries or groups. Such a measure can thus contribute to a better understanding of the interconnectedness among deprivations, can help identify poverty traps [...]”.

trabalho, empoderamento, padrão de vida, meio ambiente, relacionamentos sociais, segurança, cultura, dentre outras.

Sen tem sugerido o foco nas dimensões que são a) de uma especial importância para a sociedade ou as pessoas em questão e b) influenciáveis sociais – que significa que eles são um foco adequado para políticas públicas, ao invés de um bem privado ou uma capacitação como a serenidade que não pode ser influenciada de fora (ALKIRE e SANTOS, 2010, p. 12) (tradução nossa)¹²¹.

Os autores afirmam ainda, que o IPM poderia incluir outras dimensões vitais adicionais. Contudo, o índice foi desenvolvido para comparação entre países e com isso, sofreu restrições no que diz respeito aos dados disponíveis.

Alkire (2011) afirma que se a renda é o indicador de pobreza mais utilizado, é necessário também um indicador que o complemente e que capture a multidimensionalidade da pobreza. Foi nesse sentido que o lançamento do IPM despertou o interesse da mídia global pela pobreza multidimensional.

Segundo Santos e Roche (2012), o IPM é um índice de pobreza multidimensional aguda¹²². Os autores realizaram uma análise do IPM para os países em desenvolvimento. Neste estudo, constataram quais as regiões que possuem maior incidência da pobreza multidimensional. Concluíram que estas regiões são o Sul da Ásia, que abriga 844 milhões de pessoas em situação de pobreza aguda e a África Subsaariana, que abriga 458 milhões de pessoas nesta situação.

3.3 Alguns estudos acadêmicos que utilizaram a metodologia de Alkire e Foster

Além do lançamento do IPM, é notório o surgimento de estudos acadêmicos que estimam a pobreza tendo como base os pressupostos sugeridos por Alkire e Foster. Alguns deles serão mencionados aqui.

Após a proposição da metodologia em 2007, já no ano de 2008, Batana (2008) realizou um estudo em 14 países da África Subsaariana. A identificação da pobreza foi baseada em quatro dimensões: saúde, ativos, empoderamento e educação. A análise permitiu identificar três grupos de países: países com alta incidência da pobreza (superior a 50%), países com média incidência (de 30% a 50%), e países com baixa incidência (inferior a 30%).

Ao comparar os resultados com o IDH, o estudo concluiu que ao considerar outras dimensões, o *ranking* da pobreza pode ser bastante diferente. O autor também realizou

¹²¹ “Sen has suggested focusing on dimensions that are of a) special importance to the society or people in question, and b) social influenceable – which means that they are an appropriate focus for public policy, rather than a private good or a capability like serenity which cannot be influenced from outside.”

¹²² Ver Santos e Roche (2012).

decomposições da pobreza por zona urbana e rural e verificou que a pobreza é maior nas zonas rurais destes países. A dimensão que mais contribuiu para a situação de pobreza foi a escolaridade.

Outro trabalho acadêmico que utilizou esta metodologia foi realizado por Santos e Ura (2008). Os autores estimaram a pobreza multidimensional para o Butão. Santos e Ura (2008), utilizaram dados da Pesquisa de Padrão de Vida do país do ano de 2007. As estimativas para áreas urbanas e rurais se concentraram em cinco dimensões: renda, educação, acesso à eletricidade, acesso à água potável e disponibilidade de quartos. Especificamente para áreas rurais, considerou-se também o acesso a estradas e a posse da terra. A escolha das dimensões foi embasada nos ODMs.

Os autores apontaram para a importância de se estudar a pobreza multidimensional, uma vez que, foram evidenciadas privações relevantes no acesso educação, energia elétrica e disponibilidade de quartos. Além disso, a privação de acesso a estradas foi um componente significativo da pobreza multidimensional em áreas rurais. O estudo certificou que 37% da população rural e urbana estava privada em duas ou mais das cinco dimensões consideradas. Por fim, concluiu-se que a pobreza multidimensional neste país é um problema essencialmente rural, o que não significa que a pobreza urbana também não seja um problema aparente.

Outro estudo que aplicou a metodologia de Alkire e Foster foi o de Alkire e Seth (2008). Neste estudo, os autores procuraram mensurar a pobreza multidimensional na Índia com base em nove dimensões: padrão de vida, saúde, acesso à água e saneamento, qualidade do ar, posse de ativos, meio de subsistência, estado da criança (trabalho infantil e atendimento escolar) e empoderamento da mulher. Alkire e Seth (2008) utilizaram dados da Pesquisa Nacional Saúde da Família dos anos de 2005-2006 e seus resultados foram comparados com dados de pobreza unidimensional.

Os resultados da decomposição da pobreza multidimensional por estado constataram gravidade da pobreza em Jharkhand, impulsionada pela privação de bens, baixa qualidade do ar, *déficits* nutricionais e deficiência de empoderamento. Outro estado apontado foi Gujarat, no qual, o *déficit* nutricional foi o principal contribuinte para a pobreza, seguido da deficiência de empoderamento das mulheres e baixa qualidade do ar. Na comparação com a pobreza unidimensional, o estudo concluiu que os dados de pobreza multidimensional apontam para diferentes grupos de pessoas.

A metodologia de Alkire e Foster também foi empregada por Alablaza (2011) em um estudo que visou estimar a pobreza multidimensional infantil na Etiópia, no Peru, no Vietnã e

no estado indiano de Andhra Pradesh, nos anos de 2002, 2006-2007 e 2009. O estudo se concentrou em quatro variáveis para avaliar as características das crianças: trabalho infantil, frequência escolar, nutrição e capacidade de desfrutar do afeto dos pais; e oito variáveis para avaliação do bem-estar e ambiente doméstico: energia elétrica adequada, combustível para cozinhar, água potável, existência de banheiro, espaço no domicílio (sem superlotação), acesso a bens básicos como rádio, telefone e geladeira. Outra variável utilizada foi uma medida de mortalidade infantil.

A análise do autor ratificou que, entre as localidades estudadas, o Peru foi caracterizado como menos pobre, seguido em ordem de incremento de pobreza pelo Vietnã, Andhra Pradesh e Etiópia. Os desempenhos relativos das regiões analisadas em termos de redução da pobreza multidimensional dependeram do nível de corte para a pobreza. Em uma análise de probabilidades de transição do índice de proporção de pobres (H), o Peru destacou-se por ser o mais bem sucedido na redução da pobreza, ao passo que, a maior dificuldade desta redução foi encontrada na Etiópia.

Vale ressaltar ainda, uma análise da pobreza multidimensional em Bangladesh realizada por Robano e Smith (2014), que também replicaram a metodologia de Alkire e Foster (2007). Os autores se concentraram em quatro variáveis dicotômicas para a construção da medida agregada de pobreza M_0 . As variáveis foram: segurança alimentar, estado de saúde, qualidade da habitação e vestuário. Robano e Smith (2014) articularam a metodologia de elaboração de indicadores de pobreza multidimensional com a análise de impacto de programas¹²³ de combate à pobreza, pelo cálculo da diferença na medida de pobreza entre o grupo de controle e tratamento ao longo do tempo.

Ao analisar um programa de combate à pobreza chamado BRAC¹²⁴, concluíram que as famílias com maior número de privações foram aquelas que experimentaram maior impacto do programa na redução das privações – especialmente sobre a probabilidade de auferir dinheiro, possuir segurança alimentar e adquirir sapatos. Além disso, evidenciaram a redução da medida de pobreza para os participantes do programa. A redução foi explicada pela melhor segurança alimentar e a maior aquisição de bens básicos que o programa possibilitou.

Na maioria destes estudos é comum o uso de dimensões como educação e renda, posse de bens, características do domicílio, além de outras dimensões fundamentadas pelos ODMs. Alguns deles refletem um maior número de dimensões, enquanto outros trabalham com um número reduzido de dimensões e indicadores básicos. Apesar disto, todos podem ser

¹²³ Ver Robano e Smith (2014).

¹²⁴ Ver Robano e Smith (2014).

considerados importantes por não se restringirem ao aspecto monetário da pobreza, logo, fornecem uma boa referência na literatura sobre o tema, além de enriquecerem o debate sobre a pobreza multidimensional e sua mensuração.

3.4 A metodologia de Alkire e Foster aplicada aos países e regiões da América Latina

Na América Latina, também são encontrados estudos acadêmicos que utilizaram a metodologia para o cálculo da pobreza multidimensional. Mais que isso, alguns índices oficiais são calculados para a orientação de políticas de redução da pobreza.

Antes de ressaltar sucintamente estas experiências, vale lembrar que o problema da pobreza nos países da América Latina possui um componente estrutural que está ligado à formação econômica e social destes países, que foram antigas colônias de Portugal e Espanha. Embora não seja uma especificidade dos países em desenvolvimento, a “teoria da pobreza¹²⁵”, na opinião de Furtado (1992) é condizente com a condição de subdesenvolvimento. Alguns dados estruturais se mantiveram inalterados, ainda que houvesse crescimento da produtividade, o que acarretou o acirramento da dicotomia social.

Em decorrência disto, a problema da pobreza nesses países se perpetuou no decorrer do tempo. A prosperidade econômica por si só mostrou-se ineficaz para solucionar este problema. Um passo inicial para a superação desta condição está no diagnóstico correto da pobreza e no reconhecimento que ela compreende outras dimensões não meramente econômicas. Este reconhecimento é importante para que se possam retratar as dimensões, famílias e regiões onde o problema é mais grave. É nesse sentido que a metodologia de Alkire e Foster (2007) tem a contribuir para a melhora dessa situação.

O reconhecimento sobre a multidimensionalidade nesses países, não é tão recente quanto parece. De acordo com Santos e Roche (2012), na América Latina, há algum tempo ela é medida com base na abordagem das necessidades básicas. Isto aconteceu desde a Declaração de Cocoyc¹²⁶ realizada em 1974 no México. Na oportunidade, discutiu-se o padrão de uso dos recursos ambientais e estratégias de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento esteve voltado para os seres humanos e apontou-se para a importância do atendimento de necessidades básicas como: alimentação, saúde, moradia, educação e vestuário. Neste período, já se discutia que o desenvolvimento não

¹²⁵ Ver Furtado (1992).

¹²⁶ A pobreza gerava a destruição dos recursos naturais.

deveria se voltar apenas para o atendimento das necessidades básicas de subsistência, mas para a liberdade de expressão, autorrealização no trabalho, entre outras.

A partir deste entendimento, o atendimento às necessidades básicas passou a ser recomendação da OIT. No ano de 1978, o Banco Mundial incentivou o atendimento às necessidades básicas e realizou estudos sobre o tema nos países em desenvolvimento. Em 1980, o assunto passou a ser discutido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O problema que dificultou a disseminação da abordagem foi a sua aplicação prática, que a reduziu a um número pequeno de dimensões. Isto distorceu a ideia inicial discutida na década de 1970. Devido a dificuldade prática na implementação do conceito, e dado o aumento das pesquisas domiciliares baseadas na renda ou consumo, a abordagem monetária ganhou mais popularidade na América Latina (SANTOS; ROCHE, 2012).

Apesar disso, a partir dos anos 1990 a motivação metodológica renovou o interesse pela mensuração da pobreza na sua multidimensionalidade. Tal motivação foi inspirada na abordagem de Amartya Sen e na ideia de desenvolvimento humano como expansão das liberdades individuais e também na ampla ideia de necessidades humanas. Santos e Roche (2012) relembram que a abordagem seniana também foi fortemente influenciada pela abordagem das necessidades humanas, contudo, a primeira ganhou maior conteúdo filosófico que esta última, como foi discutido no Capítulo 2. Outros fatores que motivaram a renovação do estudo da pobreza multidimensional foram a qualidade dos dados que favoreceram a construção de medidas deste cunho, e o entendimento da renda como um indicador limitado.

Dito isso, a importância de se estudar os aspectos da pobreza multidimensional nesses países tem ganhado espaço mais amplo entre os trabalhos acadêmicos. Um deles é o de Santos e Roche (2012) que estudaram a adequação do IPM para a estimativa da pobreza multidimensional na América Latina e Caribe. Segundo os autores, o resultado do IPM é relativamente baixo para esses países. No ano de 2010, enquanto o IPM para os 104 países em desenvolvimento estava dentro do intervalo de 0 a 0,64, na região latino-americana e caribenha variou entre 0,006 – valor do índice para o Uruguai – e 0,306 – índice encontrado para o Haiti. Isto se explica em virtude da medida de pobreza aguda possuir níveis de corte muito baixos.

Com base nas estimativas do IPM, fica evidente que a pobreza na América Latina é um problema menor que em outras partes do mundo. Entretanto, isto não significa que a pobreza multidimensional não seja um problema nesses países. “A maioria das pessoas concordaria que alguém pode ser considerado pobre em países da América Latina, mesmo se

ela não é pobre de acordo com os limites do IPM” (SANTOS; ROCHE, 2012, p. 4) (tradução nossa)¹²⁷.

Para a melhor representação da realidade regional, os autores propõem ajustes no índice. Por exemplo, locomover-se 30 minutos (ida e volta) para conseguir água potável, pode ser um nível de corte satisfatório conforme os ODMs, mas é um nível de corte que não coaduna com a realidade dos países latino-americanos.

Ao comparar o IPM com a medida de pobreza unidimensional, Santos e Roche (2012) concluíram que a pobreza multidimensional aguda tem uma maior incidência que a extrema pobreza por renda (linha de pobreza de US\$ 1,25 por dia). Assim, os níveis de corte são baixos para a região, mas a medida multidimensional demonstra uma pobreza mais ampla que a insuficiência de renda.

Então, os autores defendem a criação de um índice que contextualize a realidade da América Latina. Um índice criado a nível nacional é interessante por revelar a realidade de um país em particular. Entretanto, este índice pode não servir para monitorar a pobreza a nível regional. Ao mesmo tempo, um índice internacional também pode ficar aquém da confiabilidade para se estudar a realidade regional. Por isto, Santos (2013) defende a criação de um índice intermediário, entre o nacional e o internacional, para o estudo da pobreza condizente com a realidade regional, no caso, a realidade da América Latina.

Santos e Roche (2012) propõem ajustes no IPM para caracterizar melhor a região estudada. Assim sendo, sugerem um maior nível de corte para as variáveis de padrão de vida, ou atribuições de pesos mais elevados para estes indicadores. Além disso, propõem a alteração do indicador de desnutrição infantil, de baixo peso, para baixa estatura para a idade. As crianças da América Latina em geral podem ter acesso a alimentos, então, poucas estarão abaixo do peso. No entanto, o acesso a alimentos não indica necessariamente a nutrição. Por isso, o nanismo (por exemplo) pode revelar mais precisamente o estado de desnutrição. Os autores também não descartam a possibilidade de incluir novas dimensões no IPM.

Motivada por este pensamento, Santos (2013) realizou um exercício para demonstrar as dimensões de pobreza efetivamente mais urgentes nos países latino-americanos. Para o cômputo de medidas multidimensionais, a autora citou relevância do uso de microdados em que as famílias possam ser classificadas como pobres ou não pobres, se sofreram ou não sofreram experiências de privação.

¹²⁷ “Most people would agree that someone can be considered poor in the LAC countries even if she is not poor according to the MPI thresholds”.

Santos (2013) propôs uma medida de pobreza multidimensional para a América Latina com base na metodologia de Alkire e Foster, para monitorar a redução da pobreza. A medida deve permitir a comparação entre os países; deve ser adequada ao contexto regional; precisa ser validada pela experiência anterior dentro e fora da região; deve estar relacionada às políticas regionais como os ODMs; deve ser replicável, de fácil compreensão e robusta.

Para tanto, os indicadores básicos precisam estar presentes nas bases de dados de todos os países e precisam ser consistentes com a realidade regional. Além disso, devem ser condizentes com a teoria, com o consenso político e com as necessidades de conveniência e precisão.

Santos (2013) recomenda a incorporação de dimensões utilizadas recorrentemente pela literatura empírica sobre o tema. Apesar disso, não sugere pesos e cortes de privação. As cinco dimensões mais importantes e mais fáceis de serem utilizadas devido à disponibilidade de dados são:

(1) Consumos básicos, que incluem a renda *per capita* do agregado familiar, bem como indicadores diretos do consumo de alimentos, roupas adequadas, segurança econômica e certos bens duráveis domésticos ou ativos; (2) Educação, para a qual uma série de indicadores normalmente tem sido usados como alfabetização, frequência escolar de crianças, defasagem educacional (grau para a idade), nível de escolaridade do chefe de família ou todos os membros do agregado familiar e habilidades cognitivas [...]; (3) Saúde, que engloba um amplo conjunto de indicadores: saúde auto-relatada, acesso ao seguro de saúde, nutrição adulta (medida pelo índice de massa corporal) e [...] nutrição infantil (perda de peso ou baixa estatura), mortalidade infantil, imunização infantil, acesso à atenção médica, se necessário, gravidez na adolescência, saúde materna, presença de uma doença grave e a dificuldade em realizar atividades básicas diárias (como vestir e caminhar); (4) Condições de moradia e serviços básicos, que incluem se a posse é precária, a qualidade do teto, paredes e materiais do piso, se há aquecimento ou não, o indicador de superlotação, o tipo de saneamento e acesso à água potável, eletricidade, esgoto e o tipo de gás utilizado; [...] (5) Trabalho, onde os indicadores normalmente utilizados tem sido a presença de uma pessoa desempregada a longo prazo no domicílio, membros empregados informalmente e trabalho infantil, e menos comumente considerada, se a pessoa trabalha em um ambiente não seguro ou arriscado (SANTOS, 2013, p. 21) (tradução nossa)¹²⁸.

¹²⁸ “(1) *Basic Consumptions, which include household per capita income as well as direct indicators of food consumption, adequate clothing, economic security and certain household durables or assets; (2) Education, for which a host of indicators has typically been used such as literacy, children’s school attendance, educational gap (grade-for-age), educational level of the household head or all household members and cognitive skills [...]; (3) Health, which encompasses a broad set of indicators: self-reported health, access to health insurance, adult nutrition (measured with Body Mass Index) and [...] children’s nutrition (wasting, underweight or stunting), child mortality, infant immunization, access to medical attention if needed, teenage pregnancy, maternal health, presence of a serious illness and difficulty in performing daily basic activities (such as dressing, walking, bathing) autonomously; (4) Housing Conditions and Basic Services, which include whether the tenure is precarious, the quality of the roof, walls and floor materials, whether there is heating or not, the indicator of overcrowding, the type of sanitation and access to safe water, access to electricity, sewage and the type of cooking fuel used; [...] (5) Work, where the indicators typically used have been the presence of a long-term unemployed person in the household, informally employed members and child labor, and less commonly considered, whether the person works in a risky or unsafe environment”.*

Nem todos os indicadores básicos podem ser agregados à medida multidimensional, em virtude principalmente da disponibilidade de dados. Por exemplo, na dimensão consumo básico, os únicos indicadores possíveis são: renda e posse de telefone. A autora também reconhece a dificuldade de inclusão da dimensão saúde, por conta da limitação dos dados disponíveis, de modo que, apenas o acesso seguro poderia ser estudado¹²⁹.

Salvo estas ressalvas, o índice proposto para a América Latina deve basear-se nestas cinco dimensões tradicionais. Outras dimensões são sugeridas, mas são mais difíceis de serem utilizadas, porque estes dados são encontrados em menor frequência:

(6) Condições ambientais do domicílio, com indicadores como livre de umidade, a presença de um jardim ou varanda; (7) Uso do tempo, com indicadores que capturam se a pessoa tem algum tempo para o lazer; (8) Conexões sociais e apoio da família, com indicadores de, se o agregado familiar celebra as ocasiões especiais, ou se existem amigos ou família para uma refeição de uma vez por mês, por exemplo; (9) Segurança pessoal, com indicadores que variam do nível do domicílio, tais como episódios de violência doméstica, para o bairro, como o domicílio estar localizado em uma área perigosa; (10) Voz política e governança, medido pela participação política ou percepções sobre o desempenho do governo; (11) Cultura e espiritualidade; (12) Agência e empoderamento e (13) Bem-estar psicológico e satisfação de vida (SANTOS, 2013, p. 22) (tradução nossa)¹³⁰.

Santos (2013) reconhece a importância destas dimensões, mas não as adiciona por dois motivos. O primeiro motivo citado é a parcimônia, uma vez que estas dimensões são difíceis de serem compreendidas. O segundo motivo, é a prioridade, pois, segundo a autora as cinco dimensões ressaltadas anteriormente ameaçam a subsistência e, por isso, devem ser priorizadas.

A autora sugere o uso do agregado familiar como unidade de identificação e reconhece suas vantagens, pois, isto possibilita a interação e a partilha mútua dentro do domicílio. Como os programas de combate à pobreza são geralmente voltados para as famílias, isto pode criar eficiência de políticas¹³¹.

Santos e Roche (2012) afirmam haver interesses concretos pela mensuração da pobreza multidimensional na América Latina. Alguns países e regiões da América Latina lançaram oficialmente medidas multidimensionais de pobreza. O primeiro país a adotar a

¹²⁹ Ver Santos (2013).

¹³⁰ “(6) *Environmental Conditions of the household, with indicators such as home free of damp, the presence of a garden or balcony; (7) Time Use, with indicators that capture whether the person has some time for leisure, (8) Social Connections and Family Support, with indicators of whether the household celebrates special occasions or whether there are friends or family over for a meal once a month, for example; (9) Personal Security, with indicators that vary from the household level, such as episodes of domestic violence, to the neighborhood, such as the household being located in a dangerous area; (10) Political Voice and Governance, as measured by political participation or perceptions on government performance; (11) Culture and Spirituality; (12) Agency and Empowerment and (13) Psychological Wellbeing and Life Satisfaction*”.

¹³¹ Um contraponto a isso é a ênfase maior no indivíduo que na família, pois evita-se o problema de maximização do bem-estar no nível familiar, ignorando a distribuição intrafamiliar. Todavia, a análise empírica realizada desta forma dificulta a execução das políticas públicas.

medida foi o México em 2009, motivado pela Lei Geral do Desenvolvimento Social que visa garantir direitos sociais e desenvolvimento econômico. A medida de pobreza adotada pelo México baseou-se na metodologia de Alkire e Foster (SANTOS; ROCHE, 2012; SANTOS, 2013).

A medida oficial utilizada é composta pelas dimensões: bem-estar econômico e direitos sociais, que são igualmente ponderadas (50% cada uma). Os indicadores que as compõem também são igualmente ponderados dentro das dimensões, de acordo com a quantidade de indicadores utilizados. O bem-estar econômico é representado pela renda (50%), enquanto os direitos sociais são compostos por seis indicadores básicos ($50/6 = 8,33\%$ cada um). São eles: *gap* educacional, acesso a cuidados de saúde, acesso à segurança social, qualidade habitacional, serviços básicos em casas e acesso à alimentação¹³². Dito isso, um indivíduo é multidimensionalmente pobre se sua renda está abaixo da linha de pobreza e se está privado em pelo menos um dos seis indicadores de direitos sociais.

Uma medida de pobreza multidimensional também foi criada em 2011 na Colômbia, como parte do Programa Nacional de Desenvolvimento. A medida multidimensional, que também seguiu a metodologia formulada por Alkire e Foster, foi composta por 15 indicadores¹³³ distribuídos em cinco dimensões: condições educacionais das famílias; infância e juventude; trabalho; saúde e habitação; e serviços públicos. Cada dimensão foi ponderada em 20% e todos os indicadores foram ponderados igualmente dentro de cada dimensão.

Outro país que iniciou em 2011 o processo de construção de uma medida nacional foi El Salvador. A medida inclui oito dimensões: habitação, emprego, educação, segurança, lazer, saúde, renda e nutrição. O Chile e outros países latino-americanos também pretendem constituir medidas de pobreza multidimensional. Fora da América Latina, os países que adotaram oficialmente a metodologia de Alkire e Foster para a mensuração da pobreza multidimensional foram: China, Malásia e Butão.

No Brasil, no ano de 2012, o estado de Minas Gerais passou a adotar a metodologia de Alkire e Foster para medir a pobreza multidimensional em 132 municípios. As informações para determinação dos pobres e não pobres foram recolhidas por meio de uma pesquisa chamada Porta a Porta, para fins de redução da pobreza por meio do Programa Travessia.

Segundo a *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI, 2013), o Programa Travessia utiliza dois elementos para selecionar seus participantes para fazerem parte da meta de redução da pobreza. O primeiro é o IDH. O segundo se baseia em

¹³² Ver Santos e Roche (2012).

¹³³ Ver Santos (2013).

questionários que são analisados para a determinação de quem é multidimensionalmente pobre. Uma vez que o município é escolhido por meio de seu IDH, são aplicados questionários para o conjunto de todos os domicílios (não é utilizada amostra) daquele município por meio da pesquisa Porta a Porta.

As estimativas de pobreza multidimensional realizadas no estado de Minas Gerais utilizam-se dos mesmos indicadores empregados ao IPM global. Contudo, estes indicadores estão sujeitos à adaptações. “No presente momento, os indicadores utilizados são os mesmos que aqueles do IPM Global; no entanto, eles estão em processo de modificação” (OPHI, 2013, p. 12) (tradução nossa)¹³⁴.

Os dados de pobreza multidimensional são mapeados e encaminhados às secretarias¹³⁵ estaduais que fazem parte do programa, para que articulem ações em torno do Travessia.

Pelo início 2013, o programa tinha inscrito 266.114 famílias em 132 cidades e gastou aproximadamente US\$ 1,3 milhões em pesquisa. Os resultados mostraram que a 25,88% dos domicílios são multidimensionalmente pobres; 22,48% são vulneráveis à pobreza enquanto 9,73% dos domicílios pesquisados poderiam ser classificados como severamente multidimensionalmente pobres. Considerando a contribuição de cada dimensão para o índice, verificou-se que educação foi responsável por 66,42% da classificação do IPM, seguida da mortalidade infantil e saneamento, que juntas representaram 14,41% do IPM (OPHI, 2013, p. 12) (tradução nossa)¹³⁶.

Esta experiência na mensuração da pobreza multidimensional realizada pelo estado de Minas Gerais, associada à heterogeneidade que o acomete, fornece uma justificativa plausível para o estudo empírico da pobreza multidimensional neste estado. Com o reconhecimento que as dimensões oficialmente utilizadas irão passar por reformulações, abre-se espaço para que sejam testados outros indicadores relevantes que podem fazer parte das estimativas oficiais. Este assunto será retomado no Capítulo 4.

¹³⁴ “At the present time the indicators used are the same as those in the Global MPI; however they are under the process of modification”.

¹³⁵ Estas secretarias são: “Secretary of Social Development (Coordinator); Secretary of Work and Employment; Secretary of Government; Secretary of Education; Secretary of Institutional Relations; Secretary of Sports and Youth; Secretary of Planning and Management; Secretary of Regional Development and Urban Politics; Secretary of Social Defence; Secretary of Transportation and Public Works; Secretary of Health; Secretary of Development of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys and the North of Minas Gerais; Secretary of Land Regularization; COPASA (Minas Gerais Water and Sanitation Company); Secretary of Supply, Agriculture and Livestock; CEMIG (Minas Gerais Electricity Company); Social Articulation, Partnership and Participation Advisory Body; COPANOR (Minas Gerais North and Northeast Water and Sanitation Company)” (OPHI, 2013, p. 12).

¹³⁶ “By early 2013, the program had enrolled 266,114 households in 132 cities and spent approximately US\$1.3 million in research. The results showed that 25.88% of the households are multidimensionally poor; 22.48% are vulnerable to poverty while 9.73% of the households researched could be classified as severely multidimensionally poor. Considering the contribution of each dimension to the index, it was found that education accounted for 66.42% of the MPI rank, followed by child mortality and sanitation, which together accounted for 14.41% of the MPI”.

Ao longo do presente capítulo, foram apresentados alguns requisitos para a escolha dos indicadores e dimensões apropriados, bem como, as dimensões utilizadas com maior frequência nos estudos acadêmicos sobre o tema. Constatou-se que a melhor metodologia para a mensuração da pobreza multidimensional, nos termos relatados pelas vertentes das necessidades humanas e das capacitações, deve ser uma metodologia que obedeça a uma abordagem axiomática.

A metodologia de Alkire e Foster possui vantagens, pois, além de se basear em um método de duplo corte, o que comporta uma identificação mais robusta dos pobres, satisfaz uma série de propriedades. Vale acrescentar que, o índice proposto por meio desta metodologia, é de fácil compreensão, é replicável e permite incluir uma variedade de indicadores que melhor se adaptem às distintas realidades, assim como recomendam as teorias estudadas. Esta metodologia tem fundamentado muitos estudos acadêmicos e algumas estatísticas oficiais sobre pobreza multidimensional. Pelo entendimento que é pertinente para a mensuração da pobreza multidimensional, a metodologia de Alkire e Foster será aplicada às estimativas de pobreza multidimensional em Minas Gerais realizadas nesta tese.

CAPÍTULO 4

O estudo da pobreza no Brasil e em Minas Gerais: os Censos demográficos e escolha das dimensões

No capítulo anterior apontou-se para índices de pobreza multidimensionais relativamente baixos nos países latino-americanos. Em oposição, foi discutido que os valores dos índices se justificam pela necessidade de adaptação das dimensões selecionadas à realidade desses países. Assim, isso não quer dizer que a pobreza multidimensional não seja um grave problema. Por seus processos históricos excludentes, a pobreza ainda apresenta-se como um desafio a ser superado nos países latino-americanos.

No Brasil, a situação não poderia ser diferente. As condições de vida da população foram deterioradas no decorrer do tempo e o crescimento econômico mostrou-se incapaz de superar o problema. Deste modo, é necessário um grande empenho no sentido de diagnosticar a pobreza para que possa ser combatida por meio de políticas públicas.

Notáveis esforços no estudo da pobreza multidimensional têm sido verificados no cenário nacional. Isto é particularmente importante para que se possa reverter o pensamento predominante. Especialmente, podem-se aproveitar as pesquisas censitárias existentes, já que elas podem revelar muito sobre as dimensões da pobreza.

Como foi discutido no Capítulo 3, existe uma diversidade de metodologias que podem ser aplicadas à análise da pobreza multidimensional. Não há consenso sobre qual metodologia seja mais adequada, mas seria ideal que ela obedecesse a uma abordagem axiomática. Por este motivo, neste trabalho optou-se pela utilização da metodologia de Alkire e Foster (2007).

Ainda que os órgãos governamentais brasileiros não tenham formulado um indicador específico de pobreza multidimensional, não se pode deixar de mencionar a experiência do estado de Minas Gerais. Este estado começou a calcular oficialmente um IPM na tentativa de diagnosticar o problema e aplicar as políticas pertinentes para contorná-lo.

Como o IPM de Minas Gerais ainda está sujeito a alterações, pois, se baseia nas mesmas dimensões utilizadas mundialmente pelo PNUD (saúde, educação e padrão de vida), neste capítulo, serão apresentadas outras dimensões que podem ser utilizadas para compor um indicador multidimensional. Isto será aproveitado para as estimativas de pobreza realizadas para o mencionado estado que serão elaboradas no próximo capítulo. Dessa forma, o índice de pobreza multidimensional calculado por meio deste trabalho se distingue do índice oficial já estimado para Minas Gerais, na medida em que incorpora outros indicadores mais apropriados

para o estudo da realidade local e sugere outros níveis de corte para os indicadores que são comuns nos dois índices, conforme será visto.

Portanto, neste capítulo, após realizar um breve relato sobre a pobreza no Brasil e em Minas Gerais, serão apresentadas as dimensões que podem ser somadas aos índices de pobreza multidimensional com suas respectivas justificativas, bem como, os indicadores básicos que podem representá-las. Para tanto, parte-se das proposições sobre a escolha das dimensões relatadas no capítulo anterior.

4.1 Breve revisão sobre a pobreza no Brasil

O problema da pobreza no Brasil possui raízes históricas e permeia pelo sistema colonial e pelo regime de trabalho escravo que se instaurou durante anos¹³⁷. Para entendê-lo, vale ressaltar breves constatações em âmbito de alguns fatos históricos que marcaram a economia brasileira, haja vista que, a dimensão econômica também é importante e não pode ser desconsiderada na análise da pobreza.

Nesta tarefa, parte-se do sistema colonial brasileiro que se caracterizou pela concentração fundiária e pela mão de obra escrava, o que acarretou grande desigualdade social. As condições de vida da população brasileira foram deterioradas pela abolição da escravatura sem qualquer iniciativa de absorção desta força de trabalho. Isto culminou na exclusão social, na informalidade e no acirramento da condição de pobreza.

Segundo Delgado (2005), com a abolição da escravatura em 1888, duas questões permaneceram mal resolvidas. A primeira deveu-se à Lei de Terras de 1850¹³⁸, que restringiu o desenvolvimento da agricultura familiar e resultou no predomínio da grande propriedade. A segunda, diz respeito à própria lei da abolição da escravatura que nada instituiu sobre a absorção dos ex escravos na sociedade. Por conta da Lei de Terras, a abolição fez com que os ex escravos perpetuassem no setor subsistência, o que reforçou as relações de dependência social.

O setor de subsistência, nos termos empregados por Delgado (2005), envolve as atividades econômicas e relações de trabalho (sem contrato de trabalho assalariado) que concedem os meios de subsistência da população nele inserida sem visar à produção ou

¹³⁷ Até 1888.

¹³⁸ “Esta reconhecia as sesmarias previamente concedidas em cada comarca ou paróquia e mesmo as posses obtidas no período anterior (1822-1850), desde que fossem encontradas nos registros cartoriais ou paroquiais então estabelecidos” (DELGADO, 2005, p. 15). A posse da terra só se daria por meio da sucessão e da compra e venda.

serviços com fins lucrativos. Este tipo de relação foi uma herança colonial que perdurou pela economia primário-exportadora¹³⁹ e permaneceu no ciclo capitalista de crescimento industrial¹⁴⁰.

Dois fatores são de suma importância para o entendimento da condição de pobreza que aflige a população brasileira. Um fator, diz respeito à posse da terra no Brasil que se deu de maneira injusta, pois, só poderia ser transmitida por sucessão e por compra e venda. Com o fim das ocupações de forma anárquica¹⁴¹, as terras públicas só poderiam adquiridas por meio da compra. Outro fator refere-se à formação do mercado de trabalho brasileiro foi vinculada à exclusão social de uma massa de trabalhadores que não foi absorvida pela economia capitalista.

O processo de inserção do Brasil na expansão do capitalismo industrial também colocou o país em desvantagem em termos do enfrentamento do problema da pobreza e acarretou maior concentração da riqueza¹⁴². Paralelamente a isto, outro fato histórico que contribuiu para as disparidades sociais no país foi a urbanização¹⁴³. Segundo Theodoro (2005), o crescimento da população urbana acarretou a concentração da pobreza¹⁴⁴. Por isso, pode-se afirmar que a pobreza e a desigualdade estiveram presentes em todo período histórico brasileiro.

Após 1930, conformou-se uma sociedade heterogênea e com características nítidas de pobreza e exclusão social¹⁴⁵. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 o Brasil vivenciou altas taxas de crescimento econômico (em torno de 10% ao ano)¹⁴⁶. Com isso, seria razoável pensar na diminuição da pobreza, conforme é pregado pela literatura ortodoxa sobre o tema. Contudo, o que se verificou foi o contrário. A pobreza não retraiu e o cenário econômico resultou em um processo concentrador.

¹³⁹ O modelo primário-exportador baseado no latifúndio e na monocultura consistia, principalmente no fornecimento de matérias-primas, minerais e alimentos aos centros econômicos europeus em meio à expansão do mercantilismo. Este modelo perdurou até os anos 1930.

¹⁴⁰ “Ocorrem ainda diversos surtos de industrialização que irão emergir até a década de 1930. Depois desses surtos, o país experimentará processo intenso de industrialização, até o início da década de 1980. Posteriormente, a economia passa por um longo período de relativa estagnação” (DELGADO, 2005, p. 16).

¹⁴¹ Ver Delgado (2005).

¹⁴² O desenvolvimento da indústria também não absorveu a mão de obra excedente, uma vez que, foi empregada a mão de obra estrangeira.

¹⁴³ “De fato, a questão da urbanização, ou seja, os problemas concernentes à excessiva concentração de população em certas cidades, se mostra de maneira mais complexa a partir de 1930. Entretanto, pode-se observar, já no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos” (THEODORO, 2005, p. 112).

¹⁴⁴ Ver Theodoro (2005).

¹⁴⁵ De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), a exclusão social pode ser compreendida como um processo em que os indivíduos são excluídos da participação na sociedade em que vivem.

¹⁴⁶ Tem-se o chamado “Milagre Econômico” entre 1968 e 1973.

Com a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro dos anos 1980, houve o acirramento destas questões, associada à deterioração das condições ocupacionais (BALTAR, *et alli*, 1996). A estagnação da economia e o cenário hiperinflacionário¹⁴⁷ contribuíram para o aprofundamento do problema.

No início dos anos 1990, a economia brasileira passou por grandes transformações socioeconômicas. Conforme Antunes e Pochmann (2008, p. 2),

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, a década da nossa ‘desertificação neoliberal’¹⁴⁸, quando, com o advento do receituário e da pragmática desenhada pelo Consenso de Washington¹⁴⁹, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Houve, também, como consequência da reestruturação produtiva e do redesenho da (nova) divisão internacional do trabalho e do capital, um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, presenciando-se ainda um processo de re-territorialização e mesmo desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências.

Este processo originado pelo neoliberalismo originou uma espécie de nova pobreza¹⁵⁰, centrada na exclusão social de uma massa de trabalhadores. Esta nova pobreza agravou-se pela privatização, pela focalização das atividades estatais, e em virtude da concorrência internacional que a economia brasileira enfrentou. Segundo Baltar *et alli* (1996, p. 98), as “[...] alterações econômicas que vêm ocorrendo após 1990 têm conduzido a um agravamento ainda maior do quadro social, especialmente pelos impactos sobre o mercado de trabalho”.

Com base nestas breves observações, pode-se concluir que desde o período colonial a pobreza mostra-se como um problema crônico no Brasil. Este fato fornece uma boa justificativa para que muitos estudos estejam voltados para o tema em uma tentativa de diagnosticá-la e combatê-la. Além disso, os fatos históricos apontam que, por todos os problemas vivenciados ao longo do percurso, a pobreza no Brasil não pode se limitar aos aspectos monetários, isto é, à insuficiência de renda. Ela afeta o bem-estar dos indivíduos, sua condição enquanto trabalhadores e sua inserção na sociedade.

De acordo com Lacerda (2009), o estudo da pobreza no Brasil foi influenciado por uma visão baseada no crescimento econômico como requisito para o contorno da situação. Este foi o pensamento predominante até a década de 1990. Após a década de 1990, o

¹⁴⁷ A aceleração da inflação, combinada com os ajustes macroeconômicos e oscilação do PIB contribuiu para o aumento das desigualdades. É claro que a dimensão econômica é um importante componente da pobreza.

¹⁴⁸ Segundo Santos (1999) o surto neoliberal ocorreu na década de 1980.

¹⁴⁹ “[...] como forma de fornecer assistência para os *policy makers* dos países latino-americanos, foi realizada em 1989 uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, funcionários do governo americano e economistas desses países, cujas conclusões ficaram conhecidas como Consenso de Washington” (GARLLIP; BARUCO, 2005, p. 5).

¹⁵⁰ Ver Baltar *et alli* (1996).

neoliberalismo passou a dominar a agenda de políticas. Os dois períodos compartilharam da mesma opinião sobre o diagnóstico da pobreza, que foi baseado no enfoque unidimensional em que a renda aparece como variável majoritária na sua mensuração.

Segundo Bagolin e Ávila (2006), a pobreza no Brasil está fortemente associada à privação de renda ou ao problema da fome. Estas são dimensões importantes, mas são insuficientes para caracterizar a pobreza.

Nesse sentido, a maioria dos estudos acadêmicos sobre o tema, está voltada para a abordagem monetária, destacada na primeira seção do Capítulo 1. Uma minoria entende a pobreza como multidimensional. A partir dos anos 2000, alguns estudos utilizando diversas metodologias se destacaram por mensurarem a pobreza no Brasil em termos da sua multidimensionalidade. Sem entrar nos méritos dos resultados a que os autores chegaram, pois, eles são diversos, já que utilizaram bases de dados, anos e dimensões diferenciadas¹⁵¹, cabe ressaltar alguns destes estudos realizados para o Brasil.

O estudo mais citado pela literatura é o de Barros, Carvalho e Franco (2003). Os autores propuseram um Índice de Pobreza Familiar baseando-se em seis dimensões: vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; escassez de recursos; desenvolvimento infantil; e carências habitacionais. Estas dimensões foram representadas por 26 componentes e por 48 indicadores¹⁵². Para as estimativas, os autores utilizaram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD¹⁵³) dos anos 1992 e 2001.

O estudo foi adaptado por Barros, Carvalho e Franco (2006) com base nas PNADs de 1993 e 2003, seguindo a metodologia de agregação de índices e subíndices proposta por Chakravarty, Mukherjee e Ranade¹⁵⁴ (1998 *apud* BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). O índice proposto possui a vantagem de ser facilmente analisado por grupo demográfico, regiões e municípios.

A pobreza multidimensional no Brasil também foi objeto de estudo de Lopes, Macedo e Machado (2003). Os autores estimaram a pobreza multidimensional no Brasil utilizando

¹⁵¹ Os resultados também não foram discutidos porque o objetivo aqui é ilustrar experiências com a metodologia de Alkire e Foster.

¹⁵² Ver Barros, Carvalho e Franco (2003).

¹⁵³ A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios, realizada em todo o território nacional exclusive a área rural da região Norte. A população alvo é composta pelos domicílios e pessoas residentes em domicílios na área de abrangência da pesquisa. A PNAD adota um plano amostral estratificado e conglomerado com um, dois ou três estágios de seleção dependendo do estrato (SILVA; PESSOA; LILA, 2002, p. 661). Vale ressaltar que a área rural da região Norte passou a ser incorporada a partir de 2004.

¹⁵⁴ O indicador sintético dos componentes é calculado pela média aritmética dos indicadores que os representam. O indicador sintético de cada dimensão, pode ser obtido pela média aritmética dos indicadores sintéticos de seus componentes. O indicador sintético geral, logo, pode ser obtido pela a média aritmética dos indicadores sintéticos das dimensões que o compõem. Ver Barros, Carvalho e Franco (2006).

dados do Censo do ano de 2000, e para tanto, utilizaram a metodologia da abordagem fuzzy, mencionada na subseção 3.2.1 do Capítulo 3. A pobreza foi estudada pelos autores, em quatro dimensões: renda domiciliar *per capita*; infraestrutura domiciliar; nível de escolaridade do domicílio; e percentual de moradores em situação precária¹⁵⁵.

Kageyama e Hoffmann (2006) também realizaram um estudo sobre pobreza multidimensional no Brasil. No trabalho, analisou-se a pobreza no Brasil no período de 1992-2004. Com base nos dados da PNAD, os autores empregaram três indicadores não monetários que tiveram a função de complementar a análise da pobreza monetária. Os indicadores escolhidos foram: água canalizada em pelo menos um cômodo; existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade; e luz elétrica no domicílio.

A metodologia empregada caracterizou as seguintes situações de pobreza: extrema pobreza (pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e privadas nos três indicadores não monetários); pobreza tipo I (pessoas com renda menor que a linha de pobreza e que não possuíam dotação de pelo menos um desses três indicadores); pobreza tipo II (pessoas com renda maior que linha de pobreza, mas que eram dotadas de menos de dois indicadores não monetários).

Outro estudo sobre pobreza multidimensional no Brasil foi realizado por Bagolin e Ávila (2006). Os autores criaram um indicador de pobreza multidimensional composto por quatro dimensões: saúde; segurança; educação; e nutrição.

Para a criação dos subíndices, os autores aplicaram funções lineares fuzzy e realizaram normalização para que o índice fosse situado entre 0 e 1. Por fim, foi criado um indicador composto de pobreza, por meio de média entre os resultados estimados para as quatro dimensões¹⁵⁶.

É necessário acrescentar ainda o trabalho realizado por Neder, Lacerda e Rodrigues (2010), que estudaram a pobreza multidimensional no Brasil utilizando as PNADs de 1995 e 2004. Os autores fizeram recortes para áreas rurais e adotaram a análise fatorial de correspondências múltiplas, citada na subseção 3.2.1 do Capítulo 3. O estudo baseou-se em cinco dimensões: indicadores de condições domiciliares; saneamento, abastecimento de água e energia elétrica; indicadores de mercado de trabalho; educação; e renda¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Os autores consideraram como em situação precária o morador do domicílio de dezoito anos ou menos que estava ocupado ou desempregado e aquele que é maior de dezoito anos e estava desempregado. Ver Lopes, Macedo e Machado (2003).

¹⁵⁶ Ver Bagolin e Ávila (2006).

¹⁵⁷ Os indicadores de saneamento e abastecimento de água foram adaptados para as áreas rurais. Ver Neder, Lacerda e Rodrigues (2010).

Neder, Buainain e Silva (2011) também pesquisaram a pobreza multidimensional no Brasil utilizando o modelo de Rasch, apresentado na subseção 3.2.1 do Capítulo 3. O trabalho se baseou em um conjunto de 48 indicadores dicotômicos extraídos da PNAD de 2009 para áreas rurais e distribuídos nas seguintes dimensões: inserção no mercado de trabalho formal e atividades não agrícolas; desocupação e subutilização da força de trabalho; condições habitacionais; falta de acesso a bens públicos; posse de bens domésticos de uso geral; posse de bens tecnologicamente avançados; insegurança alimentar; e educação.

Com exceção do estudo realizado por Bagolin e Ávila (2006), os demais possuem seus méritos metodológicos, no entanto, não discutiram profundamente as teorias aqui utilizadas para fundamentar a pobreza multidimensional. De fato, todos os autores reconheceram a importância de se estudar a pobreza no Brasil com base em múltiplas dimensões, a maioria dos estudos citou a abordagem teórica de Sen, mas, nenhum aprofundou-se na abordagem das capacitações ou das necessidades humanas.

Este fato mostra que a teoria e o empirismo nem sempre têm caminhado juntos. O problema é que os estudos empíricos podem não concentrar seus esforços em retratar fielmente as dimensões mais amplas da pobreza, conforme apregoam as abordagens que fundamentam o estudo da pobreza multidimensional. De qualquer maneira, os empenhos acadêmicos precisam ser valorizados.

Fora do ambiente acadêmico, o governo brasileiro ainda não adotou um índice oficial de pobreza multidimensional. Algumas tentativas têm sido realizadas nesse sentido. Regularmente são apresentadas sínteses de indicadores sociais, cujo objetivo é caracterizar as condições de vida da população brasileira, como fez o IBGE (2013). O problema é que os indicadores são apresentados separadamente. Nos termos abordados por Alkire (2011), ressaltados no Capítulo 3, diversos indicadores isoladamente não levam necessariamente ao estudo da pobreza multidimensional.

É fato que, o diagnóstico sobre pobreza realizado pelo governo Federal é unidimensional e se baseia em linhas de pobreza com base na renda domiciliar *per capita*, únicas para todo o país¹⁵⁸. De acordo com Falcão e Costa (2014), seus valores são de R\$ 70,00 e R\$ 140,00 para evidenciar, respectivamente, a condição de pobreza e a indigência.

Este diagnóstico também precisa ser modificado motivado pelo pensamento multidimensional. Quando o diagnóstico é unidimensional, neste caso baseado na renda,

¹⁵⁸ Há que se considerar os esforços realizados para combater as múltiplas dimensões da pobreza por meio de políticas sociais que compõem o Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população. Essa é uma preocupação mais recente. O enfoque principal das políticas sociais são as transferências de renda.

algumas dimensões da pobreza podem até ser alcançadas, porém, apenas indiretamente. Com isso, as dimensões mais graves correm o risco de nunca serem resolvidas.

Retornando ao espaço acadêmico, destacam-se ainda outros estudos empíricos regionais e locais sobre pobreza multidimensional como: Comim *et alli* (2006); Silva (2009); Lacerda (2009); Silva e Neder (2010); Barden (2010), Barroso, Salvato e Matias (2012); Caldas e Sampaio (2012); Bagolin e Ávila (2014); entre outros. Citados estes trabalhos acadêmicos, cabe enfatizar aqueles que utilizaram a metodologia de Alkire e Foster.

4.1.1 Evidências empíricas baseadas na metodologia de Alkire e Foster

No Capítulo 3, foram apresentadas as vantagens da metodologia de Alkire e Foster para a mensuração da pobreza multidimensional. Trata-se de uma metodologia fundamentada em uma abordagem axiomática, com propriedades aceitáveis, de fácil compreensão e que pode ser replicada. A metodologia é uma sugestão mais recente. Todavia, já foi empregada por alguns trabalhos acadêmicos no Brasil.

Em um estudo realizado por Vaz, Jannuzzi e Sousa (2014), foi criado um índice de pobreza multidimensional para o Brasil com base na referida metodologia. No estudo, foram incorporados oito dos dez indicadores sugeridos por Alkire e Santos (2010) na constituição do IPM. Por conta da disponibilidade de dados para os anos estudados (2009 e 2012), não foram utilizados indicadores como, nutrição e piso do domicílio. Os autores concluíram que o percentual de pobreza variou ao longo do tempo. O percentual de pessoas com 33% ou mais de privações reduziu de 3,7% em 2009 para 2,8% em 2012.

Para caracterizar a realidade do país, Vaz, Jannuzzi e Sousa (2014) afirmam que é preciso que o IPM inclua outras dimensões. Uma delas deve reunir informações relacionadas ao trabalho infantil. Além disso, os autores sugerem a necessidade de incluir na dimensão de educação, um indicador de acesso a creches, que além de influenciar na escolarização facilita o ingresso no mercado de trabalho.

Vaz, Jannuzzi e Sousa (2014) acrescentam que é necessário promover diferenciações entre a zona urbana e rural. O nível de corte para caracterizar situações de privação deve ser diferenciado entre a zona urbana e rural. Por fim, os autores apontam para a necessidade de inclusão de outras variáveis e dimensões que possam captar o efeito de políticas e programas sociais.

Outro estudo acadêmico que empregou a metodologia de Alkire e Foster para o Brasil foi o de Rodrigues (2014). No estudo, a autora utilizou dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF¹⁵⁹) dos anos 2002-2003 e 2008-2009. O índice estimado foi baseado em seis dimensões: condições de moradia (representada pelo material predominante no piso e número de pessoas por dormitório); saúde e acesso a serviços (representada por acesso ao esgoto sanitário, acesso à água canalizada e energia elétrica); educação (representada por acesso à educação); subnutrição (representada pelas medidas antropométricas – altura por idade das crianças menores de 5 anos); emprego (representada por *status* do emprego); e consumo (representada pelo consumo *per capita* em necessidades básicas alimentares e não alimentares)¹⁶⁰.

O estudo concluiu que houve uma diminuição da pobreza multidimensional no país. Os maiores índices foram evidenciados nas regiões Norte e Nordeste; e os menores estavam no Sul e Sudeste. As decomposições realizadas demonstraram que as dimensões de educação, consumo e condições de moradia foram as que mais contribuíram para a pobreza multidimensional.

Além deste estudo, Cobo, Athias e Mattos (2013) adaptaram a metodologia desenvolvida oficialmente para o México (ou seja, a metodologia de Alkire e Foster, como foi discutido na Seção 3.4 do Capítulo 3) à análise da pobreza multidimensional no Brasil. Os indicadores utilizados foram: acesso à previdência social; educação; densidade de moradores por dormitório; acesso a serviços habitacionais (água canalizada, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica); e renda (adotando-se uma linha de pobreza relativa baseada na renda *per capita* estimada em 60% da mediana)¹⁶¹. Os autores utilizaram os Censos de 2000 e 2010¹⁶².

Foram gerados os seguintes grupos: pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e com, pelo menos, uma carência nos demais indicadores, o que representou 27,5% da população no ano de 2010; pessoas com, pelo menos, uma carência nos demais indicadores, mas com renda acima da linha de pobreza, que afligia 40% da população em 2010; pessoas com renda inferior a linha de pobreza, mas sem carências nos demais indicadores, que representavam 4% da população em 2010; e pessoas com renda acima da linha de pobreza e sem carências nos outros indicadores, isto é, 29,7% da população brasileira.

¹⁵⁹ Esta pesquisa visa traçar as condições de vida da população brasileira por meio de seus orçamentos. “O desenho da amostra das duas últimas POFs foi estruturado de tal modo que propicia a publicação de resultados nos seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões [...] e também por situações urbana e rural” (IBGE, 2011, p. 14). Nas Unidades da Federação e Grandes Regiões, são apresentados os resultados tais e para a situação urbana.

¹⁶⁰ Ver Rodrigues (2014).

¹⁶¹ Ver Cobo, Athias e Mattos (2013).

¹⁶² Os Censos serão discutidos na Seção 4.3 deste capítulo.

Machado, Golgher e Antigo (2014) também aplicaram a metodologia de Alkire e Foster para a estimação da pobreza multidimensional no Brasil. O trabalho baseou-se nas dimensões: condições habitacionais (representada pelos indicadores de serviço de saneamento ou sistema de esgoto, água corrente no domicílio, principais materiais utilizados nas paredes externas, descarte do lixo doméstico, tipo de combustível usado para cozinhar, superlotação e ativos); saúde (representada pelos indicadores de autoavaliação do estado de saúde e número de filhos nascidos vivos); educação (representada pelos indicadores de analfabetismo funcional e frequência escolar); e participação no mercado de trabalho (representada pelos indicadores de trabalho infantil e adultos desempregados).

Foram usados dados de pesquisas nacionais domiciliares e seus suplementos especiais para áreas urbanas dos anos de 2003 e 2008. Segundo os autores, as três primeiras dimensões do índice possuem relação direta com o IPM do PNUD, mas a quarta dimensão incluída tem o objetivo de caracterizar a realidade específica do Brasil.

Por meio do estudo, Machado, Golgher e Antigo (2014) concluíram que a maioria dos domicílios não experimentava privações não monetárias ou estava privada em apenas um dos indicadores. Além disso, relataram que tanto a pobreza monetária como a multidimensional diminuiu no período¹⁶³. Entre outros aspectos, os resultados demonstraram que um aumento no nível de escolaridade reduz tanto a pobreza monetária quanto a pobreza não monetária.

O número de privações experimentadas pelos pobres depende muito do nível de corte k e dos indicadores básicos utilizados para refletir a realidade da pobreza no Brasil. Por este motivo, não basta seguir as pressuposições originais do IPM. É necessário adaptá-lo à realidade nacional para representar corretamente a pobreza. Nesta tese, estes aspectos foram levados em consideração.

4.2 Pobreza multidimensional em Minas Gerais: considerações iniciais

Com todos os problemas relacionados à pobreza relatados sobre o Brasil, é relevante notar em termos de realizações que, em 2013, seu IDH era de 0,744¹⁶⁴. Entendendo a realização com situação oposta a condição de privação e em virtude da multidimensionalidade em termos de realizações e das teorias discutidas nos primeiros capítulos captadas pelo IDH, este índice é importante para fornecer um ponto de partida para o estudo das privações.

¹⁶³ Ver Machado, Golgher e Antigo (2014).

¹⁶⁴ O IDH entre 0,700 e 0,799 é considerado alto.

Assim, quanto às realizações medidas pelo IDH, o país ocupava a posição nº 79 no *ranking* mundial. Contudo, ainda que o país tenha sido classificado com alto IDH, estava atrás de países latino-americanos como Chile (0,822), Cuba (0,815), Argentina (0,808), Uruguai (0,790), Panamá (0,765), Venezuela (0,764), Costa Rica (0,763) e México (0,756) (PNUD, 2014).

Neste trabalho, será estudada a pobreza multidimensional com o aparato teórico das abordagens das necessidades humanas e das capacitações. Com este intuito, será utilizada a metodologia de Alkire e Foster para a mensuração da pobreza no estado de Minas Gerais. Por este motivo é importante compreender algumas características deste estado. O estado de Minas Gerais juntamente com São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo compõe a região Sudeste do Brasil.

Nos anos de 2000 e de 2010, os IDHMs¹⁶⁵ de Minas Gerais eram respectivamente de 0,624 e 0,731, ligeiramente maiores que os do Brasil que, nos mesmos anos, eram respectivamente de 0,612 e 0,727. Apesar disto, entre os estados da região Sudeste, Minas Gerais é o que possuía menor IDHM¹⁶⁶. Os dados sobre o IDHM e seus subíndices estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – IDHM e seus subíndices por unidades da federação da região sudeste do Brasil (2000-2010).

	2000				2010			
	IDHM	IDHM Renda	IDHM longevidade	IDHM educação	IDHM	IDHM renda	IDHM longevidade	IDHM educação
Brasil	0,612	0,692	0,727	0,456	0,727	0,739	0,816	0,637
São Paulo	0,702	0,680	0,759	0,470	0,783	0,789	0,845	0,719
Rio de Janeiro	0,664	0,745	0,740	0,530	0,761	0,782	0,835	0,675
Espírito Santo	0,640	0,687	0,777	0,491	0,740	0,743	0,835	0,653
Minas Gerais	0,624	0,680	0,759	0,470	0,731	0,730	0,838	0,638

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Por meio da Tabela 1, verifica-se que a dimensão mais grave no IDHM de Minas Gerais em ambos os anos é a educação (0,470 em 2000 e 0,638 em 2010). Isso também pode

¹⁶⁵ O IDHM se baseia nas mesmas dimensões do IDH global. O índice é calculado pelo PNUD em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que adaptaram a metodologia global ao contexto nacional e à disponibilidade de dados dos Censos para que se possa avaliar o desenvolvimento dos municípios, dos estados e das regiões metropolitanas.

¹⁶⁶ O IDHM pode ser assim interpretado: 0 a 0,499, muito baixo; 0,500 a 0,599, baixo; 0,600 a 0,699, médio; 0,700 a 0,799, alto; acima de 0,800, muito alto.

ser observado nos demais estados da região Sudeste, no entanto, os piores resultados são os de Minas Gerais¹⁶⁷.

A única dimensão em que Minas Gerais não possui o pior resultado é no IDHM longevidade (0,759 em 2000 e 0,838 em 2010). Nesta dimensão, o IDHM de Minas Gerais superou o valor encontrado para o Rio de Janeiro em 2000 (0,740) e alcançou o mesmo valor estimado para São Paulo (0,759). É possível notar também que, em 2000, o IDHM longevidade de Minas Gerais superou o do Espírito Santo (0,835) e do Rio de Janeiro (0,835).

Para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais, é necessário conhecer um pouco mais sobre o estado. Assim sendo, nas próximas subseções será realizada uma breve caracterização do estado e, em seguida, serão relatados alguns estudos, cujo objetivo foi a estimação da pobreza multidimensional em Minas Gerais.

4.2.1 Caracterização do estado de Minas Gerais

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), Minas Gerais ocupa uma área de 587 mil km². No ano de 2000, a população total do estado era 17.866.404 habitantes, sendo a população urbana formada por 14.651.164 habitantes e a população rural composta por 3.215.238 habitantes. Em 2010, a população total do estado alcançou 19.597.300 habitantes, o que representou um aumento de 9,68%, em relação a 2000. Neste ano, a população urbana aumentou para 16.715.216 habitantes, enquanto a população rural diminuiu para 2.882.114 habitantes¹⁶⁸. Isto significa que, em 2000, 82,0% da população residia na zona urbana e 18,0% residia na zona rural. Em 2010, 85,3% da população vivia na zona urbana e 14,7% vivia na zona rural.

Tendo como capital Belo Horizonte, o estado é composto por dez regiões para fins de planejamento. São elas: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Central, Mata, Sul de Minas, Centro-oeste, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. Além disso, Minas Gerais possui 12 mesorregiões geográficas (Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata). O estado é composto ainda por 66 microrregiões e por 853 municípios.

¹⁶⁷ Mesmo resultado de São Paulo em 2000.

¹⁶⁸ Dados dos Censos de 2000 e 2010.

A distribuição das microrregiões e municípios por mesorregião está apresentada na Tabela 2. Por meio da tabela, fica evidente que o Sul/Sudoeste de Minas é a mesorregião que abriga um maior número de municípios (146) e microrregiões (dez). O segundo maior número de municípios está na Zona da Mata (142); e o terceiro está na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (105). Estas mesorregiões também possuem respectivamente sete e oito microrregiões¹⁶⁹.

Por sua vez, o menor número de microrregiões é identificado no Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, que abrigam apenas duas. Estas mesmas mesorregiões também possuem respectivamente, 19 e 23 municípios. Vale destacar também as mesorregiões Central Mineira e Campo das Vertentes que, com três microrregiões cada uma, possuem respectivamente, 30 e 36 municípios. Com base na Tabela 2, é possível evidenciar que a distribuição dos municípios por mesorregião é heterogênea.

Tabela 2 – Distribuição das microrregiões e municípios por mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2010*.

Mesorregião	Número de Microrregiões	Número de Municípios
Noroeste de Minas	2	19
Norte de Minas	7	89
Jequitinhonha	5	51
Vale do Mucuri	2	23
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	7	66
Central Mineira	3	30
Metropolitana de Belo Horizonte	8	105
Vale do Rio Doce	7	102
Oeste de Minas	5	44
Sul/Sudoeste de Minas	10	146
Campo das Vertentes	3	36
Zona da Mata	7	142
Total	66	853

*No ano de 2000 a distribuição era a mesma.

Fonte: Elaboração da autora com base no Censo de 2010.

¹⁶⁹ Os critérios para essa divisão espacial das unidades da federação são: como determinante, o processo social; como condicionante, o quadro natural; e como articulação espacial, a rede de lugares e comunicação. Essa divisão é relevante para a proposição de políticas públicas e para decisões em relação às atividades econômicas, sociais e tributárias.

Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios. Dentre os 853 municípios, apenas 13 possuíam população acima de 200 mil habitantes no ano de 2010 (Tabela 3). É necessário chamar a atenção para o fato que haviam 173 municípios de 10 a 20 mil habitantes em 2000. Em 2010 este número aumentou para 184 (aumento de 5,98%). A maioria dos municípios (60,3% em 2000 e 57,6% em 2010) possuía menos de 10 mil habitantes. Assim, pode-se concluir que o estado possui um grande número de municípios com pequeno número de habitantes. Estes dados podem ser consultados na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de municípios mineiros conforme a quantidade de habitantes (2000-2010).

	2000		2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Número de municípios	853	100,0	853	100,0
Habitantes				
Mais de 200 mil	10	1,2	13	1,5
De 100 a 200 mil	13	1,5	16	1,9
De 50 a 100 mil	37	4,3	37	4,3
De 20 a 50 mil	106	12,4	112	13,1
De 10 a 20 mil	173	20,3	184	21,6
Menos de 10 mil	514	60,3	491	57,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (2013).

Além de se destacar pelo grande número de municípios, o estado de Minas Gerais é marcado pela disparidade socioeconômica entre eles. Em termos de sua economia, Minas Gerais possuía, em 2000, um PIB de R\$ 100.612.293 mil a preços de mercado correntes, enquanto o PIB brasileiro era de R\$ 1.179.482.000 mil (participação de 8,5% no PIB nacional). Em 2010, o PIB estadual alcançou R\$ 351.380.905 mil a preços de mercado correntes e o PIB nacional atingiu um valor de R\$ 3.770.084.872 mil (participação de 9,3% no PIB nacional).

Com um valor adicionado total de R\$ 88.219 milhões, em 2000, o PIB mineiro neste ano, foi fortemente influenciado pela indústria de transformação (valor adicionado de R\$ 15.890 milhões). Em 2010, com um valor adicionado total de R\$ 307.865 milhões, o PIB mineiro esteve fortemente associado ao desempenho da indústria extrativa mineral (valor adicionado de R\$ 21.243 milhões), destacando-se a extração de ferro. A indústria de

transformação (valor adicionado de R\$ 53.315 milhões) também apresentou bom desempenho vinculado à transformação dos metais (metalurgia e siderurgia). O valor adicionado da indústria como um todo totalizou R\$ 27.798 milhões em 2000 e R\$ 103.376 milhões em 2010 (FJP, 2010c).

Há que se destacar o valor adicionado do setor de serviços (R\$ 51.136 milhões em 2000 e R\$ 178.387 milhões em 2010) que esteve vinculado ao desempenho do transporte de carga rodoviária e ferroviária, em virtude da boa performance das indústrias extrativa e de transformação, principalmente em 2010. A agropecuária (valor adicionado de R\$ 9.286 milhões em 2000 e R\$ 26.102 milhões em 2010) também obteve um desempenho positivo que contribuiu para o resultado agregado. A cultura que mais se destacou foi a produção de café (FJP, 2010c).

Em decorrência da grande quantidade de municípios que compõem o estado de Minas Gerais, é interessante verificar a participação destes municípios no PIB. Por meio do Gráfico 1, nota-se que os cinco maiores municípios¹⁷⁰ respondiam por 36,4% do PIB em 2000 e 35,6% do PIB em 2010. Este percentual contrasta fortemente com a participação dos municípios que ocupam posições quanto ao PIB entre 201º e 853º. Todos estes municípios juntos respondiam apenas por 13,0% do PIB em 2000 e 12,2% do PIB em 2010, o que aponta para a concentração da produção e, conseqüentemente da renda.

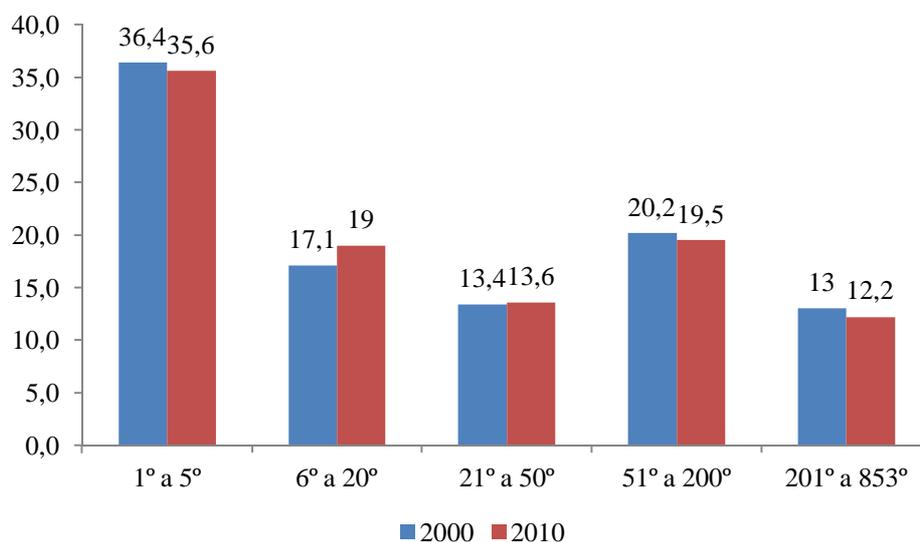


Gráfico 1 – Distribuição dos municípios de Minas Gerais quanto à participação no PIB estadual (em %).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados da Fundação João Pinheiro (2011).

¹⁷⁰ Os cinco municípios com maiores PIBs em 2000 e em 2010 eram: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Uberlândia e Juiz de Fora. Isso demonstra concentração nas mesorregiões: Metropolitana de Belo Horizonte, em primeiro lugar; Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; e Zona da Mata, em menor medida.

Em termos de desenvolvimento humano, os IDHMs de alguns municípios mineiros estão apresentados nos Gráficos 2 e 3. Para o ano de 2000, os cinco primeiros municípios (da esquerda para a direita) apresentados no Gráfico 2, representavam os maiores IDHMs. Eram eles: Belo Horizonte (0,726), Poços de Caldas (0,716), Juiz de Fora (0,703), Uberlândia (0,702) e Varginha (0,702). Quanto à localização destes municípios, Belo Horizonte está situado na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Poços de Caldas e Varginha se situam na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas; Juiz de Fora está localizado na Zona da Mata; e Uberlândia se localiza na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba¹⁷¹.

Por sua vez, os cinco municípios com os menores IDHMs, foram apresentados na sequência em ordem decrescente. Eram eles: Monte Formoso (0,365), São João das Missões (0,360), Verdelândia (0,358), Fruta de Leite (0,349) e Bonito de Minas (0,336). Estes municípios estão situados nas mesorregiões: Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri¹⁷².

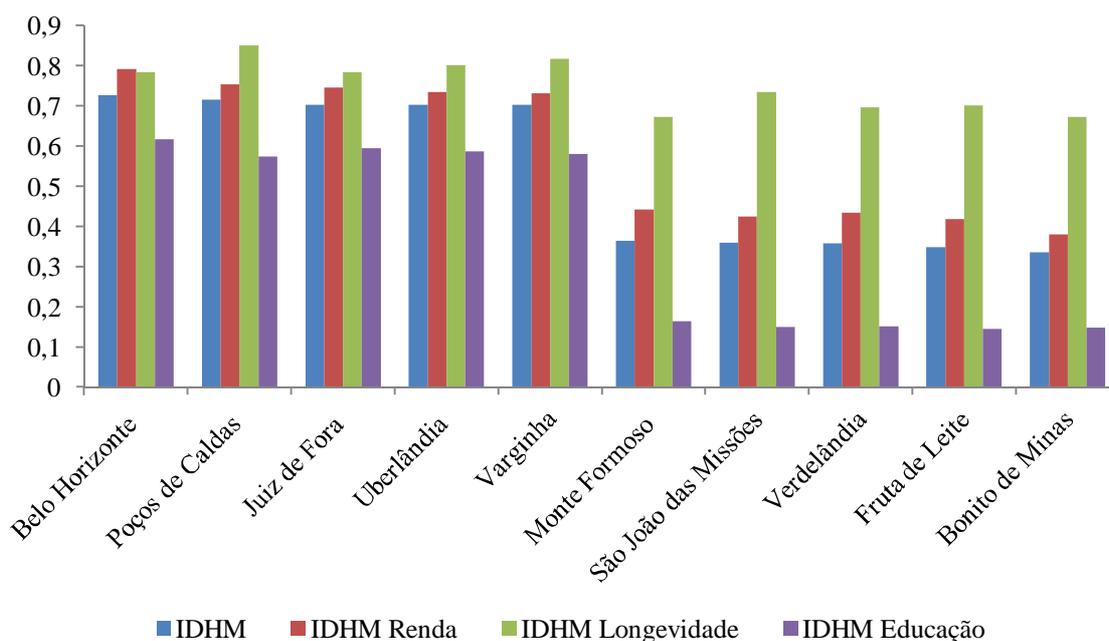


Gráfico 2 – Municípios mineiros quanto ao IDHM no ano de 2000.

Fonte: Elaboração da autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Isto mostra que em 2000, Minas Gerais abrigava ao mesmo tempo municípios com alto IDHM (entre 0,700 e 0,799) e municípios com IDHM muito baixo (de 0 a 0,499). A dimensão que mais privava os municípios era a educação. O IDHM educação foi de apenas

¹⁷¹ Os IDHMs de Varginha, Poços de Caldas e Juiz de Fora em 2010 eram respectivamente: 0,778; 0,779; e 0,778.

¹⁷² Os respectivos IDHMs de Verdelândia e Fruta de Leite em 2010 eram: 0,584 e 0,544.

0,145 no município de Fruta de Leite, contrastando com o índice de 0,617 encontrado para Belo Horizonte.

Em 2010, os cinco maiores resultados do IDHM são apontados para Nova Lima (0,813) e Belo Horizonte (0,81), localizados na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Uberlândia (0,789), situado na mesorregião do Triângulo Mineiro; Itajubá (0,787) e Lavras (0,782), localizados no Sul/Sudoeste de Minas. No subíndice IDHM longevidade, Uberlândia (0,885) ocupou a mesma posição que Nova Lima (0,885). Em termos do IDHM educação, Belo Horizonte (0,737) superou os todos os municípios listados (Gráfico 3) ¹⁷³.

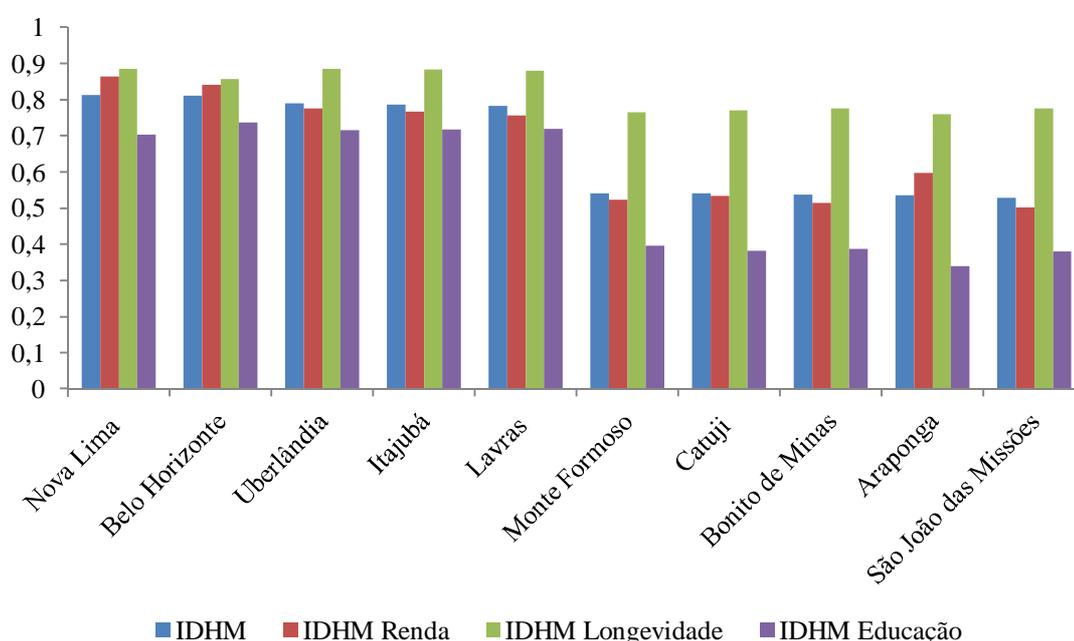


Gráfico 3 – Municípios mineiros quanto ao IDHM no ano de 2010.

Fonte: Elaboração da autora com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O menor IDHM de Minas Gerais em 2010 foi encontrado no município de São João das Missões (0,529), situado na mesorregião Norte de Minas. Há que se destacar também o baixo IDHM do município de Araponga (0,536), localizado na Zona da Mata; seguido dos municípios de Bonito de Minas (0,536) e Catuji (0,540), situados também na mesorregião Norte de Minas. A estes, soma-se o município de Monte Formoso (0,541), localizado na mesorregião do Jequitinhonha para comporem os cinco menores IDHMs do estado (Gráfico 3) ¹⁷⁴.

¹⁷³ Em 2000, os IDHMs de Lavras, Itajubá e Nova Lima eram respectivamente de: 0,678; 0,691; e 0,684.

¹⁷⁴ Em 2000, os respectivos IDHMs de Catuji e Araponga eram: 0,405 e 0,393.

Novamente, entre os componentes do IDHM, as menores realizações nos municípios são apontadas em termos de educação. O menor IDHM educação foi o de Araponga (0,339). A heterogeneidade do estado de Minas Gerais também fica evidente em 2010. Pode-se perceber IDHMs muito altos (acima de 0,800) contrastando com baixos índices (entre 0,500 e 0,599).

A diversidade socioeconômica do estado de Minas Gerais está evidenciada previamente pelos dados do PIB, por conta da concentração econômica em um pequeno número de municípios; e do IDH, por abrigar altos e baixos índices. Se o processo histórico vivenciado ao longo da economia brasileira justifica o estudo da pobreza multidimensional no país, esses breves indicadores relatados para o estado de Minas Gerais, também fornecem uma boa justificativa para análise da pobreza neste estado. Como neste trabalho defende-se um conceito multidimensional para estudo do desenvolvimento e da pobreza, vale o esforço de mensurá-la em Minas Gerais.

Após esta breve caracterização, cabe ressaltar a experiência do estado em termos de pobreza multidimensional. Nesse sentido, é necessário reafirmar que Minas Gerais tem se destacado na América Latina por ter adotado oficialmente medidas de pobreza multidimensional nos termos recomendados pelo PNUD.

4.2.2 Aplicações da metodologia de Alkire e Foster em Minas Gerais

No ano de 2008, foram selecionados municípios no estado de Minas Gerais para participarem do programa Travessia. O programa foi instituído pelo Decreto Estadual nº 44.705 do ano de 2008. Este programa visa promover o desenvolvimento social em localidades que estão em situação de pobreza e deve fornecer bases para o planejamento e a execução de políticas públicas (BRASIL, 2011).

Originalmente o Travessia enfoca os seguintes eixos: saneamento, intervenções urbanas, saúde, gestão social, educação e renda. Em 2008, o programa atuava em cinco municípios. No ano de 2009, este número foi expandido para 35 municípios; em 2010, alcançou 70 municípios; e em 2012, chegou a 132 municípios. Segundo o projeto de Repactuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2012) a previsão é que em 2015¹⁷⁵ haja cobertura total do Porta a Porta nos municípios com menos de 20 mil habitantes, selecionados pelo critério do IDHM¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Até o final de 2014.

¹⁷⁶ São considerados prioritários os municípios de baixo IDHM.

No ano de 2011, o governo de Minas Gerais assinou junto ao PNUD um memorando para a repactuação dos ODMs. Com isso, pretendia-se elaborar um conjunto de novas metas para o desenvolvimento humano e contribuir para o aperfeiçoamento do diagnóstico sobre a pobreza e os meios de combatê-la. Segundo Soares *et alli* (2013), por meio da Secretária do Planejamento de Minas Gerais, o governo do estado mantém com o PNUD um termo de cooperação internacional para o fortalecimento do IPM.

Por este motivo, o programa Travessia passou a incorporar o diagnóstico da pobreza com base no IPM do PNUD. Logo, o IPM passou a ser calculado para o estado de Minas Gerais, com base nos dados coletados pela pesquisa Porta a Porta, referenciada no final do Capítulo 3. O projeto Porta a Porta, tem o objetivo de diagnosticar a pobreza no estado nas três dimensões básicas do IPM global. O levantamento de informações é feito em parceria com as entidades locais e visitantes que aplicam questionários específicos para realizarem o levantamento das privações. Por meio da constituição de um retrato das privações de cada localidade, o Travessia articula as ações cabíveis.

De acordo com Soares *et alli* (2013, p. 26),

O perfil intersetorial do Programa Travessia busca responder à natureza complexa e multidimensional da pobreza. A articulação dos projetos existentes é um desafio proporcional ao de intervir simultaneamente nas diferentes privações sociais vivenciadas pelas pessoas. Nesse sentido, a introdução da etapa de diagnóstico com a metodologia do IPM no Travessia representou um salto substancial no potencial de o Programa localizar seu público, direcionar suas ações e mensurar os resultados alcançados. A partir daí, empreende-se um esforço na busca de uma engenharia institucional que integre as diferentes pastas do Governo e que faça tais políticas chegarem juntas ao encontro dos beneficiários.

Constata-se que o IPM adotado em Minas Gerais enfoca as mesmas dimensões do IPM global. Há que se considerar uma pequena diferença na dimensão de escolaridade. No IPM global estão privados os domicílios onde todos os membros não completaram cinco anos de escolaridade. No índice mineiro, a privação é detectada nos domicílios em que, pelo menos, um membro não tenha atingido cinco anos de escolaridade.

O governo do estado também lançou uma parceria com a OPHI da Universidade de Oxford e a Fundação João Pinheiro (FJP) para tentarem compor outras dimensões ao IPM mineiro. Estas dimensões são: empoderamento, bem-estar, segurança e qualidade do emprego.

Isto é importante, pois, uma vez que a metodologia é flexível, é útil que seja adequada à realidade regional. Se o governo do estado já está despendendo¹⁷⁷ recursos para a realização da pesquisa Porta a Porta, nada mais útil que sejam adicionadas (ou reformuladas) outras

¹⁷⁷ Conforme foi ressaltado no capítulo anterior, até o início de 2013 foram gastos US\$ 1,3 milhões em pesquisas.

dimensões relevantes que a maioria dos estudos não incorpora em virtude da ausência de dados.

Para os primeiros municípios em que foi realizada a Porta a Porta (nove municípios), o IPM variou de 0,007 (no município de Capim Branco) a 0,075 (no município de Ninheira) (BRASIL, 2012). Enquanto isso, o Brasil, no cálculo do PNUD (2010), apresentou um IPM de 0,039 em 2010. Então, a pobreza no município de Ninheira mostrou-se 2,436 vezes maior que a do Brasil.

As dimensões que compõem o IPM forneceram dados relevantes para ações do programa Travessia, revelando dados sobre importantes privações. Por exemplo, a cidade de Presidente Kubitscheck com IPM de 0,038 possui mais de 70% dos domicílios sem acesso adequado à água potável (BRASIL, 2012).

Em uma análise do IPM estimado para estado de Minas Gerais, Souza Filho e Assis (2013), estudaram o índice em âmbito do projeto Porta a Porta para 44 municípios. Nos 44 municípios, os autores constataram que o IPM variou entre 0,007 (município localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte) e 0,152 (município norte mineiro). A média do IPM para o estado foi de 0,055, sendo a média da intensidade das privações de 38,5%; e a média da proporção de pobres de 14,3%. A dimensão educação apresentou-se como prioritária, pois, foi a que mais contribuiu para o IPM total. Na sequência, apareceram as dimensões padrão de vida e saúde, nesta ordem.

Costa e Costa (2014) também aplicaram a metodologia de Alkire e Foster para mensuração da pobreza em Minas Gerais e reproduziram o IPM global do PNUD para o estado, utilizando dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD)¹⁷⁸ da FJP do ano de 2011. Os autores ressaltaram que 15,14% da população mineira residia em domicílios com privações multidimensionais. Ao estudar as regiões de planejamento, verificaram-se proporções de pobres mais elevadas no Norte de Minas (24,14%), no Vale do Jequitinhonha e Mucuri (25,29%) e no Noroeste de Minas (20,95%). A região do planejamento com menor proporção de pobres foi a Região Metropolitana de Belo Horizonte (8,50%). O índice A de intensidade da pobreza, calculado pelos autores, revelou privações em 36,82% para o estado.

A síntese dos índices calculados demonstrou um IPM para Minas Gerais de 0,0557. Os índices de pobreza multidimensional por região do planejamento foram determinados nesta ordem: Jequitinhonha/Mucuri (0,0975), Norte de Minas (0,0933), Noroeste de Minas (0,0809), Rio Doce (0,0654), Mata (0,0653), Central (0,06), Alto Paranaíba (0,0565), Sul

¹⁷⁸ Pesquisa domiciliar bianual realizada em Minas Gerais pela Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com o Banco Mundial.

(0,0523), Centro-oeste (0,051), Triângulo (0,0417) e Região Metropolitana de Belo Horizonte (0,0303).

Assim como nos estudos anteriores, a escolaridade novamente foi apontada com a maior contribuição relativa para o índice (41,65%). Além da privação em termos de escolaridade, os autores apontaram para privações básicas em relação ao acesso à água, sanitário e condições adequadas de moradia, especialmente nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.

Em virtude da flexibilidade da metodologia de Alkire e Foster, e uma vez reconhecida a necessidade de adaptá-la, haja vista que, conforme foi destacado na Seção 3.4 do Capítulo 3, o IPM global pode colocar os países da América Latina em uma situação vantajosa em termos de suas privações multidimensionais, é útil aproveitar as bases de dados disponíveis para realizar estimativas mais precisas da pobreza multidimensional. Este trabalho visa colaborar ao testar e agregar dimensões que ainda não foram incorporadas ao IPM.

Além disto, neste trabalho visa-se fornecer um retrato da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais em âmbito das dimensões que serão selecionadas para representá-la. Evidentemente, o diagnóstico da pobreza realizado por meio deste estudo pretende subsidiar políticas públicas. As próximas seções e subseções serão dedicadas à apresentação da base de dados e a escolha das dimensões.

4.3 Os Censos demográficos, a escolha das variáveis e as dimensões da pobreza

O grande desafio na mensuração da pobreza multidimensional está na seleção das dimensões apropriadas para caracterizar as situações de privação. Em virtude da aceitação pela literatura, da adequação à abordagem teórica e das estimativas oficiais que foram criadas, optou-se neste trabalho pela mensuração da pobreza em Minas Gerais conforme sugerido por Alkire e Foster (2007).

O desenvolvimento e aplicação de métodos estatísticos concisos são fundamentais no combate à pobreza. Contudo, a carência de informações precisas, associadas à defasagem temporal com que são realizados os recenseamentos no Brasil, dificulta este processo. Em se tratando de pobreza multidimensional, o fator complicador refere-se à falta de informações que capturem as dimensões mais abrangentes, como liberdades políticas e participação social. Por outro lado, os microdados provenientes das pesquisas censitárias, permitem a construção de indicadores com alguma relevância em sua mensuração. Assim sendo, após a discussão

sobre a base de dados escolhida, serão apresentadas as dimensões da pobreza utilizadas neste trabalho.

4.3.1 Os Censos demográficos e a escolha da base de dados

Para a construção de uma representação ampla de pobreza, neste trabalho, recorreu-se aos Censos Demográficos realizados pelo IBGE, dos anos de 2000 e 2010. A escolha da base de dados deveu-se ao fato de possibilitar um nível de desagregação microrregional e municipal. As bases de dados alternativas que poderiam ser aproveitadas, como a PNAD e POF também do IBGE foram examinadas, porém, foram descartadas, por não possuírem informações desagregadas. Outra base de dados que poderia ser escolhida era a PAD da FJP, mas esta também foi descartada, porque embora possibilite análise ao nível microrregional e mesorregional, não permite a identificação de todos os municípios.

Sobre os Censos, conforme Gonçalves (1995), na data de referência de 1º de agosto de 1872, a Diretoria de Geral de Estatística¹⁷⁹ realizou o primeiro recenseamento da população do império. Esta foi a primeira contagem oficial da população. O segundo Censo foi realizado em 1890, já no Brasil República. Desde então, os Censos vêm sofrendo alterações e adaptações até tornarem-se decenais. Conforme o IBGE (2003), os demais Censos foram realizados em 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A Lei nº 8.184 de 10 de maio de 1991, regulamenta a periodicidade com que são realizados os Censos do IBGE. No artigo primeiro, está estabelecido que,

a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos, realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será fixada por ato do Poder Executivo, não podendo exceder a dez anos a dos Censos Demográficos e a cinco anos a dos Censos Econômicos.

Deste modo, os Censos Demográficos têm sido realizados em um intervalo de dez anos.

Os Censos abrangem pessoas residentes no território nacional nas datas de referência. As representações do Brasil no exterior fazem parte do território nacional, todavia, não são consideradas nas amostras. A data de referência do Censo de 2000 foi 1º de agosto de 2000. No Censo de 2010, foi utilizado como data de referência o dia 31 de julho de 2010.

Para a coleta de dados dos Censos demográficos de 2000 e de 2010 foram empregados dois tipos de questionários, um simplificado e um mais complexo, de maneira que, em cada domicílio foi aplicado apenas um tipo específico. O primeiro é também chamado de

¹⁷⁹ A constituição do IBGE só se deu mais tarde, em 1938.

Questionário Básico e foi aplicado aos domicílios não escolhidos para a amostra dos Censos. O segundo é mais extenso e refere-se ao Questionário da Amostra, aplicado em cada domicílio selecionado para a amostra. Tal questionário é composto pelo Questionário Básico, e inclui outras modalidades de informações como educação, religião, trabalho, migração, entre outras. Isto proporciona a obtenção de dados para 100% da população brasileira (BRASIL, 2005).

Quanto ao plano amostral, desde 1960 é adotada seleção sistemática de domicílios, realizada de forma independente em cada setor censitário. É nesse sentido que é empregado um plano amostral do tipo estratificado. Neste caso, os estratos são os setores e os domicílios são selecionados sistematicamente com equiprobabilidade em cada estrato com base na fração amostral definida, sendo esta constante para setores dentro de um mesmo município (ALBIERE; FREITAS, 2010).

Com base nas informações da documentação do Censo de 2000, foram definidas duas frações amostrais: 20% dos domicílios para municípios com população até 15.000 habitantes e 10% dos domicílios para os demais municípios. Ao todo foram selecionados 5.304.711 domicílios com fração amostral por volta de 11,7%. Nos domicílios selecionados foram coletadas informações sobre 20.274.412 pessoas.

Em 2010, foram utilizadas cinco frações amostrais em consistência com o tamanho populacional dos municípios em 1º de julho de 2009. As frações foram definidas considerando os 5.565 municípios existentes no Brasil em 2009. Segundo Albiere e Freitas (2010), em municípios com até 2.500 habitantes foi definida uma fração amostral de 50% dos domicílios. Nos municípios com população de mais de 2.500 até 8.000 habitantes, a fração amostral adotada foi de 33% dos domicílios. Foi empregada uma fração amostral de 20% dos domicílios para municípios com mais de 8.000 até 20.000 pessoas. Para aqueles com mais de 20.000 habitantes até 500.000, adotou-se uma fração de 11%. Por fim, para os municípios com mais de 500.000 pessoas, a fração foi de 5%.

Conforme as notas metodológicas do Censo de 2010 foram coletadas informações em 6.192.332 domicílios selecionados. Isto implicou em uma fração amostra em torno de 10,7% para o Brasil como um todo. Nos domicílios pesquisados, foram extraídas informações de 20.635.472 pessoas.

O processo de estimação dos dados coletados na amostra propicia que as informações possam ser generalizadas para o universo da população. Isto se dá por meio da expansão da

amostra com estimadores apropriados de acordo com cada área de ponderação¹⁸⁰. Para a expansão dos dados, são definidos pesos¹⁸¹ para os domicílios pesquisados. Tais pesos são obtidos através do método de calibração. Este método é realizado com base nas variáveis auxiliares comuns ao Questionário Básico e ao Questionário da Amostra¹⁸².

Feitas estas considerações sobre os Censos, cabe discutir a escolha dos Censos selecionados para a análise empírica deste trabalho, isto é, os Censos de 2000 e 2010. Vale ressaltar que, os anos utilizados foram escolhidos pela própria periodicidade da base de dados. Não foram selecionados Censos anteriores ao de 2000, pois, ainda que entendida numa concepção multidimensional, a pobreza sofre grande influência da dimensão econômica.

Ao se referir ao tema, é importante enfatizar a relevância de não dissociar a pobreza do quadro socioeconômico em que se insere. Segundo Sen (2000), o crescimento das rendas individuais e do PIB, o progresso tecnológico, o avanço da industrialização e a modernização podem ser muito relevantes na expansão das liberdades das pessoas.

No Censo de 1991, há que se reconhecerem os efeitos do período hiperinflacionário. De fato, um cenário hiperinflacionário, de maneira ou de outra, afeta as dimensões da pobreza, o que pode comprometer a comparabilidade dos dados. Ao comparar dados, é importante manter certa coerência temporal na escolha dos anos, ainda que se trate de uma análise transversal¹⁸³. No período entre 2000 e 2010 houve oscilação na trajetória de crescimento do PIB brasileiro especialmente com a crise econômica de 2008, mas em geral, nas palavras de Oliveira (2012), o PIB prosseguiu dentro de uma trajetória ascendente¹⁸⁴.

Por todos estes motivos, optou-se por iniciar a análise a partir do Censo de 2000. Como já explicitado, após o Censo de 2000, o próximo Censo realizado e divulgado mais recentemente foi o do ano de 2010. Consequentemente, o ano mais atual incorporado à pesquisa foi o de 2010.

¹⁸⁰ As áreas de ponderação são unidades geográficas compostas por um conjunto de setores censitários, dentro das quais são realizadas calibração das estimativas. Para o ano de 2000, foram definidas 9.336 áreas de ponderação para o Brasil. Em 2010, foram determinadas 10.184 áreas de ponderação.

¹⁸¹ Os pesos calibrados são obtidos com base no método de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG). A calibração ajusta os pesos iniciais, isto é, o inverso da fração amostral dos domicílios. Isto equivale a dizer que ao calibrar os pesos em determinada área de ponderação são obtidos os totais para todas as unidades populacionais.

¹⁸² Ver Albiere e Freitas (2010).

¹⁸³ Situação em que as informações são obtidas em um único período de tempo e não há acompanhamento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo.

¹⁸⁴ Vale recordar que neste período o PIB brasileiro aumentou de R\$ 1.179,5 bilhões em 2000, para R\$ 3.770 bilhões no ano de 2010 a preços de mercado correntes. O PIB de Minas Gerais a preços correntes era de R\$ 100,6 bilhões em 2000. Em 2010, o PIB de Minas Gerais a preços correntes alcançou R\$ 351,4 bilhões (FJP, 2010 a; FJP 2010 b).

Levando em conta o procedimento para a escolha das dimensões ressaltado no Capítulo 3, o processo de escolha de indicadores básicos para comporem este estudo não foi fácil, porque ocorreram mudanças em muitas variáveis de um Censo para o outro. Novas variáveis foram criadas, outras foram excluídas ou simplesmente modificadas. Por isso, foram realizadas adaptações nas variáveis selecionadas. Estas adaptadas Na próxima subseção, serão discutidos os indicadores básicos selecionados para fazerem parte do estudo da pobreza no estado de Minas Gerais.

4.3.2 A escolha das variáveis, níveis de corte e construção das dimensões da pobreza

As variáveis selecionadas para representarem a pobreza multidimensional em Minas Gerais foram escolhidas de acordo com: 1) abordagens teóricas discutidas; 2) recomendações políticas de organismos ou acordos internacionais; 3) recomendações para adaptação do IPM às privações sofridas na América Latina, como as de Santos (2013); 4) experiências de estudos empíricos anteriores ressaltados neste capítulo e no Capítulo 3; e 5) disponibilidade de dados nos dois Censos utilizados.

Os indicadores escolhidos neste trabalho englobam as discussões teóricas apresentadas nos Capítulos 1 e 2 por incorporarem seus elementos. A abordagem das capacitações abre margem para que as dimensões da pobreza sejam escolhidas conforme as adequações específicas. O mesmo é feito pela abordagem das necessidades humanas, ainda que sejam listadas necessidades essenciais e universais.

Em termos dos requisitos listados para caracterizar privações, a análise realizada neste trabalho envolve necessidades e capacitações que, se não forem atendidas, causarão sérios prejuízos à saúde física e mental dos indivíduos em todos os contextos culturais. Podem ser citadas, por exemplo, a habitação adequada, o saneamento e a ausência de superlotação. Outras questões importantes como renda e proteção à criança (tendo como *proxy* o trabalho infantil) também precisam ser enfatizadas. Vale lembrar que, indicadores mais abrangentes não foram utilizados em virtude da disponibilidade dos dados.

Os indicadores foram classificados nos seguintes grupos: Vulnerabilidade econômica, Condições ocupacionais, Características educacionais, Condições de moradia, Condições sanitárias, Ausência de bens e Saúde. As variáveis para representá-los foram escolhidas a partir dos Censos, e em seguida, foram recodificadas e trabalhadas de maneira que, a partir das originais, fossem geradas outras variáveis para melhor expressarem dimensões básicas de

pobreza. Foram utilizadas variáveis dicotômicas com base no seguinte critério: o indivíduo está privado ou não? Deste modo, atendendo à metodologia sugerida por Alkire e Foster (2007), todas as informações se relacionam às características de privação.

As variáveis utilizadas para refletirem privações domiciliares¹⁸⁵ em Minas Gerais foram: Pobreza monetária; Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos; Ausência de ocupação remunerada; Ausência de ocupado com rendimento de pelo menos um salário mínimo; Menos da metade dos membros do domicílio em idade ativa; Menos da metade dos membros em idade ativa ocupados; Ausência de trabalhador com carteira assinada, em Regime Jurídico dos Funcionários Públicos (RJFP) civis ou militares; Ocupação inadequada; Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho; Trabalho infantil; Existência de adulto analfabeto; Existência de adulto que não concluiu o ensino fundamental; Crianças fora da escola; Crianças em defasagem escolar; Existência de mais de três pessoas por dormitório; Domicílio não próprio; Ausência de água canalizada; Abastecimento de água inadequado; Ausência de energia elétrica; Ausência de sanitário; Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica; Destino inadequado do lixo; Ausência de geladeira; Ausência de máquina de lavar; Ausência de automóvel; Ausência de rádio; Ausência de televisor; Ausência de computador; Dificuldade para enxergar; Dificuldade para ouvir; Dificuldade para andar; Deficiência mental permanente; e Óbito fetal. A seguir será apresentada a composição de cada variável.

Esses indicadores, na verdade, representam funcionamentos e necessidades intermediárias, concordantes com os termos adotados pelas abordagens teóricas mais abrangentes utilizadas neste trabalho. Entende-se, portanto, que serão requisitos para que se possam realizar as necessidades básicas e a obtenção de participação social e libertação, bem como, requisitos para uma vida plena. Além disso, vislumbram revelar as capacitações básicas dos indivíduos, no caso específico desta tese, das famílias mineiras.

No Quadro 1, é possível observar a classificação das variáveis em conformidade com as dimensões escolhidas. Assim como o IPM, foram atribuídos pesos iguais às dimensões de maneira que cada uma contribui igualmente para a pobreza total.

¹⁸⁵ Nesta tese, optou-se pela análise da pobreza multidimensional domiciliar. Conforme Santos (2013), como os programas de combate à pobreza são geralmente voltados para as famílias, isto pode gerar políticas públicas mais eficazes. Além disso, entende-se que a privação de um indivíduo da família afeta todos os demais.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores, níveis de corte e pesos dos indicadores no cálculo do índice de Alkire e Foster.

(Continua)

Dimensão	Indicadores	Nível de corte (z)	Peso
Vulnerabilidade econômica	Pobreza monetária	Possuir renda menor que a linha de pobreza	1/4
	Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos	Quando o domicílio é chefiado por mulher com tenha filho menor de 14 anos	1/4
	Ausência de ocupação remunerada	Inexistência de ocupação remunerada no domicílio	1/4
	Ausência de ocupado com rendimento de pelo menos um salário mínimo	Inexistência de pessoa ocupada cujo rendimento seja pelo menos um salário mínimo	1/4
Condições ocupacionais	Menos da metade dos membros do domicílio em idade ativa	Se menos da metade dos moradores do domicílio não se encontram em idade ativa	1/6
	Menos da metade dos membros em idade ativa ocupados	Se menos da metade dos moradores do domicílio em idade ativa não se encontram ocupados	1/6
	Ausência de trabalhador com carteira assinada, RJFP civil ou militar	Quando não há no domicílio trabalhador com carteira assinada ou funcionário público	1/6
	Ocupação inadequada	Presença de subemprego ou pessoa que trabalhe mais de 40 horas semanas e possui salário inferior ao salário mínimo	1/6
	Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho	Ausência de mulher adulta que participe do mercado de trabalho	1/6
	Trabalho infantil	Quando há no domicílio presença de criança que trabalha	1/6
Características educacionais	Existência de adulto analfabeto	Se no domicílio há pelo menos um adulto analfabeto	1/4
	Existência de adulto que não concluiu o ensino fundamental	Se no domicílio há pelo menos um adulto que não concluiu o ensino fundamental	1/4
	Crianças fora da escola	Quando existe alguma criança que não frequente escola ou creche	1/4
	Crianças em defasagem escolar	Se há alguma criança cuja idade não condiz com a série frequentada	1/4

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores, níveis de corte e pesos dos indicadores no cálculo do índice de Alkire e Foster.

(Continuação)

Dimensão	Indicadores	Nível de corte (z)	Peso
Condições de moradia	Existência de mais de três pessoas por dormitório	Domicílios superlotados em que há mais de três pessoas por dormitório	1/5
	Domicílio não próprio	Se o domicílio não pertence a algum morador	1/5
	Ausência de água canalizada	Quando não há água canalizada em pelo menos um cômodo no domicílio	1/5
	Abastecimento de água inadequado	Quando a água não provém de rede geral no caso dos domicílios urbanos; ou ainda adicionando-se a possibilidade de ser proveniente de poço ou nascente localizado na propriedade para os domicílios rurais	1/5
	Ausência de energia elétrica	Quando não há energia elétrica no domicílio	1/5
Condições sanitárias	Ausência de sanitário	Quando não há pelo menos um sanitário no domicílio	1/3
	Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica	Se o escoadouro não se trata de rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	1/3
	Destino inadequado do lixo	Se não há coleta direta ou indireta de lixo para os domicílios urbanos estendendo-se a possibilidade de ser enterrado ou queimado na propriedade para os domicílios rurais	1/3
Ausência de bens	Ausência de geladeira	Quando não há geladeira no domicílio	1/6
	Ausência de máquina de lavar	Inexistência de máquina de lavar no domicílio	1/6
	Ausência de automóvel	Inexistência de automóvel no domicílio	1/6
	Ausência de rádio	Inexistência de rádio no domicílio	1/6
	Ausência de televisor	Inexistência de televisão no domicílio	1/6
	Ausência de computador	Inexistência de computador no domicílio	1/6

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores, níveis de corte e pesos dos indicadores no cálculo do índice de Alkire e Foster.

(Conclusão)

Dimensão	Indicadores	Nível de corte (z)	Peso
Saúde	Dificuldade para enxergar	Se algum morador possui dificuldade para enxergar	1/5
	Dificuldade para ouvir	Quando há pelo menos um morador do domicílio com dificuldade para ouvir	1/5
	Dificuldade para andar	Se algum morador possui dificuldade para andar ou subir escadas	1/5
	Deficiência mental permanente	Se há algum morador com deficiência mental permanente	1/5
	Óbito fetal	Existência de pelo menos um filho ou filha de morador que tenha nascido morto	1/5

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

O peso das variáveis, ou indicadores representantes das dimensões, foi aplicado de acordo com a quantidade de variáveis em cada dimensão, apresentando-se um número mínimo de quatro variáveis, com peso 1/4 cada uma (dimensão de Vulnerabilidade econômica e dimensão de Características educacionais); e um número máximo de seis variáveis, com peso 1/6 cada uma (dimensão de Condições ocupacionais e dimensão de Ausência de bens). Além disso, no Quadro 1 está especificado o nível de corte em cada indicador, isto é, o nível z – critério utilizado para especificar a privação em cada um dos indicadores básicos que compõem o índice de pobreza¹⁸⁶.

O primeiro conjunto de variáveis selecionado refere-se à Vulnerabilidade econômica. Conforme já foi dito, esta dimensão é muito relevante na análise da pobreza. A situação de pobreza pelo critério da renda caracteriza estados de privação.

Sen (2000, p. 109) reconhece que “uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre” (SEN, 2000, p. 109). Sendo assim, a pobreza baseada na escassez de renda não é uma ideia vaga, já que a carência de renda é limitadora dos atos dos indivíduos e motiva a fome individual e coletiva. De fato, os níveis de renda são relevantes, pois, permitem que as pessoas adquiram bens e serviços e que usufruam de um

¹⁸⁶ A privação em um único indicador não implica que a família seja pobre. Isso quer dizer apenas uma privação. Para ser multidimensionalmente pobre é preciso pontuar um número mínimo de indicadores conforme o valor de K. Isso será especificado no próximo capítulo.

determinado padrão de vida. Por este motivo, a dimensão monetária (renda) está presente na maioria dos estudos multidimensionais.

Especificamente no caso da variável Pobreza monetária, foram utilizadas linhas de pobreza sob o enfoque da renda familiar *per capita*. As linhas de pobreza utilizadas foram calculadas baseando-se em cestas alimentares nutricionalmente adequadas em determinado momento e lugar, acrescidas do valor necessário ao atendimento de certas necessidades básicas como higiene, vestuário, transporte, etc. De acordo com Rocha (2003b, p. 49-50),

[...] em função da disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias com diferentes níveis de rendimento, a determinação de linhas de pobreza e indigência no Brasil deve ser com base no consumo observado [...] a primeira etapa consiste em determinar, para a população em questão, quais são suas necessidades nutricionais. A etapa seguinte objetiva estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamento familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas. O valor correspondente a essa cesta é a linha de indigência, parâmetro de valor associado ao consumo alimentar mínimo necessário. Como não se dispõe de normas que permitam estabelecer os consumos não-alimentares, o valor associado a eles é obtido de forma simplificada, geralmente correspondendo a despesa não-alimentar observada quando o consumo alimentar adequado é atingido.

Essas linhas de pobreza foram escolhidas, por possuírem valores diferenciados para as regiões do Brasil. Um país de dimensões continentais não pode possuir um único nível de corte para a pobreza e indigência monetária, haja vista que os padrões de consumo variam de forma correspondente com a região. No caso de Minas Gerais, é calculada uma linha específica para a região Metropolitana de Belo Horizonte e duas outras distintas para áreas urbanas e rurais. Estas linhas estão apresentadas no Apêndice A, deste trabalho. Com base nos níveis de corte, os indivíduos foram classificados como pobres e não pobres unidimensionais se possuísem renda menor que as linhas apresentadas (Apêndice B).

Para complementar a caracterização das situações de Vulnerabilidade econômica (Apêndice B), considerou-se adicionalmente o tipo de família visto como mais vulnerável formado por Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos. Pela Constituição de 1988¹⁸⁷, no Cap. VII, Art. 226, parágrafo 4º, propõe-se que “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Segundo Goldani (1994), quando há menor de 14 anos na família há maior dependência com relação à renda do chefe. No caso das mães sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos, em geral, possuem maior dificuldade para geração de recursos monetários, o que justifica a inclusão desta variável para identificar uma situação de vulnerabilidade.

¹⁸⁷ Com a Constituição Federal foram introduzidos elementos que são o passo inicial para o estudo da pobreza na sua multidimensionalidade, ou seja, com objetivo de equidade e justiça.

Entende-se que além da Pobreza monetária, e do tipo de família mais susceptível de enfrentar condições adversas, o indivíduo encontra-se em situação de Vulnerabilidade econômica, se não há ocupação remunerada no domicílio; e/ou se há, porém, com rendimento inferior a um salário mínimo.

Quando não há ocupação remunerada no domicílio, ocorre limitação da autonomia individual com relação à renda. Segundo Barros, Corseuil e Leite (2000, p. 177),

Um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados. Quanto maior a eficiência em alocar recursos humanos disponíveis para atividades econômicas e quanto melhor a remuneração recebida por aqueles que estão engajados em atividades econômicas, menor será o nível de pobreza predominante. Em outras palavras, quanto maior for a subutilização dos recursos humanos nas atividades econômicas, tanto maior será o nível de pobreza. Já que a alocação e a remuneração dos recursos humanos disponíveis dependem, em grande parte, do funcionamento do mercado de trabalho, deduz-se que o nível de pobreza pode ser bastante afetado pelo funcionamento desse mercado.

Por não haver a variável de Condição de ocupação no Censo de 2000, tal variável foi criada de maneira derivada para ser compatível com o Censo de 2010 (vide Apêndice B). Desta forma, foram definidos como trabalhadores ocupados, os indivíduos que se encontrassem ocupados em algum tipo de trabalho, e como desocupados, caso contrário¹⁸⁸.

No Capítulo II da Constituição de 1988, Art. 7º, inciso XXXIII, proíbe-se o trabalho noturno, insalubre e perigoso ao menor de 18 anos, e qualquer tipo de trabalho ao menor de 16 anos¹⁸⁹. Por isso, acrescentou-se um recorte para a idade de 16 anos ou mais para referir-se às condições de trabalho apenas entre adultos.

Mesmo que o indivíduo esteja engajado no mercado de trabalho, mas obtenha rendimento inferior a um salário mínimo, isto implica em uma situação de privação. O salário mínimo ainda exerce um importante papel no combate à pobreza monetária. Além disso, com

¹⁸⁸ De acordo com as notas metodológicas, no Censo de 2010, foram classificadas como trabalho em atividade econômica, as ocupações remuneradas em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens ou serviços. Além disso, considerou-se como trabalho: ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas como auxílios, no setor privado, a morador do domicílio; ou ocupações realizadas na produção de bens, envolvendo atividades agrícolas, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, com a finalidade de apenas alimentar, ao menos, um morador do domicílio. É necessário acrescentar ainda que foram consideradas como ocupadas na semana de referência, aquelas pessoas que exerceram algum tipo de trabalho, de pelo menos uma hora, durante a semana ou que tinham trabalho remunerado, porém estavam em afastamento temporário na mesma semana. Por sua vez, foram classificadas como desocupadas as pessoas que não possuíam trabalho na semana de referência, todavia estavam aptas e disponíveis para assumir e realizar trabalho. Essas pessoas tomaram alguma providência para conseguir trabalho no período de 30 dias e não exerceram nenhum tipo de trabalho. Essas proposições foram utilizadas para a criação da variável Condição de ocupação em 2000.

¹⁸⁹ A não ser, na condição de aprendiz, em que o trabalho é permitido àqueles com 14 anos ou mais. Contudo, este fator não foi considerado na análise, porque não foi possível a identificação dos aprendizes nos Censos.

base no Art. 7º da Constituição de 1988, está previsto como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, e aos que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...] (BRASIL, 1988, p.10).

Se no domicílio, não há ocupação remunerada com, pelo menos, um salário mínimo (Apêndice B), essa família pode não possuir condições para o atendimento das necessidades vitais. Isto também caracteriza uma violação de direitos fixados pela Constituição. Se o valor do salário mínimo já é questionável¹⁹⁰, pior ainda, se o trabalhador não for remunerado sequer pelo valor nominal vigente.

Estritamente ligadas às características econômicas, estão as variáveis que representam as Condições ocupacionais das famílias. Os indicadores de Condições ocupacionais também refletem a Vulnerabilidade econômica, porém, eles visam medir adicionalmente a condição de autonomia e bem-estar dos trabalhadores, daí a importância do estudo separado desta dimensão. Nesse sentido, foi selecionado na sequência um grupo de variáveis para representarem estas condições.

Os riscos sociais que impedem o trabalhador de desempenhar sua atividade laboral implicam em riscos de pobreza multidimensional não só para ele, mas para todo o seu grupo familiar, o que justifica o uso desta dimensão neste tipo de estudo. De acordo com Sen (2000, p. 21) “[...] a rejeição da liberdade de participar do mercado de trabalho é uma das maneiras de manter a sujeição e o cativeiro da mão-de-obra [...]”. Dito isso, no Apêndice C, são apresentadas as classificações das variáveis ocupacionais que expressam privações em relação ao mercado de trabalho.

A primeira delas demonstra uma relação de dependência caso menos da metade dos membros do domicílio estejam em idade ativa, isto é, caso não estejam com idade apta ao trabalho. Além de refletir as características dos trabalhadores, esta variável reflete o quanto os indivíduos inativos dependem dos indivíduos ativos no domicílio. O recorte etário utilizado nesta variável foi de 16 a 65. A idade máxima de 65 anos é razoável, porque a partir desta idade a inatividade torna-se justificável.

¹⁹⁰ Enquanto o salário mínimo nominal no Brasil era R\$ 151,00 em 2000, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo ideal calculado para dezembro do mesmo ano deveria ser de R\$ 1.004,26. Em 2010, o salário mínimo nominal era de R\$ 510,00 e o salário mínimo nominal calculado para mês de dezembro do mesmo ano deveria ser de R\$ 2.227,53, o que ainda é muito distante da realidade brasileira.

A situação domiciliar é ainda mais preocupante, quando menos da metade dos membros em idade ativa estão ocupados. A criação deste indicador se deu em detrimento da População Economicamente Ativa (PEA). O recorte etário foi o mesmo da variável anterior. Como no Censo de 2000 não havia esta variável, ela foi criada incluindo-se os indivíduos que estavam ocupados e os que não estavam ocupados. Com isso, automaticamente considerou-se também aqueles que estavam na busca efetiva por empregos. No Censo de 2010, foi utilizada a variável Condição de atividade. A partir disso, foi computado o indicador Menos da metade dos membros em idade ativa ocupados, que na verdade, representa a taxa de desocupação do domicílio.

Segundo Sen (2000, p. 35-36), o desemprego:

[...] é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. Entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a ‘exclusão social’ de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica.

Outra situação de privação é o fato de não haver no domicílio trabalhador com carteira assinada, ou no RJFP em qualquer instância, ou seja, federais, estaduais ou municipais civis ou militares. Estes trabalhadores que não estão sujeitos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 – e nem ao RJFP civil ou militar, não estão amparados, dentre outros fatores, pelo limite de oito horas diárias na sua jornada de trabalho, ao pagamento de hora extra, férias, seguro desemprego, 13º salário e não possuem garantia de salário mínimo mensal. Por isso, foram considerados em situação de privação.

Outra variável que representa privação quanto ao mercado de trabalho, é a existência de Ocupação inadequada. Doyal e Gough (1991) qualificam o espaço de trabalho como capaz de afetar a saúde do indivíduo. Então, os autores identificam situações que oferecem risco à saúde do trabalhador como ambiente inseguro, jornada de trabalho prolongada e formas de trabalho que possam limitar sua autonomia, gerando, depressão, ansiedade, dentre outros problemas¹⁹¹.

¹⁹¹ Embora a previdência social seja uma importante componente da liberdade humana citada por Sen, pois compõe a seguridade social, a contribuição previdenciária foi desconsiderada da análise por não ser possível identificar os segurados especiais nos Censos. O segurado especial tem direitos previdenciários garantidos independentemente de contribuição. Segundo a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 o segurado especial é a pessoa que reside em imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural (ou próximo a ele) que, sozinho ou em regime de economia familiar – ainda que com ajuda ocasional de terceiros como colaboradores – na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro, comodatário ou arrendatário rurais, que realize atividade agropecuária em área de até quatro módulos fiscais; ou seringueiro ou extrativista vegetal desde que tal atividade seja o principal meio de vida. Além desses, estão o pescador artesanal, desde que a atividade também seja o principal meio de vida; o cônjuge ou companheiro e o filho maior de 16 anos de idade, do segurado, que trabalhem com o grupo familiar.

Sobre o indicador de Ocupação inadequada aqui utilizado, para sua determinação, partiu-se da recomendação da OIT (1998), sobre a definição de subemprego. O subemprego é definido como a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada. Este tipo de subemprego existe quando as horas trabalhadas pelo indivíduo são insuficientes. Neste caso, as pessoas estariam dispostas a trabalhar mais horas e gostariam de ter outro emprego além do atual para incrementar as horas trabalhadas, ou prefeririam substituir seu emprego por outro em que trabalhassem horas adicionais. Essa classificação é demonstrada pela busca ativa por trabalho.

Como no Brasil o tempo de trabalho regulamentado pela CLT é de 40 horas semanais, foram consideradas em situação de Ocupação inadequada aquelas pessoas que trabalharam menos de 40 horas semanais no trabalho principal e buscavam ativamente por trabalho. A estes casos, foram somados os das pessoas que trabalharam mais de 40 horas semanais e receberam menos que um salário mínimo neste trabalho. Nos termos definidos por Doyal e Gough (1991) estas situações colocam em risco o bem-estar dos indivíduos.

Para complementar as Condições ocupacionais, acrescentou-se a variável Trabalho infantil (Apêndice C), uma vez que, de acordo com Medeiros Neto e Marques (2013, p. 7),

a realidade do trabalho infantil traduz intolerável violação de direitos humanos e a negação de princípios fundamentais de ordem constitucional, como o são os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, que encontram fundamento na norma-fonte da dignidade humana, de maneira a ensejar imediata e eficaz reação dos órgãos de proteção, especialmente aqueles incumbidos de assegurar e tutelar os direitos das crianças e adolescentes.

Ao contrário da caracterização do trabalho adulto, foi definido como em situação de trabalho infantil, os menores de 16 anos que estavam ocupados, segundo as definições já esclarecidas. Essa variável é importante, porque é capaz de captar a proteção à infância. Conforme Doyal e Gough (1991), uma infância segura é essencial para constituição da personalidade e da autonomia do indivíduo.

Por fim, adicionou-se uma variável para medir a participação da mulher no mercado de trabalho. Este indicador básico, além de caracterizar Condições ocupacionais, visa adicionar um componente de empoderamento da mulher à análise. De acordo com os ODMs, uma questão importante é promover a igualdade entre os sexos e conceder maior poder às mulheres. A participação no mercado de trabalho é relevante, uma vez que aumenta a participação econômica da mulher, auxilia na autonomia e lhe concede independência.

Além deste grupo de variáveis, foram escolhidos outros indicadores que representassem as Características educacionais (Apêndice D). Uma educação adequada é muito importante para o desenvolvimento da autonomia (DOYAL; GOUGH, 1991). Segundo

Sen (2000), as liberdades de participação política, oportunidade de receber assistência médica e educação básica, são elementos que constituem o processo de desenvolvimento. Oportunidades sociais na forma de serviços de educação e saúde possibilitam ao indivíduo a participação econômica e social.

A educação está associada ao aumento da capacidade produtiva dos indivíduos e à expansão das potencialidades das pessoas. É por isso que o crescimento econômico de longo prazo está relacionado ao nível educacional da população, e a distribuição dos benefícios desse crescimento depende em grande medida da disseminação da educação (CEPAL; PNUD; OIT, 2008, p. 42).

A primeira variável escolhida para representar Características educacionais, foi a Existência de adulto analfabeto. Conforme pode ser visto no Apêndice D, foram considerados como analfabetos aqueles indivíduos de 15 anos ou mais que não soubessem ler e escrever.

A idade de 15 anos foi delimitada conforme a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 de diretrizes e bases da educação nacional, que propõe a idade inicial e final para o ensino fundamental de 7 e 14 anos de idade respectivamente. A redação da referida Lei foi alterada pela Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, pela qual o ensino fundamental se inicia aos 6 anos de idade tendo nove anos de duração. Assim, se o indivíduo não se atrasar, com 15 anos já terá concluído o ensino fundamental. Esta foi a idade inicial aqui empregada para classificar o analfabetismo entre adultos¹⁹².

Ainda com base no Apêndice D, outra situação de privação é a existência de adulto que ainda não concluiu o ensino fundamental. Na definição de adulto com ensino fundamental incompleto, foi utilizado o mesmo critério da idade citado no parágrafo anterior.

A adaptação do IPM global feita para Minas Gerais, no sentido de considerar que, pelo menos, um membro do domicílio tenha menos de cinco anos de estudo para caracterizar uma situação de privação é justificável. Considerar que todos os moradores tenham menos de cinco anos de estudo é uma situação muito rigorosa para a realidade. No entanto, é mais razoável empregar oito anos de estudo que cinco, por ser um período suficiente para a conclusão do ensino fundamental em 2000 (ou para quase concluí-lo em 2010).

Além disso, no que diz respeito às crianças, há uma estreita relação entre a defasagem escolar e o trabalho infantil. “Some-se a isso o fato de que quase metade das crianças e adolescentes [...], especialmente nas famílias mais pobres, dedica uma boa parte do dia aos afazeres domésticos [...]” (CEPAL/PNUD/OIT (2008, p. 71). Desta forma, foram utilizadas duas variáveis específicas (Apêndice D): Crianças fora da escola e Crianças em defasagem escolar.

¹⁹² Este é o mesmo critério utilizado para a classificação de analfabetos na construção do IDH.

Para a construção da primeira variável, foi observado se a criança entre 6 e 14 anos de idade frequentava escola ou creche. Esta faixa etária foi definida também com base na Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, já citada.

Quanto ao segundo indicador básico, pela forma como foram coletadas as informações nos Censos, condizente com as mudanças na Lei de diretrizes e bases da educação, foram classificadas como em defasagem escolar as crianças entre 7 e 14 anos para o ano de 2000; e 6 e 14 anos de idade para o ano de 2010. No primeiro caso, a defasagem foi calculada pela diferença entre a idade e a série frequentada maior que seis. Assim, a criança com 7 anos de idade deveria cursar a antiga primeira série do ensino fundamental. Se fizer as progressões escolares corretamente consoantes com a idade, não haverá defasagem. No segundo caso, a defasagem foi caracterizada se a diferença entre a idade e a série fosse maior que cinco. Deste modo, com 6 anos de idade a criança deveria cursar o primeiro ano do ensino fundamental de maneira que com 14 anos cursaria o nono ano ou oitava série. Sobre esta situação de privação, segundo o documento da CEPAL/PNUD/OIT (2008, p. 43-44),

[...] a formação educacional dos jovens brasileiros ainda é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas: parcela relevante deles abandona os estudos definitivamente ou interrompe-os e os retoma mais tarde, o que causa irregularidade na educação — a defasagem escolar acaba sendo uma realidade para muitos.

Discutidas as Características educacionais, dois conjuntos de variáveis foram selecionados para caracterização da pobreza multidimensional em Minas Gerais referentes às Condições de moradia e Condições sanitárias e estão apresentados nos Apêndices E e F. De acordo com Doyal e Gough (1991), um ambiente físico saudável e adequado depende da oferta de água não contaminada, de serviços sanitários, de habitação satisfatória, de um meio ambiente sadio, entre outros fatores.

A incorporação destes grupos de variáveis também se justifica com base na determinação de moradias adequadas realizada pelo Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio dos anos de 2007 e 2010. Nestes relatórios, retratam-se como inadequadas, entre outros critérios, as habitações urbanas do tipo: sem água de rede geral canalizada; sem esgoto sanitário por rede geral ou fossa séptica; que não possuem área suficiente para morar, medida pelo adensamento excessivo, ou seja, domicílios com mais de três pessoas por cômodo servindo como dormitório; e que não possibilitam segurança de posse.

Além disso, foram considerados como em situação de moradia inadequada, os domicílios que não possuíam energia elétrica. No Censo de 2000, identificou-se como

iluminação elétrica aquela proveniente ou não de rede geral com ou sem medidor. Em 2010, a energia elétrica foi classificada como proveniente de companhia distribuidora ou outras fontes como eólica, solar, gerador, entre outras.

Nos grupos de indicadores básicos de Condições de moradia e de Condições sanitárias foram realizadas algumas adaptações para as áreas rurais. No caso da canalização da água, por exemplo, assim como fazem os relatórios¹⁹³, foi considerada a possibilidade de não haver canalização interna nas áreas rurais. O mesmo se aplicou para a procedência da água, uma vez que uma alternativa relativamente adequada para a zona rural seria considerar água proveniente de rede geral e de poço ou nascente.

Vale ressaltar que, foram incorporadas outras variáveis entendidas como relevantes, como a Ausência de sanitário e Destino inadequado no lixo, no segundo grupo de variáveis. A Ausência de sanitário é uma situação inadequada em qualquer parte. O mesmo se aplica ao Destino inadequado do lixo. Nesta última variável foi feita uma diferenciação para áreas rurais, por ser mais difícil haver coleta direta de lixo nestas regiões.

Estas variáveis sanitárias estão estreitamente relacionadas com as condições ambientais e de saúde. As situações sanitárias precárias, conforme os relatórios de acompanhamento dos ODMs dificultam o alcance do objetivo de garantir a sustentabilidade ambiental, tendo em vista a meta de diminuir pela metade¹⁹⁴, a proporção da população que não possui acesso à água potável e esgotamento sanitário.

Além disso, dada a carência de informações sobre saúde nos Censos utilizados, estas variáveis, também se traduzem em *proxies* para saúde. Isto porque, se constituem em informações relevantes para a indicação de insalubridade, que exprimem indiretamente a saúde dos indivíduos.

Segundo a síntese de indicadores sociais do IBGE (2012), para a análise das condições de vida, é importante a mensuração das condições habitacionais, que abrange desde o acesso ao saneamento até à posse de bens essenciais para o conforto e bem-estar das famílias. Por isso, foram selecionadas variáveis que representam Ausência de bens, conforme é demonstrado no Apêndice G. São elas: Ausência de geladeira, Ausência de máquina de lavar, Ausência de automóvel, Ausência de rádio, Ausência de televisor e Ausência de computador.

Quando os domicílios não estão equipados com esses bens, encontram-se em situações de privação. Isto possibilita uma análise do padrão de vida, uma vez que a existência destes bens envolve desde a conservação dos alimentos, lavagem de roupa, e ainda, o acesso à

¹⁹³ Relatórios de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

¹⁹⁴ Até 2015.

informação, cultura e entretenimento (IBGE, 2012). Esses bens são importantes, porque é inegável a melhora de bem-estar ao possuí-los, especialmente, quando se trata de caracterizar realidade de um estado da região Sudeste do Brasil, que possui uma elevada participação no PIB nacional.

O último grupo de indicadores selecionados foi nomeado de Saúde. Tais informações foram escolhidas também em concordância com a disponibilidade de dados em ambos os Censos, por isso, não foi utilizado um indicador que reflita diretamente o atendimento à saúde. As adaptações às variáveis que representam esta dimensão estão exibidas no Apêndice H.

Essas informações, em parte, se baseiam nos indicadores de direitos humanos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no relatório de 2008. Dentre estes, está a satisfação do mais alto padrão de saúde física e mental (ONU, 2008). Nesse sentido, o comprometimento mental e físico, implica em privações para o indivíduo e o coloca numa situação de vulnerabilidade. Por isso, foram incluídos os indicadores: Dificuldade para enxergar, Dificuldade para ouvir, Dificuldade para andar, Deficiência mental permanente e Óbito fetal.

No caso do indicador Óbito fetal, esta variável foi selecionada para demonstrar uma situação de privação e para refletir a qualidade do acesso aos serviços de saúde. Isto se relaciona tanto à saúde do feto, quanto à saúde da gestante. Para a criação desta variável, utilizou-se a existência de filhos nascidos mortos. Nos Censos, considerou-se como nascido morto, o filho resultante de sete meses ou mais de gestação e que, após o parto, não demonstrou evidência de vida. Este último indicador, diz respeito também à autonomia da mulher e se constitui em uma ameaça ao seu bem-estar físico. De alguma forma, ele reflete o esgotamento materno, nos termos discutido por Doyal e Gough (1991), que torna mãe e filhos vulneráveis.

Entende-se que estes indicadores básicos e estas dimensões, podem refletir o bem-estar multidimensional nos domicílios mineiros e podem ser aproveitados para a análise multidimensional no Brasil¹⁹⁵. Para uma representação completa da situação de pobreza, é interessante a incorporação direta de dimensões mais amplas como participação política e participação na comunidade. Contudo, estas dimensões não foram incluídas, neste trabalho por não estarem disponíveis nas bases de dados. Muitos autores não as utilizam, não por

¹⁹⁵ Para a análise da pobreza no Brasil, podem ser realizadas algumas adaptações.

considerarem que não são importantes, mas porque estas dimensões são difíceis de serem mensuradas.

Em suma, pode-se concluir que as dimensões Vulnerabilidade econômica, Condições ocupacionais, Características educacionais, Condições sanitárias, Condições de moradia, Ausência de bens e Saúde, refletem importantes privações e podem ser utilizadas no estudo da pobreza multidimensional. Essas dimensões possuem fundamentação teórica, são utilizadas recorrentemente pela literatura, fazem parte de recomendação de políticas e são úteis para representação da realidade estudada.

Após a apresentação da composição das dimensões escolhidas, o próximo passo é a realização das estimativas por meio da metodologia sugerida por Alkire e Foster para o estado de Minas Gerais. Isso será executado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

Estimativas e decomposições da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010

De acordo com o que foi visto, a pobreza permeia por múltiplos critérios de privação. Na perspectiva multidimensional, conforme foi apresentado nos Capítulos 1 e 2, a pobreza está relacionada a insuficiências no atendimento às necessidades humanas ou privação de capacitações básicas. Neste trabalho, foram exploradas as semelhanças destas duas grandes abordagens teóricas, necessidades humanas e capacitações, para a compreensão da pobreza multidimensional. Juntamente com estas abordagens, surgiram ferramentas metodológicas úteis para a mensuração da pobreza. Este é o caso a metodologia sugerida por Alkire e Foster (2007) discutida no Capítulo 3.

Trata-se de um padrão de medida que permite acomodar dados ordinais, como de fato ocorre com a maioria das informações básicas sobre pobreza multidimensional. Esta metodologia é factível, pois, funciona como uma alternativa às medidas unidimensionais, bem como, às medidas multidimensionais que podem superestimar ou subestimar a pobreza. Isto porque, a identificação dos pobres é realizada por meio de dois níveis de corte, e em adição, a medida de Alkire e Foster (2007) satisfaz os axiomas necessários de uma boa medida de pobreza, ressaltados no Capítulo 3.

Uma vez estabelecido o conceito de pobreza levando em consideração a sua complexidade, e selecionada uma metodologia adequada a este conceito, é possível realizar estimativas sobre pobreza multidimensional utilizando as bases de dados existentes – no caso deste estudo os microdados da amostra dos Censos do IBGE. Em virtude da carência de estudos que levam em conta o caráter multidimensional da pobreza e considerando que o estado de Minas Gerais é caracterizado por diversidades socioeconômicas, é útil estimar a pobreza multidimensional neste estado a fim de se traçar o perfil da pobreza existente.

Ademais, o estado de Minas Gerais se destaca por ter iniciado uma campanha de combate à pobreza multidimensional. Este estado, recentemente, em parceria com o PNUD passou a calcular oficialmente um índice de pobreza multidimensional e este trabalho visa colaborar de alguma forma para esta medida oficial; para outros padrões de medida que podem surgir; e para o enriquecimento do debate teórico e empírico sobre o tema.

5.1 Índices de pobreza multidimensional em Minas Gerais para os diferentes níveis de cortes dimensionais

A metodologia utilizada neste trabalho para a mensuração da pobreza multidimensional foi referenciada no Capítulo 3. Como foi discutido, esta metodologia é adequada à operacionalização das abordagens das necessidades humanas (Capítulo 1) e das capacitações (Capítulo 2), importantes na conceituação da pobreza multidimensional. De acordo com estas abordagens, a pobreza não se restringe às variáveis monetárias, como a mera insuficiência de renda (ou consumo), mas a um conjunto de critérios que limitam o bem-estar e a vida dos indivíduos e das famílias.

A renda e a pobreza monetária que está subjacente a ela, não representam fielmente o bem-estar das famílias. Os indivíduos são heterogêneos, vivem em regiões diferentes, possuem capacidades físicas distintas, e por isso, alguns podem precisar de mais recursos que outros para obterem os mesmos resultados, o que coloca em evidência a confiabilidade dos indicadores monetários e unidimensionais que tendem a homogeneizá-los. Ainda que alguns se baseiem no consumo, em vez da renda, não captam o bem-estar proveniente do autoconsumo ou dos bens¹⁹⁶ e serviços públicos.

Além disso, os indicadores monetários e o tratamento dos indivíduos como meros consumidores podem dar mais ênfase às necessidades providas por bens privados em detrimento dos próprios bens e serviços públicos. Ao mesmo tempo, isto pode induzir a uma desconsideração sobre a importância de políticas e provisão de bens e serviços públicos, pois, o diagnóstico e o prognóstico da pobreza estarão voltados essencialmente para a provisão de recursos monetários, quando as privações podem ser diversas e urgentes.

A pobreza inclui outras dimensões além da renda. Entretanto, vale lembrar que, a dimensão econômica também é relevante e não pode ser ignorada. Todos estes critérios precisam ser somados aos trabalhos acadêmicos e às estatísticas governamentais para que o problema da pobreza possa ser combatido.

Ao tomar a pobreza como multidimensional, a metodologia de Alkire e Foster é útil para a análise da pobreza porque permite a criação de um índice sintético (M_0) produto de dois outros índices: proporção de pobres (H) e intensidade da pobreza (A). A inclusão deste último é importante, pois por meio dele, o índice M_0 , pode, por exemplo, aumentar quando

¹⁹⁶ Trabalhos realizados com base em dados da POF, como o de Rodrigues (2014), podem levar em conta o autoconsumo das famílias rurais.

um domicílio se torna privado em um indicador básico no qual não era, e vice-versa. Esta é a propriedade de monotonicidade, apresentada no Capítulo 3.

Além disso, a metodologia possibilita a decomposição dos índices por subgrupos populacionais e por dimensão, o que possibilita traçar o perfil da pobreza, que por sua vez, é relevante para o planejamento de políticas públicas de combate à pobreza. Com o perfil da pobreza, é possível estabelecer o alcance das políticas. É preciso saber quem são os domicílios multidimensionalmente pobres para que as políticas cheguem até eles.

Trata-se de uma metodologia interessante. A simplicidade e transparência do método permitem ampla aplicação e possibilidade de comparação. A estimação dos índices de pobreza baseia-se em duplo corte, por meio do qual um domicílio é caracterizado como pobre com base em privações nos indicadores primários de pobreza e em um número mínimo de dimensões, o que impõe maior rigor na identificação dos pobres. Isso assegura robustez na definição do índice. Tudo isso foi aproveitado nesta tese para estimativa da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais, com toda a sua diversidade, iniciou o primeiro passo para o combate oficial à pobreza multidimensional por meio do diagnóstico sugerido pelo PNUD, conforme foi abordado no final do Capítulo 3 e no Capítulo 4. A partir de um acordo de colaboração com o PNUD, o estado calcula um índice de pobreza multidimensional similar ao criado pelo PNUD em 2010. Apesar disso, o índice precisa passar por adaptações para que possa refletir melhor a pobreza multidimensional.

Assim sendo, neste trabalho, optou-se por estimar a pobreza multidimensional para o referido estado com base em um conjunto mais amplo de dimensões. As dimensões foram selecionadas segundo as teorias discutidas; as recomendações de organismos internacionais; as adaptações ao IPM sugeridas por autores como Santos (2013)¹⁹⁷; a experiência de estudos anteriores; e a disponibilidade de dados na base de dados escolhida, isto é, os microdados da amostra dos Censos demográficos de 2000 e de 2010.

Como se constatou no Capítulo 4, os 33 indicadores primários ou variáveis básicas incorporados à análise foram escolhidos para representar sete dimensões, intituladas: Vulnerabilidade econômica, Condições ocupacionais, Características educacionais, Condições de moradia, Condições sanitárias, Ausência de bens e Saúde. Entende-se que estas dimensões podem representar a pobreza no estado de Minas Gerais.

¹⁹⁷ Sugestões abordadas no Capítulo 3.

No estudo empírico realizado por meio do presente trabalho, havia 615.101 observações amostrais domiciliares para o estado de Minas Gerais, o que corresponde à amostra do Censo de 2000. Dentre estas, foram utilizadas 606.120 informações válidas, isto é, sem *missing values*. É interessante notar que, neste ano, havia 4.837.296 domicílios em Minas Gerais, de acordo com os resultados da expansão para o universo, utilizando os pesos dos domicílios da amostra. Em 2010, haviam 6.111.179 domicílios no estado. A amostra do Censo correspondeu a 774.598 informações com *missing* e foram utilizadas 764.752 informações válidas para a análise estabelecida neste estudo¹⁹⁸. O número de domicílios utilizado nos Censos também pode ser conferido no Apêndice I.

Os indicadores (H , A e M_0) foram estimados primeiramente para o conjunto do estado de Minas Gerais. Em seguida foram calculados e decompostos por mesorregiões, microrregiões e municípios. Todas as estimativas foram realizadas com a utilização do programa *Stata 11*.

Para o conjunto do estado, estimaram-se estes indicadores para os diferentes níveis de corte (k) dimensionais. Conforme foi discutido na subseção 3.2.2.1 do Capítulo 3, não existe um nível de k pré-determinado, ou uma metodologia que permita determiná-lo objetivamente. Níveis de corte k mais elevados implicam menores possibilidades de privação. Isto pode ser observado na Tabela 4.

Com base na Tabela 4, o nível de $k = 1/6$ significa privação em pelo menos uma dimensão, cujo peso é $1/6$, tal como nos indicadores das dimensões de Condições ocupacionais ou Ausência de bens¹⁹⁹. O nível de $k = 1/5$, indica privação em dimensões como Condições de moradia ou Saúde. Por sua vez, um $k = 1/4$ indica que o domicílio esteja privado em alguma dimensão como Vulnerabilidade econômica ou Características educacionais. Já o nível de corte $k = 1/3$, pode relatar privação domiciliar na dimensão de Condições sanitárias, por exemplo.

Os demais níveis de corte revelam privações em um conjunto de variáveis que somam os valores determinados ($k = 1$, $k = 2$, $k = 3$, $k = 4$, $k = 5$, $k = 6$, $k = 7$). Enquanto o nível de $k = 1$ pode denotar privação em uma única dimensão completa (ou em várias desde que a soma dos indicadores básicos alcance o valor 1), o nível de corte $k = 7$ indica que o domicílio está privado em todas as dimensões analisadas. É notório que quando a estimativa baseia-se na privação apenas em uma dimensão, pode-se obter uma situação de superestimação da pobreza, ao passo que, a privação em todas as dimensões subestima a pobreza como um todo.

¹⁹⁸ Dados extraídos de tabulações simples e expandidas da amostra dos Censos demográficos de 2000 e 2010.

¹⁹⁹ Os pesos de todos os indicadores básicos foram apresentados no Quadro 1 (Capítulo 4).

Tabela 4 – Índice H , índice A , e índice de pobreza multidimensional (M_0) para Minas Gerais, estimados pela metodologia de Alkire e Foster para os diferentes valores de k (2000 – 2010)*.

	2000			2010		
	H	A	M_0	H	A	M_0
$k = 1/6$	0,990	0,220	0,217	0,972	0,170	0,165
$k = 1/5$	0,973	0,223	0,217	0,943	0,175	0,165
$k = 1/4$	0,966	0,224	0,217	0,920	0,178	0,164
$k = 1/3$	0,963	0,225	0,217	0,909	0,180	0,164
$k = 1$	0,690	0,275	0,190	0,537	0,239	0,128
$k = 2$	0,250	0,392	0,098	0,122	0,356	0,043
$k = 3$	0,071	0,514	0,037	0,016	0,485	0,008
$k = 4$	0,014	0,626	0,009	0,001	0,611	0,001
$k = 5$	0,001	0,744	0,001	0,000****	0,743	0,000*****
$k = 6$	0,000**	0,860	0,000***	0,000	0,000	0,000
$k = 7$	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

*Valores arredondados.

**0,0000003191.

***0,0000002746.

****0,00002552.

*****0,00001895.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Ao multiplicar por 100 os valores do índice H apresentados na Tabela 4, percebe-se que no ano de 2000, 99,0% dos domicílios estavam privados em, pelo menos, uma das variáveis com peso 1/6 (Condições ocupacionais ou Ausência de bens); 97,3% estavam privados em variáveis com peso 1/5 (Condições de moradia ou Saúde); 96,6% estavam privados em indicadores com peso 1/4 (Vulnerabilidade Econômica ou características educacionais); e da mesma forma, 96,3% encontravam-se privados em variáveis com peso 1/3 (Condições sanitárias), ou que somassem um peso de 1/3.

No ano de 2010, houve redução em todos os percentuais. A proporção de domicílios multidimensionalmente pobres privados em, pelo menos, uma variável com peso $k = 1/6$, passou para 97,2%, queda de 1,8 p.p. A incidência de domicílios privados em indicadores com nível $k = 1/5$ reduziu para 94,3%, redução de 3,0 p.p. Há que se destacar também que o percentual domicílios privados em variáveis com nível $k = 1/4$ diminuiu para 92,0%; e com nível $k = 1/3$ passou para 90,0%. Estas respectivas reduções foram de 4,7 p.p. e 5,4 p.p.

Em ambos os anos, a diminuição do percentual de domicílios privados é notável à medida que se aproxima do número total de dimensões (sete). Isto ocorre, porque o critério de

definição das privações torna-se mais rigoroso, quando é requerido que os domicílios estejam privados em mais dimensões (ou indicadores) para serem considerados pobres.

Assim, por meio do nível de corte $k = 1$ registrou-se que 69,0% dos domicílios, em 2000, eram multidimensionalmente pobres por estarem privados em indicadores que atingiram esta pontuação. Quando o nível de corte (k) aumentou para 2, a proporção de domicílios mineiros multidimensionalmente pobres foi de 25,0%. No nível $k = 6$, o percentual de pobreza multidimensional era de apenas 0,00003%. A partir do nível $k = 7$, não havia mais nenhum domicílio pobre, o que significa que nenhum domicílio em Minas Gerais estava privado em todas as dimensões estudadas no ano de 2000²⁰⁰ (Tabela 4).

Em 2010, quando o nível de corte foi $k = 1$, verificou-se que 53,7% dos domicílios eram pobres, o que representa uma diminuição de 15,3 p.p., em relação ao ano de 2000. Quando se aumentou o nível de corte dimensional para $k = 2$, a proporção de pobres multidimensionais passou para 12,2%, indicando uma diminuição de 12,8 p.p. No nível $k = 5$, a proporção de domicílios pobres diminuiu para 0,003% (em 2000, essa proporção era de 0,1% dos domicílios). A partir do nível $k = 6$, não foram identificadas privações. Isso quer dizer que nenhum domicílio pontuou um nível de privação maior ou igual a seis nas sete dimensões analisadas em 2010 (Tabela 4).

Outro índice que pode ser analisado por meio da Tabela 4 é o índice A . O índice A representa a intensidade das privações entre os pobres, e assim como o índice H , também pode ser multiplicado por 100 para a análise em percentual. É possível observar que, enquanto o índice H diminui quando são requeridas privações em um número maior de dimensões (o mesmo acontece com o índice M_0), o índice A se move em sentido contrário. O motivo disto é que os pobres terão mais privações à medida que k aumenta, ao mesmo tempo em que o número de pobres diminui. Vale advertir que, M_0 é menor que H , haja vista que leva em consideração também a intensidade da pobreza (A).

Nota-se que quando o nível de k foi igual a 1/6, o índice A reduziu 5,0 p.p. de 2000 (22,0%) em relação a 2010 (17,0%). Para o nível $k = 2$, a diminuição foi de 3,6 p.p., pois o índice passou de 39,2% em 2000 para 35,6% em 2010. Para o nível $k = 5$, o índice passou de 74,4% em 2000 para 74,3% em 2010, diminuição de 0,1 p.p. A partir do nível de corte dimensional igual a 6, a proporção de pobres próxima de zero resultou em um índice A de 86,0% em 2000. Em 2010, a proporção de pobres igual a zero determinou um índice A

²⁰⁰ É importante salientar que isto ocorre na amostra (expandida) dos Censos demográficos e não garante que o mesmo ocorra para o universo.

também igual a zero. Isso aconteceu porque não foi detectado nenhum domicílio pobre nesse nível de corte (Tabela 4).

Ainda com base na Tabela 4, é importante analisar o índice M_0 . Numa escala que varia entre 0 e 1 ele pode ser interpretado de maneira que, quanto mais próximo de 1 maior a situação de pobreza multidimensional. Esta é a medida mais importante de pobreza multidimensional, uma vez que reúne as duas medidas anteriores e atende aos axiomas requisitados em um índice de pobreza. O índice M_0 , com base nas dimensões incorporadas por este trabalho, pode ser entendido como equivalente ao IPM.

A Tabela 4 revela que, em 2000, o índice M_0 registrou uma pobreza multidimensional de 0,217 em Minas Gerais para o nível de corte $k = 1/6$. Em 2010 o índice foi reduzido para 0,165, expressando uma diminuição da pobreza em 0,052, conforme a variação absoluta²⁰¹. Ao variar o k mantendo-se o ano, nos demais níveis de corte fracionários, o índice M_0 alterou-se muito pouco. Em contrapartida, o índice variou mais de um ano para o outro como foi confirmado para o nível de corte $k = 1/6$.

Ao estabelecer um nível de $k = 1$, o índice M_0 atingiu 0,190 em 2000 e 0,128 em 2010, o que demonstra uma redução de 0,062, de acordo com a variação absoluta. No nível de corte igual a 2, o índice evidenciou uma pobreza de 0,098, em 2000 e de 0,043 em 2010, o que aponta para uma diminuição de 0,055, segundo a variação absoluta. No nível $k = 3$, foi registrado um índice M_0 de 0,037 em 2000 e de 0,008 em 2010 (diminuição de 0,029) (Tabela 4).

Em virtude da proporção de pobres multidimensionais próxima de zero ou igual a zero, a partir do nível de corte $k = 5$, o índice M_0 reduziu-se consideravelmente (0,001 em 2000 e 0,00001895 em 2010) até se tornar próximo de zero no nível de corte $k = 6$ em 2000 e igual a zero para o mesmo nível de corte em 2010, bem como, no próximo nível de corte $k = 7$ em ambos os anos analisados. Isto implica que para estes níveis não havia domicílios em situação de pobreza multidimensional em Minas Gerais²⁰².

A escolha do nível de corte k é arbitrária. Apesar disso, a análise da sensibilidade dos índices aos diferentes níveis de k fornece ao pesquisador uma boa visão sobre o comportamento da pobreza, de maneira que, pode ser escolhido o nível que melhor represente a realidade analisada.

²⁰¹ (Índice de 2010 - Índice de 2000). O resultado foi multiplicado por -1 para análise.

²⁰² Chama-se atenção novamente para o fato de que isso ocorre com base na amostra realizada pelo IBGE, mas não garante que o mesmo ocorra para o universo da população.

Segundo Alkire e Santos (2010), é possível considerar um domicílio pobre desde que ele esteja privado em qualquer um dos indicadores. Porém, isso pode não representar a pobreza. Por exemplo, uma família com um indivíduo que prefere lavar roupas a mão, a usar a máquina de lavar estaria em situação de privação, mas talvez não devesse ser considerada como pobre, já que se trata de uma preferência.

Outra forma de escolher o nível de corte k , seria exigir que o domicílio fosse privado em todos os indicadores. Segundo Alkire e Santos (2010), esta situação parece muito exigente e desconsideraria um domicílio privado em grande parte dos indicadores, mas não em todos, colocando-o em uma situação de não pobreza. Nesse sentido, justifica-se mais uma vez a necessidade de requerer que o domicílio esteja privado em alguns indicadores ou dimensões ao mesmo tempo para ser multidimensionalmente pobre.

Autores como Batana (2008) e Santos e Roche (2012) utilizaram uma justificativa intuitiva e aceitável do ponto de vista normativo para a escolha do nível de corte dimensional. No caso da presente tese, é possível observar que o nível de corte igual a 1 seria rigoroso a tal ponto que a proporção de pobres (H) em 2000 alcançou 69,0% e em 2010, 53,7%, o que tende a superestimar a pobreza, visto que basta estar privado em uma dimensão completa ou pontuar em diferentes dimensões a soma igual 1 para ser considerado pobre multidimensional. Como relatado, este nível de privação alcançado pode ser por preferência ou situação adaptativa²⁰³.

Já o nível de corte igual a 3 implicou numa incidência da pobreza de 7,1% em 2000 e 1,6% em 2010. Da mesma forma, este nível pode desconsiderar muitas famílias em situação de real privação que poderiam forçadamente ser colocadas em situação de não privação. Daí encontra-se a razoabilidade do nível de corte $k = 2$ para Minas Gerais nas dimensões e anos estudados.

Desta maneira, a análise dos índices com base nos diferentes níveis de corte, comprova alguma razoabilidade para a utilização do nível de corte $k = 2$ para o estudo da pobreza no estado de Minas Gerais. Isto porque, a incidência da pobreza foi registrada em 25,0% em 2000 e 12,2% em 2010. Além disso, a intensidade da pobreza alcançou 39,2% em 2000 e 35,6% em 2010. Por fim, o índice M_0 foi estimado em 0,098 em 2000 e 0,043 em 2010.

Um $k = 2$ significa privação em 28,6% das dimensões, em um total de sete. A privação em 28,6% das dimensões também se assemelha ao nível de corte utilizado pelo IPM do

²⁰³ Esta é uma importante vantagem da análise multidimensional, especialmente com base na metodologia adotada por este trabalho. Ela está sujeita a menor margem de erro em virtude de situações como esta. Isto não se aplica à análise unidimensional.

PNUD, segundo o qual, as famílias precisam estar privadas em 30% dos indicadores para serem consideradas pobres.

5.2 Índices de pobreza multidimensional nas mesorregiões mineiras

Utilizando um nível de corte dimensional igual a dois, foram estimados os índices de pobreza multidimensional para as 12 mesorregiões de Minas Gerais. Os resultados estão apresentados no Gráfico 4.

O índice M_0 é o índice que mais interessa na análise da pobreza por se tratar do produto dos dois anteriores (H e A) e por expressar a real condição de bem-estar das famílias em termos de suas necessidades e suas capacitações básicas, limitada pela abrangência dos indicadores aqui utilizados. Por este motivo, optou-se por enfatizar a análise deste índice. Os demais podem ser acessados no Apêndice J.

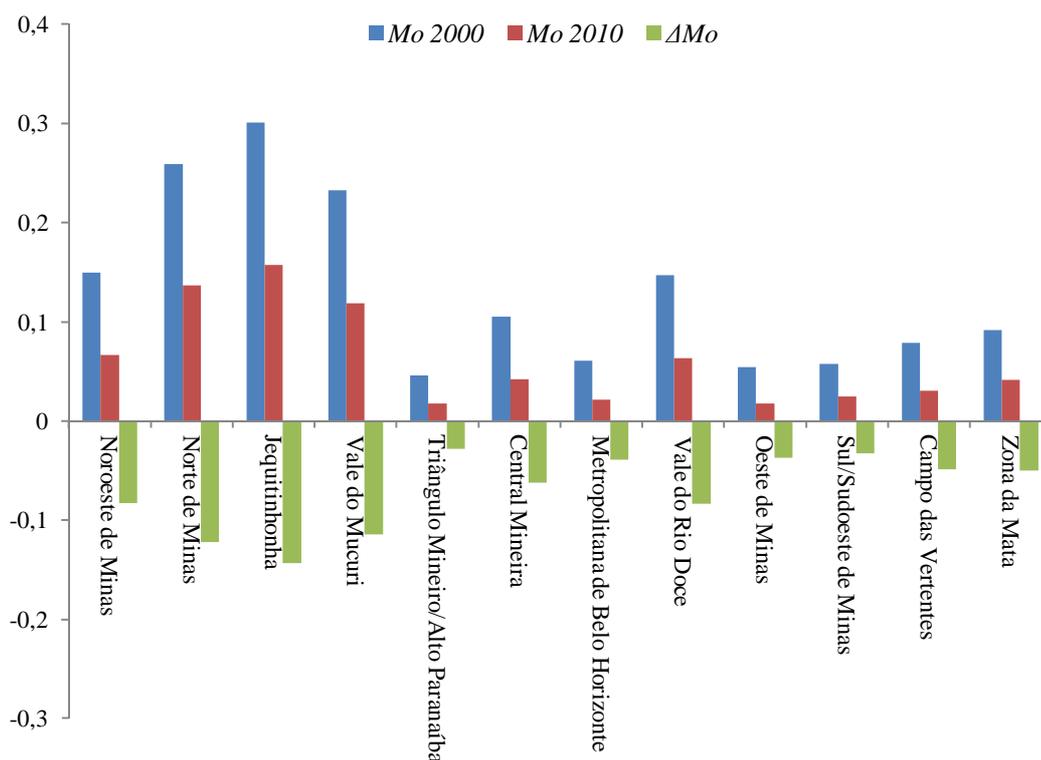


Gráfico 4 – Índices de pobreza multidimensional e suas variações por mesorregião de Minas Gerais (2000 – 2010) para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Os menores índices de pobreza multidimensional em 2000 foram identificados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,046), seguido do Oeste de Minas (0,055), Sul/Sudoeste de Minas (0,057) e mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (0,061). Neste mesmo ano,

os maiores índices domiciliares estavam no Jequitinhonha (0,301), Norte de Minas (0,259) e Vale do Mucuri (0,233).

No ano de 2010, os menores índices foram observados nesta ordem: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,018), Oeste de Minas (0,018), mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (0,022) e Sul/Sudoeste de Minas (0,024). Vale observar que neste ano, o índice da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte foi menor que o da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Com relação aos maiores índices, novamente foram identificados no Jequitinhonha (0,158), Norte de Minas (0,137) e Vale do Mucuri (0,119).

Houve reduções em todos os índices. A variação absoluta, obtida para a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi de 0,028²⁰⁴, ao passo que para as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas foram respectivamente de 0,039, 0,037 e 0,033. Por sua vez, as variações alcançadas pelas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri registraram uma diminuição de M_0 de respectivamente: 0,143; 0,122; e 0,114.

É preciso destacar que, apesar da variação absoluta dos índices nestas três últimas mesorregiões ser superior à variação apresentada para as quatro primeiras, nas primeiras os índices já baixos caíram em mais da metade, enquanto nas últimas os índices mais elevados caíram em menos que a metade. De uma maneira ou de outra, a redução nos índices das mesorregiões mais pobres pode apontar que algumas políticas públicas já alcançaram estas localidades. Isso denota uma diminuição da distância entre as mesorregiões mais pobres e menos pobres.

Entretanto, é necessário um esforço ainda maior, com base em um diagnóstico multidimensional, para a melhoria de bem-estar das famílias afetadas pela pobreza. Este é um importante aspecto para os formuladores de políticas, pois, esta assimetria ainda é alta e deve ser levada em conta ao projetar políticas públicas. Provavelmente isto deve ser em parte, proveniente das heterogeneidades econômicas destas mesorregiões.

Os índices M_0 para as mesorregiões também podem ser visualizados na Tabela 5. Nesta mesma tabela, se apresentam os intervalos de confiança²⁰⁵ para as estimativas do indicador de pobreza multidimensional (M_0).

²⁰⁴ Valores obtidos ao multiplicar as variações apresentadas no Gráfico 4 por -1.

²⁰⁵ Os intervalos de confiança foram estimados por meio do programa Stata, através do comando *svy mean*. O comando utiliza o método de linearização de Taylor para estimar os intervalos de confiança. Isto porque, trata-se de um plano amostral complexo e o método de linearização fornece uma aproximação linear para estimadores não lineares através da série de Taylor (expansão de uma função analítica em torno de um ponto, assumindo um valor qualquer). O comando utiliza por *default* o nível de confiança de 95%. Baseando-se no pressuposto do Teorema do Limite Central, de que quando uma amostra aumenta a distribuição amostral de sua média se

Assim sendo, é possível compreender a confiabilidade das estimativas de M_0 . Como os intervalos de confiança, assim como os erros, para as mesorregiões mineiras são pequenos, conclui-se que as estimativas podem ser confiáveis. Em 2000, O maior erro de estimativa de M_0 foi averiguado na mesorregião Central Mineira (2,86%); e o menor erro estava na mesorregião Norte de Minas (0,86%). Em 2010, o menor erro de estimativa foi notado no Norte de Minas (1,14%); e o maior erro foi verificado para o M_0 da mesorregião Oeste de Minas (4,31%) (Tabela 5).

Em 2000, houve sobreposição dos índices dentro dos intervalos de confiança estimados para as mesorregiões Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas. O mesmo aconteceu entre as mesorregiões Noroeste de Minas e Vale do Rio Doce. Em 2010, os intervalos de confiança apontaram para uma possível coincidência dos índices nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e Oeste de Minas; Zona da Mata e Central Mineira; e Vale do Rio doce e Noroeste de Minas. Isto pode ser conferido observando os intervalos de confiança apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Intervalos de confiança dos índices M_0 e *ranking* das mesorregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

Mesorregião	2000						2010			
	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 inferior	M_0 Superior	M_0 erro (%)
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1	0,0460	0,0450	0,0469	2,07	1	0,0176	0,0171	0,0182	3,17
Oeste de Minas	2	0,0545	0,0530	0,0560	2,73	2	0,0177	0,0170	0,0185	4,31
Sul/Sudoeste de Minas	3	0,0607	0,0600	0,0613	1,56	4	0,0215	0,0211	0,0219	2,14
Metropolitana de Belo Horizonte	4	0,0573	0,0564	0,0582	1,12	3	0,0245	0,0239	0,0250	1,89
Campo das Vertentes	5	0,0790	0,0768	0,0813	2,84	5	0,0303	0,0290	0,0315	4,08
Zona da Mata	6	0,0916	0,0905	0,0928	1,29	6	0,0417	0,0410	0,0425	1,80
Central Mineira	7	0,1049	0,1019	0,1079	2,86	7	0,0424	0,0407	0,0441	4,02
Vale do Rio Doce	8	0,1470	0,1452	0,1488	1,20	8	0,0636	0,0626	0,0646	1,60
Noroeste de Minas	9	0,1494	0,1456	0,1533	2,58	9	0,0663	0,0640	0,0687	3,58
Vale do Mucuri	10	0,2329	0,2288	0,2370	1,75	10	0,1187	0,1159	0,1214	2,32
Norte de Minas	11	0,2589	0,2566	0,2611	0,86	11	0,1368	0,135	0,138	1,14
Jequitinhonha	12	0,3010	0,2978	0,3042	1,07	12	0,1576	0,155	0,160	1,52

*Valores dos intervalos de confiança arredondados.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

aproxima de uma distribuição normal, supôs-se uma distribuição normal. Em uma distribuição normal padrão, um $z = 1,96$ corresponde a área de 0,975 em uma curva normal. Para calcular o limite superior e o limite inferior do intervalo de confiança foram utilizadas matrizes de retorno. O erro relativo foi calculado da seguinte forma: [(Limite superior – Valor da estimativa) / Valor da estimativa] x 100.

Os intervalos de confiança evidenciam a diminuição dos índices de 2000 em relação a 2010. Isto porque, ao comparar os resultados para os dois anos, não houve sobreposição de intervalos, ou seja, os limites superiores das estimativas para 2010 foram mais baixos aos limites inferiores das estimativas para 2000. Isso equivale aproximadamente a uma rejeição da hipótese nula de que os indicadores são iguais, em favor da hipótese alternativa de que os indicadores são distintos entre 2000 e 2010. Os índices de 2010, e seus intervalos de confiança, reduziram muito além dos intervalos de confiança dos índices de 2000 em todas as mesorregiões.

Quanto ao *ranking* das mesorregiões, houve uma breve alteração. Esta alteração se deu entre as posições ocupadas pelo Sul/Sudoeste de Minas (3º posição em 2000 e 4º posição em 2010) e a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (4º posição em 2000 e 3º posição em 2010).

A análise por mesorregiões permitiu concluir que a pobreza multidimensional em Minas Gerais é mais grave nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri. Da mesma forma, concluiu-se que a pobreza multidimensional é menos grave na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte e Sul/Sudoeste de Minas.

Uma análise da pobreza multidimensional em Minas Gerais por regiões do planejamento, realizada por Costa e Costa (2014), revelou uma concentração da pobreza no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha/Mucuri e menor concentração na região Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo, Centro Oeste e Sul. A análise realizada por esta tese trata de mesorregiões, no entanto, é possível estabelecer pontos em comum com o estudo de Costa e Costa (2014), principalmente, no que diz respeito às localidades em que a pobreza multidimensional é mais preocupante no estado.

Isso confirma que estas regiões precisam de maior atenção em termos de políticas públicas para o atendimento às necessidades das famílias que as compõem. Como o índice aqui estimado representa as teorias discutidas nos Capítulos 1 e 2, então, ele reflete privações das famílias mineiras. Significa dizer que as famílias mineiras residentes nas regiões em que a pobreza multidimensional é mais elevada estão sujeitas a maiores privações em termos de necessidades e capacitações básicas. Para o alcance do desenvolvimento humano é preciso que estas privações sejam superadas. Os resultados apontam para a redução das assimetrias entre as mesorregiões, o que diminui as desvantagens relativas das mesorregiões mais pobres.

Contudo, seus indicadores ainda são considerados elevados, quando comparados aos índices das mesorregiões menos pobres.

Em adição, ainda que por meio desta tese pretenda-se desvincular-se do conceito de pobreza unidimensional, o índice M_0 em questão, foi comparado com algumas estimativas de pobreza monetária no intuito de definir suas similaridades e divergências. A pobreza unidimensional foi computada por meio do *head count ratio* que corresponde ao FGT (0). Assim como o índice H , o índice FGT (0) unidimensional corresponde à incidência da pobreza (vide Subseção 3.2.1.2 do Capítulo 3). Neste caso, significa o número de pobres com renda inferior a linha de pobreza dividido pelo total da população. Para a identificação dos pobres foram utilizadas as mesmas linhas de pobreza descritas na Subseção 4.3.2 do Capítulo 4 e apresentadas no Apêndice A, empregadas na criação do indicador de Pobreza monetária.

Entre as mesorregiões, foi possível detectar uma forte correlação entre o índice M_0 e a proporção de pobres unidimensional. Em 2000, o resultado da correlação de Spearman²⁰⁶ (correlação de ordem) foi de 0,923, o que sugere que as mesorregiões não apresentaram grandes diferenças quanto ao *ranking* global de acordo com os dois indicadores. Em 2010, a correlação de Spearman demonstra perda de ordenação dos dois índices, pois o coeficiente diminuiu para 0,853, valor menor que o de 2000, mas ainda considerado elevado para o ordenamento das mesorregiões. Isso significa que as mesorregiões multidimensionalmente pobres e unidimensionalmente pobres estão ordenadas praticamente da mesma forma, havendo leves diferenças.

Para comparação, pode-se relacionar a proporção de pobres multidimensional estimada pelo índice H com a proporção de pobres unidimensional. Como já foi apresentado o índice M_0 para as mesorregiões, com este exercício, pretende-se apenas verificar o alcance das duas proporções, já que a proporção de pobres sozinha não atende ao axioma da monotonicidade.

Com base nos resultados da proporção de pobres unidimensional²⁰⁷, que podem ser conferidos no Gráfico 5 e também no Apêndice J (FGT_0 renda), percebe-se que em 2000, a maior dispersão dos dados se deu nos índices da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte que tinha proporção de pobres unidimensional relativamente alta (26,0%) e mais

²⁰⁶ Trata-se de um coeficiente de correlação adequado para se observar o ordenamento dos dados e não o seu valor intrínseco. Quanto o coeficiente de correlação de Spearman é igual a 1 significa que as variáveis em questão possuem o mesmo ordenamento. Por sua vez, se o coeficiente for igual a 0, isto indica que as variáveis estudadas são completamente independentes em termos de ordenamento. Nesta tese a correlação de Spearman foi estimada por meio do comando *spearman* do Stata.

²⁰⁷ A proporção de pobres unidimensional em Minas Gerais como um todo, em 2000, foi estimada em 25,42%. Em 2010, esta proporção diminuiu para 13,32%. Estes percentuais também foram estimados com base nas linhas de pobreza citadas para a criação do indicador básico Pobreza monetária (vide Apêndice A).

baixo índice H (16,6%). Este resultado sugere que na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, embora houvesse significativa pobreza unidimensional, havia melhor situação de desenvolvimento das famílias comprovada pelos demais indicadores utilizados nesta análise.

As demais mesorregiões alteraram muito pouco seu posicionamento em relação aos dois indicadores. As mesorregiões do Vale do Mucuri, Norte de Minas e Jequitinhonha, possuíam o mesmo posicionamento nos dois índices. As respectivas proporções de pobres multidimensionais eram de: 53,7%, 59,3% e 66,7%; enquanto as respectivas proporções de pobres unidimensionais alcançaram: 39,1%, 42,6% e 45,2%, o que demonstra proporções de pobres multidimensionais superiores.

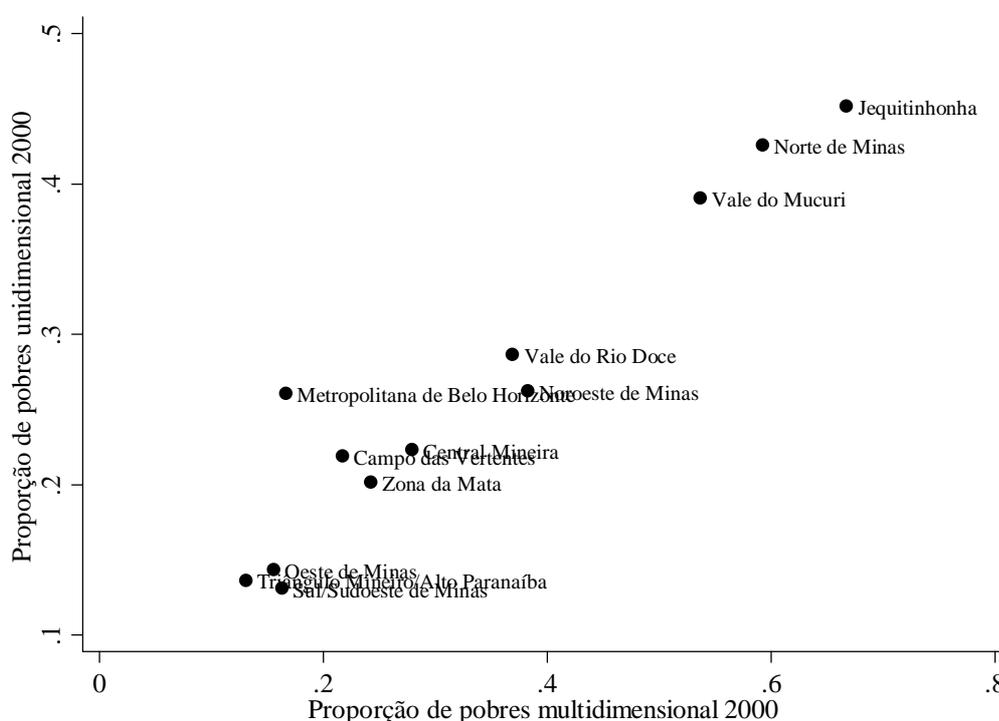


Gráfico 5 – Diagrama de dispersão das mesorregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2000.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Em 2010, vale a mesma observação para a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, cujos índices também possuíam maior dispersão que os das demais mesorregiões (Gráfico 6). Neste ano, a proporção de pobres unidimensional nesta mesorregião foi de 14,1%, ao passo que a proporção de pobres multidimensional foi de 6,3%. É interessante notar que assim como a proporção de pobres multidimensional e o índice M_0 , a proporção de pobres unidimensional diminuiu em todo estado em relação a 2000.

O posicionamento das mesorregiões mais pobres permaneceu o mesmo. A mesorregião do Vale do Mucuri possuía uma proporção de pobres multidimensional de 31,5% e uma proporção de pobres unidimensional de 20,8%. Os respectivos percentuais para a mesorregião Norte de Minas, foram de 36,4% e 21,5%. Na mesorregião do Jequitinhonha, a incidência da pobreza alcançou respectivas proporções de 41,4% e 24,5% em 2010 (Gráfico 6).



Gráfico 6 – Diagrama de dispersão das mesorregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2010.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Na comparação com a pobreza unidimensional que é majoritariamente utilizada, percebe-se que há pouca divergência no ordenamento das mesorregiões. O ordenamento dos indicadores pelas duas óticas (unidimensional e multidimensional) é parecido. Todavia, isto não quer dizer que a análise multidimensional não tenha nada a acrescentar. Pelo contrário. Ao comparar apenas as proporções, com exceção da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a proporção de pobres multidimensional foi muito superior a unidimensional.

Assim como Costa e Costa (2014), que fizeram um exercício entre a pobreza multidimensional e a pobreza por renda, neste trabalho pode-se concluir que os indicadores não coincidem, sendo os índices multidimensionais, na maioria dos casos, superiores aos primeiros. O fato dos índices de pobreza multidimensional serem maiores que os índices

unidimensionais sugere que é necessário um volume maior de recursos para atendê-los além de requerer uma maior atenção em termos de políticas públicas. Isto reafirma a incompatibilidade entre a mensuração da pobreza em um único espaço e a medida multidimensional, o que justifica a junção de múltiplas dimensões ao estudo da pobreza.

5.3 Índices de pobreza multidimensional nas microrregiões de Minas Gerais

Finalizada a apresentação dos índices por mesorregião, cabe analisá-los por microrregião de Minas Gerais. Entende-se que este tipo de análise tem acrescentar por se tratarem de informações desagregadas. Da mesma forma que as mesorregiões, foram apresentados os índices M_0 para o nível de corte $k = 2$. Os demais índices (H e A) podem ser conferidos no Apêndice K.

Por meio do Gráfico 7, verificam-se as estimativas do índice M_0 para as 66 microrregiões de Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010. Estas estimativas também podem ser conferidas na Tabela 6.

Em 2000, os menores índices de pobreza multidimensional estavam nas microrregiões de Uberaba (0,029), Uberlândia (0,034), Divinópolis (0,036), Juiz de Fora (0,040) e Poços de Caldas (0,042). Os maiores índices foram encontrados nas microrregiões de Grão Mogol (0,380), Araçuaí (0,351), Salinas (0,342), Peçanha (0,342) e Januária (0,337).

Com a exceção de Juiz de Fora que se localiza na mesorregião da Zona da Mata, os dados revelam que as demais microrregiões menos pobres estão localizadas nas mesmas mesorregiões menos pobres mencionadas na Seção 5.2. São elas: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberaba e Uberlândia), Oeste de Minas (Divinópolis) e Sul/Sudeste de Minas (Poços de Caldas). O mesmo aconteceu com as microrregiões mais pobres do estado. Com exceção da microrregião de Peçanha que está situada na mesorregião do Vale do Rio Doce, as demais se situam nas mesorregiões do Norte de Minas (Grão Mogol, Salinas e Januária) e Jequitinhonha (Araçuaí).

O Gráfico 7 ilustra ainda, o comportamento do índice M_0 quanto às microrregiões mineiras no ano de 2010. A medida de pobreza multidimensional M_0 , revela que, em 2010, as microrregiões em melhores condições de vida no estado de Minas Gerais eram: Uberaba (0,011), Divinópolis (0,012), Uberlândia (0,013), Araxá (0,015) e Passos (0,016).

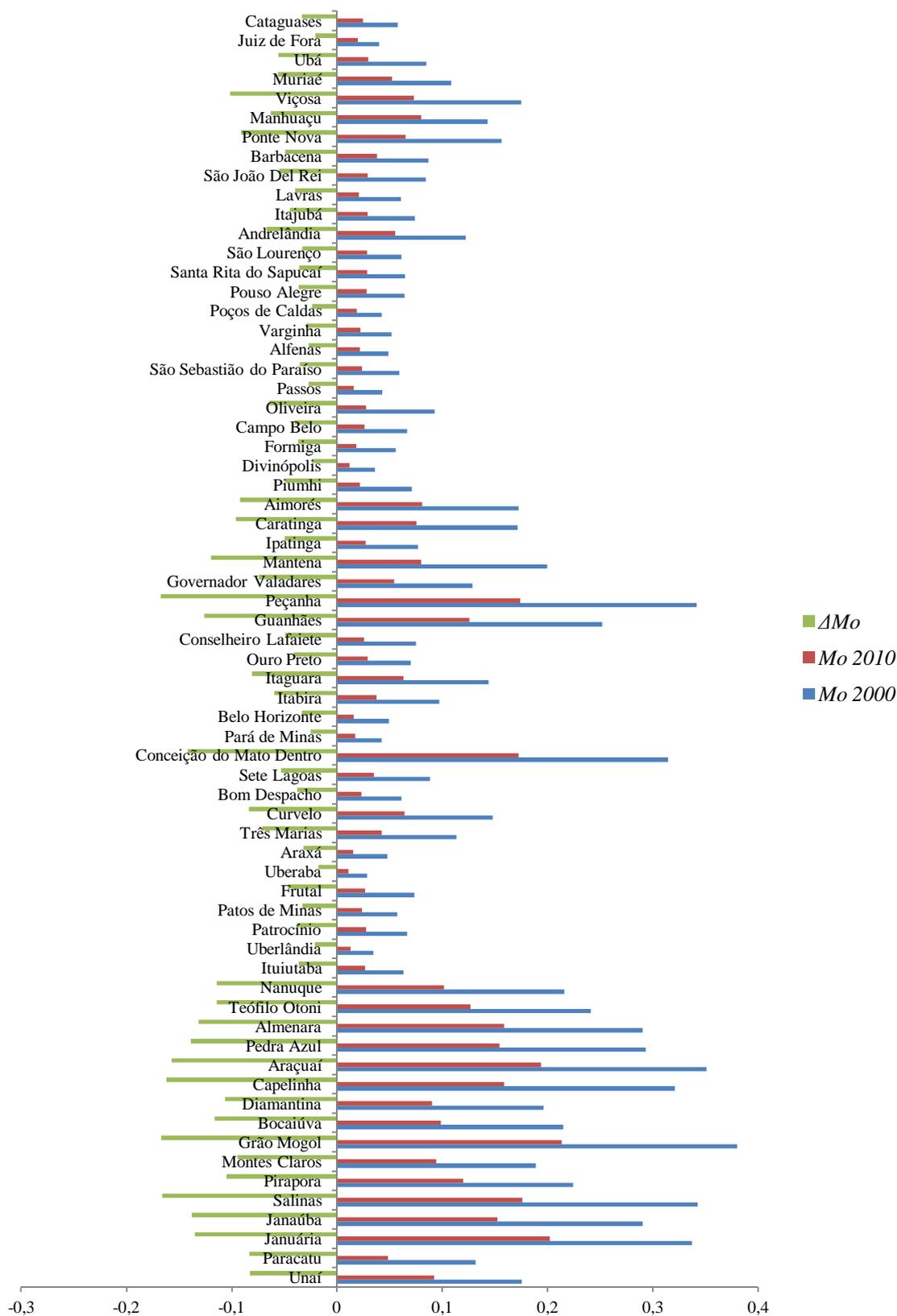


Gráfico 7 – Índices de pobreza multidimensional e suas variações por microrregião de Minas Gerais (2000 – 2010) para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

As microrregiões mais pobres de Minas Gerais em 2010 foram: Grão Mogol (0,213), Januária (0,202), Araçuaí (0,194), Salinas (0,176) e Peçanha (0,174). Estes índices também podem ser conferidos na Tabela 6.

Novamente, as melhores condições de vida em termos de capacitações básicas e necessidades satisfeitas medidas pelo índice M_0 estavam situadas nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberaba, Uberlândia e Araxá), Oeste de Minas (Divinópolis), e Sul/Sudoeste de Minas (Passos). Da mesma forma, os maiores índices foram evidenciados no Norte de Minas (Grão Mogol, Januária e Salinas), Jequitinhonha (Araçuaí) e Vale do Rio Doce (Peçanha).

Enfatizando-se o índice M_0 , é possível caracterizar a pobreza em Minas Gerais de acordo com as microrregiões nas suas mesorregiões correspondentes. Podem-se identificar as mesorregiões no eixo vertical do Gráfico 6 partindo-se da origem conforme a ordem estabelecida e a contagem apresentada na Tabela 2 (Subseção 4.2.1 do Capítulo 4). A distribuição das microrregiões segundo as mesorregiões também pode ser vista no Apêndice I.

Entre as duas microrregiões localizadas na mesorregião Noroeste Minas (Unaí e Paracatu), percebe-se que Unaí caracterizou-se por um índice de pobreza multidimensional (0,175 em 2000 e 0,092 em 2010) maior que Paracatu (0,132 em 2000 e 0,048 em 2010) em ambos os anos. Já entre as sete microrregiões do Norte de Minas (Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva), a que apresentou maior índice foi Grão Mogol (M_0 de 0,380 em 2000 e 0,213 em 2010). Enquanto isso, a microrregião que apresentou o menor índice foi Montes Claros (M_0 de 0,189 em 2000 e 0,094 em 2010).

Entre as cinco microrregiões situadas no Jequitinhonha (Diamantina, Capelinha, Pedra Azul, Araçuaí e Almenara), a análise de M_0 atestou que Araçuaí era aquela que possuía o maior índice de pobreza multidimensional tanto em 2000 (0,351) quanto em 2010 (0,194). O menor índice foi encontrado na microrregião de Diamantina (0,196 em 2000 e 0,090 em 2010). No Vale do Mucuri, formado pelas microrregiões Teófilo Otoni e Nanuque, os índices de Teófilo Otoni (0,241 em 2000 e 0,127 em 2010) superaram os de Nanuque (0,216 em 2000 e 0,102 em 2010) nos dois anos considerados.

Das sete microrregiões localizadas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá), o maior resultado em 2000 se deu na microrregião de Frutal, com um índice de 0,074 (índice de 0,027 em 2010). Em contrapartida, em 2010 o maior índice foi especificado na microrregião de Patrocínio, com índice de 0,028 (índice de 0,066 em 2000). Ainda assim, os índices destas duas microrregiões são distintos dos resultados já apresentados para as demais, demonstrando que a pobreza

multidimensional é um problema muito maior nas microrregiões referenciadas anteriormente. Em ambos os anos, a pobreza multidimensional foi menor na microrregião de Uberaba, com índices de 0,029 em 2000 e 0,011 em 2010.

A mesorregião Central Mineira é formada por três microrregiões: Três Marias, Curvelo e Bom Despacho. Nos dois anos, o índice M_0 foi mais acentuado em Curvelo (0,148 em 2000 e 0,064 em 2010), e menor, na microrregião de Bom Despacho (índice de 0,061 no ano de 2000 e 0,023 no ano de 2010).

Já na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, composta por oito microrregiões (Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro, Pará de Minas, Belo Horizonte, Itabira, Itaguara, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete), o menor índice de pobreza multidimensional, em 2000, estava na microrregião de Pará de Minas, com um M_0 de 0,043 (0,018 em 2010). Em 2010, o menor índice foi observado na microrregião de Belo Horizonte, cujo, M_0 era de 0,016 (0,049 em 2000). Por sua vez, os maiores índices tanto em 2000 (0,314) quanto em 2010 (0,173) foram observados na microrregião de Conceição do Mato Dentro. É necessário chamar a atenção para a discrepância entre os índices destas duas últimas microrregiões, pois, o último se aproxima daqueles estimados para as microrregiões em que a pobreza é mais alarmante no estado.

As microrregiões de Guanhães, Peçanha, Governador Valadares, Mantena, Ipatinga, Caratinga e Aimorés, compõem a mesorregião do Vale do Rio Doce. Dentre elas, Peçanha era a possuía o maior índice de pobreza multidimensional em ambos os anos (0,342 em 2000 e 0,174 em 2010). O menor índice foi evidenciado na microrregião de Ipatinga (0,077 em 2000 e 0,027 em 2010). A divergência entre o índice de Peçanha e Ipatinga aponta entre outras coisas, para a diversidade nesta mesorregião, que abriga, ao mesmo tempo, índices menores e altos índices, quando comparados aos das demais mesorregiões.

Na mesorregião Oeste de Minas, composta por Piumhi, Divinópolis, Formiga, Campo Belo e Oliveira, o menor índice de pobreza multidimensional foi observado em Divinópolis (0,036 em 2000 e 0,012 em 2010). O maior índice foi verificado em Oliveira (0,093 em 2000 e 0,028 em 2010).

Na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, formada por dez microrregiões (Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, Andrelândia e Itajubá), o maior índice se deu na microrregião de Andrelândia, com M_0 de 0,122 em 2000 e 0,055 em 2010. O menor índice em 2000 foi percebido em Poços de Caldas (0,042 em 2000 e 0,019 em 2010). Já em 2010, o menor índice

da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas foi detectado na microrregião de Passos (0,016 no ano de 2000 e 0,043 no ano de 2010).

Entre as microrregiões de Lavras, São João Del Rei e Barbacena, situadas na mesorregião Campo das Vertentes, Lavras possuía os menores índices (0,061 em 2000 e 0,021 em 2010), enquanto Barbacena abrigava os maiores (0,087 em 2000 e 0,038 em 2010).

Por fim, na mesorregião da Zona da Mata composta por sete microrregiões (Ponte Nova, Manhuaçu, Viçosa, Muriaé, Ubá, Juiz de Fora e Cataguases), o menor índice M_0 se deu em Juiz de Fora (0,040 no ano de 2000 e 0,020 no ano de 2010) em ambos os anos. O maior índice em 2000 foi verificado em Viçosa (0,175 no ano de 2000 e 0,073 no ano de 2010). Em 2010, o maior indicador foi estimado para a microrregião de Manhuaçu (0,143 em 2000 e 0,080 em 2010).

Assim como nas mesorregiões, houve diminuição da pobreza multidimensional de 2010 em relação a 2000 em todas as microrregiões de Minas Gerais. O Gráfico 7 apresenta estas informações em termos de variação absoluta, que pode ser multiplicada por -1 para a análise.

Podem-se destacar as variações absolutas dos índices de pobreza multidimensional das microrregiões de Uberaba (0,017), Juiz de Fora (0,021), Uberlândia (0,021), Poços de Caldas (0,023) e Divinópolis (0,024). Essas variações contrastam, por exemplo, com os resultados encontrados para Peçanha (0,167), Grão Mogol (0,167), Salinas (0,166), Capelinha (0,162) e Araçuaí (0,157), em que a variação absoluta foi maior. Isso significa uma diminuição da distância entre as microrregiões mais pobres e menos pobres. Em contrapartida, assim como nas mesorregiões, percebe-se que nas microrregiões com menores índices M_0 , os índices de 2010 reduziram em mais da metade do índice encontrado para 2000, enquanto nas microrregiões mais pobres, o índice reduziu em menos da metade.

Além disso, vale relatar a confiabilidade das estimativas. Os intervalos de confiança, assim como os erros dos índices M_0 estimados para as microrregiões mineiras estão apresentados na Tabela 6.

O menor erro de estimativa em 2000 foi apontado na microrregião de Belo Horizonte (1,46%). No mesmo ano, o maior erro envolvia o M_0 calculado para a microrregião de Pará de Minas (9,74%). No ano de 2010, o menor erro de estimativa foi constatado para o índice da microrregião de Januária (2,11%); e o maior erro se deu na estimativa de Pará de Minas (13,13%) (Tabela 6).

Tabela 6 – Intervalos de confiança do índice M_0 e *ranking* das microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continua)

Microrregião	2000					2010				
	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 Inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 Inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)
Uberaba	1	0,0285	0,0266	0,0305	6,92	1	0,0111	0,0100	0,0122	9,85
Uberlândia	2	0,0343	0,0329	0,0358	4,19	3	0,0130	0,0120	0,0139	7,07
Divinópolis	3	0,0358	0,0339	0,0378	5,46	2	0,0121	0,0111	0,0131	8,18
Juiz de Fora	4	0,0402	0,0387	0,0417	3,73	10	0,0197	0,0185	0,0208	5,79
Poços de Caldas	5	0,0423	0,0401	0,0445	5,23	9	0,0189	0,0175	0,0203	7,18
Pará de Minas	6	0,0426	0,0384	0,0467	9,74	7	0,0175	0,0152	0,0198	13,13
Passos	7	0,0429	0,0404	0,0454	5,89	5	0,0157	0,0144	0,0170	8,20
Araxá	8	0,0477	0,0447	0,0507	6,31	4	0,0155	0,0140	0,0170	9,97
Alfenas	9	0,0489	0,0462	0,0516	5,55	13	0,0219	0,0202	0,0236	7,78
Belo Horizonte	10	0,0493	0,0486	0,0501	1,46	6	0,0159	0,0154	0,0163	2,84
Varginha	11	0,0520	0,0499	0,0541	4,09	14	0,0223	0,0210	0,0237	6,01
Formiga	12	0,0555	0,0519	0,0591	6,51	8	0,0184	0,0164	0,0203	10,67
Patos de Minas	13	0,0571	0,0542	0,0599	5,02	17	0,0239	0,0221	0,0256	7,29
Cataguases	14	0,0579	0,0549	0,0609	5,13	18	0,0246	0,0227	0,0264	7,60
São Sebastião do Paraíso	15	0,0593	0,0566	0,0620	4,49	16	0,0236	0,0221	0,0252	6,51
Lavras	16	0,0607	0,0566	0,0647	6,70	11	0,0205	0,0184	0,0227	10,35
São Lourenço	17	0,0613	0,0583	0,0643	4,93	27	0,0233	0,0214	0,0252	6,19
Bom Despacho	18	0,0613	0,0575	0,0652	6,27	15	0,0284	0,0267	0,0302	8,19
Ituiutaba	19	0,0631	0,0591	0,0672	6,46	21	0,0265	0,0241	0,0289	8,96
Pouso Alegre	20	0,0642	0,0617	0,0668	4,00	26	0,0279	0,0264	0,0294	5,49
Santa Rita do Sapucaí	21	0,0647	0,0609	0,0685	5,87	28	0,0286	0,0264	0,0308	7,74
Patrocínio	22	0,0664	0,0629	0,0700	5,36	25	0,0278	0,0257	0,0300	7,71
Campo Belo	23	0,0667	0,0625	0,0709	6,30	20	0,0263	0,0237	0,0289	9,80
Ouro Preto	24	0,0701	0,0656	0,0746	6,44	28	0,0289	0,0263	0,0316	9,05
Piumhi	25	0,0711	0,0661	0,0761	7,03	13	0,0216	0,0191	0,0242	11,88
Frutal	26	0,0736	0,0699	0,0774	5,10	22	0,0267	0,0247	0,0286	7,21
Itajubá	27	0,0738	0,0700	0,0776	5,12	31	0,0292	0,0272	0,0311	6,56
Conselheiro Lafaiete	28	0,0748	0,0713	0,0783	4,67	19	0,0256	0,0238	0,0273	6,79
Ipatinga	29	0,0772	0,0746	0,0797	3,32	23	0,0274	0,0260	0,0287	4,97
São João Del Rei	30	0,0842	0,0805	0,0878	4,35	30	0,0291	0,0272	0,0310	6,57
Ubá	31	0,0848	0,0816	0,0881	3,86	32	0,0294	0,0276	0,0311	5,94
Barbacena	32	0,0870	0,0832	0,0909	4,42	35	0,0379	0,0356	0,0401	5,91
Sete Lagoas	33	0,0883	0,0854	0,0913	3,37	33	0,0351	0,0334	0,0368	4,72
Oliveira	34	0,0925	0,0877	0,0973	5,18	24	0,0278	0,0255	0,0301	8,23
Itabira	35	0,0971	0,0939	0,1003	3,29	34	0,0376	0,0358	0,0393	4,65

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

*Valores dos intervalos de confiança arredondados.

Tabela 6 – Intervalos de confiança do índice M_0 e *ranking* das microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Conclusão)

Microrregião	2000					2010				
	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 Inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)	<i>Ranking</i> M_0	M_0	M_0 Inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)
Muriaé	36	0,1085	0,1049	0,1120	3,27	38	0,0525	0,0502	0,0548	4,33
Três Marias	37	0,1132	0,1067	0,1197	5,75	36	0,0425	0,0387	0,0463	8,97
Andrelândia	38	0,1223	0,1169	0,1277	4,44	40	0,0552	0,0521	0,0584	5,68
Governador Valadares	39	0,1285	0,1252	0,1318	2,55	39	0,0540	0,0521	0,0559	3,52
Paracatu	40	0,1316	0,1268	0,1363	3,61	37	0,0481	0,0454	0,0508	5,57
Manhuaçu	41	0,1428	0,1390	0,1466	2,65	46	0,0798	0,0773	0,0823	3,17
Itaguara	42	0,1441	0,1376	0,1507	4,53	41	0,0633	0,0598	0,0669	5,60
Curvelo	43	0,1478	0,1423	0,1533	3,71	42	0,0642	0,0609	0,0676	5,25
Ponte Nova	44	0,1561	0,1515	0,1607	2,94	43	0,0652	0,0623	0,0681	4,41
Caratinga	45	0,1717	0,1676	0,1759	2,43	45	0,0756	0,0730	0,0783	3,51
Aimorés	46	0,1727	0,1672	0,1782	3,18	48	0,0807	0,0771	0,0843	4,49
Viçosa	47	0,1748	0,1702	0,1794	2,64	44	0,0731	0,0705	0,0756	3,49
Unaí	48	0,1753	0,1690	0,1817	3,64	50	0,0924	0,0882	0,0967	4,57
Montes Claros	49	0,1888	0,1852	0,1924	1,90	51	0,0942	0,0919	0,0965	2,42
Diamantina	50	0,1963	0,1879	0,2048	4,31	49	0,0902	0,0845	0,0958	6,25
Mantena	51	0,1995	0,1910	0,2079	4,24	47	0,0798	0,0746	0,0850	6,49
Bocaiúva	52	0,2148	0,2049	0,2247	4,60	52	0,0987	0,0923	0,1050	6,45
Nanuque	53	0,2160	0,2090	0,2230	3,23	53	0,1017	0,0973	0,1061	4,33
Pirapora	54	0,2244	0,2181	0,2308	2,83	54	0,1196	0,1151	0,1241	3,76
Teófilo Otoni	55	0,2410	0,2360	0,2460	2,07	56	0,1266	0,1232	0,1301	2,74
Guanhães	56	0,2521	0,2450	0,2593	2,83	55	0,1258	0,1216	0,1301	3,41
Almenara	57	0,2903	0,2844	0,2962	2,04	60	0,1587	0,1544	0,1630	2,72
Janaúba	58	0,2903	0,2851	0,2955	1,80	57	0,1526	0,1484	0,1567	2,71
Pedra Azul	59	0,2932	0,2839	0,3024	3,16	58	0,1541	0,1466	0,1616	4,87
Conceição do Mato Dentro	60	0,3144	0,3062	0,3227	2,61	61	0,1726	0,1666	0,1785	3,45
Capelinha	61	0,3209	0,3147	0,3271	1,93	59	0,1587	0,1543	0,1632	2,81
Januária	62	0,3372	0,3317	0,3428	1,64	65	0,2022	0,1980	0,2065	2,11
Peçanha	63	0,3415	0,3329	0,3501	2,52	62	0,1742	0,1688	0,1797	3,13
Salinas	64	0,3424	0,3367	0,3481	1,66	63	0,1762	0,1718	0,1806	2,49
Araçuaí	65	0,3510	0,3443	0,3578	1,93	64	0,1940	0,1884	0,1995	2,88
Grão Mogol	66	0,3800	0,3704	0,3896	2,54	66	0,2132	0,2057	0,2207	3,53

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

*Valores dos intervalos de confiança arredondados.

Os índices estimados para algumas microrregiões foram muito próximos. Por isto, nesta análise utilizou-se um maior número de casas decimais que para as mesorregiões. Com

os arredondamentos, em 2000, os índices das microrregiões de São Lourenço e Bom Despacho coincidiram em 0,0613. O mesmo aconteceu em 2010 com os índices estimados para as microrregiões de Patrocínio e Oliveira (0,0278); Manhuaçu e Mantena (0,0798); e Almenara e Capelinha (0,1587). Assim, o posicionamento destas microrregiões no *ranking* foi determinado pela abrangência do intervalo de confiança (Tabela 6).

Ainda que os índices M_0 sejam diferentes, a análise dos intervalos de confiança aponta para uma possível coincidência entre os índices estimados para algumas microrregiões. Em 2000, vale ressaltar que, os índices M_0 das microrregiões de Uberlândia e Divinópolis podem ser os mesmos dentro dos intervalos de confiança. Pode-se destacar também, os índices de Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pará de Minas e Passos, que também podem ser os mesmos, por coincidirem em seus intervalos de confiança. Isto também foi verificado, por exemplo, para as microrregiões de Araçuaí, Salinas, Peçanha e Januária (Tabela 6).

Em 2010, foi possível identificar uma situação parecida entre os índices das microrregiões de Januária e Araçuaí, uma vez que, seus índices coincidiram dentro dos intervalos de confiança. Além destas microrregiões, pode-se acrescentar que isso também ocorreu entre as microrregiões de Uberaba, Divinópolis e Uberlândia.

Os intervalos de confiança confirmam que houve diminuição da pobreza multidimensional em todas as microrregiões. Não houve sobreposição dos limites inferiores e superiores dos índices em nenhuma microrregião entre 2000 e 2010. Os limites superiores dos índices M_0 estimados em 2010 foram menores que os limites inferiores dos índices estimados para 2000. Isto também pode ser visualizado na Tabela 6.

No *ranking* das 66 microrregiões mineiras, nos dois anos, a microrregião mais pobre foi Grão Mogol, ocupando a posição 66. Da mesma maneira, nos dois anos a microrregião menos pobre foi Uberaba, ocupando posição número 1. O *ranking* das microrregiões é diversificado, mas revela o que já foi evidenciado anteriormente, isto é, que as mesorregiões com maior pobreza multidimensional são a do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri. As microrregiões pertencentes a estas mesorregiões passaram a compor o *ranking* apenas a partir da posição 49 em 2000 e 51 em 2010, posições da microrregião de Montes Claros, vista como microrregião menos pobre entre as microrregiões situadas nestas três mesorregiões.

Houve diminuição dos índices, mas, não houve alterações no *ranking* das microrregiões de: Uberaba (posição 1), São João Del Rei (posição 30), Sete Lagoas (posição 33), Governador Valadares (posição 39), Caratinga (posição 45), Bocaiúva (posição 52), Nanuque (posição 53), Pirapora (posição 54) e Grão Mogol (posição 66).

Vale destacar algumas microrregiões que melhoraram sua posição no *ranking* em 2010. Entre elas: Araxá (que ocupava a posição 8 em 2000 e passou a ocupar a posição 4 em 2010), Belo Horizonte (posição 10 em 2000 e 6 em 2010), Formiga (posição 12 em 2000 e 8 em 2010), Lavras (posição 16 em 2000 e 11 em 2010), Frutal (posição 26 em 2000 e 22 em 2010), Conselheiro Lafaiete (posição 28 em 2000 e 19 em 2010), Ipatinga (posição 29 em 2000 e 23 em 2010), Oliveira (posição 34 em 2000 e 24 em 2010) e Mantena (posição 51 em 2000 e 47 em 2010).

Outras microrregiões pioraram seu posicionamento no *ranking* em 2010: Juiz de Fora (posição 4 em 2000 e 10 em 2010), Poços de Caldas (posição 5 em 2000 e 9 em 2010), Alfenas (posição 9 em 2000 e 13 em 2010), Patos de Minas (posição 13 em 2000 e 17 em 2010), Cataguases (posição 14 em 2000 e 18 em 2010), São Lourenço (posição 17 em 2000 e 27 em 2010), Pouso Alegre (posição 20 em 2000 e 26 em 2010), Santa Rita do Sapucaí (posição 21 em 2000 e 28 em 2010), Ouro Preto (posição 24 em 2000 e 28 em 2010) e Manhuaçu (posição 41 em 2000 e 46 em 2010). As demais microrregiões apresentaram pequenas mudanças em seu posicionamento.

A análise microrregional permitiu concluir que as microrregiões com maior pobreza multidimensional no estado foram: Grão Mogol, Januária, Salinas, Araçuaí e Peçanha. Além disso, nos dois anos as microrregiões com menores índices de pobreza foram: Uberaba, Uberlândia e Divinópolis.

Como parte da análise microrregional, também foram estimadas as proporções de pobres unidimensionais da mesma forma que foi feito para as mesorregiões, para comparação com o índice de pobreza multidimensional (M_0). O coeficiente de correlação de Spearman foi parecido com o estabelecido para as mesorregiões. Em 2000, foi identificada uma correlação de 0,941. Em 2010, a correlação foi estimada em 0,906. Ambos certificam que não houve muitas divergências no *ranking* das microrregiões entre os índices, embora o *ranking* não seja exatamente o mesmo. As proporções de pobres unidimensional, estimadas para as microrregiões, podem ser acessadas no Apêndice K (FGT_0 renda).

As proporções de pobres unidimensional e multidimensional (H) também foram comparadas nos Gráficos 8 e 9. O diagrama de dispersão aponta para algum alinhamento entre os dois indicadores em 2000 (Gráfico 8). Apesar disso, percebe-se que o posicionamento não é exatamente o mesmo. Constata-se que a incidência da pobreza multidimensional foi inferior a unidimensional nas microrregiões de Uberaba, Uberlândia, Divinópolis, Juiz de fora, Pará de Minas, Passos, Araxá, Belo Horizonte, Cataguases, Ituiutaba, Campo Belo, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Sete Lagoas e Itabira. As proporções de pobres

unidimensionais nestas microrregiões foram respectivamente de: 10,4%, 12,5%, 11,7%, 14,4%, 16,0%, 12,8%, 14,3%, 26,5%, 19,9%, 19,2%, 15,4%, 22,6%, 22,5%, 24,0% e 26,5%. Por sua vez, nestas microrregiões, as respectivas proporções de pobres multidimensionais foram: 8,3%, 9,8%, 10,4%, 11,3%, 12,2%, 12,5%, 13,7%, 13,9%, 16,5%, 17,8%, 18,95, 18,4%, 20,5%, 20,8%, 23,7% e 26,0%.

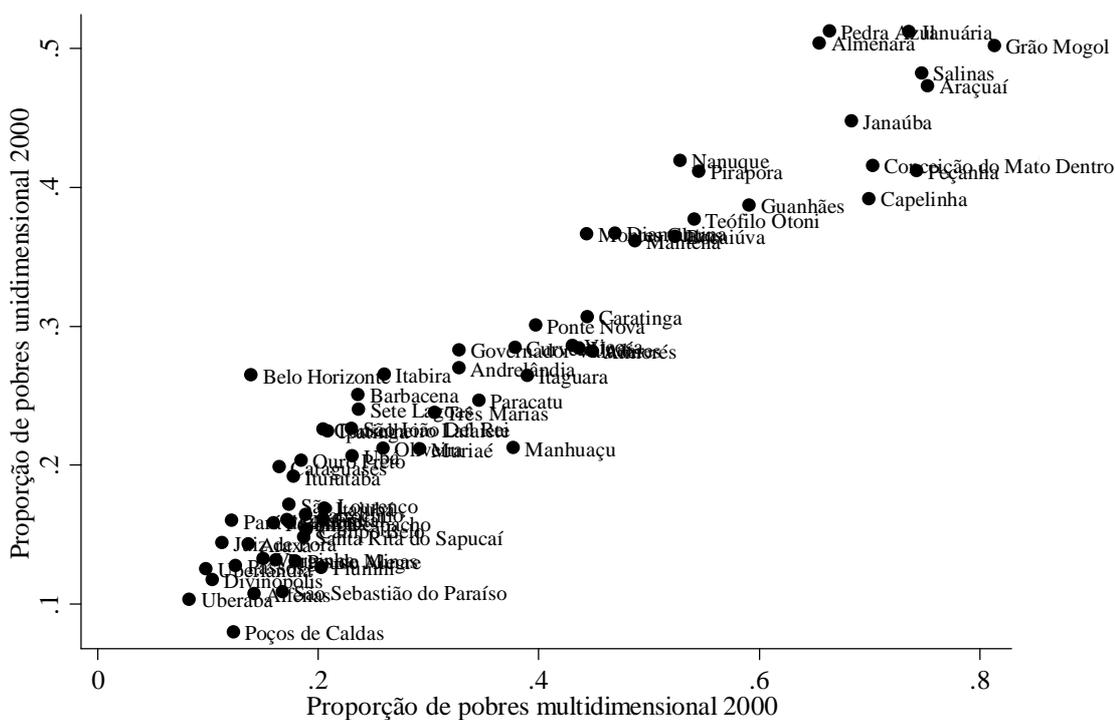


Gráfico 8 – Diagrama de dispersão das microrregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2000.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

No ano de 2010, houve um pequeno aumento na dispersão dos dados, o que demonstra uma maior divergência de posicionamento quanto aos dois índices em relação a 2000, ainda que haja uma relação próxima (Gráfico 9). A proporção de pobres unidimensional superou a multidimensional nas microrregiões de Uberaba, Divinópolis, Uberlândia, Araxá, Passos, Belo Horizonte, Pará de Minas, Formiga, Juiz de Fora, Lavras, Alfenas, Varginha, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Frutal, Ipatinga, São Lourenço, Ouro Preto, São João del Rei, Sete Lagoas, Itabira e Barbacena. A incidência da pobreza unidimensional nestas microrregiões foi respectivamente de: 5,5%, 5,4%, 6,0%, 6,1%, 5,6%, 14,5%, 11,4%, 6,1%, 7,7%, 7,2%, 6,9%, 6,8%, 9,2%, 7,9%, 8,1%, 9,9%, 8,9%, 10,1%, 8,8%, 15,85, 12,0% e 11,8%. Por sua vez, as respectivas proporções de pobres multidimensionais nestas microrregiões foram: 3,3%, 3,7%, 3,9%, 4,7%, 4,8%, 4,8%, 5,3%, 5,6%, 5,8%, 6,1%, 6,7%,

6,7%, 7,4%, 7,5%, 8,0%, 7,9%, 8,5%, 8,5%, 8,7%, 10,3%, 10,8% e 11,2%. Com exceção das microrregiões citadas, nas demais a incidência da pobreza multidimensional superou a pobreza unidimensional.

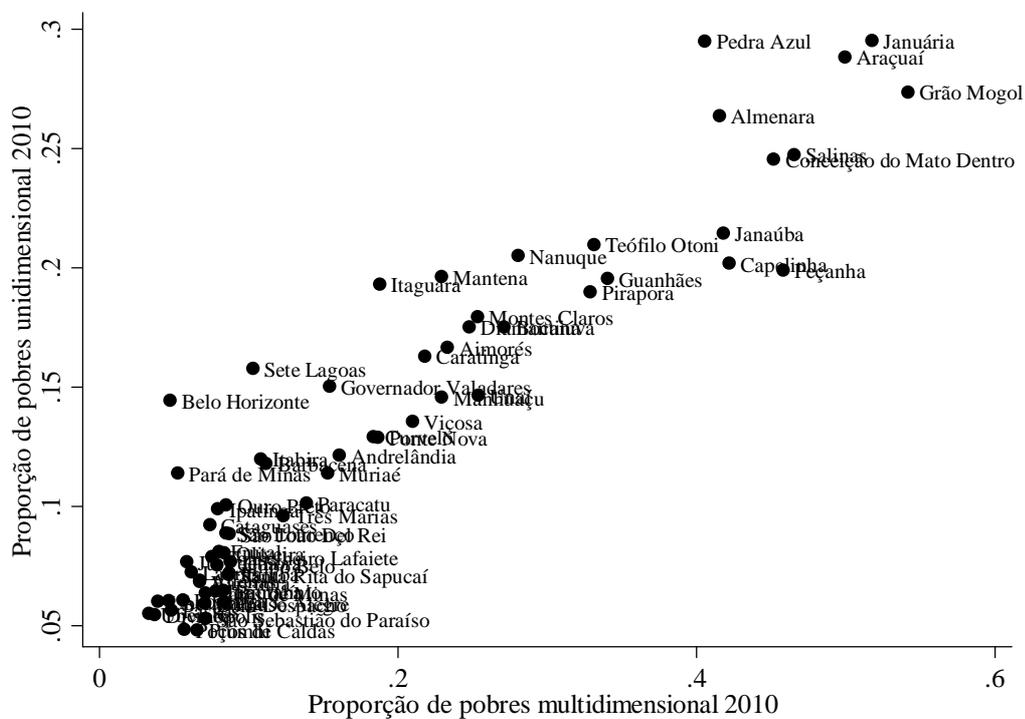


Gráfico 9 – Diagrama de dispersão das microrregiões de Minas Gerais entre a proporção de pobres multidimensional e a proporção de pobres unidimensional – 2010.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Averíguas-se que a proporção de pobres multidimensional foi menor que a unidimensional em microrregiões em que o índice de pobreza multidimensional é baixo. Isso mostra que o estudo da pobreza multidimensional é mais importante nas microrregiões mais pobres que nas menos pobres, embora, tenha muito a revelar em ambas.

As microrregiões em que os índices multidimensionais foram inferiores aos unidimensionais foram apontadas anteriormente nesta mesma seção como microrregiões, cujas famílias possuem bom desenvolvimento em termos de suas capacitações básicas e necessidades, uma vez que possuem baixos índices de pobreza multidimensional, nos termos do indicador aqui mensurado.

Significa dizer que as famílias das microrregiões menos pobres possuem melhor situação de bem-estar e menor privação de suas capacitações básicas. Logo, estão mais aptas à participação ativa na sociedade enquanto agentes que podem influenciar a si próprias e aos

demais agentes. Ainda assim, nestas microrregiões, o combate à pobreza unidimensional é importante para a redução da Vulnerabilidade econômica das famílias, já que possuem menor privação multidimensional.

5.4 Índices de pobreza multidimensional municipais

Os índices também foram estimados para os 853 municípios mineiros. O objetivo de estimar índices de pobreza municipais não é o de investigar profundamente o que os determina conforme as distintas realidades, ou de propor soluções imediatas para os problemas enfrentados²⁰⁸, mas de descritivamente relatar seus alcances, uma vez que a análise municipal por ser mais desagregada, pode revelar muito mais que análise microrregional e mesorregional, o que pode subsidiar políticas públicas.

Pelas dificuldades em analisar um grande número de municípios (853) optou-se por chamar a atenção no corpo deste trabalho apenas os números mais discrepantes do índice M_0 para $k = 2$. Os demais índices (H e A) e os resultados para o conjunto dos municípios mineiros estão detalhados no Apêndice L. Os intervalos de confiança dos índices M_0 e os erros de estimativas também podem ser visualizados no Apêndice L. Vale advertir que em alguns municípios o erro de estimativa foi muito elevado.

Em 2000, os erros de estimativa variaram entre 2,7% no município de Belo Horizonte (localizado na microrregião de Belo Horizonte e na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte) e 51,4% no município de Serra da Saudade (localizado na microrregião de Bom Despacho e na mesorregião Central Mineira). Os resultados dos índices de pobreza multidimensional para os municípios mineiros no ano de 2000 podem ser visualizados no Mapa 1. Os índices de pobreza estão apresentados em sentido decrescente das cores mais escuras para as mais claras no Mapa 1, isto é, as cores mais escuras assinalam localidades em que a pobreza é mais elevada.

Arredondando os valores, a primeira classe de índices²⁰⁹ (cor mais escura do Mapa 1), envolve os municípios com M_0 entre 0,471, índice calculado para o município de Ninheira²¹⁰ e 0,254, calculado para Presidente Juscelino²¹¹. A segunda classe de índices abrange municípios com índices de pobreza entre 0,254 (Presidente Juscelino) e 0,138. Este último

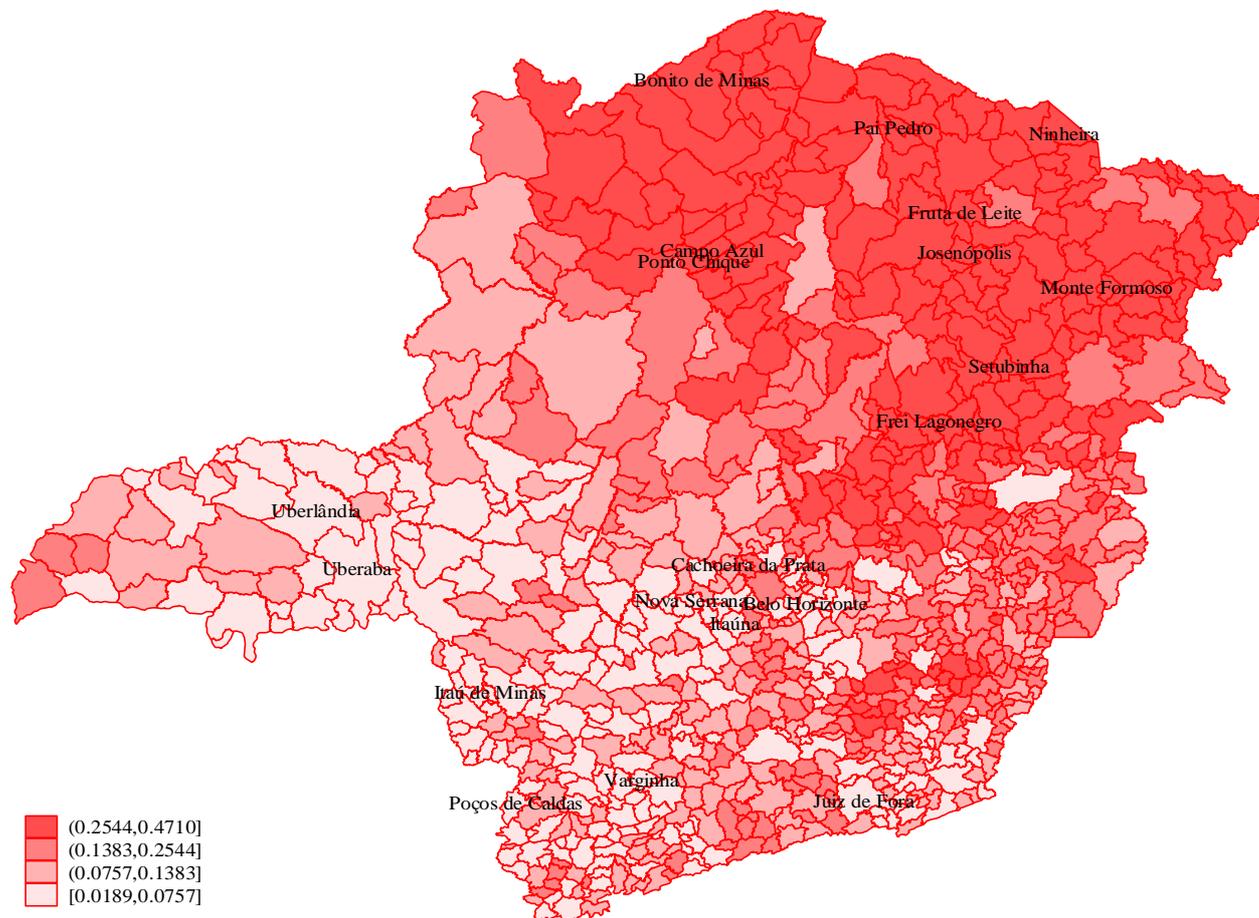
²⁰⁸ Até porque se trata do estado com maior número de municípios no Brasil.

²⁰⁹ Todas as classificações foram realizadas por *default* do comando *spmap* do Stata.

²¹⁰ Situado na microrregião de Salinas e na mesorregião Norte de Minas.

²¹¹ Localizado na microrregião de Curvelo e na mesorregião Central Mineira.

refere-se ao município de Divinésia²¹². A terceira classe abrange municípios com índices entre 0,138 (Divinésia) e 0,076, estimado para Monte Alegre de Minas²¹³. A última classe de índices relaciona municípios entre 0,076 (Monte Alegre de Minas) e 0,019, estimado para Poços de Caldas²¹⁴.



Mapa 1 – Índices de pobreza multidimensional (M_0) para os municípios mineiros no ano de 2000 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Segundo o Mapa 1, em 2000, entre todos os municípios mineiros os menores índices de pobreza multidimensional foram verificados nos seguintes municípios: Poços de Caldas (0,019), Juiz de Fora (0,020), Uberlândia (0,0227), Uberaba (0,0233), Itaú de Minas (0,0233), Cachoeira da Prata (0,0270)²¹⁵, Varginha (0,0274), Nova Serrana (0,0274), Belo Horizonte

²¹² Situado na microrregião de Ubá e na mesorregião da Zona da Mata.

²¹³ Situado na microrregião de Uberlândia e na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

²¹⁴ Situado na microrregião de Poços de Caldas e na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas.

²¹⁵ O erro de estimativa para este município foi de 47,5% em 2000.

(0,0275) e Itaúna (0,0278). Em contrapartida, os maiores índices M_0 foram encontrados nos seguintes municípios: Ninheira (0,471), Josenópolis (0,456), Monte Formoso (0,447), Campo Azul (0,444), Setubinha (0,443), Frei Lagonegro (0,4413), Bonito de Minas (0,4411), Fruta de Leite (0,437), Pai Pedro (0,4354), e Ponto Chique (0,4354).

Em 2010, os erros de estimativa foram ainda maiores que em 2000. Os erros variaram entre 5,4% em Bonito de Minas e 76,4% em Cachoeira da Prata (isto demonstra que a estimativa para este município não é muito confiável). Estes dados também podem ser vistos no Apêndice L.

Por meio do Mapa 2, apresentam-se os índices M_0 para os municípios de Minas Gerais no ano de 2010. Da mesma forma, as cores mais escuras definem os municípios multidimensionalmente mais pobres. Arredondando os valores, os índices foram classificados da seguinte forma: entre 0,355, índice estimado para Bonito de Minas²¹⁶, e 0,120, índice estimado para Alvarenga²¹⁷; entre 0,120 (Alvarenga) e 0,056, como em Ipaba²¹⁸; entre 0,056 (Ipaba) e 0,030, estimativa para Arapuá²¹⁹; e entre 0,030 (Arapuá) e 0,0058, estimativa para Arcos²²⁰.

Conforme o Mapa 2, no ano de 2010, os municípios com menores índices foram: Arcos (0,0058)²²¹, Cachoeira da Prata (0,0059), Poços de Caldas (0,0073), Itaúna (0,0079), Uberaba (0,0081), Varginha (0,0082), Uberlândia (0,0084), Belo Horizonte (0,0084), Nova Lima (0,0086) e Araxá (0,0093). Enquanto isso, os municípios com maiores índices foram: Bonito de Minas (0,355), Setubinha (0,307), São João das Missões (0,306), São João do Pacuí (0,286), Fruta de Leite (0,2744), Santa Cruz de Salinas (0,2743), Santa Fé de Minas (0,263), Ponto dos Volantes (0,262), Cônego Marinho (0,261) e Ninheira (0,258).

Os municípios com menores índices em 2000 e em 2010 não são exatamente os mesmos e na mesma ordem. Todavia, ainda que tenham sido constatadas divergências, em ambos os anos, estes municípios estiveram situados entre os menores índices de pobreza do estado, haja vista que estavam classificados nos Mapas 1 e 2 entre os municípios com a tonalidade mais clara entre todas²²².

²¹⁶ Localizado na microrregião de Januária e na mesorregião Norte de Minas.

²¹⁷ Situado na microrregião de Aimorés e na mesorregião do Vale do Rio Doce.

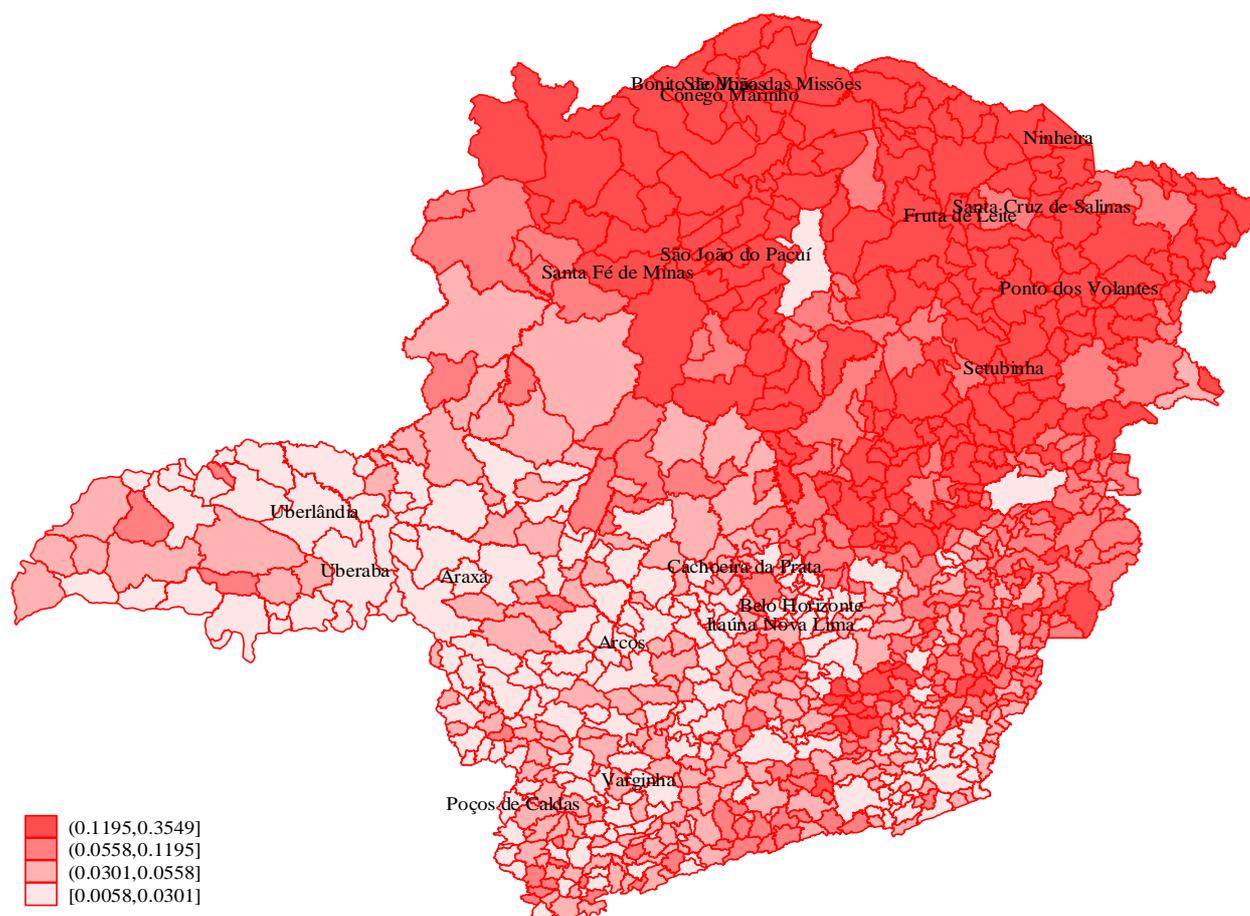
²¹⁸ Situado na microrregião de Caratinga e na mesorregião do Vale do Rio Doce.

²¹⁹ Localizado na microrregião de Patos de Minas e na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

²²⁰ Localizado na microrregião de Formiga e na mesorregião Oeste de Minas.

²²¹ O erro de estimativa do índice para este município foi de 44,22% em 2010.

²²² Vale citar os índices em 2010 de alguns municípios citados anteriormente como menores índices em 2000: Juiz de Fora (0,0131), Itaú de Minas (0,010) e Nova Serrana (0,0126). Além disso, é necessário acrescentar os índices dos municípios com menores índices de pobreza em 2010 e que não foram mencionados em 2000. Em 2000, o índice de Nova Lima era de 0,040, de Arcos era de 0,031 e de Araxá era de 0,030.



Mapa 2 – Índices de pobreza multidimensional (M_0) para os municípios mineiros no ano de 2010 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Além disso, houve diminuição de M_0 em todos os municípios citados como menores índices nos dois anos. A variação absoluta assegura uma diminuição da pobreza de 0,008 em Juiz de Fora e de 0,012 em Poços de Caldas. Em Nova Lima, a redução foi um pouco mais acentuada e alcançou 0,031²²³.

Os municípios com menores índices em ambos os anos estavam localizados nas microrregiões de Poços de Caldas (Poços de Caldas), Passos (Itaú de Minas) e Varginha (Varginha), todos na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Além disso, destacaram-se os municípios das microrregiões de Uberlândia (Uberlândia), Uberaba (Uberaba) e Araxá (Araxá) situados na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. É importante notar também as microrregiões de Belo Horizonte (com os municípios de Belo Horizonte e Nova

²²³ Para obter as variações basta diminuir os valores de 2010 dos valores de 2000 e multiplicar os resultados por -1.

Lima) e Sete Lagoas (com o município de Cachoeira da Prata) que fazem parte da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Ademais, agregam-se as microrregiões de Juiz de Fora (com o município de Juiz de Fora) na mesorregião da Zona da Mata; Divinópolis (com os municípios de Itaúna e Nova Serrana) e Formiga (com o município de Arcos), localizadas na mesorregião Oeste de Minas.

Assim como aconteceu entre os municípios menos pobres, os municípios com maior pobreza multidimensional não foram ordenados da mesma forma nos dois anos analisados. Contudo, todos estavam inseridos na primeira classe de índices (cor mais escura) dos Mapas 1 e 2, ou seja, permaneceram entre os municípios mais pobres de Minas Gerais²²⁴.

Houve diminuição de M_0 em todos os municípios destacados nos Mapas 1 e 2 como em situação de maior pobreza multidimensional. Pela variação absoluta, a diminuição foi maior em Ponto Chique, que chegou a 0,238. Por sua vez, a diminuição foi menor em Bonito de Minas, cuja variação foi calculada em 0,086.

Os municípios com os maiores índices M_0 nos dois anos estavam situados nas microrregiões de Montes Claros (Campo Azul, São João do Pacuí e Ponto Chique), Januária (Bonito de Minas, São João das Missões e Cônego Marinho), Salinas (Ninheira, Fruta de Leite e Santa Cruz de Salinas), Grão Mogol (Josenópolis), Janaúba (Pai Pedro) e Pirapora (Santa Fé de Minas), localizadas na mesorregião Norte de Minas. Além disso, agregam-se os municípios localizados nas microrregiões de Araçuaí (Ponto dos Volantes), Almenara (Monte Formoso) e Teófilo Otoni (Setubinha) nas respectivas mesorregiões do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Por fim, soma-se a microrregião de Peçanha (com o município de Frei Lagonegro) localizada no Vale do Rio Doce.

Houve diminuição dos índices de pobreza na maioria dos municípios de Minas Gerais. Por meio da variação absoluta, a diminuição foi mais acentuada nos municípios de: Ponto Chique; Catuti²²⁵ (índice de 0,427 em 2000 e 0,193 em 2010); Marilac²²⁶ (índice de 0,302 em 2000 e 0,071 em 2010); Icaraí de Minas²²⁷ (índice de 0,406 em 2000 e 0,174 em 2010); e Ibiracatu²²⁸ (índice de 0,413 em 2000 e 0,182 em 2010). As respectivas reduções calculadas pela variação foram de: 0,238; 0,234; 0,232; 0,232; e 0,231.

²²⁴ Em 2000, os índices M_0 estimados para São João das Missões era de 0,424, para São João do Pacuí era de 0,400, para Santa Cruz de Salinas era de 0,419, para Cônego Marinho era de 0,409, para Ponto dos Volantes era de 0,425 e para Santa Fé de Minas era de 0,396. No ano de 2010, os índices M_0 para Josenópolis era de 0,227, para Campo Azul era de 0,247, para Frei Lagonegro era de 0,231, para Monte Formoso era de 0,238, para Pai Pedro foi estimado em 0,250 e para Ponto Chique em 0,198.

²²⁵ Localizado na microrregião de Janaúba e na mesorregião Norte de Minas.

²²⁶ Situado na microrregião de Governador Valadares e na mesorregião do Vale do Rio Doce.

²²⁷ Localizado na microrregião de Januária e na mesorregião Norte de Minas.

²²⁸ Situado na microrregião de Montes Claros e na mesorregião Norte de Minas.

Por outro lado, entre os 853 municípios, foram registrados aumentos de M_0 nos municípios de: Gurinhatã²²⁹, com índice de 0,095 em 2000 e 0,102 em 2010; e Fama²³⁰, com índice de 0,036 em 2000 e 0,044 em 2010²³¹. A variação absoluta apontou aumentos respectivamente de: 0,0072 e 0,0077.

Um das principais divergências entre o índice de pobreza multidimensional calculado oficialmente para o estado de Minas Gerais e o índice de pobreza multidimensional estimado por este trabalho se dá pela própria magnitude do índice que, para os primeiros municípios em que foi realizado o Porta a Porta, variou entre 0,007 em Capim Branco e 0,075 em Ninheira, conforme foi discutido na Subseção 4.2.2 do Capítulo 4 (BRASIL, 2012).

Ao mesmo tempo, o M_0 calculado nesta tese variou entre 0,0189 em Poços de Caldas e 0,471 em Ninheira, no ano de 2000; e de 0,0058 em Arcos a 0,355 em Bonito de Minas, no ano de 2010. O valor encontrado para Ninheira no ano de 2010 era de 0,256, sendo, portanto, muito superior ao IPM estimado oficialmente em 0,075, o que denota que dificilmente houve uma diminuição desta magnitude (já que o índice oficial se refere ao ano de 2011) e que as divergências se dão provavelmente pelos indicadores básicos incorporados. Neste trabalho, o índice M_0 para Capim Branco foi de 0,101 em 2000 e de 0,037 em 2010, também muito superior ao IPM de 0,007 estimado oficialmente em 2011.

Outro estudo realizado por Souza Filho e Assis (2013) com base na Pesquisa Porta a Porta coletada em 2011, mostrou que o índice de pobreza multidimensional em Minas Gerais variou entre 0,007 em um município não revelado, mas situado na região Metropolitana de Belo Horizonte a 0,152, em um município localizado no Norte de Minas. Esse estudo, embora realizado em um ano divergente do utilizado nesta tese, também reafirma que o índice M_0 aqui estimado é mais abrangente, uma vez que é capaz de revelar privações mais acentuadas.

Assim como foi feito nas análises por mesorregião e microrregião, foi estimada a proporção de pobres unidimensional para os municípios mineiros utilizando-se do mesmo método ressaltado na Seção 5.2. O coeficiente de correlação de Spearman entre o índice M_0 e a proporção de pobres unidimensional para os municípios foi de 0,832 no ano de 2000 e de 0,8077 no ano de 2010, indicando que o ordenamento dos municípios também é similar com base nos dois índices, conquanto não seja o mesmo. Os resultados das proporções de pobres unidimensionais estão explícitos no Apêndice L.

²²⁹ Situado na microrregião de Ituitaba e na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

²³⁰ Situado na microrregião de Alfenas e na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas.

²³¹ Erro de estimativa de 25,0% em 2000 e 45,0% em 2010.

Não foram elaborados diagramas de dispersão, como foi feito para as mesorregiões e microrregiões, mas foram calculados os coeficientes de variação²³² (medida de dispersão relativa). Em 2000, o coeficiente de variação da proporção de pobres multidimensional foi de 0,5505; e em 2010 chegou a 0,7464²³³. Os coeficientes de variação do índice M_0 foram ainda maiores. Em 2000, o coeficiente alcançou 0,6532. No ano de 2010, foi estimado em 0,8096. Por sua vez, o coeficiente de variação da proporção de pobres unidimensional foi de 0,4768 em 2000 e de 0,5676 em 2010. Esses números expressam que os primeiros indicadores possuem dispersão relativa mais elevada que o último em ambos os anos. A elevação do coeficiente dos dois indicadores em 2010 denota um aumento da dispersão relativa, ainda que a dispersão da incidência da pobreza multidimensional tenha permanecido mais acentuada.

A heterogeneidade estatística é muito maior quando se utiliza o indicador de pobreza multidimensional. Isto significa que este indicador parece capturar mais informações a respeito da pobreza. Então, é natural que isso aconteça, já que o indicador é mais complexo e captura um conjunto de dimensões da pobreza, fornecendo uma conta mais aproximada da sua complexidade. As diferenças de um ano para o outro podem ser interpretadas como um resultado perverso em termos da evolução espacial da situação de pobreza multidimensional entre os municípios no período estudado.

A análise por município confirmou a heterogeneidade do estado de Minas Gerais que abriga municípios com altos e baixos índices de pobreza. Para se ter uma ideia desta assimetria, em termos de proporções, o estado comporta ao mesmo tempo um município com 5,7% dos domicílios em situação pobreza multidimensional, como ocorreu em Poços de Caldas em 2000 e um município com 92,0% das famílias em situação de pobreza multidimensional, como foi verificado em Ninheira, no mesmo ano.

Nestes municípios a proporção de pobres unidimensional era respectivamente de 7,5% e 40,0%. Nota-se que a pobreza incidência da pobreza multidimensional em Ninheira era muito maior que a unidimensional, enquanto em Poços de Caldas a proporção de pobres multidimensional era levemente inferior a unidimensional. A mesma situação averiguada em Poços de Caldas aconteceu em outros municípios em que o índice M_0 foi baixo. Apesar disto, na maioria dos municípios mineiros a incidência da pobreza multidimensional foi mais elevada que a unidimensional, demonstrando que as famílias destes municípios sofrem maiores privações em termos do seu bem-estar (vide Apêndice L).

²³² O coeficiente de variação é uma medida de dispersão relativa e pode ser utilizado para comparar diferentes distribuições. Ele é obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média. Neste trabalho, o coeficiente de variação foi estimado por meio do comando *tabstat* do Stata.

²³³ Não foram elaborados diagramas de dispersão em virtude da grande quantidade de informações municipais.

Outro importante contraste pode ser relatado no ano de 2010, em que foi observada uma incidência da pobreza multidimensional de 1,8% no município de Arcos, enquanto no município de Bonito de Minas, a proporção de pobres foi estimada em 80,0% dos domicílios deste município (vide Apêndice L). Vale notar que no primeiro caso, isto implica que as famílias quase na sua totalidade têm suas capacitações e necessidades básicas atendidas. Já no segundo caso, ocorre o oposto, o que significa que as condições de vida da população precisam ser melhoradas com urgência por meio da ação do Estado para que os cidadãos desenvolvam seu potencial.

No mesmo ano, a incidência da pobreza unidimensional no primeiro município foi de 5,1%, ao passo que no segundo foi de 38,0%. Isto reafirma a mesma situação relatada para 2000, na qual os municípios com menor M_0 possuem menor incidência da pobreza multidimensional que da pobreza unidimensional. De todo modo, na maior parte dos municípios do estado a pobreza multidimensional mostrou-se mais alarmante. Esta heterogeneidade não é revelada na mesma intensidade pela análise mesorregional e microrregional²³⁴ e, muito menos, pela análise unidimensional.

5.5 Decomposições de M_0 por subgrupos populacionais

Uma das vantagens da metodologia aplicada neste trabalho é a possibilidade de decomposição. Pelo fato do índice M_0 ser a medida que sintetiza a pobreza multidimensional, a seguir, serão apresentadas decomposições destes índices por subgrupos populacionais.

Os subgrupos selecionados abrangem as mesorregiões, microrregiões e situação de domicílio (urbano ou rural)²³⁵. Não foram realizadas decomposições por municípios, pois, em virtude da grande quantidade de municípios (853) a contribuição de cada uma seria muito pequena para a avaliação da pobreza multidimensional. Entende-se que os grupos selecionados, já podem fornecer uma boa representação do perfil da pobreza no estado.

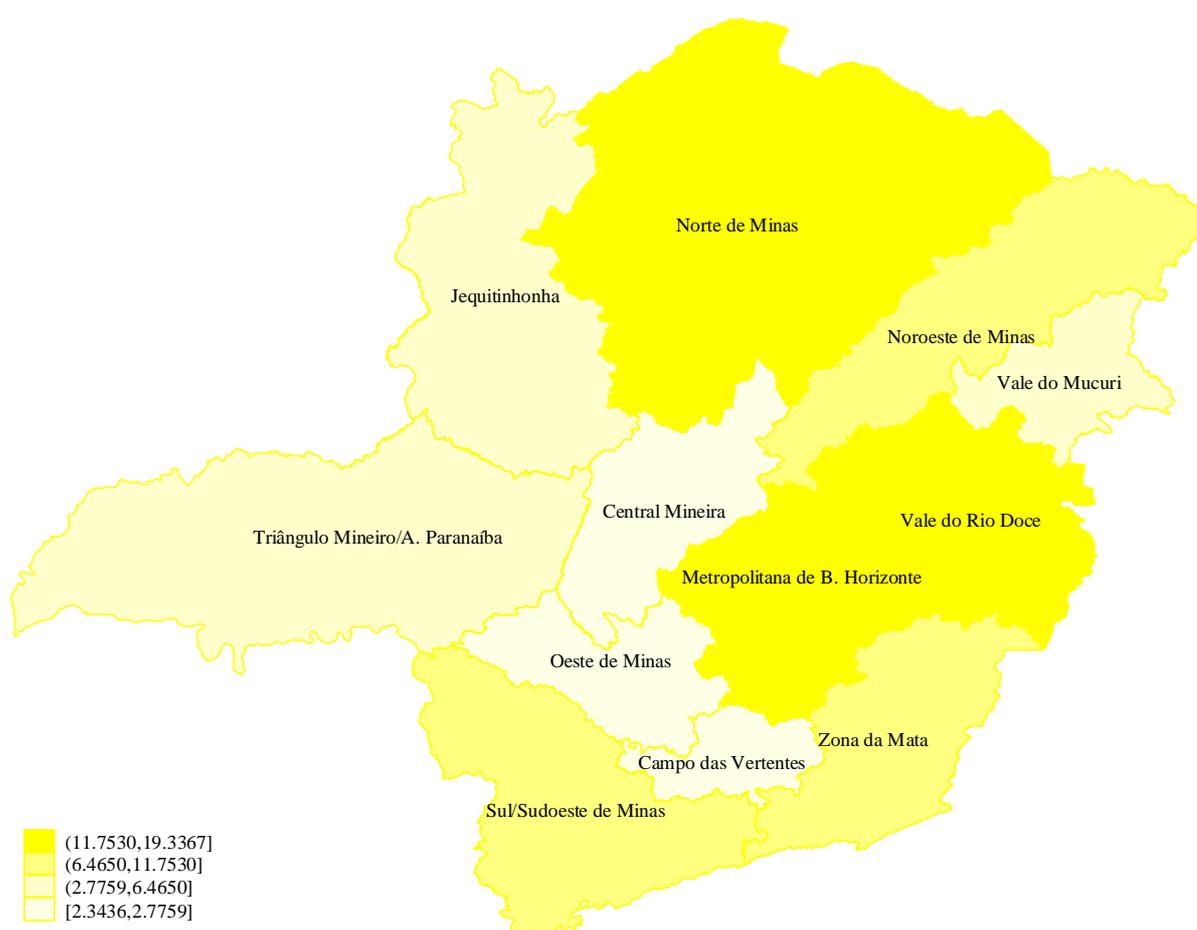
Nas decomposições por subgrupos, cabe acrescentar que os subgrupos foram avaliados em concordância com a sua contribuição relativa para a pobreza. Dentro de cada grupo a contribuição de todos os subgrupos totaliza 100%. Primeiramente, realizou-se a

²³⁴ É importante acrescentar que, ao contrário das estimativas para as mesorregiões e microrregiões, os intervalos de confiança e os erros de estimativa do índice M_0 são muito elevados em alguns municípios (vide Apêndice). Isto significa que em alguns casos, a confiabilidade dos resultados pode estar comprometida pela amostra utilizada.

²³⁵ Podem ser realizadas outras decomposições por subgrupos. Neste trabalho optou-se apenas pelas decomposições geográficas, uma vez que, elas têm sido recorrentemente utilizadas pela literatura. Outro motivo, foi o de evitar uma análise excessivamente longa.

decomposição do índice M_0 por mesorregiões. Estes resultados podem ser conferidos no Apêndice J.

No Mapa 3, apresenta-se a decomposição do índice de pobreza multidimensional por mesorregião do estado de Minas Gerais no ano de 2000. As cores mais escuras do Mapa 3 denotam as mesorregiões que mais contribuíram para o índice M_0 em 2000. Arredondando os valores, essas mesorregiões foram agrupadas em quatro classes: mesorregiões que contribuíram entre 19,3% e 11,8%; mesorregiões que contribuíram entre 11,8% e 6,5%; mesorregiões que contribuíram entre 6,5% e 2,8%; e mesorregiões que contribuíram entre 2,8% e 2,3%²³⁶.



Mapa 3 – Decomposição de M_0 por mesorregião de Minas Gerais em 2000 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

A mesorregião que mais contribuiu para a pobreza multidimensional em 2000 foi a Metropolitana de Belo Horizonte, com contribuição de 19,3%. Em seguida, estavam as mesorregiões Norte de Minas e Vale do Rio Doce que contribuíram respectivamente com:

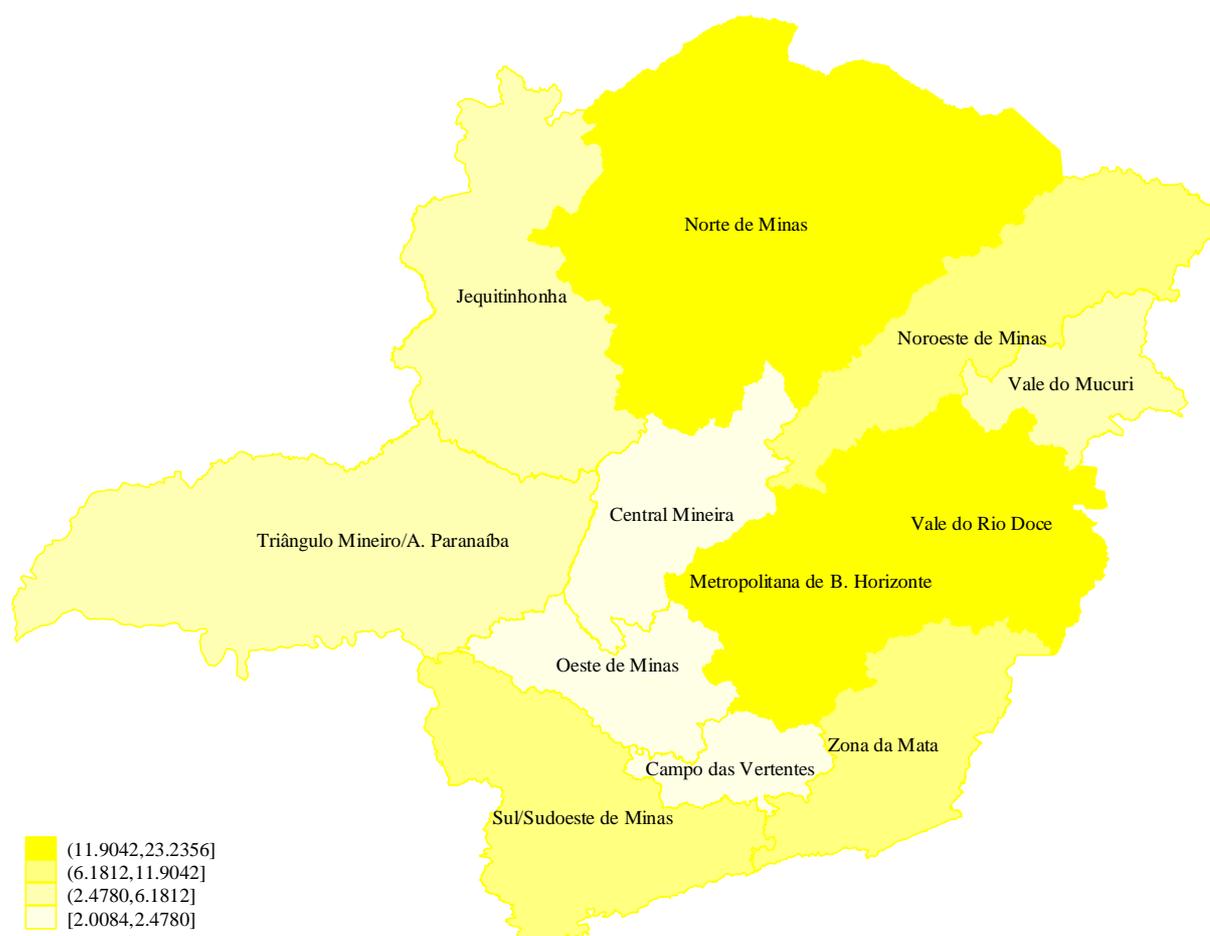
²³⁶ Essa classificação foi realizada por *default* do comando *spmap* do Stata.

19,1% e 12,6%, todas situadas na primeira classe de contribuições (cor mais escura do Mapa 3).

As mesorregiões que menos contribuíram para a pobreza em 2000 foram: Campo das Vertentes (2,3%), Central Mineira (2,4%) e Oeste de Minas (2,7%). Estas mesorregiões constituem a última classe de contribuições (cor mais clara do Mapa 3).

O Mapa 3 revela que a mesorregião do Vale do Mucuri (4,7%) contribuiu menos para a pobreza que as mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (5,3%) e Sul/Sudoeste de Minas (7,6%). Isto significa que mesorregiões apontadas como menos pobres podem contribuir mais para a pobreza total que as mais pobres, destacando-se o caso da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte que foi a mesorregião que mais contribuiu para a pobreza como um todo.

A decomposição do índice M_0 do ano de 2010 por mesorregião está exposta no Mapa 4. A interpretação é similar a do Mapa 3. As maiores contribuições para pobreza multidimensional estão representadas pelos tons mais escuros.



Mapa 4 – Decomposição de M_0 por mesorregião de Minas Gerais em 2010 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Na primeira classe, estavam as mesorregiões que contribuíram entre 23,4% e 11,9%. Na segunda, estavam as mesorregiões com contribuições entre 11,9% e 6,2%. Na terceira, foram classificadas as mesorregiões com percentuais de contribuição entre 6,2% e 2,5%. Por fim, na última classe foram situadas as mesorregiões que contribuíram entre 2,5% e 2,1%.

Em 2010, a mesorregião que mais contribuiu para a pobreza multidimensional foi a Norte de Minas (23,2%). Apesar disto, a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, por ter sido apontada como uma das mesorregiões menos pobres do estado, continuou se destacando por sua elevada contribuição (15,7%), embora tenha diminuído em relação ao ano anterior. Em seguida, aparece a contribuição da mesorregião Vale do Rio Doce (12,1%) (Mapa 4).

As mesorregiões com menor participação na pobreza multidimensional em 2010 foram novamente: Campo das Vertentes (2,0%), Oeste de Minas (2,06%) e Central Mineira (2,11%). O Vale do Mucuri (5,2%) também reapareceu com menor contribuição que o Sul/Sudoeste de Minas (7,2%). Contudo, seu percentual de contribuição não foi menor que o do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (4,7%) (Mapa 4).

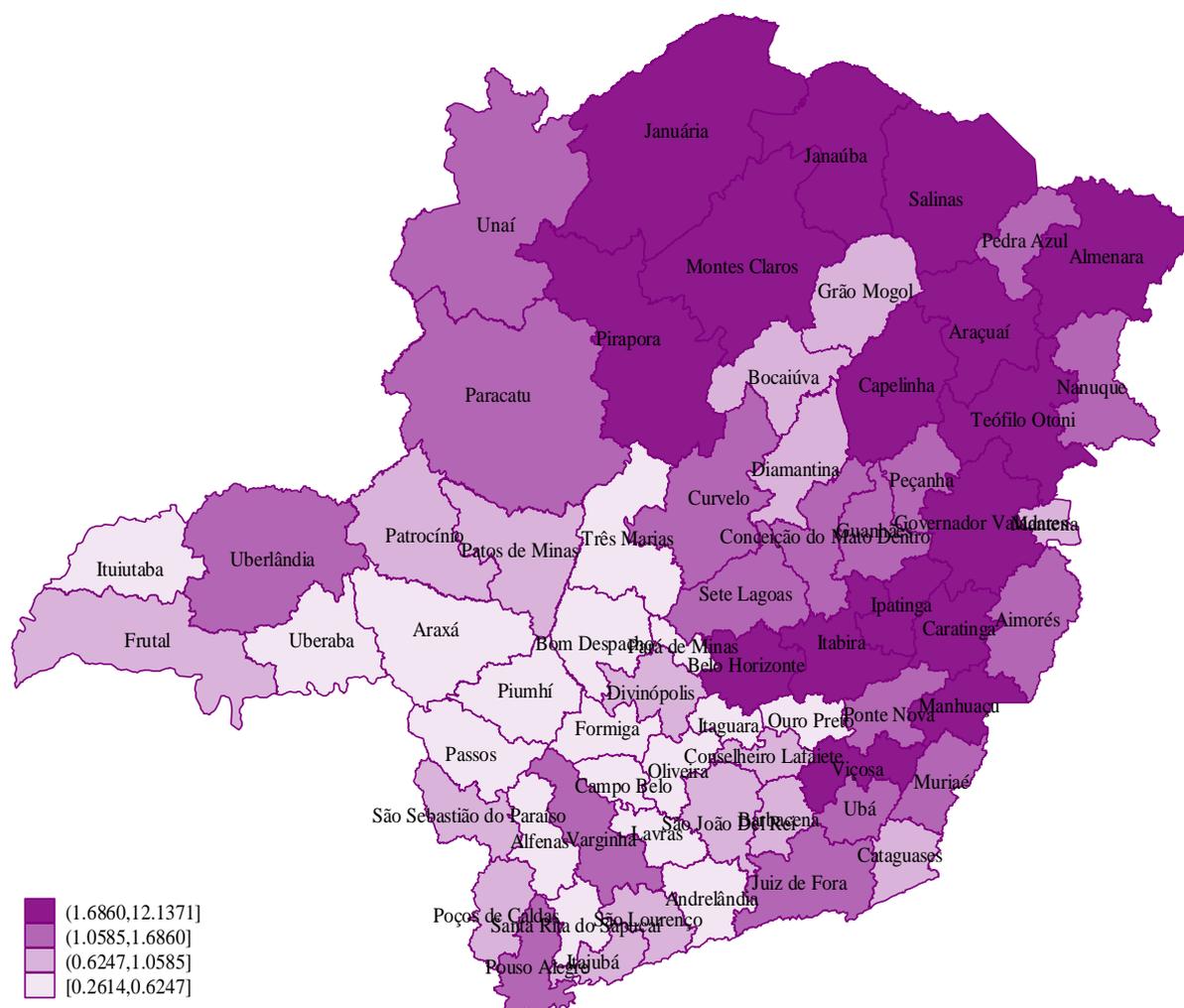
Em virtude da maior contribuição de algumas mesorregiões menos pobres para a pobreza, é possível concluir que elas também não podem ser abandonadas em termos de políticas públicas, haja vista que exercem grande influência na pobreza como um todo. Além do índice de pobreza multidimensional, o que pesa sobre este resultado é o fator populacional, haja vista que se trata de regiões populosas.

Por isto, é interessante verificar se este comportamento foi identificado também entre as microrregiões. Assim, o índice M_0 também foi decomposto por microrregião. Os resultados da decomposição por cada microrregião podem ser conferidos no Apêndice K.

O Mapa 5 traz a decomposição da pobreza multidimensional por microrregião de Minas Gerais em 2000. Da mesma forma que para as mesorregiões, os tons mais escuros do Mapa 5 representam maior contribuição da microrregião para a pobreza multidimensional. As microrregiões foram classificadas em: contribuições entre 12,1% e 1,7%; contribuições entre 1,7% e 1,1%; contribuições entre 1,1% e 0,6%; e contribuições entre 0,6% e 0,3% (valores arredondados).

A microrregião de Belo Horizonte, com contribuição de 12,1%, foi a que mais contribuiu para a pobreza multidimensional em 2000. Em seguida, têm-se as microrregiões de Montes Claros e Januária, com respectivas contribuições de 5,1% e 3,9%. Todas estas

microrregiões estavam situadas dentro do primeiro intervalo (tonalidade mais escura do Mapa 5).



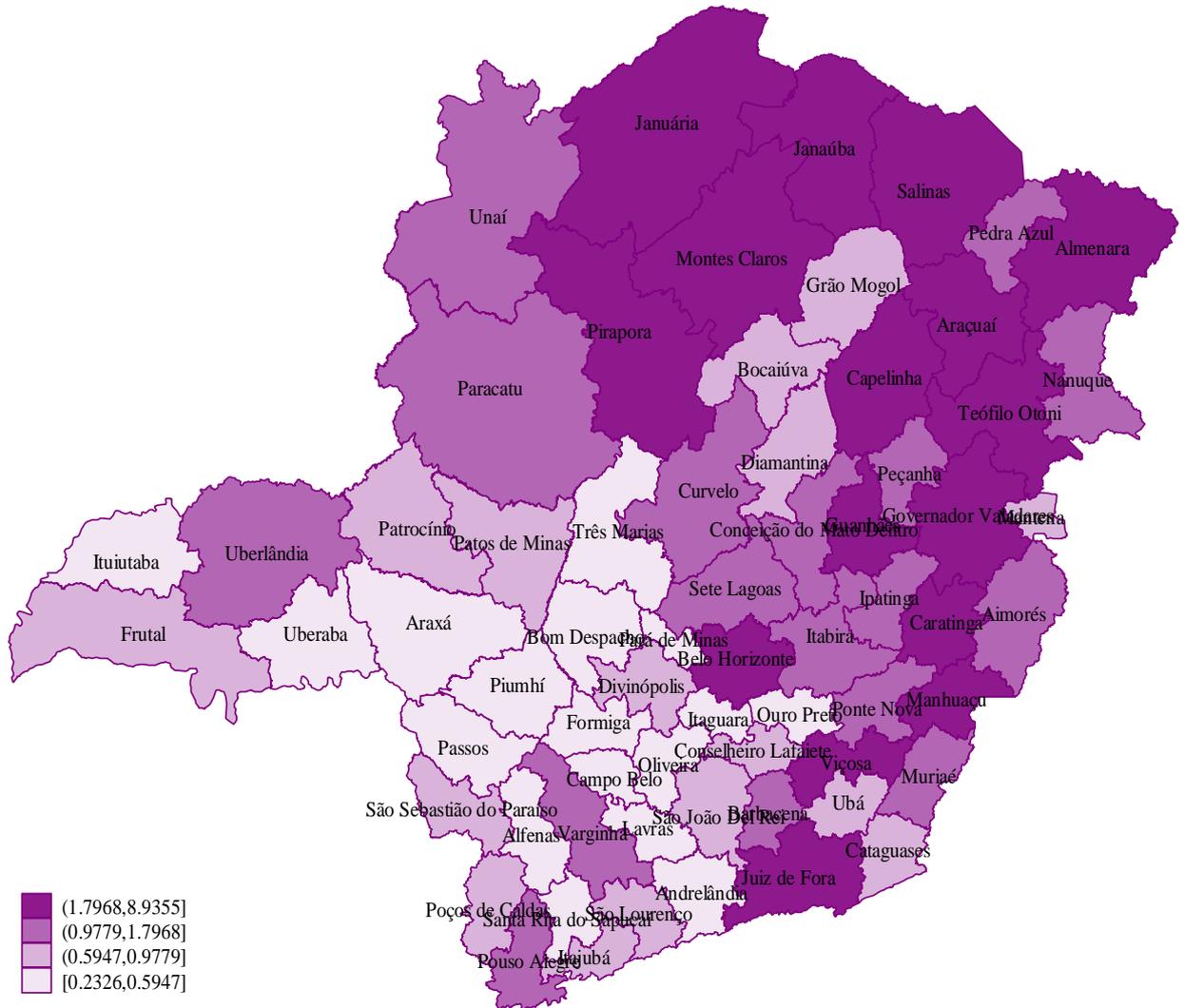
Mapa 5 – Decomposição de M_0 por microrregião de Minas Gerais em 2000 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Por outro lado, as microrregiões que menos contribuíram para a composição do índice M_0 foram: Pará de Minas, com participação de 0,3%; Piumhí, com participação de 0,4%; e Campo Belo, também com participação de 0,4%. Estas microrregiões faziam parte do último intervalo (tonalidade mais clara do Mapa 5).

Nota-se que microrregiões com baixos índices de pobreza multidimensional como Uberlândia (participação de 1,5%), Juiz de Fora (participação de 1,6%) e Varginha (participação de 1,2%) contribuíram mais para composição da pobreza multidimensional que, por exemplo, as microrregiões de Bocaiúva (0,7%) e Grão Mogol (0,7%), que se caracterizaram por índices de pobreza mais elevados.

A decomposição da pobreza multidimensional por microrregião no ano de 2010 pode ser conferida no Mapa 6. As microrregiões foram classificadas conforme sua participação na pobreza da seguinte forma: entre 8,9% e 1,8%; entre 1,8% e 1,0%; entre 1,0% e 0,6%, e entre 0,6% e 0,2% (valores arredondados).



Mapa 6 – Decomposição de M_0 por microrregião de Minas Gerais em 2010 para $k = 2$.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

A microrregião que mais contribuiu para a pobreza multidimensional neste ano também foi Belo Horizonte, com contribuição de 8,9%. Em seguida, apresentam-se as contribuições da microrregião de Montes Claros (6,1%) e Januária (5,3%). Estas microrregiões estavam situadas no primeiro intervalo (cor mais escura do Mapa 6).

A microrregião que menos contribuiu para a pobreza em 2010 foi Piumhí, com contribuição de 0,2%. Na sequência, destacam-se as microrregiões de Pará de Minas e

Formiga, ambas com participação de 0,3% na pobreza multidimensional. Percebe-se que estas microrregiões compõem o último intervalo (tonalidade mais clara do Mapa 6).

Pode-se citar novamente a contribuição da microrregião de Juiz de Fora para a pobreza multidimensional (participação de 1,8%). Esta microrregião também estava dentro da primeira classe de contribuições, compondo as microrregiões que mais contribuíram para pobreza em 2010.

Nesse sentido, assim como na decomposição por mesorregião, a decomposição por microrregião revelou que microrregiões multidimensionalmente menos pobres podem contribuir muito para a pobreza total. Isto mostra que estudo da pobreza (e as políticas públicas) não pode ser direcionado apenas para as regiões mais pobres do estado pelo critério da renda, ou para as regiões com menor IDH. A análise da pobreza deve ser realizada em todas as regiões, uma vez que se corre o risco de desconsiderar as localidades que exercem grande influência sobre a pobreza multidimensional como um todo.

Foram realizadas ainda, decomposições por situação de domicílio. As situações de domicílio abrangidas pelos Censos demográficos são: domicílios urbanos e domicílios rurais. Buainain e Neder (2010) apontam para uma tendência de urbanização da pobreza, mas enfatizam que a pobreza rural é proporcionalmente mais preocupante.

De acordo com Haas e Hillig (2009), a pobreza rural é historicamente vista como um problema a ser combatido. No decorrer do tempo, passou de um problema concebido em decorrência da produção insuficiente – onde seu combate estava vinculado à intensificação de tecnologia para que houvesse aumento de produtividade – para em um novo estágio do desenvolvimento rural em que o bem-estar é mais complexo do que simplesmente alcançar um nível de renda satisfatório. Por estes motivos, é necessário enfatizar o combate da pobreza urbana e rural numa perspectiva multidimensional.

Em áreas rurais, a análise da pobreza multidimensional é particularmente importante em virtude de elementos como o autoconsumo e a solidariedade que são mais difíceis de serem captadas por indicadores unidimensionais. Quando as estimativas reúnem um número maior de dimensões, é possível obter maior precisão nos resultados encontrados.

Neste trabalho, também foram estimados índices de pobreza multidimensional por situação de domicílio em Minas Gerais. Quanto ao índice M_0 e sua decomposição por situação de domicílio, pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 – Índice M_0 , intervalos de confiança e decomposição por situação de domicílio (2000-2010)²³⁷.

Situação de domicílio	M_0	M_0 inferior	M_0 superior	M_0 erro (%)	Participação (%)
2000					
Urbano	0,065	0,0647	0,0656	0,65	55,53
Rural	0,263	0,2621	0,2647	0,49	44,47
2010					
Urbano	0,025	0,0250	0,0255	0,96	50,07
Rural	0,155	0,1535	0,1556	0,69	49,93

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

A análise do índice M_0 confirma maior pobreza multidimensional nas áreas rurais que urbanas. Em 2000, o índice M_0 foi estimado em 0,065 nas áreas urbanas e em 0,263 nas áreas rurais. No ano de 2010, o índice de pobreza multidimensional foi estimado em 0,025 nas áreas urbanas e em 0,155 nas áreas rurais. Conforme a variação absoluta, o índice M_0 reduziu 0,040 nas áreas urbanas e 0,108 nas áreas rurais, apontando para uma diminuição mais acentuada nas áreas rurais. Os intervalos de confiança permitem confirmar a diminuição da pobreza, já que não houve sobreposição dos índices de 2000 e 2010 dentro dos intervalos.

A decomposição do índice por situação de domicílio certifica a complexidade da pobreza urbana ao constatar que, em 2000, a pobreza urbana contribuiu 55,53% para pobreza como um todo, ao passo que a pobreza rural contribuiu um pouco menos, 44,47%. Apesar disso, em 2010, aumentou a contribuição da pobreza rural (contribuição de 49,93%) frente a uma diminuição da participação da pobreza urbana (contribuição de 50,07%), ainda que a contribuição desta última tenha permanecido mais elevada.

Em termos de políticas públicas, isto significa que a pobreza rural deve ser combatida, mas, a pobreza urbana não pode ser esquecida. Em virtude do tamanho da população urbana²³⁸, ela não pode ser abandonada no combate à pobreza multidimensional.

²³⁷ Com base no FGT (0), em 2000, a pobreza unidimensional urbana foi de 24,49%. No mesmo ano, a pobreza unidimensional rural foi de 28,59%. Em 2010, a pobreza unidimensional afligia 12,73% dos domicílios urbanos, ao passo que a pobreza unidimensional rural abrangia 15,51% dos domicílios. Quanto à proporção de pobres multidimensional (H), em 2000, foi estimada em 17,5% para áreas urbanas. Nas áreas rurais, a proporção de pobres multidimensional foi estimada 61,9%. Em 2010, estes percentuais reduziram para 7,3% nas áreas urbanas e 41,4% nas áreas rurais. A intensidade da pobreza multidimensional (A) em 2000 foi estimada em 37,0% nas áreas urbanas e 42,4% nas áreas rurais. Em 2010, a intensidade da pobreza se aproximou nas duas situações de domicílio, sendo estimada em 34,2% nas áreas urbanas e 37,1% nas áreas rurais.

²³⁸ Em 2000, haviam 475.816 domicílios urbanos e 139.285 domicílios rurais na amostra do Censo. Em 2010, haviam 608.708 domicílios urbanos e 165.890 domicílios rurais. Nas decomposições foram utilizados os valores expandidos a partir das amostras.

Todas estas decomposições por subgrupos são importantes. Elas fornecem um retrato da pobreza. O perfil da pobreza multidimensional traçado por meio das decomposições permite evidenciar as localidades que merecem maior atenção das políticas públicas, no sentido de obter um maior alcance às famílias com privações mais acentuadas em termos de necessidades e capacitações básicas.

5.6 Decomposições de M_0 por dimensões da pobreza

Outra vantagem do índice M_0 é que possibilita a decomposição por dimensão. Nesta tese, a decomposição da pobreza por dimensão foi realizada com base no índice M_0 do estado como um todo para o nível de corte $k = 2$. Posteriormente, foram realizadas decomposições de M_0 dentro de cada mesorregião, dentro de cada microrregião e de alguns municípios selecionados²³⁹.

A vantagem deste tipo de decomposição, é que ela pode orientar as políticas de combate à pobreza, à medida que atesta quais são as dimensões que mais afetam as famílias pobres e que precisam ser enfrentadas. Cada dimensão foi analisada de acordo com a sua contribuição para a pobreza. Quanto maior o percentual de contribuição, mais urgente é aquela dimensão para o enfrentamento do problema. A contribuição de todas as dimensões totaliza 100%.

A decomposição da pobreza em Minas Gerais por dimensão no ano de 2000 está apresentada no Gráfico 10. Entre as sete dimensões aqui consideradas para caracterizar a pobreza multidimensional, a dimensão que mais contribuiu para a composição de M_0 , neste ano, foi Ausência de bens, com contribuição de 23,6%. O maior percentual de privação nesta dimensão entre os domicílios mineiros se deu no indicador básico Ausência de computador, cuja privação deste bem atingiu 92,3% dos domicílios em 2000. Neste mesmo ano, a privação

²³⁹ O índice M_0 também foi decomposto por dimensão conforme a situação de domicílio. Em 2000, os resultados apontaram que a dimensão Ausência de bens contribuiu 23,9% para a pobreza urbana e 23,3% para a pobreza rural. Na sequência, podem-se citar as Características educacionais, que contribuíram 19,3% para a pobreza urbana e 17,4% para a pobreza rural. Enquanto isso, as Condições sanitárias contribuíram 13,1% para a pobreza urbana e 20,3% para a pobreza rural. A dimensão de Saúde contribuiu 13,6% para a pobreza urbana e 9,3% para a pobreza rural. Já a dimensão de Vulnerabilidade econômica contribuiu 12,3% para a pobreza urbana e 11,0% para a pobreza rural. A dimensão de Condições ocupacionais contribuiu 11,1% para a pobreza urbana e 11,3% para a pobreza rural. Por fim, as Condições de moradia contribuíram 6,8% para a pobreza urbana e 7,6% para a pobreza rural. Em 2010, a pobreza urbana foi decomposta por dimensão da seguinte forma: Ausência de bens, 24,0%; Características educacionais, 20,7%; Condições sanitárias, 10,2%; Saúde, 16,1%; Condições ocupacionais, 12,2%; Vulnerabilidade econômica, 10,4%; e Condições de moradia, 6,4%. Por sua vez, os percentuais de contribuição para a pobreza rural foram: Ausência de bens, 22,8%; Características educacionais, 18,2%; Condições sanitárias, 17,1%; Saúde, 11,1%; Condições ocupacionais, 11,9%; Vulnerabilidade econômica 11,1%; e Condições de moradia, 7,8%.

que menos afligiu os domicílios nesta dimensão foi a Ausência de rádio, com privação em 10,6% dos domicílios.

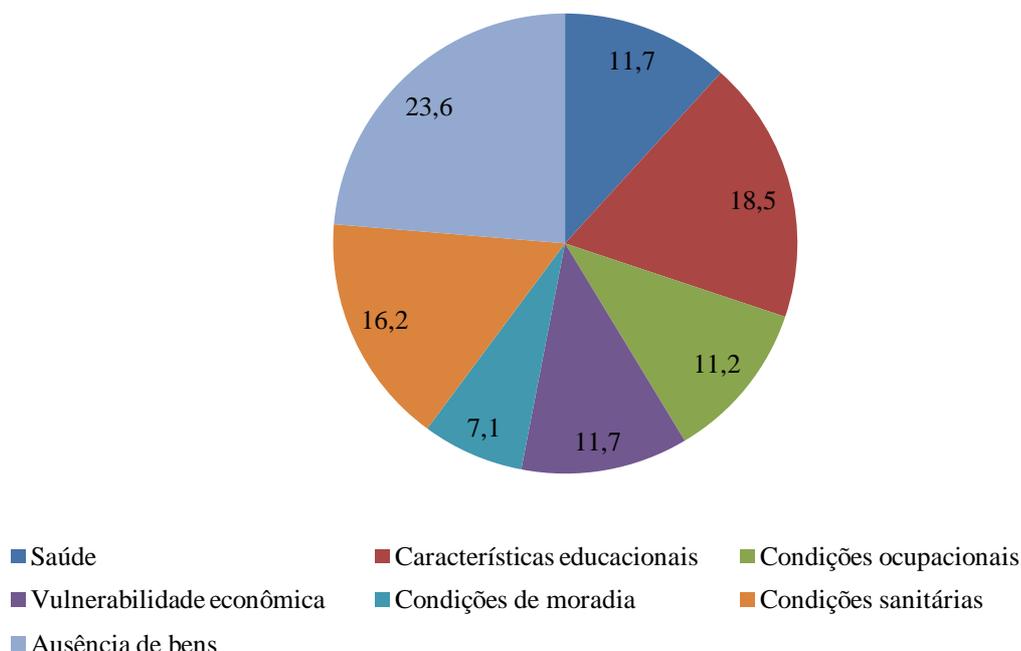


Gráfico 10 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 em Minas Gerais no ano de 2000 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Seguindo com a análise do Gráfico 10, logo após, aparece a contribuição da dimensão Condições educacionais (18,5%). Vale ressaltar dentro desta dimensão que, a Existência de adulto analfabeto privava 25,3% dos domicílios, ao passo que o indicador Crianças fora da escola implicava privação em 3,7% das famílias.

A decomposição do índice M_0 em 2000 revelou ainda que a dimensão de Condições sanitárias contribuiu 16,2% para a pobreza multidimensional. Dentro desta dimensão, a Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica afligia 34,8% dos domicílios estudados. A menor privação no conjunto de indicadores que compõem esta dimensão foi verificada na variável Ausência de sanitário, que atingia 10,6% dos domicílios.

Após a dimensão de Condições Sanitárias, podem-se citar as dimensões de Saúde e Vulnerabilidade econômica, ambas com participação de 11,7% na pobreza. Na primeira dimensão, pode-se destacar a parcela de privação na variável Dificuldade para enxergar, que

atingiu 23,3% dos domicílios. É útil acrescentar ainda que, o indicador Deficiência mental permanente privou 6,6% dos domicílios mineiros. Na dimensão de Vulnerabilidade econômica, a variável Pobreza monetária, tradicionalmente utilizada para mensurar a pobreza, privava 25,4% dos domicílios, enquanto a variável Ausência de ocupação remunerada privava 6,4% dos domicílios.

Ainda com base no Gráfico 10, a dimensão de Condições ocupacionais contribuiu em 11,2% para a composição da pobreza multidimensional. Nesta dimensão, é possível acrescentar as privações capturadas pelos indicadores Trabalho infantil e Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho. Qualquer percentual de trabalho infantil seja preocupante, visto que a proteção à infância é essencial para o desenvolvimento do indivíduo em termos das suas necessidades e capacitações, então, o percentual de privação neste indicador atingiu 4,1% dos domicílios mineiros. O segundo indicador, privou um número maior de domicílios, com percentual de privação de 37,0%.

A dimensão que menos contribuiu para o índice M_0 , no ano de 2000, foi Condições de moradia, com contribuição de 7,1% (Gráfico 10). Entre os indicadores básicos que compõem esta dimensão, é útil advertir que 26,6% dos domicílios estavam privados quanto ao indicador Domicílio não próprio; e 5,1% dos domicílios estavam privados por possuírem Ausência de energia elétrica.

Este tipo de análise também foi reproduzida para o ano de 2010 no Gráfico 11. É evidente que a dimensão Ausência de bens, novamente, foi a que mais contribuiu para a pobreza multidimensional em Minas Gerais. No entanto, a contribuição de 23,4% foi ligeiramente menor que a relatada anteriormente para 2000 (23,6%). A Ausência de computador continuou afetando os domicílios, mas com uma diminuição para 69,7% dos mesmos. Nota-se que houve um aumento da Ausência de rádio, que passou a atingir 16,1% dos domicílios, frente a uma diminuição da Ausência de televisor (privação em 13,3% em 2000 e 5,6% em 2010). Este resultado é esperado diante da substituição dos aparelhos de rádio e pelo maior acesso à televisão.

Neste ano, a dimensão de Condições educacionais contribuiu 19,5% para a pobreza. Quanto aos indicadores que fazem parte desta dimensão, a Existência de adulto analfabeto passou a privar 19,8% dos domicílios; e o percentual de domicílios com Crianças fora da escola diminuiu para 1,1%.

Com base no Gráfico 11, observa-se que a dimensão de Saúde teve sua contribuição elevada para 13,6%. A variável Dificuldade para enxergar atingiu mais domicílios (37,7%)

que em 2000, enquanto a variável Deficiência mental permanente afligiu menos domicílios (4,6%) que em 2000.

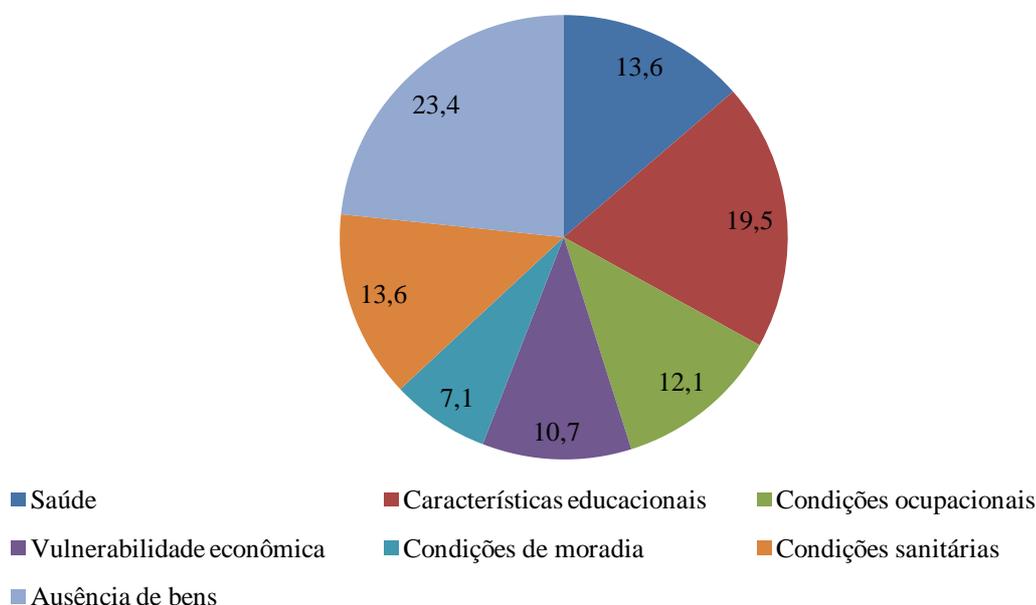


Gráfico 11 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 em Minas Gerais no ano de 2010 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

As duas últimas dimensões citadas aumentaram sua participação na composição da pobreza em relação a 2000, com destaque para a última, cujo percentual em 2000 era de 11,7%. Em oposição, a dimensão de Condições sanitárias, reduziu sua participação para 13,6% (16,2% em 2000). A ausência de Rede de esgoto ou fossa séptica continuou sendo o indicador dimensional com maior percentual de domicílios privados (29,5%), porém sua incidência reduziu em relação ao ano anterior. Além disso, nota-se que a Ausência de sanitário reduziu para 3,1% dos domicílios. O mesmo aconteceu com o Destino inadequado do lixo que atingia 12,7% dos domicílios em 2000 e passou a atingir 3,9% em 2010.

O Gráfico 11 revela ainda que, a dimensão Condições ocupacionais contribuiu 12,1% para a composição do índice M_0 em 2010. Nesta dimensão, o indicador Trabalho infantil revelou privações em 2,5% das famílias. Além disso, 29,4% das famílias estavam privadas quanto à participação da mulher no mercado de trabalho, com base no indicador Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho.

Ademais, a dimensão Vulnerabilidade econômica contribuiu 10,7% para a pobreza multidimensional em 2010, com um indicador de Pobreza monetária apontando para privação em 13,3% dos domicílios. A isso, soma-se que a dimensão Condições de moradia contribuiu 7,1% para a pobreza, podendo ser destacado que a privação em relação à energia elétrica, captada pelo indicador Ausência de energia elétrica, reduziu para 1,1%.

A contribuição da dimensão Vulnerabilidade econômica para a composição da pobreza multidimensional, reforça que a pobreza é complexa demais para ser reduzida a uma única dimensão monetária, conforme foi discutido pela abordagem das necessidades humanas e das capacitações. Em 2000, entre as sete dimensões esta foi a terceira dimensão que menos contribuiu para a pobreza, perdendo apenas para Condições ocupacionais e Condições de moradia. Em 2010, a dimensão foi a segunda que menos contribuiu para a pobreza, perdendo somente para as Condições de moradia.

Se as políticas de combate à pobreza se concentrarem fortemente nesta única dimensão, e com base nisso, apenas transferirem renda no intuito de superar o problema, a pobreza corre o risco de nunca ser minimizada ou superada, haja vista que, existem dimensões que contribuem muito mais para a pobreza, como foi relatado. Logo, estas dimensões também precisam ser alvos de políticas públicas.

Os resultados do trabalho de Souza Filho e Assis (2013) apontaram para a dimensão de educação como prioridade de políticas públicas de combate à pobreza em Minas Gerais. Ainda que as dimensões construídas por esses autores tenham composições diferentes das estimadas nesta tese, já que procuraram reproduzir fielmente o IPM do PNUD, reafirma-se a necessidade de políticas voltadas para a educação, mesmo que a dimensão Ausência de bens tenha sido relatada como maior contribuinte para a pobreza do estado.

A dimensão de Condições educacionais utilizada nesta tese agrega um maior número de indicadores que os utilizados por Souza Filho e Assis (2013), que utilizaram somente Anos de estudo e Escolarização infantil para representar a dimensão de escolaridade. Entende-se que os indicadores aqui utilizados permitem retratar melhor a contribuição da dimensão para a pobreza multidimensional.

O Trabalho de Costa e Costa (2014) também aponta para a elevada participação da escolaridade, seguida da dimensão saúde. Apesar destas coincidências, uma das contribuições desta tese é incorporar outras dimensões como Condições ocupacionais, dentre outras que também possuem relevância na análise da pobreza e merecem ser destacadas.

No caso das Condições ocupacionais, a liberdade para participar do mercado de trabalho é reconhecida por Sen como fundamental. Além disso, Doyal e Gough afirmam que

o espaço do trabalho pode afetar a vida e a saúde do indivíduo, como foi abordado na Subseção 4.3.2 do Capítulo 4. Por isso, o uso deste conjunto de indicadores básicos é fundamental para a análise da pobreza multidimensional, já que interferem nas capacitações básicas das famílias.

Além disto, na presente tese foram adicionados mais indicadores nas dimensões de Condições sanitárias e Características educacionais, aumentando a abrangência destas dimensões. Agregaram-se também indicadores de mobilidade e acessibilidade das famílias incorporados pelas dimensões de Saúde e Ausência de bens. Com base nos Gráficos 10 e 11, conclui-se que as dimensões que mais contribuíram para a pobreza em Minas Gerais nos dois anos foram: Ausência de bens, Características educacionais, Condições sanitárias e Saúde.

No caso da dimensão de Ausência de bens, aponta-se para um padrão de vida deteriorado, dentro de uma sociedade em relação aos outros membros que dela participam, quando não se possui bens como computador, máquina de lavar, televisor, geladeira e automóvel. Não há dúvidas que estes bens sejam importantes, porque possibilitam entretenimento, comunicação, conservação de alimentos, e mesmo a maior independência e conforto no domicílio.

5.6.1 Decomposição do índice M_0 por dimensão nas mesorregiões mineiras

O índice M_0 foi decomposto por dimensão dentro das mesorregiões nos anos de 2000 e 2010. Isto porque, pretende-se obter uma análise detalhada das dimensões que mais contribuíram e menos contribuíram para pobreza multidimensional em cada mesorregião. Os resultados desta decomposição por dimensão podem ser conferidos no Apêndice J.

No Gráfico 12, é relatada a decomposição por dimensão do índice M_0 estimado para o ano de 2000 nas mesorregiões de Minas Gerais. Em todas as mesorregiões, a dimensão que mais contribuiu para a composição da pobreza multidimensional foi a Ausência de bens. No Noroeste de Minas, esta dimensão contribuiu 24,7% (mesorregião em que a contribuição da dimensão foi maior). Na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a contribuição da dimensão foi de 23,1% (mesorregião em que a contribuição foi menor).

Em todas as mesorregiões, a dimensão que menos contribuiu para a composição da pobreza multidimensional foi Condições de Moradia. No Oeste de Minas, esta dimensão contribuiu 5,4% (mesorregião em que a contribuição foi menor). Na mesorregião do

Jequitinhonha, a dimensão contribuiu 8,0% para a pobreza (mesorregião em que a contribuição foi maior).

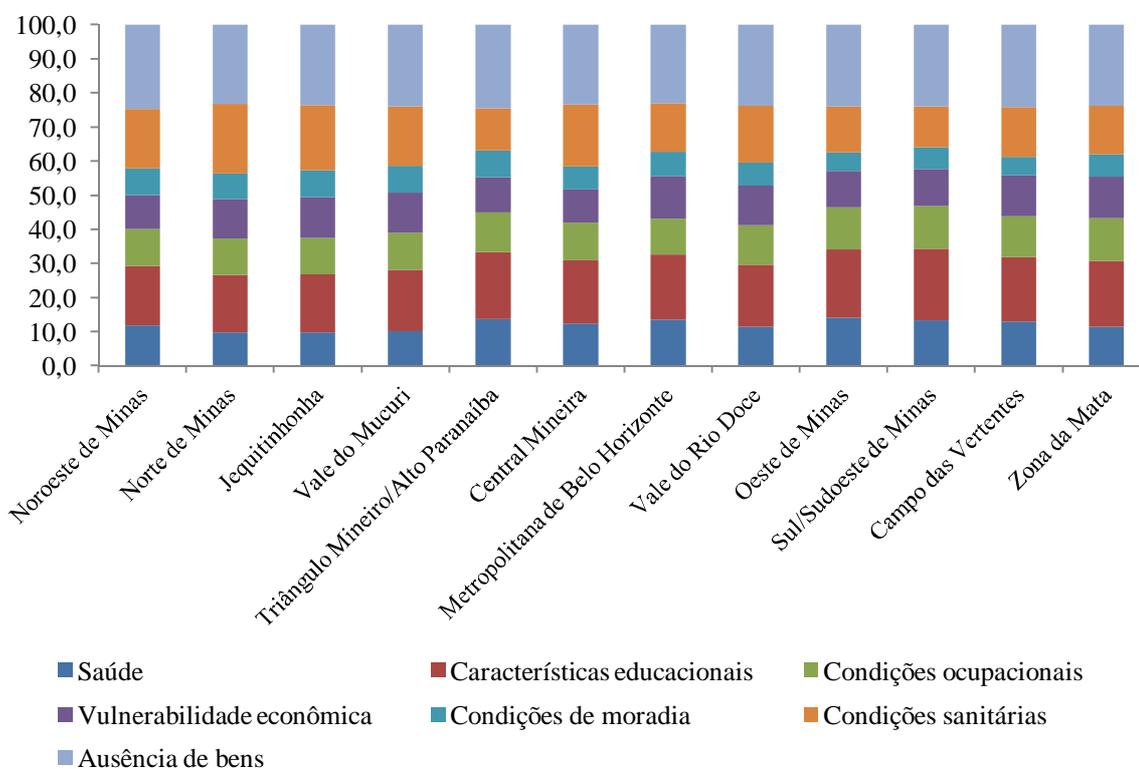


Gráfico 12 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas mesorregiões mineiras em 2000 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Outro fator interessante revelado pela decomposição de M_0 por dimensão entre as mesorregiões foi a alta contribuição da dimensão Características educacionais. A contribuição desta dimensão variou entre 16,9% (Norte de Minas) e 21,9% (Sul/Sudoeste de Minas). Pelo alcance destes percentuais, percebe-se que esta dimensão é uma importante componente da pobreza em todas as mesorregiões (Gráfico 12).

A decomposição da pobreza multidimensional por dimensão no ano de 2000 revelou que as mesorregiões em que a pobreza multidimensional é mais grave no estado, valem lembrá-las, Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, são as que apresentaram menor participação da dimensão de Saúde na sua composição. As respectivas contribuições da dimensão Saúde para estas mesorregiões foram: 9,7%, 9,7% e 10,1%. Isto contrasta com as contribuições desta dimensão para a composição da pobreza multidimensional das mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas, nas quais as famílias possuem melhores situações de bem-

estar multidimensional. Nestas localidades, os respectivos percentuais de contribuição da dimensão para a pobreza foram: 13,5%, 13,7%, 14,0% e 13,4%.

Por outro lado, percebe-se que as mesorregiões Norte de Minas (20,0%), Jequitinhonha (19,0%) e Vale do Mucuri (17,5%) possuem maior participação da dimensão Condições sanitárias na pobreza que as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (14,2%), Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba (12,3%), Oeste de Minas (13,5%) e Sul/Sudoeste de Minas (12,0%). Isto mostra que as mesorregiões mais pobres do estado estavam mais privadas na dimensão de Condições sanitárias que na dimensão de Saúde, o que não quer dizer que a dimensão de Saúde não seja preocupante nestas mesorregiões.

No Gráfico 13, são apresentadas as decomposições de M_0 por dimensão no ano de 2010. Novamente, a dimensão que mais contribuiu para a pobreza multidimensional foi a Ausência de bens, com contribuição de 24,1% para pobreza da mesorregião do Vale do Mucuri. Essa foi a maior contribuição da dimensão entre todas as mesorregiões. A menor contribuição da dimensão Ausência de bens se deu na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, com contribuição de 22,5%.

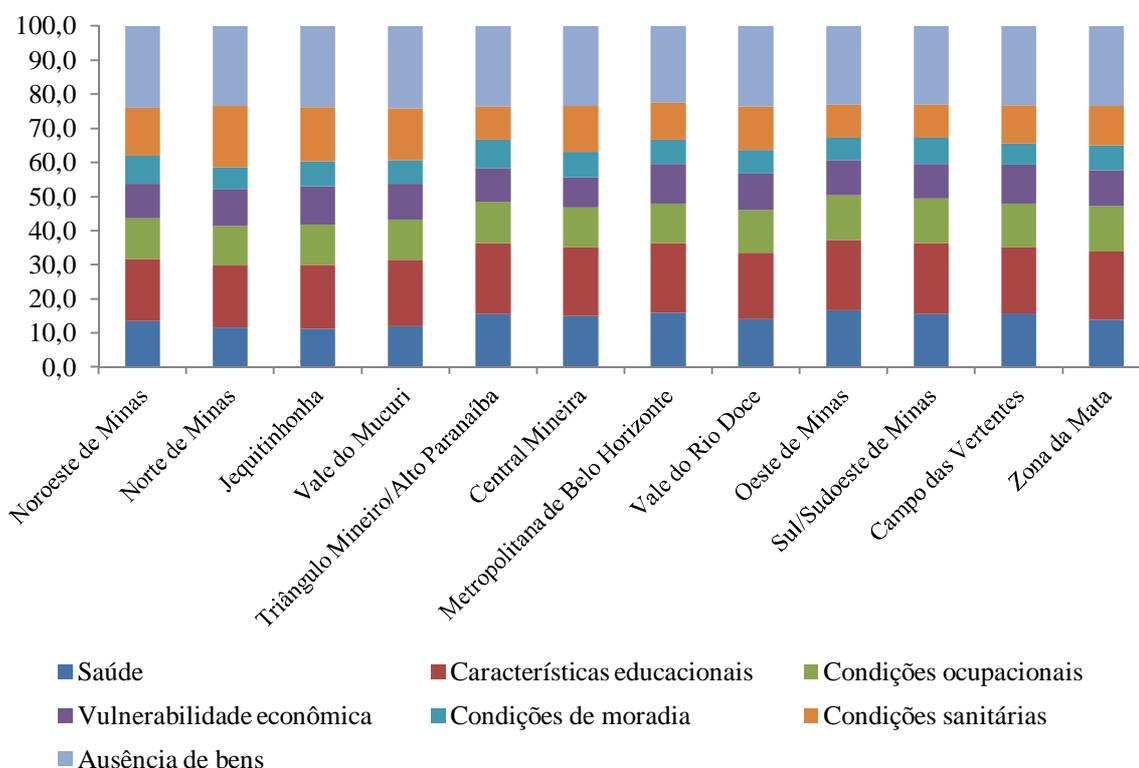


Gráfico 13 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas mesorregiões mineiras em 2010 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Assim como em 2000, em 2010, a dimensão de Condições de moradia foi a que menos contribuiu para a pobreza multidimensional em todas as mesorregiões. A menor contribuição da dimensão se deu na mesorregião de Campo das Vertentes (6,2%). A maior contribuição da dimensão foi observada na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (8,5%). Isto também pode ser visto no Gráfico 13.

Após a dimensão Ausência de bens, a dimensão que mais contribuiu para a pobreza foi Características educacionais. O maior percentual de contribuição desta dimensão foi relatado na pobreza multidimensional da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (21,0%); e a menor contribuição foi verificada no Norte de Minas (18,1%) (Gráfico 13). Esta é uma dimensão na qual todas as mesorregiões sofreram altas contribuições relativas para as privações.

Quanto à dimensão de Condições sanitárias, é interessante destacar o percentual de participação na pobreza da mesorregião Norte de Minas, que foi de 17,8%. Assim, como em 2000, esta mesorregião foi a que obteve maior participação desta dimensão na composição de sua pobreza multidimensional. Nas mesorregiões do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, os respectivos percentuais de contribuição foram: 16,0% e 15,2%. Em outro extremo, a dimensão contribuiu com o percentual de 9,7%, para a pobreza das mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas. Além disso, foi constatado um percentual de 10,8% para a composição da pobreza multidimensional na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (Gráfico 13).

Do mesmo modo que no ano de 2000, a dimensão Saúde contribuiu mais para a pobreza das mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (15,7%), Oeste de Minas (16,7%), Sul/Sudoeste de Minas (15,5%) e mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (16,0%); e menos para a pobreza do Norte de Minas (11,7%), Jequitinhonha (13,3%) e Vale do Mucuri (13,0%). Apesar disto, os percentuais de contribuição em 2010 foram mais próximos que em 2000.

A decomposição por dimensão nas mesorregiões nos dois anos permite corroborar o que foi relatado para o estado como um todo no que se refere à participação da dimensão Vulnerabilidade econômica na pobreza. Nos dois anos, na maioria das mesorregiões, esta dimensão foi a penúltima que menos contribuiu para a pobreza. Isto quer dizer que outras dimensões afetam em maior medida o bem-estar nos domicílios mineiros.

Em suma, conclui-se que a dimensão que mais contribuiu para a pobreza nos dois anos foi Ausência de bens. A dimensão que menos contribuiu para a pobreza em ambos os anos foi Condições de moradia. Além disso, deve-se destacar: a contribuição da dimensão Características educacionais em todas as mesorregiões; a participação da dimensão de

Condições Sanitárias nas mesorregiões multidimensionalmente mais pobres; e a contribuição da dimensão de Saúde nas mesorregiões multidimensionalmente menos pobres.

5.6.2 Decomposição do índice M_0 por dimensão nas microrregiões mineiras

Os índices de pobreza M_0 das microrregiões também foram decompostos por dimensões. Isto é relevante para traçar a composição da pobreza de cada microrregião. Os valores das decomposições também podem ser visualizados no Apêndice K.

Conforme o Gráfico 14, em 2000, a dimensão Ausência de bens foi a que mais contribuiu para a pobreza em todas as microrregiões. Entre elas, o maior percentual de participação da dimensão se deu na pobreza calculada para Andrelândia (25,7%) e o menor percentual se deu na microrregião de Janaúba (22,7%).

Outra dimensão que muito contribuiu para a pobreza neste ano em todas as microrregiões foi a de Características educacionais. A maior contribuição desta dimensão para a pobreza foi revelada na microrregião de Varginha, onde as Características educacionais contribuíram 22,3% para a pobreza. O menor percentual foi verificado na microrregião de Grão Mogol, na qual a dimensão contribuiu 16,2% para a pobreza.

Da mesma forma, a dimensão de Condições sanitárias foi representativamente responsável pela pobreza em grande parte das microrregiões. O maior percentual de contribuição desta dimensão se deu na microrregião de Grão Mogol (22,1%). O menor percentual foi encontrado na microrregião de Passos (9,1%).

Analisando-se a microrregiões mais pobres e menos pobres, percebe-se que as microrregiões de Grão Mogol, Januária, Salinas, Araçuaí e Peçanha possuem em comum maior participação da dimensão de Condições sanitárias que da dimensão de Saúde na composição da pobreza. Os percentuais de contribuição da dimensão Condições sanitárias nestas microrregiões foram respectivamente: 22,1%, 20,4%, 21,9%, 19,8% e 20,2%. Enquanto isso, os respectivos percentuais de contribuição da dimensão Saúde foram: 8,3%, 9,7%, 8,3%, 9,8% e 9,3%. Nestas microrregiões, a dimensão de Condições sanitárias contribuiu mais para a pobreza que a dimensão de Características educacionais (vide Gráfico 14).

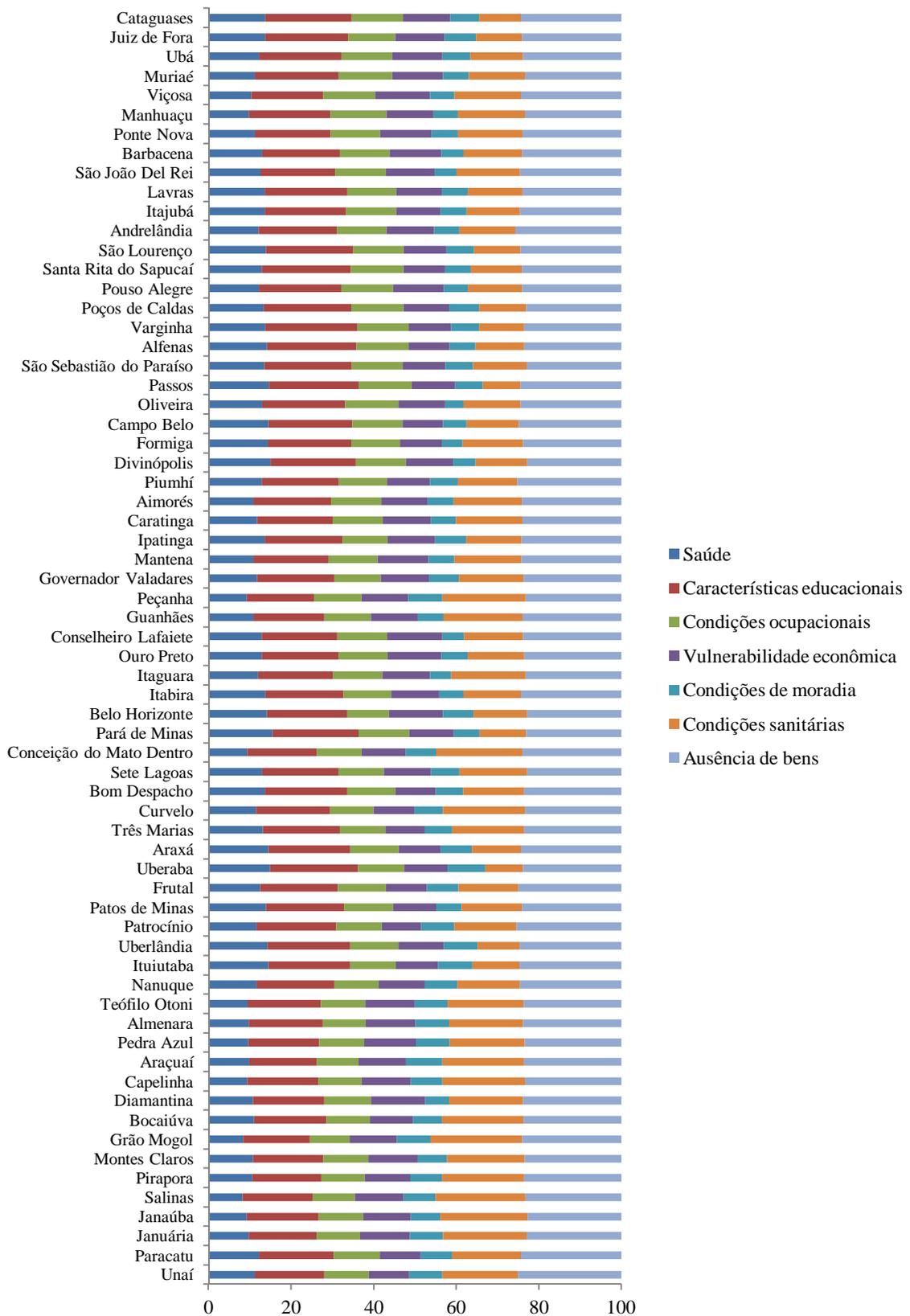


Gráfico 14 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas microrregiões mineiras em 2000 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Entre as microrregiões menos pobres, também é possível encontrar um padrão em comum. Na microrregião de Uberlândia, a dimensão Saúde contribuiu 14,3% para a pobreza, ao passo que a dimensão de Condições sanitárias contribuiu 10,1%. Na microrregião de Uberaba, os percentuais de contribuição foram respectivamente de: 15,0% e 9,1%. Por sua vez, na microrregião de Divinópolis, a dimensão Saúde também contribuiu 15,0% para a pobreza, ao mesmo tempo em que a dimensão de Condições sanitárias contribuiu 12,5%.

Nestas microrregiões, a dimensão de Características educacionais, contribuiu mais para a pobreza multidimensional que as duas outras dimensões citadas. Na microrregião de Uberlândia, a contribuição das Características educacionais foi de 20,0%. Nas microrregiões de Uberaba e Divinópolis, esta dimensão contribuiu respectivamente com 21,3% e 20,6% para a composição da pobreza multidimensional (Gráfico 14).

A dimensão que menos contribuiu para a pobreza das microrregiões em 2000 foi Condições de moradia. A participação desta dimensão na pobreza multidimensional variou entre 4,5% na microrregião de Oliveira e 9,1% na microrregião de Uberaba (Gráfico 14).

O Gráfico 15 ilustra a contribuição relativa das dimensões para a pobreza no ano de 2010. Neste ano, a dimensão Ausência de bens também obteve maior contribuição para a pobreza das microrregiões. A microrregião com maior contribuição da dimensão Ausência de bens foi Andrelândia (24,9%). A microrregião na qual essa dimensão menos contribuiu para a pobreza foi Itaguara (21,9%).

Por outro lado, a dimensão que menos contribuiu para a o índice M_0 das microrregiões foi novamente Condições de moradia. A menor participação desta dimensão foi averiguada na microrregião de Oliveira (5,6%). A maior participação desta dimensão foi percebida na microrregião de Uberaba (9,7%).

Entre as microrregiões mais pobres do estado, como no ano de 2000, a dimensão de Condições sanitárias contribuiu mais para a composição da pobreza que a dimensão de Saúde. As respectivas contribuições das dimensões de Condições sanitárias e Saúde nestas microrregiões foram: 19,2% e 10,1% em Grão Mogol; 18,2% e 11,2% em Januária; 17,4% e 10,9% em Salinas; 16,7% e 11,1% em Araçuaí; 16,7% e 11,1% em Peçanha.

Nota-se um aumento da participação da dimensão de Características educacionais nestas microrregiões. Com exceção das microrregiões de Grão Mogol e Januária, cuja participação foi respectivamente de 17,5% e 17,9%, nas demais microrregiões ela superou a participação da dimensão de Condições sanitárias (Gráfico 15).

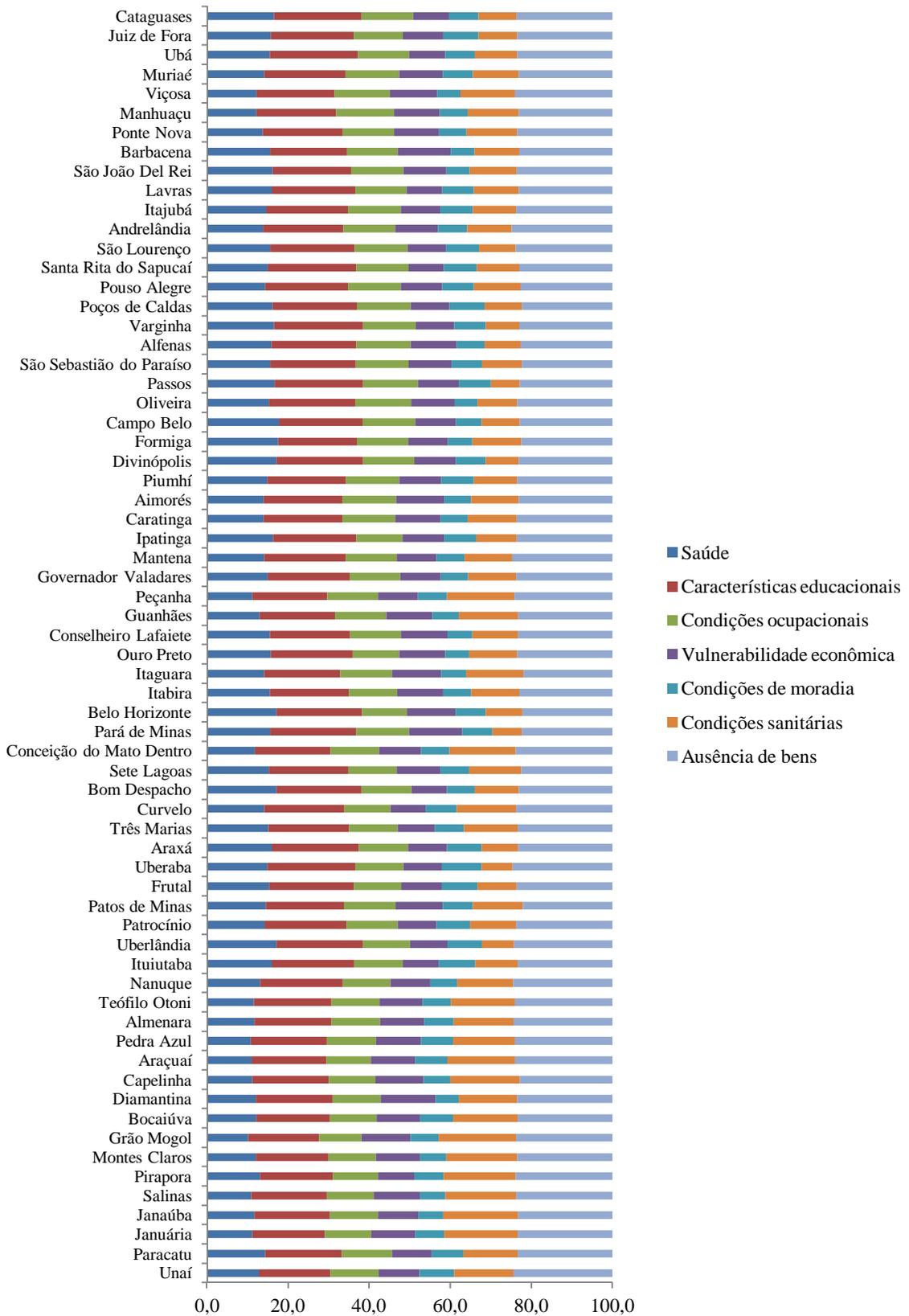


Gráfico 15 – Contribuição relativa das dimensões da pobreza para o índice M_0 nas microrregiões mineiras em 2010 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

Em 2010, também é possível traçar um padrão similar sobre a composição da participação destas dimensões na pobreza das microrregiões menos pobres. Nestas microrregiões, a participação da dimensão de Saúde foi superior à participação da dimensão de Condições sanitárias. Na microrregião de Uberlândia, a participação da dimensão Saúde foi de 17,2%, enquanto a participação da dimensão de Condições sanitárias foi de 8,0%. Na microrregião de Uberaba, a contribuição da dimensão Saúde foi de 14,9% e participação da dimensão de Condições sanitárias foi de 7,7%. Na microrregião de Divinópolis, a contribuição da dimensão de Saúde foi de 17,2%, ao passo que, a contribuição da dimensão de Condições sanitárias foi de 8,3%.

Nestas microrregiões, a participação da dimensão de Características educacionais nos respectivos índices M_0 foi superior à participação da dimensão na composição dos índices das microrregiões mais pobres. Na microrregião de Uberlândia, esta dimensão contribuiu 21,2% para a pobreza. Na microrregião de Uberaba, a contribuição foi de 21,7%. Por fim, na microrregião de Divinópolis a dimensão contribuiu em 21,3% para a pobreza multidimensional.

Com isso, é possível assimilar diferenças na composição da pobreza, entre as microrregiões mais pobres e menos pobres do estado. Entre as mais pobres, a dimensão de Condições sanitárias obteve uma contribuição mais elevada que entre as menos pobres. Em contrapartida, as microrregiões menos pobres, possuíram contribuição mais elevada da dimensão de Saúde e Características educacionais que as microrregiões mais pobres.

A dimensão de Vulnerabilidade econômica não se apresentou entre aquelas que mais contribuíram para a pobreza das microrregiões nos dois anos. Na maioria das microrregiões, esta dimensão foi uma das que menos contribuíram para a pobreza multidimensional, perdendo apenas para Condições de moradia.

5.6.3 Decomposição do índice M_0 por dimensão nos municípios mineiros

Por fim, foi realizada a decomposição da pobreza multidimensional (M_0) por dimensão nos municípios mineiros. Devido ao número excessivo de dados, optou-se por incorporar ao corpo do texto apenas os municípios citados na Seção 5.4 como mais pobres e menos pobres nos dois anos. A decomposição por dimensão para os demais municípios pode ser acessada por meio do Apêndice L.

No Gráfico 16, é apresentada a decomposição da pobreza por dimensão nos municípios selecionados no ano de 2000. Primeiramente, vale analisar a composição da pobreza entre os municípios citados como menos pobres. As dimensões que mais contribuíram para a pobreza destes municípios em 2000 foram: Ausência de bens, Características educacionais e Saúde.

A maior contribuição da dimensão Ausência de bens se deu no município de Uberlândia com contribuição relativa de 25,3%. Neste município, a dimensão de menos contribuiu para a pobreza foi Condições sanitárias, com participação de 5,4% na pobreza.

Entre estes municípios menos pobres, a dimensão de Condições sanitárias foi a que menos contribuiu para a pobreza, destacando-se a participação de 3,1% no município de Itaú de Minas, vista como a menor participação da dimensão na pobreza de todos os municípios citados. A maior participação desta dimensão foi notada em Arcos, com participação de 10,2%.

Após a dimensão de Ausência de bens pode-se analisar a dimensão de Características educacionais pela sua grande participação nos indicadores de pobreza municipais. A maior participação da dimensão Características educacionais foi registrada no município de Nova Serrana, com contribuição de 24,3%. A menor contribuição da dimensão foi encontrada no município de Nova Lima (20,3%).

Por sua vez, na dimensão Saúde, o município com maior participação da dimensão foi Itaú de Minas (19,5%). A menor participação da dimensão se deu no município de Belo Horizonte, com participação de 15,6%.

Entre os municípios citados como mais pobres nos dois anos, as dimensões que mais contribuíram para a pobreza em 2000 foram: Ausência de bens, Condições sanitárias e Características educacionais. As Condições sanitárias contribuíram mais para a pobreza de alguns municípios que a Ausência de bens (Gráfico 16).

A maior contribuição da dimensão Ausência de bens foi evidenciada no município de Santa Fé de Minas, com participação de 24,5% na pobreza deste município. A menor contribuição da dimensão foi observada no município de Ninheira (21,3%) (Gráfico 16).

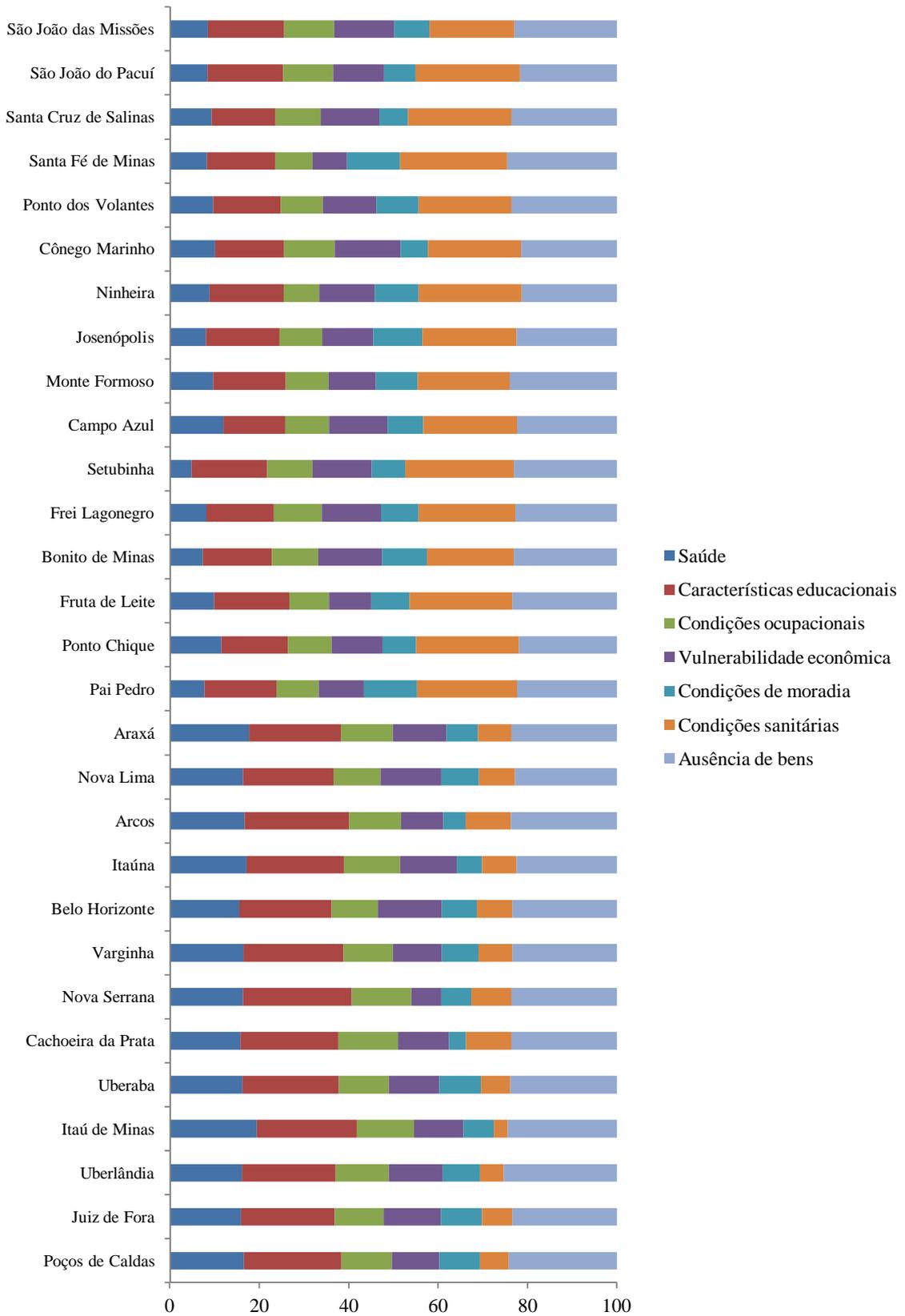


Gráfico 16 – Contribuição relativa das dimensões para o índice M_0 nos municípios de Minas Gerais selecionados em 2000 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Quanto à dimensão de Condições sanitárias, sua maior contribuição ocorreu no município de Setubinha, cuja participação foi de 24,3% para o índice de pobreza multidimensional municipal. A menor participação da dimensão foi vista em São João das Missões (19,0%).

A dimensão que menos contribuiu para a pobreza destes municípios, em geral, foi Condições de moradia. O município com menor participação da dimensão de Condições de moradia foi Cônego Marinho, com participação de 6,0%. A maior participação desta dimensão foi encontrada em Santa Fé de Minas, com participação de 11,9% na pobreza municipal (Gráfico 16).

Em 2010, entre os municípios menos pobres relatados para os dois anos, novamente as dimensões que mais contribuíram para a composição da pobreza foram: Ausência de bens, Características educacionais e Saúde. A maior contribuição da dimensão Ausência de bens foi constatada em Nova Serrana, com contribuição de 26,5%. A menor contribuição desta dimensão se deu em Cachoeira da Prata, com participação de 17,6%.

No que diz respeito à dimensão de Características educacionais, vale ressaltar o percentual de participação na pobreza do município de Cachoeira da Prata, com participação de 27,9%, vista como a mais elevada entre os municípios menos pobres. A menor participação da dimensão foi estimada para o município de Arcos, com contribuição de 16,7%.

A dimensão de Saúde também contribuiu em maior grau para a pobreza de Cachoeira da Prata, com contribuição de 25,2%. O menor percentual de contribuição desta dimensão foi verificado no município de Arcos, com contribuição de 14,5%.

Além disso, a dimensão que menos contribuiu para a pobreza dos municípios menos pobres foi Condições sanitárias. A contribuição desta dimensão foi próxima de zero no município de Cachoeira da Prata²⁴⁰. A maior participação desta dimensão na pobreza ocorreu no município de Arcos (10,9%). Estes resultados podem ser conferidos no Gráfico 17.

Ainda com base no Gráfico 17, percebe-se que entre os municípios menos pobres, a dimensão que mais contribuiu para a pobreza em 2010 também foi Ausência de bens. Em seguida, alternaram-se as Condições sanitárias e as Características educacionais.

²⁴⁰ Vale lembrar que o erro de estimativa do índice M_0 deste município foi de 69,7% em 2010.

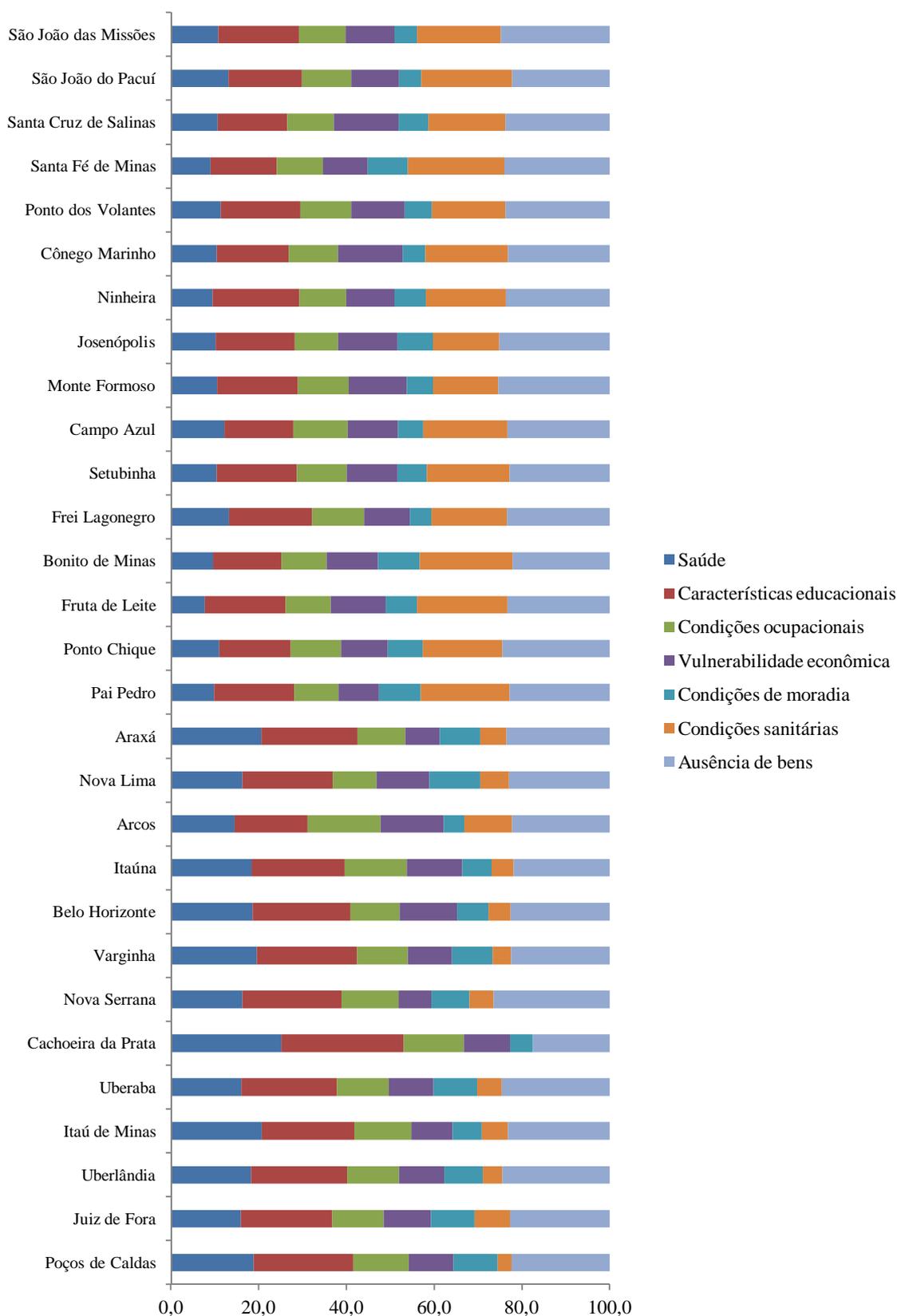


Gráfico 17 – Contribuição relativa das dimensões para o índice M_0 nos municípios de Minas Gerais selecionados em 2010 ($k = 2$).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

A maior contribuição da dimensão Ausência de bens foi notada no município de Monte Formoso, com participação de 25,5% na pobreza. A menor contribuição da dimensão Ausência de bens foi explicitada no município de Bonito de Minas, com contribuição de 22,3%.

No que se refere à dimensão de Condições sanitárias, sua contribuição para a pobreza variou entre 22,0% no município de Santa Fé de Minas e 14,9% no município de Monte Formoso. Por sua vez, a participação das Características educacionais entre os municípios mais pobres variou entre 19,7% em Ninheira e 15,1% em Santa Fé de Minas. Isto expressa que a participação desta última dimensão foi menor na pobreza dos municípios mais pobres que na pobreza dos municípios menos pobres. Por outro lado, a contribuição da dimensão de Condições sanitárias foi muito superior nestes municípios.

Considerando-se os municípios mais pobres, nota-se que, em geral, a dimensão que menos contribuiu para a pobreza foi Condições de moradia. Esta dimensão contribuiu 4,9% para a pobreza do município de Frei Lagonegro (menor contribuição) e 9,6% para a pobreza do município de Bonito de Minas (maior contribuição). Isto não significa que esta dimensão deva ser esquecida, mas que existem outras dimensões que exerceram influência maior na composição da pobreza.

Embora não tenham sido as dimensões que mais contribuíram para a pobreza, vale ressaltar que as dimensões de Condições ocupacionais e Vulnerabilidade econômica seguiram um padrão similar em todos os municípios aqui mencionados. Reafirma-se novamente, que a dimensão de Vulnerabilidade econômica não foi a que mais contribuiu para a composição da pobreza, ainda que seja um importante componente.

Para identificar a relação entre participação das dimensões na pobreza dos municípios mineiros, foram construídos diagramas *biplo*t. Este tipo de diagrama exibe um conjunto de dados em um espaço dimensional, o que demonstra as posições relativas das variáveis por meio de vetores²⁴¹. Os resultados para o ano de 2000 podem ser conferidos no Gráfico 18.

Neste ano, nota-se uma relação linear positiva entre a participação das dimensões de Características educacionais e Saúde na pobreza dos municípios mineiros, pois seus vetores estavam na mesma direção. O mesmo aconteceu entre Vulnerabilidade econômica e Condições sanitárias. Porém, no primeiro caso, os vetores formaram ângulos próximos de zero, denotando uma relação mais forte. Isto prova que quando uma destas dimensões

²⁴¹ O comprimento dos vetores (setas) é a aproximadamente igual ao desvio padrão da variável que representa. O cosseno do ângulo entre duas setas é aproximadamente igual à correlação entre as variáveis representadas por elas.

aumentou sua participação na pobreza a outra também aumentou (o mesmo é válido para a diminuição).

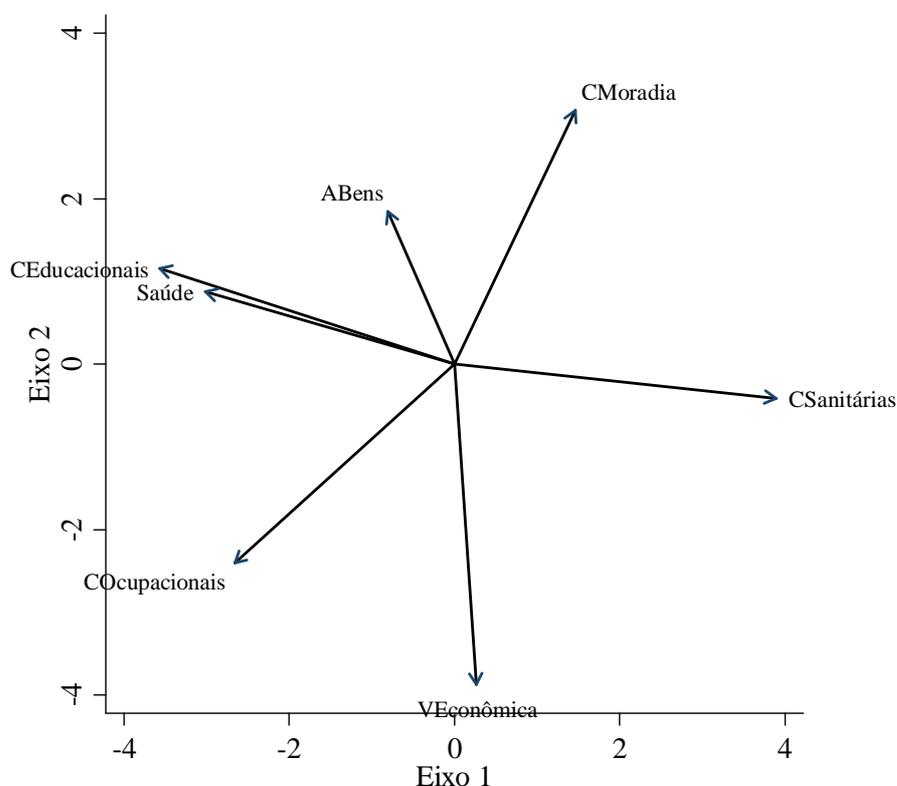


Gráfico 18 – Diagrama *biplot* da participação das dimensões na pobreza multidimensional dos municípios de Minas Gerais (2000).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2000.

Neste ano, as participações das dimensões de Condições sanitárias e Saúde estavam em direções opostas. Isto ocorreu, porque nos municípios em que a participação das Condições sanitárias na pobreza foi elevada, a participação da dimensão de Saúde foi baixa, como foi identificado para os municípios mais pobres do estado em 2000. O oposto ocorreu entre os municípios menos pobres.

Esta mesma situação pode ser observada em 2010 no Gráfico 19. Outra relação oposta nítida ocorreu entre Condições sanitárias e Características educacionais. Este resultado quer dizer que os municípios, em seu conjunto, que apresentaram maiores contribuições da dimensão de Condições sanitárias na composição de M_0 coincidem com municípios que

apresentaram valores menores de contribuição da dimensão de Características educacionais²⁴².

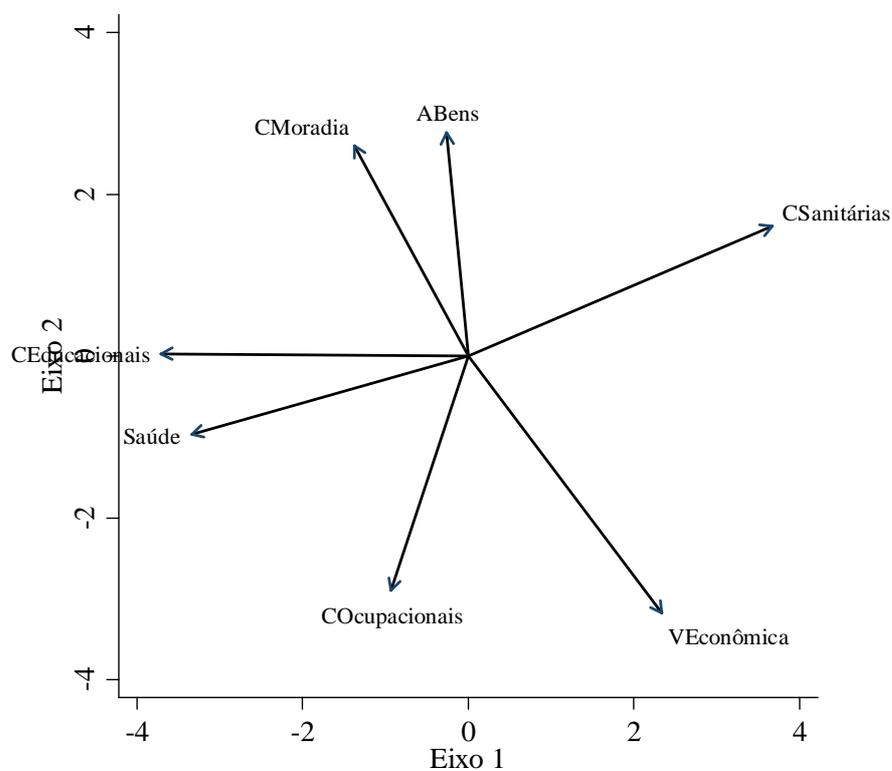


Gráfico 19 – Diagrama *biplot* da participação das dimensões na pobreza multidimensional dos municípios de Minas Gerais (2010).

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo de 2010.

A análise da decomposição por municípios realizada nesta tese assinala uma situação heterogênea de contribuição das dimensões para o índice de pobreza multidimensional. Aponta-se, por exemplo, para a necessidade de políticas públicas que contemplem as maiores necessidades de Condições sanitárias nas localidades mais pobres ao mesmo tempo em que resolva as condições de Saúde nos locais menos pobres (o que não significa que as políticas de Saúde devam ser menosprezadas nas localidades mais pobres).

A dimensão Ausência de bens também foi citada com forte participação na pobreza em ambos os casos. Isso também aconteceu com relação às Características educacionais, o que aponta que são necessárias políticas públicas voltadas para essas dimensões em todas as localidades. A análise desagregada possibilitou distinguir uma maior heterogeneidade da

²⁴² Mesmo nos municípios em que ocorre oposição de contribuição destas dimensões, pode-se dizer que domicílios com privação em uma dimensão também pode estar privado na outra.

situação de pobreza em Minas Gerais. Este é um resultado muito importante que esta tese tem a acrescentar.

Ao evidenciar outras dimensões mais fundamentais que a renda na análise da pobreza, isto confirma o aparato teórico discutido nos Capítulos 1 e 2. Por meio da abordagem das necessidades humanas e das capacitações, os indicadores monetários (como renda e consumo) não são os mais adequados para a representação do bem-estar. Existem outras dimensões-chaves da vida humana que precisam ser atendidas e as políticas públicas devem levar em conta esta questão. As políticas públicas devem voltar-se para a expansão de capacitações básicas, assim como, para a satisfação das necessidades complexas que englobam os seres humanos.

O fato de Minas Gerais possuir uma política de combate à pobreza multidimensional pode ser considerado um avanço. Entretanto, faz-se necessário mais estudos acadêmicos para contribuir com as estatísticas oficiais. Além disso, o IPM calculado para o estado precisa passar por ajustes no intuito de envolver dimensões mais abrangentes da pobreza.

É importante adicionar dimensões relacionadas ao mercado de trabalho. Ainda que esta dimensão não tenha sido a que mais contribuiu para a pobreza multidimensional, ela reflete privações importantes como, por exemplo, a participação da mulher no mercado de trabalho, que adiciona, ao mesmo tempo, alguma informação sobre empoderamento da mulher. Na mesma linha, o trabalho infantil revela muito sobre a vulnerabilidade das crianças. Além dessas, as variáveis da dimensão de Saúde refletem limitações sofridas pelas famílias que merecem serem incorporadas à análise da pobreza multidimensional.

Os indicadores da dimensão de Condições educacionais também são importantes para refletirem sobre o bem-estar multidimensional, pois, são abrangentes e capazes de captarem desde o analfabetismo até a defasagem escolar, fatores que podem limitar os indivíduos, até mesmo, da participação ativa na sociedade. Além disso, a dimensão de Condições sanitárias também é muito relevante para a análise da pobreza, incorporando variáveis como Ausência de coleta de lixo, Ausência de escoadouro, Ausência de banheiro, que expressam desde a saúde das famílias, até a qualidade do meio ambiente.

As dimensões utilizadas neste trabalho visam contribuir para a promoção de medidas multidimensionais que representem mais fielmente a realidade regional. Além disso, é necessário ter em mente a incorporação direta de outras dimensões como participação política e participação comunitária que não puderam ser incorporadas a este trabalho em virtude da limitação dos dados, mas que podem incorporar as estatísticas oficiais do governo de Minas Gerais.

Por meio deste capítulo, constatou-se também que os índices de pobreza estimados pela ótica unidimensional não se diferem muito dos estimados pela ótica multidimensional quando se trata do ordenamento das localidades estudadas. Apesar disto, o ordenamento pelas duas óticas não é o mesmo, o que já implica em diferenças em termos de políticas públicas. Outra importante conclusão é que, a proporção de pobreza multidimensional foi superior a unidimensional na maioria dos casos. Isso significa que a pobreza multidimensional é muito mais ampla que o revelado pelo aspecto unidimensional.

Como o índice M_0 é um índice mais interessante para o estudo da pobreza multidimensional, a análise empírica estabelecida neste capítulo permitiu concluir que, salvo alguns municípios, houve redução dos índices em todas as localidades estudadas em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010. É importante notar que nas localidades em que os domicílios possuem maiores privações, esta diminuição foi maior. Ainda assim, seus índices são considerados relativamente elevados, o que sugere que precisam de uma atenção especial de políticas de combate à pobreza multidimensional.

Em adição, as decomposições por subgrupos mostraram que algumas localidades menos pobres, contribuíram muito para a composição da pobreza multidimensional. Isso denota que estes locais também precisam ser alvo de políticas públicas. É necessário resolver as privações das localidades mais pobres, mas as demais não podem ser abandonadas.

Uma vez que as políticas públicas devem ser motivadas por estimativas de pobreza conceituada e operacionalizada em sentido amplo, conforme foi adotado nesta tese, torna-se possível o estabelecimento das potencialidades dos indivíduos e das famílias. Assim motivadas, estas políticas podem remover importantes privações dos oprimidos pela condição de pobreza, para que participem ativamente da vida econômica, social e política. Este aspecto é relevante, porque permite a expansão das capacitações básicas e também o atendimento às necessidades, por conceder oportunidades reais às pessoas para a realização de uma vida digna. Esta é uma importante condição do processo de desenvolvimento. Não se pode falar em desenvolvimento, quando há parcelas da população perpetuando em condições de privação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os seres humanos são heterogêneos e enfrentam diferenças, entre outros fatores, com relação à região em que vivem ou à família a que pertencem. A qualidade de vida não depende apenas da renda individual. Depende também das condições físicas e sociais do ambiente em que estão inseridos. Além disso, os indivíduos e as famílias enfrentam divergências na transformação de renda e recursos em realizações. Estes fatores comprometem a viabilidade dos indicadores estritamente monetários de pobreza.

Uma maneira mais completa de se estudar a pobreza, corresponde à inclusão de múltiplas dimensões além da monetária. Esta visão é especialmente importante, porque tende a favorecer a provisão pública em detrimento da promoção de renda privada. A política pública possui um papel relevante dentro do processo de desenvolvimento, uma vez que permite a expansão das capacitações das pessoas, melhorando sua condição de bem-estar e seu potencial para influenciar a sua própria vida e a vida de outras pessoas. Assim, a visão multidimensional aponta para o papel do Estado no enfrentamento do problema da pobreza (ainda que a abordagem das capacitações não menospreze o papel da liberdade de trocas realizada no mercado).

A ideia de pobreza multidimensional pode ser fundamentada com base na abordagem das necessidades humanas e na abordagem das capacitações. A primeira foi discutida no Capítulo 1 e emergiu do questionamento sobre a influência do crescimento econômico na redução da pobreza. Diante dos processos concentradores resultantes dos períodos de crescimento econômico, a abordagem das necessidades humanas surgiu como uma alternativa à visão do bem-estar estritamente com base na insuficiência de renda. Esta abordagem pode ser dividida em três estágios. À medida que se avança para os estágios posteriores, percebe-se uma evolução da abordagem no sentido de incorporar dimensões mais amplas que afetam a vida dos seres humanos. No Capítulo 1, constatou-se que em qualquer estágio a perspectiva das necessidades humanas fornece um referencial teórico mais apropriado que a visão unidimensional da pobreza, ainda que o segundo e, principalmente, o terceiro estágio sejam mais interessantes para os estudos sobre a pobreza multidimensional.

Quanto à abordagem das capacitações, como se discutiu no Capítulo 2, trata-se de uma vertente do bem-estar com forte conteúdo filosófico. A abordagem também parte da crítica sobre a equivalência entre crescimento e desenvolvimento e, principalmente da necessidade de incorporação de elementos abrangentes ao conceito de bem-estar, como a liberdade que é

central na abordagem. O desenvolvimento é uma questão de bem-estar humano, e é entendido como uma situação oposta à condição de pobreza. A pobreza, nesta abordagem, é vista como privação de capacitações básicas.

No final do Capítulo 2, foram expostas as similaridades e as divergências entre as abordagens das necessidades humanas e das capacitações. Ambas criticam o conceito de bem-estar utilizado pela teoria econômica convencional. Por meio delas, fica claro que o uso de variáveis monetárias no estudo da pobreza, resulta em um viés em termos de políticas públicas, que tendem a favorecer o estímulo ao crescimento econômico em prejuízo da promoção de políticas sociais efetivas no combate à pobreza. Neste trabalho, estas abordagens foram reunidas para fundamentarem o conceito de pobreza multidimensional, pois, possuem mais pontos em comum que divergentes. Essa conceituação é relevante, uma vez que o empirismo não deve ser dissociado das proposições teóricas.

Algumas questões estão em aberto nestas vertentes no que tange à listagem de dimensões que precisam compor o estudo da pobreza. A abordagem das necessidades humanas (terceiro estágio) fornece uma lista de necessidades básicas e intermediárias universais, mas reconhece que algumas sociedades podem requerer outras necessidades intermediárias específicas. A abordagem das capacitações não fornece uma listagem fixa, embora alguns autores tenham se empenhado nesta tarefa, o que também abre espaço para que uma variedade de dimensões possa ser incluída nas análises. O mesmo acontece com os pontos de cortes para identificar privações nos indicadores, que podem ser muito distintos de acordo com a sociedade em que a análise é concretizada.

Acrescenta-se que, há muitas metodologias para a aplicação empírica destas abordagens, mas não existe um consenso sobre qual metodologia seja mais correta. No Capítulo 3, constatou-se que uma metodologia adequada deve obedecer a uma abordagem axiomática e deve atender às fundamentações teóricas. Este é o caso da metodologia criada por Alkire e Foster. Ainda que essa metodologia seja alvo de críticas, é de fácil compreensão; é flexível para a utilização de qualquer número de indicadores; comporta dados ordinais; e permite a decomposição por subgrupos populacionais e por dimensões, o que é relevante para a elaboração de políticas públicas.

Além disso, a metodologia baseia-se em dois níveis de corte, o que torna mais robusta a identificação dos pobres e, conseqüentemente, as estimativas de pobreza. O primeiro é o nível de corte nos indicadores básicos que identificam a situação de privação em cada indicador. O segundo é o nível de corte ao longo das dimensões, pelo qual, determina-se um número mínimo de dimensões em que as famílias precisam estar privadas para assinalar uma

situação de pobreza multidimensional. A criação de índices de pobreza com base nesta metodologia permite gerar a proporção da pobreza multidimensional (H), a intensidade da pobreza multidimensional (A), e por fim, o índice de pobreza multidimensional (M_0), produto dos dois primeiros índices.

São notáveis os trabalhos acadêmicos que utilizaram esta metodologia para a mensuração da pobreza multidimensional em várias partes do mundo. A metodologia se tornou mais conhecida com o lançamento do IPM pelo PNUD em 2010. Com isso, alguns países e regiões começaram a aderir oficialmente a este método para o cálculo da pobreza multidimensional. No Brasil, destaca-se o estado de Minas Gerais, que assinou um pacto de cooperação com o PNUD para o estudo da pobreza multidimensional. A partir deste acordo, o estado tem se empenhado nas estimativas de pobreza, no intuito de combater suas múltiplas dimensões.

Entretanto, as estimativas de pobreza multidimensional em Minas Gerais se baseiam nas mesmas dimensões e indicadores utilizados pelo PNUD no cálculo do IPM global. Logo, precisam passar por alterações para que possam refletir de maneira mais completa a pobreza multidimensional no estado.

O estado de Minas Gerais possui um grande número de municípios (853) e, apesar de possuir um PIB que representava 9,3% do PIB nacional em 2010, é marcado por elevada concentração das atividades econômicas. Ademais, Minas Gerais caracteriza-se por grande disparidade social. Em termos de realizações de bem-estar, o estado abriga ao mesmo tempo municípios com IDH muito elevados e municípios com IDH muito baixos, como foi visto no Capítulo 4. Estes fatores fornecem uma justificativa pertinente para o estudo das privações de bem-estar e da pobreza multidimensional no estado.

Nesta tarefa, foram utilizados microdados da amostra dos Censos demográficos de 2000 e 2010, de onde foram extraídos 36 indicadores básicos para representarem sete dimensões de pobreza multidimensional: Vulnerabilidade econômica, Condições ocupacionais, Características educacionais, Condições de moradia, Condições sanitárias, Ausência de bens e Saúde. A escolha dos indicadores foi baseada nas discussões teóricas, sugestões apresentadas por estudos sobre o tema, recomendações de organismos internacionais, e foi limitada pela disponibilidade de variáveis nos Censos. Entende-se que estas dimensões são úteis para representação da pobreza multidimensional. Mesmo que não incorporem aspectos mais abrangentes do bem-estar, já fornecem uma visão mais ampla que a análise unidimensional, e mesmo, o IPM.

Os resultados da análise empírica realizada no Capítulo 5 apontaram que, com base no nível de corte $k = 2$, a proporção de pobres multidimensionais (H) em Minas Gerais no ano de 2000 foi de 25,0%. Em 2010, a proporção de pobres foi de 12,2%. A intensidade da pobreza (A) no estado, em 2000, foi de 39,2%. Em 2010, a intensidade da pobreza foi de 35,6%. Como produto destes dois índices, o índice de pobreza multidimensional (M_0) foi estimado em 0,098 em 2000 e em 0,043 em 2010. Os dados apontaram para uma diminuição da pobreza multidimensional em Minas Gerais.

Os índices M_0 das mesorregiões variaram entre 0,046 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 0,301 na mesorregião do Jequitinhonha no ano de 2000. Em 2010, o índice M_0 variou entre 0,018 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 0,158 na mesorregião do Jequitinhonha. Neste trabalho, evidenciou-se que a pobreza multidimensional foi mais elevada nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri; e menos elevada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de Belo Horizonte e Sul/Sudoeste de Minas. Entre 2000 e 2010, houve redução dos índices de pobreza multidimensional em todas as mesorregiões de Minas Gerais.

Quanto às microrregiões, em 2000, o índice M_0 variou entre 0,029 na microrregião de Uberaba e 0,380 na microrregião de Grão Mogol. Em 2010, os índices variaram entre 0,011 e 0,213 nas mesmas microrregiões. A pobreza multidimensional foi maior nas microrregiões de: Grão Mogol, Januária, Salinas, Araçuaí e Peçanha. As microrregiões em que a pobreza multidimensional foi menor foram: Uberaba, Uberlândia e Divinópolis. Assim como nas mesorregiões, em todas as microrregiões houve redução dos índices de pobreza.

Na análise municipal, em 2000, o M_0 calculado variou entre 0,019 em Poços de Caldas e 0,471 em Ninheira. No ano de 2010, o índice variou entre 0,0058 em Arcos e 0,355 em Bonito de Minas. A análise desagregada possibilitou a constatação de uma maior variabilidade dos indicadores nos diferentes recortes populacionais. O estudo da pobreza multidimensional propiciou evidenciar que a heterogeneidade social em Minas Gerais é mais ampla quando considerada na sua multidimensionalidade.

Os municípios destacados nos dois anos com menores índices de pobreza multidimensional foram: Poços de Caldas, Itaú de Minas, Varginha, Uberlândia, Uberaba, Araxá, Belo Horizonte, Nova Lima, Cachoeira da Prata, Juiz de Fora, Itaúna, Nova Serrana e Arcos. Por sua vez, os municípios com maiores índices foram: Campo Azul, São João do Pacuí, Ponto Chique, Bonito de Minas, São João das Missões, Cônego Marinho, Ninheira, Fruta de Leite, Santa Cruz de Salinas, Josenópolis, Pai Pedro, Santa Fé de Minas, Ponto dos Volantes, Monte Formoso, Setubinha e Frei Lagonegro. Houve diminuição dos índices de

pobreza na maioria dos municípios de Minas Gerais, contrastando com um aumento de M_0 nos municípios de Gurinhatã e Fama.

O estudo das proporções de pobres unidimensional e multidimensional revelou que a pobreza multidimensional foi muito mais elevada que a unidimensional em quase todos os recortes geográficos, ainda que o ordenamento quanto aos dois índices não seja substancialmente divergente. Assim como a pobreza multidimensional, houve redução da pobreza unidimensional na maioria das localidades.

Entre as mesorregiões, a pobreza unidimensional foi mais elevada que a multidimensional apenas na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte. Isso denota que é necessário um grande esforço para combater a pobreza multidimensional na maioria das mesorregiões.

Entre as microrregiões, em 2000, a pobreza unidimensional foi maior que a multidimensional na minoria das microrregiões. São elas: Uberaba, Uberlândia, Divinópolis, Juiz de fora, Pará de Minas, Passos, Araxá, Belo Horizonte, Cataguases, Ituiutaba, Campo Belo, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Sete Lagoas e Itabira. Em 2010, a pobreza unidimensional foi maior nas microrregiões de: Uberaba, Divinópolis, Uberlândia, Araxá, Passos, Belo Horizonte, Pará de Minas, Formiga, Juiz de Fora, Lavras, Alfenas, Varginha, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Frutal, Ipatinga, São Lourenço, Ouro Preto, São João Del Rei, Sete Lagoas, Itabira e Barbacena. Isto demonstra que essas localidades, também retratadas com índices M_0 relativamente mais baixos, enfrentam menores dificuldades quanto à proporção de domicílios multidimensionalmente pobres. Logo, possuem um maior nível de bem-estar em termos de capacitações e necessidades satisfeitas que em termos do espaço unidimensional.

Uma questão que motiva a reflexão quando se trata da pobreza multidimensional, refere-se ao montante de gastos públicos necessários para combatê-la, especialmente nas regiões mais pobres. Houve uma expansão do gasto público Federal com educação, cultura, saúde, alimentação, saneamento, previdência social, assistência social, emprego, habitação e urbanismo, organização agrária, entre outros, já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa expansão se deve à obrigação de se cumprir as determinações da Constituição Federal de 1998, assim como ao atendimento de pressões sociais (CASTRO, *et alli*, 2003).

Segundo Casto, *et alli* (2003) o aumento no gastos públicos foi um dos principais determinantes da redução da pobreza unidimensional no Brasil e, por conseguinte, em Minas Gerais. Se para combater a pobreza unidimensional ainda é necessário um grande volume de recursos, para combater a pobreza multidimensional esse volume deve ser maior ainda. Este

aspecto é objeto de discussão para trabalhos futuros e merece uma análise criteriosa. Nessa análise é necessário focar ainda as políticas sociais específicas do governo de estado de Minas Gerais que podem elucidar boa parte dos resultados encontrados. É fato que o aumento do gasto público Federal em diversas dimensões pode explicar a diminuição da pobreza multidimensional nas mesorregiões, microrregiões, e na maioria dos municípios de Minas Gerais nos anos analisados.

A decomposição do índice de pobreza multidimensional por subgrupos populacionais assegurou que algumas mesorregiões e microrregiões menos pobres, contribuíram mais para a pobreza multidimensional que algumas mesorregiões e microrregiões em que a pobreza multidimensional foi mais elevada. Na decomposição por mesorregiões, em 2000, a mesorregião que mais contribuiu para a pobreza multidimensional foi a Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2010, a maior contribuição foi da mesorregião Norte de Minas. Todavia, também foi destacada a grande contribuição da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte.

Na decomposição por microrregiões, a microrregião que mais contribuiu para a pobreza multidimensional, em ambos os anos, foi Belo Horizonte. Além disso, vale ressaltar que a microrregião de Juiz de Fora contribuiu mais para a pobreza que a microrregião de Grão Mogol, apontada como mais pobre do estado. O fator populacional explica a elevada contribuição dessas localidades para a pobreza. Trata-se de regiões populosas e por isso, possuem elevada contribuição.

A decomposição por situação de domicílios demonstrou que, apesar da pobreza rural ser mais elevada que a urbana, a pobreza urbana contribuiu mais para a pobreza total. Portanto, é possível concluir que as localidades mais pobres precisam ser alvos de políticas públicas, porém, as localidades menos pobres não podem ser abandonadas, pois, boa parte delas exerce grande influência na pobreza como um todo.

Nesta tese, o índice M_0 também foi decomposto por dimensão. A decomposição do índice do estado demonstrou que a dimensão que mais contribuiu para a pobreza de Minas Gerais nos dois anos foi a Ausência de bens, seguida das dimensões de Características educacionais e Condições sanitárias. A dimensão que menos contribuiu para a pobreza foi Condições de moradia.

A decomposição da pobreza por dimensão nas mesorregiões comprovou que, em todas as mesorregiões, a dimensão que mais contribuiu para a pobreza foi a Ausência de bens, em ambos os anos. A dimensão que menos contribuiu para a pobreza foi Condições de moradia. Estas participações foram assim especificadas também nos recortes microrregionais.

Em todas as mesorregiões, destaca-se que a contribuição da dimensão de Características educacionais foi elevada. Além disso, é preciso chamar a atenção para a contribuição da dimensão de Condições sanitárias nas mesorregiões multidimensionalmente mais pobres; e da dimensão de Saúde nas mesorregiões multidimensionalmente menos pobres.

Quanto às microrregiões, também foi possível constatar diferenças na composição da pobreza entre as mais pobres e as menos pobres do estado. Entre as mais pobres, a dimensão de Condições sanitárias sobressaiu-se com uma contribuição mais elevada que a evidenciada entre as microrregiões menos pobres. Em oposição, as microrregiões menos pobres, possuíram maior participação da dimensão de Saúde e das Características educacionais que as microrregiões mais pobres.

Por meio dessas decomposições por dimensões nos municípios, notou-se uma situação heterogênea entre os municípios mais pobres e menos pobres. A maior participação das Condições sanitárias na pobreza dos municípios mais pobres contrastou com a menor participação desta dimensão entre os municípios menos pobres. Esta dimensão, entre as sete, foi a que menos contribuiu para a composição da pobreza nestes últimos municípios.

Esse resultado sugere que são necessárias políticas públicas voltadas para as Características educacionais. É preciso de políticas voltadas para a Saúde, principalmente nas localidades menos pobres e políticas que contemplem as Condições sanitárias nas localidades menos pobres. Isso é importante para a melhora das potencialidades e condição de agentes das famílias que vivem nessas regiões.

As decomposições revelaram um fator muito interessante. A dimensão de Vulnerabilidade econômica não foi apontada em nenhum momento pela sua grande contribuição para a pobreza. Ao contrário, esta dimensão não estava entre as dimensões mais urgentes que afetaram os diferentes recortes geográficos do estado de Minas Gerais. Em grande parte das mesorregiões e microrregiões, esta dimensão foi uma das que menos contribuiu para a pobreza multidimensional, perdendo somente para Condições de moradia.

Este fato pode ser explicado pelas políticas públicas de transferência de renda do governo Federal que têm sido implementadas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002), sendo intensificadas e ampliadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010). Essas políticas podem atingir também secundariamente as outras dimensões da pobreza o que pode explicar a melhora em algumas dimensões captadas pelos indicadores multidimensionais no período analisado. As políticas

econômicas também são importantes para a diminuição das privações referentes à dimensão Ausência de bens que foi apontada pela sua grande contribuição para a pobreza.

Além disso, o fato da dimensão Vulnerabilidade econômica não ter se apresentado como maior contribuinte para a pobreza multidimensional pode ser explicado pelo bom desempenho econômico do período. Apesar da crise econômica mundial, o PIB seguiu em uma trajetória ascendente.

Quanto ao IPM calculado para Minas Gerais pode ser visto como um avanço para a compreensão e o combate à pobreza na sua multidimensionalidade. Porém, é necessário que as estimativas oficiais agreguem outras dimensões importantes no estudo da pobreza como as Condições ocupacionais. A dimensão de educação, que já é incorporada, precisa passar por ajustes no sentido de abranger mais indicadores e se adaptar às Leis de Diretrizes e Bases. Os indicadores da dimensão de Saúde também são interessantes para comporem as estimativas de pobreza multidimensional, uma vez que a dimensão mostrou-se relevante na decomposição da pobreza. Ademais, faz-se necessário ampliar os indicadores de Condições sanitárias; e adicionar indicadores da dimensão Ausência de bens para que possam refletir o padrão de vida da população mineira.

As dimensões que devem ser utilizadas para compor um índice de pobreza multidimensional ainda estão em discussão. Essas dimensões sofrem restrições impostas pelas bases de dados disponíveis. Neste trabalho, a Saúde, por exemplo, foi captada de forma tímida em decorrência da base de dados. O atendimento à Saúde que é um indicador essencial para o estudo da pobreza multidimensional permaneceu de fora da análise. Dimensões importantes contempladas pelo IPM também ficaram de fora da análise por conta da base de dados, como o estado nutricional das famílias.

Outras questões que merecem destaque referem-se aos níveis de corte nos indicadores básicos. Alguns destes indicadores podem refletir situações de preferência em vez de privações. Por exemplo, uma mulher pode simplesmente não querer participar do mercado de trabalho por opção. Isso é refletido no indicador Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho com uma situação de privação. Entretanto, o nível de corte k , isto é, o número mínimo de dimensões nas quais um domicílio precisa estar privado para ser considerado pobre retira um domicílio em situação de preferência da situação de pobreza multidimensional, pois, ele precisa pontuar (estar privado) em determinado número de indicadores para ser considerado multidimensionalmente pobre. Muitos indicadores utilizados nesta tese podem sofrer este tipo de problema. Para solucioná-lo, também é possível aumentar o nível de corte k .

Os pesos dos indicadores também é motivo de inquietação. Neste trabalho, foi utilizado o mesmo critério empregado pelo IPM. Mas, há o questionamento que seria mais plausível que todos os indicadores fossem igualmente ponderados, já que são igualmente relevantes para a análise. Este fato também é alvo de discussões para trabalhos futuros. Se por um lado pode-se ganhar por ponderá-los igualmente, por outro pode-se perder as classificações em dimensões.

Torna-se primordial a inclusão de dimensões mais abrangentes nas análises empíricas, como participação política e participação comunitária. Neste trabalho, isso não foi efetivado diretamente por conta da limitação de dados. Contudo, as pesquisas oficiais destinadas à estimação e reformulação do IPM em Minas Gerais podem ser aproveitadas para tentarem capturar estas dimensões que são mais subjetivas, porém, de grande relevância no estudo da pobreza multidimensional.

REFERÊNCIAS

- ALBIERE, S.; FREITAS, M. P. S. **Amostragem na coleta de dados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/Amostragem%20na%20coleta%20de%20dados%20do%20Censo%202010_Sinape%202010_0.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.
- ALKIRE, S. Dimensions of Human Development. **World Development** Vol. 30, No. 2, pp. 181–205, Elsevier Science Ltd: Washington, 2002.
- _____. Basic Needs and Basic Capabilities. In: ALKIRE, S. **Valuing e freedoms: Sen's capability approach and poverty reduction**. Oxford University Press: Oxford, 2005b.
- _____. Needs e capabilities. **Philosophy of Need. S Reader**, ed. Royal Institute of Philosophy Supplements. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. Measuring freedoms alongside wellbeing. In: GOUGH, I.; MCGREGOR, J. A. **Wellbeing in developing countries**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- _____. Choosing Dimensions: The Capability Approach and Multidimensional Poverty. Online at < <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/8862/>> **Munich Personal RePEc Archive (MPRA) Paper No. 8862**, posted 26. May 2008.
- _____. Multidimensional Poverty and its Discontents. **OPHI Working Paper**. n. 46. University of Oxford: Oxford, 2011.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper**. n. 7. University of Oxford: Oxford, 2007.
- _____. Designing the Inequality-Adjusted Human Development Index (HDI). **OPHI Working Paper**. n. 37. University of Oxford: Oxford, 2010.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. **OPHI Working Paper**. n. 38. University of Oxford: Oxford, 2010.
- ALKIRE, S.; QIZILBASH, M.; COMIM, F. **The capability approach**. New York. Cambridge University Press, 2008.
- ALKIRE, S.; SETH, S. Measuring Multidimensional Poverty in India: A New Proposal. **OPHI Working Paper**. n. 15. University of Oxford: Oxford, 2008.
- ANAND, S.; SEN, A. K. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. **Human Development Papers**. New York: UNDP, 1997.
- ASSELIN, L. M. **Composite indicator of multidimensional poverty**. Institut de Mathématique Gauss. Québec. Canadá, 2002.
- ASSELIN, L. M; ANH, V. T. Multidimensional Poverty and Multiple Correspondence Analysis. In: KAKWANI, N; SILBER, J. **Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement**. Palgrave Macmillan, 2008.

APABLAZA, M. Measuring the dynamics of multiple deprivations among children: the cases of Andhra Pradesh, Ethiopia, Peru and Vietnam. Preprint submitted to **Centre for the Study of African Economies (CSAE) conference, 2011**. University of Oxford: Oxford, 2011. Disponível em: < <http://www.csae.ox.ac.uk/conferences/2011-edia/papers/359-yalonzky.pdf> > Acesso em: 07 de setembro de 2014.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using Capabilities and Needs approaches. In: **XXXIV Encontro Nacional de Economia 2006**. Salvador: Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006.

_____. Pobreza no Rio Grande do Sul: Uma Análise Exploratória da sua Distribuição Espacial a partir de Indicadores Multi e Unidimensionais. **Fundação de Economia e Estatística**: Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: < <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa1-pobrezars.pdf> > Acesso em 23 de setembro de 2014.

BALTAR, P. E. A. *et alli*. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo, Scritta, 1996.

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; LEITE, P. G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.; BARROS, A. R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. São Paulo: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. S. O. O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE / PUC-SP, p. 241-265, 2003.

_____. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão n° 1227**. IPEA: Rio de Janeiro, 2006. < Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf > Acesso em: 23 de setembro de 2014.

BARROSO, M. V.; SALVATO, M. A.; MATIAS, J. S. Análise Multidimensional da Pobreza no Nordeste Brasileiro. In: **Anais do XL Encontro Nacional de Economia**. ANPEC: Porto de Galinhas, 2012.

BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**, v. 1, p.25-49, 2003.

BARDEN, J. E. Abordagem das Capacitações: uma análise a partir de um indicador agregado via Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. PUCRS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-uma-analise-a-partir-de-um-indicador.doc> > Acesso em: 10 de setembro de 2014.

BATANA, Y. M. Multidimensional Measurement of Poverty in Sub-Saharan Africa. **OPHI Working Paper**. n.13. University of Oxford: Oxford, 2008.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

_____. Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, modificada pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, de que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações necessárias ao **Plano Nacional de Estatísticas Básicas e ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D73177.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Decreto 44.705, de 15 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o **Programa Travessia**. Minas Gerais. Disponível em: <<http://travessia.mg.gov.br/files/f629bcffa3ce31115b7c9b9d9cb5234a.pdf>> Acesso em: 20 de setembro de 2014.

_____. **Programa Travessia. Relatório operacional**. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

_____. Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991. Dispõe sobre a **periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8184.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

_____. Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991. **Lei Orgânica da Seguridade Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

_____. Lei nº 8.747 de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

_____. Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

_____. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Repactuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Modalidades Alternativas de Censos Demográficos: Aspectos de Amostragem**. 1ª Versão. Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimativa e Acumulação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional. In: **Fórum BNB de Desenvolvimento 2012**. BNB: Fortaleza, 2012.

Disponível em: <

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim1_mesa2_pobreza_nordeste_brasileiro_uma_analise_multidimensional.pdf > Acesso em: 23 de setembro de

2014.

CASTRO, J. A.; MORAES NETO, M. B.; SADECK, F.; DUARTE, B.; SIMÕES, H. Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001. **Texto para discussão n° 988**.

IPEA: Brasília, 2003.

CLAUSEN, S.-E. Applied correspondence analysis: an introduction. **Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences**, 07-121. Thousand Oaks, CA: Sage, 1988.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: Projeto CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

COBO, B.; ATHIAS, L; MATTOS, G. G. Multidimensional Poverty in Brazil through Fundamental Social Rights Compliance: An Analytic Proposal. **Paper Prepared for the IARIW-IBGE Conference on Income, Wealth and Well-Being in Latin America**. Rio de Janeiro, Brazil, September 11-14, 2013. Disponível em: <

<http://www.iariw.org/papers/2013/CoboPaper.pdf> > Acesso em: 24 de setembro de 2014.

COMIN, F. *et alli*. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. **Projeto de Pesquisa: Pobreza Multidimensional em Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- FRGS, 2006.

COSTA, M. A multidimensional approach to the measurement of poverty. **IRISS Working papers series**. n. 05, 2012.

COSTA, M. M.; COSTA, B. L. D. Concepções de pobreza e operacionalização do índice de pobreza multidimensional para Minas Gerais. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)**. Cachoeira, 2014. Disponível em:

<<http://anaisenapegs.com.br/2014/dmdocuments/2733.pdf>> Acesso em: 15 de setembro de 2014.

CROCKER, D. A. Functioning and Capability: The Foundations of Sen's and Nussbaum's Development Ethic. **Political Theory**, Vol. 20, No. 4, pp. 584-612, nov., 1992.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese história e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 28 de outubro de 2013.

DINI, A.; LIPPIT, V. Poverty, from Orthodox to Heterodox Approaches: a Methodological Comparison Survey. **Working Paper**. University of California, Riverside, 2009. Disponível

em: < <http://economics.ucr.edu/repec/ucr/wpaper/09-10.pdf> > Acesso em: 17 de outubro de 2014.

DRAIBE, S. M. O *'Welfare State'* no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice, 1989.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **A Theory of Human Need**. Hampshire: Macmillan Press, 1991. cap. 1-3.

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem miséria. In: CAMPPELLHO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/Livro/artigo_2.pdf.pagespeed.ce.V7m8XDdLIH.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais - Série Histórica 1995-2008: Nova Metodologia das Contas Regionais do Brasil** / Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: 2010 a. Disponível em: < <http://www.fjp.gov.br/index.php/analise-economica/pib-produto-interno-bruto-de-minas-gerais> >. Acesso em: 25 de outubro de 2013.

_____. Fundação João Pinheiro. **Produto interno bruto de minas gerais – 2010**. Relatório anual. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: 2010 b. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/164-informativo-pib-municipios-mg-2010/file> >. Acesso em: 25 de outubro de 2013.

_____. Fundação João Pinheiro. **Produto interno bruto de minas gerais – 2012**. Relatório anual. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: 2010 c. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-anuais/397-informativo-cei-pibmg-2012/file> >. Acesso em: 25 de outubro de 2013.

_____. Fundação João Pinheiro. **Perfil de Minas Gerais 2012**. Centro e Estatística e Informações (CEI): Belo Horizonte, 2013. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2754-perfil-de-minas-gerais> > Acesso em: 19 de setembro de 2014.

FURTADO, C. **Brasil: a Construção Interrompida**. 2ª edição; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUSCO, A.; DICKES, P. Rasch Model and Multidimensional Poverty Measurement. (CEPS/INSTEAD, Ed.). **IRISS Working Paper**, 2006.

GARLIPP, J. R. D.; BARUCO, G. C. C. Neoliberalismo, Consenso e Pós-consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. In: **X Encontro Nacional de Economia Política - SEP**, 2005, Campinas. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, 2005. v. 1. p. 1-20.

GASPER, D. Needs and basic needs: A clarification of meanings, levels and different streams work. Institute of social studies. **WP series nº 210**. Netherlands, 1996.

GIACOMELLI, G. S.; MARIN, S. G.; FEISTEL, P. R. Estado e desenvolvimento: uma discussão histórica a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen. In: **1º Seminário de jovens pesquisadores em economia e desenvolvimento**. Universidade Federal de Santa

Maria: Santa Maria, 2013. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/> >. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesq. n° 91**, p. 7-22, nov. 1994.

GONÇALVES, J. M. M. **IBGE: um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995.

GOUGH, I. The Needs of Capital and Needs People: Can the Welfare State Reconcile the Two. In: GOUGH, I. **Global Capital, Human Needs and Social Policies**. Palgrave Macmillan, 2001.

_____. Economic Institutions and the Satisfaction of Human Needs. In: GOUGH, I. **Global Capital, Human Needs and Social Policies**. Palgrave Macmillan, 2001b.

HOFFMANN, R. O índice de desigualdade de Theil-Atkinson. **Revista de Econometria**. Rio de Janeiro, v. 11, n° 2, p. 143-160. Nov., 1991.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/pofanalise_2008_2009.pdf >. Acesso em: 24 de outubro de 2013.

_____. Metodologia do Censo de 2000. **Série Relatórios Metodológicos**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacereso2000.pdf> >. Acesso em 25 de outubro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf >. Acesso em 31 de outubro de 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf >. Acesso em 23 de setembro de 2014.

IETS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Linha de pobreza e indigência**. Disponível em: < <http://www.iets.org.br/dado/pobreza-e-indigencia> >. Acesso em 30 de setembro de 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento** / coordenação: Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea : MP, SPI, 2007. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em:

<www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**. Unicamp. Campinas, v. 15, n.1, p. 79-112, jan./jun, 2006

KANG, T. H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 3 (123), pp. 352-369, julho-setembro/2011.

LACERDA, F. C. C. A. **Pobreza na Bahia sob o Prisma Multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. Uberlândia: UFU, 2009. (Dissertação de Mestrado).

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series – QEHWPS107**. University of Oxford, 2003.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. **Indicador de Pobreza: Aplicação de uma Abordagem Multidimensional ao Caso Brasileiro**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003 (Texto para discussão 223). Disponível em: <
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20223.pdf> > Acesso em: 10 de agosto de 2010.

MACHADO, A. F.; GOLGHER, A. B.; ANTIGO, M. F. Deprivation viewed from a multidimensional perspective: The case of Brazil. **Cepal Review 112**. April, 2014.

Disponível em: <

<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/53434/RV112MachadoGolgher.pdf> > Acesso em: 22 de setembro de 2014.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. Pobreza subjetiva e objetiva no Brasil. **Confins**. n. 13, 2011. Disponível em: < <http://confins.revues.org/7301?lang=pt> >. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

MEDEIROS NETO, X. T.; MARQUES, R. D. **Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2013.

MILL, J. S. **Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

NEDER, H. D. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Rio Branco, 2008.

NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. Rural Poverty in Brazil: a multidimensional measurement approach. **Brazilian Meeting of Econometrics**, 2011.

Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sbe/EBE11/paper/view/2870/1309>>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

NEDER, H. D.; LACERDA, F. C. C.; RODRIGUES, A. M. Um estudo sobre pobreza rural com abordagem multivariada. In: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. **Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Alínea: Campinas, 2010.

NERI, M. C. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. **Revista Nueva Sociedad**. Outubro de 2007. p. 53-75.

NUSSBAUM, M. C. Public Philosophy and International Feminism. **Chicago Journals. Ethics, The University of Chicago Press**. Vol. 108, No. 4, pp. 762-796, jul. 1998.

OLIVEIRA, H. R. **Quadro macroeconômico: Brasil de Nordeste 2000 a 2010**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. Disponível em: <

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Report on indicators for promoting and monitoring the implementation of human rights**. Genebra: United Nations, 2008.

Disponível em:

<http://www2.ohchr.org/english/issues/indicators/docs/HRI.MC.2008.3_en.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Resolution concerning the measurement of underemployment and inadequate employment situations, adopted by the Sixteenth International Conference of Labour Statisticians**. ILO, 1998. Disponível em: <

<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/download/res/underemp.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

OPHI. Oxford Poverty & Human Development Initiative. **Measuring Multidimensional Poverty: Insights from Around the World**. OPHI: University of Oxford, 2013. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Measuring-Multidimensional-Poverty-Insights-from-Around-the-World.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

PEREIRA, P. A. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. Edição do 20º aniversário. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. PNUD, 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2012.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013a. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/IDH/EntendaAtlas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Entenda > Acesso em: 21 de setembro de 2014.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Resumen Informe sobre Desarrollo Humano 2014. Sostener el Progreso Humano: reducir vulnerabilidades y construir resiliencia**. PNUD, 2014. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014es.pdf> > Acesso em: 20 de setembro de 2014.

RAVALLION, M. On Multidimensional Indices. **Policy Research Working Paper 5580**. The World Bank Development Research Group, February 2011.

RAWLS, J. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. **Texto para discussão nº 720**. IPEA: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3989 > Acesso em: 17 de outubro de 2014.

RODRIGUES, C. T. **Mudanças no perfil da pobreza no Brasil: uma análise a partir dos microdados da POF 2002-2003 e 2008-2009**. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2014. Tese de Doutorado.

ROBANO, V.; SMITH, S. C. Multidimensional Targeting and Evaluation: A General Framework with an Application to a Poverty Program in Bangladesh. **OPHI Working Paper**, n. 65. University of Oxford: Oxford, 2014.

SALAMA, P. DESTREMAU, B. **O tamanho da Pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, T. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**. nº 1. v. 1. 1999. Disponível em: < <http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/theotonio> >. Acesso em: 25 de outubro de 2013.

SANTOS, E. M.; URA, K. Multidimensional Poverty in Bhutan: Estimates and Policy Implications. **OPHI Working Paper**. n. 14, University of Oxford: Oxford, 2008.

SANTOS, E. M.; ROCHE, J. M. In search of a multidimensional poverty index for Latin America. In: **Society for the Study of Economic Inequality (ECINEQ)**: Verona, 2012. Disponível em: < http://www.ecineq.org/ecineq_bari13/FILESxBari13/CR2/p170.pdf > Acesso em: 11 de setembro de 2014.

SANTOS, E. M. Measuring Multidimensional Poverty in Latin America: Previous Experience and the Way Forward. **OPHI Working Paper**. n.66. University of Oxford, Oxford, 2013.

SARSHAR, M. Amartya Sen's Theory of Poverty. **Selected Works**. National Law University, Delhi, January, 2010.

SAY, J-B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SEN, A. K. Poverty: an Ordinal Approach to Measurement. **Econometrica**, 44,2, 219-231, 1976.

_____. Equality of What? In: MCMURRIN, S. Ed. **Tanner Lectures on Human Values**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

_____. Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 96, No. 3, pp. 433-464, Aug., 1981.

_____. Development: Which Way Now? **The Economic Journal**, Vol. 93, No. 372, pp. 745-762, Dec., 1983.

_____. Poor, Relatively Speaking. **Oxford Economic Papers**, 35. 153-169, 1983b.

_____. Development as Capability Expansion. In: GRIFFIN, K. and KNIGHT, J. **Human Development and the International Development Strategy for the 1990s**. London: MacMillan, 1990.

_____. Justice: Means versus Freedoms. **Philosophy and Public Affairs**, Vol. 19, No. 2 (Spring), pp. 111-121, 1990b.

_____. Capability and Well-Being. In: SEN, A. and NUSSBAUM, M. Eds. **The Quality of Life**. Oxford: Clarendon Press. 30-53, 1993.

_____. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: **Human Development Report 1997**. 1997. Pag.15-23.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Incompleteness and Reasoned Choice. **Synthese**. Vol. 140, No. 1/2, (May, 2004), pp. 43-59.

_____. Human Rights and Capabilities. **Journal of Human Development**. Vol. 6, No. 2, July 2005.

_____. Reason, Freedom and Well-being. **Utilitas**, 18, (01), 80-96, 2006.

_____. **A idéia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, A. K.; KLKSBERG, B. **As pessoa em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, P. L. N.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciência e Saúde Coletiva**, 7 (4): 659-670, 2002.

SILVA, A. M. R. **Um estudo sobre pobreza multidimensional no Brasil**. Uberlândia: UFU, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. PUCRS. Porto Alegre,

2010. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-umestudo-empirico-sobre-pobreza.pdf> > Acesso em: 23 de setembro de 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações: A investigação sobre a natureza e suas causas. Volume II.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SOARES, I. S.; OLIVEIRA JUNIOR, R. R.; PEDRON, R. A.; SOUZA FILHO, A. M. C. Novos Arranjos de Governança para a Intersetorialidade na Gestão Social: a Experiência do Programa Travessia. In: **VI Congresso Consad de Gestão Pública.** Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013.

SOUZA FILHO, A. M. C; ASSIS, M. A. O índice de pobreza multidimensional como ferramenta para o diagnóstico e a elaboração de políticas públicas de bem-estar social. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS.** Águas de Lindóia, 2013.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

STEWART, F. Basic Needs Strategies, Human Rights, and The Right to Development. **Human Rights Quarterly.** 11:3. Aug. 1989.

_____. Basic Needs, Capabilities and Human Development. **Greek Economic Review,** vol. 17, nº 2 pp. 83-96, 1995.

_____. Basic Needs Approach. In: CLARK, D. **The Elgar companion to development studies.** Edward Elgar Publishing Ltd: Cheltenham, 2006.

STREETEN, P. Basic Needs: Premises and Promises. World Bank Reprint Series: Number Sixty-two. **Reprinted from Journal of Policy Modeling** 1, 1979.

_____. Why Basic Needs. In: STREETEN, P. **First Thing First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries.** Oxford University Press, 1981.

STREETEN, P.; BURKI, S. J. Basic Needs: Some Issues. **World Development.** Vol. 6, No. 3, pp. 411-421. Pergamon Press. Printed in Great Britain, 1978.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005.

TITMUSS, R. What is social policy?. In: ALCOCK *et alli.* **Welfare and Wellbeing: R. Titmuss contribution to social policy.** Bristol: The Policy Press, 2001, p. 209-213.

VAZ, A. C. N.; JANUZZI, P. M.; SOUSA, M. F. Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. **Estudo Técnico.** N.º 09/2014. MDS: Brasília, 2014.

WIGGINS, D. Claims of Need. In: WIGGINS, D. **Needs, Values, Truth: Essays in the Philosophy of Value.** Oxford University, 1998.

WIGGINS, D.; DERMEN, S. Needs, need, needing. **Journal of medical ethics,** 13, 62-68, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A – Linhas de pobreza utilizadas na análise (em R\$).

	Linhas de Pobreza	
	2000	2010
Belo Horizonte	116,43	240,98
Urbano	78,28	162,01
Rural	46,34	95,91

Fonte: Elaboração de Sonia Rocha com base na POF e Censos. Dados extraídos do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). O IETS disponibiliza os itens atualizados e a metodologia de construção dos parâmetros e cestas alimentares.

Apêndice B – Vulnerabilidade econômica.

(Continua)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Rendimento mensal domiciliar (V7616) = <i>renddom</i> -Total de moradores no domicílio (V7100) = <i>totmor</i> -Rendimento domiciliar per capita (<i>renddompc</i>) = $\text{renddom} / \text{totmor}$ -Linha de pobreza (<i>lp</i>)	Pobreza monetária	<i>pobrenda</i>	<i>pobrenda</i> = 1 se $\text{renddompc} < lp$ <i>pobrenda</i> = 0 se $\text{renddompc} \geq lp$
2010	-Rendimento domiciliar per capita (V6531) = <i>renddompc</i> -Linha de pobreza (<i>lp</i>)			
2000	-Sexo (V0401) = <i>sexo</i> 1-Masculino 2- Feminino - Responsável pelo domicílio (V0402) = <i>chefe</i> 01- Pessoa responsável -Vive em companhia de cônjuge ou companheiro (V0436) = <i>compan</i> 1 – Sim 2 - Não, mas viveu 3 - Nunca viveu -Total de filhos nascidos vivos que estavam vivos (V0463) = <i>filhosv</i> -Idade calculada do último filho nascido vivo (V4654) = <i>idulfilhov</i>	Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos	<i>maefilmen</i>	<i>maefilmen</i> = 1 se [<i>sexo</i> = 2 e <i>chefe</i> = 01 e (<i>compan</i> = 2 ou <i>compan</i> = 3) e (<i>filhosv</i> ≥ 1 e <i>idulfilhov</i> < 14)] <i>maefilmen</i> = 0 se <i>maefilmen</i> ≠ 1
2010	-Sexo (V0601) = <i>sexo</i> 1-Masculino 2- Feminino - Responsável pelo domicílio (V0502) = <i>chefe</i> 01- Pessoa responsável pelo domicílio -Vive em companhia de cônjuge ou companheiro (V0637) = <i>compan</i> 1 – Sim 2 - Não, mas viveu 3 - Nunca viveu -Total de filhos nascidos vivos que estavam vivos (V6643) = <i>filhosv</i> -Idade do último filho tido nascido vivo (V6660) = <i>idulfilhov</i>			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice B – Vulnerabilidade econômica.

(Conclusão)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Total de rendimentos em todos os trabalhos em salários mínimos (V4526) = <i>rendtrabsm</i> - <i>ocup</i>	Ausência de ocupado com rendimento de pelo menos um salário mínimo	<i>ausocupsalm</i>	<i>ausocupsalm</i> = 1 se (<i>ocup</i> = 1 e <i>rendtrabsm</i> < 1) <i>ausocupsalm</i> = 0 se (<i>ocup</i> = 1 e <i>rendtrabsm</i> ≥ 1)
2010	-Rendimento em todos os trabalhos em salários mínimos (V6526) = <i>rendtrabsm</i> - <i>ocup</i>			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice C – Condições ocupacionais.

(Continua)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	<p><i>-totmor</i></p> <p><i>-Idade ativa (idadeativ) = 1 se idade ≥ 16 anos e idade ≤ 65 anos</i></p> <p><i>idadeativ = 0 se idadeativ ≠ 1</i></p> <p><i>- Proporção de moradores em idade ativa (pidadeativ) = idadeativ / totmor</i></p>	Menos da metade dos membros do domicílio em idade ativa	<i>midadeativ</i>	<p><i>midadeativ = 1 se pidadeativ < 0,5</i></p> <p><i>midadeativ = 0 se midadeativ ≠ 1</i></p>
2010	<p><i>-Quantas pessoas moravam neste domicílio (V0401) = totmor</i></p> <p><i>-Idade ativa (idadeativ) = 1 se idade ≥ 16 anos e idade ≤ 65 anos</i></p> <p><i>idadeativ = 0 se idadeativ ≠ 1</i></p> <p><i>- Proporção de moradores em idade ativa (pidadeativ) = idadeativ / totmor</i></p>			
2000	<p><i>-ocup</i></p> <p><i>-População economicamente ativa (pea) = 1 se ocup = 1 ou ocup = 0 e idadeativ = 1</i></p> <p><i>-pea = 0 se ocup ≠ 1 ou ocup ≠ 0 e idadeativ = 1</i></p> <p><i>-Taxa de ocupados entre os membros em idade ativa (txoupidade) = ocup / pea se pea = 1</i></p>	Menos da metade dos membros em idade ativa ocupados	<i>menosmetocup</i>	<p><i>menosmetocup = 1 se txoupidade < 0,5</i></p> <p><i>menosmetocup = 1 se menosmetocup ≠ 1</i></p>

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice C – Condições ocupacionais.

(Conclusão)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Total de rendimentos no trabalho principal, em salários mínimos (V4514) = <i>rendtrabpsm</i> -Horas trabalhadas por semana no trabalho principal (V0453) = <i>horastrabprin</i> -Providência para conseguir trabalho (V0455) <i>providtrab</i> 1-Sim 2-Não -ocup	Ocupação inadequada	<i>ocupinadeq</i>	$ocupinadeq = 1$ se $\{ocup = 1 \text{ e } [(horastrabprin < 40 \text{ e } providtrab = 1) \text{ ou } (horastrabprin \geq 40 \text{ e } rendtrabpsm < 1)]\}$ $ocupinadeq = 0$ se $ocupinadeq \neq 1$
2010	-Rendimento no trabalho principal em número de salários mínimos (V6514) = <i>rendtrabpsm</i> -No trabalho principal, quantas horas trabalhava habitualmente por semana (V0653) <i>horastrabprin</i> -Tomou alguma providência, de fato, para conseguir trabalho (V0654) = <i>providtrab</i> 1-Sim 2-Não -ocup			
2000	-ocup ²⁴³ -idade	Trabalho infantil	<i>trabinf</i>	$trabinf = 1$ se $ocup = 1$ e $idade < 16$ $trabinf = 0$ se $ocup = 0$ e $idade < 16$
2010	-ocup -idade	Trabalho infantil		
2000	- <i>peamulher</i> = 1 se <i>pea</i> = 1 e <i>sexo</i> = 2 - <i>piamulher</i> = 1 se <i>pea</i> = 1 ou <i>pea</i> = 0 e <i>sexo</i> = 2 -Taxa de participação da mulher (<i>txmulher</i>) = <i>peamulher</i> / <i>piamulher</i>	Ausência de participação da mulher no mercado de trabalho	<i>austrabmulher</i>	$austrabmulher = 1$ se $txmulher = 0$ $austrabmulher = 0$ se $txmulher > 0$
2010	- <i>peamulher</i> = 1 se <i>pea</i> = 1 e <i>sexo</i> = 2 - <i>piamulher</i> = 1 se <i>pea</i> = 1 ou <i>pea</i> = 0 e <i>sexo</i> = 2 -Taxa de participação da mulher (<i>txmulher</i>) = <i>peamulher</i> / <i>piamulher</i>			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

²⁴³ Foram utilizadas as variáveis de ocupação nos mesmos termos gerados anteriormente (tanto em 2000 quanto em 2010), porém, para caracterizar o trabalho infantil foi considerada a idade menor que 16 anos.

Apêndice D – Características educacionais.

(Continua)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Sabe ler e escrever (V0428) = <i>sabeler</i> 1-Sim 2-Não -idade	Existência de adulto analfabeto	<i>analfa</i>	<i>analfa = 1 se sabeler = 2 e idade ≥ 15</i> <i>analfa = 0 se sabeler = 1 e idade ≥ 15</i>
2010	-Sabe ler e escrever (V0627) = <i>sabeler</i> 1-Sim 2-Não -idade			
2000	-Anos de estudo (V4300) 00- Sem instrução ou menos de 1 ano 01- 1 ano 02- 2 anos 03- 3 anos 04- 4 anos 05- 5 anos 06- 6 anos 07- 7 anos 08- 8 anos 09- 9 anos 10- 10 anos 11- 11 anos 12- 12 anos 13- 13 anos 14- 14 anos 15- 15 anos 16- 16 anos 17- 17 anos ou mais 20- Não determinado 30- Alfabetização de adultos -idade	Existência de adulto que não concluiu o ensino fundamental	<i>fundam</i>	<i>fundam = 1 se V4300 < 08 ou V4300 = 30 e idade ≥ 15</i> <i>fundam = 0 se V4300 ≥ 08 e V4300 ≤ 17 e idade ≥ 15</i> <i>fundam = . se V4300 = 20 e idade ≥ 15</i>
2010	-Nível de instrução (V6400) 1- Sem instrução e fundamental incompleto 2- Fundamental completo e médio incompleto 3- Médio completo e superior incompleto 4- Superior completo 5- Não determinado -idade			
2000	-Frequenta escola ou creche (V0429) = <i>fesccre</i> 1- Sim, rede particular 2- Sim, rede pública 3- Não, já frequentou 4- Nunca frequentou -idade	Crianças fora da escola	<i>criforesc</i>	<i>criforesc = 1 se [(fesccre = 3 ou fesccre = 4) e (idade ≥ 6 e idade ≤ 14)]</i> <i>criforesc = 0 se [(fesccre = 1 ou fesccre = 2) e (idade ≥ 6 e idade ≤ 14)]</i>
2010	-Frequenta escola ou creche (0628) = <i>fesccre</i> 1- Sim, pública 2- Sim, particular 3- Não, já frequentou 4- Não, nunca frequentou -idade			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice D – Características educacionais.

(Continuação)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	<p><i>-idade</i></p> <p>-Série que frequenta (V0431) = <i>seriefreq</i></p> <p>1- Primeira Série 2- Segunda Série 3- Terceira Série 4- Quarta Série 5- Quinta Série 6- Sexta Série 7- Sétima Série 8- Oitava Série</p> <p>9- Curso não-seriado</p> <p>-Curso que frequenta (V0430) = <i>curso</i></p> <p>01-Creche 02- Pré-escolar 03- Classe de alfabetização 04- Alfabetização de adultos 05- Ensino fundamental ou 1º grau - regular seriado 06- Ensino fundamental ou 1º grau - regular não-seriado 07- Supletivo(ensino fundamental ou 1º grau) 08- Ensino médio ou 2º grau - regular seriado 09- Ensino médio ou 2º grau - regular não-seriado 10- Supletivo (ensino médio ou 2º grau) 11- Pré-vestibular 12- Superior – graduação 13- Superior – mestrado ou doutorado</p> <p><i>-Série (serie) = 1 se seriefreq = 1</i> <i>serie = 2 se seriefreq = 2</i> <i>serie = 3 se seriefreq = 3</i> <i>serie = 4 se seriefreq = 4</i> <i>serie = 5 se seriefreq = 5</i> <i>serie = 6 se seriefreq = 6</i> <i>serie = 7 se seriefreq = 7</i> <i>serie = 8 se seriefreq = 8</i> <i>serie = missing se seriefreq = 9</i> <i>-Defasagem (dif) = idade – serie</i></p>	<p>Crianças em defasagem escolar</p>	<i>cridefas</i>	<p><i>cridefas = 1 se {(idade ≥ 7 e idade ≤ 14) e [serie = missing ou (curso = 07 ou curso = 04 ou curso = 01 ou curso = 03 ou curso = 02) ou (curso = 05 ou curso = 06) e (dif > 6)]}</i> <i>cridefas = 0 se cridefas ≠ 1</i></p>

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice D – Características educacionais.

(Conclusão)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2010	<p><i>idade</i></p> <p>-Série/Ano que frequenta (V0630) = <i>seriefreq</i></p> <p>01- Primeiro ano 02- Primeira série 03- Segunda série 04- Terceira série 05- Quarta série 06- Quinta série 07- Sexta série 08- Sétima série 09- Oitava série 10- Não seriado</p> <p>-Curso que frequenta (V0629) = <i>curso</i></p> <p>01- Creche 02- Pré-escolar (maternal e jardim da infância) 03- Classe de alfabetização - CA 04- Alfabetização de jovens e adultos 05- Regular do ensino fundamental 06- Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino fundamental 07- Regular do ensino médio 08- Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino médio 09- Superior de graduação 10- Especialização de nível superior 11- Mestrado 12- Doutorado</p> <p>-Série (<i>serie</i>) = 1 se <i>seriefreq</i> = 01 <i>serie</i> = 2 se <i>seriefreq</i> = 02 <i>serie</i> = 3 se <i>seriefreq</i> = 03 <i>serie</i> = 4 se <i>seriefreq</i> = 04 <i>serie</i> = 5 se <i>seriefreq</i> = 05 <i>serie</i> = 6 se <i>seriefreq</i> = 06 <i>serie</i> = 7 se <i>seriefreq</i> = 07 <i>serie</i> = 8 se <i>seriefreq</i> = 08 <i>serie</i> = 0 se <i>seriefreq</i> = 09 <i>serie</i> = missing se <i>seriefreq</i> = 10</p> <p>-Defasagem (<i>dif</i>) = <i>idade</i> - <i>serie</i></p>	<p>Crianças em defasagem escolar</p>	<i>cridefas</i>	<p><i>cridefas</i> = 1 se {(<i>idade</i> ≥ 6 e <i>idade</i> ≤ 14) e [<i>serie</i> = missing ou (<i>curso</i>= 06 ou <i>curso</i>= 04 ou <i>curso</i>= 01 ou <i>curso</i>= 03 ou <i>curso</i>= 02) ou (<i>curso</i>= 05 e (<i>dif</i> > 5))}</p> <p><i>cridefas</i> = 0 se <i>cridefas</i> ≠ 1</p>

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice E – Condições de moradia.

(Continua)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Densidade de moradores por dormitório (V7204) = <i>densid</i>	Existência de mais de três pessoas por dormitório	<i>pdormit</i>	$pdormit = 1$ se $densid > 3$ $pdormit = 0$ se $densid \leq 3$
2010	-Densidade de morador/dormitório (V6204) = <i>densid</i>			
2000	- Condição do domicílio (V0205) = <i>conddom</i> 1- Próprio, já pago 2- Próprio, ainda pagando 3- Alugado 4- Cedido por empregador 5- Cedido de outra forma 6- Outra Condição	Domicílio não próprio	<i>domicnprop</i>	$domicnprop = 1$ se ($conddom = 3$ ou $conddom = 4$ ou $conddom = 5$ ou $conddom = 6$) $domicnprop = 0$ se ($conddom = 1$ ou $conddom = 2$)
2010	-Domicílio, condição de ocupação (V0201) = <i>conddom</i> 1- Próprio de algum morador - já pago 2- Próprio de algum morador - ainda pagando 3- Alugado 4- Cedido por empregador 5- Cedido de outra forma 6- Outra condição			
2000	-Tipo de canalização (V0208) = <i>tipocan</i> 1 - Canalizada em pelo menos um cômodo 2 - Canalizada só na propriedade ou terreno 3 - Não canalizada -Situação do domicílio (V1006) = <i>sitdom</i> 1-Urbana 2- Rural	Ausência de água canalizada	<i>ausaguacan</i>	$ausaguacan = 1$ se $\{[(tipocan = 2$ ou $tipocan = 3) e sitdom = 1] ou (tipocan = 3 e sitdom = 2)\}$ $ausaguacan = 0$ se $\{(tipocan = 1 e sitdom = 1) ou [(tipocan = 1 ou tipocan = 2) e sitdom = 2]\}$
2010	- Abastecimento de água, canalização (V0209) = <i>tipocan</i> 1- Sim, em pelo menos um cômodo 2- Sim, só na propriedade ou terreno 3- Não -Situação do domicílio (V1006) = <i>sitdom</i> 1-Urbana 2- Rural			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice E – Condições de moradia.

				(Conclusão)
Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Forma de abastecimento de água (V0207) = <i>abast</i> 01- Rede geral 02- Poço ou nascente (na propriedade) 03- Outra - <i>sitdom</i>	Abastecimento de água inadequado	<i>aguainad</i>	$aguainad = 0$ se $\{(abast = 01 \text{ e } sitdom = 1) \text{ ou } [(abast = 01 \text{ ou } abast = 02) \text{ e } sitdom = 2]\}$ $aguainad = 1$ se $[(abast \neq 01 \text{ e } sitdom = 1) \text{ ou } (abast > 02 \text{ e } sitdom = 2)]$
2010	-Abastecimento de água, forma (V0208) 01- Rede geral de distribuição 02- Poço ou nascente na propriedade 03- Poço ou nascente fora da propriedade 04- Carro-pipa 05- Água da chuva armazenada em cisterna 06- Água da chuva armazenada de outra forma 07- Rios, açudes, lagos e igarapés 08- Outra 09- Poço ou nascente na aldeia 10- Poço ou nascente fora da aldeia - <i>Abastecimento de água (abast) = 01 se V0208 = 01</i> <i>abast = 02 se (V0208 = 02 ou V0208 = 09)</i> <i>abast = 03 se (V0208 = 03 ou V0208 = 04 ou V0208 = 05 ou V0208 = 06 ou V0208 = 07 ou V0208 = 10)</i> - <i>sitdom</i>			
2000	-Iluminação elétrica (V0213) 1-Sim 2-Não	Ausência de energia elétrica	<i>ausenergia</i>	$ausenergia = 1$ se $V0213 = 2$ $ausenergia = 0$ se $V0213 = 1$
2010	-Energia elétrica, existência (V0211) 1- Sim, de companhia distribuidora 2- Sim, de outras fontes 3- Não existe energia elétrica			$ausenergia = 1$ se $V0211 = 3$ $ausenergia = 0$ se $V0211 = 1$ ou $V0211 = 2$

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice F – Condições sanitárias.

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Banheiros, número ²⁴⁴ (V0209) = <i>sanit</i>	Ausência de sanitário	<i>aussanit</i>	<i>aussanit</i> = 1 se <i>sanit</i> = 0
2010	-Banheiros de uso exclusivo (V0205) = <i>sanit</i>			<i>aussanit</i> = 0 se <i>sanit</i> ≥ 1
2000	-Tipo de escoadouro (V0211) = <i>escsanit</i> 1- Rede geral de esgoto ou pluvial 2- Fossa séptica 3- Fossa rudimentar 4- Vala 5- Rio, lago ou mar 6- Outro escoadouro	Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica	<i>ausescoad</i>	<i>ausescoad</i> = 1 se <i>escsanit</i> = 3 ou <i>escsanit</i> = 4 ou <i>escsanit</i> = 5 ou <i>escsanit</i> = 6
2010	-Esgotamento sanitário, tipo (V0207) = <i>escsanit</i> 1- Rede geral de esgoto ou pluvial 2- Fossa séptica 3- Fossa rudimentar 4- Vala 5- Rio, lago ou mar 6- Outro			<i>ausescoad</i> = 0 se <i>escsanit</i> = 1 ou <i>escsanit</i> = 2
2000	-Destino do lixo (V0212) = <i>lixo</i> 1- Coletado por serviço de limpeza 2- Colocado em caçamba de serviço de limpeza 3- Queimado (na propriedade) 4- Enterrado (na propriedade) 5- Jogado em terreno baldio ou logradouro 6- Jogado em rio, lago ou mar 7- Tem outro destino - <i>sitdom</i>	Destino inadequado do lixo	<i>destinlixo</i>	<i>destinlixo</i> = 1 se $\{(lixo = 3 \text{ ou } lixo = 4 \text{ ou } lixo = 5 \text{ ou } lixo = 6 \text{ ou } lixo = 7) \text{ e } sitdom = 1\}$ ou $\{(lixo = 5 \text{ ou } lixo = 6 \text{ ou } lixo = 7) \text{ e } sitdom = 2\}$
2010	-Lixo, destino (V0210) = <i>lixo</i> 1- Coletado diretamente por serviço de limpeza 2- Colocado em caçamba de serviço de limpeza 3- Queimado (na propriedade) 4- Enterrado (na propriedade) 5- Jogado em terreno baldio ou logradouro 6- Jogado em rio, lago ou mar 7- Tem outro destino - <i>sitdom</i>			<i>destinlixo</i> = 0 se $\{(lixo = 1 \text{ ou } lixo = 2) \text{ e } sitdom = 1\}$ ou $\{(lixo = 1 \text{ ou } lixo = 2 \text{ ou } lixo = 3 \text{ ou } lixo = 4) \text{ e } sitdom = 2\}$

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

²⁴⁴ O Censo de 2000 classifica sanitário como o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que possui aparelho sanitário ou buraco para dejeções.

Apêndice G – Ausência de bens.

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Existência de geladeira ou freezer (V0215) = <i>geladeira</i> 1-Sim 2-Não	Ausência de geladeira	<i>ausgelad</i>	<i>ausgelad</i> = 1 se <i>geladeira</i> = 2 <i>ausgelad</i> = 0 se <i>geladeira</i> = 1
2010	-Geladeira, existência (V0216) = <i>geladeira</i> 1-Sim 2-Não			
2000	-Existência de máquina de lavar roupa (V0217) = <i>maqlav</i> 1-Sim 2-Não	Ausência de máquina de lavar	<i>ausmaqlav</i>	<i>ausmaqlav</i> = 1 se <i>maqlav</i> = 2 <i>replace ausmaqlav</i> = 0 se <i>maqlav</i> = 1
2010	-Máquina de lavar roupa, existência (V0215) = <i>maqlav</i> 1-Sim 2-Não			
2000	-Quantidade existente de automóveis para uso particular (V0222)	Ausência de automóvel	<i>ausautom</i>	<i>ausautom</i> = 1 se V0222 = 0 <i>ausautom</i> = 0 se V0222 ≥ 1
2010	-Automóvel para uso particular, existência (V0222) 1-Sim 2-Não			
2000	-Existência de rádio (V0214) = <i>radio</i> 1-Sim 2-Não	Ausência de rádio	<i>ausradio</i>	<i>ausradio</i> = 1 se <i>radio</i> = 2 <i>ausradio</i> = 0 se <i>radio</i> = 1
2010	-Rádio, existência (V0213) = <i>radio</i> 1-Sim 2-Não			
2000	-Quantidade existente de televisores (V0221) = <i>tv</i>	Ausência de televisor	<i>austv</i>	<i>austv</i> = 1 se <i>tv</i> = 0 <i>austv</i> = 0 se <i>tv</i> ≥ 1
2010	-Televisão, existência (V0214) = <i>TV</i> 1-Sim 2-Não			
2000	-Existência de microcomputador (V0220) = <i>comp</i> 1-Sim 2-Não	Ausência de computador	<i>auscomp</i>	<i>auscomp</i> = 1 se <i>comp</i> = 2 <i>auscomp</i> = 0 se <i>comp</i> = 1
2010	-Microcomputador, existência (V0219) = <i>comp</i> 1-Sim 2-Não			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice H – Saúde.

(Continua)

Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Capacidade de enxergar (V0411) = <i>enxerg</i> 1- Incapaz 2- Grande dificuldade permanente 3- Alguma dificuldade permanente 4- Nenhuma dificuldade	Dificuldade para enxergar	<i>difenxerg</i>	<i>difenxerg</i> = 1 se <i>enxerg</i> = 1 ou <i>enxerg</i> = 2 ou <i>enxerg</i> = 3 <i>difenxerg</i> = 0 se <i>enxerg</i> = 4
2010	-Dificuldade permanente de enxergar (V0614) = <i>enxerg</i> 1- Sim, não consegue de modo algum 2- Sim, grande dificuldade 3- Sim, alguma dificuldade 4- Não, nenhuma dificuldade			
2000	-Capacidade de ouvir (V0412) = <i>ouvir</i> 1- Incapaz 2- Grande dificuldade permanente 3- Alguma dificuldade permanente 4- Nenhuma dificuldade	Dificuldade para ouvir	<i>difouvir</i>	<i>difouvir</i> = 1 se <i>ouvir</i> = 1 ou <i>ouvir</i> = 2 ou <i>ouvir</i> = 3 <i>difouvir</i> = 0 se <i>ouvir</i> = 4
2010	-Dificuldade permanente de ouvir (V0615) = <i>ouvir</i> 1- Sim, não consegue de modo algum 2- Sim, grande dificuldade 3- Sim, alguma dificuldade 4- Não, nenhuma dificuldade			
2010	-Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus (V0616) = <i>andar</i> 1- Sim, não consegue de modo algum 2- Sim, grande dificuldade 3- Sim, alguma dificuldade 4- Não, nenhuma dificuldade			
2000	-Capacidade de caminhar/subir escadas (V0413) = <i>andar</i> 1- Incapaz 2- Grande dificuldade permanente 3- Alguma dificuldade permanente 4- Nenhuma dificuldade	Dificuldade para andar	<i>difandar</i>	<i>difandar</i> = 1 se <i>andar</i> = 1 ou <i>andar</i> = 2 ou <i>andar</i> = 3 <i>difandar</i> = 0 se <i>andar</i> = 4
2010	-Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus (V0616) = <i>andar</i> 1- Sim, não consegue de modo algum 2- Sim, grande dificuldade 3- Sim, alguma dificuldade 4- Não, nenhuma dificuldade			
2000	-Problema mental permanente (V0410) = <i>mental</i> 1-Sim 2-Não	Deficiência mental permanente	<i>defmental</i>	<i>defmental</i> = 1 se <i>mental</i> = 1 <i>defmental</i> = 0 se <i>mental</i> = 2
2010	-Deficiência mental/intelectual permanente (V0617) = <i>mental</i> 1-Sim 2-Não			

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice H – Saúde.

				(Conclusão)
Censo	Valores originais alterados	Itens	Código	Valores recodificados
2000	-Total de filhos nascidos mortos (V4670) = <i>filhosm</i> - <i>sexo</i>	Óbito fetal	<i>obtifet</i>	<i>obtifet = 1 se filhosm</i> ≥ 1 e <i>sexo = 2</i>
2010	-Quantos filhos e filhas nascidos mortos (V6693) = <i>filhosm</i> - <i>sexo</i>			<i>obtifet = 0 se filhosm</i> $= 0$ e <i>sexo = 2</i>

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice I – Distribuição dos domicílios de Minas Gerais conforme as mesorregiões e microrregiões (Censo 2000 e 2010).

(Continua)

Mesorregião	Domicílios Censo 2000		Domicílios Censo 2010		Microrregião	Domicílios Censo 2000		Domicílios Censo 2010	
	Amostra	Expandida	Amostra	Expandida		Amostra	Expandida	Amostra	Expandida
Noroeste de Minas	11446	89404	17230	113605	Unai	4685	36851	7387	47073
					Paracatu	6761	52553	9843	66532
Norte de Minas	47556	349452	66664	449788	Januária	7696	54807	10785	70467
					Janaúba	7587	56257	9871	58747
					Salinas	7094	46699	10311	47833
					Pirapora	5111	37820	6956	171714
					Montes Claros	16022	129204	22121	11066
					Grão Mogol	1926	8896	3152	20078
					Bocaiúva	2120	15769	3468	23525
Jequitinhonha	24050	160277	32788	197513	Diamantina	2961	19267	4283	54215
					Capelinha	6511	42418	9070	42405
					Araçuaí	4985	35145	6040	24004
					Pedra Azul	2585	20554	2851	53364
					Almenara	7008	42893	10544	78383
Vale do Mucuri	14112	96353	18809	114881	Teófilo Otoni	9819	64875	12304	36498
					Nanuque	4293	31478	6505	36498
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	64594	546611	79646	708298	Ituiutaba	5002	40539	6971	48427
					Uberlândia	21861	204779	19619	269616
					Patrocínio	6634	52686	9323	64628
					Patos de Minas	8268	67684	11189	84087
					Frutal	6724	46406	10238	60802
					Uberaba	9406	84981	13540	115613
					Araxá	6699	49536	8766	65125
Central Mineira	14411	106600	20694	131843	Três Marias	3159	25401	4140	31314
					Curvelo	5657	38512	7424	46751
					Bom Despacho	5595	42687	9130	53778
Metropolitana de Belo Horizonte	165509	1510025	163984	1929838	Sete Lagoas	12281	90264	16827	118298
					Conceição do Mato Dentro	3490	21304	5792	23958
					Pará de Minas	3350	29092	4731	38049
					Belo Horizonte	119816	1165523	99509	1491048
					Itabira	11648	89605	16011	112822
					Itaguara	3420	16310	5680	20127
					Ouro Preto	4222	39706	5316	51391
					Conselheiro Lafaiete	7282	58221	10118	74145

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice I – Distribuição dos domicílios de Minas Gerais conforme as mesorregiões e microrregiões (Censo 2000 e 2010).

(Conclusão)

Mesorregião	Domicílios Censo 2000		Domicílios Censo 2010		Microrregião	Domicílios Censo 2000		Domicílios Censo 2010	
	Amostra	Expandida	Amostra	Expandida		Amostra	Expandida	Amostra	Expandida
Vale do Rio Doce	55516	405160	80441	501602	Guanhães	4808	30970	8339	37915
					Peçanha	3227	19942	5589	23309
					Governador Valadares	14334	106046	20158	129629
					Mantena	2861	17428	4355	20794
					Ipatinga	14153	124717	18130	160453
					Caratinga	10379	64168	15073	79804
					Aimorés	5754	41889	8797	49698
Oeste de Minas	29837	237381	41681	306867	Piumhi	3468	24139	5329	28454
					Divinópolis	11975	108444	16978	151762
					Formiga	5132	41600	6427	50165
					Campo Belo	4473	31205	5695	37425
					Oliveira	4789	31993	7252	39061
Sul/Sudoeste de Minas	89439	630155	121854	780310	Passos	8816	60534	13272	72956
					São Sebastião do Paraíso	10235	72319	13022	86384
					Alfenas	8182	58326	10370	71779
					Varginha	14013	109267	17497	135757
					Poços de Caldas	11351	91038	13829	114064
					Pouso Alegre	11672	80039	15957	105343
					Santa Rita do Sapucaí	5674	34649	8779	43741
					São Lourenço	8594	54414	12322	66867
					Andrelândia	4490	20630	7161	24090
					Itajubá	6412	48939	9645	59329
Campo das Vertentes	19450	140463	27056	175672	Lavras	4686	37020	6964	47344
					São João Del Rei	7490	47273	10599	58700
					Barbacena	7274	56170	9493	69628
Zona da Mata	79181	565415	103751	700962	Ponte Nova	8115	49678	10951	58601
					Manhuaçu	10915	65245	15479	83521
					Viçosa	9091	55980	13578	67757
					Muriaé	10173	73649	14337	90583
					Ubá	9750	67414	14171	86471
					Juiz de Fora	23154	193846	24449	242607
					Cataguases	7983	59603	10786	71422
Minas Gerais	615101	4837296	774598	6111179	Minas Gerais	615101	4837296	774598	6111179

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice J – Proporção de pobres unidimensional, Proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza, índice de pobreza multidimensional e decomposições da pobreza multidimensional para as mesorregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

Mesorregião	2000												2010											
	<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***							<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***						
						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>
Noroeste de Minas	0,262	0,383	0,390	0,149	2,8	11,8	17,4	10,9	9,9	7,8	17,4	24,7	0,120	0,186	0,357	0,066	2,2	13,5	18,2	12,1	10,0	8,3	14,0	24,0
Norte de Minas	0,426	0,593	0,437	0,259	19,1	9,7	16,9	10,6	11,7	7,5	20,4	23,2	0,215	0,364	0,376	0,137	23,2	11,7	18,1	11,5	10,7	6,7	17,9	23,5
Jequitinhonha	0,452	0,668	0,451	0,301	10,2	9,7	17,2	10,5	12,0	8,0	19,0	23,6	0,245	0,414	0,380	0,158	11,8	11,3	18,8	11,7	11,3	7,3	16,0	23,7
Vale do Mucuri Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,391	0,537	0,434	0,233	4,7	10,1	18,0	10,8	11,8	7,9	17,5	24,0	0,208	0,315	0,377	0,119	5,1	12,0	19,5	11,8	10,4	6,9	15,2	24,1
Central Mineira Metropolitana de Belo Horizonte	0,223	0,279	0,376	0,105	2,4	12,4	18,6	10,9	9,8	6,8	18,1	23,5	0,093	0,123	0,344	0,042	2,1	15,0	20,1	11,7	8,8	7,4	13,5	23,5
Vale do Rio Doce	0,286	0,369	0,398	0,147	12,6	11,5	18,1	11,6	11,5	6,9	16,5	23,9	0,145	0,180	0,354	0,064	12,1	14,0	19,5	12,6	10,7	6,9	12,7	23,7
Oeste de Minas	0,143	0,156	0,350	0,055	2,7	14,0	20,1	12,2	10,7	5,4	13,5	24,0	0,061	0,054	0,330	0,018	2,1	16,7	20,6	13,0	10,3	6,6	9,7	23,1
Sul/Sudoeste de Minas	0,131	0,163	0,352	0,057	7,6	13,4	21,0	12,5	10,8	6,5	12,0	23,9	0,065	0,074	0,333	0,025	7,2	15,5	21,0	13,1	10,0	7,8	9,7	23,0
Campo das Vertentes	0,219	0,217	0,364	0,079	2,3	13,0	18,8	12,1	11,9	5,5	14,5	24,2	0,096	0,090	0,337	0,030	2	15,8	19,5	12,6	11,5	6,2	11,3	23,2
Zona da Mata	0,202	0,243	0,378	0,092	10,9	11,5	19,3	12,5	12,2	6,5	14,2	23,8	0,101	0,122	0,344	0,042	11,1	13,9	20,0	13,2	10,6	7,1	11,7	23,4

* Os índices *FGT₀ renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para facilitar a análise em percentual.

** *Dec. Sub.* é uma abreviação para identificar a decomposição por subgrupos. Cada percentual refere-se à contribuição daquela mesorregião para a composição da pobreza multidimensional.

*** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza da mesorregião correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice K – Proporção de pobres unidimensional, Proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional e decomposições da pobreza multidimensional para as microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continua)

Microrregião	2000												2010											
	<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***							<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***						
						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>
Unai	0,284	0,437	0,402	0,175	1,4	11,3	16,8	10,8	9,9	8,0	18,3	25,1	0,147	0,254	0,364	0,092	1,6	12,8	17,6	11,8	10,1	8,7	14,6	24,4
Paracatu	0,247	0,346	0,381	0,132	1,5	12,3	18,0	11,1	9,9	7,6	16,7	24,4	0,101	0,139	0,347	0,048	1,2	14,3	18,9	12,4	9,9	7,8	13,3	23,4
Januária	0,512	0,736	0,458	0,337	3,9	9,7	16,5	10,6	12,0	8,0	20,4	22,9	0,295	0,518	0,391	0,202	5,3	11,2	17,9	11,4	10,9	7,1	18,2	23,3
Janaúba	0,447	0,684	0,425	0,290	3,4	9,2	17,4	10,8	11,5	7,1	21,2	22,7	0,215	0,418	0,365	0,153	4,1	11,8	18,6	11,8	9,9	6,3	18,5	23,2
Salinas	0,482	0,747	0,458	0,342	3,4	8,3	16,8	10,3	11,9	7,7	21,9	23,2	0,248	0,466	0,379	0,176	3,9	10,9	18,6	11,6	11,4	6,3	17,4	23,8
Pirapora	0,411	0,545	0,412	0,224	1,8	10,7	16,7	10,4	11,1	7,7	19,9	23,6	0,190	0,329	0,364	0,120	2,2	13,1	18,0	11,1	9,0	7,2	17,8	23,9
Montes Claros	0,367	0,444	0,426	0,189	5,1	10,7	17,1	10,9	11,9	7,1	18,9	23,4	0,179	0,254	0,372	0,094	6,1	12,1	17,8	11,7	10,9	6,5	17,5	23,4
Grão Mogol	0,502	0,813	0,467	0,380	0,7	8,3	16,2	9,6	11,5	8,2	22,1	24,1	0,274	0,542	0,393	0,213	0,9	10,1	17,5	10,5	12,1	6,9	19,2	23,7
Bocaiúva	0,365	0,524	0,410	0,215	0,7	11,0	17,5	10,5	10,5	7,0	19,8	23,7	0,175	0,271	0,364	0,099	0,7	12,2	18,2	11,4	10,8	8,1	16,0	23,3
Diamantina	0,367	0,470	0,418	0,196	0,8	10,8	17,3	11,3	13,2	5,8	17,9	23,8	0,175	0,248	0,364	0,090	0,8	12,0	19,0	11,9	13,4	5,8	14,5	23,4
Capelinha	0,392	0,700	0,459	0,321	2,9	9,4	17,2	10,5	12,0	7,6	20,0	23,4	0,202	0,422	0,376	0,159	3,3	11,2	18,8	11,6	11,8	6,7	17,1	22,8
Araçuaí	0,473	0,753	0,466	0,351	2,6	9,8	16,3	10,2	11,5	8,8	19,8	23,5	0,288	0,500	0,388	0,194	3,1	11,1	18,3	11,1	10,9	8,0	16,7	24,0
Pedra Azul	0,512	0,664	0,442	0,293	1,3	9,6	17,2	10,9	12,5	8,1	18,2	23,4	0,295	0,406	0,380	0,154	1,4	10,8	18,8	12,1	11,1	7,9	15,4	24,0
Almenara	0,504	0,655	0,443	0,290	2,6	9,8	17,9	10,5	12,0	8,2	17,9	23,9	0,264	0,416	0,382	0,159	3,2	11,7	19,0	12,1	10,8	7,3	14,9	24,3
Teófilo Otoni	0,377	0,541	0,446	0,241	3,3	9,5	17,7	10,8	12,0	7,9	18,5	23,7	0,210	0,331	0,382	0,127	3,7	11,6	19,1	11,8	10,7	7,0	15,8	23,9
Nanuque	0,419	0,528	0,409	0,216	1,4	11,6	18,9	10,7	11,2	7,9	15,1	24,6	0,205	0,281	0,363	0,102	1,4	13,1	20,4	11,8	9,8	6,7	13,7	24,6
Ituiutaba	0,192	0,178	0,356	0,063	0,5	14,5	19,8	11,1	10,3	8,3	11,3	24,7	0,065	0,078	0,340	0,027	0,5	16,1	20,3	12,0	8,9	9,1	10,4	23,3
Uberlândia	0,125	0,098	0,349	0,034	1,5	14,3	20,0	11,7	11,0	8,2	10,1	24,7	0,060	0,039	0,331	0,013	1,3	17,2	21,2	11,7	9,2	8,5	8,0	24,2
Patrocínio	0,165	0,189	0,352	0,066	0,7	11,6	19,3	11,1	9,6	8,0	15,0	25,5	0,065	0,083	0,334	0,028	0,7	14,2	20,2	12,7	9,5	8,3	11,4	23,7

* Os índices *FGT₀ renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para facilitar a análise em percentual.

** *Dec. Sub.* é uma abreviação para identificar a decomposição por subgrupos. Cada percentual refere-se à contribuição daquela microrregião para a composição da pobreza.

*** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza da microrregião correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice K – Proporção de pobres unidimensional, Proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional e decomposições da pobreza multidimensional para as microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Microrregião	2000												2010											
	FGT ₀ renda	H	A	M ₀	Dec. Sub. (%)**	Decomposição por dimensão***							FGT ₀ renda	H	A	M ₀	Dec. Sub. (%)**	Decomposição por dimensão***						
						Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)						Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Patos de Minas	0,132	0,162	0,353	0,057	0,8	13,9	18,9	12,0	10,3	6,1	14,7	24,1	0,064	0,071	0,335	0,024	0,8	14,4	19,3	12,8	11,6	7,4	12,5	22,1
Frutal	0,161	0,204	0,361	0,074	0,7	12,5	18,8	11,6	10,0	7,6	14,6	24,9	0,081	0,080	0,333	0,027	0,6	15,5	20,7	11,8	10,0	8,8	9,7	23,6
Uberaba	0,104	0,083	0,343	0,029	0,5	14,9	21,3	11,2	10,5	9,1	9,2	23,8	0,055	0,033	0,334	0,011	0,5	14,9	21,7	11,9	9,5	9,7	7,7	24,7
Araxá	0,143	0,137	0,349	0,048	0,5	14,5	19,8	11,8	10,2	7,5	12,0	24,3	0,061	0,047	0,333	0,016	0,4	16,0	21,4	12,1	9,6	8,5	9,1	23,2
Três Marias	0,238	0,306	0,371	0,113	0,6	13,1	18,7	10,9	9,6	6,6	17,5	23,6	0,096	0,123	0,344	0,043	0,5	15,1	20,0	12,0	9,2	7,2	13,2	23,4
Curvelo	0,285	0,379	0,390	0,148	1,2	11,5	17,8	10,5	9,9	7,0	19,9	23,3	0,129	0,184	0,350	0,064	1,1	14,1	19,8	11,4	8,6	7,7	14,7	23,7
Bom Despacho	0,159	0,174	0,352	0,061	0,6	13,6	19,9	11,7	9,8	6,5	14,8	23,6	0,059	0,071	0,329	0,023	0,5	17,2	21,0	12,4	8,7	6,8	10,8	23,2
Sete Lagoas	0,240	0,237	0,373	0,088	1,7	13,0	18,5	11,1	11,3	6,9	16,4	22,8	0,158	0,103	0,342	0,035	1,6	15,3	19,6	11,9	10,8	7,1	13,0	22,5
Conceição do Mato Dentro	0,416	0,703	0,447	0,314	1,4	9,3	16,9	10,8	10,7	7,4	20,9	23,9	0,245	0,452	0,382	0,173	1,6	11,8	18,7	12,0	10,3	7,0	16,3	23,9
Pará de Minas	0,160	0,122	0,350	0,043	0,3	15,5	20,9	12,2	10,8	6,3	11,3	23,0	0,114	0,053	0,333	0,018	0,3	15,6	21,3	13,0	13,1	7,4	7,2	22,4
Belo Horizonte	0,265	0,139	0,354	0,049	12,1	14,1	19,5	10,2	13,0	7,4	13,0	22,9	0,145	0,048	0,333	0,016	8,9	17,1	21,2	11,0	12,0	7,4	9,1	22,2
Itabira	0,265	0,260	0,374	0,097	1,8	13,8	18,9	11,5	11,7	5,9	13,9	24,3	0,120	0,108	0,346	0,038	1,6	15,5	19,6	11,8	11,3	6,9	11,9	23,0
Itaguara	0,265	0,390	0,370	0,144	0,5	12,0	18,1	12,0	11,5	5,1	18,1	23,2	0,193	0,188	0,337	0,063	0,5	14,1	18,8	12,7	12,3	6,0	14,2	21,9
Ouro Preto	0,203	0,184	0,380	0,070	0,6	12,8	18,6	11,8	13,0	6,4	13,7	23,6	0,101	0,085	0,340	0,029	0,6	15,8	20,2	11,5	11,3	5,9	11,8	23,5
Conselheiro Lafaiete	0,226	0,205	0,366	0,075	0,9	12,9	18,3	12,2	13,4	5,2	14,3	23,8	0,079	0,075	0,340	0,026	0,7	15,5	19,7	12,5	11,5	6,1	11,5	23,2
Guanhães	0,387	0,591	0,427	0,252	1,6	10,8	17,1	11,4	11,3	6,2	19,2	24,0	0,195	0,340	0,370	0,126	1,8	13,0	18,5	12,7	11,3	6,6	14,6	23,2
Peçanha	0,412	0,743	0,460	0,342	1,4	9,3	16,3	11,5	11,3	8,2	20,2	23,2	0,199	0,458	0,380	0,174	1,5	11,1	18,5	12,6	9,7	7,2	16,7	24,2
Governador Valadares	0,283	0,328	0,392	0,129	2,9	11,8	18,6	11,4	11,6	7,2	15,7	23,7	0,150	0,154	0,350	0,054	2,6	15,0	20,1	12,5	10,1	6,7	11,9	23,8
Mantena	0,361	0,487	0,409	0,200	0,7	10,8	18,2	11,9	12,3	6,2	16,3	24,2	0,196	0,229	0,348	0,080	0,6	14,1	20,2	12,5	9,8	6,8	11,8	24,8

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

* Os índices *FGT₀ renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para facilitar a análise em percentual.

** *Dec. Sub.* é uma abreviação para identificar a decomposição por subgrupos. Cada percentual refere-se à contribuição daquela microrregião para a composição da pobreza.

*** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza da microrregião correspondente.

Apêndice K – Proporção de pobres unidimensional, Proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional e decomposições da pobreza multidimensional para as microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Microrregião	2000												2010											
	<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***							<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> <i>(%)**</i>	Decomposição por dimensão***						
						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>						<i>Dim. 1</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 2</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 3</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 4</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 5</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 6</i> <i>(%)</i>	<i>Dim. 7</i> <i>(%)</i>
Ipatinga	0,225	0,208	0,370	0,077	2,0	13,6	18,9	10,9	11,6	7,5	13,4	24,2	0,099	0,079	0,345	0,027	1,7	16,3	20,6	11,3	10,4	7,9	9,9	23,6
Caratinga	0,307	0,444	0,386	0,172	2,3	11,8	18,3	12,2	11,6	6,1	16,1	24,0	0,163	0,218	0,347	0,076	2,3	14,0	19,4	13,0	11,3	6,6	12,2	23,5
Aimorés	0,282	0,449	0,385	0,173	1,5	10,9	18,8	12,2	11,3	6,2	16,6	24,0	0,167	0,233	0,346	0,081	1,5	14,0	19,5	13,2	11,9	6,6	11,7	23,2
Piumhi	0,126	0,203	0,350	0,071	0,4	12,9	18,6	11,7	10,5	6,7	14,5	25,2	0,048	0,066	0,330	0,022	0,2	14,9	19,5	13,0	10,4	8,1	10,6	23,5
Divinópolis	0,117	0,104	0,345	0,036	0,8	15,0	20,6	12,2	11,4	5,5	12,5	22,9	0,054	0,037	0,329	0,012	0,7	17,2	21,3	12,7	10,2	7,3	8,3	23,1
Formiga	0,159	0,160	0,347	0,056	0,5	14,3	20,3	11,8	10,1	5,0	14,7	23,8	0,061	0,056	0,330	0,018	0,3	17,5	19,4	12,7	9,9	5,9	12,1	22,5
Campo Belo	0,154	0,189	0,352	0,067	0,4	14,5	20,4	12,1	9,7	5,9	12,6	24,8	0,075	0,079	0,333	0,026	0,4	17,8	20,6	13,0	10,0	6,3	9,4	22,9
Oliveira	0,212	0,259	0,358	0,093	0,6	12,9	20,1	12,9	11,3	4,5	13,9	24,4	0,081	0,084	0,332	0,028	0,4	15,2	21,4	13,7	10,8	5,6	9,9	23,4
Passos	0,128	0,125	0,342	0,043	0,5	14,7	21,6	13,0	10,5	6,7	9,1	24,4	0,056	0,048	0,326	0,016	0,4	16,7	21,8	13,5	10,1	8,0	7,2	22,8
São Sebastião do Paraíso	0,109	0,168	0,354	0,059	0,9	13,5	21,1	12,4	10,4	6,7	13,0	22,9	0,053	0,071	0,333	0,024	0,8	15,7	21,0	13,1	10,6	7,5	9,9	22,3
Alfenas	0,108	0,142	0,345	0,049	0,6	14,2	21,6	12,7	9,8	6,3	11,8	23,6	0,069	0,067	0,327	0,022	0,6	15,9	21,0	13,3	11,4	6,9	9,0	22,6
Varginha	0,133	0,150	0,346	0,052	1,2	13,7	22,3	12,4	10,4	6,8	10,9	23,6	0,068	0,067	0,333	0,022	1,1	16,5	22,0	13,1	9,4	7,8	8,4	23,0
Poços de Caldas	0,080	0,123	0,343	0,042	0,8	13,4	21,2	12,6	11,0	7,2	11,5	23,1	0,048	0,057	0,332	0,019	0,8	16,2	20,8	13,3	9,6	8,7	9,2	22,3
Pouso Alegre	0,131	0,180	0,358	0,064	1,1	12,2	19,9	12,6	12,3	5,8	13,1	24,1	0,060	0,083	0,335	0,028	1,1	14,3	20,4	13,1	10,2	7,8	11,6	22,6
Santa Rita do Sapucaí	0,148	0,187	0,346	0,065	0,5	12,9	21,6	12,8	10,1	6,2	12,4	24,1	0,071	0,087	0,330	0,029	0,5	15,1	21,8	12,9	8,7	8,2	10,6	22,9
São Lourenço	0,172	0,174	0,353	0,061	0,7	13,9	21,3	12,1	10,5	6,6	11,3	24,5	0,089	0,085	0,335	0,028	0,7	15,7	20,8	12,9	9,6	8,1	9,0	23,9
Andrelândia	0,270	0,328	0,373	0,122	0,5	12,1	19,0	12,0	11,5	6,2	13,6	25,7	0,122	0,161	0,343	0,055	0,5	13,9	19,8	12,8	10,6	7,1	11,0	24,9
Itajubá	0,169	0,206	0,359	0,074	0,8	13,6	19,7	12,2	10,6	6,3	12,9	24,6	0,072	0,087	0,335	0,029	0,7	14,6	20,1	13,1	9,7	8,0	10,7	23,8
Lavras	0,161	0,172	0,354	0,061	0,5	13,6	20,0	11,9	10,9	6,3	13,3	24,0	0,072	0,062	0,334	0,021	0,4	16,0	20,6	12,6	8,8	7,9	11,1	23,1

* Os índices *FGT₀ renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para facilitar a análise em percentual.

** *Dec. Sub.* é uma abreviação para identificar a decomposição por subgrupos. Cada percentual refere-se à contribuição daquela microrregião para a composição da pobreza.

*** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza da microrregião correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice K – Proporção de pobres unidimensional, Proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza, índice de pobreza multidimensional e decomposições da pobreza multidimensional para as microrregiões de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Conclusão)

Microrregião	2000												2010											
	<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> (%)**	Decomposição por dimensão***							<i>FGT₀</i> <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>Dec. Sub.</i> (%)**	Decomposição por dimensão***						
						<i>Dim. 1</i> (%)	<i>Dim. 2</i> (%)	<i>Dim. 3</i> (%)	<i>Dim. 4</i> (%)	<i>Dim. 5</i> (%)	<i>Dim. 6</i> (%)	<i>Dim. 7</i> (%)						<i>Dim. 1</i> (%)	<i>Dim. 2</i> (%)	<i>Dim. 3</i> (%)	<i>Dim. 4</i> (%)	<i>Dim. 5</i> (%)	<i>Dim. 6</i> (%)	<i>Dim. 7</i> (%)
São João Del Rei	0,226	0,231	0,365	0,084	0,8	12,6	18,1	12,3	11,8	5,2	15,5	24,5	0,088	0,087	0,335	0,029	0,6	16,1	19,5	12,9	10,6	5,8	11,5	23,7
Barbacena	0,251	0,236	0,369	0,087	1,0	13,0	18,8	12,1	12,5	5,5	14,1	24,1	0,118	0,112	0,339	0,038	1,0	15,6	19,0	12,5	13,1	5,8	11,2	22,9
Ponte Nova	0,301	0,397	0,393	0,156	1,6	11,3	18,3	12,1	12,3	6,4	15,7	23,9	0,129	0,187	0,350	0,065	1,4	13,8	19,7	12,7	11,2	6,7	12,6	23,4
Manhuaçu	0,213	0,377	0,379	0,143	2,0	9,7	19,9	13,5	11,5	5,8	16,3	23,3	0,146	0,229	0,348	0,080	2,5	12,2	19,6	14,4	11,2	6,9	12,7	23,1
Viçosa	0,286	0,431	0,406	0,175	2,1	10,4	17,4	12,5	13,3	5,9	16,2	24,3	0,136	0,210	0,348	0,073	1,9	12,3	19,2	13,6	11,7	5,8	13,5	24,0
Muriae	0,212	0,292	0,371	0,109	1,7	11,2	20,2	13,0	12,3	6,3	13,7	23,3	0,114	0,153	0,343	0,053	1,8	14,2	20,0	13,3	10,7	7,4	11,5	23,0
Ubá	0,206	0,231	0,367	0,085	1,2	12,2	20,0	12,2	12,2	6,8	12,8	23,8	0,077	0,088	0,335	0,029	1,0	15,6	21,7	12,7	8,9	7,3	10,4	23,5
Juiz de Fora	0,144	0,113	0,357	0,040	1,6	13,8	20,0	11,5	11,9	7,7	11,1	24,1	0,077	0,058	0,337	0,020	1,8	15,7	20,5	12,1	10,0	8,7	9,6	23,4
Cataguases	0,199	0,165	0,352	0,058	0,7	13,7	21,0	12,3	11,5	7,0	10,1	24,3	0,092	0,074	0,332	0,025	0,7	16,6	21,5	12,9	8,8	7,3	9,4	23,7

* Os índices *FGT₀ renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Dec. Sub.* é uma abreviação para identificar a decomposição por subgrupos. Cada percentual refere-se à contribuição daquela microrregião para a composição da pobreza.

*** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza da microrregião correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continua)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Abadia dos Dourados	0,195	0,304	0,364	0,111	0,095	0,126	14,13	11,33	17,6	10,3	7,8	6,8	20,1	26,2	0,066	0,151	0,339	0,051	0,042	0,060	16,97	12,8	16,6	12,27	12,3	9,16	13,9	22,95
Abaeté	0,200	0,238	0,357	0,085	0,073	0,097	13,84	13,92	19,3	11,3	9,8	7,4	14,3	24,0	0,073	0,088	0,337	0,030	0,022	0,037	24,03	14,6	19,8	12,28	12,3	7,28	11,65	22,07
Abre Campo	0,231	0,472	0,393	0,185	0,170	0,201	8,34	9,72	17,7	13,3	12,3	5,6	17,8	23,6	0,154	0,292	0,351	0,103	0,091	0,114	11,23	12,2	18,2	14,37	14,1	5,05	13,81	22,33
Acaiaca	0,361	0,453	0,368	0,167	0,142	0,192	14,90	12,55	19,5	11,6	12,4	4,5	14,4	25,0	0,212	0,177	0,344	0,061	0,047	0,074	21,99	14,1	20,3	13,7	10,7	6,11	11,01	24,07
Açucena	0,393	0,719	0,431	0,310	0,292	0,328	5,80	9,64	16,3	11,3	12,1	6,8	19,3	24,6	0,219	0,473	0,367	0,173	0,158	0,189	9,03	11,7	18,4	11,35	10	7,23	16,3	25
Água Boa	0,367	0,792	0,475	0,377	0,355	0,398	5,78	9,16	17,1	11,3	11,4	8,8	19,3	23,0	0,192	0,513	0,392	0,201	0,187	0,215	7,06	10,9	19,4	12,17	9,86	9,07	14,55	24,06
Água Comprida	0,106	0,135	0,340	0,046	0,025	0,067	46,05	7,17	19,2	14,5	11,3	8,0	15,0	24,9	0,041	0,058	0,321	0,019	0,010	0,027	45,27	14,2	24,6	12,06	6,33	9,13	10,4	23,31
Aguanil	0,117	0,204	0,353	0,072	0,053	0,091	26,34	11,62	21,4	12,5	8,9	4,5	18,0	23,1	0,073	0,126	0,328	0,041	0,031	0,052	25,78	19	19,8	12,98	5,71	7,18	11,94	23,45
Águas Formosas	0,533	0,589	0,438	0,258	0,236	0,281	8,63	11,55	18,5	10,9	12,3	8,4	13,6	24,8	0,263	0,332	0,375	0,125	0,113	0,136	8,96	13,3	19,5	12,29	12,7	6,04	12,25	23,96
Águas Vermelhas	0,558	0,811	0,456	0,370	0,353	0,387	4,59	8,45	16,8	10,8	10,8	6,9	23,1	23,1	0,288	0,450	0,366	0,165	0,151	0,179	8,62	12	21,6	12,45	9,48	5,12	13,67	25,69
Aimorés	0,293	0,356	0,381	0,136	0,122	0,149	9,95	11,3	18,9	11,9	11,7	6,7	15,8	23,9	0,121	0,170	0,336	0,057	0,048	0,066	15,75	16,5	19,3	13,33	12,9	6,61	8,64	22,71
Aiuruoca	0,197	0,426	0,385	0,164	0,144	0,184	12,39	12,4	17,4	11,8	10,5	8,0	15,7	24,2	0,066	0,221	0,341	0,075	0,064	0,086	14,78	13,9	18,8	11,83	9,9	8,29	13,04	24,33
Alagoa	0,257	0,454	0,395	0,179	0,147	0,212	18,13	16,55	16,3	12,0	10,5	4,4	15,5	24,8	0,092	0,324	0,356	0,115	0,095	0,136	17,62	14,2	17,5	11,8	13,7	6,42	12,79	23,58
Albertina	0,066	0,298	0,341	0,102	0,075	0,128	26,08	10,87	21,5	14,3	14,4	6,9	13,0	19,0	0,033	0,058	0,324	0,019	0,010	0,027	45,04	11,7	23,8	16,81	6,64	9,77	11,08	20,23
Além Paraíba	0,167	0,160	0,357	0,057	0,049	0,066	14,92	13,91	21,0	11,6	11,6	7,1	11,1	23,8	0,085	0,081	0,345	0,028	0,022	0,034	21,81	14,3	19,8	13,62	9,78	8,01	11,08	23,44
Alfenas	0,106	0,092	0,337	0,031	0,027	0,036	14,42	17,16	22,2	11,8	10,8	6,8	7,6	23,6	0,062	0,044	0,325	0,014	0,011	0,017	19,53	17,7	21,3	13,03	12,5	7,06	4,98	23,41
Alfredo Vasconcelos	0,318	0,294	0,362	0,107	0,081	0,132	24,02	16,58	18,3	9,7	8,7	5,6	17,6	23,5	0,108	0,128	0,333	0,043	0,033	0,052	21,31	15,9	20,7	12,52	8,77	6,25	12,3	23,5
Almenara	0,461	0,560	0,430	0,241	0,226	0,255	6,17	10,76	18,4	10,4	12,2	8,6	15,5	24,1	0,221	0,295	0,384	0,113	0,102	0,124	9,67	12,6	19,7	11,63	10,6	8,11	13,46	23,9
Alpercata	0,297	0,450	0,364	0,164	0,143	0,185	12,76	9,55	19,9	12,3	10,7	7,1	17,1	23,4	0,168	0,175	0,345	0,061	0,051	0,070	16,32	15,9	20,5	12,04	9,24	6,69	12,88	22,78

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Alpinópolis	0,105	0,157	0,350	0,055	0,044	0,067	20,68	14,89	20,7	14,3	9,8	6,3	8,7	25,5	0,069	0,087	0,322	0,028	0,023	0,034	19,72	14,9	21,4	15,13	9,92	7,39	8,82	22,47
Alterosa	0,142	0,250	0,358	0,090	0,078	0,101	12,69	11,81	20,0	13,8	12,7	5,1	13,8	22,9	0,121	0,107	0,330	0,035	0,028	0,042	19,43	13,4	17,5	14,85	18,3	4,73	9,34	21,84
Alto Caparaó	0,122	0,289	0,365	0,106	0,084	0,128	20,86	12,85	23,1	15,0	12,2	4,6	12,1	20,1	0,104	0,178	0,332	0,059	0,048	0,070	18,19	10,2	20	15,22	12,1	8,31	9,59	24,56
Alto Rio Doce	0,345	0,645	0,426	0,275	0,258	0,291	5,93	11,89	16,2	12,3	11,9	5,9	18,3	23,6	0,198	0,413	0,356	0,147	0,134	0,161	9,27	12,5	17,7	12,77	14,2	5,36	14,31	23,22
Alvarenga	0,444	0,668	0,418	0,279	0,254	0,304	8,93	8,62	17,1	11,7	12,5	5,9	19,0	25,3	0,263	0,341	0,350	0,120	0,104	0,135	13,33	11,8	18,3	13,14	13,5	6,13	12,54	24,62
Alvinópolis	0,291	0,376	0,381	0,144	0,130	0,157	9,54	11,62	17,8	12,2	11,4	4,8	16,6	25,6	0,111	0,156	0,343	0,054	0,045	0,062	15,35	14	20	12,11	10,5	7,37	11,87	24,11
Alvorada de Minas	0,514	0,822	0,463	0,381	0,349	0,412	8,16	11,14	15,9	10,5	9,1	7,8	22,0	23,6	0,420	0,523	0,402	0,210	0,186	0,234	11,35	9,08	17,3	10,68	10,7	8,07	19,21	25
Amparo do Serra	0,352	0,643	0,403	0,259	0,233	0,285	9,98	13,39	18,6	11,9	11,3	5,0	16,3	23,6	0,143	0,325	0,347	0,113	0,098	0,127	13,19	11,3	18,4	14,63	10,1	6,02	16,42	23,09
Andradas	0,060	0,148	0,339	0,050	0,043	0,058	15,37	13,18	23,3	13,4	10,0	7,0	10,4	22,7	0,036	0,049	0,332	0,016	0,012	0,021	25,37	15,1	23,2	13,71	5,63	10,58	10,08	21,68
Cachoeira de Pajeú	0,447	0,782	0,453	0,354	0,334	0,374	5,68	6,66	17,2	10,7	11,2	7,3	22,6	24,4	0,305	0,616	0,382	0,235	0,218	0,253	7,42	7,42	18,3	11,47	10,7	9	18,48	24,68
Andrelândia	0,292	0,329	0,378	0,124	0,112	0,137	10,17	12,53	18,0	11,5	12,4	5,8	13,9	25,8	0,120	0,154	0,346	0,053	0,044	0,062	17,32	13	17,8	12,58	12,5	8,25	12,03	23,86
Angelândia	0,350	0,763	0,450	0,343	0,320	0,366	6,79	8,17	18,4	12,2	10,7	5,9	20,3	24,4	0,230	0,510	0,370	0,189	0,170	0,208	10,00	10,3	19,9	12,74	10,7	5,8	16,07	24,5
Antônio Carlos	0,243	0,312	0,376	0,117	0,102	0,132	12,78	14	20,2	11,1	11,8	5,5	13,4	24,0	0,107	0,159	0,328	0,052	0,043	0,062	17,63	18	20,8	11,7	8,33	5,78	11,29	24,1
Antônio Dias	0,350	0,566	0,399	0,226	0,208	0,243	7,82	12,23	18,1	10,2	10,9	6,6	18,0	23,9	0,158	0,255	0,350	0,089	0,076	0,102	14,87	13,4	20	11,77	9,95	7,9	13,9	23,01
Antônio Prado de Minas	0,213	0,301	0,373	0,112	0,078	0,146	29,98	11,16	17,2	13,4	13,1	7,8	16,7	20,7	0,059	0,141	0,318	0,045	0,031	0,059	31,05	14,1	19,8	13,95	11,6	7,61	8,44	24,44
Araçaí	0,268	0,337	0,348	0,117	0,087	0,148	26,12	12,05	20,6	9,9	10,6	5,6	18,1	23,2	0,077	0,107	0,349	0,037	0,024	0,051	36,09	15,4	20,9	12,51	5,83	10,87	13,21	21,34
Aracitaba	0,372	0,352	0,383	0,135	0,098	0,172	27,10	13,9	19,9	11,6	11,9	4,2	14,0	24,6	0,211	0,139	0,340	0,047	0,034	0,060	27,16	12,9	19,3	12,37	11,3	6,21	12,11	25,75
Araçuaí	0,406	0,683	0,448	0,306	0,291	0,322	5,05	10,17	15,9	10,2	11,6	9,2	20,5	22,4	0,232	0,388	0,375	0,146	0,133	0,158	8,30	12,1	18	10,79	10,5	8,84	16,5	23,19
Araguari	0,127	0,140	0,357	0,050	0,045	0,055	9,40	13,34	18,0	11,2	9,6	9,1	15,2	23,6	0,056	0,056	0,333	0,019	0,016	0,021	13,78	15,8	19,9	11	9,17	8,82	11,4	23,95

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** $Lim.. inf$ é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** $Lim.. sup$ é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: $Dim. 1$ (Saúde); $Dim. 2$ (Características Educacionais); $Dim. 3$ (Condições Ocupacionais); $Dim. 4$ (Vulnerabilidade Econômica); $Dim. 5$ (Condições de Moradia); $Dim. 6$ (Condições Sanitárias); $Dim. 7$ (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Arantina	0,318	0,304	0,365	0,111	0,084	0,139	24,90	14,24	17,0	11,3	11,8	6,0	13,8	25,9	0,155	0,100	0,336	0,034	0,022	0,045	34,94	14,4	20	12,48	8,07	5,32	11,16	28,58
Araponga	0,375	0,761	0,441	0,336	0,315	0,356	6,10	8,37	16,8	11,5	11,9	6,4	20,2	24,8	0,156	0,390	0,360	0,140	0,124	0,157	11,95	11,1	20,9	11	8,6	5,9	17,87	24,64
Araporã	0,175	0,146	0,350	0,051	0,036	0,066	29,06	14,15	22,7	13,8	12,1	9,0	6,4	22,0	0,081	0,044	0,328	0,015	0,009	0,020	39,01	13	21,8	12,59	7,08	10,07	7,75	27,7
Arapuá	0,152	0,227	0,384	0,087	0,064	0,110	26,28	8,5	14,7	12,7	15,4	4,9	23,1	20,8	0,041	0,087	0,345	0,030	0,019	0,041	36,30	16,3	16,9	12,82	9,6	5,37	16,94	22,09
Araújos	0,117	0,208	0,336	0,070	0,055	0,084	20,70	12,5	21,8	14,4	10,3	4,1	13,5	23,5	0,026	0,074	0,333	0,025	0,018	0,031	26,23	14,7	21,5	11,75	9,24	8,8	12,02	22,01
Araxá	0,144	0,088	0,339	0,030	0,026	0,034	13,97	17,79	20,5	11,6	12,0	7,0	7,5	23,6	0,049	0,029	0,326	0,009	0,007	0,011	22,07	20,6	21,8	10,97	7,82	9,28	5,9	23,57
Arceburgo	0,114	0,095	0,342	0,032	0,023	0,042	28,63	14,48	23,7	10,9	8,9	8,5	10,1	23,5	0,030	0,049	0,338	0,016	0,010	0,023	38,79	19,8	21,6	10,33	7,89	9	8,38	22,96
Arcos	0,148	0,096	0,321	0,031	0,025	0,037	20,11	16,74	23,3	11,7	9,5	4,9	10,2	23,7	0,051	0,018	0,320	0,006	0,003	0,008	44,22	14,5	16,7	16,61	14,4	4,65	10,94	22,21
Areado	0,089	0,141	0,341	0,048	0,039	0,057	18,74	15,21	20,1	11,5	9,5	6,3	13,6	23,9	0,060	0,044	0,319	0,014	0,010	0,018	30,96	16,6	21,2	12,48	9,54	7,21	8,45	24,57
Argirita	0,194	0,281	0,348	0,098	0,076	0,120	22,40	10,72	20,0	13,9	9,5	7,7	12,7	25,5	0,078	0,121	0,325	0,039	0,027	0,051	30,61	18,8	23	13,7	5,86	6,75	7,84	24,08
Aricanduva	0,476	0,834	0,497	0,415	0,384	0,446	7,48	6,89	15,4	10,7	14,5	9,1	20,2	23,2	0,273	0,501	0,373	0,187	0,169	0,205	9,81	10,2	18,8	12,92	13,3	5,02	15,61	24,22
Arinos	0,472	0,660	0,443	0,293	0,270	0,315	7,61	10,76	15,4	10,4	10,2	8,5	20,7	24,1	0,265	0,430	0,376	0,162	0,150	0,174	7,41	11,2	16,5	11,96	10,6	9,45	16,19	24,18
Astolfo Dutra	0,179	0,159	0,352	0,056	0,046	0,066	17,39	14,33	21,3	13,0	11,5	6,8	8,8	24,2	0,099	0,083	0,324	0,027	0,020	0,033	24,11	15,9	20,8	11,53	6,4	7,31	14,62	23,49
Ataléia	0,481	0,735	0,459	0,338	0,323	0,352	4,35	9,13	16,7	10,7	12,4	8,0	19,5	23,6	0,229	0,439	0,379	0,167	0,154	0,180	7,85	11	18,8	12,6	12,3	7,01	15,08	23,25
Augusto de Lima	0,230	0,567	0,381	0,216	0,192	0,241	11,21	9,92	18,0	10,4	7,7	5,8	22,9	25,2	0,112	0,367	0,346	0,127	0,111	0,142	12,11	15,3	18,8	11,81	7,17	7,88	15,24	23,78
Baependi	0,184	0,283	0,371	0,105	0,090	0,120	14,28	11,63	21,8	11,3	9,2	7,3	14,4	24,3	0,127	0,102	0,332	0,034	0,028	0,040	18,04	12,8	20,8	12,68	10,5	7,53	9,33	26,31
Baldim	0,458	0,415	0,387	0,161	0,141	0,180	12,06	10,2	16,6	11,1	13,5	6,9	18,6	23,1	0,262	0,192	0,340	0,065	0,053	0,078	19,38	13,6	20,1	11,24	12,9	5,24	15,02	21,98
Bambuí	0,121	0,157	0,346	0,054	0,045	0,063	16,70	12,87	18,6	11,7	12,5	6,4	13,7	24,3	0,041	0,052	0,325	0,017	0,012	0,022	31,02	14,8	18,3	12,48	11	8,71	9,58	25,07
Bandeira	0,524	0,671	0,456	0,306	0,278	0,334	9,23	8,91	18,0	10,3	11,5	7,2	19,3	24,8	0,186	0,426	0,364	0,155	0,138	0,172	10,78	13,2	19,3	12,95	7,16	7,15	15,05	25,17

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Bandeira do Sul	0,115	0,228	0,339	0,077	0,058	0,096	24,73	12,44	21,1	13,6	10,7	6,6	11,0	24,6	0,041	0,057	0,320	0,018	0,012	0,024	33,15	18,7	20,5	14,63	9,68	7,44	5,37	23,64
Barão de Cocais	0,271	0,239	0,371	0,089	0,075	0,103	15,81	14,57	18,5	11,9	13,1	4,7	13,1	24,3	0,191	0,083	0,326	0,027	0,021	0,033	23,81	15,1	19	12,89	11,2	6,64	10,65	24,62
Barão de Monte Alto	0,305	0,472	0,369	0,174	0,154	0,195	11,78	10,34	19,5	12,9	11,1	6,4	15,4	24,3	0,207	0,155	0,331	0,051	0,041	0,062	19,68	17,7	21,9	13,56	9,09	5,47	7,88	24,43
Barbacena	0,191	0,138	0,348	0,048	0,044	0,052	8,80	14,9	20,0	11,6	12,5	7,0	10,2	23,8	0,098	0,058	0,335	0,020	0,017	0,022	13,14	18	19,8	11,99	12,3	6,96	8,48	22,49
Barra Longa	0,289	0,476	0,385	0,183	0,163	0,203	10,98	11,58	17,9	14,1	11,9	3,6	16,7	24,2	0,147	0,227	0,353	0,080	0,069	0,092	14,48	13,5	19,7	12,65	10,3	7,09	12,41	24,26
Barroso	0,324	0,201	0,373	0,075	0,060	0,089	19,15	11,62	18,4	12,5	13,5	7,6	11,2	25,3	0,135	0,086	0,318	0,028	0,020	0,035	27,92	18,4	19,2	11,77	14,7	5,79	6,56	23,59
Bela Vista de Minas	0,340	0,251	0,366	0,092	0,076	0,108	17,24	15,05	18,7	10,7	11,9	8,0	12,1	23,5	0,131	0,115	0,354	0,041	0,031	0,051	24,17	17,4	20,6	10,63	9,43	8,08	10,9	22,95
Belmiro Braga	0,167	0,238	0,339	0,081	0,060	0,101	25,39	12,08	20,8	11,6	9,6	8,2	13,0	24,7	0,077	0,208	0,333	0,069	0,055	0,084	21,09	17	21	11,89	6,36	8,21	12,83	22,77
Belo Horizonte	0,193	0,080	0,345	0,028	0,027	0,028	2,71	15,55	20,6	10,4	14,3	7,9	7,9	23,4	0,110	0,026	0,327	0,008	0,008	0,009	6,65	18,6	22,2	11,3	13,1	7,19	5,09	22,54
Belo Oriente	0,362	0,406	0,380	0,154	0,137	0,172	11,55	13,21	18,8	9,7	9,9	6,2	18,7	23,6	0,154	0,152	0,344	0,052	0,043	0,062	18,42	16,9	20,4	11,72	10,4	7,05	9,94	23,56
Belo Vale	0,208	0,359	0,360	0,129	0,113	0,146	12,70	9,68	19,7	13,4	11,4	4,6	18,4	22,9	0,229	0,195	0,340	0,066	0,057	0,075	14,28	10,9	17,2	12,06	11,8	9,1	16,16	22,84
Berilo	0,357	0,804	0,455	0,366	0,349	0,382	4,47	7,58	15,8	10,3	15,5	6,6	22,1	22,1	0,198	0,499	0,368	0,183	0,169	0,198	7,96	10,1	18,3	9,88	11	8,99	18,59	23,15
Bertópolis	0,505	0,730	0,436	0,318	0,288	0,349	9,63	8,19	18,1	10,4	12,3	7,7	18,5	24,9	0,294	0,497	0,392	0,195	0,175	0,215	10,25	11,1	18,9	11,93	12,6	6,67	15,27	23,54
Berizal	0,603	0,745	0,414	0,309	0,280	0,337	9,24	5,65	18,9	11,0	11,0	5,1	22,7	25,6	0,253	0,512	0,365	0,187	0,168	0,205	9,77	13,6	19,4	11,36	8,86	5,93	16,78	24,02
Betim	0,389	0,197	0,353	0,070	0,066	0,073	4,71	14,24	19,9	10,5	13,9	7,0	11,0	23,5	0,176	0,061	0,334	0,020	0,019	0,022	7,55	16,5	20,9	11,37	12,1	7,51	8,87	22,68
Bias Fortes	0,302	0,557	0,393	0,219	0,193	0,245	11,93	12,07	16,9	14,1	11,1	5,5	15,9	24,5	0,117	0,421	0,358	0,151	0,133	0,169	11,90	15	16,3	12,17	13,7	6,34	12,05	24,43
Bicas	0,120	0,099	0,349	0,035	0,026	0,043	23,69	13,88	23,2	11,2	10,2	7,4	10,2	23,9	0,109	0,045	0,320	0,014	0,010	0,019	31,79	18,6	23,6	12,72	6,79	9,92	4,25	24,14
Biquinhas	0,174	0,551	0,385	0,212	0,183	0,241	13,72	11,84	15,8	9,3	8,3	6,3	24,7	23,7	0,088	0,145	0,324	0,047	0,034	0,060	27,69	12,7	20,5	11,03	4,82	4,62	21,89	24,4
Boa Esperança	0,148	0,194	0,347	0,067	0,059	0,076	12,43	14,23	22,1	12,4	9,7	6,0	11,2	24,5	0,075	0,059	0,323	0,019	0,015	0,024	23,51	19,2	23,2	14,07	7,3	5,98	6,18	24,11

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Bocaina de Minas	0,202	0,381	0,379	0,144	0,125	0,164	13,56	9,49	18,8	11,3	9,6	6,2	18,4	26,1	0,096	0,192	0,341	0,065	0,054	0,077	17,17	13,5	21	11,84	7,54	7,2	12,62	26,37
Bocaiúva	0,325	0,436	0,413	0,180	0,167	0,193	7,08	11,32	17,5	10,7	10,6	8,1	18,4	23,5	0,168	0,217	0,367	0,080	0,071	0,088	10,69	12,1	18,4	11,46	10,7	8,91	15,26	23,24
Bom Despacho	0,144	0,131	0,346	0,046	0,038	0,053	16,34	17,56	20,2	12,2	11,2	6,7	9,2	23,0	0,047	0,045	0,326	0,015	0,011	0,018	25,71	15,8	23,4	12,4	8,41	8,43	8,01	23,49
Bom Jardim de Minas	0,309	0,309	0,371	0,115	0,097	0,132	15,51	11,9	19,1	12,6	12,5	6,5	10,6	26,8	0,152	0,164	0,351	0,057	0,048	0,067	17,28	13,4	18,5	14,23	14	5,95	9	24,96
Bom Jesus da Penha	0,122	0,229	0,354	0,081	0,060	0,102	26,34	14,96	16,4	14,5	12,1	2,6	15,0	24,5	0,038	0,058	0,320	0,018	0,011	0,026	40,73	16,3	22,2	13,28	10,7	5,38	12,54	19,67
Bom Jesus do Amparo	0,212	0,374	0,378	0,141	0,118	0,165	16,82	14,16	19,1	12,0	9,4	6,1	15,1	24,2	0,081	0,200	0,347	0,069	0,057	0,082	17,81	16,9	19,4	12,04	10,1	8,42	11,35	21,67
Bom Jesus do Galho	0,387	0,581	0,397	0,231	0,217	0,244	6,00	10,09	18,1	12,2	12,0	5,9	17,8	23,9	0,222	0,291	0,351	0,102	0,092	0,113	10,19	11,8	17,8	13,25	14,3	5,71	14,57	22,59
Bom Repouso	0,242	0,375	0,371	0,139	0,124	0,154	10,74	10,83	19,8	13,6	15,0	4,2	14,0	22,6	0,114	0,136	0,333	0,045	0,036	0,054	20,40	10,5	22,1	14,63	9,97	6,94	11,46	24,37
Bom Sucesso	0,260	0,266	0,362	0,096	0,082	0,111	15,19	11,48	20,4	13,5	12,1	5,0	13,5	23,9	0,092	0,084	0,327	0,028	0,022	0,033	19,82	15,9	24,2	14,58	8,04	4,92	9,32	23,09
Bonfim	0,205	0,441	0,359	0,158	0,141	0,176	11,24	12,3	17,8	12,5	11,9	4,0	18,2	23,4	0,269	0,236	0,336	0,079	0,069	0,089	12,84	14,6	19,3	12,57	11,1	4,44	15,46	22,54
Bonfinópolis de Minas	0,352	0,524	0,409	0,215	0,191	0,238	10,96	12,37	15,7	11,2	10,9	7,8	15,7	26,4	0,127	0,245	0,357	0,088	0,075	0,100	14,75	15,7	16,6	11,74	8,18	8,56	13,81	25,37
Bonito de Minas	0,643	0,862	0,512	0,441	0,417	0,466	5,56	7,38	15,5	10,4	14,3	9,9	19,6	23,0	0,380	0,800	0,443	0,355	0,336	0,374	5,36	9,54	15,7	10,28	11,7	9,48	21,26	22,13
Borda da Mata	0,128	0,162	0,354	0,057	0,049	0,066	15,54	13,95	19,9	11,9	13,3	6,1	12,5	22,4	0,057	0,048	0,323	0,015	0,011	0,019	26,05	18,3	22,4	14,07	8,42	6,22	6,29	24,3
Botelhos	0,103	0,160	0,336	0,054	0,042	0,066	22,37	12,69	22,0	13,2	9,9	6,7	10,4	25,1	0,061	0,068	0,339	0,023	0,018	0,029	23,92	18,5	22,5	11,88	7,02	7,03	8,08	25,06
Botumirim	0,559	0,826	0,489	0,404	0,380	0,427	5,87	7,48	14,1	9,4	13,3	9,3	23,4	23,1	0,317	0,571	0,391	0,223	0,206	0,240	7,58	9,45	16,6	10,98	13,4	5,59	20,58	23,38
Brasilândia de Minas	0,342	0,459	0,396	0,182	0,165	0,199	9,21	12,22	17,8	10,8	10,1	6,8	18,3	24,0	0,118	0,251	0,354	0,089	0,078	0,100	12,27	13,6	19,6	13,2	7,78	6,79	14,99	24,01
Brasília de Minas	0,460	0,628	0,448	0,281	0,264	0,298	6,10	11,16	16,6	11,3	12,7	6,4	19,0	22,9	0,242	0,403	0,373	0,150	0,137	0,164	8,83	11,8	17,4	11,7	10,3	7,41	18,17	23,29
Brás Pires	0,399	0,696	0,424	0,295	0,268	0,322	9,21	10,51	15,1	12,5	15,7	6,1	15,8	24,4	0,241	0,296	0,351	0,104	0,088	0,119	14,93	12,4	18,7	12,51	13,4	5,07	12,62	25,44

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Braúnas	0,401	0,634	0,394	0,250	0,225	0,274	9,74	10,42	18,2	11,7	10,5	3,6	20,4	25,3	0,146	0,383	0,357	0,137	0,121	0,153	11,78	12,6	18,6	12,06	12,3	5,72	15,38	23,43
Brasópolis	0,164	0,243	0,354	0,086	0,070	0,102	18,46	15,14	19,9	11,8	9,4	6,1	13,0	24,8	0,065	0,117	0,338	0,040	0,032	0,047	18,24	13,1	20,4	13,78	9,3	8,53	11	23,92
Brumadinho	0,301	0,225	0,361	0,081	0,070	0,093	14,22	13,81	19,1	11,6	11,6	6,2	15,4	22,4	0,143	0,120	0,337	0,041	0,034	0,047	17,10	14,2	19,3	11,41	11	8,82	13,31	22,01
Bueno Brandão	0,127	0,336	0,357	0,120	0,106	0,134	11,77	11,2	18,3	13,3	11,3	5,8	15,3	24,8	0,080	0,166	0,338	0,056	0,046	0,066	17,88	12	18,2	14,41	12,5	8,11	14,72	20,04
Buenópolis	0,394	0,567	0,410	0,233	0,215	0,251	7,68	9,57	17,3	11,2	10,8	8,5	18,8	23,9	0,175	0,350	0,366	0,128	0,113	0,143	11,61	12,5	19,7	11,14	9,26	8,19	14,71	24,49
Bugre	0,449	0,718	0,387	0,278	0,252	0,303	9,20	12,04	18,0	10,5	8,9	4,8	21,1	24,7	0,185	0,279	0,340	0,095	0,080	0,110	15,90	14,1	18,9	13,58	9	4,46	15,67	24,39
Buritís	0,299	0,567	0,392	0,222	0,205	0,239	7,61	12,45	17,1	11,6	10,0	7,1	16,3	25,4	0,177	0,365	0,363	0,133	0,119	0,147	10,64	13,7	17,8	11,66	9,61	8,05	14,36	24,83
Buritizeiro	0,464	0,617	0,408	0,252	0,235	0,268	6,54	10,62	17,9	10,3	9,9	9,1	18,5	23,7	0,218	0,360	0,361	0,130	0,117	0,144	10,33	14,5	18,2	10,33	8,97	7	17,67	23,36
Cabeceira Grande	0,344	0,545	0,394	0,215	0,191	0,238	10,89	11,84	17,5	9,8	9,0	6,8	20,6	24,3	0,173	0,260	0,340	0,089	0,077	0,100	12,93	14,2	18,8	11,95	9,28	6,11	15,23	24,49
Cabo Verde	0,082	0,218	0,356	0,078	0,067	0,089	13,94	12,5	22,7	10,9	6,6	7,3	16,1	23,9	0,072	0,096	0,332	0,032	0,025	0,039	21,49	13,9	20,8	12,79	10,2	8,67	10,3	23,32
Cachoeira da Prata	0,187	0,082	0,328	0,027	0,014	0,040	47,53	15,72	21,9	13,4	11,4	3,8	10,1	23,6	0,043	0,019	0,313	0,006	0,001	0,010	76,41	25,2	27,9	13,7	10,5	5,07	0	17,6
Cachoeira de Minas	0,125	0,204	0,348	0,071	0,059	0,082	16,37	13	20,5	13,3	9,5	5,8	13,4	24,6	0,103	0,098	0,334	0,033	0,025	0,040	24,13	17,1	19,5	12,79	10,9	8,21	11,2	20,31
Cachoeira Dourada	0,171	0,183	0,336	0,062	0,037	0,087	40,45	15,87	25,3	11,7	11,3	7,4	3,2	25,2	0,028	0,031	0,320	0,010	0,003	0,017	69,67	21,1	21,7	13,17	4,43	11,15	7,42	20,99
Caetanópolis	0,186	0,223	0,388	0,087	0,071	0,102	18,16	15,11	16,9	10,2	8,3	8,3	19,5	21,8	0,078	0,106	0,341	0,036	0,028	0,044	23,49	12,9	17,2	11,2	4,94	11,52	19,18	23,06
Caeté	0,343	0,205	0,367	0,075	0,065	0,085	13,18	15,92	18,4	10,9	13,7	6,7	11,8	22,5	0,184	0,074	0,339	0,025	0,020	0,030	21,59	16,1	21,5	12,24	11,8	6,22	9,54	22,57
Caiana	0,084	0,391	0,351	0,137	0,113	0,161	17,72	11,33	20,3	13,6	9,2	5,9	17,7	22,0	0,104	0,297	0,350	0,104	0,090	0,118	13,54	14,1	18,6	14,56	9,31	7,88	12,59	22,96
Cajuri	0,291	0,460	0,396	0,182	0,153	0,212	16,11	10,82	19,2	12,5	10,8	6,3	16,5	23,7	0,151	0,186	0,341	0,064	0,049	0,078	22,66	12,4	19,3	15,97	17	5,07	5,58	24,61
Caldas	0,134	0,216	0,352	0,076	0,066	0,086	12,80	13,77	19,3	12,1	11,0	5,0	15,0	23,9	0,068	0,122	0,331	0,041	0,033	0,048	17,78	15,3	17,5	13,57	9,93	9,67	12,29	21,83
Camacho	0,237	0,446	0,362	0,161	0,131	0,192	18,82	10,44	19,0	13,9	9,0	4,2	18,5	25,0	0,133	0,120	0,330	0,040	0,027	0,052	30,64	17,9	19,1	15,39	5,92	5,93	12,75	23,05

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Camanducaia	0,126	0,141	0,352	0,050	0,040	0,059	19,67	13,03	22,5	12,3	9,2	6,2	12,6	24,3	0,068	0,147	0,332	0,049	0,039	0,058	19,10	14,9	20,5	12,36	10,3	8,09	11,05	22,69
Cambuí	0,117	0,144	0,356	0,051	0,042	0,061	18,00	11,52	20,0	11,4	12,1	6,3	13,6	25,1	0,041	0,058	0,337	0,020	0,014	0,025	28,12	15	19,5	12,74	9,72	8,93	12,5	21,64
Cambuquira	0,158	0,201	0,353	0,071	0,061	0,081	14,12	14,06	21,2	11,8	9,0	7,7	13,3	22,9	0,093	0,081	0,336	0,027	0,020	0,034	24,77	14,7	21,2	14,44	8,43	8,01	10	23,3
Campanário	0,358	0,518	0,404	0,209	0,178	0,240	14,94	12,32	18,6	11,3	10,6	8,1	15,7	23,4	0,168	0,286	0,346	0,099	0,082	0,116	17,29	14,9	20,4	12,41	8,08	8,15	10,49	25,58
Campanha	0,123	0,147	0,353	0,052	0,043	0,061	17,12	11,47	22,4	13,1	10,6	8,5	9,5	24,4	0,070	0,092	0,339	0,031	0,025	0,037	20,80	15,4	22,2	14,39	7	7,59	10,17	23,23
Campestre	0,102	0,228	0,350	0,080	0,068	0,092	15,06	14,28	20,2	13,4	12,0	6,1	12,2	21,9	0,053	0,114	0,338	0,039	0,030	0,047	22,00	13,8	19,1	13,22	11,9	8,34	12,7	20,92
Campina Verde	0,189	0,224	0,359	0,080	0,068	0,093	15,64	15,51	17,2	11,0	9,1	7,6	13,9	25,6	0,126	0,110	0,347	0,038	0,032	0,044	15,99	13,5	21,1	13,06	15,1	6,68	10,49	19,99
Campo Azul	0,526	0,877	0,506	0,444	0,412	0,475	7,10	11,96	13,9	9,8	13,1	7,9	21,0	22,4	0,308	0,632	0,390	0,247	0,225	0,268	8,78	12,2	15,7	12,48	11,4	5,73	19,21	23,33
Campo Belo	0,164	0,133	0,348	0,046	0,040	0,052	12,86	16,43	20,7	11,9	9,4	6,8	9,4	25,5	0,069	0,060	0,334	0,020	0,016	0,024	20,16	19,3	21,3	12,77	11	6,77	6,3	22,6
Campo do Meio	0,191	0,163	0,341	0,056	0,045	0,066	18,44	12,61	22,3	12,8	10,8	7,0	8,2	26,2	0,087	0,098	0,339	0,033	0,026	0,041	23,42	17,1	19,7	13,99	8,38	6,35	10,28	24,22
Campo Florido	0,143	0,221	0,351	0,078	0,062	0,093	20,32	8,86	21,4	13,1	7,6	8,0	16,7	24,4	0,074	0,143	0,361	0,052	0,042	0,061	18,75	12,7	18,7	11,52	6,98	11,57	14,11	24,42
Campos Altos	0,151	0,152	0,349	0,053	0,044	0,062	17,13	12,74	21,2	12,3	10,2	7,3	11,2	25,0	0,046	0,057	0,328	0,019	0,013	0,024	27,55	13,6	24,8	14,9	6,85	8,17	6,61	25,03
Campos Gerais	0,143	0,220	0,349	0,077	0,066	0,087	13,55	11,81	21,3	14,1	10,2	5,9	13,6	23,2	0,080	0,118	0,337	0,040	0,032	0,048	19,63	15,6	21	13,7	11,6	5,33	9,84	22,88
Canaã	0,385	0,719	0,410	0,295	0,270	0,320	8,51	11,64	15,3	12,8	13,5	6,1	16,9	23,9	0,134	0,228	0,338	0,077	0,064	0,090	16,87	8,14	18,8	15,86	13,5	5,43	14,51	23,77
Canápolis	0,234	0,193	0,340	0,066	0,055	0,076	16,29	12,16	21,7	12,8	12,2	6,6	8,8	25,8	0,070	0,074	0,322	0,024	0,018	0,030	25,80	18,7	24,1	11,85	6,22	6,86	7,55	24,7
Cana Verde	0,143	0,307	0,353	0,109	0,090	0,127	16,96	12,55	20,1	13,1	11,9	3,2	15,7	23,4	0,102	0,106	0,331	0,035	0,027	0,044	24,17	14,3	20	15,16	9,72	5,22	10,98	24,65
Candeias	0,146	0,284	0,361	0,103	0,092	0,113	10,51	11,82	20,6	11,7	8,9	5,6	16,8	24,6	0,057	0,140	0,332	0,046	0,039	0,054	16,19	17,9	20,8	12,62	8,42	6,02	11,57	22,66
Cantagalo	0,471	0,715	0,416	0,298	0,264	0,331	11,38	9,97	16,4	11,4	10,3	6,8	21,2	23,9	0,170	0,348	0,351	0,122	0,106	0,139	13,65	12,2	17,8	13,34	9,88	7,04	15,81	23,9
Caparaó	0,129	0,492	0,375	0,184	0,160	0,208	13,14	10,31	20,1	13,8	13,4	6,2	15,4	20,9	0,120	0,263	0,337	0,089	0,075	0,102	14,95	10,9	21,7	16,21	4,78	9,7	13,32	23,35

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Capela Nova	0,275	0,537	0,375	0,201	0,178	0,225	11,56	11,45	16,8	12,8	13,0	3,0	17,2	25,8	0,176	0,311	0,349	0,109	0,093	0,124	14,18	12,4	18,1	13,84	15	2,73	14,41	23,48
Capelinha	0,348	0,593	0,447	0,265	0,248	0,282	6,45	9,16	18,1	11,5	12,1	7,0	18,8	23,4	0,194	0,310	0,362	0,112	0,101	0,123	9,71	11,3	20,3	13,29	11,4	5,11	14,9	23,69
Capetinga	0,155	0,194	0,337	0,065	0,052	0,078	19,63	9,16	21,8	15,1	10,9	6,6	10,6	26,0	0,083	0,067	0,328	0,022	0,016	0,028	27,10	17,4	22,4	13,99	10,8	6,03	1,43	27,95
Capim Branco	0,382	0,293	0,345	0,101	0,085	0,117	15,69	12,56	19,3	10,9	12,4	4,7	16,5	23,6	0,206	0,110	0,336	0,037	0,028	0,046	25,40	16	19,4	10,57	9,3	5,82	15,9	23,09
Capinópolis	0,277	0,234	0,350	0,082	0,072	0,092	12,49	14,65	20,4	11,1	12,2	8,7	7,4	25,5	0,076	0,059	0,327	0,019	0,015	0,024	24,78	17,2	23,1	12,8	8,92	8,21	5,25	24,59
Capitão Andrade	0,356	0,524	0,385	0,202	0,176	0,227	12,73	13,56	18,4	11,6	12,4	5,8	14,4	23,9	0,203	0,285	0,335	0,095	0,082	0,109	14,20	16,8	19,4	14,13	12,2	5,23	7,9	24,28
Capitão Enéas	0,520	0,694	0,429	0,298	0,280	0,315	5,91	9,75	16,8	11,0	12,0	5,9	22,7	21,9	0,286	0,407	0,362	0,147	0,134	0,161	9,00	13	19	10,97	7,42	7,48	18,89	23,24
Capitólio	0,082	0,173	0,351	0,061	0,048	0,073	20,42	14,06	18,3	12,7	8,2	7,5	16,1	23,1	0,035	0,038	0,330	0,013	0,008	0,017	34,28	13	21	13,13	9,38	10,9	11,04	21,53
Caputira	0,242	0,503	0,379	0,191	0,172	0,209	9,79	9,59	17,9	13,9	12,1	5,1	17,7	23,6	0,262	0,300	0,347	0,104	0,090	0,118	13,32	10,8	18,4	15,19	15,8	5,31	14,21	20,38
Caraiá	0,474	0,821	0,477	0,391	0,372	0,410	4,85	9,59	16,5	10,9	11,4	8,2	19,3	24,1	0,326	0,606	0,395	0,240	0,223	0,256	6,96	10,5	17,9	11,13	10,2	8,13	16,37	25,84
Caranaíba	0,330	0,499	0,379	0,189	0,158	0,220	16,48	12,15	17,7	13,7	11,2	3,2	17,6	24,5	0,192	0,294	0,348	0,103	0,083	0,122	19,22	12,6	19,2	12,97	12,5	6,45	14,34	21,97
Carandaí	0,342	0,320	0,362	0,116	0,100	0,132	13,85	15,18	18,5	11,8	11,0	5,1	14,5	24,0	0,141	0,143	0,333	0,048	0,038	0,057	19,54	14,2	18,9	12,8	12,8	5,58	12,72	22,92
Carangola	0,153	0,211	0,366	0,077	0,068	0,086	11,81	12,36	20,6	13,0	12,6	7,2	13,0	21,2	0,093	0,130	0,345	0,045	0,038	0,052	15,77	14,3	19,3	12,85	11	8,24	12,46	21,9
Caratinga	0,241	0,288	0,381	0,110	0,102	0,117	6,86	11,23	18,7	12,1	11,5	7,4	15,0	24,1	0,127	0,150	0,347	0,052	0,047	0,057	9,53	15,3	20,2	12,36	10,3	6,45	12,2	23,17
Carbonita	0,405	0,535	0,431	0,231	0,211	0,251	8,72	10,99	17,8	10,9	14,7	5,2	16,8	23,7	0,187	0,269	0,371	0,100	0,086	0,114	14,08	13	17,9	12,02	13,7	5,78	14,04	23,56
Careaçu	0,142	0,181	0,348	0,063	0,047	0,079	25,93	11,43	23,2	13,7	11,0	5,7	11,0	24,0	0,067	0,070	0,331	0,023	0,016	0,030	28,72	15,5	24,2	11,63	7,21	8,26	7,62	25,56
Carlos Chagas	0,351	0,511	0,384	0,196	0,181	0,212	8,00	11,8	19,9	11,2	10,0	8,3	13,4	25,6	0,180	0,257	0,345	0,089	0,076	0,101	13,93	14,8	21,7	11,87	7,26	6,3	12,82	25,3
Carmésia	0,343	0,602	0,402	0,242	0,201	0,283	16,91	12,08	18,7	11,3	11,8	4,1	19,2	22,9	0,149	0,231	0,361	0,083	0,063	0,103	23,98	11,4	20,8	13,41	8,26	7	14,41	24,69
Carmo da Cachoeira	0,187	0,245	0,357	0,088	0,074	0,101	15,29	13,7	23,6	12,1	9,6	7,2	11,2	22,6	0,074	0,116	0,337	0,039	0,030	0,048	22,59	13,8	21,1	11,93	9,42	9,93	10,51	23,26

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Carmo da Mata	0,135	0,193	0,353	0,068	0,057	0,079	15,80	13,02	20,7	12,8	10,1	5,2	13,2	25,0	0,047	0,070	0,327	0,023	0,016	0,029	28,04	16,5	22,9	10,7	5,42	8,35	10,6	25,52
Carmo de Minas	0,184	0,203	0,353	0,071	0,060	0,083	15,49	10,36	23,2	11,2	8,8	9,5	13,1	23,9	0,097	0,129	0,333	0,043	0,035	0,051	18,76	15	20,9	10,86	7,36	10,98	11,11	23,75
Carmo do Cajuru	0,161	0,175	0,359	0,063	0,051	0,075	19,15	15,54	18,9	13,5	12,4	3,7	13,3	22,7	0,063	0,067	0,330	0,022	0,015	0,029	31,44	15,5	20,8	15,08	13,4	4,72	7,81	22,67
Carmo do Paranaíba	0,154	0,183	0,355	0,065	0,056	0,074	14,05	14,3	18,7	11,3	9,6	5,9	15,8	24,6	0,093	0,076	0,333	0,025	0,020	0,031	22,24	16	19	13,55	12,9	7,58	9,44	21,62
Carmo do Rio Claro	0,091	0,157	0,333	0,052	0,042	0,062	19,58	13,32	20,0	12,9	8,5	6,9	13,0	25,4	0,055	0,066	0,320	0,021	0,015	0,027	30,12	18,5	22,1	12,05	11,1	6,43	9,68	20,13
Carmópolis de Minas	0,225	0,328	0,368	0,121	0,108	0,133	10,47	14,17	18,9	12,5	10,6	4,4	15,5	23,9	0,049	0,095	0,332	0,032	0,025	0,038	19,54	13,5	19,5	15,7	13,8	3,17	11,32	23,01
Carneirinho	0,180	0,403	0,372	0,150	0,134	0,166	10,81	11,78	18,8	11,1	8,7	6,4	19,2	24,1	0,062	0,135	0,332	0,045	0,036	0,054	20,47	16,9	20,1	11,21	9,19	6,01	12,6	24,01
Carrancas	0,270	0,368	0,364	0,134	0,109	0,159	18,95	11,85	18,3	12,5	11,7	7,1	12,8	25,8	0,114	0,161	0,341	0,055	0,042	0,068	24,29	15,4	20,4	14,87	9,39	8,14	9,46	22,33
Carvalhópolis	0,180	0,143	0,340	0,049	0,030	0,067	38,33	15,41	22,7	12,8	10,6	5,5	5,8	27,2	0,067	0,071	0,313	0,022	0,014	0,030	37,85	16,5	19,2	14,61	8,56	6,08	9,15	25,85
Carvalhos	0,234	0,454	0,375	0,171	0,148	0,194	13,49	8,86	20,8	12,1	10,1	5,3	17,1	25,8	0,112	0,270	0,348	0,094	0,080	0,108	14,90	12,4	19,3	12,84	7,01	8,24	14,59	25,64
Casa Grande	0,229	0,467	0,364	0,170	0,137	0,203	19,21	14,48	18,3	12,5	13,6	2,6	16,9	21,6	0,133	0,152	0,339	0,052	0,038	0,065	26,99	15	19,6	15,46	8,95	5,74	12,37	22,87
Cascalho Rico	0,066	0,163	0,338	0,055	0,034	0,077	39,04	7,13	15,3	12,0	5,1	8,9	22,7	28,8	0,046	0,084	0,340	0,029	0,018	0,039	36,34	11,7	17,5	14,66	10	8,19	16,32	21,58
Cássia	0,139	0,144	0,342	0,049	0,039	0,060	20,93	12,29	23,3	12,5	9,8	8,0	9,5	24,6	0,054	0,061	0,333	0,020	0,016	0,025	23,22	13,9	23	13,81	9,35	9,68	9,2	21,09
Conceição da Barra de Minas	0,300	0,452	0,356	0,161	0,136	0,185	15,12	11,73	16,0	12,6	10,2	3,7	20,1	25,7	0,105	0,245	0,342	0,084	0,069	0,099	17,90	15,1	18,4	12,93	9,99	6,51	14,82	22,2
Cataguases	0,193	0,107	0,338	0,036	0,031	0,041	13,26	17,15	21,3	11,8	12,4	6,1	7,3	24,1	0,083	0,045	0,326	0,015	0,012	0,018	19,75	17,3	21,6	11,22	8,47	7,53	9,58	24,27
Catas Altas	0,242	0,238	0,377	0,090	0,065	0,115	27,53	12,7	19,9	11,9	11,5	7,4	12,9	23,8	0,097	0,067	0,341	0,023	0,015	0,031	33,14	13,1	21,9	14,91	13,4	7,43	7,72	21,45
Catas Altas da Noruega	0,429	0,661	0,407	0,269	0,236	0,303	12,49	11,98	16,9	11,3	11,2	6,0	18,8	23,8	0,175	0,328	0,347	0,114	0,095	0,133	16,58	9,93	21,5	12,85	9,12	6,42	12,92	27,26
Catuji	0,472	0,704	0,496	0,349	0,319	0,378	8,43	7,79	17,8	10,7	11,1	8,9	19,9	23,7	0,346	0,595	0,403	0,239	0,222	0,257	7,23	9,73	17,8	12,67	12,1	8,15	15,12	24,44

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Catuti	0,575	0,902	0,474	0,427	0,404	0,451	5,42	7,13	16,2	10,3	13,6	9,2	22,2	21,5	0,296	0,527	0,367	0,193	0,176	0,210	8,81	8,95	18,3	11,96	11,9	4,62	20,2	24,12
Caxambu	0,188	0,096	0,341	0,033	0,025	0,041	23,75	17,29	23,1	10,5	11,1	6,8	6,0	25,3	0,103	0,059	0,343	0,020	0,014	0,027	31,73	17,1	22,4	12,3	11,8	6,25	6,66	23,5
Cedro do Abaeté	0,296	0,425	0,357	0,152	0,113	0,191	25,90	9,06	19,1	10,4	9,7	3,4	21,9	26,6	0,130	0,249	0,351	0,087	0,066	0,109	24,18	16,1	18,1	11,25	11,4	3,33	16,23	23,65
Central de Minas	0,395	0,457	0,379	0,173	0,153	0,192	11,27	11,42	19,2	12,6	11,7	5,5	13,8	25,8	0,227	0,209	0,341	0,071	0,061	0,081	14,03	16,3	21,3	12,09	8,7	5,83	10,65	25,17
Centralina	0,288	0,258	0,370	0,096	0,081	0,110	14,70	13,11	20,5	12,1	12,1	5,7	12,0	24,6	0,125	0,198	0,333	0,066	0,055	0,077	16,44	16,8	20,6	11,7	5,58	6,9	13,35	25,1
Chácara	0,213	0,229	0,347	0,080	0,054	0,106	32,59	13,45	20,2	13,5	14,9	4,3	10,3	23,4	0,079	0,077	0,333	0,026	0,015	0,036	39,52	20,2	21,5	13,52	4,45	8,28	9,52	22,63
Chalé	0,188	0,379	0,371	0,141	0,119	0,162	15,22	7,33	19,2	13,3	10,9	5,0	19,2	25,1	0,128	0,268	0,347	0,093	0,080	0,106	13,90	12,1	18,5	14,29	10	7	13,77	24,28
Chapada do Norte	0,341	0,806	0,484	0,390	0,373	0,408	4,46	9,1	17,2	8,4	9,6	10,7	22,5	22,5	0,242	0,523	0,379	0,198	0,184	0,213	7,37	10,8	19,5	9,4	8	9,41	19,67	23,22
Chapada Gaúcha	0,463	0,700	0,502	0,352	0,321	0,383	8,83	9,74	16,2	10,4	11,5	10,3	19,1	22,7	0,277	0,559	0,416	0,232	0,212	0,252	8,61	11,8	15,8	10,79	12,9	8,54	17,87	22,25
Chiador	0,204	0,251	0,361	0,091	0,067	0,114	26,15	7,18	20,4	9,6	7,0	11,8	17,8	26,2	0,077	0,113	0,328	0,037	0,024	0,050	35,36	13,6	23	9,34	8,58	7,96	12,12	25,36
Cipotânea	0,459	0,719	0,435	0,312	0,289	0,336	7,54	8,73	15,4	11,5	15,9	5,7	18,0	24,9	0,234	0,397	0,361	0,143	0,129	0,158	10,09	13,9	17,9	11,72	9,9	6,8	13,91	25,88
Claraval	0,157	0,272	0,347	0,095	0,076	0,113	20,07	11,73	21,4	12,5	11,2	7,0	13,4	22,8	0,050	0,097	0,331	0,032	0,023	0,041	28,46	15	18,2	12,06	7,32	10,51	13,21	23,67
Claro dos Poções	0,403	0,662	0,419	0,277	0,257	0,298	7,47	11,35	15,5	10,1	10,4	7,2	21,3	24,1	0,195	0,411	0,368	0,151	0,134	0,169	11,35	14,5	16,1	11,76	11,6	5,84	16,61	23,69
Cláudio	0,133	0,181	0,352	0,064	0,053	0,074	16,58	13,87	20,0	12,7	11,7	4,7	13,4	23,7	0,043	0,046	0,329	0,015	0,010	0,020	33,26	19,2	22,9	12,64	9,23	7,06	5,98	23,06
Coimbra	0,183	0,219	0,354	0,077	0,061	0,094	20,77	12,42	18,6	12,5	11,9	6,6	12,5	25,5	0,113	0,108	0,328	0,035	0,028	0,043	20,94	11,1	20,5	14,46	10,8	7,59	11,03	24,53
Coluna	0,440	0,705	0,469	0,330	0,307	0,353	6,96	12,43	16,6	11,4	11,7	6,6	19,0	22,3	0,236	0,491	0,367	0,180	0,163	0,197	9,42	11,5	19,1	13,92	10,4	6,7	14,81	23,63
Comendador Gomes	0,089	0,267	0,346	0,093	0,067	0,118	27,09	9,95	18,2	13,2	11,1	6,5	18,2	22,8	0,073	0,208	0,331	0,069	0,054	0,084	21,91	13,7	14,6	12,05	14,4	8,83	13,86	22,6
Comercinho	0,577	0,845	0,488	0,412	0,393	0,431	4,62	9,69	15,4	11,1	15,3	7,5	18,2	22,8	0,303	0,611	0,391	0,239	0,220	0,258	7,86	10,3	17,2	11,29	13,2	7,23	16,79	24,1
Conceição da Aparecida	0,090	0,207	0,350	0,072	0,060	0,084	16,97	13,66	21,6	13,6	8,6	5,0	13,7	23,7	0,056	0,095	0,328	0,031	0,024	0,039	24,85	15,7	18	12,86	11,9	7,64	11,73	22,15

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Conceição das Pedras	0,146	0,279	0,365	0,102	0,073	0,131	28,30	12,71	18,5	12,9	10,6	5,0	18,1	22,1	0,125	0,150	0,331	0,050	0,035	0,064	29,29	15,3	21,1	15,63	8,57	6,86	9,44	23,05
Conceição das Alagoas	0,148	0,169	0,355	0,060	0,047	0,073	21,34	12,09	20,6	10,6	7,8	10,0	15,3	23,6	0,079	0,085	0,333	0,028	0,021	0,035	25,63	12,4	22,7	12,62	8,03	8,02	11,12	25,05
Conceição de Ipanema	0,207	0,503	0,381	0,192	0,167	0,217	12,98	9,11	19,1	12,1	9,3	5,8	20,2	24,4	0,130	0,372	0,345	0,128	0,113	0,144	12,07	12,5	17,4	12,64	14,6	5,57	14,8	22,49
Conceição do Mato Dentro	0,442	0,648	0,432	0,280	0,260	0,299	6,99	10,06	17,3	10,2	10,9	6,7	20,5	24,3	0,187	0,384	0,377	0,145	0,133	0,157	8,28	13,5	18	12,33	9,78	6,09	16,61	23,69
Conceição do Pará	0,191	0,340	0,351	0,119	0,097	0,142	19,08	17,96	20,1	11,5	7,8	4,0	15,4	23,3	0,046	0,088	0,328	0,029	0,021	0,037	28,17	18	21	11,86	5,43	5,69	14,66	23,34
Conceição do Rio Verde	0,222	0,244	0,356	0,087	0,075	0,098	13,40	14,45	23,3	11,9	10,0	6,3	8,2	25,9	0,123	0,121	0,341	0,041	0,033	0,050	20,86	16,2	23,4	12,9	10,7	7,2	4,82	24,71
Conceição dos Ouros	0,140	0,165	0,335	0,055	0,044	0,067	20,60	13,7	22,3	13,1	9,7	3,9	12,3	25,1	0,056	0,054	0,325	0,018	0,012	0,023	32,60	14,7	21,4	13,69	7,86	8,78	8,13	25,45
Cônego Marinho	0,568	0,863	0,474	0,409	0,386	0,433	5,72	10,11	15,5	11,2	14,8	6,0	20,9	21,5	0,312	0,686	0,381	0,261	0,246	0,276	5,72	10,4	16,4	11,22	14,9	5,15	18,82	23,16
Confins	0,342	0,210	0,341	0,071	0,053	0,089	25,30	9,53	20,2	10,8	14,7	4,6	16,8	23,5	0,146	0,103	0,339	0,035	0,026	0,044	24,63	14,2	19,7	10,93	11,9	5,07	15,62	22,6
Congonhal	0,198	0,195	0,348	0,068	0,054	0,082	20,03	12,36	20,2	13,7	12,9	2,7	13,9	24,3	0,097	0,122	0,344	0,042	0,033	0,051	20,87	12,3	16,8	14,23	17,8	5,87	13,1	19,88
Congonhas	0,234	0,156	0,356	0,055	0,048	0,063	13,90	15,7	19,1	10,8	12,5	5,7	12,6	23,6	0,074	0,066	0,339	0,022	0,018	0,027	20,88	19	19,8	11,6	9,94	7,28	9,93	22,51
Congonhas do Norte	0,507	0,846	0,454	0,384	0,358	0,410	6,84	10,84	15,6	10,3	10,2	5,3	24,0	23,8	0,264	0,489	0,369	0,181	0,162	0,199	10,21	11,2	20,4	10,32	8,42	4,67	18,72	26,33
Conquista	0,166	0,169	0,342	0,058	0,044	0,071	23,36	11,85	20,9	11,8	10,5	6,4	15,1	23,6	0,057	0,062	0,334	0,021	0,015	0,027	29,83	13,3	20,1	12,01	10,5	9,35	9,66	25,13
Conselheiro Lafaiete	0,196	0,140	0,349	0,049	0,044	0,054	9,94	15,97	18,7	11,6	13,0	5,9	11,6	23,4	0,059	0,035	0,332	0,012	0,010	0,014	18,28	17,5	20,9	13,26	11,5	5,65	8,18	23,02
Conselheiro Pena	0,283	0,413	0,382	0,158	0,143	0,172	9,35	11,94	18,9	11,9	10,8	6,5	16,2	23,8	0,196	0,198	0,337	0,067	0,056	0,077	15,36	15,3	20,8	13	11,2	6,34	10,72	22,61
Consolação	0,211	0,448	0,380	0,170	0,132	0,209	22,63	13,37	18,3	11,0	10,4	7,2	13,6	26,2	0,097	0,184	0,330	0,061	0,045	0,076	26,31	15,5	19,4	12,81	8,94	7,15	12,13	24,06
Contagem	0,262	0,124	0,348	0,043	0,041	0,045	4,46	15,02	20,4	10,6	13,4	6,6	10,8	23,2	0,148	0,039	0,330	0,013	0,012	0,014	10,36	19	21,5	11,24	13,3	7,35	5,5	22,06
Coqueiral	0,142	0,278	0,343	0,095	0,082	0,108	13,41	11,11	20,2	13,7	12,5	5,9	14,6	22,0	0,089	0,108	0,317	0,034	0,026	0,043	23,60	13,4	20,1	14,21	11,5	6,58	11,59	22,62

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Coração de Jesus	0,459	0,783	0,445	0,349	0,333	0,365	4,55	10,73	15,1	10,4	11,3	6,1	22,9	23,5	0,271	0,573	0,379	0,217	0,203	0,231	6,60	10,9	15,8	11,2	11	7,31	21,01	22,87
Cordisburgo	0,269	0,483	0,377	0,182	0,164	0,200	9,93	10,98	16,9	10,9	9,3	6,4	22,6	22,9	0,120	0,218	0,345	0,075	0,063	0,088	16,54	13,1	19	13,03	7,09	7,29	16,49	23,99
Cordislândia	0,202	0,216	0,329	0,071	0,049	0,093	30,65	12,32	19,4	14,9	12,2	5,8	7,5	28,0	0,106	0,083	0,329	0,027	0,017	0,037	36,12	13,7	21,3	13,49	14,7	6,24	5,72	24,76
Corinto	0,284	0,362	0,390	0,141	0,127	0,156	10,39	12,91	17,7	10,2	9,9	8,0	17,7	23,6	0,175	0,146	0,344	0,050	0,041	0,060	18,61	15,8	20,5	11,49	7,57	8,88	11,54	24,24
Coroaci	0,297	0,608	0,400	0,243	0,225	0,260	7,18	9,36	16,9	12,4	11,6	5,7	18,8	25,4	0,215	0,375	0,362	0,136	0,120	0,151	11,28	12,8	17,9	12,25	12,5	6,26	14,03	24,29
Coromandel	0,161	0,231	0,355	0,082	0,072	0,092	12,52	9,78	17,5	11,1	9,2	8,0	18,8	25,6	0,049	0,100	0,338	0,034	0,027	0,040	19,60	12,6	18,4	11,92	6,79	9,22	17,23	23,82
Coronel Fabriciano	0,220	0,187	0,354	0,066	0,061	0,071	8,21	14,42	20,1	10,8	11,6	9,0	10,3	23,9	0,111	0,071	0,343	0,024	0,021	0,028	13,10	18,3	21,3	11,55	9,65	7,57	8,58	22,98
Coronel Murta	0,476	0,733	0,444	0,325	0,305	0,346	6,32	9,24	16,0	10,5	11,6	8,3	21,0	23,4	0,312	0,450	0,383	0,172	0,155	0,190	10,29	10,8	17,5	12,49	11,6	7,25	16,86	23,51
Coronel Pacheco	0,181	0,220	0,358	0,079	0,054	0,104	31,69	14,08	19,8	12,0	9,8	6,3	12,2	25,8	0,057	0,109	0,326	0,036	0,026	0,045	26,67	15,9	23,8	12	7,56	8,85	10,34	21,58
Coronel Xavier Chaves	0,259	0,230	0,347	0,080	0,058	0,102	27,84	16,69	20,9	10,5	9,1	4,1	13,9	24,8	0,161	0,090	0,315	0,029	0,019	0,038	34,64	13,8	21,1	10,75	12,2	7,34	11,1	23,7
Córrego Danta	0,137	0,296	0,366	0,108	0,088	0,129	19,09	8,42	19,0	10,5	7,2	7,7	22,4	24,8	0,068	0,107	0,335	0,036	0,025	0,046	29,35	11,2	18,4	12,69	11,2	5,7	15,78	25,17
Córrego do Bom Jesus	0,232	0,292	0,367	0,107	0,086	0,128	19,81	9,34	16,6	12,4	15,3	6,7	16,5	23,2	0,073	0,167	0,331	0,055	0,042	0,068	23,65	15,3	19,4	11,24	8,87	6,48	14,69	24
Córrego Fundo	0,162	0,399	0,354	0,141	0,119	0,162	15,25	12,55	18,1	10,2	8,2	4,5	24,4	22,1	0,054	0,129	0,332	0,043	0,034	0,052	20,95	15,6	19	9,29	9,56	6,02	17,55	22,99
Córrego Novo	0,350	0,579	0,416	0,241	0,207	0,275	14,16	13,84	17,9	11,1	11,7	4,4	17,4	23,6	0,203	0,247	0,345	0,085	0,069	0,102	19,73	15,6	19,6	12,09	10,7	5,68	12,07	24,33
Couto de Magalhães de Minas	0,437	0,542	0,412	0,223	0,191	0,256	14,61	11,17	17,1	11,5	13,2	4,9	18,8	23,4	0,256	0,170	0,333	0,057	0,044	0,069	22,66	14,2	20	12,67	11,2	5,75	11,93	24,21
Crisólita	0,479	0,845	0,438	0,370	0,346	0,393	6,28	9,39	18,3	9,7	8,6	9,5	19,2	25,3	0,256	0,514	0,367	0,189	0,173	0,204	8,23	10,8	20,5	12,18	8,91	9,35	13,73	24,47
Cristais	0,106	0,272	0,358	0,097	0,084	0,110	13,23	13,77	19,2	12,1	9,5	4,9	15,6	25,0	0,069	0,101	0,339	0,034	0,027	0,041	21,55	14,6	18,4	12,59	14,5	5,5	12,52	21,85
Cristália	0,492	0,873	0,479	0,418	0,394	0,443	5,79	9,45	15,7	9,9	11,2	7,9	22,4	23,5	0,410	0,564	0,392	0,222	0,203	0,240	8,16	10,6	18,1	10,52	13,8	4,84	17,51	24,61

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Cristiano Ottoni	0,286	0,196	0,357	0,070	0,051	0,089	26,72	11,21	20,4	13,7	13,5	5,1	12,6	23,5	0,109	0,096	0,330	0,032	0,023	0,041	28,17	15,4	20,5	12,62	9,02	7,23	11,46	23,79
Cristina	0,227	0,332	0,359	0,119	0,104	0,134	12,66	11,55	20,5	13,7	11,7	4,7	13,1	24,8	0,094	0,146	0,331	0,049	0,039	0,058	19,53	14,7	20,5	12,88	9,27	6,51	11,89	24,28
Crucilândia	0,221	0,416	0,364	0,152	0,128	0,175	15,43	13,17	19,9	12,7	10,9	4,4	15,0	23,9	0,101	0,153	0,338	0,052	0,041	0,062	20,58	15,3	18,9	14,52	12,6	4,66	11,82	22,2
Cruzeiro da Fortaleza	0,144	0,101	0,352	0,036	0,021	0,050	40,27	12,59	17,1	13,8	8,6	6,7	18,5	22,7	0,100	0,054	0,335	0,018	0,011	0,026	42,34	16	23,1	15,01	12,5	6,41	5,29	21,7
Cruzília	0,245	0,229	0,343	0,079	0,068	0,089	13,37	12,94	21,7	13,0	13,3	5,6	6,7	26,8	0,112	0,109	0,334	0,036	0,029	0,043	19,50	17,7	22,7	12,99	10,4	5,69	6,13	24,37
Cuparaque	0,347	0,465	0,392	0,182	0,155	0,210	15,08	11,26	19,4	12,2	11,3	5,9	15,8	24,2	0,234	0,188	0,340	0,064	0,052	0,076	18,49	15,5	21,8	14,79	11	6,05	8,13	22,72
Curral de Dentro	0,567	0,820	0,465	0,381	0,356	0,406	6,59	9,61	16,1	9,9	11,6	9,5	20,9	22,3	0,389	0,466	0,378	0,176	0,161	0,191	8,66	11,3	18,8	11,91	9,94	8,08	15,48	24,51
Curvelo	0,244	0,273	0,385	0,105	0,097	0,113	7,66	11,87	18,3	10,2	10,1	7,2	19,3	23,0	0,111	0,108	0,345	0,037	0,032	0,042	12,46	15,5	20,7	11,44	9,36	6,85	12,76	23,46
Datas	0,470	0,497	0,391	0,194	0,166	0,222	14,49	12,36	18,3	12,1	13,6	4,4	14,1	25,2	0,176	0,297	0,352	0,104	0,089	0,120	14,71	11,1	18,6	13,76	15,7	6,85	10,78	23,19
Delfim Moreira	0,225	0,349	0,364	0,127	0,110	0,144	13,54	11,7	19,7	12,2	7,9	6,2	16,7	25,7	0,062	0,154	0,334	0,052	0,040	0,063	21,68	11,1	19,9	13,86	10,2	8,47	12,22	24,16
Delfinópolis	0,144	0,236	0,348	0,082	0,068	0,096	17,37	18,15	21,1	12,6	8,8	6,0	8,8	24,6	0,030	0,041	0,329	0,014	0,009	0,019	36,77	17,8	18,7	14,44	7,73	8,42	7,25	25,7
Delta	0,165	0,207	0,359	0,074	0,056	0,093	24,68	14,75	21,6	9,1	8,1	8,2	15,3	22,9	0,094	0,060	0,329	0,020	0,014	0,026	30,04	15,9	25,5	11,65	8,27	8,99	3,28	26,4
Descoberto	0,196	0,299	0,380	0,114	0,092	0,135	19,09	15,06	19,0	11,1	10,3	5,0	15,9	23,6	0,204	0,050	0,331	0,017	0,010	0,023	38,68	15,5	26,4	13,27	11,5	5,89	5,56	21,83
Desterro de Entre Rios	0,390	0,557	0,387	0,215	0,195	0,235	9,37	8,58	16,1	13,9	16,0	4,4	17,3	23,7	0,162	0,262	0,339	0,089	0,078	0,100	12,64	11	18,9	13,02	12	6,28	14,52	24,29
Desterro do Melo	0,372	0,596	0,407	0,243	0,211	0,275	13,21	10,4	18,0	11,9	12,3	5,0	18,2	24,2	0,156	0,313	0,357	0,112	0,092	0,131	17,41	10,7	18	13,17	17,3	6,2	13,53	21,12
Diamantina	0,319	0,386	0,407	0,157	0,145	0,170	7,72	11,08	17,6	10,7	11,7	6,4	18,3	24,3	0,152	0,203	0,368	0,075	0,066	0,084	11,81	12,7	19,6	10,97	13	5,59	14,85	23,27
Diogo de Vasconcelos	0,450	0,769	0,436	0,335	0,307	0,364	8,40	12,18	15,2	12,9	16,5	5,0	15,8	22,4	0,242	0,363	0,352	0,128	0,111	0,146	13,65	13,6	19,2	12,54	13,5	4,49	12,91	23,76
Dionísio	0,359	0,361	0,366	0,132	0,115	0,150	13,02	12,75	19,6	12,2	12,2	5,1	12,2	26,1	0,138	0,169	0,341	0,058	0,046	0,069	20,54	13,8	18,6	11,35	14,7	6,58	11,15	23,78

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Divinésia	0,196	0,361	0,383	0,138	0,111	0,166	20,08	10,36	19,2	12,6	12,5	5,2	15,3	24,8	0,094	0,139	0,339	0,047	0,034	0,060	27,57	16,4	21,2	10,8	8,32	7,13	11,86	24,29
Divino	0,220	0,407	0,376	0,153	0,137	0,169	10,50	10,11	20,3	14,3	13,2	5,6	14,3	22,1	0,187	0,327	0,355	0,116	0,102	0,130	12,12	14,2	18,7	13,5	13,1	7,6	12,08	20,94
Divino das Laranjeiras	0,322	0,411	0,372	0,153	0,130	0,176	14,81	7,91	17,9	11,0	11,3	6,2	18,2	27,5	0,208	0,225	0,339	0,076	0,063	0,089	16,68	13,7	19,5	11,67	9,51	7,16	13,34	25,18
Divinolândia de Minas	0,465	0,598	0,406	0,242	0,217	0,268	10,62	14,56	17,8	10,6	9,4	6,1	18,0	23,6	0,205	0,344	0,365	0,126	0,111	0,140	11,37	12,5	18,3	12,08	13,2	6,29	14,31	23,38
Divinópolis	0,121	0,087	0,344	0,030	0,027	0,033	9,17	14,75	20,5	11,4	12,3	5,8	12,9	22,4	0,044	0,029	0,330	0,010	0,008	0,011	14,45	17,5	20,5	11,64	10,7	7,9	9,2	22,5
Divisa Alegre	0,562	0,702	0,414	0,291	0,261	0,320	10,04	10,23	19,0	11,6	12,4	4,0	19,6	23,2	0,288	0,430	0,366	0,157	0,141	0,173	10,09	12,7	19,7	12,84	9,21	5,83	15,29	24,4
Divisa Nova	0,160	0,295	0,364	0,107	0,088	0,127	18,32	14,11	21,7	12,2	9,5	3,9	14,5	24,2	0,064	0,092	0,330	0,030	0,023	0,038	24,77	12,8	23,6	14,57	7,79	7,19	9,38	24,76
Divisópolis	0,554	0,733	0,425	0,311	0,287	0,335	7,70	8,84	19,4	11,6	12,2	6,9	16,5	24,6	0,278	0,470	0,367	0,173	0,155	0,190	10,18	12,6	19,9	13,78	8,18	5,45	15,05	24,98
Dom Bosco	0,352	0,557	0,394	0,219	0,192	0,247	12,50	11,78	15,4	11,1	10,3	7,4	18,8	25,2	0,137	0,304	0,342	0,104	0,088	0,120	15,14	15,1	17,4	11,64	10,4	7,25	12,96	25,3
Dom Cavati	0,320	0,315	0,368	0,116	0,096	0,136	17,31	14,84	18,8	13,3	12,8	5,7	9,8	24,8	0,113	0,152	0,332	0,050	0,040	0,060	19,87	17,5	19,3	13,74	12,9	5,17	8,42	22,98
Dom Joaquim	0,430	0,662	0,465	0,308	0,278	0,338	9,65	9,78	16,0	10,2	12,5	7,7	21,2	22,8	0,252	0,376	0,406	0,153	0,133	0,173	13,03	11,4	17,2	11,31	11,8	8,47	14,88	24,98
Dom Silvério	0,287	0,296	0,350	0,104	0,083	0,124	19,98	13,34	19,2	13,6	14,0	4,1	12,3	23,4	0,077	0,133	0,335	0,045	0,035	0,054	21,28	13,7	18,7	13,45	11,4	5,53	13,5	23,78
Dom Viçoso	0,241	0,355	0,351	0,125	0,100	0,150	19,97	10,8	18,0	13,1	11,7	5,1	16,3	24,9	0,115	0,133	0,325	0,043	0,031	0,056	29,22	17,2	18,7	13,78	8,51	4,74	13,2	23,95
Dona Eusébia	0,248	0,219	0,354	0,077	0,059	0,095	23,36	14,62	19,2	11,8	8,8	6,5	14,7	24,4	0,055	0,073	0,329	0,024	0,017	0,031	29,13	18	20,7	13,11	5,6	5,34	13,56	23,7
Dores de Campos	0,227	0,160	0,363	0,058	0,045	0,071	21,80	12,78	18,0	12,8	14,0	5,2	13,6	23,7	0,063	0,071	0,337	0,024	0,017	0,031	29,13	18,8	19,4	12,45	6,59	6,14	13,69	22,97
Dores de Guanhães	0,298	0,662	0,421	0,279	0,251	0,307	9,96	7,2	16,7	11,5	9,7	7,9	21,0	26,0	0,162	0,447	0,366	0,163	0,146	0,181	10,64	14,5	18,1	11,82	10,7	7,49	13,44	23,97
Dores do Indaiá	0,209	0,252	0,371	0,093	0,077	0,109	17,10	13,43	20,0	10,6	10,1	7,8	14,5	23,5	0,072	0,064	0,333	0,021	0,016	0,026	24,25	17,3	22,2	14,17	8,36	7,92	7,27	22,8
Dores do Turvo	0,345	0,637	0,404	0,257	0,231	0,283	9,99	10,28	18,2	12,4	10,1	7,2	17,6	24,3	0,142	0,269	0,335	0,090	0,076	0,104	15,63	11,8	21,6	15,06	8,01	4,44	14,67	24,48

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Doresópolis	0,224	0,243	0,333	0,081	0,049	0,113	39,82	11,81	19,3	13,1	10,6	3,9	14,0	27,4	0,091	0,053	0,326	0,017	0,007	0,027	57,33	15,5	20,5	10,04	8,62	8,58	12,25	24,51
Douradoquara	0,104	0,285	0,348	0,099	0,069	0,129	30,27	16,21	16,0	11,9	11,8	4,6	16,0	23,4	0,068	0,145	0,336	0,049	0,035	0,062	27,85	13,5	15,4	13,94	16,8	4,49	15,86	19,98
Durandé	0,195	0,505	0,384	0,194	0,172	0,215	10,98	9,79	19,8	13,7	9,6	6,3	17,0	23,8	0,093	0,344	0,346	0,119	0,107	0,132	10,50	13,2	21,2	15,7	6,77	7,05	12,97	23,06
Elói Mendes	0,127	0,166	0,345	0,057	0,047	0,068	18,35	14,16	24,0	13,0	9,0	5,7	12,1	22,1	0,098	0,094	0,342	0,032	0,025	0,040	23,68	16,5	22	14,98	10	7,56	6,8	22,18
Engenheiro Caldas	0,382	0,450	0,379	0,171	0,153	0,188	10,21	9,11	19,1	12,4	11,6	8,0	14,7	25,2	0,197	0,181	0,333	0,060	0,050	0,070	16,79	14,2	22,6	13,29	8,92	8,94	7,68	24,41
Engenheiro Navarro	0,380	0,658	0,394	0,259	0,237	0,281	8,57	13,32	18,3	9,8	9,0	5,9	20,6	23,2	0,198	0,329	0,351	0,115	0,102	0,128	11,16	12,6	18,7	12,2	12,6	5,53	15,63	22,76
Entre Folhas	0,283	0,469	0,389	0,182	0,158	0,207	13,32	11,57	17,7	12,9	12,6	5,3	16,5	23,4	0,216	0,273	0,343	0,094	0,081	0,107	14,05	14	17,4	14,13	13,5	4,94	13,15	22,79
Entre Rios de Minas	0,241	0,334	0,370	0,124	0,111	0,137	10,60	10,41	17,2	13,2	15,0	5,7	13,5	24,9	0,115	0,114	0,335	0,038	0,031	0,046	19,26	16,6	19,2	12,59	9,9	5,48	13,58	22,69
Ervália	0,342	0,475	0,414	0,197	0,177	0,217	10,14	8,72	18,6	12,3	13,4	7,0	16,9	23,1	0,120	0,234	0,339	0,079	0,071	0,088	10,64	10,4	20,4	14,85	8,99	7,2	13,65	24,57
Esmeraldas	0,514	0,522	0,376	0,196	0,185	0,207	5,68	10	17,0	9,0	10,4	8,6	23,8	21,2	0,265	0,220	0,345	0,076	0,069	0,083	9,39	14,4	18,9	9,88	9,18	9,02	17,46	21,19
Espera Feliz	0,169	0,394	0,374	0,147	0,131	0,164	11,12	10,7	20,1	13,8	14,6	7,0	12,9	21,0	0,136	0,221	0,337	0,075	0,064	0,085	14,06	13,1	19,8	14,07	9,87	8,92	11,81	22,49
Espinosa	0,460	0,728	0,423	0,308	0,293	0,323	4,89	8,2	18,1	10,8	11,1	7,1	22,5	22,3	0,231	0,496	0,377	0,187	0,173	0,201	7,35	12,2	18,5	11,5	10,1	6,35	18,98	22,46
Espírito Santo do Dourado	0,084	0,344	0,359	0,124	0,101	0,146	18,38	14,34	18,2	13,1	10,1	6,6	16,4	21,3	0,045	0,138	0,334	0,046	0,035	0,057	23,59	12,5	19	14,92	10,9	6,72	14,02	21,95
Estiva	0,117	0,311	0,365	0,113	0,099	0,128	12,85	10,14	19,8	12,4	12,3	4,3	15,8	25,4	0,043	0,105	0,327	0,034	0,027	0,042	22,53	13,8	20,6	14,29	7,58	6,25	13,18	24,25
Estrela Dalva	0,244	0,253	0,351	0,089	0,064	0,113	27,60	9,17	23,0	13,0	7,7	7,5	13,5	26,1	0,076	0,122	0,343	0,042	0,028	0,056	33,00	15,5	21	11,78	9,18	8,15	9,36	25,04
Estrela do Indaiá	0,187	0,168	0,358	0,060	0,043	0,077	27,91	14,05	21,0	11,7	8,3	7,5	13,9	23,5	0,086	0,094	0,332	0,031	0,021	0,041	31,72	15,3	22,1	13,91	4,83	7,18	14,97	21,76
Estrela do Sul	0,268	0,199	0,363	0,072	0,056	0,089	22,92	10,11	20,3	10,9	8,8	9,0	14,2	26,6	0,076	0,125	0,343	0,043	0,035	0,051	18,51	15,9	19,9	9,7	5,99	9,08	15,5	23,98
Eugenópolis	0,242	0,410	0,375	0,154	0,138	0,169	10,20	10,12	17,8	12,3	13,7	6,4	16,0	23,7	0,121	0,137	0,332	0,046	0,037	0,054	19,28	14,6	19,6	13,92	11	6	10,4	24,51
Ewbank da Câmara	0,253	0,217	0,342	0,074	0,054	0,095	27,56	10,89	20,2	13,3	11,0	6,1	14,2	24,3	0,102	0,075	0,316	0,024	0,015	0,033	38,02	21,8	27,1	11,87	6,04	5	4,23	23,99

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** $Lim.. inf$ é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** $Lim.. sup$ é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: $Dim. 1$ (Saúde); $Dim. 2$ (Características Educacionais); $Dim. 3$ (Condições Ocupacionais); $Dim. 4$ (Vulnerabilidade Econômica); $Dim. 5$ (Condições de Moradia); $Dim. 6$ (Condições Sanitárias); $Dim. 7$ (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Extrema	0,098	0,116	0,345	0,040	0,031	0,049	21,65	13,53	21,7	11,5	10,6	8,5	10,7	23,4	0,028	0,074	0,332	0,025	0,019	0,031	24,37	16,2	21,5	10,64	7,12	10,67	12,21	21,63
Fama	0,134	0,108	0,337	0,036	0,020	0,053	45,05	11,15	21,1	10,3	7,6	11,1	15,6	23,2	0,078	0,136	0,323	0,044	0,033	0,055	25,00	18,1	19,3	12,95	10,4	5,62	13,09	20,62
Faria Lemos	0,190	0,335	0,370	0,124	0,098	0,149	20,80	11,77	20,5	11,6	10,3	7,6	14,5	23,7	0,111	0,183	0,352	0,065	0,049	0,080	23,55	14,7	20,8	12,31	8,78	7,88	12,9	22,63
Felício dos Santos	0,482	0,837	0,446	0,374	0,351	0,396	6,13	9,55	15,6	11,5	14,0	5,1	20,3	23,9	0,254	0,496	0,368	0,182	0,165	0,200	9,47	11,7	18,1	12,62	13,3	3,88	16,71	23,73
São Gonçalo do Rio Preto	0,449	0,676	0,442	0,299	0,261	0,337	12,70	9,55	16,2	11,7	15,5	5,1	18,7	23,3	0,199	0,447	0,359	0,160	0,137	0,183	14,27	11,8	18,1	11,8	14,1	5,91	15,25	23,03
Felisburgo	0,466	0,639	0,436	0,278	0,252	0,305	9,60	9,03	18,6	11,2	11,9	8,1	17,1	24,0	0,316	0,427	0,371	0,159	0,144	0,173	9,22	12,2	19,5	12,59	12	7,17	11,67	24,81
Felixlândia	0,345	0,497	0,376	0,187	0,173	0,201	7,73	11,8	17,0	10,5	9,4	5,8	21,5	24,0	0,111	0,245	0,348	0,085	0,075	0,095	11,93	13	18,1	11,33	10,6	6,8	17,22	22,98
Fernandes Tourinho	0,468	0,480	0,372	0,179	0,144	0,213	19,39	17,35	19,6	11,8	10,6	5,4	13,4	21,9	0,136	0,247	0,343	0,085	0,068	0,102	20,02	14,6	21,3	12,03	10,2	7,28	11,49	23,15
Ferros	0,306	0,696	0,431	0,300	0,282	0,317	5,86	12,29	16,9	10,9	10,3	7,4	19,0	23,3	0,162	0,456	0,367	0,167	0,153	0,182	8,73	11,3	18,5	10,54	9,29	7,78	18,6	24,05
Fervedouro	0,286	0,569	0,405	0,230	0,211	0,249	8,22	10,16	19,0	13,5	10,5	5,7	17,2	24,0	0,212	0,373	0,361	0,135	0,121	0,149	10,45	13,7	19	13,08	11,1	6,62	12,71	23,75
Florestal	0,327	0,160	0,354	0,057	0,043	0,070	23,83	13,57	18,4	12,6	12,2	7,9	13,3	22,1	0,127	0,110	0,342	0,038	0,029	0,046	22,30	13,8	17,7	12,41	16,2	6,69	13,38	19,77
Formiga	0,161	0,135	0,349	0,047	0,042	0,052	11,26	14,97	20,1	11,9	11,4	4,8	12,9	23,9	0,058	0,045	0,331	0,015	0,012	0,018	20,25	17,5	19,7	13,1	11,4	5,69	11,05	21,61
Formoso	0,389	0,688	0,436	0,300	0,275	0,324	8,19	6,93	16,4	10,8	10,0	8,7	21,3	25,8	0,263	0,502	0,378	0,190	0,175	0,204	7,61	11	18	11,02	9,9	7,88	16,28	25,87
Fortaleza de Minas	0,186	0,200	0,343	0,069	0,051	0,087	26,09	12,43	21,5	16,0	13,8	4,3	8,8	23,2	0,083	0,132	0,343	0,045	0,035	0,056	23,83	17	17,6	12,75	13,5	7,51	11,37	20,33
Fortuna de Minas	0,244	0,401	0,348	0,140	0,106	0,173	24,21	12,88	18,3	11,7	10,5	5,9	17,2	23,6	0,232	0,187	0,330	0,062	0,045	0,078	26,65	15,5	18,8	12,53	11,9	6,17	11,72	23,38
Francisco Badaró	0,343	0,854	0,446	0,381	0,365	0,398	4,29	10,91	16,6	9,4	11,2	6,5	22,4	23,0	0,234	0,577	0,376	0,217	0,201	0,233	7,48	12,1	17,4	10,59	14,4	5,84	16,99	22,69
Francisco Dumont	0,472	0,737	0,430	0,317	0,290	0,343	8,47	10,45	16,2	10,1	10,5	5,8	23,4	23,6	0,192	0,483	0,369	0,178	0,161	0,196	9,76	11,8	17,9	10,52	8,48	9	18,59	23,74
Francisco Sá	0,421	0,618	0,448	0,277	0,258	0,296	6,92	9,3	16,9	11,2	11,0	9,0	20,6	22,1	0,216	0,433	0,382	0,166	0,150	0,181	9,10	11,8	17,6	11,8	9,82	8,14	19,41	21,49
Franciscópolis	0,537	0,866	0,483	0,418	0,396	0,440	5,22	8,31	17,0	11,4	12,1	8,3	19,9	23,0	0,230	0,502	0,386	0,194	0,176	0,211	8,95	11,3	18,7	12,41	8,81	7,66	17,71	23,45

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Frei Gaspar	0,444	0,680	0,451	0,307	0,282	0,332	8,24	6,09	17,7	11,0	11,0	8,4	21,2	24,7	0,188	0,442	0,376	0,166	0,150	0,182	9,84	10,8	19,5	12,39	11,8	6,28	14,84	24,35
Frei Inocêncio	0,322	0,452	0,372	0,168	0,149	0,187	11,36	13,2	19,5	11,5	10,4	7,9	12,6	25,1	0,188	0,282	0,344	0,097	0,083	0,111	14,26	16	20,4	12,88	8,21	7,01	10,78	24,71
Frei Lagonegro	0,475	0,893	0,494	0,441	0,411	0,472	6,89	8,15	15,1	10,8	13,3	8,4	21,6	22,7	0,372	0,608	0,381	0,231	0,208	0,254	9,88	13,2	19	11,8	10,5	4,87	17,18	23,46
Fronteira	0,137	0,135	0,344	0,046	0,037	0,056	21,14	14,18	20,0	13,4	10,2	8,2	9,6	24,4	0,076	0,076	0,323	0,025	0,019	0,030	22,89	15,7	24,6	13,97	9,87	8,41	2,12	25,26
Fronteira dos Vales	0,587	0,765	0,448	0,343	0,314	0,371	8,24	7,25	19,2	10,2	11,5	7,0	20,9	24,0	0,289	0,497	0,372	0,185	0,167	0,203	9,82	11,6	19	11,5	10,1	6,17	17,78	23,83
Fruta de Leite	0,613	0,900	0,486	0,437	0,416	0,458	4,85	9,92	16,8	8,9	9,5	8,5	23,1	23,4	0,256	0,683	0,402	0,274	0,257	0,292	6,35	7,73	18,4	10,25	12,6	7,14	20,65	23,3
Frutal	0,143	0,149	0,356	0,053	0,046	0,060	12,57	13,11	20,2	11,8	10,3	7,6	12,6	24,4	0,067	0,058	0,324	0,019	0,015	0,022	19,36	17,7	21,9	10,79	6,94	9,75	8,41	24,55
Funilândia	0,304	0,518	0,367	0,190	0,157	0,223	17,31	11,5	17,8	12,1	10,7	6,2	18,1	23,7	0,372	0,189	0,327	0,062	0,049	0,075	21,56	12,9	21,6	11,77	10,3	6,43	14,57	22,38
Galiléia	0,346	0,389	0,372	0,145	0,126	0,164	13,09	11,94	21,4	12,5	11,2	6,4	12,7	24,0	0,167	0,226	0,349	0,079	0,068	0,090	13,71	16,2	20,8	11,63	7,97	7,16	13,56	22,64
Gemeleiras	0,482	0,861	0,429	0,370	0,347	0,392	6,12	10,65	17,4	9,9	13,4	4,4	20,6	23,7	0,281	0,577	0,368	0,213	0,196	0,230	7,98	10,6	17,5	11,96	12,3	4,47	19,56	23,63
Glaucilândia	0,384	0,713	0,384	0,274	0,242	0,306	11,71	12,35	16,1	10,2	10,7	3,7	23,6	23,4	0,186	0,353	0,339	0,120	0,101	0,138	15,75	9,77	18,5	13,17	15,4	4,71	16,53	22,02
Goiabeira	0,426	0,560	0,376	0,210	0,176	0,244	16,14	14,11	20,2	12,3	11,6	3,0	15,7	23,2	0,234	0,247	0,344	0,085	0,069	0,101	18,98	17,6	20,9	11,55	7,67	4,86	13,71	23,73
Goianá	0,178	0,156	0,358	0,056	0,038	0,074	32,72	11,19	20,6	12,1	9,9	8,1	12,1	26,1	0,067	0,083	0,334	0,028	0,018	0,037	33,99	14,1	21,4	15,12	11,2	9,54	7,13	21,46
Gonçalves	0,109	0,351	0,364	0,128	0,103	0,153	19,36	11,48	18,9	13,9	12,6	3,2	15,3	24,6	0,055	0,202	0,336	0,068	0,055	0,081	18,96	12	19,4	12,62	11,7	8,1	13,15	23,03
Gonzaga	0,498	0,791	0,428	0,339	0,314	0,364	7,39	11,04	18,0	10,2	9,7	6,0	20,4	24,7	0,312	0,444	0,364	0,162	0,145	0,178	10,22	15,2	18,2	12,04	12,2	5,52	13,45	23,45
Gouveia Governador Valadares	0,342	0,340	0,395	0,134	0,119	0,150	11,57	10,79	19,5	12,2	12,8	6,0	14,8	24,0	0,156	0,167	0,356	0,060	0,049	0,070	17,89	11,2	18,2	12,33	15,2	7,11	12,8	23,13
Grão Mogol	0,412	0,726	0,445	0,323	0,306	0,340	5,13	8,95	17,2	9,8	10,1	7,3	21,1	25,6	0,214	0,497	0,397	0,197	0,182	0,212	7,51	10,6	17,6	10,88	10,5	8,49	18,81	23,03
Grupiara	0,329	0,295	0,360	0,106	0,066	0,146	37,55	16,95	14,2	12,1	10,9	5,4	18,4	22,0	0,065	0,094	0,330	0,031	0,019	0,043	39,85	13,6	20,2	10,03	7,39	6,72	18,2	23,91

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Guanhães	0,318	0,430	0,409	0,176	0,160	0,192	9,28	10,6	17,3	11,4	11,3	6,7	18,6	24,2	0,159	0,206	0,366	0,075	0,065	0,085	13,48	13,9	18,9	12,26	12,9	7,4	12,45	22,21
Guapé	0,177	0,260	0,356	0,093	0,081	0,104	12,23	10,81	20,1	12,8	12,2	5,1	15,1	23,9	0,054	0,116	0,325	0,038	0,031	0,045	18,66	16,1	20,6	11,71	9,17	6,25	12,37	23,74
Guaraciaba	0,395	0,665	0,413	0,275	0,256	0,293	6,67	9,64	17,7	12,5	14,4	5,6	15,8	24,3	0,138	0,411	0,354	0,146	0,131	0,161	10,26	14,7	19	12,63	12,2	5,22	12,98	23,32
Guaraciama	0,523	0,706	0,393	0,278	0,252	0,304	9,43	10,55	17,1	10,1	10,6	5,0	22,7	24,0	0,200	0,326	0,351	0,114	0,099	0,130	13,47	13,9	17,3	11,67	12,7	5,75	15,01	23,72
Guaranésia	0,128	0,148	0,339	0,050	0,039	0,061	21,25	13,98	23,1	10,3	11,0	8,6	8,6	24,4	0,047	0,050	0,328	0,016	0,012	0,021	25,39	16,4	25	12,72	9,3	9,03	4,12	23,42
Guarani	0,208	0,251	0,364	0,091	0,077	0,105	15,37	11,77	21,7	12,3	9,2	7,8	12,5	24,7	0,088	0,115	0,338	0,039	0,029	0,048	24,01	14,7	22,9	13,49	8,31	7,63	9,44	23,53
Guarará	0,182	0,236	0,342	0,081	0,061	0,101	25,02	14,12	22,7	11,0	10,0	7,1	9,7	25,5	0,093	0,073	0,330	0,024	0,016	0,032	34,08	18	21,4	12,78	10,3	7,32	6,28	23,92
Guarda-Mor	0,118	0,353	0,365	0,129	0,110	0,147	14,36	13,29	16,4	12,5	13,2	6,8	13,7	24,1	0,094	0,164	0,342	0,056	0,046	0,066	17,67	8,53	17,9	13,43	12	10,61	16,98	20,57
Guaxupé	0,113	0,118	0,353	0,042	0,035	0,048	15,03	16,34	23,5	11,0	10,3	8,9	6,8	23,3	0,051	0,037	0,337	0,013	0,009	0,016	27,50	18,4	25,1	10,92	7,03	8,4	7,18	22,97
Guidoval	0,231	0,354	0,363	0,129	0,111	0,146	13,40	11,13	19,8	12,6	11,5	6,1	15,2	23,7	0,059	0,123	0,330	0,041	0,033	0,048	19,14	16	22,2	12,49	8,25	5,58	10,71	24,76
Guimarânia	0,189	0,197	0,355	0,070	0,054	0,085	21,91	11,68	17,7	10,5	11,0	8,3	14,0	26,7	0,107	0,094	0,331	0,031	0,024	0,038	22,90	15,7	20,2	14,18	10,5	8,34	9,9	21,18
Guiricema	0,219	0,448	0,376	0,168	0,152	0,185	9,80	10,88	17,8	12,7	12,6	5,3	18,1	22,7	0,063	0,191	0,334	0,064	0,053	0,075	17,15	14,4	19,3	13,64	8,76	6,08	14,84	22,95
Gurinhata	0,189	0,270	0,351	0,095	0,080	0,109	15,40	12,82	18,8	11,8	7,4	7,5	16,4	25,3	0,104	0,292	0,349	0,102	0,090	0,114	11,81	11,7	16,6	12,27	14	8,82	14,78	21,97
Heliodora	0,257	0,156	0,330	0,052	0,037	0,066	28,21	13,01	26,3	13,0	11,8	3,3	6,5	26,2	0,072	0,065	0,326	0,021	0,015	0,028	31,38	19,6	23,6	12,36	4,17	6,9	8,8	24,63
Iapu	0,353	0,498	0,384	0,191	0,174	0,208	8,84	11,45	18,1	11,5	11,2	6,1	17,1	24,5	0,188	0,238	0,342	0,081	0,070	0,093	14,53	16,7	21,1	12,56	9,92	5,35	10,99	23,34
Ibertioga	0,390	0,468	0,378	0,177	0,154	0,200	12,90	8,97	18,7	13,5	11,8	5,6	15,3	26,3	0,187	0,188	0,338	0,064	0,051	0,076	19,24	13,2	20,2	13,31	9,71	5,45	12,58	25,48
Ibiá	0,147	0,161	0,358	0,058	0,047	0,068	17,75	12,87	20,0	11,4	9,5	6,8	15,1	24,4	0,103	0,065	0,339	0,022	0,016	0,028	27,78	16	20,8	13,19	8,79	6,99	9,53	24,72
Ibiaí	0,509	0,807	0,436	0,352	0,332	0,372	5,78	9,76	15,4	10,9	12,0	6,7	21,6	23,7	0,332	0,574	0,379	0,217	0,203	0,232	6,65	11,6	17,2	11,65	10,2	6,63	18,43	24,29
Ibiracatu	0,559	0,888	0,465	0,413	0,393	0,432	4,71	9,38	17,1	8,2	7,3	9,5	24,8	23,9	0,353	0,485	0,374	0,182	0,165	0,198	9,13	10,2	18,4	11,64	13,5	5,71	15,55	25

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Ibiraci	0,114	0,195	0,349	0,068	0,057	0,079	15,82	11,51	24,0	14,6	10,5	6,7	10,9	22,0	0,035	0,051	0,323	0,016	0,011	0,021	31,09	13,7	25,3	13,67	8,15	7,65	5,17	26,37
Ibitaré	0,442	0,236	0,352	0,083	0,078	0,089	6,28	13,23	20,2	10,4	12,8	5,8	14,4	23,1	0,216	0,061	0,330	0,020	0,018	0,023	11,54	17,9	21,7	11,25	11,3	6,59	8,93	22,29
Ibitiúra de Minas	0,080	0,178	0,350	0,062	0,044	0,080	28,76	12,16	20,6	14,7	12,3	6,3	12,1	21,9	0,062	0,122	0,326	0,040	0,029	0,051	27,69	13,1	23,1	13,17	7,9	11,72	9,04	21,99
Ibituruna	0,161	0,211	0,352	0,074	0,050	0,099	33,26	14,02	19,9	13,4	9,3	7,3	9,9	26,3	0,087	0,106	0,334	0,036	0,022	0,049	37,31	21,1	23,5	14,47	9,34	2,84	5,04	23,69
Icaraí de Minas	0,565	0,869	0,467	0,406	0,386	0,426	4,95	8,74	16,2	10,4	12,2	6,3	23,4	22,8	0,262	0,444	0,392	0,174	0,155	0,193	10,83	10,8	18,1	11,47	12	6,53	18,45	22,66
Igarapé	0,407	0,332	0,372	0,123	0,109	0,138	11,82	12,6	17,4	9,9	11,2	7,6	20,3	21,0	0,220	0,126	0,345	0,043	0,036	0,051	17,70	14,6	20,2	10,98	10,7	7,42	14,38	21,79
Igaratinga	0,158	0,202	0,346	0,070	0,056	0,084	20,38	14,91	20,7	12,8	9,0	4,6	14,5	23,4	0,049	0,060	0,326	0,020	0,013	0,026	33,59	15,7	22,9	14,44	9,21	6,79	9,12	21,87
Iguatama	0,178	0,161	0,345	0,055	0,044	0,067	20,10	14,13	20,2	11,8	11,0	6,1	13,6	23,2	0,044	0,049	0,338	0,017	0,012	0,022	29,42	14,8	17,7	15,55	16,2	6,9	9,55	19,35
Ijaci	0,272	0,223	0,355	0,079	0,060	0,098	24,43	13,37	21,1	12,8	12,9	2,5	14,9	22,5	0,091	0,058	0,342	0,020	0,013	0,027	34,72	13,1	20	13,52	8,46	8,33	14,58	21,96
Ilicínea	0,129	0,210	0,341	0,072	0,060	0,083	16,51	15,5	21,0	12,9	11,0	4,5	11,5	23,7	0,070	0,073	0,330	0,024	0,018	0,031	26,57	17,4	22,9	13,5	7,07	6,18	9,23	23,68
Imbé de Minas	0,292	0,617	0,391	0,242	0,218	0,265	9,78	8,26	19,5	12,9	12,1	5,8	16,5	25,0	0,211	0,409	0,349	0,143	0,129	0,157	9,69	11,9	18,9	14,24	13	5,36	13,38	23,22
Inconfidentes	0,065	0,209	0,351	0,074	0,056	0,090	23,16	10,66	20,7	11,5	9,7	6,4	17,9	23,3	0,077	0,107	0,329	0,035	0,028	0,043	21,90	15,3	20,7	13,33	7,54	8,57	12,47	22,07
Indaiaí	0,455	0,847	0,484	0,410	0,388	0,432	5,36	8,06	16,5	10,7	12,3	8,7	20,4	23,4	0,233	0,623	0,394	0,246	0,230	0,261	6,38	9,58	19	10,41	11,7	7,13	19,51	22,66
Indianópolis	0,171	0,313	0,347	0,109	0,089	0,128	18,11	10,35	19,4	12,2	12,9	5,8	14,7	24,6	0,079	0,086	0,327	0,028	0,021	0,035	25,86	11,2	23,3	13,32	5,24	11,66	10,75	24,5
Ingai	0,217	0,294	0,384	0,113	0,080	0,146	29,22	11,2	19,2	12,0	11,1	5,9	17,7	22,9	0,068	0,097	0,324	0,031	0,017	0,046	46,95	14,4	21,8	15,83	4,63	5,94	12,46	24,95
Inhapim	0,327	0,600	0,392	0,235	0,220	0,251	6,71	11,57	17,1	12,2	11,6	5,2	19,3	23,0	0,181	0,308	0,360	0,111	0,099	0,123	11,05	12,9	17,4	12,48	12,1	7,23	14,79	23,14
Inhaúma	0,193	0,401	0,362	0,145	0,122	0,168	15,68	13,15	18,3	11,4	14,7	5,4	16,1	20,9	0,252	0,160	0,336	0,054	0,043	0,065	20,37	15,3	21,2	12,35	10,7	5,5	13,88	21,16
Inimutaba	0,259	0,344	0,380	0,131	0,112	0,150	14,65	10,91	18,2	11,1	9,1	6,0	21,8	22,9	0,125	0,248	0,344	0,085	0,073	0,098	14,46	13,3	19,7	11,64	10,3	7,57	14,23	23,35
Ipaba	0,356	0,423	0,370	0,157	0,142	0,171	9,09	13,41	18,5	11,3	12,6	5,4	14,7	24,1	0,133	0,166	0,337	0,056	0,048	0,064	14,61	15,8	19,6	12,62	9,66	8,36	9,29	24,66

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Ipanema	0,264	0,387	0,382	0,148	0,130	0,166	12,31	12,21	19,0	12,1	11,7	6,6	14,4	24,1	0,142	0,176	0,343	0,060	0,053	0,068	12,40	13,1	20	13,28	10,7	7,49	10,26	25,25
Ipatinga	0,184	0,126	0,344	0,043	0,040	0,046	7,08	16,22	19,6	12,1	13,2	7,8	6,7	24,4	0,079	0,038	0,331	0,013	0,011	0,014	12,30	19,4	23	10,87	9,93	9,59	3,22	24,03
Ipiacú	0,203	0,183	0,336	0,062	0,043	0,080	29,39	12,86	21,0	14,1	13,1	8,1	4,3	26,7	0,079	0,051	0,323	0,016	0,009	0,023	42,14	18,8	22,7	13,52	4,76	8,15	8,54	23,59
Ipuiúna	0,151	0,319	0,357	0,114	0,099	0,129	13,03	11,93	17,9	13,5	15,3	5,3	12,0	24,2	0,067	0,161	0,333	0,054	0,043	0,064	19,19	15,9	20,6	12,58	7,13	7,25	13,13	23,44
Iraí de Minas	0,147	0,201	0,357	0,072	0,056	0,087	22,01	11,25	20,1	10,5	11,4	7,1	12,8	26,9	0,058	0,085	0,330	0,028	0,021	0,035	25,19	13,8	23,5	13,63	5,45	9,32	7,88	26,38
Itabira	0,208	0,188	0,365	0,069	0,063	0,074	8,57	15,79	20,3	11,4	12,2	5,5	10,9	24,0	0,080	0,066	0,349	0,023	0,020	0,026	14,01	18,8	20,5	10,87	11,5	6,1	9,94	22,23
Itabirinha de Mantena	0,416	0,508	0,411	0,209	0,191	0,227	8,73	9,48	17,7	11,7	12,2	5,7	18,6	24,6	0,215	0,222	0,348	0,077	0,065	0,089	15,35	13,4	21,7	12,97	8,73	6,34	11,72	25,2
Itabirito	0,145	0,098	0,353	0,034	0,027	0,042	20,64	14,45	20,7	10,8	10,4	7,8	12,4	23,4	0,108	0,048	0,326	0,016	0,012	0,019	24,73	18	22,9	10,03	11,4	7,93	9,16	20,63
Itacambira	0,511	0,846	0,455	0,385	0,358	0,412	6,89	8,62	15,7	9,9	13,0	8,4	20,4	24,1	0,254	0,571	0,372	0,212	0,194	0,231	8,76	10,1	16,4	10,63	13,1	6,56	19,96	23,33
Itacarambi	0,519	0,703	0,415	0,292	0,270	0,313	7,35	12,39	18,2	9,9	11,8	5,7	18,6	23,4	0,271	0,378	0,367	0,138	0,126	0,151	8,81	14,7	20,2	11,64	10,2	6,96	12,42	23,9
Itaguara	0,368	0,263	0,371	0,098	0,085	0,110	13,25	13,38	18,7	12,0	13,3	4,7	15,2	22,8	0,155	0,136	0,331	0,045	0,037	0,053	18,32	16,1	19,6	13,37	15	5,52	9,65	20,76
Itaipé	0,490	0,746	0,472	0,352	0,332	0,373	5,80	9,02	17,3	10,6	12,4	7,7	19,0	24,0	0,264	0,567	0,383	0,217	0,201	0,233	7,31	9,31	18,9	12,3	12,8	6,46	16,01	24,21
Itajubá	0,138	0,094	0,352	0,033	0,029	0,038	13,30	15,63	21,1	11,1	11,5	8,6	8,0	24,1	0,055	0,034	0,332	0,011	0,009	0,014	20,53	18,8	21,1	11,43	9,38	9,89	6,75	22,71
Itamarandiba	0,496	0,652	0,464	0,302	0,284	0,320	5,86	9,61	16,8	11,4	13,5	7,3	18,1	23,3	0,206	0,393	0,381	0,150	0,137	0,162	8,56	11,7	18	12,51	11,9	5,64	17,95	22,27
Itamarati de Minas	0,114	0,184	0,353	0,065	0,047	0,083	28,02	12,53	22,2	12,5	12,1	5,6	11,5	23,7	0,042	0,051	0,323	0,016	0,009	0,024	45,61	23,2	25,4	11,73	5,76	4,8	7,12	22,05
Itambacuri	0,402	0,604	0,457	0,276	0,256	0,296	7,15	9,15	16,9	10,8	13,0	8,2	18,9	23,0	0,216	0,370	0,377	0,139	0,124	0,154	10,81	13,3	19	12,06	9,78	6,6	15,22	24,09
Itambé do Mato Dentro	0,280	0,534	0,413	0,220	0,184	0,257	16,56	11,43	17,3	10,0	9,1	6,2	21,7	24,3	0,121	0,242	0,339	0,082	0,066	0,098	19,38	13,6	21,4	12,97	7,17	6,14	15,5	23,25
Itamogi	0,112	0,158	0,347	0,055	0,045	0,064	17,28	11,85	21,1	14,3	12,4	6,3	12,6	21,3	0,076	0,095	0,327	0,031	0,023	0,039	24,85	15,3	21,7	15,46	9,99	7,59	7,15	22,78
Itamonte	0,146	0,201	0,365	0,073	0,062	0,084	14,90	16,05	20,0	12,6	10,2	5,0	11,4	24,8	0,056	0,112	0,341	0,038	0,031	0,046	19,92	14,4	20,3	13,76	9	9,41	9,96	23,19

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2$ *

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Itanhandu	0,139	0,158	0,335	0,053	0,044	0,062	16,84	14,02	20,3	12,1	12,3	6,1	11,4	23,9	0,082	0,049	0,332	0,016	0,011	0,021	30,14	18,8	19,7	12,25	7,5	9,64	9,48	22,7
Itanhomi	0,395	0,540	0,389	0,210	0,194	0,226	7,55	12,41	18,1	13,2	12,2	5,6	14,2	24,2	0,218	0,264	0,342	0,090	0,079	0,101	12,17	15,9	19,5	12,66	10,9	6,39	10,92	23,7
Itaobim	0,492	0,664	0,427	0,283	0,265	0,302	6,54	11,15	16,8	10,3	10,7	6,6	21,3	23,2	0,272	0,416	0,375	0,156	0,140	0,172	10,17	12,6	19,1	11,43	10,1	7,81	15,59	23,46
Itapagipe	0,106	0,208	0,352	0,073	0,063	0,084	14,39	10,89	17,3	12,9	11,3	6,9	15,4	25,3	0,074	0,087	0,322	0,028	0,021	0,035	24,28	17,6	20,4	13,49	12	6,35	10,21	19,95
Itapeçerica	0,200	0,196	0,346	0,068	0,057	0,079	16,51	14,02	20,4	12,0	10,1	4,9	14,9	23,8	0,078	0,096	0,327	0,031	0,024	0,039	23,80	20,4	21	11,36	5,83	5,95	12,26	23,22
Itapeva	0,143	0,184	0,354	0,065	0,053	0,078	19,02	8,82	22,3	13,3	11,2	7,0	12,6	24,7	0,149	0,103	0,330	0,034	0,025	0,043	25,68	15,6	21,5	13,18	8,51	8,02	9,49	23,68
Itatiaiuçu	0,215	0,335	0,371	0,124	0,107	0,141	13,88	14,34	19,4	11,3	9,7	5,7	16,5	23,1	0,212	0,110	0,331	0,036	0,028	0,045	23,33	15,9	22,7	11,98	10,8	7,52	9,15	21,97
Itaú de Minas	0,137	0,070	0,332	0,023	0,017	0,029	25,97	19,48	22,4	12,7	11,2	6,8	3,1	24,4	0,060	0,032	0,319	0,010	0,007	0,014	35,74	20,7	21,1	13,01	9,33	6,69	5,96	23,22
Itaúna	0,106	0,083	0,335	0,028	0,024	0,032	14,58	17,21	21,8	12,5	12,8	5,6	7,7	22,5	0,099	0,024	0,329	0,008	0,006	0,010	25,32	18,4	21,1	14,17	12,7	6,62	5,09	21,88
Itaverava	0,410	0,635	0,400	0,254	0,231	0,277	9,00	7,8	17,7	12,7	13,6	4,4	20,2	23,7	0,166	0,430	0,354	0,152	0,137	0,167	10,10	13,1	18,1	12,2	16,2	4,74	13,96	21,68
Itinga	0,547	0,789	0,457	0,361	0,345	0,377	4,42	9,38	16,6	9,7	11,3	8,8	20,6	23,6	0,286	0,502	0,386	0,194	0,179	0,208	7,48	10,2	18,1	11,42	10,9	9,01	17,16	23,15
Itueta	0,277	0,458	0,365	0,167	0,145	0,189	13,38	10,05	17,9	13,1	13,4	6,4	16,9	22,2	0,186	0,223	0,333	0,074	0,063	0,086	15,23	12,4	19,4	14,8	14,8	6,89	12,9	18,77
Ituiutaba	0,172	0,145	0,359	0,052	0,047	0,057	9,49	14,84	19,5	10,8	10,3	8,6	11,9	24,2	0,060	0,066	0,342	0,023	0,020	0,026	13,73	16,9	20,8	11,59	8,18	9,35	9,83	23,33
Itumirim	0,273	0,277	0,361	0,100	0,081	0,118	18,45	13,1	18,6	13,1	11,0	4,2	16,2	24,0	0,127	0,061	0,323	0,020	0,013	0,026	32,60	17,6	20,7	12,54	6,5	4,71	11,98	25,98
Iturama	0,151	0,169	0,369	0,062	0,053	0,072	14,82	11,57	18,6	11,1	10,1	10,0	13,2	25,5	0,059	0,062	0,335	0,021	0,016	0,026	23,96	14,2	20,9	10,64	7,36	11,3	8,9	26,74
Itutinga	0,218	0,391	0,368	0,144	0,118	0,169	17,74	12,61	17,9	11,4	12,4	4,9	16,7	24,1	0,132	0,154	0,336	0,052	0,040	0,063	23,09	15,7	17,1	13,17	11,2	5,28	14,45	23,13
Jaboticatubas	0,471	0,482	0,392	0,189	0,174	0,204	7,88	12,17	17,2	10,9	12,7	7,0	18,2	22,0	0,247	0,236	0,354	0,084	0,074	0,093	11,52	14,9	18	11,78	10,1	7,3	16,1	21,77
Jacinto	0,531	0,694	0,434	0,301	0,284	0,318	5,60	10,28	17,4	9,9	10,3	7,7	20,8	23,6	0,242	0,446	0,366	0,164	0,150	0,177	8,42	11,7	18,8	11,9	8,66	7,36	17,26	24,33
Jacuí	0,143	0,261	0,359	0,094	0,079	0,108	15,39	11,95	20,3	12,5	9,6	5,6	17,8	22,3	0,065	0,142	0,337	0,048	0,040	0,056	17,20	16,1	18,5	13,47	11,1	5,71	12,97	22,17

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Jacutinga	0,061	0,108	0,340	0,037	0,030	0,044	18,66	10,39	23,4	12,9	9,6	8,5	12,4	22,8	0,047	0,057	0,341	0,020	0,014	0,025	29,55	17,2	21,8	14,36	9,47	7,64	7,61	21,88
Jaguaracu	0,292	0,276	0,351	0,097	0,070	0,124	28,04	15,22	21,8	9,6	11,1	5,1	12,9	24,3	0,090	0,098	0,330	0,032	0,021	0,043	34,46	17,8	22	12,33	9,36	8,12	7,84	22,53
Jaíba	0,412	0,639	0,419	0,268	0,250	0,285	6,62	8,66	19,0	11,9	11,9	6,4	19,1	23,2	0,137	0,347	0,369	0,128	0,115	0,141	9,89	11,1	19,3	12,23	7,81	8,57	16,5	24,51
Jampruca	0,467	0,665	0,407	0,271	0,245	0,297	9,73	10,53	18,6	10,5	9,2	7,6	19,0	24,6	0,213	0,430	0,366	0,157	0,140	0,174	10,93	12,4	18,6	11,46	9	8	16,1	24,47
Janaúba	0,399	0,562	0,404	0,227	0,216	0,238	4,76	9,97	17,6	11,5	11,1	6,1	20,9	22,8	0,190	0,312	0,351	0,110	0,102	0,117	7,12	13,6	19,5	11,84	8,44	5,52	17,65	23,37
Januária	0,471	0,604	0,449	0,271	0,259	0,284	4,51	9,39	16,6	10,8	13,0	8,7	19,0	22,5	0,271	0,440	0,394	0,173	0,164	0,183	5,61	11,4	17,7	11,33	11,5	7,3	18,39	22,41
Japaraíba	0,133	0,165	0,346	0,057	0,039	0,075	32,08	10,96	23,1	11,9	7,3	3,0	20,0	23,9	0,052	0,083	0,324	0,027	0,017	0,036	34,98	17,3	19,1	13,44	9,64	4,47	12,22	23,83
Japonvar	0,571	0,852	0,462	0,394	0,372	0,415	5,47	9,39	16,1	10,9	13,1	5,8	21,8	23,0	0,279	0,587	0,386	0,227	0,208	0,246	8,28	10,6	16,5	12,1	15,9	3,26	19,4	22,2
Jeceaba	0,259	0,407	0,364	0,148	0,127	0,169	14,25	10,69	16,0	12,3	9,4	5,7	19,0	26,8	0,194	0,170	0,337	0,057	0,046	0,068	19,21	12,9	17,9	9,75	10,9	6,79	18,06	23,64
Jenipapo de Minas	0,422	0,867	0,468	0,406	0,383	0,428	5,56	7,1	16,6	9,2	9,4	11,1	23,2	23,5	0,203	0,520	0,381	0,198	0,182	0,215	8,38	10,8	19,1	11,41	11,1	7,38	18,08	22,19
Jequeri	0,431	0,657	0,453	0,298	0,280	0,315	5,84	9,04	15,7	12,3	14,0	7,2	18,8	22,9	0,222	0,313	0,353	0,110	0,099	0,122	10,77	11,5	19,3	12,33	11,7	6,47	14,49	24,26
Jequitaiá	0,462	0,708	0,433	0,307	0,287	0,327	6,55	8,74	15,7	10,1	10,8	7,3	23,3	23,9	0,225	0,476	0,369	0,175	0,158	0,193	9,99	10,6	17,5	10,92	8,59	7,92	20,57	23,91
Jequitibá	0,251	0,440	0,382	0,168	0,145	0,192	13,96	9,92	19,7	12,3	10,0	6,3	19,4	22,6	0,109	0,289	0,341	0,099	0,085	0,113	14,12	13,6	17,4	13,57	12,5	6,13	15,57	21,31
Jequitinhonha	0,469	0,638	0,434	0,277	0,259	0,296	6,70	11,79	17,4	9,8	11,1	7,7	19,0	23,2	0,244	0,467	0,406	0,190	0,174	0,206	8,48	12,5	17,6	11,38	10,1	8,68	16,91	22,76
Jesuânia	0,181	0,290	0,347	0,101	0,079	0,123	21,92	10,07	22,2	13,7	7,4	5,5	14,8	26,3	0,103	0,128	0,322	0,041	0,032	0,051	23,09	17,2	22,4	14,39	6,38	5,84	11,02	22,7
Joáima	0,543	0,589	0,458	0,270	0,244	0,295	9,58	9,97	18,6	10,9	13,1	8,5	15,7	23,4	0,328	0,447	0,391	0,175	0,160	0,189	8,10	12	19,7	12,26	12,5	6,52	13,6	23,45
Joanésia	0,262	0,545	0,397	0,216	0,191	0,242	11,65	10,09	18,8	10,5	10,3	4,6	20,1	25,6	0,163	0,404	0,353	0,143	0,128	0,158	10,67	14,8	18,1	10,78	12	4,2	15,81	24,39
João Monlevade	0,224	0,110	0,346	0,038	0,033	0,044	13,99	15,53	19,3	11,9	12,7	6,8	9,9	24,0	0,086	0,042	0,328	0,014	0,011	0,017	21,74	18,2	21	13,25	11,5	7,19	6,64	22,21
João Pinheiro	0,287	0,351	0,377	0,132	0,121	0,143	8,22	11,81	19,0	11,9	9,9	7,7	15,3	24,5	0,123	0,149	0,355	0,053	0,046	0,060	13,68	14,5	18,9	13,02	9,95	8,53	10,98	24,08

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Joaquim Felício	0,345	0,571	0,408	0,233	0,204	0,261	12,35	11,29	18,0	11,0	10,2	7,5	19,9	22,0	0,112	0,341	0,367	0,125	0,108	0,143	13,93	9,1	19,7	10,8	6,16	10,22	18,72	25,28
Jordânia	0,490	0,658	0,438	0,288	0,268	0,309	7,10	9,26	17,8	11,4	12,5	8,8	15,7	24,5	0,228	0,363	0,372	0,135	0,120	0,150	11,23	10,9	19,5	13,28	8,69	8,17	13,83	25,64
José Gonçalves de Minas	0,191	0,760	0,450	0,342	0,312	0,372	8,84	12,03	18,0	10,0	9,4	6,0	21,1	23,5	0,124	0,422	0,384	0,162	0,142	0,183	12,60	12,4	19,5	10,92	12,5	6,11	16,65	21,95
José Raydan	0,472	0,740	0,425	0,315	0,281	0,349	10,83	10,88	17,2	10,3	9,6	6,6	22,0	23,4	0,192	0,491	0,378	0,186	0,167	0,205	10,19	12,5	17,7	11,94	14,1	7,14	14,91	21,7
Josenópolis	0,515	0,887	0,515	0,456	0,429	0,484	6,07	8,02	16,5	9,6	11,4	10,9	21,1	22,5	0,310	0,551	0,411	0,227	0,206	0,248	9,31	10,2	18	9,85	13,6	8,15	15,04	25,21
Nova União	0,559	0,466	0,369	0,172	0,148	0,196	13,96	13,24	20,1	12,4	14,4	4,2	12,2	23,5	0,311	0,231	0,361	0,083	0,070	0,097	16,31	14,1	18,4	13,31	16,1	6,66	10,15	21,23
Juatuba	0,444	0,356	0,368	0,131	0,119	0,144	9,63	10,52	17,3	9,7	11,9	9,3	18,5	22,8	0,245	0,169	0,347	0,059	0,048	0,069	18,06	15,8	19,6	10,2	9,85	8,32	15,79	20,49
Juiz de Fora	0,117	0,061	0,340	0,021	0,019	0,022	6,95	15,91	20,9	11,0	12,8	9,2	6,9	23,3	0,065	0,039	0,336	0,013	0,012	0,014	10,73	16	20,8	11,79	10,7	9,97	8,11	22,7
Juramento	0,352	0,651	0,399	0,260	0,229	0,290	11,71	10,4	17,5	11,8	11,8	5,3	20,2	23,0	0,150	0,343	0,346	0,119	0,101	0,136	14,84	10,6	17,9	12,62	11,5	8,34	14,86	24,27
Juruáia	0,069	0,376	0,365	0,137	0,120	0,155	12,87	10,16	18,0	13,4	14,0	5,8	17,1	21,6	0,021	0,125	0,349	0,044	0,034	0,053	22,35	15,5	17,5	13,73	9,89	7,15	13,45	22,74
Juvenília	0,580	0,748	0,457	0,342	0,318	0,366	7,08	10,07	16,8	10,7	10,3	8,5	19,2	24,5	0,431	0,593	0,383	0,227	0,209	0,245	7,79	8,79	18,5	10,18	9,67	6,89	20,07	25,86
Ladainha	0,474	0,821	0,495	0,406	0,390	0,423	4,05	7,9	16,4	10,7	12,3	7,7	21,6	23,5	0,334	0,614	0,400	0,246	0,231	0,260	5,75	9,96	18,8	11,84	11	5,84	18,88	23,66
Lagamar	0,211	0,311	0,384	0,119	0,103	0,135	13,59	12,98	16,1	11,7	11,0	5,9	17,8	24,6	0,082	0,139	0,352	0,049	0,041	0,058	17,38	15,4	16,3	11,94	13	7,72	14,96	20,71
Lagoa da Prata	0,154	0,120	0,350	0,042	0,035	0,049	16,57	12,1	19,1	12,5	11,1	7,9	13,4	23,9	0,060	0,054	0,327	0,018	0,014	0,022	22,87	20	20,3	12,88	10,1	6,1	7,16	23,52
Lagoa dos Patos	0,413	0,794	0,426	0,338	0,311	0,365	7,98	9,7	17,4	10,8	9,3	5,5	22,9	24,4	0,206	0,482	0,370	0,178	0,159	0,198	10,95	12,1	17,4	12,83	10,1	6,22	17,29	24,01
Lagoa Dourada	0,309	0,409	0,380	0,156	0,139	0,171	10,30	10,98	16,4	13,8	13,5	5,3	14,9	25,1	0,082	0,126	0,336	0,042	0,034	0,051	20,78	18	19	14,16	9,56	3,72	11,98	23,54
Lagoa Formosa	0,142	0,261	0,371	0,097	0,082	0,111	14,93	13,86	18,3	11,9	10,7	4,4	20,0	20,8	0,064	0,124	0,338	0,042	0,035	0,049	16,14	14,8	18,9	12,54	12,6	5,55	15,84	19,72
Lagoa Grande	0,205	0,457	0,393	0,179	0,160	0,199	10,81	11,61	16,6	11,2	10,2	6,7	19,3	24,4	0,130	0,182	0,339	0,062	0,050	0,073	18,59	13	19,6	12,08	8,19	7,27	15,8	24,01
Lagoa Santa	0,301	0,231	0,359	0,083	0,073	0,093	12,02	12,9	17,3	10,4	11,9	6,8	18,8	22,0	0,133	0,085	0,336	0,029	0,024	0,033	16,79	15,9	20,5	11,17	10,4	7,54	12,48	21,98

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Lajinha	0,249	0,437	0,381	0,166	0,155	0,178	7,10	9,62	20,5	13,4	12,2	6,4	15,2	22,7	0,147	0,253	0,340	0,086	0,077	0,094	9,99	11,1	20,7	13,78	8,18	7,65	14,07	24,6
Lambari	0,172	0,167	0,351	0,059	0,047	0,070	20,13	13,78	20,7	13,6	13,4	6,0	9,5	23,2	0,085	0,089	0,326	0,029	0,024	0,034	17,92	16,3	20,2	14,02	9,16	8,34	8,03	23,93
Lamim	0,252	0,590	0,387	0,228	0,199	0,258	12,86	8,17	17,1	11,9	14,1	5,3	18,8	24,6	0,129	0,355	0,347	0,123	0,105	0,141	14,61	15,2	18,1	14,04	8,85	5,79	15,05	22,96
Laranjal	0,198	0,201	0,368	0,074	0,060	0,089	19,55	8,95	21,5	13,7	13,0	6,9	10,6	25,4	0,103	0,075	0,329	0,025	0,018	0,031	26,58	17	22,8	13	6,94	8,87	8,06	23,42
Lassance	0,390	0,674	0,417	0,281	0,259	0,303	7,78	10,34	15,6	9,9	10,1	7,7	22,6	23,7	0,172	0,372	0,363	0,135	0,121	0,149	10,45	12,2	18,6	11,72	7,42	8,09	18,37	23,55
Lavras	0,127	0,097	0,344	0,033	0,029	0,038	13,20	15,79	21,1	11,1	10,4	7,0	11,1	23,5	0,054	0,033	0,332	0,011	0,009	0,013	20,22	16,3	21,3	12,43	9,65	7,91	9,44	22,95
Leandro Ferreira	0,172	0,250	0,356	0,089	0,064	0,114	27,66	15,72	21,4	12,5	6,8	5,1	13,9	24,7	0,051	0,117	0,335	0,039	0,027	0,051	30,94	19,6	19,7	10,71	3,66	8,03	14,38	23,88
Leme do Prado	0,253	0,652	0,434	0,283	0,252	0,314	10,95	11,27	16,6	10,3	14,0	3,9	20,4	23,5	0,164	0,259	0,354	0,092	0,076	0,107	16,95	11,8	20,2	11,74	12,1	5,8	14,16	24,26
Leopoldina	0,181	0,146	0,349	0,051	0,045	0,057	12,07	13,61	22,0	12,3	11,5	7,7	8,8	24,1	0,094	0,075	0,334	0,025	0,021	0,030	17,54	18,1	22	12,44	9,1	8,02	6,86	23,44
Liberdade	0,306	0,387	0,393	0,152	0,131	0,173	14,04	11,06	18,1	12,0	10,3	6,2	16,2	26,2	0,172	0,212	0,351	0,075	0,062	0,087	16,27	13,1	19	12,88	9,28	7,34	12,23	26,19
Lima Duarte	0,238	0,306	0,377	0,115	0,098	0,132	14,68	12,14	17,7	12,1	12,1	7,2	14,3	24,4	0,108	0,145	0,345	0,050	0,042	0,057	14,88	14,7	19	13,38	10,3	7,45	9,74	25,46
Limeira do Oeste	0,243	0,422	0,368	0,155	0,135	0,175	12,87	11,17	17,8	11,4	10,3	6,2	19,9	23,2	0,126	0,120	0,353	0,042	0,034	0,051	19,87	13,1	16,7	10,55	9,96	10,42	14,39	24,87
Lontra	0,520	0,823	0,455	0,375	0,353	0,396	5,67	9,45	15,3	10,8	11,9	7,0	22,6	23,0	0,295	0,596	0,371	0,221	0,203	0,238	7,96	10,6	17,2	12,42	12,7	3,39	19,62	24,08
Luisburgo	0,192	0,638	0,395	0,252	0,230	0,274	8,76	9,98	17,5	13,2	16,2	5,6	18,5	19,1	0,221	0,344	0,345	0,118	0,105	0,132	11,10	11,3	19,1	13,74	10,8	7,9	14,51	22,7
Luislândia	0,429	0,825	0,450	0,372	0,347	0,397	6,70	10,25	15,9	11,4	10,4	6,1	22,9	23,0	0,336	0,596	0,373	0,223	0,207	0,238	7,12	12,8	17,6	10,69	8,45	5,65	19,96	24,86
Luminárias	0,152	0,279	0,360	0,101	0,083	0,118	17,34	12,59	17,7	11,0	9,6	9,1	15,5	24,6	0,069	0,108	0,335	0,036	0,028	0,045	24,04	13,1	19,4	10,97	6,53	8,87	16,12	24,99
Luz	0,151	0,150	0,352	0,053	0,041	0,064	21,77	11,81	18,6	11,8	8,6	8,4	16,2	24,7	0,060	0,069	0,321	0,022	0,017	0,027	21,70	19,5	22	12,67	6,45	6,95	8,89	23,55
Machacalis	0,519	0,607	0,424	0,257	0,233	0,282	9,46	9,13	18,2	12,0	13,9	7,5	14,6	24,8	0,226	0,279	0,357	0,100	0,088	0,112	11,93	13,8	20,3	12,93	9,03	6,34	12,72	24,94
Machado	0,090	0,128	0,344	0,044	0,037	0,051	16,11	14,98	23,8	12,8	7,2	7,8	11,4	22,2	0,073	0,071	0,326	0,023	0,018	0,028	21,61	13,7	25,3	13,9	8,37	7,21	7,68	23,84

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Madre de Deus de Minas	0,352	0,287	0,364	0,105	0,082	0,127	21,49	14,65	18,3	13,8	12,4	4,7	11,8	24,4	0,151	0,127	0,337	0,043	0,032	0,054	25,01	14,2	21,3	12,34	10,4	6,29	10,68	24,9
Malacacheta	0,453	0,643	0,450	0,289	0,269	0,310	7,12	9,8	17,6	11,7	12,1	6,8	19,1	23,0	0,255	0,410	0,381	0,156	0,144	0,168	7,53	11,4	19,5	12,81	9,77	6,29	15,82	24,39
Mamonas	0,416	0,815	0,407	0,332	0,312	0,352	6,07	7,98	17,9	11,0	14,2	3,6	22,8	22,5	0,272	0,480	0,346	0,166	0,153	0,180	8,18	10,5	19	12	14,5	3,75	18,14	22,12
Manga	0,528	0,738	0,450	0,332	0,312	0,352	5,96	11,12	17,3	10,9	11,8	6,4	19,4	23,1	0,353	0,565	0,381	0,215	0,197	0,233	8,38	12	19	11,42	10,5	6,96	15,99	24,15
Manhuaçu	0,187	0,230	0,363	0,084	0,077	0,091	8,44	11,9	20,8	13,1	10,8	6,5	13,5	23,4	0,096	0,140	0,349	0,049	0,044	0,054	10,39	14,9	19,7	13,51	9,7	8,22	11,24	22,74
Manhumirim	0,207	0,260	0,374	0,097	0,083	0,111	14,43	9,97	21,1	13,6	12,2	8,2	11,8	23,1	0,101	0,157	0,337	0,053	0,043	0,063	18,79	13,4	22,8	15,28	8,41	7,99	8,92	23,27
Mantena	0,322	0,391	0,397	0,155	0,142	0,169	8,91	11,8	19,0	12,3	11,8	6,3	14,6	24,3	0,187	0,192	0,347	0,067	0,057	0,076	14,29	14,8	19,6	12,21	11,1	6,86	11,2	24,16
Maravilhas	0,235	0,270	0,372	0,100	0,081	0,120	19,12	12,94	18,4	11,8	8,7	4,8	20,5	22,9	0,072	0,147	0,345	0,051	0,041	0,060	18,77	15,9	19,4	13,48	7,6	7,62	13,4	22,69
Mar de Espanha	0,209	0,191	0,357	0,068	0,057	0,079	16,58	10,07	19,4	10,8	11,4	8,1	14,8	25,5	0,041	0,053	0,328	0,018	0,012	0,023	29,93	18,5	22,3	11,97	6,69	8,36	8,86	23,31
Maria da Fé	0,227	0,366	0,360	0,132	0,113	0,151	14,46	13,11	18,2	13,2	10,4	6,8	14,4	23,8	0,122	0,151	0,347	0,053	0,043	0,062	17,47	13,1	18,8	14,09	11	8,37	11,3	23,44
Mariana	0,248	0,248	0,384	0,095	0,086	0,105	10,04	12,69	18,6	12,1	13,6	6,3	13,3	23,6	0,104	0,109	0,343	0,037	0,032	0,043	14,66	16,3	20,2	11,48	10,7	5,07	11,89	24,42
Marilac	0,503	0,714	0,424	0,303	0,274	0,331	9,50	12	17,9	10,6	9,5	5,8	22,5	21,6	0,216	0,208	0,339	0,071	0,057	0,084	18,72	15,8	21,9	13,42	8,9	4,88	11,05	24,05
Mário Campos	0,429	0,338	0,362	0,122	0,106	0,138	12,85	12,09	20,4	11,4	11,9	6,5	15,7	22,1	0,228	0,172	0,342	0,059	0,049	0,069	16,63	15,8	21,1	10,97	9,69	7,59	13,01	21,84
Maripá de Minas	0,228	0,274	0,341	0,094	0,066	0,121	29,09	13,39	22,3	12,0	9,3	3,9	16,3	22,8	0,098	0,031	0,319	0,010	0,003	0,017	69,04	15,4	25,2	10,37	8,67	10,98	9,81	19,54
Marliéria	0,213	0,278	0,348	0,097	0,073	0,120	24,33	11,58	20,8	12,1	9,7	4,6	15,0	26,2	0,123	0,153	0,340	0,052	0,039	0,065	24,59	16,3	17,6	12,97	13,4	7,29	9,68	22,78
Marmelópolis	0,284	0,487	0,375	0,183	0,153	0,212	16,21	8,04	16,2	14,7	12,8	7,0	15,2	26,1	0,128	0,161	0,332	0,053	0,039	0,068	26,98	12,9	20,2	14,45	10,8	5,23	10,31	26,1
Martinho Campos	0,177	0,308	0,351	0,108	0,095	0,121	11,67	14	19,5	10,2	8,2	4,6	20,1	23,5	0,092	0,165	0,334	0,055	0,046	0,064	15,89	15,5	19,2	11,25	10,3	5,58	16,11	22,05
Martins Soares	0,114	0,433	0,371	0,160	0,138	0,183	13,91	11,92	20,2	14,0	11,2	5,6	13,9	23,2	0,084	0,210	0,339	0,071	0,061	0,081	14,43	14,1	21,2	11,65	8,48	8,35	11,91	24,39
Mata Verde	0,466	0,633	0,411	0,261	0,238	0,283	8,63	9,26	20,3	13,7	13,5	6,7	11,1	25,5	0,273	0,366	0,359	0,131	0,118	0,144	9,85	12,3	22,3	14,4	9,15	5,37	10,29	26,16

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Materlândia	0,496	0,708	0,452	0,320	0,291	0,349	9,18	9,06	16,7	10,9	11,4	6,4	21,0	24,6	0,283	0,464	0,371	0,172	0,153	0,191	11,29	11,9	18,4	12,66	10,4	5,3	16,79	24,56
Mateus Leme	0,348	0,364	0,383	0,139	0,125	0,154	10,48	11,89	16,2	9,1	10,9	9,5	20,8	21,5	0,253	0,162	0,332	0,054	0,045	0,063	16,38	15,9	19,9	9,82	10,5	7,07	15,11	21,77
Matias Barbosa	0,184	0,170	0,345	0,059	0,048	0,069	17,51	12,27	18,9	10,1	11,6	10,9	12,4	23,9	0,096	0,085	0,340	0,029	0,022	0,036	23,57	13,2	20,3	11,83	9,27	10,96	12,44	22,01
Matias Cardoso	0,595	0,849	0,456	0,387	0,366	0,408	5,51	9,7	17,1	10,1	10,5	7,7	22,4	22,5	0,289	0,568	0,399	0,227	0,208	0,245	8,21	11,4	18,4	10,74	8,42	9,3	17,29	24,41
Matipó	0,266	0,377	0,382	0,144	0,131	0,156	8,71	8,52	21,2	13,6	9,4	6,6	15,4	25,3	0,165	0,216	0,344	0,074	0,065	0,083	12,03	13	20,8	16,07	7,94	5,96	10,52	25,8
Mato Verde	0,505	0,694	0,411	0,285	0,270	0,301	5,33	10,13	16,8	10,6	12,3	6,8	20,8	22,6	0,236	0,382	0,349	0,133	0,121	0,146	9,40	11,1	18,8	13,08	11,1	4,92	17,64	23,34
Matozinhos	0,317	0,200	0,356	0,071	0,061	0,081	14,38	14,92	18,9	10,7	12,5	5,7	14,4	22,8	0,165	0,073	0,337	0,025	0,019	0,030	23,70	16,8	20	9,76	12,6	6,22	11,49	23,04
Matutina	0,151	0,282	0,347	0,098	0,078	0,118	20,71	14,1	19,0	9,9	5,7	5,5	19,8	26,1	0,089	0,090	0,315	0,028	0,020	0,037	29,67	19,1	21,2	11,86	8,01	4,41	11,1	24,25
Medeiros	0,070	0,328	0,363	0,119	0,094	0,144	21,10	8,2	15,4	12,4	12,5	6,6	20,6	24,4	0,033	0,107	0,323	0,034	0,024	0,045	30,06	14	18,2	13,8	11,1	6,61	14,12	22,17
Medina	0,502	0,642	0,437	0,280	0,261	0,299	6,75	9,92	17,6	11,1	13,4	9,2	15,3	23,5	0,286	0,348	0,375	0,131	0,115	0,146	11,59	10,6	19,3	13,07	13	7,25	13,51	23,3
Mendes Pimentel	0,387	0,589	0,423	0,249	0,225	0,273	9,64	10,23	19,0	11,2	13,0	6,2	17,0	23,5	0,161	0,309	0,345	0,107	0,094	0,119	11,65	13,4	20,8	12,01	8,23	6,54	13,45	25,54
Mercês	0,321	0,431	0,408	0,176	0,158	0,194	10,38	10,09	17,2	12,6	12,4	7,3	15,1	25,3	0,158	0,180	0,342	0,062	0,051	0,072	17,18	12,5	20,6	14,31	10,8	7,99	10,26	23,57
Mesquita	0,327	0,563	0,388	0,218	0,197	0,240	9,97	12,34	18,8	11,6	13,3	4,5	15,6	23,9	0,184	0,282	0,361	0,102	0,088	0,115	13,14	12,4	19,1	11,58	13,9	5,05	14,59	23,42
Minas Novas	0,438	0,782	0,477	0,373	0,356	0,390	4,57	9,57	17,6	10,0	10,8	8,3	20,1	23,7	0,209	0,592	0,388	0,230	0,215	0,245	6,40	11,4	19,2	10,67	11,8	7,46	17,65	21,82
Minduri	0,309	0,228	0,374	0,085	0,061	0,109	28,25	12,63	20,2	12,8	13,4	6,2	10,8	24,0	0,167	0,159	0,338	0,054	0,041	0,067	24,51	17	20,5	12,92	16,3	5,31	5,88	22,12
Mirabela	0,517	0,723	0,414	0,299	0,283	0,315	5,46	10,33	17,1	11,0	11,4	6,8	19,3	24,1	0,256	0,469	0,360	0,169	0,155	0,182	7,98	12,3	16,6	12,29	9,55	4,68	19,26	25,34
Miradouro	0,283	0,398	0,401	0,160	0,142	0,177	11,14	8,98	18,9	11,9	11,5	6,1	16,8	25,8	0,154	0,223	0,342	0,076	0,065	0,087	14,41	10,1	19,6	13,36	12,5	6,37	13,31	24,73
Miraf	0,201	0,245	0,349	0,086	0,069	0,102	19,33	10,86	24,7	12,3	11,4	7,0	9,0	24,8	0,092	0,084	0,333	0,028	0,021	0,035	24,41	11,9	23,8	14,61	6,99	9,01	9,44	24,28
Miravânia	0,542	0,740	0,460	0,341	0,303	0,378	10,97	11,1	17,5	8,9	9,4	6,4	22,2	24,6	0,289	0,593	0,380	0,226	0,206	0,246	8,89	11,3	17,9	11,97	12,1	3,22	18,11	25,4

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Moeda	0,129	0,273	0,355	0,097	0,077	0,117	20,88	16,22	19,6	11,4	8,3	6,0	17,3	21,2	0,231	0,223	0,342	0,076	0,063	0,090	17,51	15,6	18,4	12,31	10,2	8,46	14,52	20,55
Moema	0,096	0,212	0,339	0,072	0,057	0,087	21,31	9,99	20,6	11,6	9,0	5,8	19,2	23,9	0,048	0,104	0,337	0,035	0,027	0,043	22,42	16,5	20,1	12,08	9,8	4,71	13,13	23,73
Monjolos	0,338	0,628	0,427	0,268	0,230	0,306	14,09	12,12	18,1	11,0	10,6	5,1	21,9	21,2	0,159	0,373	0,359	0,134	0,115	0,153	14,42	13,5	18,9	11,34	5,85	7,48	19,57	23,31
Monsenhor Paulo	0,103	0,144	0,344	0,049	0,038	0,061	22,56	14,26	22,8	13,3	7,7	6,4	13,6	22,1	0,037	0,061	0,337	0,021	0,015	0,026	28,85	15,1	22	14,4	7,46	9,14	10,92	21,07
Montalvânia	0,467	0,795	0,480	0,382	0,358	0,405	6,05	9,71	15,9	9,9	12,1	8,4	21,6	22,4	0,303	0,542	0,379	0,205	0,192	0,218	6,45	11,5	18,3	11,41	9,13	6,56	18,5	24,6
Monte Alegre de Minas	0,202	0,212	0,357	0,076	0,064	0,088	15,58	11,85	18,7	11,5	10,6	8,9	14,1	24,4	0,097	0,079	0,330	0,026	0,021	0,031	18,87	15,2	21,1	11,68	8,52	7,29	12,14	24,04
Monte Azul	0,490	0,675	0,423	0,286	0,269	0,302	5,83	10,03	16,8	10,9	13,1	7,2	19,7	22,4	0,232	0,436	0,359	0,156	0,142	0,170	8,91	11,7	18,8	12,43	10,6	4,88	17,97	23,68
Monte Belo	0,118	0,296	0,363	0,107	0,095	0,119	11,44	14,57	19,3	11,3	8,9	5,1	17,4	23,4	0,097	0,153	0,339	0,052	0,043	0,060	16,35	15	19,6	12,77	15,2	6,77	8,85	21,85
Monte Carmelo	0,125	0,175	0,347	0,061	0,053	0,068	12,34	13,1	20,6	10,9	8,6	7,9	12,9	26,1	0,065	0,056	0,331	0,019	0,015	0,023	22,15	17,1	22,2	11,64	6,94	8,18	8,85	25,1
Monte Formoso	0,611	0,892	0,500	0,447	0,417	0,477	6,71	9,7	16,2	9,5	10,7	9,3	20,6	24,0	0,412	0,607	0,391	0,238	0,218	0,258	8,38	10,6	18,3	11,59	13,3	5,92	14,85	25,45
Monte Santo de Minas	0,142	0,162	0,350	0,057	0,046	0,067	18,84	16,43	21,2	11,8	8,9	7,4	11,1	23,3	0,033	0,067	0,324	0,022	0,015	0,028	29,48	18,5	23,3	12,04	7,44	7,96	10,54	20,24
Montes Claros	0,288	0,230	0,374	0,086	0,082	0,090	4,31	13,19	18,6	11,5	13,5	7,6	11,2	24,5	0,125	0,084	0,349	0,030	0,028	0,031	6,63	14,8	19	12,52	10,3	9,33	10,16	23,85
Monte Sião	0,051	0,160	0,350	0,056	0,044	0,067	20,69	11,3	21,1	12,1	12,6	8,0	13,0	21,9	0,030	0,085	0,338	0,029	0,021	0,036	25,39	18,3	19,8	12,32	9,85	8,91	7,13	23,65
Montezuma	0,503	0,813	0,510	0,415	0,387	0,443	6,77	8,05	16,4	10,6	13,8	8,6	20,5	22,1	0,199	0,486	0,381	0,185	0,170	0,201	8,46	8,48	19,3	11,41	11,8	5,81	19,51	23,68
Morada Nova de Minas	0,252	0,403	0,358	0,145	0,127	0,162	12,01	15,34	19,0	10,4	8,7	4,7	18,1	23,8	0,077	0,225	0,335	0,075	0,063	0,087	15,87	15,6	19,3	11,36	6,24	6,29	16,74	24,41
Morro da Garça	0,283	0,412	0,379	0,156	0,122	0,190	21,96	8,32	20,1	12,6	8,8	5,2	23,8	21,2	0,128	0,272	0,334	0,091	0,072	0,110	20,91	16,2	21	11,44	5,1	7,18	16,14	22,9
Morro do Pilar	0,328	0,637	0,407	0,259	0,229	0,289	11,70	12,47	17,8	9,5	10,6	5,4	20,1	24,2	0,175	0,333	0,371	0,124	0,104	0,143	15,69	14,9	19,1	10,7	9,05	5,88	15,56	24,86
Munhoz	0,212	0,386	0,372	0,143	0,124	0,163	13,78	9,72	19,7	13,9	12,4	7,7	12,8	23,8	0,210	0,220	0,346	0,076	0,065	0,088	15,38	11,7	19,2	15,05	15,4	5,79	10,43	22,55

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Muriaé	0,214	0,169	0,350	0,059	0,054	0,064	8,74	13,73	21,8	12,2	12,1	6,2	9,5	24,5	0,069	0,062	0,331	0,021	0,018	0,023	14,29	17,6	22,4	12,21	9,78	6,51	7,52	23,96
Mutum	0,231	0,507	0,386	0,195	0,181	0,210	7,34	10,33	19,8	12,2	10,6	6,4	15,8	24,9	0,156	0,343	0,360	0,124	0,111	0,136	9,95	13,4	19,2	13,39	12,2	6,41	12,44	23
Muzambinho	0,088	0,133	0,341	0,045	0,037	0,054	19,42	14,93	20,2	14,4	10,6	6,2	12,0	21,7	0,049	0,041	0,329	0,013	0,008	0,019	38,76	12,6	18,7	12,48	14,8	8,9	10,84	21,68
Nacip Raydan	0,484	0,689	0,424	0,292	0,255	0,330	12,77	10,35	18,4	9,7	10,0	6,3	20,7	24,6	0,243	0,368	0,362	0,133	0,112	0,154	15,74	12,4	20,3	14,11	10,1	6,5	12,44	24,22
Nanuque	0,352	0,381	0,376	0,144	0,132	0,155	7,75	14,17	19,6	10,8	11,4	7,8	12,1	24,2	0,144	0,154	0,345	0,053	0,046	0,060	13,50	14,2	22,1	11,28	8,9	6,85	12,01	24,64
Naque	0,480	0,451	0,372	0,168	0,144	0,191	13,86	11,02	18,8	9,9	8,8	6,1	19,1	26,4	0,165	0,148	0,347	0,051	0,041	0,061	19,42	14,9	20,5	11,28	9,23	6,59	12,82	24,71
Natalândia	0,327	0,568	0,408	0,232	0,198	0,266	14,60	11,01	16,6	9,9	8,5	9,2	18,9	25,9	0,125	0,242	0,359	0,087	0,069	0,104	20,33	16,3	18,9	12,49	5,93	8,5	14,4	23,51
Natércia	0,108	0,233	0,355	0,083	0,063	0,103	23,95	13,01	19,2	13,6	11,9	4,2	14,9	23,2	0,053	0,102	0,327	0,033	0,025	0,042	26,22	16,2	19,9	13,32	9,04	6,8	12,81	21,93
Nazareno	0,260	0,343	0,372	0,128	0,110	0,146	14,08	11,68	17,4	12,4	10,8	5,8	15,6	26,3	0,111	0,095	0,329	0,031	0,022	0,040	29,04	15,6	18,8	13,38	9,6	5,78	11,34	25,5
Nepomuceno	0,193	0,282	0,354	0,100	0,087	0,112	12,70	11,75	20,2	12,7	11,0	6,3	13,6	24,6	0,110	0,126	0,336	0,042	0,034	0,051	19,45	16,6	20,7	12,13	8,14	8,74	11,07	22,68
Ninheira	0,410	0,920	0,512	0,471	0,455	0,487	3,46	8,88	16,6	7,9	12,5	9,8	23,1	21,3	0,359	0,678	0,381	0,259	0,242	0,275	6,42	9,51	19,7	10,74	11	7,19	18,23	23,63
Nova Belém	0,435	0,798	0,463	0,370	0,341	0,398	7,63	9,3	16,0	11,9	15,0	6,9	19,4	21,5	0,254	0,422	0,366	0,154	0,136	0,173	12,09	10,1	19	12,51	11,8	7,89	15,19	23,49
Nova Era	0,274	0,203	0,344	0,070	0,056	0,084	19,71	10,93	20,5	10,9	12,9	6,7	11,6	26,5	0,114	0,108	0,333	0,036	0,029	0,043	18,58	15,7	18,8	11,88	8,94	10,37	10,46	23,89
Nova Lima	0,252	0,115	0,342	0,040	0,034	0,045	14,17	16,32	20,3	10,4	13,6	8,5	8,0	22,8	0,097	0,026	0,335	0,009	0,006	0,011	26,57	16,3	20,6	9,96	12	11,57	6,64	22,92
Nova Módica	0,389	0,617	0,413	0,255	0,227	0,283	10,87	9,88	18,0	12,1	11,9	7,3	16,1	24,8	0,200	0,301	0,349	0,105	0,088	0,122	15,98	12,6	21,2	13,25	9,08	6,41	13,28	24,22
Nova Ponte	0,163	0,135	0,336	0,045	0,035	0,056	22,42	13,97	22,0	12,5	11,2	6,8	7,8	25,9	0,071	0,059	0,337	0,020	0,014	0,026	29,94	13,9	22,8	10,28	9,11	9,92	10,88	23,16
Nova Porteirinha	0,452	0,658	0,410	0,270	0,247	0,292	8,34	10,2	17,9	10,8	11,3	8,0	19,7	22,2	0,167	0,376	0,360	0,135	0,121	0,149	10,42	12,4	18,1	12,63	10,1	7,14	16,99	22,57
Nova Resende	0,099	0,410	0,365	0,150	0,137	0,163	8,52	10,92	18,9	13,0	11,9	4,7	18,5	22,1	0,076	0,160	0,333	0,053	0,045	0,061	14,64	11,9	18,3	14,25	11	7,57	15,24	21,75
Nova Serrana	0,091	0,080	0,341	0,027	0,022	0,033	21,36	16,37	24,3	13,3	6,7	6,7	9,0	23,6	0,046	0,039	0,323	0,013	0,010	0,015	21,58	16,3	22,6	13,05	7,54	8,64	5,5	26,45

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Novo Cruzeiro	0,480	0,826	0,495	0,409	0,392	0,425	3,98	9,12	16,2	10,1	10,6	10,1	20,6	23,4	0,297	0,600	0,403	0,242	0,227	0,257	6,25	10,5	18,6	10,82	10,5	7,49	18,61	23,53
Novo Oriente de Minas	0,517	0,777	0,469	0,365	0,345	0,384	5,46	9,41	18,0	10,2	12,3	8,6	17,8	23,7	0,328	0,548	0,411	0,225	0,207	0,243	7,90	10,9	17,6	10,31	12,9	8,13	15,18	24,97
Novorizonte	0,325	0,812	0,446	0,363	0,337	0,388	7,15	12,06	16,4	9,6	9,8	5,3	24,0	22,9	0,177	0,565	0,367	0,207	0,190	0,225	8,47	13,5	16,8	10,1	9,94	7,9	17,66	24,05
Olaria	0,276	0,453	0,345	0,156	0,124	0,189	20,94	9,57	20,7	12,7	10,1	4,3	15,6	27,0	0,090	0,215	0,341	0,073	0,058	0,088	20,90	15,4	20,1	11,27	8,16	6,95	13,9	24,28
Olhos-d'Água	0,467	0,803	0,411	0,330	0,304	0,356	7,89	7,08	18,1	11,6	11,9	5,6	20,3	25,4	0,166	0,420	0,367	0,154	0,137	0,171	11,25	11,1	18	11,23	11,1	7,19	17,71	23,73
Olímpio Noronha	0,152	0,183	0,359	0,066	0,037	0,095	43,49	14,8	21,9	13,2	8,4	7,0	11,5	23,3	0,108	0,066	0,323	0,021	0,011	0,031	46,96	18,6	23,6	14,26	13	5,74	2,37	22,38
Oliveira	0,191	0,196	0,348	0,068	0,060	0,077	12,50	14,12	20,8	12,5	11,0	5,2	12,1	24,3	0,071	0,061	0,332	0,020	0,016	0,025	23,14	16,5	20,2	14,46	13,6	5,64	7,12	22,45
Oliveira Fortes	0,331	0,363	0,390	0,141	0,099	0,184	29,82	7,9	20,8	14,2	11,9	3,4	19,8	22,2	0,134	0,257	0,348	0,089	0,072	0,107	19,37	13,9	20,3	13,72	11,6	4,57	12,88	22,96
Onça de Pitangui	0,086	0,259	0,353	0,091	0,069	0,113	23,92	9,59	21,5	13,8	7,5	7,7	17,5	22,4	0,088	0,163	0,342	0,056	0,041	0,070	26,03	14,5	20,7	14,64	10,6	8,98	9,42	21,17
Oratórios	0,363	0,374	0,361	0,135	0,111	0,159	17,92	11,66	22,1	12,9	11,0	5,9	11,7	24,8	0,130	0,168	0,334	0,056	0,044	0,068	21,75	16,8	22,3	11,63	9,3	5,51	10,51	23,9
Orizânia	0,289	0,606	0,391	0,237	0,214	0,259	9,52	9,39	19,3	14,3	12,7	5,0	16,4	23,0	0,345	0,411	0,348	0,143	0,130	0,156	9,01	12,9	19,3	12,55	10,6	6,6	13,92	24,18
Ouro Branco	0,165	0,136	0,358	0,049	0,040	0,057	17,06	12,31	20,3	11,8	12,9	4,8	12,5	25,4	0,058	0,044	0,332	0,015	0,010	0,019	28,96	17,1	23,2	11,46	9,16	6,53	8,91	23,66
Ouro Fino	0,084	0,170	0,357	0,061	0,052	0,070	14,84	11,98	20,2	12,3	12,3	7,7	13,8	21,8	0,063	0,101	0,327	0,033	0,027	0,039	19,24	15	20,3	13,88	8,98	7,78	10,83	23,19
Ouro Preto	0,191	0,155	0,369	0,057	0,051	0,063	10,99	12,61	19,2	11,6	12,1	6,7	13,8	24,1	0,085	0,075	0,340	0,026	0,021	0,030	15,94	14,9	19,5	11,74	11,4	6,57	12,54	23,4
Ouro Verde de Minas	0,426	0,705	0,447	0,315	0,291	0,340	7,74	8,87	16,8	10,9	11,0	8,7	19,1	24,6	0,297	0,376	0,362	0,136	0,121	0,151	11,13	11,7	21,7	11,53	8,67	6,74	14,5	25,23
Padre Carvalho	0,671	0,881	0,448	0,395	0,369	0,420	6,38	6,94	17,6	9,2	11,1	6,0	24,8	24,4	0,231	0,575	0,393	0,226	0,207	0,245	8,49	9,26	18,4	9,43	10,4	6	22,79	23,71
Padre Paraíso	0,499	0,710	0,444	0,315	0,295	0,336	6,56	11,82	17,3	10,6	12,6	6,8	16,2	24,7	0,356	0,408	0,375	0,153	0,141	0,165	7,74	12,7	19,6	11,67	11,9	8,19	10,99	24,92
Paineiras	0,232	0,527	0,371	0,195	0,173	0,217	11,39	11,5	16,0	10,9	9,1	4,2	24,0	24,3	0,098	0,249	0,347	0,086	0,074	0,099	14,86	14,7	18,3	11,79	7,87	5,34	18,67	23,31
Pains	0,108	0,157	0,347	0,054	0,042	0,066	22,05	15,31	21,6	12,4	8,6	5,4	14,4	22,2	0,056	0,068	0,328	0,022	0,015	0,030	34,43	15,4	18,7	13,71	8,76	9,37	10,68	23,43

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Pai Pedro	0,491	0,886	0,491	0,435	0,413	0,458	5,18	7,76	16,1	9,4	10,2	11,9	22,3	22,4	0,323	0,642	0,389	0,250	0,233	0,267	6,90	9,84	18,2	10,1	9,22	9,59	20,25	22,79
Paiva	0,196	0,390	0,356	0,139	0,101	0,177	27,30	15,47	16,9	12,5	10,4	5,6	16,9	22,2	0,108	0,219	0,345	0,076	0,057	0,094	24,43	14,4	18,2	12,87	13,4	4,89	15,83	20,45
Palma	0,300	0,307	0,360	0,111	0,092	0,129	16,47	9,51	18,8	14,5	12,9	7,7	10,9	25,8	0,156	0,134	0,333	0,045	0,036	0,053	19,93	15,4	23,6	15,49	10,1	5,4	7,42	22,69
Palmópolis	0,625	0,814	0,471	0,384	0,361	0,406	5,80	8,2	17,3	9,6	10,2	8,9	22,2	23,7	0,311	0,584	0,381	0,222	0,207	0,237	6,78	9,15	18,5	12,57	15	5,16	14,97	24,64
Papagaios	0,237	0,337	0,367	0,124	0,109	0,138	11,73	9,23	20,0	12,1	9,3	6,7	19,0	23,7	0,153	0,155	0,339	0,053	0,044	0,061	16,57	11,6	21,7	13,74	8,36	5,4	15,41	23,78
Paracatu	0,263	0,339	0,382	0,130	0,121	0,138	6,52	13,24	18,3	10,7	9,4	8,3	15,9	24,3	0,097	0,108	0,343	0,037	0,033	0,041	12,06	16,1	19,8	11,75	9,37	8,05	11,41	23,56
Pará de Minas	0,146	0,093	0,348	0,032	0,028	0,037	14,47	15,76	20,7	12,6	10,6	6,9	10,5	23,1	0,118	0,037	0,328	0,012	0,009	0,014	21,06	17	21,5	11,85	14,1	7,02	5,27	23,24
Paraguaçu	0,123	0,117	0,342	0,040	0,031	0,049	22,56	15,86	22,0	13,7	9,5	6,4	10,2	22,4	0,078	0,064	0,326	0,021	0,015	0,027	30,63	18	17,9	12,81	11,3	6,97	11,49	21,63
Paraisópolis	0,152	0,171	0,348	0,060	0,047	0,072	20,31	12,95	21,6	12,5	11,5	5,9	10,8	24,8	0,085	0,077	0,335	0,026	0,021	0,031	19,12	14,2	22,9	12,93	11,5	6,22	9,47	22,82
Paraopeba	0,232	0,250	0,386	0,097	0,082	0,111	15,17	12,17	17,3	10,7	11,1	6,5	20,3	21,9	0,106	0,133	0,344	0,046	0,036	0,055	21,16	14,5	19,9	12,05	9,11	8,74	14,8	20,86
Passabém	0,209	0,536	0,417	0,224	0,177	0,270	21,00	13,12	17,1	11,8	11,8	6,9	19,0	20,3	0,125	0,371	0,350	0,130	0,109	0,150	15,91	14,9	17,5	13,25	9,45	6,89	16,33	21,68
Passa Quatro	0,186	0,186	0,347	0,065	0,055	0,074	15,09	12,74	20,0	11,5	11,1	6,5	13,5	24,8	0,085	0,082	0,326	0,027	0,021	0,033	21,57	15	21,6	14,24	6,99	7,68	10,25	24,22
Passa Tempo	0,245	0,235	0,363	0,085	0,071	0,099	16,40	10,43	20,4	12,5	9,8	3,2	18,2	25,5	0,116	0,130	0,333	0,043	0,033	0,053	22,73	15,1	18,3	11,76	13,3	5,9	13,53	22,15
Passa-Vinte	0,206	0,363	0,381	0,139	0,104	0,173	25,16	12,52	17,5	11,3	8,2	6,8	17,2	26,5	0,076	0,213	0,351	0,075	0,059	0,090	20,54	10,1	19	13,14	12,4	6,97	14,46	23,98
Passos	0,127	0,083	0,339	0,028	0,024	0,032	13,03	15,94	22,3	11,8	11,4	7,4	5,9	25,3	0,058	0,034	0,323	0,011	0,009	0,013	18,40	18,8	23	12,71	10,5	7,86	4,81	22,33
Patis	0,577	0,906	0,446	0,404	0,384	0,424	4,94	10,56	17,4	9,1	10,3	5,6	22,6	24,4	0,273	0,514	0,361	0,186	0,169	0,203	9,07	11,4	19,1	11,53	7,75	3,92	19,19	27,12
Patos de Minas	0,130	0,113	0,340	0,038	0,035	0,042	9,10	16,46	19,5	12,5	12,2	5,4	10,2	23,7	0,052	0,050	0,336	0,017	0,015	0,019	13,47	16,3	19,4	12,37	11,8	8,03	10,35	21,82
Patrocínio	0,176	0,164	0,348	0,057	0,051	0,063	9,98	12,07	19,8	10,9	10,1	8,9	13,1	25,1	0,066	0,077	0,330	0,025	0,022	0,029	14,30	14,4	21,1	13,89	11	7,88	8,38	23,33
Patrocínio do Muriaé	0,171	0,246	0,377	0,093	0,074	0,111	19,88	13,43	19,8	12,3	10,0	7,0	13,4	24,2	0,095	0,117	0,345	0,040	0,031	0,050	23,44	15,3	20,1	11,59	11,9	6,46	11,97	22,69

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Paula Cândido	0,252	0,456	0,394	0,180	0,162	0,198	10,13	11,37	18,6	12,7	10,4	6,5	15,3	25,3	0,151	0,189	0,337	0,064	0,052	0,075	18,31	12,2	19,5	14,15	10,2	4,8	14,09	25,12
Paulistas	0,501	0,726	0,463	0,336	0,307	0,366	8,76	12,78	15,0	10,5	11,1	8,2	19,7	22,7	0,219	0,430	0,390	0,168	0,148	0,187	11,68	13,6	17,3	14,52	13	6,33	13,53	21,67
Pavão	0,484	0,617	0,424	0,262	0,242	0,281	7,60	9,71	19,3	11,4	11,9	7,8	15,0	24,9	0,240	0,399	0,362	0,145	0,128	0,162	11,78	11,6	19,4	11,49	11,3	6,29	14,67	25,25
Peçanha	0,410	0,706	0,451	0,319	0,295	0,342	7,26	9,2	16,1	11,4	10,8	8,4	19,9	24,2	0,152	0,458	0,383	0,175	0,163	0,188	7,21	10,3	17,8	12,08	9,66	6,79	18,36	24,98
Pedra Azul	0,536	0,562	0,428	0,241	0,221	0,260	8,00	9,09	18,6	11,5	12,1	9,5	15,7	23,6	0,319	0,293	0,381	0,112	0,098	0,126	12,67	11,8	19,7	13,01	9	8,41	13,42	24,62
Pedra Bonita	0,426	0,793	0,434	0,344	0,321	0,367	6,72	8,87	18,2	13,3	14,9	3,5	18,9	22,4	0,303	0,479	0,385	0,185	0,168	0,201	9,07	7,61	16,2	13,55	17,5	5,64	15,31	24,25
Pedra do Anta	0,469	0,612	0,425	0,260	0,229	0,291	11,76	10,54	15,3	12,7	15,2	6,6	16,1	23,6	0,198	0,274	0,342	0,094	0,077	0,111	17,82	10,3	20,6	14,73	15,5	4,05	11,2	23,57
Pedra do Indaiá	0,131	0,256	0,377	0,097	0,070	0,123	27,27	10,25	18,2	10,4	8,9	7,3	19,9	25,1	0,042	0,125	0,342	0,043	0,032	0,054	25,81	15,9	16,6	11,65	13,2	4,19	14,64	23,87
Pedra Dourada	0,276	0,419	0,390	0,164	0,123	0,204	24,91	12,19	17,8	12,7	14,9	6,2	13,1	23,1	0,220	0,301	0,352	0,106	0,088	0,124	16,96	11,4	17,9	16,34	15,1	6	10,8	22,48
Pedralva	0,191	0,265	0,356	0,094	0,081	0,107	13,89	10,59	20,9	12,0	9,7	5,8	16,1	24,9	0,106	0,181	0,332	0,060	0,050	0,070	16,76	13,4	19,2	13,91	8,28	9,39	13,37	22,49
Pedras de Maria da Cruz	0,581	0,805	0,439	0,354	0,334	0,373	5,61	9,43	16,9	10,5	13,0	7,4	19,4	23,4	0,287	0,577	0,367	0,212	0,196	0,228	7,59	11,2	18,5	12,04	10,5	5,65	18,41	23,76
Pedrinópolis	0,241	0,195	0,348	0,068	0,048	0,088	29,74	12,85	19,7	12,9	13,4	6,3	11,9	23,1	0,065	0,055	0,330	0,018	0,010	0,026	43,92	13,8	21,8	15,51	8	10,68	7,68	22,54
Pedro Leopoldo	0,333	0,191	0,356	0,068	0,061	0,075	10,87	14,83	19,1	10,3	12,1	6,7	13,8	23,2	0,145	0,079	0,331	0,026	0,022	0,031	17,28	18,1	20,1	10,41	9,74	5,54	12,83	23,26
Pedro Teixeira	0,305	0,544	0,416	0,226	0,173	0,279	23,40	8,87	17,2	10,1	15,1	5,9	18,4	24,5	0,168	0,205	0,340	0,070	0,054	0,086	22,96	13,7	18,2	13,63	8,15	5,85	14,19	26,29
Pequeni	0,128	0,135	0,337	0,045	0,027	0,063	39,57	12,84	21,9	12,8	10,5	7,4	8,8	25,8	0,056	0,060	0,346	0,021	0,011	0,030	45,11	17,1	22,2	10,29	10,6	9,07	8,74	22,04
Pequi	0,197	0,320	0,360	0,115	0,091	0,139	20,70	12,46	19,5	12,5	12,6	3,7	17,6	21,7	0,068	0,143	0,337	0,048	0,037	0,060	23,81	16,8	17,2	13,76	7,56	6,34	15,19	23,1
Perdigão	0,069	0,103	0,337	0,035	0,023	0,047	35,00	8,4	19,9	12,4	8,7	7,2	18,3	25,1	0,019	0,042	0,327	0,014	0,009	0,018	31,80	14,2	23,8	13,29	4,66	10,96	10,43	22,65
Perdizes	0,091	0,198	0,357	0,071	0,060	0,081	14,76	11,37	19,7	10,8	6,3	10,4	17,3	24,2	0,044	0,074	0,328	0,024	0,018	0,030	25,22	14,2	22,5	12,67	8,99	8,45	12,61	20,64
Perdões	0,158	0,168	0,345	0,058	0,047	0,069	19,19	15,84	19,6	12,3	10,7	6,7	10,2	24,7	0,099	0,054	0,326	0,018	0,012	0,023	33,12	18,4	20,2	12,98	7,96	6,34	10,72	23,39

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** $Lim. inf.$ é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** $Lim. sup.$ é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: $Dim. 1$ (Saúde); $Dim. 2$ (Características Educacionais); $Dim. 3$ (Condições Ocupacionais); $Dim. 4$ (Vulnerabilidade Econômica); $Dim. 5$ (Condições de Moradia); $Dim. 6$ (Condições Sanitárias); $Dim. 7$ (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Periquito	0,463	0,714	0,402	0,287	0,265	0,308	7,48	12,04	17,5	10,1	9,1	6,4	21,4	23,5	0,237	0,267	0,352	0,094	0,081	0,106	13,21	15,4	19,8	12,08	11,7	4,61	12,78	23,61
Pescador	0,418	0,553	0,412	0,228	0,196	0,259	13,95	13,36	17,9	11,6	10,7	8,0	14,8	23,7	0,224	0,257	0,358	0,092	0,076	0,108	17,66	12,6	19,9	13,64	8,97	6,2	13,41	25,31
Piau	0,281	0,289	0,370	0,107	0,077	0,137	28,15	11,21	18,4	10,7	7,9	9,3	17,2	25,3	0,088	0,173	0,323	0,056	0,042	0,070	25,48	17,7	20,8	10,84	5,78	6,37	13,05	25,42
Piedade de Caratinga	0,326	0,555	0,373	0,208	0,183	0,232	11,71	14,33	20,0	12,4	11,2	8,8	9,3	24,0	0,155	0,197	0,337	0,066	0,056	0,076	15,38	14,5	21,1	15,83	10,6	7,52	4,66	25,77
Piedade de Ponte Nova	0,391	0,425	0,365	0,155	0,129	0,181	16,65	11,29	22,4	12,3	13,3	6,9	9,5	24,4	0,134	0,080	0,335	0,027	0,017	0,037	36,30	14	21,6	12,23	6,38	11,98	9,35	24,47
Piedade do Rio Grande	0,393	0,572	0,393	0,225	0,200	0,250	11,20	13	16,9	12,4	11,4	4,4	17,6	24,4	0,165	0,274	0,344	0,094	0,081	0,107	14,10	13,4	18,2	12,37	14	4,19	14,49	23,29
Piedade dos Gerais	0,256	0,580	0,396	0,230	0,203	0,256	11,46	8,98	15,8	11,8	13,8	5,8	20,3	23,6	0,137	0,343	0,340	0,117	0,102	0,131	12,04	12,3	17,9	13,75	13	4,59	16,41	22,05
Pimenta	0,104	0,203	0,355	0,072	0,059	0,086	18,46	15,07	19,9	11,7	9,0	6,6	13,1	24,6	0,069	0,081	0,330	0,027	0,019	0,034	29,28	17	19,1	13,21	12,2	6,77	10,26	21,5
Pingo-d'Água	0,444	0,398	0,397	0,158	0,126	0,190	20,24	13,25	17,9	10,5	10,6	8,3	14,1	25,3	0,207	0,121	0,330	0,040	0,030	0,050	25,62	13,2	22,2	10,64	13,2	8,29	6,04	26,48
Pintópolis	0,427	0,871	0,467	0,407	0,384	0,429	5,47	10,15	15,0	10,6	10,3	8,1	22,4	23,6	0,292	0,570	0,383	0,219	0,197	0,240	9,81	9,85	17	12,25	12	7,03	19,08	22,77
Piracema	0,234	0,443	0,379	0,168	0,148	0,187	11,59	11,28	17,6	13,6	12,6	3,5	19,5	22,0	0,087	0,118	0,348	0,041	0,032	0,050	21,02	13,9	20,7	13	9,6	4,92	15,36	22,49
Pirajuba	0,131	0,161	0,333	0,054	0,034	0,074	37,00	13,02	19,9	13,2	10,1	6,4	9,7	27,7	0,114	0,046	0,340	0,016	0,009	0,022	40,02	16,4	22,5	12,44	7,88	10,48	6,3	24
Piranga	0,394	0,658	0,432	0,284	0,263	0,306	7,60	9,79	17,0	12,8	15,3	6,0	15,3	23,8	0,221	0,355	0,356	0,126	0,115	0,138	9,31	11,5	19,1	13,83	12,5	5,49	14,06	23,52
Piranguçu	0,124	0,325	0,358	0,116	0,095	0,137	17,99	13,74	19,0	12,2	10,4	4,6	16,9	23,3	0,059	0,141	0,337	0,048	0,037	0,058	21,74	11,5	19,4	12,15	11,5	9,43	12,64	23,41
Piranguinho	0,164	0,249	0,369	0,092	0,075	0,109	18,72	13,5	18,9	10,7	10,1	7,7	16,2	22,8	0,074	0,097	0,331	0,032	0,023	0,041	28,80	14,4	19,9	13,34	9,95	9,22	11,17	22,01
Pirapetinga	0,184	0,185	0,372	0,069	0,056	0,081	17,94	12,75	21,2	12,5	10,4	8,5	11,3	23,4	0,105	0,079	0,318	0,025	0,019	0,031	25,42	17,5	21,1	14,24	9,45	6,22	7,73	23,81
Pirapora	0,351	0,348	0,373	0,130	0,119	0,140	7,89	13,22	18,1	10,6	12,3	6,5	16,0	23,3	0,135	0,190	0,338	0,064	0,057	0,071	11,01	16,1	19	10,92	8,35	6	15,84	23,82
Piraúba	0,232	0,234	0,349	0,082	0,069	0,095	15,63	11,62	21,2	11,9	13,3	5,5	11,1	25,4	0,033	0,083	0,333	0,028	0,021	0,035	25,74	16	22,4	13,47	7,58	6,2	9,31	25,07

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2$ *

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Pitangui	0,168	0,167	0,350	0,058	0,047	0,069	18,97	17,61	21,9	11,6	11,6	4,8	9,4	23,2	0,084	0,064	0,335	0,022	0,015	0,028	30,47	15,4	22,9	14,3	9,5	8,66	5,69	23,49
Piumhi	0,104	0,168	0,338	0,057	0,048	0,065	15,54	18,59	19,9	12,4	9,1	6,4	8,0	25,6	0,046	0,048	0,327	0,016	0,011	0,020	29,00	18,6	21,7	13,13	9,65	8,56	5,92	22,43
Planura	0,207	0,125	0,339	0,042	0,032	0,052	23,72	10,94	21,9	14,3	15,5	7,4	3,3	26,7	0,079	0,062	0,332	0,021	0,014	0,027	30,91	16,8	20,7	11,8	10	10	6,92	23,74
Poço Fundo	0,084	0,189	0,350	0,066	0,057	0,076	14,05	10,64	20,0	13,3	10,9	5,1	16,3	23,8	0,053	0,117	0,334	0,039	0,032	0,046	17,17	15,7	18,8	12,63	10,2	7,75	13,87	21,08
Poços de Caldas	0,075	0,057	0,330	0,019	0,016	0,021	13,01	16,61	21,7	11,3	10,7	9,0	6,5	24,2	0,046	0,023	0,323	0,007	0,006	0,009	19,27	18,8	22,8	12,59	10,2	10,07	3,19	22,36
Pocrane	0,365	0,701	0,404	0,284	0,267	0,300	5,90	9,59	16,3	12,0	13,3	5,2	20,1	23,6	0,191	0,248	0,351	0,087	0,074	0,100	14,95	11,5	17,8	12,44	13,6	5,88	14,43	24,33
Pompéu	0,274	0,316	0,383	0,121	0,107	0,135	11,54	12,47	20,3	11,0	9,6	7,4	16,5	22,8	0,106	0,123	0,356	0,044	0,035	0,052	19,05	14,2	20,8	12,47	8,49	9,24	11,43	23,37
Ponte Nova	0,240	0,196	0,362	0,071	0,064	0,078	10,44	15,16	20,4	10,3	11,9	7,6	11,3	23,3	0,090	0,072	0,339	0,024	0,020	0,029	17,09	15,4	21,7	11,19	10,4	8,31	9,16	23,94
Ponto Chique	0,491	0,902	0,483	0,435	0,407	0,464	6,48	11,56	14,9	9,7	11,4	7,5	23,1	21,9	0,251	0,510	0,388	0,198	0,176	0,219	10,82	11	16,4	11,4	10,6	8,01	18,13	24,49
Ponto dos Volantes	0,582	0,869	0,489	0,425	0,408	0,442	4,07	9,66	15,1	9,4	12,0	9,4	20,7	23,7	0,291	0,667	0,393	0,262	0,246	0,278	6,10	11,3	18,2	11,5	12,2	6,25	16,77	23,77
Porteirinha	0,444	0,733	0,433	0,317	0,304	0,330	4,16	9,43	17,0	10,3	10,6	7,8	22,1	22,8	0,245	0,473	0,366	0,173	0,161	0,184	6,61	11,8	18	11,79	10,2	6,26	19,15	22,84
Porto Firme	0,315	0,529	0,394	0,208	0,190	0,227	9,06	9,3	18,6	14,1	12,4	5,8	15,5	24,4	0,162	0,314	0,346	0,109	0,095	0,122	12,71	11,8	18,7	14,83	12,4	4,67	13,71	23,92
Poté	0,451	0,715	0,439	0,314	0,298	0,330	5,11	10,04	17,2	10,8	11,5	6,8	20,3	23,3	0,249	0,502	0,385	0,193	0,180	0,207	6,85	12,1	18,2	11,88	11,2	6,36	17,01	23,26
Pouso Alegre	0,108	0,085	0,345	0,029	0,026	0,033	12,36	16,92	21,0	11,6	11,9	6,0	8,8	23,9	0,045	0,031	0,331	0,010	0,008	0,012	18,86	17,9	23,1	11,67	8,51	8,79	7,32	22,72
Pouso Alto	0,196	0,202	0,340	0,069	0,055	0,082	19,45	13,27	20,5	13,3	11,3	4,3	12,0	25,4	0,076	0,149	0,335	0,050	0,040	0,060	19,04	14,5	19,5	12,35	10,5	7,37	12,77	23,01
Prados	0,240	0,290	0,378	0,110	0,092	0,127	15,61	8,98	19,2	12,0	11,2	4,9	19,3	24,4	0,096	0,093	0,335	0,031	0,022	0,040	30,22	14,5	21,8	13,23	7,1	6,22	12,33	24,78
Prata	0,114	0,222	0,368	0,082	0,070	0,093	14,10	13,04	20,4	10,8	7,5	8,4	16,4	23,6	0,054	0,114	0,345	0,039	0,031	0,047	20,64	16,8	20,1	11,5	7,68	9,03	13,18	21,74
Pratápolis	0,102	0,107	0,340	0,036	0,028	0,045	24,32	15,65	21,1	13,6	10,8	5,3	9,7	23,9	0,061	0,060	0,327	0,020	0,013	0,026	32,27	15,5	20,6	13,84	12,8	6,29	8,96	22,12

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Pratinha	0,133	0,384	0,376	0,144	0,118	0,170	17,99	13,02	15,9	12,0	10,7	7,3	17,3	23,8	0,167	0,160	0,341	0,055	0,041	0,068	24,75	13,5	16,5	12,39	17,3	5,73	13,74	20,88
Presidente Bernardes	0,336	0,614	0,413	0,254	0,228	0,279	9,88	10,64	16,6	14,0	14,3	3,9	15,3	25,3	0,143	0,338	0,365	0,123	0,108	0,139	12,82	11	17,5	15,08	12,2	6,77	13,56	23,88
Presidente Juscelino Presidente Kubitschek	0,422	0,625	0,407	0,254	0,226	0,283	11,34	11,36	17,9	11,8	12,9	4,7	18,8	22,5	0,167	0,382	0,356	0,136	0,118	0,154	13,41	12,4	19,6	11,6	9,49	8,56	15,26	23,1
Presidente Olegário	0,417	0,678	0,422	0,286	0,246	0,326	13,89	12,19	16,5	11,1	13,0	5,0	17,5	24,6	0,278	0,278	0,343	0,096	0,076	0,115	20,74	13,6	20,5	11,06	11,8	6,62	10,66	25,75
Presidente Olegário	0,190	0,375	0,384	0,144	0,128	0,161	11,59	8,37	17,1	10,8	10,6	7,7	20,9	24,6	0,080	0,162	0,341	0,055	0,048	0,062	13,10	12,1	17,1	12,2	11,6	6,21	18,32	22,45
Alto Jequitibá	0,137	0,318	0,359	0,114	0,098	0,130	13,88	11,9	21,3	13,7	11,5	6,3	14,3	21,0	0,115	0,196	0,339	0,066	0,054	0,078	17,89	13	19,5	13,73	11,1	8,11	11,66	22,87
Prudente de Moraes	0,277	0,355	0,358	0,127	0,109	0,145	14,28	13,83	18,8	10,9	11,6	4,8	17,6	22,5	0,238	0,103	0,334	0,034	0,026	0,043	25,59	16,2	21,1	11,42	11,6	5,84	12,68	21,16
Quartel Geral	0,278	0,354	0,357	0,126	0,102	0,151	19,38	11,91	21,1	10,7	8,6	4,2	21,7	21,9	0,111	0,163	0,329	0,054	0,041	0,067	23,73	14,4	20,4	10,96	7,13	6,66	16,57	23,92
Queluzito	0,248	0,316	0,366	0,116	0,080	0,151	30,61	16,27	17,0	14,1	14,0	2,3	14,9	21,5	0,082	0,107	0,338	0,036	0,024	0,049	34,07	15	17	14,34	9,95	7,28	13,89	22,52
Raposos	0,344	0,164	0,353	0,058	0,044	0,073	25,00	14,97	20,7	10,8	13,4	5,9	11,8	22,5	0,176	0,063	0,325	0,020	0,015	0,026	26,34	18,2	21,8	10,3	12,3	7,14	8,75	21,48
Raul Soares	0,292	0,463	0,393	0,182	0,167	0,197	8,35	10,51	17,5	12,1	11,6	6,2	17,7	24,3	0,140	0,276	0,360	0,099	0,087	0,111	11,94	14,3	17,8	13,29	11,7	6,85	13,83	22,27
Recreio	0,293	0,266	0,350	0,093	0,080	0,106	13,73	12,41	21,0	11,7	11,8	6,7	11,0	25,5	0,114	0,092	0,323	0,030	0,023	0,037	24,23	15,2	21,5	13,79	7,61	6,92	10,11	24,9
Reduto	0,128	0,299	0,368	0,110	0,091	0,129	17,17	7,87	22,8	14,4	6,7	7,5	16,0	24,6	0,162	0,250	0,352	0,088	0,076	0,100	14,15	11,8	19,2	14,06	13,1	8,03	12,33	21,55
Resende Costa	0,271	0,334	0,366	0,122	0,108	0,136	11,46	11,41	17,3	12,0	12,1	4,0	18,2	25,0	0,081	0,135	0,340	0,046	0,037	0,055	19,75	14,6	18,3	13,33	10,8	4,88	13,87	24,22
Resplendor	0,254	0,333	0,374	0,125	0,109	0,140	12,34	13,39	19,8	11,7	9,8	6,7	15,2	23,4	0,179	0,178	0,340	0,061	0,053	0,068	12,62	14,9	20,6	12,56	10,1	7,2	11,8	22,93
Ressaquinha	0,316	0,374	0,377	0,141	0,114	0,168	19,20	11,74	17,2	12,3	11,0	6,1	17,1	24,7	0,127	0,255	0,345	0,088	0,073	0,103	16,95	16	16,6	11,42	11,1	5,85	15,73	23,23
Riachinho	0,457	0,818	0,450	0,368	0,347	0,388	5,50	9,12	13,6	11,5	12,6	8,8	20,7	23,8	0,267	0,488	0,377	0,184	0,166	0,202	9,86	9,79	15,8	12,08	12	8,39	17,42	24,52
Riacho dos Machados	0,595	0,789	0,476	0,375	0,354	0,397	5,70	8,71	16,5	10,6	11,8	8,7	20,9	22,8	0,243	0,572	0,396	0,226	0,207	0,246	8,61	10,7	18,2	10,42	10,5	7,24	20,38	22,54
Ribeirão das Neves	0,417	0,307	0,361	0,111	0,107	0,115	3,91	13,1	18,4	9,4	11,8	7,2	17,8	22,2	0,216	0,099	0,335	0,033	0,031	0,035	6,86	16,7	20,6	10,78	11,3	7,73	11,16	21,74

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** $Lim.. inf$ é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** $Lim.. sup$ é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: $Dim. 1$ (Saúde); $Dim. 2$ (Características Educacionais); $Dim. 3$ (Condições Ocupacionais); $Dim. 4$ (Vulnerabilidade Econômica); $Dim. 5$ (Condições de Moradia); $Dim. 6$ (Condições Sanitárias); $Dim. 7$ (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Ribeirão Vermelho	0,169	0,137	0,338	0,046	0,028	0,064	38,83	22,1	25,8	10,5	11,6	4,5	5,4	20,2	0,061	0,041	0,323	0,013	0,007	0,019	46,56	20,1	23,1	11,57	14,3	5,86	4,96	20,18
Rio Acima	0,391	0,254	0,354	0,090	0,072	0,107	19,46	16,65	20,4	9,8	11,2	7,9	10,3	23,8	0,192	0,114	0,339	0,039	0,029	0,048	25,15	15,1	21,8	12,86	16,9	4,79	6,23	22,33
Rio Casca	0,310	0,396	0,381	0,151	0,137	0,165	9,05	11,63	19,5	11,6	11,0	8,0	14,3	24,0	0,118	0,149	0,349	0,052	0,043	0,061	16,84	15,1	21,5	12,52	7,64	9,14	11,01	23,09
Rio Doce	0,212	0,286	0,369	0,106	0,073	0,139	31,16	9,83	18,4	12,9	8,4	6,8	18,2	25,5	0,095	0,189	0,341	0,064	0,047	0,082	26,61	15,3	19,5	13,5	12,6	6,5	11,05	21,61
Rio do Prado	0,465	0,700	0,472	0,331	0,302	0,360	8,72	8,19	16,9	9,7	12,9	9,1	20,4	22,9	0,283	0,392	0,377	0,148	0,131	0,164	11,37	12,8	18,1	11,38	12	7,33	14,46	23,91
Rio Espera	0,344	0,658	0,402	0,265	0,244	0,286	7,87	6,91	16,4	13,6	13,4	4,9	18,9	25,8	0,244	0,402	0,351	0,141	0,127	0,155	10,08	12,2	17,8	14,34	13,6	4,4	14,3	23,28
Rio Manso	0,467	0,647	0,381	0,246	0,221	0,271	10,10	11,75	17,5	10,3	12,3	5,6	21,4	21,2	0,193	0,249	0,341	0,085	0,072	0,098	14,88	14,3	18,2	12,87	13,5	4,37	15,86	21
Rio Novo	0,202	0,188	0,355	0,067	0,054	0,079	18,55	12,54	22,0	11,5	11,2	7,4	11,1	24,4	0,101	0,102	0,347	0,035	0,026	0,044	25,72	16,4	23	13,57	9,61	7,32	7,03	23,13
Rio Paranaíba	0,134	0,280	0,359	0,100	0,088	0,112	12,00	11,27	18,0	11,2	8,4	7,0	18,5	25,7	0,064	0,105	0,327	0,035	0,027	0,042	21,02	12,9	19,2	12,86	10,9	8,07	13,74	22,38
Rio Pardo de Minas	0,519	0,827	0,480	0,397	0,381	0,413	4,02	6,99	16,5	10,1	11,5	9,3	22,0	23,6	0,252	0,538	0,390	0,210	0,195	0,225	7,09	10,7	18	11,24	11	5,66	19,68	23,72
Rio Piracicaba	0,342	0,339	0,373	0,126	0,113	0,140	10,61	14,04	17,6	11,4	11,8	5,6	15,8	23,8	0,112	0,113	0,336	0,038	0,030	0,046	20,05	16,4	19,7	13,04	12,2	4,2	9,57	24,89
Rio Pomba	0,224	0,239	0,348	0,083	0,069	0,097	16,49	12,48	20,8	13,2	13,5	6,3	9,3	24,3	0,079	0,067	0,329	0,022	0,017	0,027	23,28	14,9	21,4	13,88	9,82	6,24	11,28	22,56
Rio Preto	0,226	0,346	0,374	0,129	0,108	0,150	16,21	13,01	17,5	11,4	12,0	6,5	15,2	24,4	0,149	0,152	0,349	0,053	0,043	0,064	19,68	12,6	19,9	12,37	9,69	9,7	10,39	25,4
Rio Vermelho	0,364	0,779	0,458	0,357	0,341	0,373	4,52	7,25	17,3	11,8	8,5	9,6	21,4	24,2	0,303	0,535	0,391	0,209	0,194	0,224	7,20	9,79	19,2	12,18	10,8	8,9	15,57	23,6
Ritópolis	0,311	0,376	0,370	0,139	0,119	0,160	14,59	11,75	18,1	11,3	10,9	4,4	19,8	23,7	0,094	0,191	0,328	0,063	0,052	0,074	17,67	16	19,2	12,72	8,23	6,2	13,65	24,05
Rochedo de Minas	0,271	0,226	0,334	0,075	0,044	0,107	41,65	9,81	21,1	12,7	13,7	3,7	12,5	26,4	0,064	0,153	0,333	0,051	0,038	0,064	26,03	17,5	21,4	14,31	9,1	6,4	7,83	23,47
Rodeiro	0,196	0,163	0,352	0,057	0,043	0,071	24,86	14,7	22,7	12,6	11,4	6,0	10,5	22,2	0,037	0,041	0,340	0,014	0,009	0,019	36,95	16,1	22,8	11,47	10,1	6,47	9,33	23,77
Romaria	0,191	0,151	0,365	0,055	0,037	0,074	33,13	10,58	20,2	12,7	12,1	8,9	10,4	25,2	0,051	0,085	0,325	0,028	0,018	0,037	34,93	16,2	21,2	11,17	9,56	7,91	12,79	21,16
Rosário da Limeira	0,278	0,505	0,384	0,194	0,166	0,222	14,34	10,79	19,3	12,6	11,4	6,5	14,1	25,3	0,086	0,172	0,330	0,057	0,045	0,068	20,30	12,3	21,9	13,66	7,53	7,29	13,05	24,23

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Rubelita	0,525	0,829	0,478	0,397	0,377	0,416	4,86	7,51	15,8	9,7	10,6	8,9	24,1	23,4	0,288	0,561	0,386	0,216	0,197	0,236	8,87	10,4	16,8	10,82	10,2	8,44	18,57	24,79
Rubim	0,534	0,635	0,435	0,276	0,256	0,296	7,13	7,99	17,2	10,4	13,9	8,0	18,2	24,4	0,293	0,404	0,367	0,148	0,133	0,163	10,09	9,41	18,5	12,03	11,2	7,08	16,25	25,51
Sabará	0,345	0,207	0,362	0,075	0,070	0,080	7,10	12,24	18,9	9,5	11,9	8,4	16,7	22,4	0,198	0,069	0,337	0,023	0,020	0,026	13,10	15	21,6	10,24	12	7,49	12,09	21,53
Sabinópolis	0,401	0,619	0,446	0,276	0,252	0,301	8,78	10,13	16,7	11,2	11,9	7,7	19,4	23,0	0,177	0,410	0,384	0,158	0,145	0,170	8,20	12,1	17,6	12,04	10,4	7,68	16,63	23,52
Sacramento	0,133	0,172	0,344	0,059	0,049	0,069	16,84	15,78	19,1	12,2	9,7	7,5	11,4	24,3	0,047	0,042	0,337	0,014	0,009	0,019	33,82	15	23,4	10,69	11,2	9,69	7,46	22,64
Salinas	0,404	0,541	0,425	0,230	0,216	0,244	6,00	7,95	16,8	11,1	12,4	7,3	21,2	23,3	0,205	0,282	0,366	0,103	0,093	0,113	9,63	12,1	18,4	12,18	12,4	6,93	14,77	23,14
Salto da Divisa	0,454	0,663	0,439	0,291	0,267	0,316	8,49	9,69	19,2	10,4	10,2	9,0	17,8	23,7	0,312	0,383	0,379	0,145	0,130	0,160	10,23	13,2	19,8	11,13	6,81	9,38	14,28	25,4
Santa Bárbara	0,312	0,281	0,363	0,102	0,088	0,116	13,57	14,5	20,4	11,2	12,5	5,7	11,7	24,0	0,228	0,113	0,346	0,039	0,031	0,047	20,60	14,2	20,4	12,44	14,7	6,72	10,05	21,5
Santa Bárbara do Leste	0,242	0,472	0,363	0,171	0,152	0,191	11,24	12	19,2	13,1	8,2	6,2	17,4	23,9	0,168	0,300	0,345	0,103	0,092	0,115	10,83	12,9	18,9	13,91	10,5	7,34	13,41	23,08
Santa Bárbara do Monte Verde	0,293	0,380	0,371	0,141	0,107	0,175	23,98	12,39	17,9	12,0	10,0	7,2	12,5	28,0	0,260	0,177	0,335	0,059	0,045	0,074	24,38	16	20,5	12,84	8,41	6,15	11,39	24,7
Santa Bárbara do Tugúrio	0,353	0,548	0,400	0,219	0,194	0,244	11,41	8,92	17,0	12,1	12,2	4,7	20,6	24,5	0,120	0,233	0,353	0,082	0,068	0,097	17,31	14,2	19,3	13,04	9,75	6,64	14,92	22,12
Santa Cruz de Minas	0,265	0,151	0,339	0,051	0,038	0,064	25,24	19,65	20,9	11,3	12,8	6,0	4,7	24,7	0,093	0,040	0,322	0,013	0,008	0,017	34,76	20,1	22,3	13,12	11,8	8,55	1,89	22,25
Santa Cruz de Salinas	0,598	0,885	0,474	0,419	0,395	0,443	5,72	9,27	14,4	10,0	13,2	6,4	23,2	23,6	0,288	0,677	0,405	0,274	0,254	0,294	7,24	10,7	15,8	10,64	14,8	6,69	17,63	23,76
Santa Cruz do Escalvado	0,325	0,540	0,381	0,206	0,183	0,229	11,35	12,77	19,5	12,2	11,3	4,7	16,1	23,6	0,127	0,241	0,334	0,080	0,067	0,093	16,12	15,3	20,4	13,1	10,2	3,81	13,69	23,5
Santa Efigênia de Minas	0,432	0,727	0,427	0,310	0,283	0,338	8,91	10,56	18,3	10,7	10,4	4,7	20,8	24,6	0,286	0,413	0,359	0,148	0,130	0,166	12,09	14,1	20	11,75	9,31	6,97	13,99	23,89
Santa Fé de Minas	0,463	0,845	0,468	0,396	0,365	0,427	7,76	8,28	15,3	8,3	7,7	11,9	24,0	24,5	0,257	0,655	0,402	0,263	0,242	0,285	8,12	9,01	15,1	10,5	10,2	9,19	22,04	23,98
Santa Helena de Minas	0,515	0,744	0,463	0,345	0,316	0,373	8,28	11,93	16,9	10,4	12,9	6,9	18,2	22,8	0,365	0,491	0,392	0,193	0,175	0,210	9,18	11,3	19,7	11,85	12,4	6,48	14,27	24,04
Santa Juliana	0,154	0,126	0,336	0,042	0,032	0,052	23,67	15,35	20,2	11,9	10,1	6,1	11,1	25,3	0,074	0,040	0,331	0,013	0,008	0,018	36,99	13,9	20,5	11,68	8,37	8,96	9,4	27,23

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000															2010														
	Decomposição por dimensão****															Decomposição por dimensão****														
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ^o	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)		
Santa Luzia	0,376	0,205	0,361	0,074	0,070	0,078	5,77	12,84	19,0	10,0	12,3	7,5	15,9	22,5	0,202	0,070	0,336	0,024	0,021	0,026	9,70	15,6	21,1	10,89	11,9	7,18	11,11	22,33		
Santa Margarida	0,246	0,446	0,372	0,166	0,152	0,180	8,57	8,16	19,5	13,9	11,4	4,2	18,7	24,1	0,270	0,240	0,338	0,081	0,071	0,091	12,31	9,82	20	16,73	11,5	4,86	11,58	25,47		
Santa Maria de Itabira	0,263	0,462	0,386	0,178	0,157	0,199	11,69	13,68	19,9	10,5	7,5	7,7	15,9	24,9	0,143	0,242	0,349	0,084	0,071	0,098	15,59	15,1	20	10,69	10,4	7,33	13,45	23,04		
Santa Maria do Salto	0,468	0,633	0,445	0,282	0,253	0,311	10,40	8,43	18,0	11,8	13,1	7,3	18,3	23,1	0,216	0,393	0,385	0,151	0,134	0,168	11,27	10,6	18,2	12,76	12,9	6,52	15,88	23,06		
Santa Maria do Suaçuí	0,439	0,649	0,457	0,297	0,278	0,315	6,16	8,92	16,4	11,8	11,9	8,7	19,9	22,5	0,201	0,357	0,377	0,135	0,122	0,147	9,51	10,5	19,4	12,88	8,73	7,17	17,71	23,67		
Santana da Vargem	0,084	0,248	0,346	0,086	0,071	0,101	17,75	13,46	22,5	11,6	7,9	7,8	13,6	23,2	0,042	0,081	0,325	0,026	0,020	0,033	24,46	16,2	21,6	11,59	5,52	9,3	13,88	21,92		
Santana de Cataguases	0,282	0,191	0,347	0,066	0,047	0,085	28,50	13,93	20,1	13,2	11,9	4,1	11,7	25,1	0,121	0,084	0,326	0,027	0,018	0,037	33,54	17,6	21,4	13,03	7,29	7,72	9,48	23,55		
Santana de Pirapama	0,274	0,650	0,433	0,281	0,260	0,303	7,61	10,51	16,4	10,8	11,2	8,6	20,3	22,2	0,129	0,324	0,355	0,115	0,100	0,130	13,39	11,5	17,6	12,94	9,53	8,19	18,07	22,18		
Santana do Deserto	0,152	0,207	0,347	0,072	0,050	0,094	29,93	11,09	22,4	12,4	12,2	9,4	7,4	25,0	0,096	0,065	0,329	0,022	0,013	0,030	38,37	19,3	24,7	11,34	5,4	6,3	9,71	23,26		
Santana do Garambéu	0,416	0,569	0,376	0,214	0,176	0,253	18,01	9,85	20,5	12,6	16,5	3,8	10,9	25,9	0,200	0,266	0,358	0,095	0,078	0,113	18,56	10,4	19,1	12,27	16,3	5,14	12,7	24,18		
Santana do Jacaré	0,195	0,265	0,351	0,093	0,073	0,113	21,82	15,54	23,0	13,1	10,6	6,6	6,0	25,2	0,096	0,070	0,331	0,023	0,016	0,031	33,22	16,4	23,2	15,15	9,3	6,66	4,12	25,17		
Santana do Manhuaçu	0,194	0,481	0,368	0,177	0,160	0,195	9,89	8,42	20,4	12,7	8,9	5,0	19,0	25,6	0,192	0,326	0,356	0,116	0,101	0,131	13,18	13,1	20	14,05	13,1	6,22	12,74	20,85		
Santana do Paraíso	0,366	0,407	0,377	0,153	0,134	0,172	12,31	11,9	17,6	9,4	9,6	9,3	18,7	23,6	0,116	0,136	0,340	0,046	0,038	0,055	18,67	15,8	20,9	10,7	11,1	9,26	9,42	22,83		
Santana do Riacho	0,246	0,579	0,390	0,226	0,194	0,257	13,90	13,51	18,6	10,0	8,1	5,7	21,0	23,1	0,173	0,248	0,328	0,081	0,068	0,095	16,82	16,8	21,8	11,22	7,5	5,11	14,44	23,17		
Santana dos Montes	0,429	0,555	0,389	0,216	0,186	0,246	13,83	10,08	17,6	14,1	13,0	4,3	16,9	24,0	0,162	0,344	0,357	0,123	0,105	0,140	14,35	14,4	17	13	14,2	5,26	13,68	22,48		
Santa Rita de Caldas	0,130	0,219	0,345	0,075	0,063	0,087	16,00	13,68	19,0	14,1	9,8	5,4	13,1	24,9	0,048	0,134	0,336	0,045	0,036	0,054	20,24	14,5	19,1	13,38	13,6	5,8	13	20,6		
Santa Rita de Jacutinga	0,191	0,361	0,379	0,137	0,115	0,158	15,69	10,36	17,5	11,9	11,6	8,3	13,6	26,8	0,120	0,161	0,351	0,056	0,046	0,067	18,97	12,7	18	14,05	13,5	6,98	11,7	23,14		
Santa Rita de Minas	0,283	0,286	0,355	0,102	0,082	0,122	19,57	8,45	24,5	12,2	9,7	6,9	12,8	25,4	0,156	0,194	0,347	0,067	0,057	0,078	15,78	15,7	21,4	13,8	9,02	7,88	8,56	23,65		

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Santa Rita de Ibitipoca	0,352	0,471	0,408	0,192	0,160	0,225	16,86	5,76	19,0	12,7	12,4	7,7	15,9	26,6	0,187	0,287	0,349	0,100	0,083	0,117	17,03	11,9	18,4	13,77	7,95	7,89	13,57	26,46
Santa Rita do Itueto	0,260	0,519	0,379	0,197	0,176	0,218	10,55	7,35	18,8	13,9	10,6	6,6	19,0	23,7	0,152	0,335	0,340	0,114	0,101	0,128	11,74	13,9	19,5	13,99	9	7,64	13,07	22,95
Santa Rita do Sapucaí	0,119	0,132	0,341	0,045	0,037	0,053	17,61	13,69	23,4	11,6	9,3	8,3	11,3	22,5	0,060	0,064	0,329	0,021	0,016	0,026	23,63	13,5	24,1	11,46	7,4	9,1	10,85	23,63
Santa Rosa da Serra	0,080	0,322	0,360	0,116	0,090	0,142	22,32	12,2	20,8	12,2	8,9	4,1	17,4	24,4	0,072	0,125	0,339	0,042	0,030	0,054	28,91	16,2	20,6	14,11	8,37	4,97	10,27	25,55
Santa Vitória	0,228	0,262	0,356	0,094	0,079	0,108	15,34	14,09	20,3	10,9	9,8	7,4	12,4	25,1	0,064	0,090	0,335	0,030	0,025	0,036	18,33	17,1	20,5	12,53	6,07	8,76	10,83	24,21
Santo Antônio do Amparo	0,238	0,299	0,343	0,103	0,086	0,119	15,66	13,54	21,5	13,4	13,1	4,3	8,8	25,4	0,128	0,087	0,325	0,028	0,023	0,034	20,39	13,3	24,3	12,99	9,01	8,2	6,69	25,55
Santo Antônio do Aventureiro	0,240	0,362	0,353	0,128	0,105	0,150	17,39	11,87	19,7	13,3	11,6	6,5	12,5	24,5	0,114	0,229	0,332	0,076	0,062	0,091	18,94	14,3	20,4	13,42	8,68	4,57	16,02	22,65
Santo Antônio do Grama	0,357	0,429	0,379	0,163	0,136	0,189	16,19	14,3	18,7	13,0	12,2	5,5	12,1	24,2	0,147	0,172	0,328	0,056	0,044	0,069	21,90	13,5	24,9	13,96	12	5,77	5,44	24,51
Santo Antônio do Itambé	0,465	0,741	0,469	0,348	0,316	0,379	9,08	6,68	17,1	12,0	11,5	7,4	20,7	24,6	0,298	0,556	0,396	0,220	0,198	0,243	10,16	9,67	18,8	11,71	13,2	7,39	16,52	22,72
Santo Antônio do Jacinto	0,564	0,808	0,466	0,377	0,359	0,394	4,62	8,99	16,7	10,0	13,1	8,3	19,5	23,4	0,294	0,548	0,385	0,211	0,196	0,226	7,30	10,1	18,3	11,29	12,7	6,79	15,84	25,03
Santo Antônio do Monte	0,069	0,094	0,344	0,032	0,025	0,040	23,39	12,4	20,3	12,8	9,8	6,1	14,0	24,6	0,035	0,057	0,330	0,019	0,013	0,025	29,19	17,4	21,5	12,05	10,7	6,89	9,21	22,3
Santo Antônio do Retiro	0,562	0,865	0,487	0,421	0,399	0,443	5,24	9,51	16,9	9,7	12,7	6,1	21,6	23,5	0,453	0,651	0,389	0,253	0,237	0,269	6,32	10,4	18,8	11,12	13,2	5,28	17,67	23,58
Santo Antônio do Rio Abaixo	0,257	0,631	0,401	0,253	0,210	0,296	17,16	12,25	17,3	11,0	8,7	5,0	21,2	24,6	0,187	0,398	0,364	0,145	0,122	0,168	16,09	13,5	19,3	12,43	11,2	8,95	13,99	20,67
Santo Hipólito	0,417	0,708	0,393	0,278	0,249	0,307	10,31	12,12	16,3	9,4	7,3	6,9	24,2	23,9	0,138	0,361	0,344	0,124	0,105	0,143	15,40	15	20,2	10,92	5,07	6,63	18,45	23,79
Santos Dumont	0,214	0,202	0,372	0,075	0,067	0,084	11,20	14,96	19,1	11,2	11,7	6,6	13,0	23,4	0,128	0,098	0,330	0,032	0,027	0,038	16,64	16,1	19,4	11,01	7,99	7,26	12,91	25,29
São Bento Abade	0,274	0,301	0,366	0,110	0,084	0,137	24,15	12,83	23,4	12,2	10,6	6,9	8,4	25,7	0,106	0,107	0,341	0,036	0,026	0,047	28,04	15,3	21,7	14,42	14,5	5,77	5,76	22,53
São Brás do Suaçuí	0,357	0,357	0,359	0,128	0,102	0,155	20,71	10,37	18,2	10,7	12,3	2,6	20,8	25,0	0,283	0,114	0,331	0,038	0,026	0,049	30,15	14,6	17,1	10	9,18	10,21	13,05	25,78

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
São Domingos das Dores	0,184	0,565	0,387	0,218	0,193	0,243	11,43	10,41	18,0	13,7	10,9	6,7	17,4	22,9	0,195	0,178	0,333	0,059	0,048	0,071	19,56	11,7	20,5	15,91	10,1	8,24	10,17	23,39
São Domingos do Prata	0,297	0,430	0,376	0,162	0,144	0,179	10,68	13,48	17,3	12,5	11,6	4,9	15,6	24,7	0,095	0,188	0,348	0,065	0,057	0,074	12,94	15,8	18,3	12,7	10,3	6,32	14,13	22,4
São Félix de Minas	0,453	0,776	0,422	0,327	0,299	0,355	8,66	9,01	17,8	11,4	11,3	6,8	18,7	25,1	0,224	0,397	0,354	0,141	0,121	0,160	13,73	13,4	18,4	13,44	10,2	6,97	13	24,61
São Francisco	0,497	0,759	0,451	0,342	0,329	0,355	3,82	9,28	16,3	10,9	11,0	8,3	21,6	22,7	0,286	0,482	0,383	0,184	0,173	0,195	5,97	10,9	18	12,03	10,8	6,67	18,86	22,79
São Francisco de Paula	0,207	0,335	0,362	0,121	0,102	0,140	15,76	12,82	19,7	12,1	10,0	3,4	15,9	26,2	0,065	0,100	0,332	0,033	0,025	0,041	23,45	15	21,4	13,32	7,68	4,6	12,77	25,19
São Francisco de Sales	0,253	0,265	0,371	0,098	0,080	0,117	18,92	12,19	19,4	12,2	10,7	6,3	14,8	24,4	0,132	0,078	0,324	0,025	0,019	0,032	26,44	14,5	20,3	11,14	9,09	7,89	12,23	24,89
São Francisco do Glória	0,253	0,451	0,378	0,170	0,147	0,193	13,44	10,43	19,3	14,0	13,1	6,9	13,7	22,7	0,139	0,227	0,352	0,080	0,066	0,093	16,59	13,3	17,9	14,34	12,2	8,08	12,12	22,06
São Geraldo	0,224	0,353	0,392	0,138	0,119	0,157	13,68	10,46	18,5	11,7	13,0	7,1	14,8	24,6	0,095	0,100	0,339	0,034	0,026	0,042	24,68	13,6	20,4	12,59	9,11	8,15	11,1	25,06
São Geraldo da Piedade	0,369	0,638	0,414	0,264	0,236	0,292	10,51	14,04	19,3	12,0	11,0	3,1	17,5	23,1	0,164	0,323	0,351	0,113	0,096	0,130	15,06	14,8	20,9	13,99	9,34	3,78	13,01	24,2
São Geraldo do Baixio	0,387	0,660	0,414	0,273	0,238	0,309	12,96	11,21	16,8	11,1	10,3	4,7	21,2	24,7	0,182	0,252	0,340	0,086	0,071	0,101	17,72	15,1	20,9	12,64	7,68	5,66	14,22	23,84
São Gonçalo do Abaeté	0,261	0,388	0,374	0,145	0,122	0,169	16,12	12,83	17,1	10,0	11,2	7,6	16,3	25,1	0,091	0,211	0,341	0,072	0,061	0,083	15,70	13,2	18,7	12,16	6,36	9	14,09	26,48
São Gonçalo do Pará	0,202	0,145	0,343	0,050	0,038	0,061	22,65	14,26	20,3	11,2	10,5	5,5	15,4	23,0	0,060	0,068	0,331	0,023	0,016	0,029	29,70	17,8	18,2	12,88	10,6	5,59	12,68	22,17
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,308	0,325	0,369	0,120	0,102	0,138	15,20	11,66	19,4	10,8	10,0	5,7	16,9	25,6	0,138	0,094	0,336	0,032	0,023	0,040	26,70	16,4	20,4	12,54	11,1	3,91	11,05	24,62
São Gonçalo do Sapucai	0,178	0,170	0,345	0,059	0,048	0,069	17,66	14,69	21,8	13,2	10,1	6,6	9,6	24,0	0,073	0,063	0,321	0,020	0,014	0,026	28,64	19,6	24,4	12,86	9,04	6,71	6,18	21,15
São Gotardo	0,091	0,161	0,355	0,057	0,048	0,066	15,65	11,8	19,6	12,7	9,0	9,0	12,7	25,3	0,058	0,077	0,335	0,026	0,020	0,032	23,23	11,9	20,9	12,28	7,09	8,47	13,38	25,95
São João Batista do Glória	0,163	0,172	0,332	0,057	0,044	0,070	23,42	19,46	21,6	10,6	7,7	6,0	10,1	24,6	0,056	0,057	0,327	0,019	0,013	0,024	29,52	16,8	19,9	13,03	8,9	9,24	6,72	25,4

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	<i>FGT</i> (<i>0</i>) <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>limite</i> <i>inf.</i> **	<i>limite</i> <i>sup.</i> ***	<i>erro</i> <i>M₀</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>1</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>2</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>3</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>4</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>5</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>6</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>7</i> (%)	<i>FGT</i> (<i>0</i>) <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M^o</i>	<i>limite</i> <i>inf.</i> **	<i>limite</i> <i>sup.</i> ***	<i>erro</i> <i>M₀</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>1</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>2</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>3</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>4</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>5</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>6</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>7</i> (%)
São João da Lagoa	0,387	0,797	0,458	0,365	0,338	0,392	7,40	9,98	15,1	10,6	10,7	8,2	22,3	23,1	0,261	0,575	0,369	0,212	0,195	0,229	8,03	11	15,2	11,76	13	7,04	18,37	23,65
São João da Mata	0,142	0,284	0,339	0,096	0,069	0,123	27,92	14,81	20,8	13,5	11,9	5,4	10,7	22,8	0,066	0,130	0,337	0,044	0,030	0,058	32,03	12,6	21,2	14,36	5,55	8	15,79	22,5
São João da Ponte	0,441	0,823	0,447	0,368	0,351	0,384	4,42	8,24	18,5	10,7	10,0	5,9	23,3	23,5	0,250	0,675	0,380	0,256	0,242	0,271	5,71	11,7	19,7	10,93	11,9	3,51	19,68	22,62
São João das Missões	0,595	0,834	0,508	0,424	0,400	0,448	5,63	8,53	17,0	11,1	13,6	7,8	19,0	23,0	0,371	0,743	0,412	0,306	0,289	0,324	5,71	10,7	18,4	10,67	11,1	5,19	19,05	24,86
São João del Rei	0,174	0,130	0,356	0,046	0,041	0,051	11,03	14,41	19,0	11,5	11,4	6,5	14,1	23,2	0,079	0,051	0,331	0,017	0,014	0,020	16,73	18,4	19,6	12,13	11,2	6,31	9,05	23,33
São João do Manhuaçu	0,235	0,461	0,380	0,175	0,156	0,194	10,70	9,4	19,6	13,7	11,3	6,5	16,4	23,2	0,173	0,285	0,350	0,100	0,087	0,113	12,96	12	19,2	14,43	13,2	7,02	12,49	21,73
São João do Mantelinha	0,279	0,457	0,390	0,178	0,153	0,203	14,21	14,16	17,9	11,8	10,9	6,2	13,7	25,4	0,154	0,137	0,330	0,045	0,036	0,055	21,31	18,3	22,2	13,56	5,39	8,42	4,16	28,02
São João do Oriente	0,391	0,503	0,375	0,189	0,170	0,207	9,75	15,44	18,5	12,0	13,5	4,8	11,0	24,8	0,174	0,153	0,328	0,050	0,040	0,061	20,95	14,6	23,8	13,67	8,05	4,39	8,6	26,91
São João do Pacuí	0,558	0,902	0,443	0,400	0,375	0,424	6,13	8,36	17,0	11,2	11,4	7,0	23,4	21,7	0,335	0,736	0,389	0,286	0,268	0,304	6,43	13,1	16,8	11,17	10,9	5,07	20,7	22,29
São João do Paraíso	0,463	0,822	0,459	0,378	0,360	0,396	4,77	7,25	17,9	10,7	12,1	7,1	22,1	22,9	0,221	0,522	0,383	0,200	0,183	0,217	8,29	10,3	19	11,72	12,5	4,8	18,4	23,34
São João Evangelista São João	0,417	0,572	0,422	0,241	0,217	0,265	9,98	10,63	17,6	12,0	11,0	5,9	18,1	24,9	0,215	0,301	0,369	0,111	0,100	0,123	10,37	13,2	19,1	13,85	9,93	6,25	14,36	23,34
Nepomuceno	0,162	0,132	0,342	0,045	0,036	0,054	19,19	16,13	23,3	11,6	11,5	5,9	7,4	24,2	0,062	0,051	0,324	0,017	0,012	0,021	29,50	19,4	22,5	13,36	9,25	7,22	6,8	21,57
São Joaquim de Bicas	0,493	0,434	0,393	0,171	0,157	0,184	7,71	12,55	17,6	9,4	11,3	8,1	19,1	22,0	0,195	0,163	0,346	0,056	0,046	0,066	17,98	14,1	20,3	11,54	12,9	8,15	10,65	22,37
São José da Barra	0,137	0,166	0,330	0,055	0,041	0,068	25,19	13,8	20,2	13,8	10,1	6,5	14,2	21,5	0,048	0,040	0,326	0,013	0,008	0,018	37,65	17,7	22,3	14,54	7,94	9,12	4,28	24,1
São José da Lapa	0,329	0,221	0,349	0,077	0,066	0,088	14,14	13,71	20,6	10,9	11,7	6,4	13,9	22,8	0,222	0,046	0,350	0,016	0,012	0,020	27,36	18,8	21,2	12,37	12,6	7,64	7	20,44
São José da Safira	0,477	0,729	0,428	0,312	0,282	0,342	9,60	10,77	17,6	10,1	9,7	7,4	21,6	22,9	0,204	0,390	0,364	0,142	0,124	0,160	12,77	12,8	20,5	11,08	7,06	8,72	14,45	25,35
São José da Varginha	0,178	0,251	0,357	0,090	0,064	0,116	29,00	11,83	19,8	10,5	10,6	5,3	18,9	23,1	0,210	0,127	0,342	0,043	0,032	0,054	25,35	12,2	20,5	14,3	16,4	5,74	12,03	18,93
São José do Alegre	0,206	0,189	0,357	0,067	0,048	0,086	28,16	13,12	19,2	12,5	11,5	5,8	12,1	25,7	0,086	0,122	0,334	0,041	0,030	0,051	26,02	14,8	18,6	12,77	14,5	5,3	10,83	23,22

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
São José do Divino	0,417	0,604	0,414	0,250	0,218	0,283	12,90	11,11	18,3	12,3	12,7	7,0	13,5	25,0	0,237	0,301	0,348	0,105	0,088	0,122	16,15	13,6	19,1	14,86	9,94	7,57	9,42	25,56
São José do Goiabal	0,324	0,401	0,376	0,151	0,127	0,174	15,38	12,82	18,4	11,6	9,9	5,3	17,1	24,9	0,143	0,161	0,349	0,056	0,045	0,067	19,42	14,7	17,8	11,32	12,5	5,47	13,12	25,1
São José do Jacuri	0,292	0,714	0,446	0,318	0,292	0,344	8,22	8,61	16,2	12,5	9,4	8,9	19,9	24,6	0,214	0,451	0,372	0,168	0,153	0,183	9,19	10,2	17,9	13,89	10,8	6,73	16,21	24,37
São José do Mantimento	0,375	0,349	0,367	0,128	0,094	0,162	26,93	8,65	22,7	11,6	9,1	4,6	18,9	24,4	0,220	0,227	0,342	0,078	0,058	0,097	24,58	12,6	22,2	13,84	13,2	6,34	7,59	24,29
São Lourenço	0,141	0,086	0,338	0,029	0,023	0,035	19,88	18,11	21,1	11,7	12,1	7,4	5,5	24,1	0,068	0,034	0,330	0,011	0,008	0,015	30,91	20,6	19,8	12,79	11,1	8,44	2,76	24,5
São Miguel do Anta	0,278	0,468	0,381	0,178	0,157	0,199	11,96	8,53	18,6	12,7	12,4	5,2	16,9	25,7	0,163	0,243	0,340	0,083	0,071	0,094	13,81	12,7	20,4	15,11	9,35	4,94	13,83	23,69
São Pedro da União	0,107	0,315	0,357	0,113	0,095	0,130	15,46	11,11	20,4	13,3	10,7	4,6	16,4	23,6	0,081	0,226	0,334	0,076	0,064	0,087	15,66	12,7	17,4	14,07	15,8	5,84	13,57	20,65
São Pedro dos Ferros	0,299	0,296	0,373	0,110	0,095	0,126	14,33	13,55	19,9	11,5	10,4	7,7	11,5	25,4	0,124	0,101	0,348	0,035	0,026	0,044	26,14	13,5	21,6	12,29	10,3	8,41	9,65	24,21
São Pedro do Suaçuí	0,400	0,737	0,454	0,334	0,305	0,363	8,66	12,01	15,9	11,8	12,5	6,6	19,1	22,1	0,164	0,347	0,353	0,123	0,108	0,137	11,93	12,4	19,9	13,2	6,35	7,31	15,84	24,95
São Romão	0,493	0,697	0,459	0,320	0,293	0,346	8,34	9,59	15,9	11,0	12,3	8,1	19,7	23,4	0,260	0,492	0,403	0,198	0,178	0,218	10,04	11	16,7	11,82	11,2	9,05	16,83	23,39
São Roque de Minas	0,151	0,357	0,374	0,134	0,116	0,151	13,05	8,52	17,4	11,4	10,4	7,3	19,1	25,9	0,059	0,133	0,334	0,044	0,036	0,052	18,37	10,9	19,1	12,83	8,58	9,29	14,89	24,38
São Sebastião da Bela Vista	0,121	0,184	0,345	0,063	0,044	0,082	30,08	14,94	25,7	12,7	6,9	7,2	8,0	24,7	0,053	0,103	0,329	0,034	0,025	0,043	27,70	13,9	23,7	10,83	4,68	9,23	11,38	26,25
São Sebastião da Vargem Alegre	0,340	0,462	0,381	0,176	0,145	0,207	17,69	8,63	18,1	13,1	12,7	5,1	19,5	22,9	0,141	0,222	0,337	0,075	0,058	0,091	22,10	11,3	18,9	14,82	10,3	6,78	14,41	23,56
São Sebastião do Anta	0,344	0,669	0,403	0,269	0,241	0,298	10,57	11,67	18,7	12,5	10,0	6,2	16,4	24,5	0,242	0,278	0,348	0,097	0,084	0,110	13,54	10,4	20,7	13,91	11,8	8,25	9,24	25,8
São Sebastião do Maranhão	0,464	0,837	0,475	0,398	0,380	0,415	4,33	8,55	15,6	11,5	11,9	7,7	21,8	22,9	0,257	0,573	0,385	0,221	0,204	0,237	7,40	11,6	17,7	13,3	9,06	6,34	17,51	24,47
São Sebastião do Oeste	0,166	0,254	0,370	0,094	0,070	0,118	25,83	11,04	17,1	13,9	12,9	5,0	18,8	21,3	0,053	0,097	0,326	0,031	0,024	0,039	24,78	15,9	22	12,54	8,78	6,29	12,06	22,51
São Sebastião do Paraíso	0,098	0,090	0,348	0,031	0,027	0,036	15,14	14,46	22,2	13,5	10,9	7,4	8,1	23,5	0,046	0,039	0,328	0,013	0,010	0,015	22,60	18,8	23,7	13,17	9,45	7,04	4,77	23,05

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
São Sebastião do Rio Preto	0,244	0,650	0,395	0,257	0,205	0,309	20,22	11,76	16,7	11,2	8,4	6,8	20,6	24,5	0,135	0,391	0,364	0,142	0,119	0,165	15,96	15,5	17,2	13,41	11,7	5,83	15,51	20,87
São Sebastião do Rio Verde	0,148	0,177	0,339	0,060	0,034	0,086	42,88	8,27	21,3	15,9	13,3	2,2	14,9	24,2	0,105	0,098	0,323	0,032	0,021	0,042	33,58	15,6	20	12,28	6,39	9,65	13,06	23,09
São Tiago	0,275	0,355	0,354	0,126	0,111	0,141	11,69	11,51	17,8	13,5	11,8	4,1	15,0	26,2	0,085	0,099	0,330	0,033	0,025	0,041	24,38	16,3	20,2	15,85	8,54	5,91	9,75	23,44
São Tomás de Aquino	0,123	0,168	0,352	0,059	0,045	0,073	23,14	11,14	23,3	13,1	10,2	7,5	11,6	23,1	0,049	0,098	0,324	0,032	0,025	0,039	22,58	16,2	22,4	13,79	6,6	7,88	10,18	22,92
São Thomé das Letras	0,188	0,339	0,365	0,124	0,104	0,143	15,61	13,35	20,4	12,0	9,7	5,8	13,6	25,1	0,083	0,160	0,345	0,055	0,046	0,065	17,47	14,4	20,6	14,78	11,6	7,18	7,51	24,03
São Vicente de Minas	0,297	0,257	0,351	0,090	0,073	0,108	19,10	14,23	20,4	12,7	12,3	5,9	8,7	25,8	0,113	0,076	0,339	0,026	0,018	0,033	28,00	12,7	22,2	12,64	9,99	7,47	9,95	25,03
Sapucai-Mirim	0,149	0,324	0,357	0,116	0,096	0,135	16,88	10,6	20,8	12,1	8,6	7,8	13,6	26,5	0,069	0,124	0,331	0,041	0,032	0,050	22,02	15	20,6	14,4	7,47	9,28	10,92	22,41
Sardoá	0,376	0,572	0,405	0,232	0,203	0,261	12,41	11,15	18,6	11,9	12,1	3,0	17,8	25,5	0,217	0,481	0,365	0,175	0,158	0,192	9,68	13,1	18,1	13,21	14,2	3,13	15,4	22,94
Sarzedo	0,366	0,246	0,352	0,087	0,077	0,097	11,86	14,67	20,2	11,2	12,7	6,3	12,5	22,3	0,162	0,085	0,341	0,029	0,022	0,036	24,62	20	19	11,86	13,3	6,29	7,65	21,91
Setubinha	0,412	0,887	0,500	0,443	0,424	0,462	4,21	4,86	16,9	10,2	13,3	7,5	24,3	23,1	0,313	0,740	0,414	0,307	0,289	0,324	5,74	10,5	18,3	11,35	11,6	6,68	18,87	22,81
Sem-Peixe	0,350	0,612	0,397	0,243	0,210	0,275	13,38	11,85	16,3	11,8	12,9	5,0	18,9	23,2	0,179	0,425	0,343	0,146	0,125	0,166	14,02	13,8	17,5	12,72	14,8	4,07	14,43	22,55
Senador Amaral	0,269	0,374	0,392	0,147	0,122	0,172	16,90	10,98	20,3	12,3	11,1	6,0	15,2	24,2	0,153	0,172	0,334	0,058	0,046	0,069	19,44	10	19,7	14,85	9,7	7,25	13,77	24,66
Senador Cortes	0,285	0,283	0,355	0,100	0,069	0,132	31,35	13,08	21,4	13,4	14,9	4,1	13,0	20,2	0,121	0,134	0,329	0,044	0,031	0,057	29,65	12,5	21,8	15,53	8,53	6,89	10,52	24,26
Senador Firmino	0,280	0,455	0,392	0,178	0,157	0,200	12,11	12,21	17,5	11,2	11,8	6,1	16,2	25,1	0,127	0,153	0,334	0,051	0,042	0,060	16,88	12,3	20,4	14,78	12,6	5,13	10,87	23,93
Senador José Bento	0,085	0,189	0,348	0,066	0,043	0,088	34,60	14,81	21,2	14,1	8,3	2,7	16,4	22,6	0,039	0,172	0,333	0,058	0,043	0,072	26,06	11,3	18,7	12,82	11,1	6,41	15,5	24,15
Senador Modestino Gonçalves	0,501	0,786	0,463	0,364	0,336	0,392	7,71	9,78	16,6	12,0	16,9	6,0	17,6	21,2	0,206	0,480	0,378	0,182	0,163	0,200	10,23	9,79	18,3	13,11	13,2	6,43	15,9	23,26
Senhora de Oliveira	0,425	0,615	0,397	0,244	0,219	0,269	10,36	11,42	16,9	14,1	16,4	3,5	13,9	23,7	0,185	0,235	0,345	0,081	0,069	0,093	15,35	12,2	19,8	14,38	13,4	3,5	12,65	24,03
Senhora do Porto	0,371	0,700	0,434	0,304	0,270	0,337	11,02	6,81	17,3	12,1	12,4	6,5	21,4	23,5	0,198	0,458	0,376	0,173	0,151	0,194	12,70	11,9	18,6	12,76	11,1	6,17	16,77	22,75

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2$.*

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M ₀	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M ⁰	limite inf.**	limite sup.***	erro M ₀ (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Senhora dos Remédios	0,433	0,527	0,391	0,206	0,188	0,224	8,97	10,71	18,6	13,1	16,0	1,9	17,5	22,2	0,213	0,351	0,351	0,123	0,109	0,137	11,31	13,8	17,1	12,92	18,2	4,09	11,15	22,82
Sericita	0,302	0,667	0,415	0,277	0,254	0,300	8,24	8,36	18,2	12,6	11,7	6,3	18,3	24,5	0,159	0,323	0,360	0,116	0,103	0,130	11,59	9,9	19,3	13,41	9,4	7,16	15,38	25,49
Seritinga	0,280	0,384	0,374	0,143	0,105	0,181	26,57	13,85	19,0	10,7	10,5	6,7	15,2	24,1	0,098	0,159	0,331	0,053	0,039	0,066	26,27	14,3	20,3	13,06	15,6	4,58	9,11	23,03
Serra Azul de Minas	0,256	0,782	0,477	0,373	0,340	0,406	8,93	7,84	16,9	9,4	9,7	9,7	21,3	25,1	0,372	0,596	0,402	0,240	0,218	0,262	9,19	11,4	19,4	9,93	9,89	8,17	16,07	25,14
Serra da Saudade	0,217	0,236	0,341	0,081	0,039	0,122	51,38	8,79	19,4	11,3	15,8	5,5	15,0	24,2	0,045	0,092	0,319	0,029	0,013	0,045	54,60	12,2	21,4	12,67	5,1	9,08	10,8	28,67
Serra dos Aimorés	0,413	0,589	0,393	0,231	0,212	0,251	8,36	11,51	18,1	9,6	10,0	6,7	19,7	24,4	0,199	0,339	0,358	0,121	0,106	0,136	12,56	13,7	19,3	10,28	7,11	6,08	18,52	25,02
Serra do Salitre	0,172	0,208	0,359	0,075	0,061	0,088	18,08	9,04	20,4	12,5	11,5	6,4	15,6	24,7	0,086	0,123	0,347	0,043	0,034	0,051	21,12	10,8	18,9	12,84	13,6	8,05	12,37	23,46
Serrania	0,177	0,192	0,339	0,065	0,052	0,079	20,51	11,19	25,3	12,3	10,1	7,5	9,2	24,5	0,103	0,069	0,333	0,023	0,016	0,029	27,91	13,4	25,4	15,2	11,2	7,29	3,89	23,53
Serranópolis de Minas	0,322	0,790	0,428	0,339	0,309	0,368	8,70	8,01	16,9	8,9	6,8	10,0	24,5	25,0	0,216	0,573	0,371	0,213	0,194	0,231	8,83	9,28	16,1	11,78	10,5	8,13	21,15	23,09
Serranos	0,416	0,455	0,396	0,181	0,143	0,218	20,77	15,01	18,7	12,7	12,5	4,2	13,0	23,9	0,196	0,205	0,341	0,070	0,054	0,085	22,13	13,8	21,8	13,9	7,93	6,07	10,32	26,28
Serro	0,492	0,697	0,454	0,316	0,295	0,337	6,64	9,01	16,7	11,3	12,9	7,0	19,9	23,3	0,245	0,472	0,375	0,177	0,161	0,194	9,31	12,5	18,7	12,82	10,1	5,99	16,28	23,71
Sete Lagoas	0,195	0,146	0,360	0,053	0,049	0,056	7,12	14,97	19,5	11,0	11,6	8,0	11,6	23,3	0,153	0,059	0,339	0,020	0,018	0,022	10,27	17,6	20,1	11,51	13,2	7,1	7,83	22,73
Silveirânia	0,349	0,358	0,359	0,129	0,096	0,161	25,00	9,26	18,6	11,7	10,8	5,2	17,4	27,1	0,097	0,128	0,332	0,043	0,031	0,054	27,72	20,4	19,6	10,73	6,51	5,57	9,91	27,23
Silvianópolis	0,093	0,174	0,339	0,059	0,046	0,072	22,04	9,63	21,6	12,9	9,4	6,7	15,3	24,5	0,048	0,075	0,338	0,025	0,018	0,033	28,86	11,7	22,6	12,46	10,9	9,19	9,77	23,33
Simão Pereira	0,104	0,185	0,340	0,063	0,038	0,088	40,14	11,83	24,9	11,7	6,0	7,5	15,9	22,3	0,153	0,114	0,336	0,038	0,025	0,052	35,94	14,3	25,1	11,96	7,71	11,25	8,69	20,99
Simonésia	0,263	0,531	0,384	0,204	0,184	0,223	9,57	7,83	18,9	13,7	10,5	4,9	19,7	24,5	0,200	0,384	0,354	0,136	0,125	0,147	7,78	11	18,3	13,93	13,7	5,78	15,19	22,14
Sobralia	0,440	0,410	0,369	0,151	0,129	0,174	14,69	14,43	20,1	11,4	11,4	5,3	13,1	24,2	0,242	0,300	0,340	0,102	0,089	0,115	12,43	16	19,9	13,45	10,1	5,74	11,96	22,85
Soledade de Minas	0,209	0,174	0,347	0,060	0,045	0,076	25,16	11,24	21,4	12,7	10,0	6,9	11,6	26,1	0,076	0,151	0,338	0,051	0,041	0,061	19,52	14,2	19,7	12,29	8,65	9,33	13,46	22,36

* Os índices FGT(0) renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** Lim. inf é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M₀.

*** Lim. sup é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M₀.

**** As dimensões foram codificadas em: Dim. 1 (Saúde); Dim. 2 (Características Educacionais); Dim. 3 (Condições Ocupacionais); Dim. 4 (Vulnerabilidade Econômica); Dim. 5 (Condições de Moradia); Dim. 6 (Condições Sanitárias); Dim. 7 (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Tabuleiro	0,271	0,331	0,361	0,120	0,099	0,140	17,47	12,2	21,5	12,5	11,5	5,9	11,5	24,9	0,058	0,112	0,334	0,038	0,027	0,048	27,09	18,8	20,9	15,29	5,7	6,04	8,97	24,31
Taiobearas	0,456	0,662	0,415	0,275	0,258	0,291	5,95	9,18	17,7	10,8	12,8	6,3	20,0	23,3	0,195	0,346	0,354	0,122	0,111	0,134	9,63	12,5	18,9	13,11	9,91	6,52	15,25	23,83
Taparuba	0,269	0,507	0,369	0,187	0,159	0,215	14,73	11,53	17,9	14,1	11,9	4,6	14,9	25,0	0,137	0,244	0,343	0,084	0,067	0,101	20,17	12,1	16,9	14,58	12,2	7,53	11,76	24,93
Tapira	0,167	0,356	0,376	0,134	0,104	0,163	22,20	8,88	17,9	12,6	8,2	8,1	18,4	25,9	0,091	0,118	0,344	0,041	0,029	0,052	28,62	10,5	14,7	13,52	16,5	7,9	17,37	19,49
Tapiraí	0,195	0,444	0,365	0,162	0,126	0,198	22,13	7,11	15,3	9,0	12,8	7,0	23,0	25,9	0,099	0,187	0,343	0,064	0,049	0,079	23,61	13,5	20	11,52	9,17	6,8	15,02	23,97
Taquaraçu de Minas	0,496	0,506	0,376	0,190	0,163	0,218	14,46	8,94	17,2	12,3	14,3	6,5	19,5	21,3	0,283	0,321	0,354	0,114	0,096	0,131	15,44	14,2	19,3	12,41	11,9	8,13	14,27	19,77
Tarumirim	0,374	0,598	0,406	0,243	0,228	0,258	6,26	12,25	16,7	12,2	13,2	5,6	17,2	23,0	0,204	0,318	0,345	0,110	0,099	0,121	9,89	14,4	18,9	12,58	11,1	7,14	12,22	23,72
Teixeiras	0,304	0,382	0,368	0,141	0,126	0,155	10,22	11,23	18,9	12,6	13,0	5,4	14,8	24,2	0,098	0,137	0,342	0,047	0,038	0,056	19,43	15,2	20,6	13,25	7,03	5,93	13,86	24,14
Teófilo Otoni	0,292	0,362	0,409	0,148	0,141	0,155	4,65	11,5	18,5	10,8	11,7	8,2	15,5	23,9	0,154	0,171	0,361	0,062	0,057	0,066	7,26	13,8	20,3	11,44	8,69	7,92	13,83	23,96
Timóteo	0,186	0,131	0,368	0,048	0,043	0,054	11,92	14,71	19,0	10,4	12,0	9,2	10,9	23,7	0,072	0,043	0,339	0,015	0,012	0,018	20,50	16,4	19,7	11,12	9,25	10,57	9,93	23,02
Tiradentes	0,114	0,176	0,360	0,063	0,048	0,079	24,45	13,25	18,7	11,5	9,9	7,9	15,2	23,6	0,057	0,058	0,338	0,020	0,014	0,025	29,01	12,3	21,8	12,25	11,8	7,87	10,42	23,58
Tiros	0,139	0,287	0,366	0,105	0,090	0,120	14,01	9,96	17,9	11,5	7,7	7,3	19,8	25,9	0,140	0,183	0,346	0,064	0,054	0,073	14,69	5,58	16,4	13,67	18,3	5,59	20,98	19,5
Tocantins	0,215	0,261	0,369	0,096	0,080	0,113	17,03	11,04	19,1	12,4	15,2	6,5	13,7	22,1	0,075	0,090	0,335	0,030	0,024	0,036	20,17	16	20,8	13,02	9,98	6,17	10,02	24,01
Tocos do Moji	0,219	0,421	0,373	0,157	0,131	0,183	16,38	10,9	17,2	12,5	18,5	3,5	14,9	22,6	0,066	0,198	0,351	0,069	0,055	0,083	20,01	14,8	18	13,37	15,9	4,34	13,44	20,16
Toledo	0,160	0,370	0,351	0,130	0,110	0,149	15,17	6,38	19,4	12,4	12,2	6,4	17,0	26,2	0,046	0,183	0,341	0,062	0,051	0,073	17,34	10,4	19,6	13,44	9,76	8,35	13,97	24,45
Tombos	0,191	0,252	0,355	0,089	0,077	0,102	13,66	9,94	20,5	13,6	11,5	7,1	14,0	23,3	0,118	0,152	0,334	0,051	0,041	0,060	18,39	15,2	21,7	12,41	7,32	8,76	10,28	24,37
Três Corações	0,162	0,110	0,342	0,038	0,032	0,042	13,43	13,81	22,9	12,8	11,8	7,5	7,9	23,3	0,085	0,067	0,335	0,023	0,019	0,026	16,63	17,4	22,8	12,79	9,66	8,69	6,24	22,38
Três Marias	0,243	0,239	0,371	0,089	0,076	0,102	14,64	13,72	18,2	11,4	10,4	7,5	15,3	23,5	0,112	0,090	0,344	0,031	0,024	0,038	22,72	17	20,5	11,88	11,1	6,75	9,31	23,54
Três Pontas	0,126	0,142	0,341	0,049	0,042	0,055	13,18	14	24,2	11,2	9,1	7,6	10,2	23,8	0,070	0,068	0,330	0,022	0,018	0,027	19,36	15,2	22,7	11,05	7,97	9,98	10,08	23,01

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim.. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** *Lim.. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Continuação)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	<i>FGT</i> (0) <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M₀</i>	<i>limite</i> <i>inf.</i> **	<i>limite</i> <i>sup.</i> ***	<i>erro</i> <i>M₀</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>1</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>2</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>3</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>4</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>5</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>6</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>7</i> (%)	<i>FGT</i> (0) <i>renda</i>	<i>H</i>	<i>A</i>	<i>M^o</i>	<i>limite</i> <i>inf.</i> **	<i>limite</i> <i>sup.</i> ***	<i>erro</i> <i>M₀</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>1</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>2</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>3</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>4</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>5</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>6</i> (%)	<i>Dim.</i> <i>7</i> (%)
Tumiritinga	0,365	0,531	0,384	0,204	0,182	0,226	10,70	9,03	18,7	11,0	11,2	5,7	20,7	23,7	0,190	0,342	0,361	0,124	0,110	0,137	11,28	14,8	18,9	11,68	10,2	6,74	14,76	22,85
Tupaciguara	0,242	0,203	0,353	0,072	0,061	0,082	14,53	11,95	19,4	12,2	11,2	6,8	13,5	25,0	0,085	0,090	0,326	0,029	0,023	0,036	22,65	18,2	21,5	11,78	10,2	6,21	6,72	25,35
Turmalina	0,364	0,586	0,435	0,255	0,233	0,277	8,60	10,34	17,4	11,4	11,4	7,2	18,1	24,3	0,149	0,282	0,367	0,104	0,093	0,114	10,05	10,6	18	12,94	12,3	6,89	16,07	23,17
Turvolândia	0,096	0,329	0,363	0,120	0,096	0,143	19,52	10,93	19,5	12,6	10,0	7,3	16,6	23,1	0,036	0,136	0,343	0,047	0,036	0,057	22,26	14,6	19,6	14,15	9,93	7,63	12,7	21,45
Ubá	0,175	0,130	0,342	0,044	0,040	0,049	10,75	14,99	22,2	12,3	11,5	8,0	8,3	22,8	0,071	0,055	0,336	0,019	0,016	0,022	15,56	17,3	22,5	10,85	7,78	9,42	9,28	22,88
Ubáí	0,555	0,849	0,492	0,418	0,400	0,436	4,36	9,04	14,5	10,6	12,2	8,1	23,2	22,5	0,293	0,620	0,398	0,247	0,230	0,263	6,72	12	16,8	11,94	10,9	4,55	20,84	22,91
Ubaporanga	0,296	0,437	0,375	0,164	0,148	0,180	9,77	12,14	19,3	12,8	11,6	4,7	15,4	24,1	0,156	0,281	0,348	0,098	0,086	0,109	11,86	14,2	19,2	13,08	12,1	6,1	12,59	22,76
Uberaba	0,097	0,068	0,340	0,023	0,021	0,025	8,54	16,29	21,5	11,2	11,3	9,3	6,6	23,8	0,051	0,025	0,330	0,008	0,007	0,009	13,52	16	21,9	11,77	10,2	9,96	5,68	24,55
Uberlândia	0,110	0,067	0,340	0,023	0,021	0,024	6,38	16,1	21,0	11,9	12,1	8,3	5,4	25,3	0,057	0,025	0,329	0,008	0,007	0,009	12,13	18,3	21,9	11,89	10,2	8,86	4,4	24,45
Umburitiba	0,461	0,671	0,435	0,292	0,255	0,329	12,70	14,19	18,3	10,9	9,1	8,6	14,9	23,9	0,236	0,309	0,354	0,109	0,089	0,130	18,45	13,7	21,2	12,46	7,74	8,35	8,84	27,69
Unaí	0,204	0,285	0,377	0,108	0,100	0,115	7,29	11,61	17,8	10,8	9,8	8,3	16,7	25,0	0,099	0,155	0,360	0,056	0,050	0,062	10,00	12,9	18,1	12,21	10,6	9,38	13,17	23,54
União de Minas	0,214	0,391	0,362	0,142	0,119	0,164	15,94	11,59	18,5	9,7	7,4	8,3	17,0	27,5	0,127	0,158	0,332	0,053	0,041	0,064	21,32	13,1	20,1	12,1	10,3	10,09	12,39	21,94
Uruana de Minas	0,468	0,741	0,412	0,305	0,278	0,333	9,06	10,96	15,3	9,5	9,2	8,2	21,2	25,6	0,239	0,360	0,363	0,131	0,110	0,151	15,52	11,6	16,4	10,73	10,6	8,6	16,08	25,96
Urucânia	0,306	0,392	0,382	0,150	0,132	0,167	11,61	10,79	19,0	11,1	9,8	8,0	16,9	24,5	0,127	0,160	0,347	0,056	0,045	0,066	18,99	13,8	23,5	11,72	10,9	8,06	8,82	23,21
Urucuia	0,531	0,850	0,462	0,393	0,375	0,411	4,67	10,03	15,3	9,6	9,9	9,6	21,3	24,4	0,258	0,542	0,396	0,215	0,198	0,231	7,90	11,7	17,5	11,89	8,21	9,14	17,73	23,76
Vargem Alegre	0,404	0,489	0,392	0,192	0,169	0,214	11,59	13,88	18,4	11,8	11,2	6,2	12,5	25,9	0,185	0,197	0,350	0,069	0,058	0,080	15,82	13,1	19,8	11,29	13,2	7,17	11,18	24,24
Vargem Bonita	0,154	0,278	0,340	0,095	0,068	0,121	28,25	11,08	19,5	11,0	7,3	9,3	13,2	28,7	0,056	0,086	0,330	0,028	0,019	0,037	32,12	16,4	17,4	14,92	8,61	7,35	10,4	24,95
Vargem Grande do Rio Pardo	0,535	0,793	0,462	0,367	0,337	0,396	8,14	7,32	16,5	9,7	11,0	8,2	23,6	23,6	0,268	0,625	0,388	0,243	0,223	0,263	8,18	9,23	17,7	12,24	13,6	6,35	17,59	23,31
Varginha	0,094	0,081	0,340	0,027	0,024	0,031	12,44	16,43	22,4	11,1	11,0	8,1	7,7	23,4	0,046	0,025	0,323	0,008	0,007	0,010	20,52	19,5	22,9	11,65	10,1	9,24	4,13	22,52

* Os índices *FGT(0) renda*, *H* e *A* podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** *Lim. inf* é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

*** *Lim. sup* é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice *M₀*.

**** As dimensões foram codificadas em: *Dim. 1* (Saúde); *Dim. 2* (Características Educacionais); *Dim. 3* (Condições Ocupacionais); *Dim. 4* (Vulnerabilidade Econômica); *Dim. 5* (Condições de Moradia); *Dim. 6* (Condições Sanitárias); *Dim. 7* (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.

Apêndice L – Proporção de pobres unidimensional, proporção de pobres multidimensional, intensidade da pobreza multidimensional, índice de pobreza multidimensional, intervalos de confiança e decomposições da pobreza multidimensional para os municípios de Minas Gerais (2000-2010) para $k = 2^*$.

(Conclusão)

Município	2000														2010													
	Decomposição por dimensão****														Decomposição por dimensão****													
	FGT (0) renda	H	A	M_0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)	FGT (0) renda	H	A	M^0	limite inf.**	limite sup.***	erro M_0 (%)	Dim. 1 (%)	Dim. 2 (%)	Dim. 3 (%)	Dim. 4 (%)	Dim. 5 (%)	Dim. 6 (%)	Dim. 7 (%)
Varjão de Minas	0,168	0,339	0,370	0,125	0,102	0,149	18,77	11,73	20,3	11,5	8,7	6,1	16,5	25,2	0,093	0,115	0,349	0,040	0,031	0,049	22,79	11,9	16,7	10,5	13,1	8,17	15,35	24,26
Várzea da Palma	0,400	0,502	0,396	0,198	0,184	0,213	7,29	11,24	17,0	10,3	11,1	7,0	20,4	23,0	0,173	0,288	0,350	0,101	0,091	0,111	9,84	14,7	19,6	10,55	6,87	6,7	17,38	24,25
Varzelândia	0,532	0,769	0,458	0,353	0,332	0,373	5,77	8,57	17,5	11,1	12,8	7,5	19,3	23,3	0,315	0,584	0,385	0,225	0,212	0,237	5,67	10,1	18,6	11,42	12,7	4,79	18,73	23,74
Vazante	0,201	0,229	0,367	0,084	0,071	0,097	15,70	14,58	17,8	11,6	9,2	7,4	15,1	24,3	0,083	0,094	0,342	0,032	0,024	0,041	25,60	16,5	19,6	12,86	11,6	6,9	11,91	20,68
Verdelândia	0,598	0,906	0,455	0,413	0,394	0,431	4,49	8,11	18,0	10,3	10,2	8,7	22,4	22,3	0,333	0,536	0,387	0,208	0,187	0,228	9,68	10,3	19,2	11,45	8,02	8,43	18,61	24,04
Veredinha	0,433	0,664	0,449	0,298	0,267	0,329	10,35	8,94	17,4	10,2	11,4	7,2	20,8	23,9	0,246	0,413	0,380	0,157	0,140	0,174	10,81	8,55	17,4	12,66	16,8	6,47	15,59	22,52
Veríssimo	0,106	0,190	0,340	0,065	0,046	0,083	28,37	9,87	20,7	12,0	9,8	7,6	14,1	25,8	0,125	0,124	0,341	0,042	0,029	0,055	30,38	12,3	20	11,27	10	9,92	12,77	23,75
Vermelho Novo	0,258	0,668	0,409	0,274	0,246	0,302	10,22	8,93	16,3	13,3	15,7	4,2	18,3	23,3	0,219	0,326	0,350	0,114	0,099	0,130	13,68	12	18	13,21	14,7	4,63	15,39	22,04
Vespasiano	0,410	0,273	0,355	0,097	0,089	0,104	7,53	13,12	18,6	9,7	11,9	6,8	17,6	22,4	0,208	0,061	0,333	0,020	0,017	0,023	14,47	17,1	23,2	11,35	13,5	6,67	6,51	21,7
Viçosa	0,171	0,144	0,360	0,052	0,046	0,058	11,57	13,81	19,8	11,5	12,3	6,8	11,6	24,3	0,080	0,068	0,339	0,023	0,019	0,027	15,89	15,2	20,1	12,35	12,8	7,05	8,53	24,03
Vieiras	0,249	0,506	0,382	0,193	0,165	0,222	14,84	12,51	17,7	12,7	12,0	5,1	16,5	23,6	0,127	0,188	0,327	0,062	0,048	0,075	21,45	15,9	20,6	13,13	7	8,63	11,9	22,85
Mathias Lobato	0,507	0,544	0,394	0,214	0,181	0,247	15,38	11,22	19,4	11,1	11,1	7,5	15,8	24,0	0,330	0,300	0,350	0,105	0,087	0,123	17,57	15,4	20,3	11,86	9,79	4,94	13,41	24,26
Virgem da Lapa	0,442	0,626	0,454	0,285	0,267	0,302	6,16	9,81	16,7	10,2	11,9	8,3	19,1	23,9	0,260	0,435	0,378	0,165	0,151	0,178	8,41	10,8	18,5	9,74	11,6	8,33	17,61	23,43
Virgínia	0,268	0,449	0,372	0,167	0,150	0,184	10,37	15,06	19,1	12,4	10,1	3,4	14,6	25,4	0,114	0,254	0,338	0,086	0,072	0,099	15,48	15,8	18,7	14,36	7,56	6,07	12,3	25,27
Virginópolis	0,301	0,549	0,406	0,223	0,204	0,242	8,66	12,78	16,2	12,5	13,4	4,6	17,2	23,4	0,160	0,252	0,363	0,092	0,079	0,105	14,25	13,8	18,9	12,01	10,5	6,81	14,73	23,29
Virgolândia	0,505	0,719	0,445	0,320	0,294	0,346	8,10	10,35	15,7	10,6	13,7	6,5	20,0	23,3	0,225	0,420	0,374	0,157	0,142	0,173	9,84	13,8	17,8	12,16	12,9	6,23	13,76	23,31
Visconde do Rio Branco	0,181	0,192	0,366	0,070	0,061	0,080	13,43	13,24	21,1	11,4	12,7	6,9	11,9	22,9	0,063	0,085	0,336	0,028	0,023	0,034	20,61	17	23,2	12,37	10,1	7,64	7,5	22,2
Volta Grande	0,257	0,291	0,365	0,106	0,084	0,128	20,82	17,12	20,7	11,7	9,1	7,9	11,1	22,3	0,140	0,144	0,339	0,049	0,037	0,060	22,92	15,8	22	12,76	9,39	6,97	10,05	23,06
Wenceslau Braz	0,187	0,275	0,354	0,097	0,068	0,126	29,77	17,18	20,1	10,3	9,3	4,9	12,9	25,3	0,069	0,198	0,326	0,065	0,047	0,082	26,87	10,1	18,1	10,52	8,23	13,23	14,88	24,94

* Os índices $FGT(0)$ renda, H e A podem ser multiplicados por 100 para a análise em percentual.

** $Lim.. inf$ é uma abreviação para limite inferior do intervalo de confiança do índice M_0 .

*** $Lim.. sup$ é uma abreviação para limite superior do intervalo de confiança do índice M_0 .

**** As dimensões foram codificadas em: $Dim. 1$ (Saúde); $Dim. 2$ (Características Educacionais); $Dim. 3$ (Condições Ocupacionais); $Dim. 4$ (Vulnerabilidade Econômica); $Dim. 5$ (Condições de Moradia); $Dim. 6$ (Condições Sanitárias); $Dim. 7$ (Ausência de Bens). Os valores indicam a participação de cada dimensão na pobreza do município correspondente.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados dos Censos de 2000 e 2010.